



LISBOA MEDIÉVAL

Gentes, Espaços e Poderes

João Luís Inglês Fontes, Luís Filipe Oliveira,
Catarina Tente, Mário Farelo e Miguel Gomes Martins, coords.



**LISBOA MEDIEVAL:
GENTES, ESPAÇOS E PODERES**

IEM – Instituto de Estudos Medievais

Coleção ESTUDOS 15

LISBOA MEDIEVAL:
GENTES, ESPAÇOS E PODERES

JOÃO LUÍS INGLÊS FONTES,
LUÍS FILIPE OLIVEIRA,
CATARINA TENTE,
MÁRIO FARELO
E MIGUEL GOMES MARTINS
Coordenadores

Textos seleccionados do III Colóquio Internacional “A Nova Lisboa Medieval” (Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 20 a 22 de Novembro de 2013).

Arbitragem Científica:

Amélia Aguiar Andrade, Ana Maria Rodrigues, Arnaldo Melo, Denis Menjot, Dolores Villalba Sola, Fernando Correia Branco, Hermínia Vilar, Isabel Dias, Jean-Pierre Molénat, João Pedro Bernardes, José Antonio Jara Fuente, Laurinda Abreu, Luís Urbano Afonso, Manuel Luís Real, Maria Adelaide Miranda, Maria Alessandra Bilotta, Maria Filomena Barros, Maria Helena da Cruz Coelho, Maria João Branco, Maria José Ferro Tavares, Maria Manuela Martins, Miguel Metelo de Seixas, Saul António Gomes, Stéphane Boissellier, Susana Gómez Martínez, Walter Rossa.

O Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa (FCSH/NOVA) é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Publicação financiada por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Projecto UID/HIS/00749/2013.

Título	Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes
Coordenação	João Luís Inglês Fontes, Luís Filipe Oliveira, Catarina Tente, Mário Farelo e Miguel Gomes Martins
Edição	IEM – Instituto de Estudos Medievais
Capa	Ricardo Naito com base na gravura de Lisboa, editada por: Georg Braun, Frans Hogenberg – <i>Civitates Orbis Terrarum</i> . Antverpia: apud Philipum Gallaeum / apud Auctores 1572, Vol. I
Colecção	Estudos 15
ISBN	978-989-99567-4-2
Paginação e execução	Ricardo Naito / IEM – Instituto de Estudos Medievais, com base no design de Ana Pacheco
Depósito legal	431294/17
Impressão	Finepaper

Índice

Apresentação	9
<i>João Luís Inglês Fontes, Luís Filipe Oliveira</i>	
PARTE I	
Conferência de abertura	13
London and the Kingdom: Commerce, Politics and Power in the Late Middle Age	
15	
<i>Matthew Paul Davies</i>	
PARTE II	
Gentes, espaços e poderes – textos seleccionados	35
Enterramentos infantis em contextos não funerários na Alta Idade Média	37
<i>Sílvia Casimiro, Sara Prata, Rodrigo Banha da Silva</i>	
Um refinamento de dados alto-medievais do Palácio dos Condes de Penafiel	57
<i>Adriaan de Man, Rodrigo Banha da Silva</i>	
A defesa costeira no distrito de Lisboa durante o Período Islâmico.	
I – A área a Ocidente da cidade de Lisboa	67
<i>Marco Oliveira Borges</i>	
Lisboa e o seu alfoz, em relatos árabes do “maravilhoso”	105
<i>António Rei</i>	
Ocupação medieval na Sé de Lisboa	113
<i>Alexandra Gaspar, Ana Gomes</i>	
Fontes Cristãs e Muçulmanas em Confronto. Reflexões sobre as Conquistas de Santarém e Lisboa em 1147	129
<i>Inês Lourinho</i>	

O povoamento do termo de Lisboa no pós-Reconquista: o papel de duas casas monásticas dos arrabaldes na estruturação de um território (1147-1321)	155
<i>André de Oliveira Leitão</i>	
Um estaleiro medieval: as obras no claustro da Sé de Lisboa.....	177
<i>José Augusto Oliveira</i>	
São Vicente em Lisboa: dois protagonistas (leitura histórica de um fragmento musical)	205
<i>Manuel Pedro Ferreira</i>	
A génese da Judiaria Pequena de Lisboa no século XIV	223
<i>Manuel Fialho Silva, Artur Jorge Ferreira Rocha</i>	
Lisboa e o comércio marítimo com a Europa nos séculos XIV e XV.....	241
<i>Flávio Miranda, Diogo Faria</i>	
A maioral das cidades portuguesas em discurso (in)direto.....	267
<i>Adelaide Millán da Costa</i>	
A instituição da almotaçaria, o controlo da atividade construtiva e as singularidades de Lisboa em finais da Idade Média.....	287
<i>Sandra M. G. Pinto</i>	
O Paço dos Estaus de Lisboa. A génese fundacional de Quatrocentos	313
<i>Milton Pedro Dias Pacheco</i>	
Caracterização codicológica dos manuscritos hebraicos datados de Lisboa (1469-1496)	353
<i>Tiago Moita</i>	
Correeiros, adargueiros, guadamecileiros, chapineiros – o estilo mudéjar e o estilo renascentista na Lisboa tardo-medieval e quinhentista.....	367
<i>Franklin Pereira</i>	
O património dos hospitais medievais na Lisboa manuelina.....	393
<i>Margarida Leme</i>	
Judeus e judiarias de Lisboa nos alvares dos Descobrimentos. Perspectivas dos espaços e das gentes.....	439
<i>José Alberto Rodrigues da Silva Tavim</i>	

Apresentação

Este livro faz parte de uma série consagrada ao estudo da Lisboa Medieval. Foi iniciada em 2005 com a publicação de *A Nova Lisboa Medieval*, o livro de actas do colóquio homónimo que o Instituto de Estudos Medievais – então apenas Núcleo Científico de Estudos Medievais – organizara em Janeiro de 2002. Dois anos depois, teve continuidade com a *Lisboa Medieval: Os Rostos da Cidade*, na qual se editaram as actas do II Colóquio, que fora realizado em Dezembro de 2004. No momento em que se apresenta este livro, já teve lugar o IV Colóquio, em Novembro de 2015, estando para breve o anúncio da realização do V Colóquio em 2017, dedicado aos problemas postos pela conquista cristã da cidade. A continuidade da iniciativa está, pois, assegurada, de resto com alguma regularidade, mormente nos últimos anos. Resta esperar que o Instituto de Estudos Medievais consiga mobilizar as verbas necessárias para garantir a publicação dos resultados, ora o faça sozinho, ora em associação. Disso depende, também, o progresso da investigação.

Como os que o antecederam, resultou este livro dos trabalhos apresentados a um colóquio, no caso o terceiro da série “A Nova Lisboa Medieval”, realizado entre 20 e 22 de Novembro de 2013. Em respeito pelo que era a tradição destes colóquios, recordada no folheto de divulgação, procurava-se suscitar as abordagens

interdisciplinares mais diversas, apelando aos contributos da História, da Arqueologia, da Literatura e da História da Arte. A partir deles, pretendia-se dar conta das diferentes dimensões de um núcleo urbano muito complexo, que era uma das cidades mais dinâmicas do sudoeste peninsular e que cedo se converteria na própria cabeça do reino português. A resposta dos investigadores, com mais de trinta comunicações seleccionadas pela comissão científica, teve a virtude de mostrar a oportunidade da iniciativa e o interesse pela história de Lisboa, pelos seus espaços, gentes e problemas. Que terá, portanto, o futuro garantido, pelo menos a julgar pela adesão que o encontro suscitou entre os mais jovens, muitos com provas académicas em curso sobre a história da cidade.

Ao contrário dos anteriores, este livro não corresponde às actas do colóquio. Nele não se publicam, na verdade, todas as comunicações apresentadas e os textos entregues pelos autores foram sujeitos a arbitragem científica, feita por uma equipa de prestigiados investigadores, nacionais e estrangeiros. O livro que agora se apresenta resultou, assim, de uma selecção, certamente discutível, como são todas, mas que foi essencial para caucionar a relevância dos problemas e dos materiais de base e a qualidade científica das análises e das perspectivas. Sejam quais forem os méritos que nele encontrem os leitores, pertencem sem dúvida ao trabalho dos autores, mas também ao diálogo que os avaliadores estabeleceram com os seus textos. Raro foi o artigo que não foi objecto de correcções e de sugestões, ou que não ficou melhor após o termo do processo de avaliação. Aos avaliadores anónimos, importa deixar expressa, portanto, uma palavra de reconhecimento e de gratidão.

Apesar disso, os resultados ficaram, talvez, um pouco aquém das expectativas. Há a salientar, desde logo, a ausência de estudos feitos a partir de textos literários, que haviam marcado presença importante no colóquio anterior e na publicação respectiva. Quase outro tanto se podia dizer da História da Arte, embora a lacuna esteja colmatada por trabalhos na área do Urbanismo e da Arquitectura, por outros sobre a arte mudéjar do couro e os manuscritos hebraicos, ou pelo estudo de fragmentos musicais associados aos usos litúrgicos da sé de Lisboa. Também por causa do maior peso da arqueologia, em consequência do dinamismo que tem caracterizado as intervenções arqueológicas na cidade, predominam as análises e as reconstituições dos espaços de Lisboa. Foram bem mais escassos, na verdade, os textos que trataram os poderes com voz na cidade, ou que recuperaram a configuração das suas comunidades e das suas gentes. Assuntos que necessitam de outra atenção, num futuro mais ou menos próximo.

Mesmo se dispersos e lacunares, os textos reunidos neste livro cobrem uma grande diversidade de temas e até de cronologias, desde os séculos tardo-romanos aos finais da Idade Média. De perdidos e enigmáticos enterramentos infantis aos

hospitais tardo-medievais, dos testemunhos dos geógrafos islâmicos aos relatos da conquista cristã da cidade, dos vestígios materiais aos estaleiros de obras reconstituídos através dos livros de contas, dos espaços do poder aos bairros das minorias, da liturgia vicentina aos capítulos de cortes, do termo que alimenta a cidade aos longínquos portos onde chegam os seus produtos e as suas gentes, é todo um mosaico que, mesmo incompleto, vai ajudando a compor uma história da Lisboa Medieval. Por certo com inúmeros fragmentos por preencher, mas talvez indispensável para reunir os materiais, as fontes, os estudos, ou as perspectivas, com que se possa fazer uma monografia rigorosa e actualizada sobre a cidade, os seus espaços, gentes e problemas.

Talvez inesperadamente, o livro que agora se apresenta abre com um texto sobre Londres Medieval. Cidade portuária, claramente associada ao poder régio, central em termos comerciais e onde se cruzavam distintos poderes, serve de contraponto à história de Lisboa. Ajuda a demonstrar, pelo menos, a necessidade de uma compreensão mais abrangente e integrada da Lisboa Medieval, no que a diferencia e aproxima de outras cidades europeias de particular centralidade política e económica, que definitivamente se afirmam nos séculos finais da Idade Média.

João Luís Inglês Fontes
Luís Filipe Oliveira

PARTE I
Conferência de abertura

London and the Kingdom: Commerce, Politics and Power in the Late Middle Ages

Matthew Davies¹

Like many capital cities, medieval London exercised a significant amount of influence and power, which was expressed in economic, political and indeed in cultural senses. The nature of this influence stemmed in part from its relationship to royal authority, but also to its relative importance as an urban centre within England, and as a node in wider economic trading networks, especially in north-west Europe. The purpose of this essay is to provide an overview of some of the main themes in London's development as a powerful urban centre in the Middle Ages, and some of the recent research that is helping us to understand the city's role and importance. In doing so, the essay will hopefully provide some useful points of comparison with the history of Lisbon, the subject of the other contributions to this volume.

¹ School of Social Sciences, History and Philosophy, Birkbeck, University of London. m.davies@bbk.ac.uk.

As Derek Keene has noted, London's rise as a European and then as a 'world city' can be divided into three main phases: the period up to 1500 (with a peak of population in c. 1300); a second phase up to 1700 which saw London become the largest city in Europe; and a third phase, the eighteenth and nineteenth centuries, when London was for a while the largest city in the world². Discussing the first of these phases, Keene emphasises the exceptional pre-eminence which London had within the English state, as the only urban centre which 'consistently played a significant role within a wider world', notwithstanding the roles which regional centres such as Norwich, York and Bristol played at various times. Indicators of this importance can be detected as early as the eleventh century when London's share of the silver tribute paid to the Danes probably amounted to 13% of the total³. Despite the dramatic effects of the Black Death of 1348/9 and subsequent epidemics – which reduced the population from c.80,000 to about half that number – London's economic importance continued to grow in the later middle ages – characterised by its growing share of the national wealth and of overseas trade. London built on this success in the early modern period to become the engine of England's commercial and colonial expansion, with a population of approximately 500,000 people in 1700⁴.

In this contribution, I want to focus on a three particular characteristics of London's development in the later Middle Ages – expressions of its importance as a capital city, but also of its role within the English state and economy. Starting with demography and topography, I want to examine the physical development of London as a city – the relationship to its suburbs and to centres of royal and religious power. I will also consider the population of London – and particularly its relative size compared with other towns and cities. Second, I will look at some aspects of London's rise as an economic force – and especially the dominance of the city and its merchants in domestic and overseas trade. Once again, what did this mean in terms of its role in the English State? Third, I want to offer some thoughts on London as a capital in the political sense – the relationship with the Crown is central to this, for the history of the English Crown was closely connected with London throughout its history. What sort of capital city was London? How did the relationship between City and Crown change? In particular, how did the aspirations for self-government change the relationship? How crucial was London for the English State in political terms?

² KEENE, D – "Metropolitan Comparisons: London as a city state". in *Historical Research* 77 (2004), pp. 459-480, at p. 467.

³ *Ibidem*, p. 467.

⁴ BARRON, C. M. – *London in the Later Middle Ages: Government and People*. Oxford: Oxford University Press, 2004, pp. 101-115; HARDING, V. – "The Population of London, 1550-1700: a review of the published evidence". in *London Journal* 15 (1990), pp. 111-128; BEIER, A. L. and FINLAY, R. (eds.) – *London 1500-1700: the making of the metropolis*. London: Longman, 1986.

I. Topography and Demography

In terms of its size and population, London remained a relatively modest European capital city during the fourteenth and fifteenth centuries, with dramatic growth only occurring from the middle of the sixteenth century onwards. Its population was fairly stable, at around 40-50,000 inhabitants, and the physical extent of the built-up area was fairly constant. The formal legal jurisdiction of the city government went further than the city's Roman and medieval walls (Fig. 1). Much of the extra-mural territory, though, was not built-up in this period – or was only built-up along the principal highways to the north, west and east of the city itself. Infilling was primarily to be a feature of the early modern expansion of London beyond the walls, whilst in the medieval periods green spaces outside the walls could be used for a variety of activities including archery, market gardening, and drying cloth on tenter frames⁵.



Fig. 1 – The City of London, c. 1550, in G. BRAUN and F. HOGENBERG – *Civitates Orbis Terrarum* I (1572).

⁵ These can be seen on contemporary views of London, such as the Copperplate Map of c. 1550: see BARBER, P. – “The Copperplate Map in Context”. in SAUNDERS, A.; SCHOFIELD, J. (eds.) – *Tudor London: a map and a view*. London: London Topographical Society, 2001, pp. 16-32.

Although not expanding territorially, London's physical development must also be seen in relation to its suburbs and the configuration of activities and *loci* of power and influence that some of them represented. For example, immediately to the west of the city, along Fleet Street and the Strand, lay the Inns of Court. These were the 'universities' so to speak for the legal profession, providing training for the sons of gentry and leading merchants, some of whom would go on to become leading legal officers of the Crown and the central courts⁶. As will be described later, the town houses of many important clergy and nobility lay along this 'corridor' to the west of the city. A knock-on effect of the presence of these individuals and their retinues was the clustering of some key suppliers in this area: for example, a disproportionate number of the annually-elected Masters of the guild of London tailors lived in the parishes to the west of the city⁷. Further west was Westminster, the seat of royal government, Parliament and the Crown's law courts. The Crown was increasingly less mobile in the later Middle Ages – Parliament was rarely held outside Westminster from the fourteenth century onwards, for example, and so Westminster developed as a centre of royal political and administrative power, paralleling London's rise as a commercial centre⁸. London as a capital city was relatively unusual, therefore, in not itself containing the key institutions of the state, but for a variety of reasons, as argued below, this 'twin hub' model of State/capital power does not seem to have adversely affected London's role and importance.

Southwark lay to the south of the city of London, the other side of the only crossing-point over the River Thames, London Bridge. Though a 'borough' in parliamentary terms, it was a jurisdictionally complex settlement in the Middle Ages, being made up of a number of 'manors' belonging to, amongst others, the Bishop of Winchester. The City of London held one manor, at the foot of the bridge, which was known as the Guildable Manor. Before 1550, most of Southwark therefore lay outside the jurisdiction of the mayor and aldermen of the City of London, which gave the area a particular character – not least because of its attractiveness for those who wished to evade the city authorities for some reason. These included craftsmen who set up shop away from the scrutiny of guild officials, and many hundreds of 'alien' migrants, particularly from the Low Countries,

⁶ See LOBEL, M. D. (ed.) – *The British Atlas of Historic Towns III: London c. 1520*. Oxford: Oxford University Press, 1989. For the development of this part of London and the Inns of Court see: BARRON, C. M. – *The Parish of St. Andrew Holborn*. London: privately printed, 1981.

⁷ DAVIES, M. – *The Tailors of London and their guild, c. 1300-c.1520*. Unpublished University of Oxford D. Phil. thesis, 1994. Available online at <http://ora.ox.ac.uk/objects/uuid%3A577c6a65-92cb-4f30-b4fd-e123096dbf43/datastreams/ATTACHMENT1> [date accessed: 28 September 2014].

⁸ See ROSSER, A. G. – *Medieval Westminster*. Oxford: Oxford University Press, 1989. For the economic links between Westminster and London see, for example, HARVEY, B. F. – "Westminster Abbey and Londoners, 1440-1540". in DAVIES, M.; PRESCOTT, A. (eds.) – *London and the Kingdom: essays in honour of Caroline M. Barron*. Donington: Paul Watkins, 2008, pp. 12-37.

who settled there. Southwark also became somewhat notorious for prostitution and criminality, again because of its jurisdictional complexity⁹. It therefore represented in some respects a contrast in suburban terms to the prestige and power exercised by Westminster (although the latter was not without its social problems), with Southwark filling the role which suburbs often filled for medieval capital cities – as simultaneously seen as a threat by urban authorities, but also as place of unregulated opportunity for craftsmen and migrants. A number of London craft guilds, for example, asked the Crown for new powers of ‘search’ beyond the city of London – reflecting the sense in which many of them, as we will see, saw themselves (and were seen) as playing a role outside London¹⁰.

London’s rich religious landscape contributed to, but also expressed, the capital’s power and influence (Fig. 2). Around the periphery of the city, and within the walls, lay a large number of religious houses of different kinds – from the ‘traditional’ foundations of Augustinians, Benedictines and others, to the friaries of the Dominicans, Greyfriars and Crutched Friars, to the many smaller institutions such as almshouses, hospitals and chapels, often founded by Londoners themselves. Together they formed a patchwork of precincts, college and almshouse buildings and priory buildings. Aside from their impact on the physical environment, these institutions were important in other respects: first, they were significant property holders in the city and its suburbs, administering estates in many of the city’s 100+ parishes; second, they provided a heavy demand for goods of different kinds made by London craftsmen, with Westminster Abbey one of the leading customers; finally, they were important as spiritual resources for Londoners, the subject of many thousands of requests for masses and prayers for the soul¹¹. Although most Londoners chose to be buried in their parish churches, religious houses such as Greyfriars in particular, were attractive alternatives, cementing the bonds between inhabitants and institutions¹². Finally, the city itself was home to more than 100 parish churches, creating an even more dense patchwork of expressions of religious belief and cultural power. St Paul’s Cathedral itself, originally founded in the early seventh century, was a huge Gothic edifice

⁹ For Southwark see in particular CARLIN, M. – *Medieval Southwark*. London: Hambledon Press, 1996.

¹⁰ BOLTON, J. L. – *The Alien Communities of London in the Fifteenth Century*. Stamford: Paul Watkins/Richard III and Yorkist History Trust, 1998, pp. 23-24. For the royal charters granted to the guilds see DAVIES, M. – “Crown, city and guild in late medieval London”. in DAVIES, M. and GALLOWAY, J. (eds.) – *London and beyond: Essays in honour of Derek Keene*. London: Institute of Historical Research, 2012, pp. 247-268.

¹¹ BARRON, C. M. and DAVIES, M. (eds.) – *The Religious Houses of London and Middlesex*. London: Institute of Historical Research, 2007; HARDING, V. and KEENE, D. – *A Survey of Documentary Sources for Property Holding in London before the Great Fire*. London: London Record Society, 22, 1985.

¹² See especially STEER, C. – *Burial and Commemoration in Medieval London, c. 1140-1540*. unpublished University of London PhD thesis, 2014.

which, until 1561, had a spire which made it ‘one of the largest structures built in Western Europe since the time of Emperor Constantine’¹³.

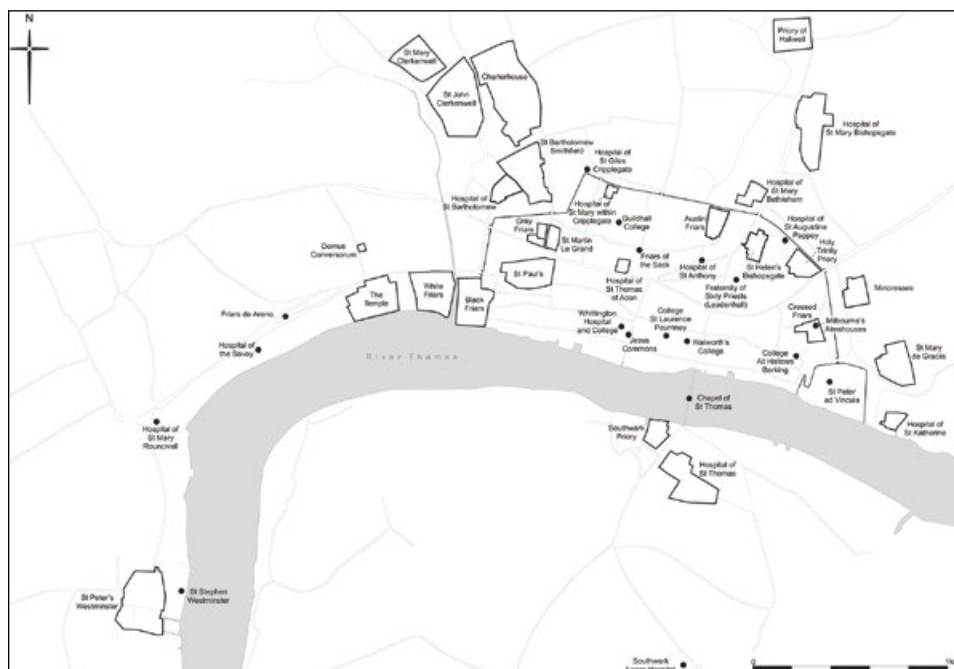


Fig. 2 – The precincts of London’s religious houses overlaid in a GIS on to the city’s principal streets. Created by Museum of London Archaeology (MOLA), and published in BARRON, C. M. and DAVIES, M. (eds.) – *The Religious Houses of London and Middlesex*. London: Institute of Historical Research, 2007.

The physical configuration of London as a metropolis therefore provides us with a range of indicators of its importance – including proximity to the royal court and government, access to seats of learning, and visible physical manifestations of religious culture and power. Together these indicators put London firmly ahead of its urban contemporaries in England: towns such as Norwich and York had their share of religious institutions, for instance, but nothing like the number or variety to be found in London. Likewise, political power became increasingly concentrated in Westminster, London’s near neighbour, whose connections with the city will be explored later. Turning to the inhabitants of the city, we can see the same pattern. London’s population, despite the ravages of the Black Death, remained at least four times that of the largest provincial English urban centres

¹³ The top of the spire was about 127 metres (417 feet) high: KEENE, D. – “Tall Buildings in Medieval London: Precipitation, Aspiration and Thrills”. in *London Journal* 33 (2008), pp. 201-215.

throughout the medieval period: the number of taxpayers recorded for London in 1377 was 23,314 compared with 7,248 for York, 6,345 for Bristol and 3,952 for Norwich. The relative positions of these other centres in terms of taxpayers shifted slightly over the subsequent century, such that by the 1520s Norwich had risen to second, followed by Bristol and Newcastle-upon-Tyne: but none threatened London's premier position¹⁴.

What is even more important than the absolute and relative figures, though, is the extent to which London – even in the Middle Ages – was a city of migrants, drawn from many parts of the country. The movement of people to (and from) London was a key feature of its metropolitan identity, and it underpinned its economy, trade and cultural influence in important ways. We can see this movement most readily in the activities of the craft guilds (known as ‘livery companies’) of London. From the end of the thirteenth century the guilds and their wardens were delegated the responsibility of determining who was suitable for admission to the Freedom of the City, with the majority of candidates doing so after taking an apprenticeship with existing members of the guilds. These institutions, whose roots can be traced back to the twelfth century, were responsible for keeping records of their apprentices on behalf of the Mayor of the city¹⁵. Most apprentices came from outside London, and some of the leading guilds recruited apprentices from the far corners of the kingdom, reflecting the pull of the capital and the importance of its trades and mercantile activity (**Fig. 3**)¹⁶. These apprentice recruitment patterns had a number of implications for London as a capital city. First of all, we know from a number of studies that a significant proportion of apprentices failed to complete their terms – either to disappear to the margins of London's economy and society, or to return home. Letters sent from the Mayor of London to his counterparts in other towns in the late fourteenth century reflected official concern of the city's governors with the loss of these semi- (or perhaps fully-) skilled workers at a time of significant labour shortages. But these losses may well have been an inevitable consequence of a system in which attrition was probably viewed in practice as inevitable by guilds and the masters. There is little evidence that London's economy suffered because of the loss of 40-60% of apprentices, and it is tempting to think that the way the apprenticeship system was administered by the guilds reflected an awareness of its failings. There was a balance to be struck in terms of apprenticeship admissions

¹⁴ For these figures see PALLISER, D. M. (ed.) – *The Cambridge Urban History of Britain: Volume I 600-1540*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

¹⁵ DAVIES, M. – “Crown, City and Guild”, pp. 249-251.

¹⁶ HOVLAND, S. R. – *Apprenticeship in later medieval London, c. 1300-c. 1530*. Unpublished University of London PhD thesis, 2006, pp. 58-70; DAVIES, M. – *The Tailors of London*, pp. 189-192.

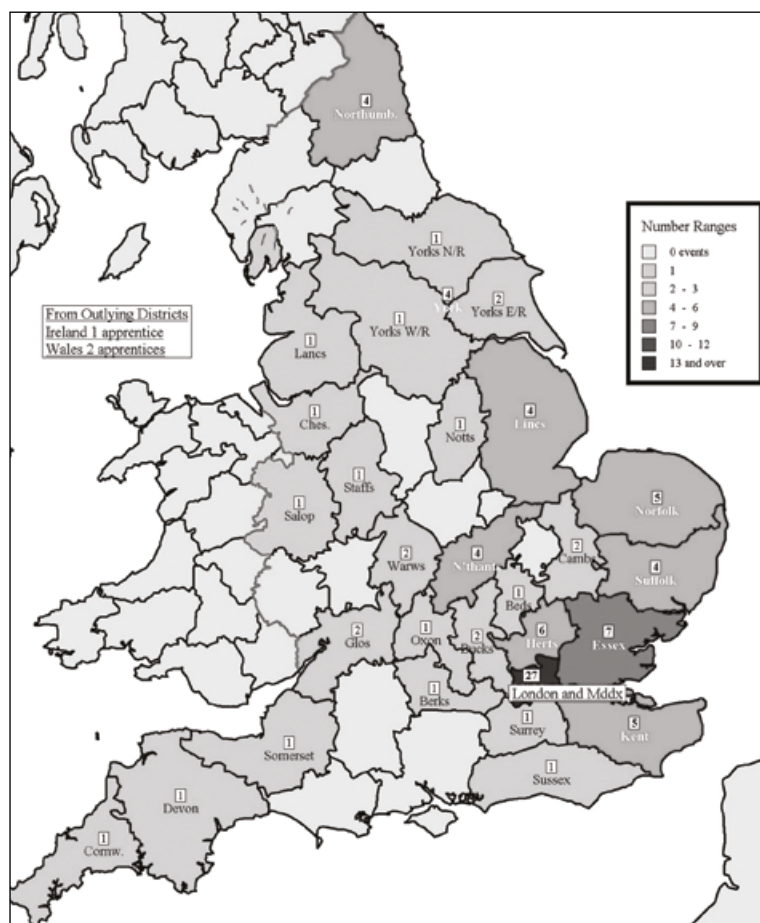


Fig. 3 – Counties of origin of apprentices who appeared in the Mayor's Court of London, 1410-1480 (HOVLAND, S. R. – *Apprenticeship in later medieval London*, c. 1300-c. 1530. Unpublished University of London PhD thesis, 2006. Reproduced by kind permission of the author).

between restricting access to markets and labour, but also ensuring that enough apprentices were taken on to compensate for likely dropouts¹⁷.

A second implication of these recruitment patterns was the long lasting connections that migration established between London and the regions. Again, these can be seen in the activities of the guilds – in this case in the careers of those who did complete their apprenticeships and become established as craftsmen and

¹⁷ HOVLAND, S. R. – *Apprenticeship in later medieval London*, Chapter 4; SHARPE, R. R. (ed.) – *Calendar of Letters from the Mayor and Corporation of the City of London, c. A.D. 1350-1370*. London, 1885; for work on this topic in early modern London by Patrick Wallis see <http://www.lse.ac.uk/researchandexpertise/experts/profile.aspx?KeyValue=p.h.wallis%40lse.ac.uk> [date accessed: 25 May 2014].

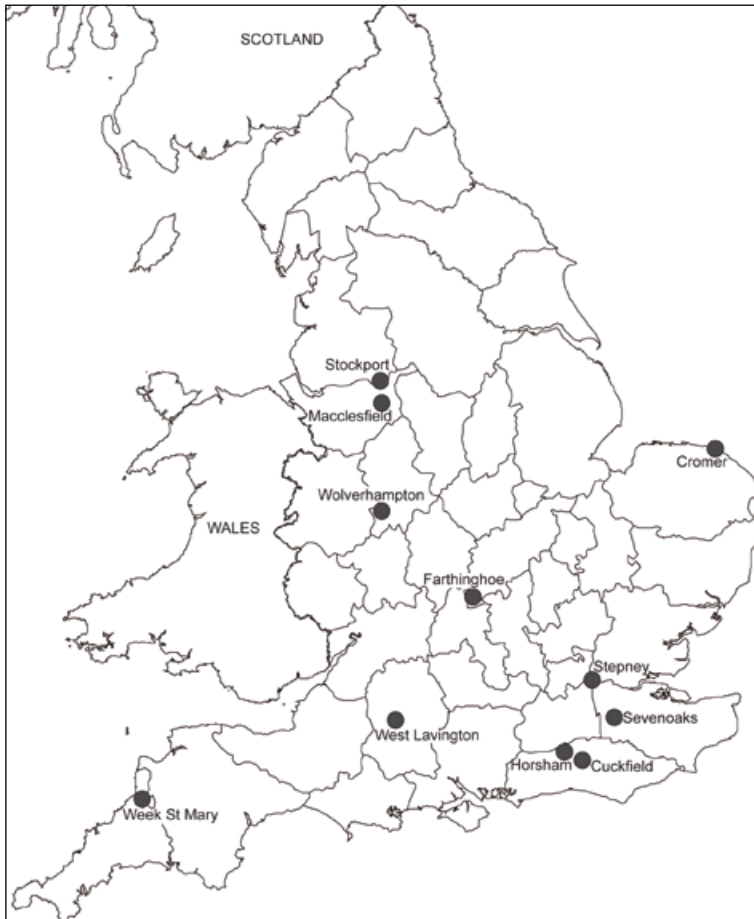


Fig. 4 – Provincial schools founded by London merchants, c. 1440-1550 (Olwen Myhill/Centre for Metropolitan History).

merchants in the capital. The wills of hundreds of London citizens bear witness to their connections with their home towns, represented in bequests of a few shillings to the parish church, to major foundations of schools, chantries and other institutions. Increasingly, the wealthiest Londoners came to use their guild as a trustee for their benefactions – enhancing the wealth and prestige of these institutions whilst ensuring that their personal wishes were enacted in the form of long-lasting foundations. By the 1540s, for example, at least eleven Londoners had founded schools in the parishes of their birth (**Fig. 4**), or other places where they had strong ties: the earliest appears to be Sevenoaks School in Kent, founded by a former Mayor of London in 1432, while Farthinghoe School in Northamptonshire was founded by a member of the Mercers' guild (the leading merchants) in 1443.

Grammar schools were established by prominent individuals such as Sir John Percyvale (Macclesfield, 1503), his wife Thomasine (Cornwall, 1506), and Sir Edmund Shaa (Stockport, 1488)¹⁸. Other charitable activity included foundations at the universities of Oxford and Cambridge, as well as perpetual chantries and other *post obit* arrangements in local parish churches outside London, reflecting property ownership but also a sense of attachment to those places. Unlike most of their counterparts in other towns and cities, London's guilds were becoming actively involved in the English regions, in administering endowments and property holdings, appointing schoolmasters and chaplains, and intervening in disputes with local inhabitants.

These were the beginnings of a process which accelerated after the Reformation, in which the charitable interventions of the guilds have been characterised as an important expression of London's role in national integration. Over the course of the sixteenth and seventeenth centuries the number of schools administered by the companies rose to more almost thirty¹⁹. The importance of these evolving connections in the pre-Reformation period has perhaps been underplayed – it seems that around a quarter of the schools founded by London merchants before 1700 were actually pre-Reformation in origin. Hence they should be seen alongside some of the economic evidence, considered below, as indicators of London's national role and influence in the later middle ages. Indeed, the guilds' regulatory activities were themselves reflective of the city's wider importance. Keene noted that as early as the twelfth century the London guilds were setting national standards in production, especially in trades such as gold and silver working. Guilds such as the Goldsmiths and Pewterers actively pursued royal 'charters' in the fifteenth century which gave them national rights of inspection, while others, such as the Skinners, asked for similar rights within a certain distance of the city²⁰. The three-way relationship between the Crown,

¹⁸ ORME, N. – *Medieval Schools: From Roman Britain to Renaissance England*. New Haven: Yale University Press, 2006; For the Percyvales see DAVIES, M. – “Dame Thomasine Percyvale”, “The Maid of Week (d. 1512)”. in BARRON, C. M. and SUTTON, A. F. (eds.) – *Medieval London Widows, 1300-1500*. London: Hambledon Press, 1994, pp. 185-207. For Shaa (or Shaw): TUCKER, P. – “Shaw, Sir Edmund (d. 1488)”. in *Oxford Dictionary of National Biography*. Oxford: Oxford University Press, 2004; online edn, Jan 2008 [<http://www.oxforddnb.com>, accessed 30 Sept 2014].

¹⁹ For the post-Reformation period see WARD, J. P. – “Godliness, commemoration, and community: the management of provincial schools by London Trade Guild”. in MCCLENDON, Muriel C., WARD, Joseph P. and MACDONALD, Michael (eds.) – *Protestant Identities: Religion, Society, and Self-fashioning in post-Reformation England*. Stanford, Ca.: Stanford University Press, 1999, pp. 141-157; WARD, J. P. – *Culture, Faith and Philanthropy: Londoners and Provincial Reform in Early Modern England*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013.

²⁰ KEENE, D. – “English urban guilds, c. 900-1300”. in GADD, I. A. and WALLIS, P. (eds.) – *Guilds and Association in Europe, 900-1900*. London: Institute of Historical Research, 2006, pp. 3-26; DAVIES, M. – “Crown, City and Guild”, pp. 249-251; HOMER, R. F. – “The Pewterers' Company's Country Searches and the Company's Regulation of Prices”. in GADD, I. A. and WALLIS, P. (eds.) – *Guilds, Society and Economy*

the City government, and the guilds did not always work to the advantage of London, but it very often did, ensuring that London interests were at the forefront of discussions about economic policies in Parliament, for example²¹.

II. Internal and external trade

London's influence in economic terms has been much studied by historians. Work on the customs records, for example, has shown that by the end of the later middle ages the city accounted for almost 80% of the export trade in cloth, the commodity which more than any other came to underpin the wealth of many of London's merchants. Although there was a slump in trade in the middle years of the fifteenth century, Londoners' exports rose from around 20,000 cloths a year in the 1380s to more than 100,000 a year in the 1530s. While in relative decline, the wool trade remained important for London, and the city's dominance increased during the fifteenth century. There is scarcely a commodity whose trade was not in fact dominated by London and its merchants: the wine trade saw towns such as Exeter and Bristol take more of a share, but London was still left with between 40-50% of imports²². While London remained ahead, the fortunes of other urban centres varied greatly – York experienced a period of decline, whilst the port towns of Bristol and Exeter continued to flourish, as did (for the time being) Norwich.

This predominant position was of course the result of a number of factors. The Crown favoured London, viewing it as the bedrock of the state's finances and a valuable source of direct financial support at various times. London itself, as Keene and others have noted, was an entrepôt, playing a key linking role in internal and external trading networks. In this sense it shared characteristics with cities such as Venice and Genoa in terms of their relationships with their domestic and international networks²³. London – like Lisbon perhaps – enjoyed a geographical position that was seemingly peripheral, but which on closer examination was strategically advantageous, being “on the margin of a region of intensive exchange, land exploitation and settlement which straddled the southern part of the North Sea and the English Channel... There was a constant interchange of people and

in London 1450-1800. London: Institute of Historical Research, 2002, pp. 101-114; WALLIS, P. and GADD, I. A. – “Reaching beyond the city wall: London guilds and national regulation, 1500-1700”. in EPSTEIN, S. R. and PRAK, M. (eds.) – *Guilds, Innovation and the European Economy, 1400-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, pp. 288-316.

²¹ DAVIES, M. – “Lobbying Parliament: the London livery companies in the fifteenth century”. in *Parliamentary History* XXIII (2004), pp. 136-148.

²² BARRON, C. M. – *London in the Later Middle Ages*, pp. 101-115.

²³ KEENE, D. – “Metropolitan Comparisons”, pp. 466-467.

goods between London and the Low Countries, and the languages of the two territories were similar²⁴. In the city itself, the presence of Italian merchants in the city, and especially the setting up of banking operations such as those of the Borromei, testified to the importance of international credit and to the importance of financial networks in promoting London's overseas trade²⁵.



Fig. 5 – Counties of residence of defendants in suits brought by London mercers in the Court of Common Pleas, 1399-1500.

²⁴ KEENE, D. – “Metropolitan values: migration, mobility and cultural norms, London 1100-1700”. in WRIGHT, L. (ed.) – *The development of standard English 1300-1800: theories, descriptions, conflicts*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 99.

²⁵ BRADLEY, H. (ed.) – *The Views of Hosts of Alien Merchants, 1440-1444*. Woodbridge: London Record Society, 46, 2012; BOLTON, J. L. – “London Merchants and the Borromei Bank in the 1430s: the Role of Local Credit Networks”. in KLEINEKE, H. (ed.) – *Parliament, personalities and power: papers presented to Linda S. Clark, The Fifteenth Century*, X. Woodbridge: Boydell and Brewer, 2011, pp. 53-73.

The relationship between London and the rest of the country was once again a critical factor here. It is clear that by the late fourteenth century, despite the fall in population, London was the focus of an increasingly integrated national economy represented in the city's demand for supplies, by its exports and imports, and by its distributive trade throughout England. At the same time, London was increasingly influential as a centre of innovation in production and in supplying materials, capital and markets for provincial industries²⁶. These trends became ever more important in the fifteenth century, and provided the building blocks for dramatic expansion in the sixteenth and seventeenth centuries.

One way of exploring the relationship between London and the English regions is the analysis of debt/credit relationships. At various times these were the subject of litigation on the central Court of Common Pleas which was held at Westminster. A series of research projects based at the Centre for Metropolitan History has analysed this material in order, amongst other objectives, to understand the significance of London and the degree to which England constituted one economy at different periods, rather than an aggregation of poorly integrated local and regional ones. The "Metropolitan Market Networks" project, for example concluded that decline in the relative importance of the principal provincial towns among London's domestic trading partners, evident between 1424 and 1570, reflects changes in the organisation of regional trade which were in part London-directed. There were regional variations, such that London's intervention in the south-west appears to have contracted, whereas it was expanding in Yorkshire in the north of England²⁷. More recently, "Londoners and the Law" looked in more detail at 6,000 cases that were pleaded (i.e. actually came to court) from the same royal court. One of the key findings was that the court, though separate from the city of London, was strikingly popular with Londoners – who seem to have seen it as an important alternative to the City's own courts as a means of obtaining redress in civil actions. Indeed, Londoners were more heavily represented as litigants than people from any other part of the country, even taking into account population size. The evidence from the cases themselves shed further light on London's role in economic integration. Throughout the period London's merchants had extensive commercial interactions with virtually all parts of the country (e.g. **Fig. 5**), putting into perspective the largely regional networks of centres such as York and Exeter

²⁶ KEENE, D. – "Metropolitan Comparisons". For research carried out by the Centre for Metropolitan History see for example KEENE, D. – "Medieval London and its region". in *London Journal* 14 (1989), pp. 99-111; GALLOWAY, J. A. (ed.) – *Trade, urban hinterlands and market integration c.1300-1600*. Centre for Metropolitan History Working Papers 3. London: Institute of Historical Research, 2000.

²⁷ KEENE, D. and GALLOWAY, J. A. – *Metropolitan Market Networks: Final Report*. London: Centre for Metropolitan History, 2000, http://www.history.ac.uk/sites/history.ac.uk/files/Short_End_of_Award_Report_ESRC.pdf [date accessed 1 October 2014].

That said, while there is some evidence of further integration in the fifteenth century, the effects of recession in the middle of the century may have impeded further extension of London's significant trade networks before the sixteenth century. We can then see London increasing its reach into northern and distant counties, and a corresponding rise in the value of commodities distributed by 'chapmen' on behalf of London merchants²⁸.

III. London as a royal city

This brings me on to the third of my themes. It's important to note that the charters granted to the London guilds were from the Crown, not the city. Only the Crown could give them national rights and so the roles of the guilds were here bound up with a wider issue of London's role as a capital city and the development of the English State. Derek Keene has for instance argued that Crown saw the London guilds as components of royal government as early as the twelfth century, a period when London's own government was still very much evolving. This gave London and its guilds an important role in setting standards for production nationally, not just within the city itself – again promoting integration. London was the original home to the royal mint, where the coinage was produced – and when it moved it only transferred a short distance to the royal Tower of London to the east of the city – but it retained close links with London through the people employed as masters of the mint, particularly London goldsmiths²⁹.

The role of London with the English state, and its relations with the Crown, is a very large subject, and so again I just want to focus on a few aspects here. As Derek Keene has shown, for example, from the eleventh century onwards London was ascribed a special place within the state: William the Conqueror was said to have arrived in 1066 “at the metropolis of the realm (*regnum*)”, and King Stephen at the beginning of his reign went to the “metropolis of the whole kingdom”. London was often portrayed as being the seat of the Kingdom, or the head of the realm. The physical relationship is one aspect of this. As we saw earlier,

²⁸ “Londoners and the Law: pleadings in the Court of Common Pleas 1399-1500”, project directors Matthew Davies and Hannes Kleineke, Arts and Humanities Research Council Award no. AR119247. Key outcomes online at <http://gtr.rcuk.ac.uk/project/97C5A341-3C03-4152-8EF3-6E15B9E766E9> [date accessed 30 September 2014]; DAVIES, M., KLEINEKE, H., MACKMAN, J. and STEVENS, M. (eds.) – *Londoners and the Law: Pleadings in the Court of Common Pleas* (TNA Class CP40), <http://www.british-history.ac.uk/source.aspx?pubid=1272> [date accessed: 2 October 2014]; STEVENS, M. – “Londoners and the court of common pleas in the fifteenth century”. in DAVIES, M. and GALLOWAY, J. A. (eds.) – *London and Beyond: essays in honour of Derek Keene*. London: Institute of Historical Research, 2012, pp. 225-245.

²⁹ KEENE, D. – “English urban guilds, c. 900-1300”.

Westminster and London were separate – so London was not a royal city in quite the same way as other royal centres were, such as Paris for example. The physical arrangement reflected the separation of institutions such as parliaments, courts and so on between the city and the royal government³⁰. At the same time, though, the English state was highly centralised, and became highly centralised quite early. So although London itself was not the seat of state institutions it played a key role in the formation and evolution of the English state – it became the principal source of power and legitimacy for the Crown. Whoever wanted to control the English state had to control London. The economic importance of London was obviously one of the main reasons for this – it had financial muscle, which provided large sums in taxation for day to day purposes but also for wars and other needs. But it goes beyond this also – to the Crown’s perception of London’s role in the state, and the special attention given to London and its interests.

If we look at this relationship over time, what we have are two interconnected narratives: one concerning the evolution of the English State, and the other London’s achievement of a form of “self-government”. In other words, we cannot understand London’s gradual achievement of self-government without understanding the limits to that, and also the fact that it took place within the wider framework of state formation.

We can look at this relationship in a number of ways. First, in political terms, London and the Crown were interdependent. In the later middle ages London developed its government, partly at the encouragement of the Crown: there was a mayor, 25 aldermen and a common council, as well as an array of officials such as the sheriffs (technically royal officials in fact), and a recorder responsible for communication with the Crown and Parliament. It benefited the Crown to have a strong capital city, once which was able to govern itself and generate wealth – as long as it remained loyal. The main source of instability for the English crown were dynastic rivalries (such as those which led to the depositions of Richard II in 1399 and Henry VI in 1461) but even these were not perhaps as destabilising when compared with dynastic upheavals in some other countries³¹.

Similarly, relations between London and the Crown were generally fairly harmonious – certainly when compared with relations between rulers and

³⁰ KEENE, D. – “Metropolitan Comparisons”.

³¹ For discussion of London’s role in these political events see, amongst others, BARRON, C. M. – “London and the Crown 1451-1461”. in HIGHFIELD, J. R. L. and JEFFS, R. (eds.) – *The Crown and Local Communities in England and France in the 15th century*. Gloucester: Alan Sutton, 1981, pp. 88-109; BARRON, C. M. – “Richard II and London”. in GOODMAN, A. and GILLESPIE, J. (eds.) – *Richard II and the Art of Kingship*. Oxford: Oxford University Press, 1999, pp. 129-154; BOLTON, J. L. – “London and the Peasants’ Revolt”. in *London Journal* 7 (1981), pp. 123-124; BOLTON, J. L. – “The City and the Crown, 1454-1461”. in *London Journal* 12 (1986), pp. 11-24.

cities in the Low Countries or in other parts of Europe³². The King seized the liberties of London on two occasions – in the late thirteenth century, and in the late fourteenth century. Each time he installed a royal warden to govern the city, deposing the mayor. But each time the King then reinstated the city government and things got back to relative normality. Looking at things over the long term, which is important, we can see occasions when London was pushing hard to gain new powers and privileges, in other words to fulfil its potential as a self-governing commune. This did not always meet with a positive response from the Crown initially, but dialogue and communication did often lead to rapprochement. A case in point was a Great Charter of 1319 which was granted to London, after many years of discussion and lobbying by a city whose leaders were desperate to codify some of the important rights they had gradually accumulated. Similarly, the Crown too could sometimes come down hard on the City, or do things which the City regarded as interfering – appointing royal officials to jobs in London which had come to be occupied by Londoners. The Crown was sometimes keen to remind urban communities of the pre-eminence of the royal prerogative³³.

London's importance as a capital – both in political and economic terms – was clear during the dynastic civil wars of the fifteenth century which saw several instances of regime change: the deposition of Henry VI in 1460 and his temporary restoration in 1470; the usurpation of the Crown by Richard III in 1483 and his replacement by the Tudor dynasty of Henry VII in 1485³⁴. Historians have written extensively about these events, and about London's role in them. Two things are clear. First, that control of London was essential for any king or would-be King. However, London was never forcibly seized during these wars. In part that was because the leading citizens were able to see the way the wind was blowing and prevent disaster, but that was not the whole story. Londoners often had strong, though often divergent, views on economic policy or perceived royal misgovernance and at various times these had an influence on the City's response to political events. Some have characterised London's role as that of 'kingmaker' during the wars of the Roses – that perhaps implies more 'agency' on London's part than was the case, but it was certainly the case that any king would have

³² See for example SOLY, H. – “The political economy of European craft guilds: power relations and economic strategies of merchants and master artisans in the medieval and early modern textile industries”. in *International Review of Social History* 53 (2008), pp. 45-71; CHEVALIER, B. – *Les Bonne Villes de France du XIVe au XVIe siècle*. Paris: Editions Aubier, 1982, pp. 74, 129-130; BLOCKMANS, W. P. – “Voracious states and obstructing cities: an aspect of state formation in preindustrial Europe”. in TILLY, C. and BLOCKMANS, W. P. (eds.) – *Cities and the Rise of States in Europe, A.D. 1000–1800*. Boulder, Colo and Oxford: Westview Press, 1994, pp. 235-236.

³³ DAVIES, M. – “Crown, City and Guild”, pp. 247-268.

³⁴ See above.

felt it difficult to rule without the passive or active support of London. The City and its leaders were renowned for their loyalty to the incumbent monarch and it took a great deal for them to step away from that. Every year the new Mayor and Sheriffs would travel to Westminster to swear their oaths of office – affirming their position in respect to the Crown³⁵.

Two other aspects of the relationship between Crown and City are worth highlighting. First, London was a ritual and ceremonial stage for the monarchy, a reflection of its status and importance in other respects. Coronation processions took place through the streets of London on well-defined routes past the key sites and buildings (**Fig. 6**). When Kings returned from military campaigns they were often received by the citizens, led by the mayor, and then escorted into the City. There are some wonderful contemporary descriptions of royal entries into London, often accompanied by references to the city's importance for the monarchy and a celebration of the partnership between city and King³⁶. Second, the Westminster-London axis also became extremely important as a focus for royal and aristocratic residences. These were partly responsible for some of the infilling that took place in the later middle ages and beyond, and hence for the expansion of the whole built up area to include both the city of London and Westminster. This was encouraged, of course, by the tendency of monarchs to stay at Westminster or at other palaces along the River Thames – rather than elsewhere. The Tudors added other palaces within reach of London in the early sixteenth century. So the co-location of city, Crown and court created a magnet for aristocrats and prominent churchmen who were drawn to the metropolis for government business or for shopping or business dealings in the city³⁷. Residence created demand for goods and services, especially in the form of 'wardrobes' – buildings where clothes and other goods were made and stored. The most important example was the Great Wardrobe of the King, which was located in the City itself – reflecting the importance of being able to draw on London's many artisans and merchants. We have the accounts of the Great Wardrobe, which show the Crown's absolute dependence on London for clothing, gold and silver plate, arms and ammunition, and so on. London merchants were also key suppliers to other departments of the Crown, including the royal household itself³⁸.

³⁵ BARRON, C. M. – *London in the Later Middle Ages*, pp. 9-42.

³⁶ BARRON, C. M. – *London in the Later Middle Ages*, pp. 18-22; LANCASHIRE, A. – *London Civic Theatre: City Drama and Pageantry from Roman Times to 1558*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009; ANGLO, S. – *Spectacle, Pageantry, and Early Tudor Policy*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

³⁷ BARRON, C. M. – "Centres of conspicuous consumption: the aristocratic town house in London, 1200-1550". in *London Journal* 20 (1995), pp. 1-16.

³⁸ KEENE, D. – "Wardrobes in the city: houses of consumption, finance and power". in PRESTWICH, M., BRITNELL, R. H. and FRAME, R. (eds.) – *Thirteenth century England VII: proceedings of the Durham conference 1997*. Woodbridge: Boydell and Brewer, 1999, pp. 61-79.

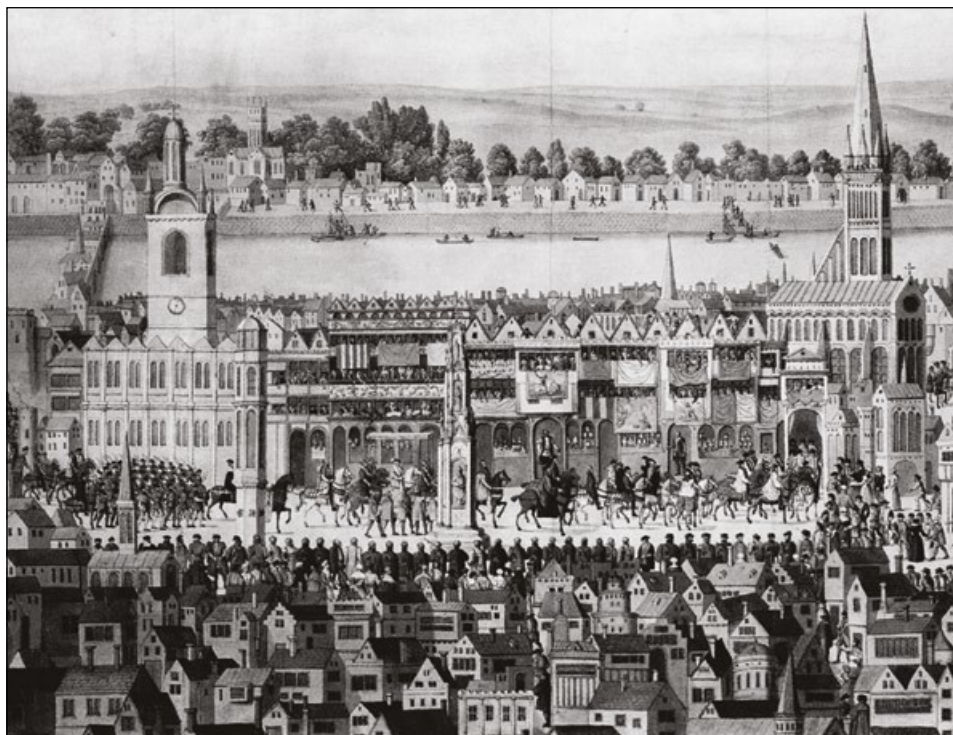


Fig. 6 – Edward VI's Coronation Procession along Cheapside on 19 February 1547, the day before his coronation. Copy by S.H. Grimm (1785), of a contemporary mural at Cowdray House, Sussex, destroyed in 1793. Cheapside is shown from the north, with St Paul's Cathedral and its spire on the right and St Mary le Bow on the left. By permission of the Society of Antiquaries of London.

In conclusion, this paper has surveyed London's development as a capital city in the later Middle Ages, drawing out some of the key trends and changes. Other examples of London's importance and centrality can, of course, be cited – not the least of which included its role in the levelling and standardization of the English language, a process which began in the fourteenth and fifteenth centuries. This was partly because of the movement and social interchange of people across England, which as we have seen was driven by London, and partly because of the emergence of a metropolitan elite and the dominance of its print culture from the sixteenth century onwards. In other words, there was a linguistic component to the integration which London fostered from the later middle ages onwards³⁹. Similarly, London's influence in governmental terms can be detected in the records of other urban corporations – such as those of Norwich and Bristol, whose customs

³⁹ KEENE, D. – “Metropolitan values: migration, mobility and cultural norms, London 1100-1700”, pp. 93-114.

and ordinances were based on those of the capital. The Crown itself was aware of this, and sometimes granted privileges to distant towns on condition that they did not infringe those of the city of London⁴⁰. Some general conclusions can be offered, which can perhaps provide useful points of comparison with other capital cities, including Lisbon. In the first place, it is clear that London enjoyed much of its success by virtue of its place within a relatively centralised state, enabling a mutually supportive/dependent relationship between the city and the Crown that was only rarely put in jeopardy. This in turn helped to promote London's economic and physical growth, and its supremacy among English urban centres – despite the undoubted significance of regional centres such as Norwich, Exeter and York. Its connections with other parts of the country were very significant for its own economic development, and also for the integration and growth of the country's economy. This was facilitated by relatively good land and sea transport links – the passage along the south coast to Southampton and Exeter might, for example, be compared with the trickier passage from Lisbon north to Porto. London, as we have seen, was able to derive great benefits from its place in north-west European trade networks that encompassed the Baltic and North Seas, and facilitated trade with the southern parts of Europe, including other 'peripheral' cities such as Lisbon en route to the Mediterranean. The advantages of geographical positioning on the margins of the continent, and well-established mercantile and shipping activities provided, for both cities, a vital underpinning to overseas expansion and colonial adventures in the sixteenth century.

⁴⁰ KEENE, D. – "The south-east of England". in PALLISER, D. M. (ed.) – *The Cambridge Urban History of Britain*, pp. 565-566; For Bristol see, for example, FLEMING, P. – "Making history: culture, politics and the *Maire of Bristowe Is Kalendar*". in BIGGS, D., MICHALOVE, S. and COMPTON REEVES, A. (eds.) – *Reputation and Representation in Fifteenth-Century Europe*. Leiden: Brill, 2004, pp. 289-316.

PARTE II
Gentes, espaços e poderes
– *textos seleccionados*

Enterramentos infantis em contextos não funerários na Alta Idade Média

Sílvia Casimiro¹, Sara Prata², Rodrigo Banha da Silva³

Partindo da ideia de que os rituais funerários são praticados com um propósito, que refletem a identidade individual do inumado e, como produto que resulta de um comportamento perante a morte refletem, também, a identidade coletiva de um grupo, estes variam em função de toda uma conjuntura vivida pelos grupos sociais. Neste sentido, constituem-se como uma importante fonte de informação, em termos ideológicos, socioeconómicos, identitários e culturais. O tratamento dado ao corpo, o modo como é colocado na sepultura, a presença ou ausência de mobiliário funerário, o tipo de sepultura, a sua localização ou a organização do espaço funerário são algumas das fontes de informação que, em conjunto com o estudo dos restos osteológicos associados, essenciais para a reconstrução dos parâmetros paleodemográficos, refletem a comunidade que representam, independentemente do contexto cronocultural. O recurso aos estudos biomoleculares (ADN) e bioquímicos (principalmente os isótopos de nitrogénio e carbono e o estrôncio) aplicados aos restos osteológicos para promover a interpretação e caracterização das comunidades do passado, apesar das limitações que estes apresentam, constitui-se como uma mais-valia⁴, uma vez que podem revelar pormenores relativos às diferentes fases da vida de um indivíduo, fornecendo informações sobre padrões de alimentação e de mobilidade, graus de parentesco e aspetos relacionados com as condições de vida. Infelizmente, o recurso a estes métodos é, ainda, pouco frequente em Portugal.

No entanto, os rituais funerários nem sempre são perceptíveis e os restos osteológicos nem sempre estão presentes, o que constitui um entrave na investigação. No que respeita à temática da Alta Idade Média, deparamo-nos ainda com outras limitações. Tal como elucida Catarina Tente, “Trata-se de uma temática difícil

¹ Instituto de Estudos Medievais (IEM-FCSH/NOVA) e Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA-FCSH/NOVA). scasimiro@fcs.unl.pt

² Instituto de Estudos Medievais (IEM-FCSH/NOVA); Universidade de Salamanca.

³ Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL); Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar (CHAM-FCSH/NOVA, UAç).

⁴ HAKENBECK, Susan – “Potentials and limitations of isotope analysis in early medieval archaeology”. in *Postclassical Archaeologies* 3 (2013), pp. 109-125.

por escassearem os documentos escritos e por estes serem, fundamentalmente, emanados das elites, o que limita a construção de uma imagem mais abrangente e que inclua os excluídos desse mesmo poder”⁵. No âmbito da arqueologia, a falta de “fósseis diretores” constitui-se como outra limitação. No entanto, e apesar dos constrangimentos, tal como reforça a investigadora, é neste âmbito que se têm vindo a fazer alguns progressos.

Com efeito, Portugal tem assistido, nos últimos anos, a um desenvolvimento da investigação dirigida a estas cronologias, com uma abordagem interdisciplinar que tem permitido alargar os conhecimentos sobre estas comunidades e o seu modo de vida, tais como os projectos desenvolvidos por Marina Afonso Vieira para o Alto Paiva⁶ ou por Catarina Tente para o Alto Mondego⁷ e, mais recentemente, para o distrito de Viseu⁸. Também em Espanha alguns investigadores⁹ têm desenvolvido esta temática, com o mesmo tipo de abordagem, em projetos bastante reveladores.

Esta ampla cronologia abrange um período de grande relevância na Península Ibérica, uma vez que ocorrem eventos históricos marcantes com implicações na organização social e no modo de vida das populações, especialmente nos seus primeiros séculos. Desintegra-se o que resta da administração romana e entram em cena os denominados “povos germânicos”. Mais tarde, ocorre a ocupação islâmica e os consequentes avanços e recuos da conquista cristã¹⁰. Com esta, e a par de uma certa estabilização política, expande-se uma rede paroquial que procura insistentemente uniformizar as normas eclesíásticas e os rituais fúnebres. Porém, esta tentativa de uniformização tarda em revelar efeitos práticos, fenómeno que é perceptível no registo arqueológico, nomeadamente perante a variabilidade funerária, verificando-se que vários tipos de enterramento podem coexistir no tempo e no espaço, sem predominância de sexo ou idade.

Apesar do ritual de cremação ainda persistir durante a Alta Idade Média, apresenta-se como pouco frequente, sendo a inumação o ritual predominante, com uma ampla variedade que se distribui entre as cemiteriais (necrópoles e pequenos núcleos de sepulturas) e as extra-cemiteriais. Na última incluem-se as sepulturas

⁵ TENTE, Catarina. – *Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego. Ocupação e Exploração do Território nos Séculos V a XI*. Tese de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia apresentada à FCSH da UNL. Lisboa: [s.n.], 2010.

⁶ VIEIRA, Marina Afonso – *Alto Paiva. Povoamento nas épocas romana e alto-medieval*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, “Trabalhos Arqueologia 36”, 2004.

⁷ TENTE, Catarina – *ob. cit.*

⁸ EICAM – Estudo Interdisciplinar de Comunidades Alto Medievais (séculos V a XI) – O caso de Viseu: <http://www.eicam-iem.fcsh.unl.pt/>

⁹ Casos de Juan António Quirós Castillo, Margarita Fernandez Mier, Alfonso Vigil-Escalera e Iñaki Martín Viso.

¹⁰ TENTE, Catarina – *ob. cit.*

e as inumações em contextos habitacionais, silos, fossas ou outros locais onde não seria expectável identificar enterramentos humanos.

São várias as problemáticas que se destacam no seio desta temática, nomeadamente, a que se refere à sub-representação de não adultos nos espaços funerários, seus motivos e suas implicações¹¹. De facto, a proporção relativa destes esqueletos recuperados em contexto arqueológico é muito baixa, principalmente no que se refere a neonados e crianças muito jovens, não representando, de todo, os valores esperados para populações pré-industriais¹². Durante a Idade Média, cerca de 1/3 das crianças que sobreviviam ao nascimento percia antes de completar o primeiro ano de vida, altura em que estavam particularmente mais vulneráveis à doença, à falta de cuidados e aos múltiplos riscos decorrentes do meio ambiente. Após o primeiro ano de vida, as hipóteses de sobrevivência aumentavam substancialmente mas, ainda assim, cerca de 1/3 desses sobreviventes percia antes de completar os 5 anos¹³, período em que, para além dos riscos que corriam durante o primeiro ano de vida ainda serem substanciais, se inclui a fase em que ocorre a transição da amamentação materna para a introdução de leites de proveniência animal e alguns dos alimentos sólidos que faziam parte da dieta familiar, provocando reações no sistema imunitário, muitas vezes fatais, especialmente nos indivíduos mais débeis¹⁴.

Uma das justificações mais recorrentes para esta sub-representação, particularmente neste período, é a ausência do sacramento do batismo, o requisito determinante para a inclusão na comunidade cristã. Na Península Ibérica, decorre o lento processo de cristianização de uma população enraizada numa mescla de culturas de matriz local, mas também romana e germânica, onde as normas religiosas cristãs, para além de não se encontrarem uniformizadas e, muito menos, cimentadas, sofrem significativas variações geográficas. Esta situação surge como uma preocupação por parte da Igreja, perceptível nos cânones dos concílios visigóticos e hispano-romanos pela repetição dos apelos à uniformização destas

¹¹ Ao longo deste texto, as referências a “não adulto”, “infantil”, “criança” reportam-se a indivíduos com idade compreendida entre o nascimento e a fase em que é expectável que atinjam a puberdade.

¹² CARDOSO, Hugo – “Onde estão as crianças? Representatividade de esqueletos infantis em populações arqueológicas e implicações para a paleodemografia”. in *Revista de Antropologia Portuguesa* 20/21 (2003/2004), p. 239.

¹³ LEWIS, Mary – *The Bioarchaeology of Children. Perspectives from Biological and Forensic Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, “Cambridge Studies in Biological and Evolutionary Anthropology”, 2007, p. 81; CARDOSO, Hugo – *ob. cit.*, p. 254; KAMP, Kathryn A. – “Where Have All the Children Gone? The Archaeology of Childhood”. in *Journal of Archaeological Method and Theory*. Vol. 8, n.º1 (2001), pp. 1-34.

¹⁴ HERRING, D. A.; SAUNDERS, S. R.; KATZENBERG, M. A. – “Investigating the Weaning Process in Past Populations”. in *American Journal of Physical Anthropology* 105 (1998), pp. 425-439; KATZENBERG, M. A.; HERRING, D. A.; SAUNDERS, S. R. – “Weaning and Infant Mortality: Evaluating the Skeletal Evidence”. in *Yearbook of Physical Anthropology* 39 (1996), p. 178.

normas, dos rituais fúnebres e à importância de fazer passar essa informação, nomeadamente, às comunidades mais ruralizadas e menos acessíveis¹⁵.

Também bastante comum é justificar-se esta “invisibilidade” de sub-adultos com a fragilidade do esqueleto e a sua maior suscetibilidade aos fenómenos tafonómicos. É verdade que se trata de material ósseo mais sensível, que se desarticula com mais facilidade e que é mais suscetível de ser transportado, destruído ou consumido por animais¹⁶. Contudo, por um lado, este fenómeno não se cinge apenas ao material ósseo, estendendo-se também às sepulturas ou a quaisquer vestígios de enterramento. Por outro lado, tal como acontece com o material ósseo de adultos, a estrutura histológica dos ossos de não-adultos pode ser bastante razoável, desde que as circunstâncias inerentes ao enterramento também o sejam. Em muitos casos, tem sido possível a extração de material ósseo em condições para se proceder a análises bioquímicas e biomoleculares.

Mas se a grande maioria destes não adultos, aparentemente, não era sepultada nos espaços convencionais, tinha de o ser em algum outro lugar. Os enterramentos infantis em locais distintos do resto da população, ou seja, fora do espaço comunitário destinado à prática funerária, estão documentados arqueologicamente para cronologias da Alta Idade Média. Estes surgem, normalmente, em contextos habitacionais (ou espaços associados), dispersos pela paisagem e em silos, poços, fossas ou depósitos.

Na Península Ibérica, os casos de enterramentos de não adultos, seja em contextos habitacionais, seja no interior das estruturas ou em espaços associados (hortas, terrenos e estruturas anexas), sucedem-se na Alta Idade Média, incluindo em contexto muçulmano, mas também em cronologias anteriores e até posteriores. Através da etnografia, sabemos que, pelo menos na primeira metade do século XX, estes enterramentos ainda eram praticados em casos de morte de recém-nascidos e de crianças muito jovens, independentemente de serem ou não batizados. Os corpos das crianças, dependendo da idade, eram colocados em caixas de cartão (muitas vezes em caixas de sapatos) ou de madeira, em caixões improvisados ou simplesmente envolvidos em lençóis brancos, antes de serem enterrados. Os mesmos registos

¹⁵ VIVES, José (ed.) – *Concilios Visigóticos e Hispanos Romanos*. Barcelona/Madrid: CSIC-Instituto Enrique Florez, 1963.

¹⁶ MORTON, R. J.; LORD, W. – “Detection and recovery of abducted and murdered children: Behavioral and taphonomic influences”. in HAGLUND, W.; SORG, M. (eds.) – *Advances in Forensic Taphonomy: Method, Theory and Archaeological Perspectives*. New York: CRC Press, 2002, pp. 151-171; LEWIS, Mary – *ob. cit.*, p. 23; BASS, W. – *Human Osteology. A Laboratory and Field Manual*. Columbia: Missouri Archaeological Society, 2003; GUY, H.; MASSET, C. – “Particularités taphonomiques des os d’enfants”. in BUCHET, L. (ed.) – *L’enfant, son corps, son histoire*. Sophia Antipolis: APDCA, 1997, pp. 35-43.

dizem-nos que era comum o pai encabeçar uma espécie de cerimónia, muito breve e para uma assistência muito reduzida, de cariz familiar¹⁷.

Um exemplo destes casos, na Alta Idade Média e na Península Ibérica, foi identificado no povoado medieval de Aistra, em Álava (País Basco). Trata-se do enterramento de um recém-nascido com menos de um mês de vida, no solo de uma *longhouse*. Este enterramento, apesar da ausência de mobiliário funerário, revela alguns cuidados na sua deposição. Chama-se a atenção para o facto deste caso se inserir cronologicamente no final da Alta Idade Média, altura em que, em Aistra, terá existido um espaço destinado ao enterramento de crianças. Segundo alguns autores, tratar-se-ia de uma necrópole infantil. No entanto, esta é também referenciada como um “limbo”¹⁸. A avaliar pela faixa etária dos inumados, que se concentra entre os oito meses de gestação e os doze meses de vida, a hipótese de se tratar de um limbo parece mais assertiva, já que ao tratar-se de uma necrópole infantil, seria de esperar uma variedade etária mais ampla. Não se pode, no entanto, descartar a hipótese de se tratar de uma área destinada ao enterramento de crianças batizadas com cariz de urgência.

De qualquer forma, a coexistência deste espaço funerário com a inumação no interior da *longhouse* sugere que houve um qualquer propósito naquele enterramento, algo que levou aquela família a optar por sepultar no espaço familiar, em vez de o fazer no espaço especialmente destinado para esse fim. Mesmo quando solucionada, ou remediada, a questão do sacramento do batismo, com o surgimento do “limbo”, com as necrópoles infantis ou com zonas especialmente destinadas ao enterro de crianças, integradas nas necrópoles comunitárias, continua a verificar-se uma sub-representação, ainda que menos acentuada, e continuam a ocorrer enterramentos fora do espaço especialmente destinado a a essas práticas.

Para a Igreja cristã, o batismo era essencial para salvar as almas do castigo eterno, livrando-as do inferno e permitindo o sepultamento em solo sagrado. No início da Alta Idade Média era, por isso, recomendado que as crianças fossem batizadas o mais cedo possível. Ainda assim, muitos defendiam que a criança não era portadora de pecados e, neste sentido, surge o *limbus puerorum* como uma solução para o problema das crianças que morriam antes de serem batizadas. O limbo era visto como uma espécie de estado intermédio, onde, apesar de privadas do céu, as crianças viviam a eternidade, sem penas pessoais, mas privadas da visão

¹⁷ FERNANDEZ CRESPO, Teresa – “Los enterramientos infantiles en contextos domésticos en la Cuenca Alta/Media del Ebro: a propósito de la inhumación del despoblado altomedieval de Aistra (Álava)”. in *Munibe (Antropología-Arkeologia)* 59 (2008), pp. 199-217; BARANDIARÁN, José Miguel de – “De la población de Zugarramurdi y sus tradiciones”. in *Obras Completas*. XXI. Bilbao: La Gran Enciclopedia Vasca, 1983, p. 332. IDEM – *Obras Completas*. I. Bilbao: La Gran Enciclopedia Vasca, 1972, p. 415.

¹⁸ FERNANDEZ CRESPO, Teresa – “Los enterramientos...”, pp. 213-214.

beatífica de Deus¹⁹. Este distanciamento da Igreja fazia com que nem todos os cristãos vissem o limbo como uma solução.

Ainda em contexto extra-cemeterial, a presença de não-adultos é também identificada em silos ou depósitos que, como qualquer outro tipo de inumação, apresenta também a sua própria variabilidade. Salvo em casos excepcionais, não se verificam vestígios de cuidados na deposição do corpo, nem de rituais funerários. Maioritariamente em conexão anatómica, os esqueletos aparentam resultar de uma deposição descuidada, não revelando, no entanto, quaisquer vestígios de morte violenta. Regista-se a ocorrência de indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades, desde fetos a adultos. Em relação ao número de indivíduos por estrutura, há um claro predomínio dos depósitos individuais, apesar de serem comuns os depósitos duplos e múltiplos²⁰. Por norma, observam-se diferenças relativamente aos padrões alimentares e marcadores de stress ocupacional, entre os indivíduos inumados em silos e os inumados na necrópole do mesmo contexto e para a mesma cronologia. Atente-se, no entanto, que há casos que contrastam com esta “norma”. Contudo, as interpretações inerentes ao eventual simbolismo desta forma de enterramento são muito particulares, não deixando de ser significativamente relevantes para o estudo da variabilidade funerária na Alta Idade Média. Estes depósitos são muito bem descritos, tanto os que se inserem dentro na “norma” como os casos considerados “de exceção” por Vigil-Escalera Guirado²¹.

Retrocedendo na história, verifica-se que o cruzamento das tradições culturais herdadas pela criança no início da Alta Idade Média não lhe conferia grandes expectativas de vida. De alguma forma, é a tradição cristã, através de um lento processo, que vai conferir uma nova perspectiva de vida a estas crianças²².

Há algumas décadas, gerou-se um controverso debate que incidia, sobretudo, no facto de existirem, ou não, laços emocionais entre pais e filhos na Idade Média²³. Não questionamos aqui a inexistência desses laços, nem consideramos

¹⁹ WALSH, Michael – *Roman Catholicism: The Basics*. Abingdon: Routledge, 2005, p. 109.

²⁰ VIGIL-ESCALERA GUIRADO, Alfonso – “Comunidad política aldeana y exclusión. Una revisión de las formas de inhumación altomedievales (ss.V-VIII d.C.)”. in *Reti Medievali* 14, 1 (2013), pp. 1-42.

²¹ *Ibidem*.

²² COSTA, Ricardo – “Reordenando o conhecimento: a educação na Idade Média. O conceito de Ciência expresso na obra *Doutrina para Crianças* de Ramon Llull”. in OLIVEIRA, Terezinha (coord.) – *Anais da II Jornada de Estudos Antigos e Medievais*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2002, pp. 17-28.

²³ ARIÉS, Philippe – *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Plon, 1960; idem – *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. 2e édition. Paris: Seuil, 1973; LE GOFF, Jacques – *A civilização do ocidente medieval*. Vol. II. Lisboa: Ed. Estampa, 1984; FLANDRIN, Jean Louis – “Enfance et Sociétés”. in *Annales Economies Sociétés Civilisations*. 19e année, 2 (1964), pp. 322-329; ALEXANDRE-BIDON, Danièle; LETT, Didier – *Les enfants au Moyen Age, Ve-XVe Siècles*. Paris: Hachette, 1998; SHAHAR, Shulamit – *Childhood in the Middle Ages*. London-New York: Routledge, 1990; ORME, Nicholas – *Medieval children*. New Haven – London: Yale University Press, 2001.

que a criança, independentemente da idade, fosse desprezada ou ignorada pela família e pela sociedade em geral. Por um lado, verifica-se que, pelo menos por parte da Igreja, há um esforço crescente, nos primeiros séculos da Alta Idade Média, no sentido de dar mais atenção à criança e de lhe conferir alguma proteção. Este esforço é perceptível, mais uma vez, nos concílios visigóticos e hispano-romanos, através das repetições relativas à punição dos praticantes de infanticídio e de aborto, transparecendo que, apesar dos esforços, tal continuava a acontecer²⁴.

A frequência da morte de crianças podia suscitar um certo receio de apego e dedicação a vidas que à primeira doença, certamente, cederiam à morte²⁵. De uma forma natural, as famílias estariam relativamente preparadas para perder alguns dos seus descendentes em idade muito tenra e, após a morte de um, provavelmente dedicavam-se muito rapidamente aos outros e ao trabalho que assegurava a sua sobrevivência. Os laços emocionais tenderiam a fortalecer-se ao longo do crescimento das crianças e, à medida que estas iam sobrevivendo às fases mais críticas, atenuando gradualmente os receios de apego. Neste sentido, não se trataria de uma ausência de laços emocionais mas sim, de uma resistência no “investimento” nessas crianças durante os primeiros anos de vida.

Através de algumas das narrativas de Gregório de Tours, chegamos a relatos do século VI que refletem, por um lado, a existência dos questionados laços sentimentais e por outro, a frequência da morte de crianças. O autor relata o sentimento de tristeza e a lamentação de Fredegunda, esposa do rei franco merovíngio Chilperico (neto de Clóvis), perante a morte de crianças: “Essa epidemia que começou no mês de agosto atacou em primeiro lugar todos os jovens adolescentes e provocou sua morte. Nós perdemos algumas criancinhas encantadoras e que nos eram queridas, a quem nós havíamos aquecido em nosso peito, carregado em nossos braços ou nutrido por nossa própria mão, lhes administrando os alimentos com um cuidado delicado [...]”²⁶. Também os filhos e herdeiros de Fredegunda e Chilperico acabam atingidos por uma epidemia que, após vitimar o filho mais novo, ainda recém-nascido, vitima o mais velho. Posteriormente, o casal tem outro filho, que nasce durante um cerco, mas é rejeitado pela mãe, que receava a sua morte. Diz-se que Chilperico a salva e que Fredegunda acaba por aceitar e batizar a criança, mas esta morre antes de completar os cinco anos. Mais tarde, este casal perde ainda outro filho, com cerca de um ano de vida, que não resiste à disenteria²⁷.

²⁴ VIVES, José – *ob. cit.*

²⁵ COSTA, Ricardo – *ob. cit.*

²⁶ GREGÓRIO DE TOURS – *Historiae*, V, 34, citado a partir de COSTA, Ricardo – *ob. cit.* Ressalve-se, na sequência deste autor, um devido distanciamento em relação a esta fonte. Gregório de Tours não é de todo imparcial, pelo menos no que respeita a Fredegunda, conhecida na história pela sua crueldade e por ser uma mulher implacável.

²⁷ *Ibidem.*

A temática que envolve a sub-representação de não-adultos nos espaços destinados a fins funerários tem vindo a despertar, cada vez mais, a atenção dos investigadores, particularmente na área da antropologia, uma vez que, para além de intervir na caracterização da estrutura social, nomeadamente das comunidades alto medievais, tem graves implicações na reconstrução dos parâmetros paleodemográficos, exigindo que se recorra a outros métodos, com algumas limitações, para procurar solucionar o problema²⁸. A mortalidade infantil constitui-se, muito provavelmente, como o mais variável e o mais sensível dos índices demográficos bioculturais. Da perspectiva da paleodemografia, a presença de indivíduos infantis nestes espaços oferece informações muito relevantes quando procuramos determinar se estamos perante uma comunidade em crescimento ou em regressão²⁹.

A arqueologia, por outro lado, tem negligenciado esta temática. Talvez por a considerar pouco relevante ou porque identificar a presença ou a acção de crianças no registo arqueológico se afigure como algo quase inatingível. Apesar disso, regista-se uma panóplia de vestígios arqueológicos, associados a vários períodos históricos, tais como os dígitos de uma criança muito jovem impressos em cerâmica³⁰, registo de pegadas³¹, marcas de dentes gravadas em resina³², bonecas de cronologia romana³³, bonecas e miniaturas cerâmicas de cronologia muçulmana³⁴, pinturas³⁵, entre outras. Estes vestígios devem, no entanto, ser interpretados com as devidas precauções, para não cair no erro de cometer exageros ao classificar tudo o que é “miniatura” como objeto associado a crianças.

Com efeito, as crianças não fazem apenas parte da esfera privada de uma sociedade, integrando também a esfera pública, uma vez que participam nas actividades socioeconómicas da comunidade. São “atores” que desempenham um papel, cujo peso varia no tempo e no espaço, e depende do contexto sociocultural

²⁸ CARDOSO, Hugo – *op. cit.*

²⁹ BOCQUET-APPEL, J. P. – “La paléodémographie”. in DUTOUR, Olivier; HUBLIN, Jean-Jacques; VANDERMEERSCH, Bernard (eds.) – *Objets et méthodes en paléanthropologie*. Paris: Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 2005, p. 281.

³⁰ CROWN, P. L. – *Becoming a potter: Situated learning in the prehistoric American Southwest*. Paper presented at the Society for American Archaeology Meetings, Seattle, Washington. 1998; KAMP, K.; TIMMERMAN, N.; LIND, G.; GRAYBILL, J.; NATOWSKY, I. – “Discovering childhood: Using fingerprints or find children in the archaeological record”. in *American Antiquity*. Vol. 64, n.º 2 (1999), pp. 309-315.

³¹ ROVELAND, B. – “Footprints in the clay: Upper Paleolithic children in ritual and secular contexts”. in SOFAER DEREVENSKI, J. (ed.) – *Children and Material Culture*. London: Routledge, 2000, pp. 29-38.

³² AVELING, E. – “Chew, chew, that ancient chewing gum”. in *British Archaeology* 21 (1997), pp. 6-7.

³³ ROSSI, F. – “Deux poupées en ivoire d’époque romaine à Yverdon-les-Bains”. in *Archaologie der Schweiz* 16 (1993), pp. 152-157.

³⁴ GOMES, Rosa Varela – “Brinquedos muçulmanos. Um aspecto do quotidiano do Sul de Portugal (séculos XII-XIII)”. in ANDRADE, Amélia Aguiar; SILVA, José Custódio Vieira da (coord.) – *Estudos Medievais. Quotidiano Medieval. Imaginário, Representações e Práticas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, pp. 103-116.

³⁵ JANSSEN, R. D.; JANSSEN, J. J. – *Growing Up in Ancient Egypt*. London: The Rubicon Press, 1990.

e das necessidades de cada comunidade. A forma como apreendemos o conceito de “criança” e o papel que esta desempenha na sociedade está intrinsecamente associada à nossa cultura. No entanto, o conceito de infância deve ser entendido como dinâmico e como um fenómeno sociocultural. Se no seio da mesma tradição cultural, onde seria de esperar alguma consistência relativamente ao conceito de “criança” ou de “infância”, é comum surgirem diferenças consideráveis, então, entre culturas, essas diferenças podem ser drásticas³⁶.

No estudo de uma necrópole anglo-saxónica do século VII, a inclusão de um escudo numa sepultura atribuída a um indivíduo com idade à morte estimada entre os 10 e os 12 anos, foi considerada anómala, por não estar de acordo com o verificado nas restantes sepulturas de crianças, dentro da mesma necrópole. No entanto, uma segunda análise revelou que aquela sepultura estaria mal classificada, uma vez que, naquele enquadramento cronocultural, aos 10 anos de idade os indivíduos eram legalmente adultos, tornando aquela sepultura de criança numa sepultura de um adulto e explicando a presença do escudo³⁷. Este caso ilustra a forma como tendemos a transportar conceitos atuais para o passado e para outros espaços geográficos e o risco que isso comporta. Para além disso, demonstra que a interpretação do registo funerário deve ser desenvolvida com muito cuidado, com recurso ao cruzamento de métodos e, se possível, com base em conhecimentos prévios sobre a comunidade em que se inscreve. Bastante relevantes são, sem dúvida, as fontes documentais que, sempre que existam, devem ser escrutinadas de forma exaustiva, acautelando o conteúdo “entre linhas”.

Há referências históricas que nos indicam que, em muitas sociedades, as crianças acediam muito precocemente a funções sociais e desempenhavam tarefas que hoje consideramos como não compatíveis ou desadequadas para o seu desenvolvimento físico e para aquilo que entendemos ser uma criança³⁸. Na verdade, não é preciso recuar no tempo, basta uma pequena pesquisa nos registos etnográficos para constatar que o conceito de infância é impreciso e que a mutabilidade da sua definição se aplica, inclusive, às sociedades atuais em que, em alguns casos, desde muito cedo, as crianças ficam responsáveis por tarefas ou atividades em prol da família e da comunidade. Estas atividades incluem o

³⁶ KAMP, Kathryn A. – “Where Have All the Children Gone? The Archaeology of Childhood”. in *Journal of Archaeological Method and Theory*. Vol. 8, n.º1 (2001), p. 4.

³⁷ Curiosamente, três séculos depois (século X), o estatuto de adulto só era atingido aos 12 anos: KAMP, Kathryn A – *ob. cit.*, p. 7; CRAWFORD, C. – “When do Anglo-Saxon children count?”. in *Journal of Theoretical Archaeology* 2 (1991), pp. 17-24.

³⁸ CHAPA, T. – “Presencia infantil y ritual funerario”. In GUSI, F.; MURIEL, S.; OLARIA, C. (eds) – *Nasciturus, Infans, Puerulus vovis mater terra*. Diputació de Castelló Castelló: SIAP, 2008, pp. 619-641; CHARLIER, Philippe – “L’identification du travail infantile en paléopathologie. Ostéo-archéologie et techniques médico-légales tendances et perspectives”. In CHARLIER, Philippe (ed.) – *Pour un “Manuel Pratique de Paléopathologie Humaine”*. Paris: De Boccard, 2008, pp. 309-310.

pastoreio, a recolção de lenha e frutos, a pesca, a caça, o transporte de água, a agricultura, os cuidados para com os animais e para com crianças mais novas, tarefas domésticas ou trabalhos repetitivos e exaustivos³⁹.

Existem três tipos de classificação da idade: a idade biológica, a idade cronológica e a idade social. A idade biológica reflete o desenvolvimento físico, através do processo de maturação óssea. É um processo ativo, influenciado por inúmeros fatores, tais como os do foro ambiental, sociocultural, alimentar, patológico, higiénico-sanitário, entre outros. A idade cronológica pode apenas ser aferida através de registos escritos que determinam a data de nascimento do indivíduo. Por último, a idade social, que aqui tem sido referida, é um conceito que sofre variações socioculturais e temporais. Esta pode ser determinada através do cruzamento de determinadas especificidades e após a análise de vários fatores.

Para o desenvolvimento do estudo sobre esta “invisibilidade” de não adultos nos espaços funerários das comunidades alto medievais, é necessário rever e uniformizar toda uma metodologia. Seria uma vantagem definir ou estabelecer os estádios etários, de modo a delimitar fronteiras entre “infantil”, “criança” e “adolescente”. Porém, este é um problema metodológico de difícil resolução, atendendo à questão do desenvolvimento dos não adultos se tratar de um fenómeno biológico e sociocultural em mutação que, para além de expressar os aspetos culturais de cada sociedade, é também produto resultante desses mesmos aspetos e, como tal, está sujeito à variabilidade cultural⁴⁰.

Em alguns casos, foi possível fazer uma aproximação à definição desses parâmetros para estabelecer estádios etários baseados no equilíbrio entre as idades biológica e social. Um desses casos é o estudo dirigido a contextos romanos, no Reino Unido, em que se procuraram estabelecer os estádios etários através da tipologia dos enterramentos e do espólio associado⁴¹. Note-se, porém, que os investigadores contaram com uma amostra substancial, já que tiveram acesso a necrópoles com um elevado número de não adultos.

³⁹ HOCKINGS, K. J.; YAMAKOSHI, G.; KABASAWA, A.; MATSUZAWA, T. – “Attacks on local persons by chimpanzees in Bossou, Republic of Guinea: long-term perspectives”. in *American Journal of Primatology* 72 (2010), pp. 887-896; WHITE, L. K.; BRINKERHOFF, D. B. – “Children’s work in the family: Its significance and Meaning”. in *Journal of Marriage and the family* 43 (1981), pp. 789-798; ZELIVER, Viviana A. – *Pricing the Priceless Child: The Changing Social Value of Children*. Princeton: Princeton University Press, 1985. BRADLEY, C. – “Woman’s power, Children’s labour”. in *Cross-Cultural Research* 27 (1993), pp. 70-96; BAXTER, J. – *The Archaeology of Childhood: Children, Gender and Material Culture*. Walnut Creek: Alta Mira Press, 2005.

⁴⁰ HALCROW, Siân; TAYLES, Nancy – “The bioarchaeological investigation of childhood and social age”. in *Journal of Archaeological Method and Theory* 15 (2008), pp. 190-215.

⁴¹ GOWLAND, Rebecca – “Playing dead: implications of mortuary evidence for the social construction of childhood in Roman Britain”. in *Proceedings of the 10th Annual Theoretical Roman Archaeology Conference*. Oxford: University College of London, 2001, pp. 152-168.

No que se refere à Alta Idade Média, dada a raridade do espólio associado aos enterramentos e toda a conjuntura que envolve este período, os parâmetros a considerar para esta definição teriam de ser analisados ao nível de uma micro-escala. Contudo, tal como já foi referido, nesta cronologia lidamos com uma série de limitações que, por ora, impossibilitam a definição desses conceitos. Não obstante, não se afigura como uma boa metodologia adoptar definições aplicadas a outros contextos cronoculturais, atendendo a que isso, certamente, iria deturpar eventuais resultados.

Curiosamente, na obra *Etymologiae*, Isidoro de Sevilha⁴², no século VII, descreve a existência de seis estádios etários desconhecendo-se, no entanto, os parâmetros usados para a sua definição. O primeiro estádio, a *infantia*, decorria desde o nascimento até aos seis anos de idade, período em que as crianças são mais vulneráveis. Provavelmente, a partir deste estádio, ou seja, após os 6 anos, haveria um maior investimento nas crianças, tal como a introdução no seio de alguns ofícios e na educação. Isidoro de Sevilha designa este estádio de *pueritia*. No início do estádio seguinte, a *adolescentia*, estariam aptos para casar e constituir família. Este estádio termina pelos 20 anos quando se inicia a *juventus* até aos 40; a *senectus* até aos 60 anos e, por fim, o último dos estádios: o *senium*.

O caso identificado na Praça da Figueira, em Lisboa (séculos VI a VIII)

O caso que a seguir se apresenta refere-se a quatro enterramentos infantis identificados em contexto não funerário, atribuíveis aos primeiros séculos da Alta Idade Média. A sua relevância atribui-se, essencialmente, à escassa atenção dada à sub-representação infantil mas também à questão da variabilidade funerária no período alto medieval.

Entre 1999 e 2001, decorreu uma intervenção arqueológica de emergência na Praça da Figueira em Lisboa, na sequência da identificação de um vasto potencial arqueológico durante a construção de um parque de estacionamento subterrâneo.

Os trabalhos arqueológicos revelaram um horizonte cronológico e cultural bastante amplo, que compreendia a Pré-História Recente e a Contemporaneidade, revelando, entre outros contextos, a Necrópole Noroeste de Olisipo com uma ampla

⁴² ISIDORO DE SEVILHA – *Etimologías*. Ed. bilingue, trad. Jose OROZ RETA e Manuel MARCOS CARQUERA. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982.

cronologia e uma grande variedade de rituais fúnebres⁴³, um bairro islâmico⁴⁴ e as ruínas do extinto Hospital Real de Todos os Santos⁴⁵. Após uma análise preliminar que incidiu sobre a dinâmica estratigráfica e sobre os materiais e estruturas exumadas, correspondentes às fases de ocupação romana do sítio, com o objectivo de promover a leitura e compreensão do espaço, foi definido um conjunto de cinco momentos, denominados por “Fases” e enumerados de forma cronológica a partir da mais ancestral.

As Fases I, II e III correspondem a evidências de época romana, tanto anteriores como posteriores à instalação do urbanismo alto-imperial, onde se inclui a época de funcionamento da necrópole romana enquanto espaço monumentalizado. A Fase IV apresenta já evidências correspondentes à época de “desmonumentalização” e posterior desativação da necrópole. A utilização da Praça da Figueira como espaço de necrópole parece ter cessado nas primeiras décadas do V. De facto, nesta fase, que corresponderá, sensivelmente, à segunda metade do século III e o início do século V, o espaço intervencionado, a certa altura, assume a aparência de paisagem arruinada, fruto de uma ação de desmonumentalização da Necrópole Noroeste de Olisipo. Ainda assim, a área envolvente à grande via romana que conduzia a *Scallabis*, e daí a *Emerita* e *Bracara*, persistia como área de sepultamento, sendo predominantes as inumações, praticadas no interior de ataúdes em madeira ou em fossas simples abertas no solo⁴⁶.

A última fase definida – Fase V – inicia-se na primeira metade do século V, apresentando claras evidências de que o espaço já não é utilizado para fins funerários. Este facto pode explicar-se pela progressiva cristianização da cidade, que gerou novas ideologias e novas formas de ritualização da morte e que resulta numa distinta topografia urbana⁴⁷.

Durante este período, aquele espaço caracteriza-se por apresentar uma baixa densidade ocupacional, podendo interpretar-se como uma retração do

⁴³ SILVA, Rodrigo Banha da – *As «marcas de oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na península de Lisboa*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em História, especialidade em Arqueologia, apresentada à F.C.S.H. da U.N.L. Lisboa: [s.n.], 2012.

⁴⁴ SILVA, Rodrigo Banha da; GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – “O Bairro Islâmico da Praça da Figueira (Lisboa)”. in *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular – Encontros e Desencontros*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências das Universidades Nova de Lisboa e do Algarve, 2011, pp. 17-25.

⁴⁵ ALVES-CARDOSO, Francisca; CASIMIRO, Sílvia; ASSIS, Sandra – “Panorama geral do espólio osteológico da necrópole do antigo Hospital Real de Todos os Santos – Lisboa, séc. XVI-XVIII”. in ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (ed.) – *Arqueologia em Portugal – 150 Anos. Actas do I Congresso de Arqueologia da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013, pp. 1103-1109.

⁴⁶ SILVA, Rodrigo Banha da; CASIMIRO, Sílvia – *A Fase V na Praça da Figueira (Lisboa): Na periferia de Olisipo nos séculos V a VIII*. Poster apresentado na VIII Mesa Redonda Internacional Sobre a Lusitânia. Mangualde, 10-11 de Maio de 2013; SILVA, Rodrigo Banha da – *ob. cit.*

⁴⁷ SILVA, Rodrigo Banha da – *ob. cit.*

espaço suburbano do noroeste da cidade. Desta forma, a área da actual Praça da Figueira ocuparia uma localização periurbana com algumas características de espaço rural. Esta fase ocupacional materializa-se numa extensa unidade estratigráfica caracterizada por uma elevada compacidade e matriz fina muito argilosa de coloração verde acinzentada, com inclusões bem distribuídas de nódulos ferruginosos e de carvão, aparentando resultar de um longo processo de deposição orgânica. Numa primeira etapa da investigação, a fase V englobou distintas realidades que foram posteriormente individualizadas. A disposição daquela unidade estratigráfica e a sua sobreposição à via romana e a um pequeno conjunto edificado, originaram a distinção entre dois momentos diferenciados, que foram denominados por Fase V [a] e Fase V [b]⁴⁸.

Na Fase V [a] foi identificado um conjunto de estruturas que aparenta constituir uma pequena unidade rural, possivelmente de carácter familiar que, reutilizando antigos muros e procedendo à edificação de outros, reformula o espaço junto à antiga via romana *Olisipo-Scallabis*. Nos contextos de abandono de um dos seus compartimentos, foram exumados fragmentos de dois vasos em terra sigillata clara africana D, relativamente bem conservados: um prato da forma Hayes 76 e uma taça/almofariz da forma Hayes 91B, a que são atribuídas cronologias situadas entre, respectivamente, 425-475 d.C. e 380-500 d.C.⁴⁹. Nesta fase, foi praticado, apenas, um dos quatro enterramentos infantis aqui identificados.

Na Fase V [b], foram identificados três enterramentos infantis e foi exumado um fragmento de epígrafe atribuível ao século VI⁵⁰.

Análise bioantropológica preliminar

Devido ao carácter de emergência da escavação e à fragilidade do material osteológico, os quatro enterramentos identificados nesta fase ocupacional não foram escavados em campo, tendo-se optado pelo seu levantamento em bloco e posterior escavação em laboratório. Este processo de escavação decorre desde há cerca de 2 anos, de uma forma muito vagarosa, não só pela já referida fragilidade do material, como pela própria constituição dos sedimentos que envolvem os esqueletos. Trata-se de blocos de terra argilosa e muito compacta que, pela sua

⁴⁸ SILVA, Rodrigo Banha da; CASIMIRO, Sílvia – *ob. cit.*

⁴⁹ RAYNAUD, C. – “Cerámique africaine Claire D”. in *Dicocer – Dictionnaire des Céramiques antiques (VIIème s. av. n. è.-VIIème s. de n. è) en Méditerranée nordoccidentale (Provence, Languedoc, Ampurdan)*. Lattes: Association pour la Recherche Archéologique en Languedoc Oriental, “Série Lattara, vol. 6”, 1993, pp. 192-194.

⁵⁰ SILVA, Rodrigo Banha da; GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – *ob. cit.*

própria constituição, fez com que o material ósseo se mantivesse muito bem conservado. Neste sentido, os dados aqui revelados resultam de uma análise preliminar, segundo uma observação unicamente macroscópica.

Para a limpeza e escavação dos esqueletos foram utilizados instrumentos finos em madeira e pincéis. Na análise biométrica, recorreu-se ao uso da fita métrica e do paquímetro. Apesar do carácter vagaroso dos trabalhos permitir que os sedimentos extraídos sejam continuamente observados, optou-se por recorrer, ainda, à crivagem com malha muito fina, atendendo às pequenas dimensões do material, características desta faixa etária. Todos os dados recolhidos durante a escavação e análise preliminar deste material ósseo são registados numa ficha devidamente adaptada para o efeito⁵¹.

Os métodos para estabelecer a idade à morte em indivíduos não adultos são bastante exatos, baseando-se, sobretudo, nas várias fases de desenvolvimento dentário, no cálculo da idade a partir da determinação da estatura segundo o comprimento das diáfises dos ossos longos, nos estágios de desenvolvimento da fusão das diáfises dos ossos longos com as epífises e ainda, da fusão das suturas cranianas. De um modo geral, os resultados obtidos a partir de cada um destes métodos resultam coincidentes.

A metodologia aqui adotada para a estimativa da idade à morte foi o cruzamento de alguns dos métodos desenvolvidos com base no comprimento dos ossos longos, nomeadamente o úmero, o fémur e a tíbia⁵². Quando possível, recorreu-se ainda ao método de estimativa pelo desenvolvimento dentário⁵³. Optou-se por esta metodologia, uma vez que cada um destes métodos foi desenvolvido com base na observação de coleções identificadas constituídas por indivíduos oriundos de diferentes contextos cronoculturais e socioeconómicos, nomeadamente de sociedades industriais. Atendendo aos inúmeros factores a que está sujeito o desenvolvimento biológico dos não adultos, os métodos a que hoje recorremos para a estimativa da idade à morte no estudo de sociedades pré-industriais podem não ser os mais indicados. O cruzamento destes métodos permite estabelecer um valor médio e, eventualmente, conduz a um resultado mais credível.

⁵¹ Ficha adaptada a partir de: BUIKSTRA, J. E.; UBELAKER, D. H. – *Standards for Data Collection from Human Skeletal Remains*. Fayetteville: Arkansas Archaeological Survey, 1994.

⁵² FAZEKAS, István Gyula; KÓSA, F. – *Forensic Fetal Osteology*. Budapest: Akadémiai Kiadó, 1978; MARESH, M. – “Measurements from Roentgenograms”. in McCAMMON, R. W. (ed.) – *Human Growth and Development*. Illinois: Charles C. Thomas, 1970, pp. 157-200; OLIVIER, G.; PINEAU, H. – “Nouvelle détermination de la taille foetal d’après les longueurs des diaphysis de os long”. in *Annales de Médecine Légale* 40 (1960), pp. 141-144.

⁵³ UBELAKER, D. H. – *Human Skeletal Remains: Excavation, Analysis, Interpretation*. Washington, DC: Taraxacum Press, 1989.

Não foi desenvolvida qualquer análise relacionada com a diagnose sexual, uma vez que a estimativa do sexo em indivíduos cujo dimorfismo sexual é incipiente, está sujeita a consideráveis erros interpretativos.

Foram exumados quatro enterramentos individuais e primários, identificados de acordo com a sua localização na área intervencionada (**Fig. 1**).

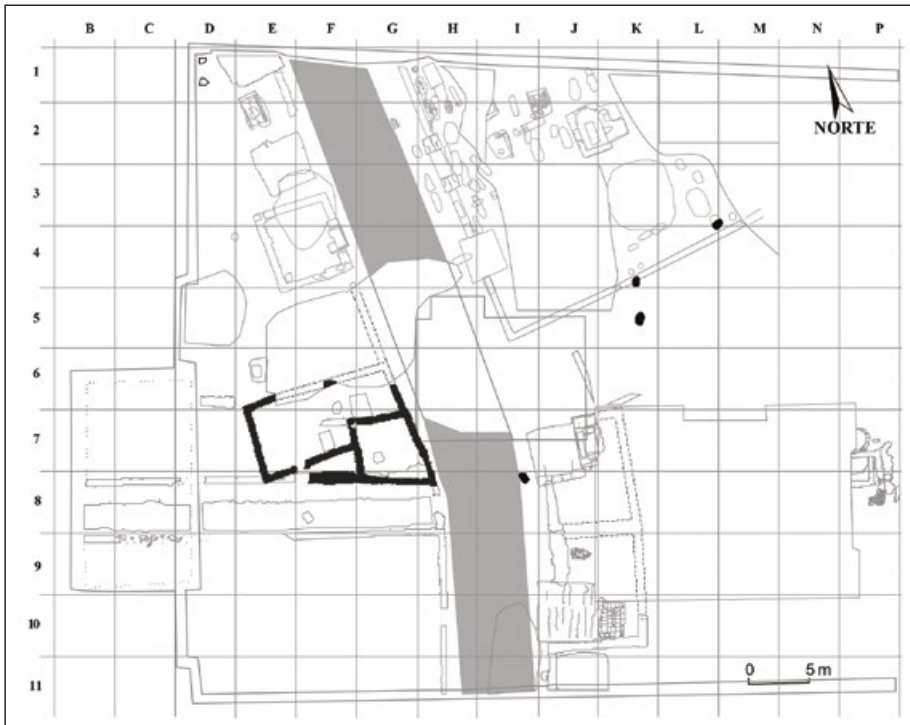


Fig. 1 – Plano da Fase V (estruturas e enterramentos assinalados a negro).

Correspondente à Fase V [a], apenas foi identificado um enterramento. Trata-se do indivíduo I.8, que se encontrava depositado junto à Via Norte. Com cerca de 40 semanas de gestação, foi depositado em posição fetal, sob o lado esquerdo, com orientação O-E e, em espaço não colmatado. Aparentemente, o corpo foi depositado numa fossa profunda aberta para o efeito e coberta com cerâmica de construção. Este é o enterramento que apresenta vestígios mais evidentes, de algum cuidado com a deposição do corpo (**Fig. 2**).

Correspondentes à Fase V [b], foram identificados três enterramentos.

O Indivíduo K.4, identificado sobre parte de uma estrutura identificada como um muro romano alto imperial e que se insere cronologicamente na fase III, entre todos o que apresenta idade mais avançada, estimada entre os 6 e os 9 meses de vida.



Fig. 2 – Indivíduo I. 8 (Centro de Arqueologia de Lisboa).

Encontrava-se em decúbito supino, inclinado sobre o lado direito, com orientação N-S. O membro superior direito encontrava-se ligeiramente fletido, enquanto o esquerdo se encontrava estendido. Os membros inferiores estavam flectidos para o lado direito. A cabeça estava orientada para norte. Depositado em espaço colmatado, não apresenta vestígios de qualquer cuidado na sua deposição (Fig. 3).

O Indivíduo K.5, com idade à morte estimada em cerca de 36 a 38 semanas de gestação na altura da morte, encontrava-se depositado em decúbito supino com todo o esqueleto apendicular flectido e com orientação NO-SE.

Tal como se verifica com o indivíduo K.4, aparentemente, foi depositado sem que houvesse uma preocupação com a abertura de uma fossa para o efeito e não foram observados quaisquer vestígios de cuidados na deposição do corpo.

O Indivíduo L.3 (Fig. 4) foi identificado no canto sudeste de L3, encostado às quadrículas M3, M4 e L4. Com idade à morte estimada entre as 36 e as 38 semanas de gestação, foi depositado em decubito supino, com orientação SE-NO, em espaço colmatado. Os membros superiores e inferiores encontravam-se flectidos.

Para concluir a análise preliminar destes casos provenientes da Praça da Figueira, importa sublinhar que os enterramentos foram identificados de uma forma dispersa pela área intervencionada, sem que se lhes possa ser atribuído um carácter de “conjunto” e sem qualquer espólio associado.



Fig. 3 – Indivíduo K. 4 (Centro de Arqueologia de Lisboa).



Fig. 4 – Indivíduo L. 3. Foto: Rodrigo Banha da Silva.

Aparentemente, os indivíduos foram depositados durante o processo de formação da unidade estratigráfica, não revelando, pelo menos em três casos, quaisquer evidências de preocupação na forma de deposição do corpo. O indivíduo I.8, aparentemente, é o único que apresenta vestígios de alguma preocupação com a deposição do corpo, sendo evidente a abertura de uma fossa para o efeito que, após a colocação do corpo, foi coberta com fragmentos de materiais construtivos. Relativamente à sua localização na área intervencionada, este indivíduo destaca-se, ainda, por se encontrar mais afastado dos restantes e mais próximo da estrutura de cariz rural. De facto, os únicos enterramentos identificados com alguma relação de proximidade foram os dos indivíduos K.4 e K.5, que se inserem na mesma fase de ocupação (Fase V [b]).

Note-se ainda que, com a exceção do indivíduo I.8, os enterramentos foram praticados em decúbito supino. Porém, as recomendações para os enterramentos infantis, à época, mencionavam que as crianças pequenas deveriam ser depositadas em posição fetal, como se estivessem a dormir.

Em relação aos três neonados (I.8, K.5 e L.3), não foi possível determinar se nasceram mortos ou se morreram nos primeiros dias de vida. Importa referir que não foram identificadas alterações ósseas, malformação ou trauma, em qualquer um dos indivíduos aqui apresentados.

Apesar da importância dos estudos bioantropológicos que incidem em esqueletos de indivíduos não adultos de proveniência arqueológica, a informação obtida a partir destes restos ósseos, não deve ser interpretada como um reflexo do estado geral de saúde da comunidade infantil, uma vez que pode proporcionar uma visão distorcida da saúde da infância da comunidade que integravam, já que estes representam os indivíduos que, por algum motivo, não sobreviveram.

Considerações finais

Pretendeu-se com este texto discutir a problemática associada à sub-representação de indivíduos não adultos nos espaços destinados a práticas funerárias durante a Alta Idade Média. A identificação destes enterramentos em áreas não destinadas a essas práticas, em parte, justifica essa sub-representação. No entanto, também nos alerta para a possibilidade destes surgirem em qualquer outro contexto, de forma inesperada, muitas vezes impossibilitando a sua recuperação.

Para compreender esta invisibilidade nas necrópoles alto medievais, não recorrendo apenas a justificações pré-concebidas, como a ausência do sacramento do batismo e a fragilidade do material ósseo e, por outro lado, para procurar

discernir sobre os locais onde estas crianças seriam sepultadas, é necessário ampliar o nosso conhecimento sobre as comunidades alto medievais a nível local. Há todo um conjunto de fatores que podem estar na origem deste fenómeno, desde aqueles que se relacionam com a moldura sociocultural, à própria conservação do material ósseo e a eventuais falhas na metodologia, que favorecem o não reconhecimento dos esqueletos.

Atendendo à variabilidade funerária durante a Alta Idade Média, principalmente durante os primeiros séculos, é importante considerar hipóteses diferenciais para explicar este fenómeno e procurar reunir mais dados sobre as dinâmicas que envolvem esta variabilidade, nomeadamente as relativas a estes “atores invisíveis” em contexto arqueológico. Neste sentido, há todo um trabalho prévio ao desenvolvimento da definição de estádios etários baseados no cruzamento das idades biológica e social, tornando-se necessário identificar mais casos de estudo e, principalmente, ampliar o conhecimento sobre as comunidades alto medievais.

Torna-se incontornável fazer aqui referência à importância da colaboração e do diálogo entre a arqueologia e a antropologia biológica, de forma a promover a uniformização das metodologias de campo, a identificação deste tipo de vestígios e, conseqüentemente, uma melhor recolha da informação associada a este material osteológico tão frágil. Durante a escavação de um espaço funerário, o arqueólogo está previamente alertado para a identificação de restos osteológicos humanos. No entanto, o que estes dados indicam é que, também noutros contextos há que estar preparado para os reconhecer. A verdade é que, para quem não está familiarizado com este material, os ossos de um indivíduo não adulto não são facilmente identificáveis e, por vezes, podem mesmo ser confundidos com restos faunísticos, frequentemente presentes no registo arqueológico.

Um refinamento de dados alto-medievais do Palácio dos Condes de Penafiel

Adriaan de Man¹, Rodrigo Banha da Silva²

1. O contexto

O jardim do Palácio dos Condes de Penafiel foi intervencionado por uma equipa da Câmara Municipal de Lisboa nos inícios da década de 1990, resultando na identificação de um contexto muito particular. Situado entre a muralha islâmica e confinante com o limite norte dos grandes banhos públicos romanos, as termas dos Cássios, o sítio surge como central ao entendimento da cidade pós-clássica. Múltiplos indícios históricos já tinham comprovado uma clara relevância urbana. Idácio de Chaves, em particular, dedica-lhe algum enfoque, individualizando a figura de Lusídio, o provável *defensor* urbano tardo-romano, com responsabilidades diplomáticas regionais para com o poder suévico, à semelhança do que acontecia noutros centros urbanos³. Parte de um selecto conjunto de cidades amuralhadas no Baixo Império que em seguida se legitimaram enquanto sedes episcopais, Lisboa cunhou moeda em nome de Recaredo⁴. Do ponto de vista material, as modificações urbanísticas da tardo-Antiguidade documentam-se esporadicamente, em particular as domésticas. Exemplos de reconversão de vias e edifícios públicos imperiais

¹ United Arab Emirates University.

² FCSH-Universidade Nova de Lisboa/CHAM.

³ ALARCÃO, Jorge – “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – III”. in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 8., n. 2 (2005), pp. 239-311.

⁴ DEMAN, Adriaan – *Defesas Urbanas Tardias da Lusitânia*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, “Studia Lusitana 6”, 2011.

surgem na Sé⁵, nas termas dos Cássios⁶, na Casa Sommer⁷, na Praça da Figueira⁸ e nas ruas dos Correiros⁹ e de São Nicolau¹⁰. A integração na produção e comércio mediterrânico vê-se cada vez mais esclarecida¹¹, concedendo uma perspectiva dinâmica da faixa atlântica da Hispânia, na qual Lisboa se assume como plataforma fundamental.

No caso particular do Palácio dos Condes de Penafiel, a ausência de relatório ou de notas descritivas sobre os trabalhos de escavação não facilita a análise do contexto¹², embora uma parte tenha sido alvo de publicação¹³, ficando referida uma fossa de perfil em V, com cerca de 2 m de profundidade e largura similar. Ela estava preenchida, de acordo com as indicações de proveniência dos materiais conservados no Centro de Arqueologia de Lisboa, com camadas sucessivas cujos materiais revelaram colagens entre si. De igual modo se conclui ter a sua abertura rompido unidades de cronologia um pouco mais recuada, assentes directamente sob o substrato geológico, e nos quais se registou o aparecimento de ânforas orientais (LR1 e LR2), *sigillata* foceense, africana clara e DSP (dois fragmentos), olaria de construção (*imbrices* e *lateres*), a par de variada cerâmica comum, elaborada com ou sem o auxílio de torno. Nestas estratigrafias, era patente um número mais elevado de cerâmicas mais remobilizadas, incluindo *sigillata* itálica, sudgálica, hispânica e clara africana A e C, ânforas Dressel 14 lusitanas, 20 do

⁵ AMARO, Clementino – “Urbanismo Tardo-Romano no Claustro da Sé de Lisboa”. in *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica (Lisboa, 28-30 de Setembro/1-2 de Outubro de 1992)*. Barcelona: Institut D’Estudis Catalans, Universitat de Barcelona, Universidade Nova de Lisboa, 1995, pp. 337-342.

⁶ SILVA, Rodrigo Banha da – *As “marcas de oleiro” na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: FCSH/UNL, 2013.

⁷ GASPAR, Maria Alexandra; GOMES, Ana – “As muralhas de Olisipo: o troço junto ao Tejo”. in RODRÍGUEZ COLMENERO, Antonio; RODÀ, I. (ed.) – *Murallas de ciudades romanas en el occidente del Imperio. Lucus Augusti como paradigma: actas del Congreso Internacional*. Lugo: Museu provincial, 2007, pp. 685-698; PIMENTA, João; FABIÃO, Carlos – “Ânforas orientais em Vlixippona (Lisboa): a vitalidade da rota atlântica em época pós-romana”. in *Simpósio A costa portuguesa no panorama da rota atlântica durante a época romana. Peniche, 16 a 18 de Novembro de 2006* (no prelo).

⁸ SILVA, Rodrigo Banha da – “Olisipo”. in *La Gestión de los residuos en la Hispania Romana*. Madrid: CSIC, 2012, pp. 203-212.

⁹ GRILLO, Carolina, FABIÃO, Carlos; BUGALHÃO, Jacinta – “Um contexto tardo-antigo do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (NARC), Lisboa”. in *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: AAP, 2013, pp. 849-857.

¹⁰ CASIMIRO, Silvia; SILVA, Rodrigo Banha da – “Enterramentos infantis tardo-antigos da Rua de São Nicolau (Lisboa)”. in *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: AAP, 2013, pp. 859-863.

¹¹ FABIÃO, Carlos – “O Ocidente da Península Ibérica no século VI: sobre o *pentanumium* de Justiniano I encontrado na unidade de produção de preparados de peixe da Casa do governador da Torre de Belém, Lisboa”. in *Apontamentos de Arqueologia e Património* 4 (2009), pp. 25-50; QUARESMA, José Carlos – “Late contexts from Olisipo (Lisbon, Portugal)”. in *Ceramics and Atlantic connections: Late Roman and early medieval imported pottery on the Atlantic Seaboard*. Newcastle: University (no prelo).

¹² SILVA, Rodrigo Banha da – “Olisipo”. in *La Gestión de los residuos en la Hispania Romana*. Madrid: CSIC, 2012, pp. 203-212.

¹³ DIOGO, António Dias; TRINDADE, Laura – “Nº 261: Inscrição romana do Palácio dos Condes de Penafiel”. in *Ficheiro Epigráfico* 56 (1997).

Guadalquivir, etc. Neles se identificou igualmente um pequeno “entesouramento” de três numismas (dois bronzes do Baixo Império e um *as* de Cláudio I) e um disco de ferro, cenário que tem paralelo noutras zonas da Lusitânia¹⁴.

2. Os materiais datantes

Este conjunto preciso foi objecto de um estudo prévio¹⁵. Em concreto, a cerâmica fina de mesa é constituída exclusivamente por *sigillata* focense e clara africana. Da primeira estão presentes cinco indivíduos, presumivelmente da forma Hayes 3. Somente surgem com atributos classificáveis um bordo e um fundo com porção razoável da parede, o primeiro equivalente ao subtipo 3F, variante morfológica que ainda é dominante nos níveis de 551 d.C. de Butrinto¹⁶ e está igualmente bem atestada (com Hayes 3G) nos contextos fechados de Beirute atribuídos ao terramoto ocorrido naquele ano¹⁷, o segundo de pé baixo encerra a particularidade de ostentar na parede externa um grafito *post cocturam*, incompleto, grafado em grego “[...]χψθ [...]”, um interessante aspecto do bilinguismo epigráfico patenteado em ambientes meridionais hispânicos do séc. VI. As importações de louça de mesa africana estão documentadas através de dois indivíduos da forma Hayes 104, um dos quais da variante C. No seu conjunto, a pequena amostragem deste tipo de importações aponta claramente para o séc. VI, e embora ao exemplar de *sigillata* focense se costume atribuir uma cronologia dentro da primeira metade da centúria, outros fenómenos poderão explicar a sua presença, como os cuidados especiais no seu manuseamento que lhe terão prolongado o tempo de vida a uso.

O conjunto anfórico apresenta-se um pouco mais vasto. Tipologicamente estão presentes os tipos orientais LR1, LR2, LR4 e africano Keay 56-57(?). A primeira

¹⁴ PEREIRA, Isabel; BOST, Jean-Pierre; HIERNAND, Jean – *Fouilles de Conimbriga III – Les monnaies*. Paris: M.A.F.P./M.M.C., 1974; RUIVO, José – *Circulação monetária na Lusitânia do século III (215-305 d.C.)*. Porto: Universidade do Porto, 2008.

¹⁵ SILVA, Rodrigo Banha da; DE MAN, Adriaan – *Palácio dos Condes de Penafiel: a significant late antique context from Lisbon*, 10th International Congress on Medieval pottery in the Mediterranean (no prelo).

¹⁶ REYNOLDS, Paul – “The Roman pottery from the Triconch Palace”. in HODGES, R.; BOWDEN, W.; LAKO, K. (eds.) – *Byzantine Butrint, excavations and surveys 1994-1999*. Oxford: Oxford University Press, 2004, pp. 224-395; REYNOLDS, Paul – “Trade networks of the East, 3rd to 7th Centuries: the view from Beirut (Lebanon) and Butrint (Albania) (fine wares, amphorae and kitchen wares)”. in MENCHELLI, S.; SANTORO, S.; PASQUINUCCI, M.; GUIDUCCI, G. (ed.) – *LRCW3 – Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean: Archaeology and archaeometry. Comparison between western and eastern Mediterranean*. Vol. I. Oxford: BAR, International Series, 2185-I, 2010, pp. 89-114.

¹⁷ HAYES, John – *Late Roman Pottery*. London: British School at Rome, 1972; REYNOLDS, Paul – “Trade networks of the East, 3rd to 7th Centuries...”, pp. 89-114; REYNOLDS, Paul; BONIFAY, Michel; ÁNGEL CAU, Miguel. – “Key contexts for the dating of Late Roman Mediterranean fine wares: a preliminary review and «seriation»”. in ÁNGEL CAU, Miguel; REYNOLDS, Paul; BONIFAY, Michel (eds.) – *Late Roman Pottery: solving problems of typology and chronology*. Oxford: Archeopress, 2011, pp. 15-32.

morfologia, prevalente em termos quantitativos (12 NMI), apresenta uma diversidade de fabricos evidente, evocativa de origens múltiplas no âmbito do quadrante NE do Mediterrâneo. Fenómeno similar ocorre com o tipo LR2, apesar da sua limitada expressão (2 NMI), assinalando-se outra evidência de bilinguismo, de novo um grafito *post cocturam* grafado à altura da asa e de que sobreviveu incompleto um θ . Um único indivíduo LR4 ostenta as características macroscópicas típicas da região de Gaza, como lhe acresce não dispor da faixa de caneluras à altura das asas, detalhe que remete o exemplar para datas mais avançadas dentro do séc. VI. Três outras ânforas são inclassificáveis, mas deverão pertencer a tipos do Egeu. No que respeita às produções africanas, os dois indivíduos espelham bem distintas ocorrências: uma asa inclassificável foi encontrada a par de múltiplos fragmentos de bordo, colo, asas, fundo e parede de um grande contentor que coloca algumas dificuldades de classificação formal, afim dos modelos Keay 56 e 57¹⁸. Não pode deixar de se recordar que, na óptica da leitura desta presença, ao menor número de indivíduos africanos (2, no caso) equivale todavia uma maior expressividade ao nível do volume face à representação do Mediterrâneo Oriental: 18 no total. Como apontamento, refira-se a ocorrência, única e exclusiva, de um bordo da variante tardia da ânfora lusitana Almagro 51C. Esta fraca expressividade requer alguma reflexão crítica acerca do seu real significado no quadro olisiponense e tagano do pleno séc. VI¹⁹.

Visto que a totalidade da cerâmica descartada para o interior da estrutura negativa parece ser o resultado de acções desenvolvidas num segmento temporal muito curto, presta-se à definição do “perfil cerâmico olisiponense” da segunda metade do séc. VI. As camadas de enchimento alternavam a frequência das presenças cerâmicas, sendo ora argilosas, ora com altas concentrações de cinzas/carvões. Esta constatação parece indicar uma deliberada vontade de eliminar a estrutura da topografia então visível. Noutra sentida, os elementos de olaria de construção, metais ou restos de macrofauna eram raros. Destaque-se de entre estes últimos uma pequena faca com lâmina em ferro e cabo de osso, decorado com círculos concêntricos, entretanto desaparecida. E do ponto de vista da cerâmica comum, merecem um particular destaque as presenças de, pelo menos, dois indivíduos importados. Em primeiro lugar, identifica-se uma panela de corpo globular, pança estriada, colo curto e vertical, asas curtas de secção subrectangular, com uma pasta que, pela afinidade das suas características macroscópicas com exemplares anfóricos do levante mediterrâneo, aí deverá ter a sua origem: reforça esta atribuição a aguada salífera que recobre o vaso pelo exterior. Uma outra *olla*, elaborada a torno lento,

¹⁸ BONIFAY, Michel – *Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. Oxford: BAR S1301, 2004.

¹⁹ PIMENTA, João; FABIÃO, Carlos – “Ânforas orientais em *Vlixippona* (Lisboa): a vitalidade da rota atlântica em época pós-romana”. in *Simpósio A costa portuguesa no panorama da rota atlântica durante a época romana. Peniche, 16 a 18 de Novembro de 2006* (no prelo).

apresenta uma pasta que denuncia argilas aluvionares. O corpo é tendencialmente esférico, o bordo é indistinto afilado e duas pegas paralelas ao bordo modeladas à mão foram colocadas simetricamente no terço superior do vaso. Exemplos com esta mesma morfologia e fundo plano foram identificados em Cartago, em horizontes cronológicos similares, e a sua difusão está atestada para geografias costeiras meridionais e levantinas hispanas. A presença de micas invalida no caso uma origem africana, pelo que a questão terá que permanecer em aberto.

O remanescente das cerâmicas comuns equivale a um número muito restrito de formas, com uma variabilidade de técnicas de fabrico onde as características macroscópicas da pasta denunciam uma origem regional ou local. A um nível básico, podem distinguir-se dois grandes grupos: um primeiro, correspondente a elaborações feitas a torno rápido, em ambientes de arrefecimento invariavelmente oxidante, ostentando as superfícies cores claras-avermelhadas, com tonalidades alaranjadas ou acastanhadas claras/beige; um segundo, maioritário, executado manualmente e/ou a torno muito lento, com cozeduras totalmente redutoras nos recipientes de fogo, e redutoras de arrefecimento oxidante nas restantes morfologias (armazenamento; contentores de líquidos e bacia).

Cinco testos integram o primeiro dos grupos, com diâmetros superiores a 20 cm e o interior provido de estrias marcadas, 6 alguidares/bacias, com diâmetros rondando os 40 cm, de bordo de secção triangular espessado exteriormente e 2 jarros. Um tacho carenado, decorado externamente com retícula brunida e um outro recipiente aberto, de carena baixa, de cozedura oxidante/redutora, completam o conjunto elaborado a torno rápido. O segundo grupo é um pouco mais heterogéneo. Integram-no um alguidar de lábio pendente e extrovertido, de clara tradição baixo-imperial, um corpo de cântaro, um bico vertedor, um pequeno jarro ou pote monoansado e um jarro pequeno asado, todos apresentando cozeduras de arrefecimento oxidante e superfícies claras.

As outras cerâmicas manuais ou a torno lento integram-se num conjunto formalmente muito homogéneo de 19 panelas/potes de perfil em S, de corpo globular, todas de cozedura redutora. Três exemplares conservam uma asa, 5 eram seguramente desprovidas desta e, em 2 exemplares, uma canelura sinusoidal decorava a parte superior do corpo, abaixo da inflexão do bordo.

Noutro sentido, a recolha no mesmo âmbito de uma mandíbula inferior de um adulto, de algum modo evoca circunstancialismos próprios ao processo de formação do contexto do Palácio dos Condes de Penafiel, eventualmente de relacionar com as origens mais remotas da igreja paroquial medieval de S. Mamede, que lhe ficava muito próxima – ainda que esta circunstância não aporte argumentação cronológica fiável.

3. O refinamento cronológico

Focando a questão em moldes de cronologia fina, o conjunto parecia apresentar especiais problemas de compatibilização entre a cerâmica, como se acaba de demonstrar perfeitamente enquadrável num perfil cosmopolita do século VI pleno, e um outro elemento, depositado no fundo da estrutura negativa (**Fig. 4**). Trata-se de um fragmento de mármore que apresenta o início da fórmula funerária DEPO(*sitio*), de resto não destoante da escassa epigrafia do séc. VI da região olisiponense, encimada pela representação iconográfica de duas pombas afrontando um ramo de oliveira²⁰, ou talvez antes de dois pavões²¹. Esta última interpretação parece, aliás, muito mais condizente com a iconografia equiparável, na qual os pavões são apresentados junto a um fitomorfo que não será uma oliveira mas sim uma palmeira – árvore da vida, simbolizando Cristo, que inclusivamente substituiu a videira.

A reutilização e adaptação de elementos arquitectónicos de cronologia mais recuada encontra equivalência no próprio Palácio dos Condes de Penafiel, na Rua de São Mamede ao Caldas, na Sé, no Castelo de São Jorge e na Praça da Figueira, havendo paralelos nítidos na paleografia das inscrições de *Tessodis* (Rua de São Mamede ao Caldas), na do fragmento de epitáfio do Castelo de São Jorge, num de Chelas, assim como de outro, deste mesmo local, do mártir S. Félix²². Em especial o último exemplo, tradicionalmente datado de 665, obrigou a levantar uma questão aparentemente complicada: como é que, na sequência deposicional do Palácio dos Condes de Penafiel, surgiria uma inscrição de finais do século VII, sob um conjunto cerâmico homogéneo, tão claramente associável ao século VI? A sugestão que aqui se apresenta é a de que o numeral da Era no epitáfio de S. Félix tem sido mal lido até agora, não se tratando de DCCIII mas sim DC <*episemon*> III, o que transformaria a data em 609 da Era, ou seja, o ano de 571 (**Fig. 5**).

Esta releitura que reconhece o terceiro numeral como *digamma* bizantino e não como um C latino recua, portanto, a datação em cerca de um século e resolveria a postulação estratigráfica. Não será talvez inocente considerar que o *episemon* tem amiúde uma conotação religiosa, como se reconhece por exemplo em Santo Ireneu²³; o número tinha o poder tanto de formação como de regeneração, mas

²⁰ DIOGO, António Dias; TRINDADE, Laura – “Nº 261: Inscrição romana do Palácio dos Condes de Penafiel”. in *Ficheiro Epigráfico* 56 (1997).

²¹ DIAS, Maria Manuela Alves; GASPAS, Catarina Isabel Sousa – *Catálogo das inscrições paleocristãs do território português*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 2006.

²² DIAS, Maria Manuela Alves; GASPAS, Catarina Isabel Sousa – *Catálogo das inscrições paleocristãs do território português*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 2006; GUERRA, Amílcar – “Os mais recentes achados epigráficos do Castelo de S. Jorge, Lisboa”. in *Revista Portuguesa de Arqueologia* 9:2 (2006), pp. 271-297.

²³ *The Sacred Writings of Saint Irenaeus (Extended Annotated Edition)*. Altenmünster: Jazzybee Verlag, 2012, XIV 6-7.

criticou-se o hábito grego de associar explicações filológicas a números e letras, nomeadamente o *episemon* a variantes gregas e hebraicas da palavra “Jesus” ou “céu”²⁴. Retornando ainda à iconografia dos pavões e palmeira, aliás patente em Lisboa num quadro cronológico mais tardio, vem sendo atribuída ao séc. VII para a Hispânia. Impõe-se, portanto, uma revisão deste conjunto de premissas sobre estas figurações tardo-antigas, em especial dos mecanismos da sua transmissão. A difusão figurativa do pavão em contexto alto-medieval é um assunto ao qual se tem vindo a dedicar uma atenção crescente; são vários os fragmentos arquitectónicos que se ligam claramente ao norte do Mediterrâneo, numa linha contínua com um centro difusor itálico²⁵. A par da importação de elementos cerâmicos, trata-se de mais um indicador de uma forte integração de Lisboa nos circuitos mediterrânicos dos inícios da Idade Média.

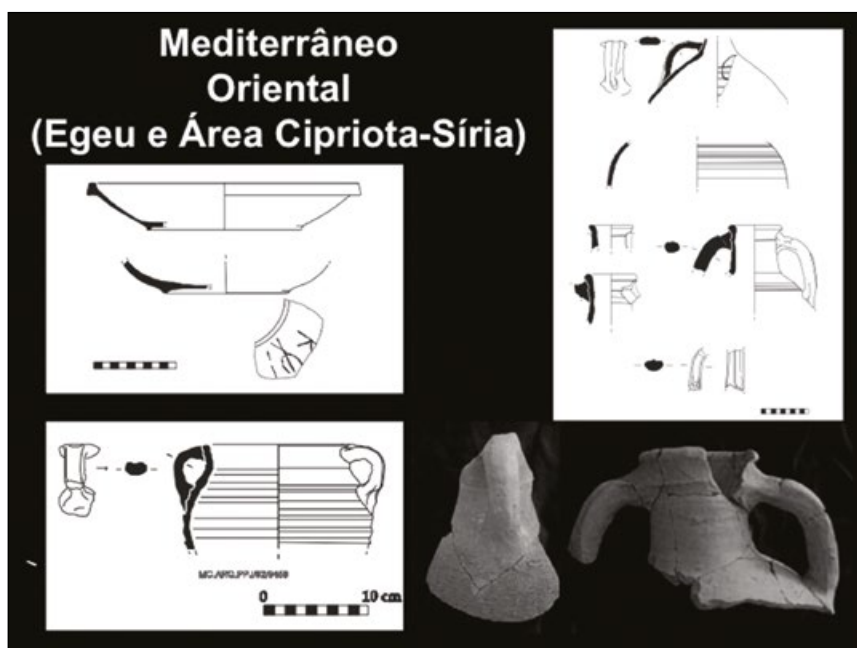


Fig. 1

²⁴ ROBERTS, Alexander – *The Ante-Nicene Fathers: The Writings of the Fathers Down to A. D. 325*. Volume I. New York: Cosimo, 2007.

²⁵ REAL, Manuel – “A dinâmica cultural em *Portucale* e *Colimbrie* nos séculos VIII-XI”. in DE MAN, Adrian; TENTE, Catarina (eds.) – *Estudos de Cerâmica Medieval – O Norte e Centro de Portugal, séculos XI a XII*. Lisboa: IEM, 2014, pp. 13-56.

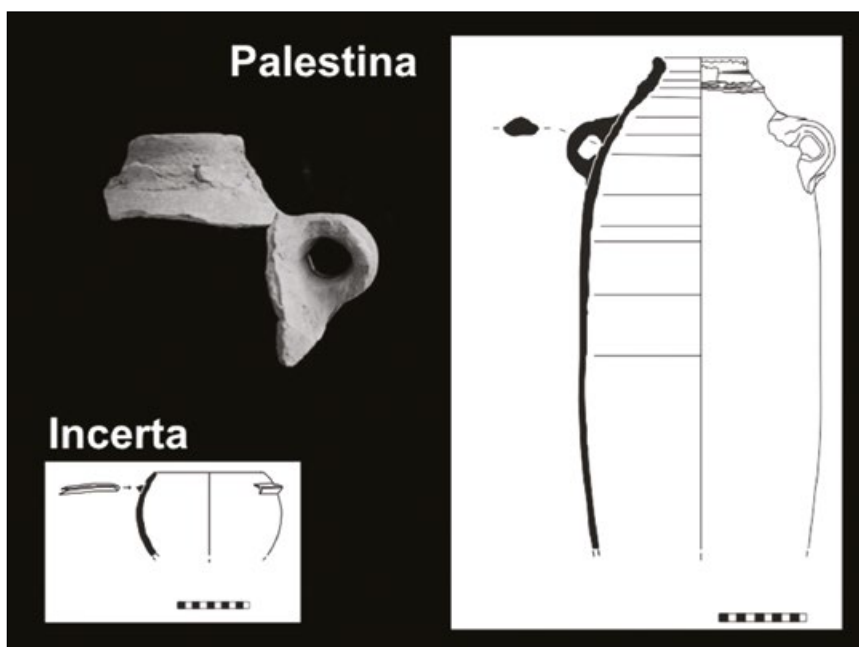


Fig. 2

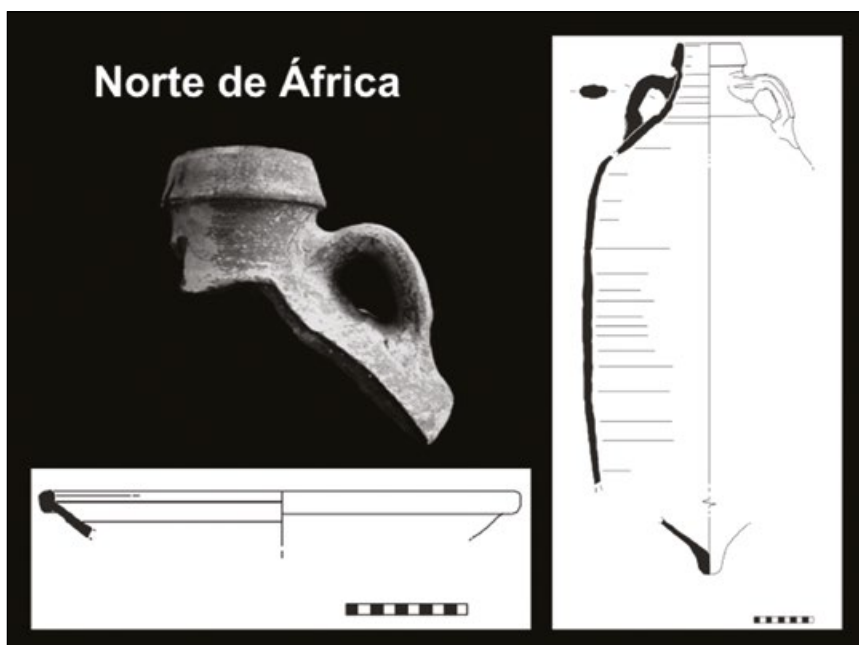


Fig. 3



Fig. 4

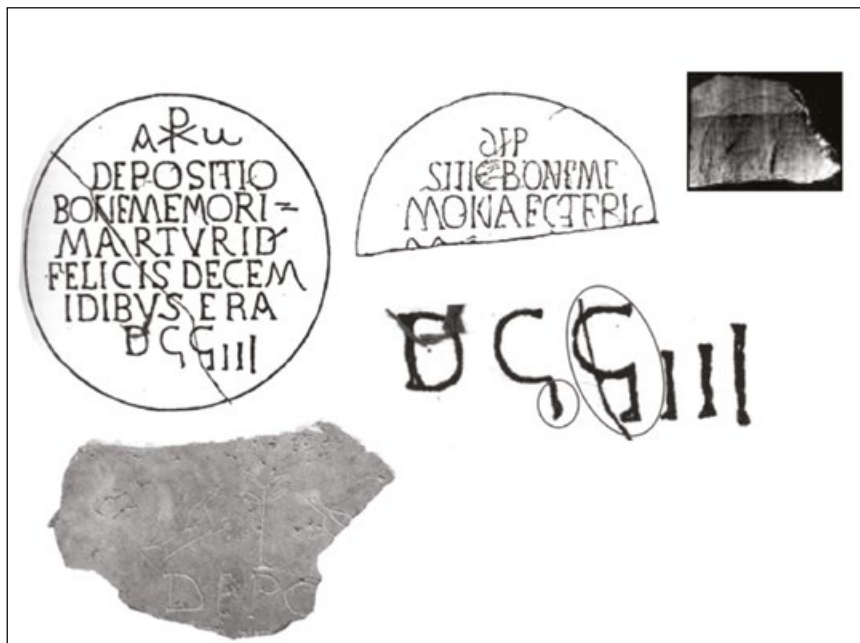


Fig. 5

A defesa costeira no distrito de Lisboa durante o Período Islâmico.

I – A área a Ocidente da cidade de Lisboa¹

Marco Oliveira Borges²

Introdução

Como se estruturava o sistema de defesa costeira no distrito (*kura*) de Lisboa? Quais as edificações que existiam? Como se articulavam entre si? Como se relacionavam com os portos e povoações locais? Quais os meios (humanos e materiais) mobilizados para o seu funcionamento? Como era gerida a existência de postos defensivos e de alerta? Dependia do poder central? Era feita a nível distrital? A nível local? Como funcionou o sistema defensivo ao longo dos tempos, tendo em conta as diferentes conjunturas que marcaram a presença islâmica neste território? Quais as condicionantes a que esteve sujeito? Quais as evidências que restam desse sistema de defesa costeira?

Estas são algumas das principais questões que têm movido as investigações em curso e que, pouco a pouco, nos foram aproximando da cidade de Lisboa (*al-Ushbuna*), fazendo ver que este tipo de estudo tinha de ser empreendido numa óptica mais alargada do que aquela que inicialmente tínhamos perspectivado. De facto, com o desenvolvimento das investigações sobre a defesa costeira de Sintra³ e de Cascais⁴ durante o Período Islâmico⁵, focando ainda os problemas de longa

¹ Com o desenrolar das investigações, tivemos de reajustar o título em relação àquele que inicialmente foi apresentado na comunicação do colóquio. No entanto, os temas em discussão e o espaço geográfico abrangido mantêm-se os mesmos. Agradecemos a Luís Ribeiro Gonçalves pela elaboração de dois dos mapas (Figs. 7 e 11) que acompanham este estudo, os quais têm vindo a ganhar novos topónimos com o decorrer das investigações.

² Centro de História da Universidade de Lisboa – UID/HIS/04311/2013 e Centro de Estudos Geográficos, IGOT, Universidade de Lisboa. Bolseiro de Doutoramento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

³ BORGES, Marco Oliveira – “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante o *Garb al-Ândalus*. I – Em torno do porto de Colares”. in *História. Revista da FLUP*. Porto. IV sér., vol. 2 (2012), pp. 109-128.

⁴ Idem – “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante a Época Islâmica. II – Em torno do porto de Cascais”. in CUNHA, Ana; PINTO, Olímpia; MARTINS, Raquel de Oliveira (coord.) – *Paisagens e Poderes no Medievo Ibérico. Actas do I Encontro Ibérico de Jovens Investigadores em História Medieval. Arqueologia, História e Património*. Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»/Universidade do Minho, 2014, pp. 409-441.

⁵ As quais tiveram início ainda em 2009-2010, no âmbito da realização de um trabalho de licenciatura para a disciplina de “História da Marinha”.

duração relativos à entrada naval na barra do Tejo⁶ e uma possível estratégia marítima pensada por D. Afonso Henriques para a tomada de Lisboa⁷, foram surgindo dados que, no seguimento dos contributos de outros investigadores, permitem compreender melhor a própria defesa da cidade de Lisboa enquanto espaço polarizador de toda a região do Baixo Tejo. Na verdade, face à proximidade, às ligações de vária ordem e às condicionantes geográficas que a caracterizam, a defesa costeira desta área tem sido perspectivada num triângulo estratégico fulcral: o complexo geográfico Sintra-Cascais-Lisboa⁸.

Não obstante a vertente marítima ser muito pouco valorizada no âmbito da “Reconquista” cristã, contrariamente à componente terrestre, o tema da defesa costeira e fortificação marítima no “Portugal” islâmico, nomeadamente na região em estudo e na Península de Setúbal, tem vindo a receber importantes contributos ao longo do tempo, sendo de destacar os estudos de Christophe Picard, Isabel Cristina Ferreira Fernandes, A. H. de Oliveira Marques, António Rafael Carvalho, Helena Catarino, Fernando Branco Correia, Hélio Pires, etc. No entanto, e apesar de algum trabalho já estar desenvolvido, é preciso continuar a desbravar conhecimento e a levantar hipóteses explicativas através do cruzamento dos dados históricos disponíveis com a exploração toponímica, com os dados arqueológicos que vão sendo dados a conhecer e com o reconhecimento da geografia costeira. Assim, para este nosso primeiro estudo geograficamente mais alargado sobre a defesa costeira no distrito de Lisboa, englobaremos a área ocidental que abrange os actuais concelhos de Sintra, Cascais⁹ e Oeiras, terminando actividades às portas da cidade de Lisboa. Deste modo, e sendo este um estudo parcial, que não abarca todo o território deste distrito (**Fig. 1**), fica expresso que isso não significa que estejamos perante qualquer tipo de isolamento ou restrição geográfica, quer dos territórios envolventes, quer das estruturas situadas a Sul, Este e a Norte da cidade. Espera-se, na verdade, que outras áreas do restante território – caso de Mafra – possam ser focadas em oportunidades futuras.

⁶ BORGES, Marco Oliveira – *O porto de Cascais durante a Expansão Quatrocentista. Apoio à Navegação e Defesa Costeira*. Tese de Mestrado em História Marítima apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s. n.], 2012, pp. 13 e 61-81; Idem – “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante a Época Islâmica. II...”, p. 425.

⁷ Idem – “Em torno da preparação do cerco de Lisboa (1147) e de uma possível estratégia marítima pensada por D. Afonso Henriques”. in *História. Revista da FLUP*. Porto. IV sér., vol. 3 (2013), pp. 123-144.

⁸ Idem – *O porto de Cascais*, pp. 61-81 e 165-173.

⁹ Recentemente, no âmbito do programa televisivo “Caminhos” (RTP2), tivemos a oportunidade de participar num episódio sobre “A defesa costeira no litoral de Sintra-Cascais durante o Período Islâmico”. O episódio poder ser visto através da seguinte ligação: https://www.youtube.com/watch?v=xVvG-KbkVvw&feature=em-upload_owner

1. Os ataques viquingues e o reforço do sistema de defesa costeira

Ao ocuparem a Península Ibérica, a partir de 711, as forças islâmicas vão “tentar dominar a totalidade dos seus territórios através da fixação de guarnições em cidades estratégicas e de pactos com antigos senhores hispano-visigodos”, permitindo-lhes, “mediante condições, continuar a controlar boa parte das suas antigas propriedades, ou mesmo manter parte do seu antigo poder”¹⁰. Em todo o caso, presume-se que apenas em 714 ou 716 Lisboa se tenha submetido pacificamente após um pacto de capitulação¹¹, se bem que este seja um assunto que ainda não está devidamente compreendido¹².



Fig. 1 – Divisão administrativa do “Portugal” islâmico: as *kuwar* (delimitação conjectural de acordo com a divisão romana)¹³.

¹⁰ BARBOSA, Pedro Gomes – *Reconquista Cristã. Séculos IX-XII*. Lisboa: Ésquilo, 2008, pp. 29-30.

¹¹ MARQUES, A. H. de Oliveira – “O «Portugal» islâmico”. in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*. Vol. II – *Portugal das Invasões Germânicas à Reconquista*. Lisboa: Editorial Presença, 1993, p. 122; PICARD, Christophe – *Le Portugal musulman (VIII^e-XIII^e siècle)*. L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique. Paris: Maisonneuve et Larose, 2000, pp. 22-23.

¹² BARBOSA, Pedro Gomes – *ob. cit.*, p. 31 (n. 31).

¹³ Adaptado de MARQUES, A. H. de Oliveira e DIAS, João José Alves – *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2003, p. 46. Durante o debate que se seguiu à comunicação que deu origem a este estudo, fomos alertados para o estado “desatualizado” deste mapa. Contudo, sem a indicação e o conhecimento de um mapa renovado que pudesse substituir o actual, optámos por mantê-lo.

Certamente que com uma nova ocupação do território, e ao longo dos tempos, foram sendo repensadas formas de defesa terrestre e marítima. Ainda que o impulsionamento da defesa costeira islâmica seja atribuído à época que se seguiu aos primeiros ataques viquingues¹⁴, é preciso ter em conta que em 844, ano em que ficou registada a primeira investida destes guerreiros nórdicos às costas do Garb al-Ándalus, “o ocidente da Península Ibérica já era um cenário de guerra há mais de cem anos”. Com efeito, isso leva a pensar que a paisagem já estivesse “marcada por fortificações cuja necessidade não foi criada pelos piratas nórdicos, mas apenas reforçada por eles”¹⁵.

É igualmente possível que, para além de alguns dados conhecidos sobre ataques, embora a maior parte deles bastante lacónicos e pouco explorados, tenham ocorrido expedições marítimas dos cristãos do Norte às costas do Garb al-Ándalus – antes e depois do começo das investidas viquingues – sem que tivessem subsistido evidências. Esta é uma situação que, no seu todo, precisa de ser questionada e discutida, porquanto a vertente marítima ainda é muito pouco perspectivada no âmbito da “Reconquista” cristã¹⁶. Se bem que no caso do Ocidente peninsular – pelo menos – as informações de ataques marítimos cristãos contra navios ou cidades islâmicas sejam escassas, sendo de referir os importantes dados contidos na *Historia Compostelana*¹⁷, o ataque de Sigurd (1109) e as indicações contidas no relato de Raul sobre a tomada de Lisboa aos Mouros, que também apontam para incursões àquela cidade antes de 1147¹⁸, isto tudo anteriormente aos alegados confrontos de D. Fuas Roupinho (1179-1180)¹⁹, tal não significa que outros não tivessem tido lugar, até porque durante a segunda metade do século VIII as forças cristãs do Norte já levavam a cabo incursões até à área do Tejo. Em 798, lideradas por Afonso II das Astúrias, as forças cristãs saquearam mesmo Lisboa, naquilo que poderá ter sido uma expedição vinda por mar, enviando, posteriormente, despojos a Carlos Magno²⁰.

¹⁴ O termo “viking”, na Escandinávia, não designava um povo, como por vezes vemos referido nos dicionários e enciclopédias de língua portuguesa, mas sim uma actividade ou grupos dos que a ela se dedicavam, sendo que a prática que mais lhe ficou associada nas fontes anglo-saxónicas e islandesas foi a pirataria (PIRES, Hélio – *Incursões Nórdicas no Ocidente Ibérico (844-1147): Fontes, História e Vestígios*. Tese de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2012, pp. 1-4).

¹⁵ Idem – *ibidem*, p. 243.

¹⁶ Está a ser desenvolvido um estudo sobre este tema.

¹⁷ *Historia Compostelana*. Introd., trad., notas e índices de Emma FALQUE. Madrid: Ediciones Akal, 1994, pp. 246-247 e *passim*.

¹⁸ Sobre este assunto, cf. BORGES, Marco Oliveira – “Em torno da preparação do cerco de Lisboa (1147)”, p. 125 (n. 9).

¹⁹ Sobre D. Fuas Roupinho, cf. os estudos recentes indicados por idem – *ibidem*, p. 140 (n. 71).

²⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira – “O «Portugal» islâmico”, p. 125; BEIRANTE, Maria Ângela – “A «Reconquista» cristã”. in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*, Vol. II, p. 258; AGUIRRE CANO, Víctor M. – “La guerra entre el emirato y el reino de Asturias durante

A primeira notícia da presença viquingue no actual território que corresponde a Portugal remete-nos para 844. Por volta do dia 20 de Agosto deste ano²¹, 54 navios nórdicos e 54 cárvos²² atacaram Lisboa numa investida que se prolongou por treze dias e que resultou em três batalhas com os muçulmanos locais²³. Foi Ibn Hayyan (987-1076), citando al-Razi (888-955), que abordou a chegada dos *Majus* (ou *Magus*)²⁴ por essa altura. O emir Abd al-Rahman II, avisado da chegada dos guerreiros nórdicos pelo governador de Lisboa (Whab Allah Ibn Hazm), pôs em alerta as cidades costeiras a Sul. No entanto, o relato de Ibn al-Qutiya (m. 977), em conjugação com o *al-Muqtabis* de Ibn Hayyan, permite pensar que este ataque possa não ter sido somente à cidade de Lisboa mas também a outras localidades situadas no distrito²⁵. Deste modo, Sintra²⁶ e Cascais poderão ser locais implícitos nos relatos muçulmanos²⁷. É possível, igualmente, que as investidas de 844 se tenham estendido a outras áreas já dentro do Tejo, até mesmo a Santarém²⁸.

Já para Sul, as investidas deste ano haveriam de se estender a Sevilha, a Sidónia e a Cádiz. No regresso ao Norte, depois de terem sofrido várias baixas e de terem perdido 34 navios nas costas da Andaluzia, Ibn Idhari (séculos XIII-XIV) refere

el reinado de Alfonso II (791-842)”. in *Boletín del Real Instituto de Estudios Asturianos* 175-176 (2009), pp. 219-220; BORGES, Marco Oliveira – “Em torno da preparação do cerco de Lisboa (1147)”, p. 142 (n. 80).

²¹ PIRES, Hélio – *ob. cit.*, p. 104 (n. 20).

²² Ainda que pudessem não ser exactamente 54 navios de cada tipo, certamente que os cárvos com que os nórdicos chegaram a Lisboa teriam sido tomados ao longo da costa, na investida para Sul. Neste sentido, Lisboa não teria sido o primeiro alvo nórdico (PIRES, Hélio – *ob. cit.*, p. 109).

²³ IBN HAYYAN – *Crónica de los emires Alhakam I y Abdarrahman II entre los años 796 y 847 [Almuqtabis II-I]*. Trad., notas e índices de Mahmud ALI MAKKI y Federico CORRIENTE. Zaragoza: Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Próximo, 2001, p. 312; COELHO, António Borges – *Portugal na Espanha Árabe*. 3.ª ed. revista. Lisboa: Editorial Caminho, 2008, p. 169.

²⁴ Foi aos zoroastristas, cujo culto original teve base na Pérsia, sendo os seus actos tradicionalmente acompanhados por um fogo sagrado, que os muçulmanos inicialmente chamaram *al-magus*. Porém, a partir do século IX, o termo surge nas fontes do al-Ándalus referindo-se, não aos zoroastristas, mas sim aos piratas nórdicos que os muçulmanos “identificaram como um *outro* em cujas práticas religiosas não se reconheciam”. Nesse sentido, “identificando-os como pagãos, recorreram à expressão clássica que, em cânones árabes, denominava os não-crentes – os magos”. Portanto, esta também não é uma forma de identificar um povo específico, mas sim uma referência vaga ao “outro”, àquele que não é muçulmano, judeu ou cristão (PIRES, Hélio – *ob. cit.*, pp. 92-93).

²⁵ ABENALCOTÍA – *Historia de la conquista de España de Abenalcotía el Cordobés. Seguida de fragmentos históricos de Abencotaiba, etc.* Trad. de Don Julián RIBERA. Madrid: Tipografía de la Revista de Archivos, 1926, p. 50; PIRES, Hélio – *ob. cit.*, p. 104; CORREIA, Fernando Branco – “A acção do poder político nas actividades portuárias e na navegação no ocidente islâmico. Alguns tópicos”. in SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Angel; VIANA, Mário (eds.) – *Economia e Instituições na Idade Média. Novas Abordagens*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, 2013, pp. 13-14; BORGES, Marco Oliveira – “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante a Época Islâmica. II”, pp. 414 e 424-425.

²⁶ PIRES, Hélio – *ob. cit.*, p. 105.

²⁷ Manuel A. P. Lourenço, sem indicar qualquer tipo de fonte, refere que a frota nórdica fez escala em Cascais na espera de condições para entrar na barra do Tejo. Logo de seguida, tomando caminho por uma hipótese explicativa, refere a possibilidade dos piratas nórdicos terem desembarcado em Cascais e de este local ter sido assolado pelos ataques (cf. LOURENÇO, Manuel A. P. – “História de Cascais e do seu Concelho”. in *A Nossa Terra*. Cascais. N.º 43 (1953), p. 10).

²⁸ BARBOSA, Pedro Gomes – *ob. cit.*, pp. 131-132.

que houve nova passagem dos guerreiros nórdicos por Lisboa, embora não se saiba exactamente o que aconteceu²⁹. Porém, al-Qurashi, citado por Ibn Hayyan, refere que os viquingues sofreram uma derrota no distrito de Lisboa, sendo “tritutados por la guerra”³⁰.

Nas suas demoradas e longínquas expedições, os viquingues tiveram de usar pontos de apoio temporário ao longo da faixa costeira atlântica e mediterrânica, sendo que alguns poderão mesmo ter mantido o nome que era dado a esses guerreiros depois da sua partida³¹. Por outro lado, é possível que uma ocupação nórdica de certas áreas também possa ter derivado da doação cristã de terras em zona de fronteira³². Estas são situações que, para o caso do actual território português, têm sido pensadas para três locais: Lorvão³³ e Lordemão³⁴, no actual distrito de Coimbra, e Salvaterra de Magos³⁵, no de Santarém. Naturalmente que estes guerreiros nórdicos, levando a cabo expedições que se prolongavam no tempo – até mesmo devido às condicionantes atmosféricas e oceânicas que enfrentavam –, precisavam de locais para aportar, descansar, arranjar alimentos e poder consertar os navios, isto quando não era mesmo para invernar. Assim, para além dos locais referidos, é possível que tenham existido outras possíveis bases temporárias nórdicas no actual território português, nomeadamente no Noroeste³⁶. As proximidades de Lisboa³⁷, quer nas margens do Tejo³⁸, quer já fora do estuário, inclusive a extensa e abrigada enseada de Cascais, também são hipóteses a ter em conta³⁹.

²⁹ COELHO, António Borges – *ob. cit.*, pp. 170-171.

³⁰ IBN HAYYAN – *ob. cit.*, pp. 316-317; PIRES, Hélio – *ob. cit.*, p. 111.

³¹ Tal como Ibn Idhari refere para o caso de uma cidade mediterrânica (cf. COELHO, António Borges – *ob. cit.*, p. 174).

³² Vide infra, n. 34.

³³ A hipótese é colocada por Joseph M. Piel, por se ter “lembrado do etnónimo *Lordemanos/Lordemãos*, [...] a forma medieval corrente que se substituiu à historicamente mais conforme de *Nordemanos*, literalmente “homens do Norte”, ou seja os *Normandos*, aliás *Viquingos*” (cf. PIEL, Joseph M. – *Sobre a origem do nome do mosteiro de Lorvão*. Sep. de Biblos. Coimbra. LVII, 1981, p. 169).

³⁴ À semelhança do topónimo *Lordemanos*, existente na província de Leão, e no seguimento da hipótese levantada por Joseph M. Piel (cf. ALMAZÁN, Vicente – *Gallaecia Scandinavica. Introducción ó estudio das relacións galaico-escandinavas durante a Idade Media*. Vigo: Galáxia, 1986, pp. 119-120; PIRES, Hélio – *ob. cit.*, pp. 260-261).

³⁵ Povoação inicialmente designada por “Paul de Magos”. A presente “hipótese baseia-se no facto de os muçulmanos designarem por *maghus* aqueles que a documentação cristã chama *lordomani*” (BARBOSA, Pedro Gomes – *ob. cit.*, pp. 131-132; CORREIA, Fernando Branco – “Fortificações de iniciativa omíada no Gharb al-Andalus nos séculos IX e X – hipóteses em torno da chegada dos *Majus* (entre Tejo e Mondego)”. in FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) – *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*. Vol. I. Lisboa: Edições Colibri – Campo Arqueológico de Mértola, 2013, p. 85 (n. 50)).

³⁶ PIRES, Hélio – “Money for freedom: ransom paying to Vikings in Western Iberia”. in *Viking and Medieval Scandinavia* 7 (2011), pp. 125-130; idem – *Incursoes Nórdicas no Ocidente Ibérico*, pp. 91 e 171-190.

³⁷ Idem – *ibidem*, p. 115.

³⁸ CORREIA, Fernando Branco – “Fortificações de iniciativa omíada”, p. 85 (n. 50).

³⁹ FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira – “Aspectos da litoralidade do Gharb al-Andalus: os portos do Baixo Tejo e do Baixo Sado”. in *Arqueologia Medieval*. Porto. N.º 9 (2005), p. 53; BORGES, Marco Oliveira – “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante a Época Islâmica. II”, pp. 424-425.

Novos ataques ocorreram em 858 (Lisboa) e 859. Neste último, levado a cabo por 62 navios, Ibn Idhari refere que dois dos que se tinham adiantado à restante frota (e que vinham carregados com ouro, prata, escravos⁴⁰ e provisões) acabaram mesmo por ser capturados por navios muçulmanos na costa de Beja⁴¹, ou seja, algures na área costeira atlântica a que o distrito presidia⁴², ou até mesmo já no Guadiana⁴³. Decorreria muito tempo até que os viquingues voltassem novamente a atacar Lisboa, se bem que estes guerreiros possam ter levado a cabo ataques pela costa ocidental da Península Ibérica dos quais não subsistiu registo⁴⁴. Assim, em 966, estes guerreiros nórdicos voltaram a atacar Lisboa, vindo a enfrentar as forças muçulmanas locais numa batalha com vários mortos entre ambas as partes e de desfecho desconhecido⁴⁵. Desta vez, Ibn Idhari faz menção a 28 navios nórdicos, sendo que ainda houve um combate no rio Arade (Silves) que opôs as forças nórdicas à frota muçulmana saída de Sevilha.

Para além do perigo cristão e nórdico, as próprias rebeliões internas do Islão terão levado à construção de fortificações e de postos de vigia para garantir uma maior segurança do território, sendo que a área geográfica a que o distrito de Lisboa presidia não teria fugido a isso. Contudo, terá sido mesmo o desencadear dos ataques viquingues de 844 que terá levado as autoridades islâmicas a dar especial atenção ao sistema defensivo e a reforçar o aparelho militar ao longo do litoral atlântico e mediterrânico. Na verdade, sabe-se que o governo omíada reforçou a estrutura de defesa marítima com a edificação de torres de vigilância (*burj*) e atalaias (*atalai'a*, pl. *tali'a*), bem como de diversas fortificações (incluindo *husun* e *ribat/s*). Para além disso, tomaram-se medidas para a formação de uma marinha de guerra ampla e bem provida de projecteis incendiários, tendo-se recrutado marinheiros e mercenários de várias partes, alguns deles especializados no lançamento de fogo-grego. Por fim, e como não poderia deixar de ser, pouco depois dos acontecimentos de 844, ordenou-se a edificação de estaleiros de construção naval, iniciativa que teve lugar em Sevilha e, muito provavelmente, noutros locais⁴⁶.

⁴⁰ Pouco depois de 860, os viquingues venderam alguns negros na Irlanda anteriormente capturados em Marrocos (cf. SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio – *Normandos en España durante el siglo VIII? Sep. de Cuadernos de Historia de España*. Buenos Aires, 1957, p. 314).

⁴¹ COELHO, António Borges – *ob. cit.*, p. 173.

⁴² PIRES, Hélio – *Incursões Nórdicas no Ocidente Ibérico*, pp. 114-115.

⁴³ CATARINO, Helena – “Breve sinopse sobre topónimos *Arrábida* na costa portuguesa”. in FRANCO SÁNCHEZ, Francisco (ed.) – *La Rábida en el Islam. Estudios Interdisciplinares. Congressos Internacionals de Sant Carles de la Ràpita (1989, 1997)*. Sant Carles de la Ràpita/Alacant: Ajuntament de Sant Carles de la Ràpita/Universitat d'Alacant, 2004, p. 264.

⁴⁴ PIRES, Hélio – *ob. cit.*, p. 129.

⁴⁵ Neste caso, o califa foi avisado da investida nórdica por intermédio de Alcácer do Sal (COELHO, António Borges – *ob. cit.*, p. 174; PIRES, Hélio – *ob. cit.*, pp. 129-130).

⁴⁶ Sobre todas estas medidas, cf. ABENALCOTÍA – *ob. cit.*, p. 53; COELHO, António Borges – *ob. cit.*, pp. 169 e 173; ROLDÁN CASTRO, Fátima – “Los Mayus. A proposito de un texto atribuido a al-Udri”. in

2. A área costeira de Sintra

Para o caso da área geográfica que estamos a estudar, a conjugação dos dados históricos, toponímicos e arqueológicos mostra que, durante o Período Islâmico, a cidade de Lisboa estava envolvida por um sistema de alerta e defesa costeira que incluiria, em particular, os seguintes locais: Sintra, Cascais e Oeiras, a Ocidente, Almada, Seixal e Palmela, a Sul, Montijo, a Oriente, Sacavém, Santa Iria de Azóia e Vila Franca de Xira, a Norte⁴⁷. É a área situada a Ocidente que, de momento, nos interessa focar.

Sintra foi mencionada no século X por al-Razi como uma das vilas pertencentes ao senhorio de Lisboa⁴⁸. No século seguinte, al-Bakri (1014-1094) colocou-a entre as oito cidades mais importantes do Garb al-Ândalus⁴⁹. Dotada de dois castelos de “extrema solidez”, um deles construído de forma estratégica num dos cumes sobranceiros da serra (castelo dos Mouros), Sintra foi mencionada posteriormente por al-Himyari – decerto baseado na obra fragmentária de al-Bakri – como uma das vilas que dependiam de Lisboa no al-Ândalus, estando situada nas proximidades do mar e permanentemente mergulhada numa bruma que não se dissipava⁵⁰.

Face à sua posição privilegiada junto ao mar e ao Cabo da Roca, extremo ocidental do al-Ândalus e importante acidente geográfico para a navegação, Sintra

Philologia hispalensis. Sevilla. Vol. 2 (1987), p. 157; LIROLA DELGADO, Jorge – *El poder naval de al-Andalus en la época del califato omeya (siglo IV hégira/X era cristiana)*. Vol. I. Granada: Facultad de Filosofía y Letras, 1991 (Tesis Doctoral), pp. 122-125; PICARD, Christophe – *La mer et les Musulmans d'occident au Moyen Age (VIII^e-XIII^e siècle)*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997, pp. 148 e 156; CATARINO, Helena – *ob. cit.*, pp. 264-265.

⁴⁷ Cf. os dados aduzidos por MARQUES, A. H. de Oliveira – “O «Portugal» islâmico”, pp. 196-201 e *passim*; PICARD, Christophe e FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira – “La défense côtière à l'époque musulmane: l'exemple de la presqu'île de Setúbal”. in *Archéologie Islamique*. Paris. N.º 8 (1999), p. 92; PICARD, Christophe – *Le Portugal musulman*, pp. 155 e 209; REI, António – “Ocupação humana no alfoz de Lisboa durante o período islâmico (714-1147)”. in *A Nova Lisboa Medieval. Actas do I Encontro*. Lisboa: Edições Colibri, 2001, pp. 25-37; CATARINO, Helena – *ob. cit.*, pp. 264-267; LEITÃO, André de Oliveira – *O Povoamento no Baixo Vale do Tejo: entre a territorialização e a militarização (meados do século IX-início do século XIV)*. Tese de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2011, pp. 28-29; BORGES, Marco Oliveira – “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante o Garb al-Ândalus. I”, pp. 109-128; *idem* – *O porto de Cascais*, pp. 174-177; CORREIA, Fernando Branco – “A acção do poder político”, pp. 19-24; *idem* – “Fortificações de iniciativa omíada”, pp. 73-85; BORGES, Marco Oliveira – “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante a Época Islâmica. II”, pp. 409-441.

⁴⁸ COELHO, António Borges – *ob. cit.*, p. 37.

⁴⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira – “Sintra e Cascais na Idade Média”. in *Novos Ensaios de História Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1988, p. 145; COELHO, Catarina – “O Castelo dos Mouros (Sintra)”. in FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (coord.) – *Mil Anos de Fortificações na Península e no Magreb (500-1500)*. *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Edições Colibri, 2002, p. 394; REI, António – *ob. cit.*, pp. 124-125.

⁵⁰ AL-HIMYARI – *Kitab ar-Rawd al-Mi'tar*. Trad. por Maria Pilar MAESTRO GONZÁLEZ. Valencia: Anubar, 1963, p. 233; COELHO, António Borges – *Portugal na Espanha Árabe*, p. 49; REI, António – *O Gharb al-Andalus al-Aqsâ na Geografia Árabe (séculos III h./IX d.C.-XI h./XVII d.C.)*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2012, p. 166.

tinha a particularidade de funcionar como um posto de observação oceânica que servia de alerta a Lisboa. Incorporado no sistema de defesa costeira que funcionava a partir do litoral de Sintra, o castelo dos Mouros⁵¹ tinha a particularidade de servir como posto de vigilância dos acessos por mar e terra. Porém, se é verdade que desse castelo, e até mesmo de outros pontos elevados da serra de Sintra com grande ou maior visibilidade e que articulariam funções, era possível observar e estabelecer contactos de longa distância com o porto de Cascais, Oeiras, outros locais da barra do Tejo, Lisboa e o seu castelo, Trafaria, Almada, Palmela e o cabo Espichel⁵², isso apenas seria possível em dias de boa visibilidade⁵³, o que nem sempre é realidade em Sintra, bastante sujeita aos nevoeiros que por ali se prolongam. De facto, integrado neste sistema defensivo na vertente de vigilância e de alerta, o castelo dos Mouros teria como principal função alertar Lisboa e os postos a Sul sobre a aproximação de navios e de inimigos por terra, mas nestas ocasiões de intenso nevoeiro, em que pouco ou nada se via quanto à linha de costa, não seria possível vislumbrar a aproximação de navios nem de produzir informação visual. Este é um assunto que já havíamos tido oportunidade de desenvolver e ao qual temos vindo a dar grande importância⁵⁴. Do mesmo modo, acresce a pouca visibilidade que por vezes se tem do Tejo e de toda a Margem Sul, por vezes nula, em períodos de nevoeiro e neblina – factores muito característicos das zonas de estuário –, ficando impossibilitada a comunicação directa com aquelas terras e inviabilizada a entrada de navios na barra. Neste sentido, o sistema de alerta que teria funcionado através do castelo dos Mouros e de outros pontos da Serra de Sintra estaria bastante condicionado, podendo mesmo ficar inactivo por determinados períodos.

Qual o outro castelo de Sintra referido por al-Himiyari? Em que sítio estaria situado? Pese embora a hipótese comumente aceite de que um dos castelos de Sintra referidos por al-Himiyari estaria edificado no sítio onde se encontra o actual

⁵¹ Terão ocorrido duas fases distintas de construção deste castelo, sendo que a mais antiga remontará aos séculos IX-X, à semelhança de outros casos peninsulares, correspondendo à época de fortificação da costa atlântica levada a cabo pelas autoridades omíadas face aos ataques vikingues (cf. PAVÓN MALDONADO, Basilio – *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas. Crónicas de viajes por el sur de Portugal*. Madrid: Instituto de Cooperación con el Mundo Árabe, 1993, pp. 20-25; PICARD, Christophe e FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira – “La défense côtière à l’époque musulmane”, pp. 74-75; COELHO, Catarina – “A ocupação islâmica do Castelo dos Mouros (Sintra): interpretação comparada”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 3, n.º 1 (2000), pp. 210-211, 214 e 218; PICARD, Christophe – *Le Portugal musulman*, pp. 209-210 e 215).

⁵² COELHO, Catarina – “O Castelo dos Mouros (Sintra)”, p. 393; BORGES, Marco Oliveira – “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante o Garb al-Ándalus. I”, pp. 111-112; idem – *O porto de Cascais*, pp. 175-176; idem – “Em torno da preparação do cerco de Lisboa (1147)”, pp. 133-134; CORREIA, Fernando Branco – “A acção do poder político”, pp. 20-22; idem – “Fortificações de iniciativa omíada”, pp. 77-79.

⁵³ Sobre a comunicação visual entre Sintra e a Margem Sul do Tejo, cf. os importantes dados aduzidos por CORREIA, Fernando Branco – “A acção do poder político”, pp. 20-22; idem – “Fortificações de iniciativa omíada”, pp. 77-79.

⁵⁴ BORGES, Marco Oliveira – “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante o Garb al-Ándalus. I”, pp. 111-112; idem – *O porto de Cascais*, pp. 175-176. Sobre este assunto, cf. igualmente o vídeo citado na n. 9.

Paço da vila, Maria Teresa Caetano não deixou de mencionar que o geógrafo poderia querer reportar-se ao castelo de *Colir* (Colares)⁵⁵, o qual é referido por João de Barros (1522). Curiosamente, o autor não hesita em considerar o castelo de *Colir* como sendo mais antigo do que o castelo de Sintra (Mouros)⁵⁶. Contudo, o local onde terá sido erguido esse suposto castelo islâmico terá sofrido várias alterações ao longo dos séculos, pelo que nunca foi possível confirmar vestígios da sua antiga existência. Durante o reinado de D. Manuel, e a partir da suposta estrutura islâmica, terá sido construída a Casa da Câmara de Colares, sendo que nas imediações foram detectados elementos pétreos de um portal manuelino. Em inícios do século XVII, o edifício funcionava como Câmara e cadeia colarenses, tendo sido adquirido por D. Dinis de Melo e Castro, antigo bispo de Leiria, Viseu e Guarda, que o transformou num palácio para sua habitação por volta de 1620⁵⁷. O palácio terá ardido em meados do século XIX, tendo sido demolidas, já no início do século XX, as ruínas do Paço para a construção de uma escola primária⁵⁸. No entanto, ainda hoje é possível observar um terraço que restou desse palácio sobranceiro à vila moderna de Colares, sendo dotado de uma arcada⁵⁹.

Estando situado numa área elevada, na vila velha de Colares, do castelo de *Colir* tinha-se uma visão privilegiada para o porto local e para o esteiro de mar que invadia o vale colarense, controlando toda a área em redor e a serra, havendo ainda contacto visual com o castelo dos Mouros. Ao mesmo tempo, dessa primeira estrutura também se tinha visão singular para a área da actual praia das Mações – o acesso naval ao interior do território – e para o Oceano, tendo o castelo “uma torre mui alta, que descobria o mar daí a dez léguas”⁶⁰. Na impossibilidade de se confirmar a veracidade da tradição sobre este castelo vinda de João de Barros e seguida por fr. Joseph de Santa Anna, somente a arqueologia poderá vir a trazer outras luzes sobre este local.

Para além dos referidos castelos e de um *ribat*⁶¹ edificado numa arriba sobranceira à foz da ribeira de Colares (Alto da Vigia), ou seja, as principais estruturas que se conhecem para o caso de Sintra, na toponímia deste complexo geográfico subsistiram alguns nomes de origem árabe associados a contextos militares, alguns deles relacionáveis com antigos postos defensivos e de observação

⁵⁵ CAETANO, Maria Teresa – *Colares*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 2000, pp. 35-36 (n. 91).

⁵⁶ BARROS, João de – *Chronica do Emperador Clarimundo, Donde os Reis de Portugal Descendem*. Quinta Impressão, T. III. Lisboa: Na Officina de João António da Silva, 1791, cap. I, pp. 33 e 37-38.

⁵⁷ SANTANNA, Frei Joseph Pereira de – *Chronica dos Carmelitas da Antiga, e Regular Observancia Nestes Reynos de Portugal, Algarves, e seus Dominios*. T. II. Lisboa: Na Officina dos Herdeiros de António Pedrozo Galram, 1751, pp. 88-89.

⁵⁸ CAETANO, Maria Teresa – *ob. cit.*, pp. 104-107 (n. 243 e 245).

⁵⁹ Cf. www.facebook.com/litoralhistoricoarqueologicodemafraesintra (consultado em Maio 6, 2015).

⁶⁰ BARROS, João de – *ob. cit.*, cap. I, 19-20.

⁶¹ Vide infra, n. 69 e segs.

oceânica. Azóia, localidade situada na serra de Sintra, a qual precede o cabo da Roca e cujo étimo deriva de *az-zawiya*, deverá ter surgido do desígnio de um edifício religioso existente naquela área, provavelmente uma pequena ermida, mas que acumularia igualmente a função de posto de vigilância⁶², dando o alerta perante a aproximação inimiga. Nestas estruturas, situadas normalmente junto da costa e de vias de comunicação, também se deveria dar apoio aos desvalidos e a viajantes⁶³.

A Azóia da serra de Sintra vem referida durante a descrição da viagem da embaixada muçulmana enviada ao rei dos viquingues após o ataque de 844. A viagem foi efectuada por dois navios que partiram de Silves e que, ao chegarem ao “grande promontório que penetra no mar, limite de Espanha no extremo ocidental, e que é a montanha conhecida com o nome de Aluíá [Azauia ou Azóia?], foram surpreendidos por uma tempestade”⁶⁴. É de salientar que toda esta área serrana era propícia à edificação de estruturas. Ainda hoje, ligeiramente a norte da Azóia, a 1,5 km do cabo da Roca, existe uma localidade denominada Atalaia, que na toponímia se subdivide em Atalaia de Baixo e Atalaia de Cima. A posição elevada e estratégica destes locais indicia a existência de antigos postos de vigilância costeira que poderão remontar aos séculos IX-X⁶⁵.

Outro topónimo relevante, e que tem sido associado ao já citado *ribat* do Alto da Vigia, é Alconchel ou Ponta de Alconchel. No entanto, o referido topónimo encontra-se situado entre a praia Grande e a praia Pequena (**Fig. 2**), ou seja, mais a sul do local onde têm sido identificados os vestígios da antiga estrutura islâmica. José Pedro Machado colocou a hipótese deste topónimo estar relacionado com “concha”⁶⁶. Se atendermos às enormes quantidades de conchas que têm sido identificadas no Alto da Vigia, e que em certas partes do terreno ainda são visíveis no solo, sendo que esses vestígios poderão estender-se mais para Sul, faria todo o sentido que o topónimo estivesse, de facto, relacionado com esse tipo de vestígios que revelam a inclusão da vida marítima local no regime alimentar das pessoas que por ali estiveram. Contudo, o topónimo Alconchel, igualmente existente, por exemplo, em Évora e em Espanha, poderá também derivar de *al-concilium*⁶⁷,

⁶² PICARD, Christophe – *Le Portugal musulman*, p. 62 (n. 47).

⁶³ CATARINO, Helena – *ob. cit.*, p. 263.

⁶⁴ A possível identificação do termo “Aluíá” com “Azóia” foi levantada por COELHO, António Borges – *Portugal na Espanha Árabe*, pp. 172 e 204 (n. 72) e aclarada por CATARINO, Helena – *ob. cit.*, p. 264, reportando-se à localidade da serra de Sintra com o mesmo topónimo e que está junto ao cabo da Roca.

⁶⁵ PICARD, Christophe – *L’Océan Atlantique musulman. De la conquête arabe à l’époque almohade. Navigation et mise en valeur des côtes d’al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal-Espagne-Maroc)*. Paris: Maisonneuve et Larose, 1997, p. 92; BORGES, Marco Oliveira – “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante o Garb al-Ándalus. I”, pp. 110-112.

⁶⁶ Cf. MACHADO, José Pedro – “Alconchel”. in *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. 2.ª ed., Vol. I. Lisboa: Livros Horizonte, 1993, p. 82.

⁶⁷ Cf. GORDÓN PERAL, María Dolores – “De Toponimia Hispalense”. in *Philologia Hispalensis*. II, 1 (1988), p. 149; GONZÁLEZ SALGADO, José Antonio – “Orígenes y clasificación de la toponimia mayor

estando igualmente ligado a um local de reunião humana, pelo que os arqueólogos responsáveis pelas escavações do Alto da Vigia entendem que o mesmo estará associado ao *ribat*.

Numa outra interpretação, Adalberto Alves vê Alconchel como uma variante de Alcanchal, estando este topónimo relacionado com expressões como piso ou solo difícil, caminho difícil, com mau piso ou intransitável⁶⁸. Esteja associado às conchas, ao *ribat*, à dificuldade de progressão pedestre naquele terreno ou a outras estruturas que eventualmente poderão ter existido mais a Sul do local arqueológico que está a ser intervencionado e que poderão apontar para um local de reunião (ou de agrupamento), este é um assunto que precisa de ser melhor explorado.

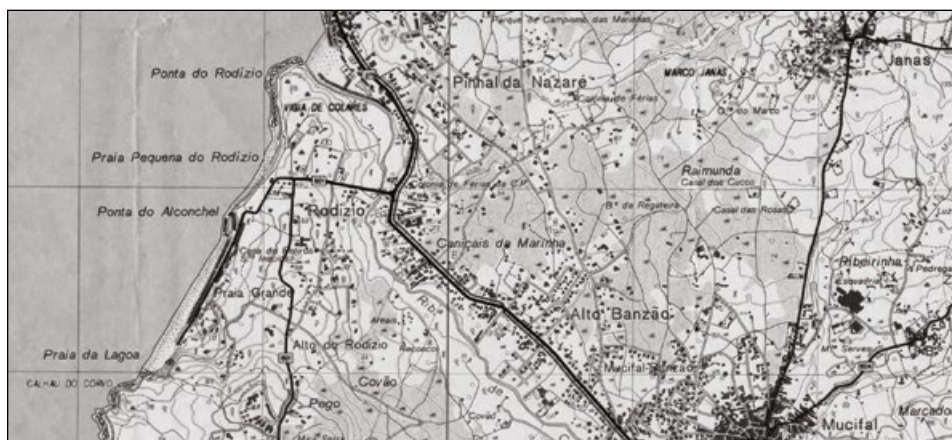


Fig. 2 – Pormenor da área de Colares em estudo. Carta Militar na escala de 1:25.000.

No que respeita ao *ribat* atrás referido, qual a razão para a sua implantação naquele local junto à foz da ribeira de Colares? Qual a sua funcionalidade? Qual a articulação que teria com o povoamento local e o restante território? Qual a época da sua construção? Até quando terá sido ocupado? Qual o modo de ocupação? Qual a extensão da estrutura? Quais os paralelos possíveis de se estabelecer com semelhantes tipos de estruturas de outras realidades geográficas?⁶⁹

Antes de mais, e de uma forma geral, importa referir que o termo *ribat*, para além de arquitectonicamente designar uma estrutura fortificada, contém

estremeña”. in GIRÓN ALCONCHEL, José Luís; BUSTOS TOVAR, José Jesús de (coord.) – *Actas del VI Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española*. Vol. 2. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2006, p. 1449.

⁶⁸ ALVES, Adalberto – “Alcanchal” e “Alconchel”. in *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013, pp. 123 e 131.

⁶⁹ A problematização destas e de outras questões relacionadas com a militarização de Sintra adquire um carácter mais alargado num outro estudo em desenvolvimento.

o significado abstracto ligado ao exercer da espiritualidade própria da guerra religiosa⁷⁰. Assim, este termo pode ser aplicado a um assentamento militar em que se faz o *ribat* espiritual, em que existe uma actividade bélica importante e com povoação variada⁷¹.

No entanto, não é consensual a discussão em torno das funções dos *ribat/s*, havendo investigadores que diminuem a importância militar e defensiva que costuma ser atribuída a estes edifícios, favorecendo mais os aspectos religiosos (estando os ocupantes destas estruturas mais ligados a práticas ascéticas, embora não descurando as tarefas de vigilância e de sinalização do perigo inimigo) ou até mesmo comerciais. Partindo da ideia de que nem todas estas estruturas terão sido erguidas exactamente com a mesma tipologia construtiva e o mesmo propósito específico, embora tenham acumulado funções associadas à prática de *ribat* e, ao longo da sua existência, até possam ter ganho outras funções diferentes das que inicialmente teriam presidido à sua edificação – isto mediante uma adaptação a diferentes conjunturas históricas –, a exploração da realidade geográfica e do contexto histórico em que se inseriam é fundamental para tentar compreender o seu antigo funcionamento e as razões da sua implantação em determinado local.

Num contexto militar e estrutural, o *ribat* costuma ser designado como sendo uma pequena fortificação, um convento-fortificado ou mosteiro-fortaleza associado à protecção dos espaços de fronteira terrestre⁷² e às lides da defesa costeira. Era um dos edifícios onde se preparava a *jihad* contra os cristãos, contra os *majus* e até mesmo contra os inimigos internos. Muito embora estas estruturas, no que respeita ao actual território português, já devessem existir na área do rio Douro por volta de 876-877⁷³, poucos anos após a presúria do Porto por Vimara Peres (868) e antes da presúria de Coimbra por Hermenegildo Guterres (878), sabendo-se também que existiram *ribat/s* na área fluvial da Grande Lisboa (pelo menos em Sacavém⁷⁴), na Península de Setúbal⁷⁵, na costa algarvia e noutros possíveis locais em que perdurou

⁷⁰ Cf. EPALZA, Mikel de – “La Rápita Islámica: Historia Institucional”. in FRANCO SÁNCHEZ, Francisco (ed.) – *La Rápita en el Islam. Estudios Interdisciplinares. Congressos Internacionals de Sant Carles de la Rápita (1989, 1997)*. Sant Carles de la Rápita/Alacant : Ajuntament de Sant Carles de la Rápita/ Universitat d’Alacant, 2004, pp. 6-7.

⁷¹ Cf. idem – *ibidem*, p. 27.

⁷² BARROCA, Mário – “Ribat”. in ALARCÃO, Jorge de; BARROCA, Mário (coord.) – *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*. Porto: Figueirinhas, [2012], p. 299.

⁷³ PICARD, Christophe – *L’Océan Atlantique musulman*, p. 83; idem – “Les Ribats au Portugal à l’époque musulmane: sources et définitions”. in FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (coord.) – *Mil Anos de Fortificações na Península e no Magreb (500-1500)*, p. 204; PINTO, Manuel da Cerveira – *O Douro no Garb al-Ándalus. A região de Lamego durante a presença árabe*. Tese de Mestrado em Património e Turismo apresentada à Universidade do Minho. Braga: [s.n.], 2004, pp. 52-54; idem – “O Douro no Gharb al-Ándalus: a história e a arquitectura do Douro entre os séculos VIII e XII”. in *A Obra Nasce. Revista de Arquitectura da Universidade Fernando Pessoa*. Porto. N.º 6 (2009), p. 56.

⁷⁴ CATARINO, Helena – *ob. cit.*, pp. 266-267; LEITÃO, André de Oliveira – *ob. cit.*, p. 29.

⁷⁵ PICARD, Christophe e FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira – *ob. cit.*, pp. 77 e 90.

o topónimo Arrábida, a descoberta deste tipo de edifícios ainda é bastante rara no contexto arqueológico da Península Ibérica, pelo que o sítio do Alto da Vigia assume enorme importância. Para além desse aspecto, é de salientar que estamos perante um local que revela igualmente uma continuidade de ocupação e reutilização de materiais pétreos ao longo dos séculos, inserindo-se assim na lógica de longa duração que temos vindo a explorar no estudo defensivo deste litoral.

Sabe-se que, no contexto peninsular, a primeira descoberta de um *ribat* ocorreu nas dunas de Guardamar (Alicante), junto à desembocadura do antigo delta do rio Segura (1984), sendo que os dados arqueológicos obtidos apontam para uma cronologia de ocupação do local desde finais do século IX⁷⁶. A segunda descoberta viria a ser na Arrifana (Aljezur), mais concretamente numa pequena península denominada Ponta da Atalaia (2001), sendo que o *ribat* em questão tem sido associado a ordens de construção de Ibn Qasi por volta de 1130⁷⁷. Por fim, a terceira descoberta deu-se em Colares, não havendo outro registo positivo até ao momento⁷⁸. Iniciadas em 2008 por uma equipa do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas (MASMO), as escavações arqueológicas do Alto da Vigia, visando confirmar a existência do santuário romano consagrado ao Sol e à Lua que se sabia ter existido no litoral de Sintra, viriam a permitir identificar com enorme surpresa parte das estruturas que compunham este *ribat*. Porém, os primeiros vestígios identificados naquele local estiveram relacionados com uma vigia, porquanto parte da sua estrutura ainda estava visível à superfície.

As escavações no Alto da Vigia decorrem a um ritmo lento. Até à campanha arqueológica de 2013, conheciam-se duas salas que integravam o *ribat* – hoje em dia três –, uma delas com um *mihrab* virtualmente orientado para Meca, e outros vestígios contemporâneos da ocupação islâmica, nomeadamente pisos de terra batida, silos e sepulturas, sendo que nem todos estão escavados na sua totalidade⁷⁹. A dimensão do edifício ocupará uma área mais alargada do que

⁷⁶ AZUAR, R. – “El ribát en al-Andalus: espacio y función”. in *Ilu. Revista de Ciencias de las Religiones. Anejos*. Madrid. X (2004), pp. 27-28; idem – “O contributo da Arqueologia para o estudo dos *ribat-s* do Al-Andalus”. in *Ribat da Arrifana. Cultura material e espiritualidade*. Aljezur: Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, 2007, pp. 30-32.

⁷⁷ GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – “O *Ribat* da Arrifana (Aljezur, Algarve): resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2002”. in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 7, n.º 1 (2004), pp. 483 e 560; GOMES, Mário Varela – “Ibn Qasi – Vida e obra do mestre sufi da Arrifana”. in *Ribat da Arrifana. Cultura material e espiritualidade*, p. 41.

⁷⁸ No entanto, em finais da década de 1980, na área da praia dos Coelhoos (Galápos, Setúbal), Vítor Rafael de Sousa identificou vestígios arqueológicos que, posteriormente, levaram a pensar que poderiam estar relacionados com a possível existência de um *ribat* (cf. CARVALHO, António Rafael; SOUSA, Vítor Rafael de – “A presença tardo-romana e muçulmana na praia dos Coelhoos. Notícia preliminar”. in *Al-Madana*. Almada. II sér., n.º 12 (2003), pp. 187-188).

⁷⁹ GONÇALVES, Alexandre Marques – *Alto da Vigia (Colares, Sintra). Relatório dos trabalhos arqueológicos de 2013*. Edição policopiada, 2014, pp. 3, 12, 76 e 120.

aquela que está a ser alvo de escavações, estando ainda por perceber a sua real extensão, pelo que outras estruturas e salas com *mihrab* deverão estar ainda por desvendar. Um pormenor que importa salientar é que as campanhas de escavação têm mostrado que a edificação das estruturas islâmicas foi feita com múltiplos elementos arquitectónicos e epigráficos do templo romano precedente⁸⁰. Para além disso, refira-se que as estruturas do *ribat* detectadas encontram-se bastante destruídas, sendo que isso também se deverá à remoção e reutilização das suas pedras na edificação da vigia – interpretada até recentemente como sendo a torre de um facho – identificada no local, a qual tem sido associada ao reinado de D. Manuel I⁸¹. A nível da planta e das técnicas de construção, o *ribat* do Alto da Vigia apresenta características semelhantes aos que foram identificados em Guardamar e na Arrifana, enquadrando-se numa possível tipologia construtiva presente no al-Ândalus⁸².

Conforme já havíamos referido noutros estudos, a edificação de uma estrutura destas na tal arriba costeira junto à foz do rio de Colares (praia das Maças), esteiro outrora navegável, revela claramente uma necessidade estratégica de proteger um local que era acessível à navegação e que permitia penetrar no interior do território⁸³ (Fig. 3) e ao porto de Sintra (c. 4 km a montante)⁸⁴. Importa não esquecer que Sintra estava inserida na área geográfica que, desde o século IX, se insurgiu várias vezes contra o poder central do al-Ândalus, que ao longo da presença islâmica nesta área foi tomada mais do que uma vez pelas forças cristãs e que esteve na rota dos ataques nórdicos que assolaram o ocidente peninsular desde 844. A desembocadura do rio de Colares, esteiro hoje em dia assoreado, era o único – ou, pelo menos, o principal – acesso naval ao interior sintrense, pelo que a lógica de exploração defensiva do território em foco naturalmente que levaria à edificação de uma estrutura naquela área de modo a albergar as forças destacadas (ou voluntárias) que fariam a defesa do local e que teriam de manter um certo grau de prontidão⁸⁵. De facto, sabe-se que estas estruturas eram construídas em áreas marítimas importantes, algumas mesmo na

⁸⁰ *Ibidem*, pp. 75 e 94.

⁸¹ *Ibidem*, pp. 4, 11, 17-19 e 77.

⁸² AZUAR, R. – “El ribát en al-Andalus”, p. 23; *idem* – “O contributo da Arqueologia”, pp. 29 e 35-36; GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – “Ambiente natural e complexo edificado”. in *Ribat da Arrifana. Cultura material e espiritualidade...*, pp. 63-64; GONÇALVES, Alexandre Marques – *ob. cit.*, pp. 11 e 120.

⁸³ BORGES, Marco Oliveira – “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante o Garb al-Ândalus. I”, pp. 119-120; *idem* – *O porto de Cascais*, pp. 167-168 (n. 632) e 180; *idem* – “Portos e ancoradouros do litoral de Sintra-Cascais. Da Antiguidade à Idade Moderna (I)”. in *Jornadas do Mar 2014. Mar: uma onda de Progresso*. Almada: Escola Naval, 2015, pp. 152-160; *idem* – “Navegação comercial fluvio-marítima e povoamento no Ocidente do *Municipium Olisiponense*: em torno dos rios Lizandro (Mafra) e Colares (Sintra)”. in *Estudos em História da Antiguidade Clássica* [no prelo].

⁸⁴ *Idem* – *O porto de Cascais*, p. 38.

⁸⁵ *Idem* – “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante o Garb al-Ândalus. I”, pp. 119-120; *idem* – *O porto de Cascais*, pp. 167-168 (n. 632) e 180.

desembocadura de rios para protegeram o acesso a portos interiores, embora para os casos do Norte de África e para o Mediterrâneo Oriental seja apontada uma finalidade mais ligada ao movimento comercial marítimo do que propriamente aos aspectos militares⁸⁶. Para o caso do litoral catalão, por exemplo, al-Idrisi (1099-1165/66) refere uma “rabita de Kashtali”, situada a Sul de Tortosa, como sendo “formosa, forta i inexpugnable vora la mar i compta amb una guarnició (*qawm*) brava”⁸⁷.

Reforçando a ideia de que o principal motivo da implantação de um *ribat* naquela área sensível da costa de Sintra tenha sido de natureza defensiva, a utilização militar daquela arriba onde se encontram as ruínas da estrutura islâmica coloca diversas questões, sendo que a leitura geo-estratégica do local permite colocar a hipótese de terem existido outras estruturas mais para Sul e, sobretudo, para Norte, na área mais próxima e fronteira à actual foz da ribeira de Colares⁸⁸: local onde se fazia a defesa do sítio e a interdição da entrada de navios para o interior do território⁸⁹.

A defesa da entrada do antigo esteiro navegável seria feita, em primeira instância, pelas forças destacadas no local. Mas, para além dos ocupantes do *ribat* e de outras possíveis estruturas estarem envolvidos nessa defesa, daquela área era possível estabelecer contacto visual e comunicar com outros postos defensivos dos arredores, com outros situados mais para o interior e até com o castelo dos Mouros, pelo que em sinal de alarme outros guerreiros e monges voluntários das redondezas (caso de Almoçageme, onde terá existido uma mesquita) acorreriam ao local em auxílio dos que lá estavam fixos. Fernando Branco Correia salientou bem que este tipo de acções defensivas e de vigilância estariam intimamente ligadas ao povoamento e à gestão do território no seu todo, pelo que teria de haver um apoio populacional no território envolvente⁹⁰. Ao mesmo tempo que se fazia a defesa do local, toda aquela região de Sintra seria alertada para a chegada de inimigos, podendo-se prevenir outros postos de vigia através de uma retransmissão sucessiva de sinais ao longo do território, se bem que os postos defensivos edificadas em posições mais altas do que o Alto da Vigia tivessem, *a priori*, maior importância na visualização da chegada de navios e no respectivo lançamento do alerta.

⁸⁶ Algumas rotas comerciais da costa oriental mediterrânica e do Norte de África eram apoiadas em *ribat/s*, com navios a chegarem das costas cristãs carregados de produtos, sendo que o aviso da sua chegada era dado através das torres de vigia com as gentes da região a acorrerem aos *ribat/s* para comerciarem (AZUAR, R. – “El ribât en al-Andalus”, pp. 28-29; idem – “O contributo da Arqueologia”, p. 32).

⁸⁷ Apud BRAMON, Dolors – “La Ràpita del Cascall al delta de l’Ebre”. in FRANCO SÁNCHEZ, Francisco (ed.) – *La Rábita en el Islam...*, p. 120.

⁸⁸ A posição táctica do local e a possível extensão mais alargada da área ocupada pelas estruturas islâmicas foram prontamente reconhecidas por CORREIA, Fernando Branco – “A acção do poder político”, p. 20; idem – “Fortificações de iniciativa omíada”, p. 77.

⁸⁹ BORGES, Marco Oliveira – “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante o Garb al-Ándalus. I”, pp. 119-120; idem – *O porto de Cascais*, pp. 167-168 (n. 632) e 180.

⁹⁰ CORREIA, Fernando Branco – “A acção do poder político”, p. 20; idem – “Fortificações de iniciativa omíada”, pp. 77-78.

No que respeita à cronologia de ocupação do espaço e fundação do *ribat*, ainda não existem certezas, embora se saiba que o local foi ocupado durante várias fases do Período Islâmico⁹¹. As características morfológicas de um bico de candil vidrado exumado, embora aparentemente recolhido fora do contexto associado à utilização e ocupação do sítio durante o Período Islâmico, são enquadráveis em diferentes exemplos arqueológicos do Sul do território português com datações entre os séculos X-XII⁹². No entanto, é possível que este *ribat* tenha sido edificado no âmbito do reforço do sistema defensivo do litoral atlântico e mediterrânico face aos primeiros ataques nórdicos, podendo remontar à segunda metade do século IX, de modo a impedir o acesso destes guerreiros ao interior de Sintra⁹³. Reafirmando esta hipótese, posteriormente teriam ocorrido outras fases de ocupação do sítio do Alto da Vigia até ao século XII. A utilização permanente deste sítio, face às condições meteorológicas e oceânicas adversas daquela área, não terá sido uma realidade durante os meses de Inverno. Todavia, no resto do ano, e consoante as conjunturas, deverá ter tido uma ocupação permanente e, à semelhança de outros *ribat/s* ou de outras estruturas com função de *ribat*, recebido diversos habitantes dessa área. É igualmente provável que tenha recebido peregrinos e viajantes que estavam de passagem e que ali eram acolhidos temporariamente, podendo dedicar-se aos exercícios religiosos e ao retiro espiritual.

Como exemplo da importância e necessidade de se proteger o acesso naval ao interior de Sintra, e no âmbito do que temos vindo a referir, importa referir o caso do ataque de Sigurd àquela povoação. Terá sido pelo esteiro de Colares que Sigurd, jovem co-monarca norueguês, lançou um ataque a Sintra em 1109. Fazendo-se valer de cerca de 60 navios que seguiam a caminho da Terra Santa, é muito provável que os guerreiros nórdicos tenham subido o esteiro durante a preia-mar e desembarcado no porto local⁹⁴, o qual ficaria na área da várzea. Aliando a proximidade do alvo a atacar (castelo dos Mouros ou de *Colir?*) às possibilidades de progressão no terreno, nenhum outro local oferecia melhores condições de desembarque que a costa de Colares, cuja subida do esteiro condizia bem com o estilo destes guerreiros, habituados a expedições por quilómetros acima da linha de costa em navios adaptados a cursos de água rasos⁹⁵.

⁹¹ GONÇALVES, Alexandre Marques – *ob. cit.*, p. 76.

⁹² *Ibidem*, pp. 100-101.

⁹³ BORGES, Marco Oliveira – “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante o Garb al-Ándalus. I”, pp. 119-120 e 125 (n. 89); *idem* – *O porto de Cascais*, pp. 167-168 (n. 632) e 180.

⁹⁴ CAETANO, Maria Teresa – *ob. cit.*, p. 41; BORGES, Marco Oliveira – “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante o Garb al-Ándalus. I”, pp. 124-125; *idem* – *O porto de Cascais*, pp. 167-168; PIRES, Hélio – “Word from the South: a source for *Morkinskinna?*”, in *Viking and Medieval Scandinavia*. Turnhout. 10 (2014), p. 183.

⁹⁵ BORGES, Marco Oliveira – “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante o Garb al-Ándalus. I”, pp. 124-125; *idem* – *O porto de Cascais*, pp. 167-168.



Fig. 3 – Vista do Alto da Vigia para a praia das Maças. Dezembro de 2011 (foto: Marco Oliveira Borges).



Fig. 4 – Pormenor de uma sala do *ribat* com *mihrab* (foto: Raul Losada/Portugal Romano).

Acresce ainda que pelo esteiro de Colares circularia uma linha comercial naval em ligação com Lisboa, actividade que remontaria ao Período Romano⁹⁶, se bem que o porto de Cascais já devesse ter alguma importância enquanto porto de Sintra durante o Período Islâmico⁹⁷. De Sintra partiria, pelo menos em períodos de preia-mar, a produção agrícola local e outros produtos do território que estariam inseridos numa rede de trocas e de circulação regional em estreita ligação com *al-Ushbuna*⁹⁸. Por conseguinte, o factor comercial seria outro motivo para que o

⁹⁶ Sobre este assunto, vide supra, n. 83.

⁹⁷ BORGES, Marco Oliveira – *O porto de Cascais*, pp. 208-209; idem – “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante a Época Islâmica. II”, pp. 426 e 434.

⁹⁸ CAETANO, Maria Teresa – *ob. cit.*, pp. 33-34; BORGES, Marco Oliveira – “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante o Garb al-Ándalus. I”, pp. 122 e 126-127; idem – *O porto de Cascais*, pp. 94-95; idem – “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante a Época Islâmica. II”, p. 426.

Alto da Vigia e seus arredores pudessem dispor de algum contexto militar que permitisse segurança à própria navegação local.

Embora a ideia da existência de um porto interior em Colares nos remeta para a Idade Média, diversos dados indiciam que o esteiro de Colares já seria navegado precisamente durante o Período Romano ou até mesmo pré-romano⁹⁹. Existem importantes evidências arqueológicas romanas dispersas pela área da ribeira de Colares e arredores que, uma vez relacionadas com o esteiro, com a sua navegabilidade e com o povoamento local, permitem explorar diversas hipóteses¹⁰⁰. Todavia, é com os autores muçulmanos que surgem as primeiras referências à existência de um rio em Sintra. Com efeito, Ibn Hawkal e al-Himyari mencionam um rio com desembocadura no mar sintrense¹⁰¹, mas nada referem quanto à sua navegabilidade e à existência de um porto¹⁰².

João de Barros (1496-1570) é o primeiro autor que alude à navegabilidade deste esteiro e à existência de um porto em Colares, remontando os acontecimentos ao período de domínio islâmico¹⁰³, ainda que numa obra de “história fingida”¹⁰⁴. De qualquer forma, embora João de Barros tenha fantasiado a história que conta na *Crónica do Imperador Clarimundo* (1522), teria de haver algum fundamento real para abordar a navegabilidade deste esteiro, que na sua época já não seria navegável, e a existência de um porto, que no seu tempo também já não estava em funcionamento. Próximo desse porto interior fica a povoação do Mucifal, sendo que este topónimo poderá derivar do árabe *mussaffa*, ou seja, “baixada”, “vale inundado”¹⁰⁵, dando assim sentido à ideia de que toda esta área da várzea de Colares e arredores era inundada pelo mar e acessível à navegação. A crer pelos diferentes achados arqueológicos, terá existido um povoado romano no Mucifal (possivelmente uma *villa*), podendo estar associado ao porto local¹⁰⁶.

⁹⁹ BOLÉO, José de Oliveira – *Sintra e seu termo (Estudo Geográfico)*. Lisboa: Minerva, 1940, p. 40.

¹⁰⁰ Sobre a ocupação romana nas imediações do rio de Colares e a navegabilidade do esteiro local, vide supra, n. 83.

¹⁰¹ IBN HAWKAL – *Configuración del Mundo (Fragmentos alusivos al Magreb y España)*. Trad. e índices por Maria Jose ROMANI SUAY. Valencia: Anubar, 1971, p. 69; SIDARUS, Adel e REI, António – “Lisboa e seu termo segundo os geógrafos árabes”. in *Arqueologia Medieval*. Porto. N.º 7 (2001), p. 60.

¹⁰² A problematização sobre este assunto é desenvolvida por BORGES, Marco Oliveira – “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante o Garb al-Ándalus. I”, pp. 114, 116 e 121-122 (n. 70 e 74).

¹⁰³ “começarão [as naus de Clarimundo] a entrar por hum Rio, que vinha cuberto daquellas maçãs, e flores, em tanta quantidade, que impedião as Náos, que vinhão humas antre outras com vento mui brando, e gracioso [...]. [E] chegando ao porto onde se fazia huma grande Bahia estava hum Castello de maravilhosa fortaleza, e nelle huma torre mui alta, que descobria o mar d’ahi a dez legoas” (BARROS, João de – *ob. cit.*, cap. I, pp. 19-20).

¹⁰⁴ A expressão é de OSÓRIO, Jorge A. – “Algumas considerações sobre a *Crónica do Imperador Clarimundo*”. in *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa. 5ª sér., N.ºs 13-14 (1990), p. 153.

¹⁰⁵ ALVES, Adalberto – “Mucifal”. in *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*, p. 664.

¹⁰⁶ BORGES, Marco Oliveira – “Portos e ancoradouros do litoral de Sintra-Cascais. Da Antiguidade à Idade Moderna (I)”, pp. 154-155; idem – “Navegação comercial fluvio-marítima e povoamento no Ocidente do *Municipium Olisiponense*: em torno dos rios Lizandro (Mafra) e Colares (Sintra)”. in *Estudos em História da Antiguidade Clássica* [no prelo].

Se estamos melhor informados sobre o dispositivo defensivo para o caso do litoral do actual concelho de Sintra, para o caso do concelho de Cascais os dados são bastante obscuros. Contudo, entre a costa de Sintra e Lisboa terão existido vários postos de vigia e de defesa costeira. Efectivamente, do ponto de vista estratégico, e até mesmo para o seu funcionamento progressivo na vertente de alerta com a retransmissão de sinais, faz todo o sentido que este sistema defensivo tivesse abarcado Cascais com continuação até Lisboa. Estamos perante um complexo geográfico conectado entre si desde muito cedo e que tem de ser compreendido numa perspectiva de longa duração, em que locais estratégicos, estruturas ou os seus materiais pétreos possam ter sido aproveitados ou readaptados ao longo dos séculos¹⁰⁷. Porém, se algumas estruturas teriam sido construídas em pedra (podendo estar encobertas pela vegetação, pelas areias ou terem sido absorvidas pela construção das estradas que passam junto à costa, das casas ou de outras fortificações que ganharam forma com o desenrolar dos séculos), outras, simples estruturas de vigilância (atalaias), não deixaram qualquer vestígio arqueológico porquanto também podiam ser construídas em madeira ou então porque correspondiam apenas a locais que se destacavam pela sua situação topográfica elevada¹⁰⁸.

Para além das estruturas que estariam dispostas ao longo da costa, existiriam postos militares edificados mais para o interior. Al-Himyari, para a região entre Lisboa e Sintra, refere a existência de uma montanha usada antigamente como reduto fortificado¹⁰⁹, o que poderia, à partida, sugerir algum local elevado no actual concelho de Cascais ou nas suas imediações. Aparentemente, e pelo facto de al-Himyari referir que a montanha em questão estava dotada de pedras judaicas, as quais, segundo este geógrafo muçulmano, tinham propriedades que ajudavam a dissolver as pedras da vesícula e dos rins, Eva-Maria von Kemnitz referiu que o local em causa era Monte Suímo, nas proximidades de Belas (Sintra)¹¹⁰. Este local

¹⁰⁷ Idem – “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante o Garb al-Ándalus. I”, pp. 109-128; idem – *O porto de Cascais*, pp. 165-184; idem – “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante a Época Islâmica. II”, pp. 409-441.

¹⁰⁸ A existência dos topónimos “Atalaia”, espalhados pelo território do Baixo Vale do Tejo, pode “indicar, não a existência de construções, mas apenas um ponto alto que permitia a observação de forças inimigas em aproximação, avisando com rapidez as estruturas principais de defesa” (BARBOSA, Pedro Gomes – *ob. cit.*, p. 125). Grande parte destas atalaias, vindas já de épocas recuadas, consistia apenas “em pequeníssimos postos de altura, por vezes temporários e sem reflexo arqueológico, mas com prolongamentos medievais cristãos” (DE MAN, Adriaan – *Defesas Urbanas Tardias da Lusitânia*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: [s. n.], 2008, p. 142).

¹⁰⁹ AL-HIMYARI – *ob. cit.*, p. 17; COELHO, António Borges – *ob. cit.*, p. 47.

¹¹⁰ Cf. KEMNITZ, Eva-Maria von – “Sintra islâmica – reminiscências históricas, literárias e artísticas”. in *Contributos para a História Medieval de Sintra. Actas do I Curso de Sintra (28 de Março – 2 de Junho de 2007)*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 2008, p. 59 (n. 12).

costuma ser identificado como sendo *Ossumo*¹¹¹, uma das vilas do senhorio de Lisboa referidas por al-Razi (século X)¹¹².

Situado na serra da Carregueira, numa área em que hoje em dia se encontra uma instalação militar do Exército Português (Reg. Comandos), Monte Suímo (291 m de altura) é uma colina de forma arredondada, constituindo o maior relevo do conjunto de elevações desta serra. A sua localização privilegiada permite obter uma visão de quase 360° dos arredores, com vistas para Lisboa, estuário do Tejo, para toda a Península de Setúbal (até à serra da Arrábida) e para o Atlântico, sendo apenas interrompidas pelo dominante perfil da serra de Sintra¹¹³.

Monte Suímo é famoso pelas suas pedras, sobretudo jacintos, granadas e, em menor escala, esmeraldas, sendo o único local no termo de Lisboa conhecido por conter minas com este tipo de pedras preciosas¹¹⁴, ou, pelo menos, o mais conhecido. As referências a este local e à exploração do mesmo remontarão, pelo menos, ao século I d. C., altura em que Plínio-o-Velho referiu que no território de Lisboa se recolhiam carbúnculos e gemas de intenso brilho e de grande qualidade. Outros autores romanos viriam a aludir a este local, denominando-o por *Mons Summus* (“monte máximo”)¹¹⁵.

Durante o Período Islâmico, alguns autores voltaram a aludir ao *Munt Shiyun* ou Monte Sião¹¹⁶, bem como à exploração de minas e a existência de pedras preciosas num monte (ou montanha) das proximidades de Lisboa¹¹⁷, embora sem ligarem as ditas pedras ao referido local. Em relação ao reduto fortificado atrás referido, parece que apenas al-Himyari (século XIII), decerto baseado em al-Bakri (discípulo de al-Udhri), refere a sua existência. Neste sentido, a informação sobre o local fortificado já viria do século XI.

Se tivermos em conta a forte possibilidade de que esse reduto fortificado estaria mesmo edificado no Monte Suímo, até pela situação geográfica atrás descrita, capacidade de visualização e de comunicação a longa distância com

¹¹¹ Cf. CARVALHO, Sérgio Luís – “Acerca das minas do Suímo (Belas), sua identificação com *Ossumo* e respectiva exploração pela Coroa na Idade Média”. in *Arqueologia do Estado. 1.ª Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul, séculos XIII-XVIII*. Lisboa: História e Crítica, 1988, pp. 465-473; RIBEIRO, José Cardim – “*Felicitas Ivlia Olisipo*. Algumas considerações em torno do catálogo *Lisboa Subterrânea*”. in *Al-Madan*. Almada. II sér., n.º 3 (1994), p. 82. Outras possíveis localizações foram aduzidas por SIDARUS, Adel e REI, António – *ob. cit.*, pp. 41-42, 48 e 54; REI, António – “Ocupação humana no alfoz de Lisboa...”, p. 31; ALARCÃO, Jorge de – “Notas de Arqueologia, epigrafia e toponímia – V”. in *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 11, n.º 1 (2008), pp. 115-116; LEITÃO, André de Oliveira – *ob. cit.*, p. 31; REI, António – *O Gharb al-Andalus al-Aqsá*, pp. 149 e 192.

¹¹² COELHO, António Borges – *ob. cit.*, p. 37.

¹¹³ CACHÃO, M., et al. – “A mina de granadas do Monte Suímo: de Plínio-o-Velho e Paul Choffat à actualidade”. in *E-Terra. Revista Electrónica de Ciências da Terra*. Vol. 18, n.º 20 (2010), p. 2.

¹¹⁴ Cf. CARVALHO, Sérgio Luís – *ob. cit.*, pp. 466-468.

¹¹⁵ Cf. *ibidem*, p. 467.

¹¹⁶ Cf. REI, António – *O Gharb al-Andalus al-Aqsá*, pp. 144, 149 e 192.

¹¹⁷ *Ibidem*, pp. 123, 125 e *passim*.

outros locais importantes integrados na óptica do sistema defensivo que temos vindo a referir, quando é que teria sido erguido? Qual a sua tipologia? Até quando terá estado em funcionamento? Embora ainda não existam repostas para estas questões, observações efectuadas por Rui Oliveira e Vítor Rafael Sousa em Monte Suímo permitiram verificar a existência de fragmentos de telhas e outras cerâmicas cronologicamente enquadráveis no período alto-medieval/islâmico, bem como a existência de estruturas que poderão corresponder às ruínas de uma antiga fortificação¹¹⁸. Todavia, são necessárias sondagens arqueológicas para que se possa compreender realmente qual a realidade estrutural que subsistiu naquele local e se, de facto, os vestígios dizem respeito a uma antiga fortificação muçulmana¹¹⁹.

Ainda no interior do concelho de Sintra, é de referir o topónimo Albarraque, localidade que chegou a integrar o termo de Cascais nos séculos XIV-XV. Manuel A. P. Lourenço, embora sem indicar qualquer tipo de fonte¹²⁰ ou hipótese explicativa, referiu que Albarraque deriva do nome de um chefe militar: “Alborak” ou “Al-Borrak”.



Fig. 5 – Ruínas de estruturas pétreas observáveis em Monte Suímo (fotografia: Vítor Rafael Sousa).

¹¹⁸ Agradecemos a Rui de Oliveira e a Vítor Rafael Sousa pelas indicações e contributo fotográfico nesta parte do estudo.

¹¹⁹ Voltaremos a este assunto noutra local.

¹²⁰ Como, aliás, era característico nos seus estudos (cf. LOURENÇO, Manuel A. P. – “História de Cascais e do seu Concelho”. in *A Nossa Terra*. Cascais. N.º 43 (1953), p. 10).



Fig. 6 – Fragmentos de telhas alto-medievais/islâmicas em Monte Suímo (fotografia: Vítor Rafael Sousa).

3. A área costeira de Cascais

No limite costeiro noroeste cascalense, há que referir o local denominado porto do Touro, o qual se encontra ladeado pelo Espigão das Ruivas, sítio arqueológico da Idade Ferro, do Período Romano e onde também foram exumados alguns fragmentos de telha do Período Islâmico¹²¹. O porto do Touro foi usado até muito recentemente por pescadores, sendo que no Espigão das Ruivas, rochedo que o ladeia, foram detectadas as ruínas de uma estrutura pétreia que poderá ter funcionado como farol na Antiguidade¹²².

Penetrando no interior do concelho de Cascais, refira-se que existem topónimos que se podem ligar com a vida militar. É o caso de Alcoitão, indicado como tendo derivado de *al-qayatun*, “a tenda”¹²³. António Rei refere que este termo

¹²¹ CARDOSO, Guilherme, MIRANDA, Jorge e TEIXEIRA, Carlos A. – *Registo fotográfico de Alcabideche e alguns apontamentos histórico-administrativos*. Alcabideche: Junta de Freguesia de Alcabideche, 2009, p. 35.

¹²² Cf. BORGES, Marco Oliveira – “A importância do porto do Touro e do sítio arqueológico do Espigão das Ruivas (Cascais) entre a Idade do Ferro e a Idade Moderna”. in *História. Revista da FLUP*. Porto. IV série, vol. 6 [no prelo].

¹²³ ALVES, Adalberto – “Alcoitão”. in *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*, p. 131.

terá a mesma origem que Alqueidão, razão pela qual o investigador colocou a hipótese de ali ter existido outrora um acampamento militar¹²⁴. Nas proximidades, já existia a via terrestre que seguia de Sintra para Cascais, com passagem por Alcabideche, fazendo a ligação entre o interior do território e o porto cascalense. De Cascais partia outra via para Lisboa, tal como acontecia a partir de Sintra¹²⁵, remontando ao Período Romano.

Igualmente no interior do território cascalense, mas já na fronteira com Oeiras, é de referir o topónimo Talaíde, possivelmente relacionado com a existência de uma antiga torre de vigilância com a função de observar o redor e assinalar a presença inimiga¹²⁶.

Junto à linha costeira, surgem outros topónimos que podem estar associados ao passado islâmico e a um contexto defensivo, até mesmo Cascais. Entre as teorias existentes sobre a origem deste topónimo, aquela que reunia maior consenso diz que o mesmo virá do plural de *cascal* (monte de cascas ou conchas), estando relacionado com a possível abundância de moluscos marinhos outrora aí existentes. Esta é uma teoria que acabou por ficar associada a um contexto português em que o topónimo Cascais teria derivado, por simplificação, de uma hipotética aldeia dos Cascais¹²⁷. No entanto, mais recentemente, tem-se associado ao topónimo Cascais o nome do navegador/almirante muçulmano Khashkhash (século IX). Embora não seja nosso objectivo desenvolver aqui este assunto, até porque existem dois outros estudos em que exploramos o tema¹²⁸, num deles de forma mais desenvolvida¹²⁹, importa referir alguns dados que possam servir de introdução e de enquadramento.

Ao que tudo indica, parece ter sido A. H. de Oliveira Marques quem primeiramente estabeleceu uma possível relação entre Cascais e Khashkhash, ainda que numa simples nota de rodapé e sem aduzir qualquer tipo de explicação¹³⁰. Posteriormente, outros autores viriam a debruçar-se sobre a mesma questão embora sem terem conhecimento da interrogação levantada por Oliveira Marques.

¹²⁴ REI, António – “Ocupação humana no alfoz de Lisboa”, p. 36.

¹²⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira e DIAS, João José Alves – *ob. cit.*, p. 45.

¹²⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira – “O «Portugal» islâmico”, p. 196.

¹²⁷ “A tese mais verosímil aponta para a provável palavra portuguesa *cascal* – à semelhança de areal, faial, funchal – identificadora de um terreno ou uma praia coberta de cascas ou conchas de mariscos. Haveria nesta zona alguns *cascais* e o topónimo primitivo seria porventura a *aldeia dos cascais* ou a *dos cascais*, de onde derivou, por simplificação, Cascais. Seria assim? Só a documentação nos poderá um dia responder” (cf. MARQUES, A. H. de Oliveira – “Para a História do Concelho de Cascais na Idade Média – I”. in *Novos Ensaios de História Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1988, pp. 111-112).

¹²⁸ BORGES, Marco Oliveira – “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante a Época Islâmica. II”, pp. 430-435.

¹²⁹ BORGES, Marco Oliveira e CASTRO, Helena Condeço de – “O navegador muçulmano Khashkhash e a possível ligação com o topónimo Cascais: problemas e possibilidades”. in *Arquivo de Cascais*. Cascais. N.º 14 (2015), pp. 6-29.

¹³⁰ “Haverá alguma relação entre Cascais e este Hashas?” (cf. MARQUES, A. H. de Oliveira – “O «Portugal» islâmico”, p. 245 (n. 6)).

Se, nalguns casos, a associação entre Khashkhash e Cascais tem pecado por ser feita sem qualquer ligação histórica ou filológica explicativa que possa elucidar os leitores, noutros é feita através da proximidade fonética entre o nome do almirante – por meio da transliteração *Kaxkax* – e este topónimo, sem o apoio nas fontes muçulmanas e sem o conhecimento das problemáticas historiográficas que giram em torno desta figura, divulgando-se dados que resultam de uma imprecisão que coloca Khashkhash fora da sua época histórica mais de 250 anos depois, que o destaca infundadamente como corsário almorávida, entre outros equívocos.

Em todo o caso, e se do ponto de vista histórico acredita-se que possa ter existido um contacto entre Khashkhash e Cascais, possivelmente no âmbito das lides da defesa costeira do al-Ândalus, pelo que seria possível que o porto desta vila tivesse ganho nome através do contacto com o almirante, do ponto de vista linguístico também é possível ligar os dois étimos: através da mediação do étimo *cascal* e de uma ligação à Catalunha. Já vimos que a teoria “oficial” diz que Cascais é um topónimo que virá do plural de *cascal*. Contudo, mantendo à mesma o elemento *cascal*, é possível pensar noutras hipóteses. Em árabe, *khashkhash* é a palavra sinónima do português “papoila-dormideira”, enquanto que, no léxico do catalão, existe a palavra árabe *cascall*, significando precisamente “papoila-dormideira”.

Com o decorrer das investigações e da exequível ligação entre Khashkhash e Cascais, surgiu outra hipótese para a possível origem do étimo que dá nome a esta vila. Para além de *cascall* figurar no léxico do catalão, é também conhecida a existência de uma vila partilhando o mesmo nome, na Catalunha, anteriormente a 1097, a qual possuía uma *rábita*, conhecida na documentação cristã por “ràpita del Cascall”. Quando pensados em analogia com Cascais, estes dados levam-nos a pensar que a origem deste topónimo poderá mesmo estar associada ao contexto de defesa costeira do al-Ândalus e à deslocação (voluntária ou em serviço do poder central) de forças militares dessa área para a *kura* de Lisboa, acabando, de alguma forma, aquele porto por ganhar um nome que já existia do lado oriental do al-Ândalus (Sharq al-Ândalus). Esta é uma hipótese que deve ser vista em paralelo com outras localidades cujo nome está associado à vinda de grupos humanos, clãs ou tribos de outras áreas do al-Ândalus e do Norte de África, como, por exemplo, Alcorvim¹³¹ (Malveira da Serra, Cascais), topónimo ligado à cidade de Cairuão (capital de Ifríquia, no Magreb Oriental, actual Tunísia).

¹³¹ Derivação de Alquerubim, sendo que, por vezes, também surge grafado como Alcorobim. Alquerubim pode derivar do árabe *al-qarawiyin*, significando “os de Qayrawan”, Cairuão, cidade situada na actual Tunísia. A sua importância religiosa assume tal importância que é vista como a “Meca do Ocidente” (cf. CORREIA, J. Diogo – *Toponímia do concelho de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1964, pp. 15-16; MACHADO, José Pedro – *Sintra muçulmana. Vista de olhos sobre a sua toponímia arábica*. Lisboa: Na Imprensa Mediniana, 1940, p. 8; idem – “Alquerubim”, in *Dicionário Onomástico Etimológico*, vol. I, p. 111; REI, António – “Ocupação humana no alfoz de Lisboa”, pp. 31-32 (n. 35)). Adalberto Alves faz derivar

Para reforçar esta hipótese de uma possível deslocação humana, note-se que na documentação catalã, associada às formas *Kashtali*, *Kashki*, *Kashkallu*, *Kashkali* (árabes)¹³² e *Cascall* (cristã), existem as variantes toponímicas *Cascal*, *Cascallo*, *Cascayo*, *Caschais*, *Cascai*, *Cascait* e *Cascayll*. Parece-nos demasiado evidente que o topónimo Cascais, na sua forma primitiva e podendo derivar do contexto árabe catalão descrito (ainda que a raiz daquela vila catalã e topónimo pudessem ser anteriores à ocupação muçulmana do local), tivesse, posteriormente, seguido semelhantes formas das que surgem atestadas na documentação cristã catalã até chegar à actual. Assim, importa frisar que tanto a primeira forma conhecida do topónimo (*Cascays*, 1282¹³³) – pelo menos até ao momento –, como a forma actual (*Cascais*), seguem sem qualquer dúvida a orientação das variantes catalãs.

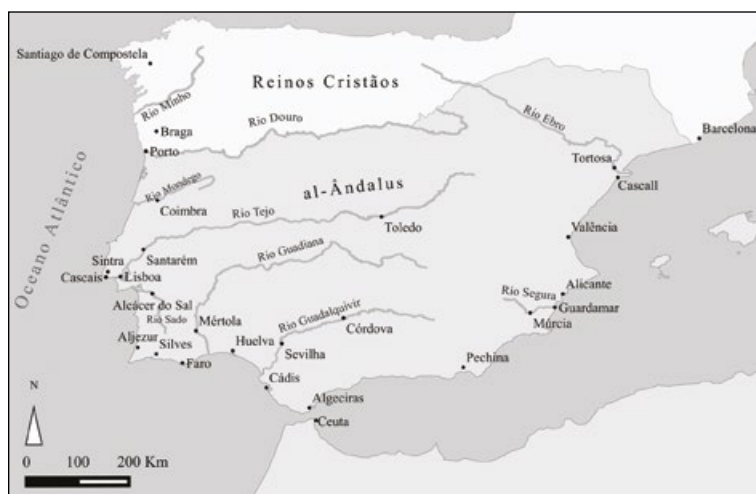


Fig. 7 – Mapa do al-Ándalus e parte do Norte de África c. 868 (simplificado)¹³⁴.

A ligação de Cascais ao passado islâmico não se fica pela possível origem árabe deste topónimo nem por outros localizados mais para o interior. Situado a cinco léguas de Lisboa, último porto marítimo antes da entrada na barra do Tejo e que face a uma série de condicionantes geográficas que limitavam a navegação destinada àquela cidade e que o tornariam num local único de apoio ao movimento marítimo, acrescentando ainda o facto de que já no Período Romano tivera a sua importância, qual

o topónimo Cairuão de *qayrawân*, significando “campo da guarnição [militar]” (cf. ALVES, Adalberto – “Cairuão”. in *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*, p. 349).

¹³² BRAMON, Dolors – *El Mundo en el Siglo XII. Estudio de la versión castellana y del “Original” Árabe de una geografía universal: “El tratado de al-Zuhri”*. Barcelona: Editorial AUSA, [s.d.], p. 158 (n. 780).

¹³³ ANTT – *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fls. 46v-47.

a utilidade do porto de Cascais durante o Período Islâmico? Haveria algum tipo de ocupação na área adjacente ao porto? Existiriam estruturas? O local estaria fortificado?

Ainda que os testemunhos arqueológicos obtidos – até ao momento – na área portuária sejam bastante residuais, situação que levou a ser dito que o local apenas havia sido ocupado de forma esporádica por pescadores e comerciantes que se abrigavam das intempéries, não é de crer que assim tenha sido durante o Período Islâmico¹³⁴. Aliás, anteriormente a 1992 também era geralmente aceite que os primórdios urbanísticos da “zona velha” de Cascais remontavam à Baixa Idade Média¹³⁵, tendo essa área ganho importância com o advento das povoações marítimas posteriormente à “Reconquista” de Lisboa (1147)¹³⁶. Mas as sondagens arqueológicas iniciadas naquele ano de 1992, junto à torre (torre-porta) que resta da muralha da vila (geralmente chamada castelo), vieram trazer novas perspectivas à história urbana de Cascais. Se na área que hoje em dia pertence ao actual concelho já tinham sido detectadas mais de uma dezena de *villae* e alguns complexos industriais romanos dispersos pelo território¹³⁷, foram aquelas sondagens que, pela primeira vez, permitiram detectar estruturas romanas (cetárias) no foco portuário junto à praia da Ribeira e pensar numa ocupação continuada do local anteriormente à Idade Média.

Num estudo anterior, já havíamos tido oportunidade de tentar responder às questões atrás colocadas e de expor diversas hipóteses explicativas em ligação com as problemáticas arqueológicas, pelo que tentaremos passar por este assunto de forma breve. O primeiro testemunho documental da existência de uma edificação junto ao povoado marítimo de Cascais remonta a 8 de Abril de 1370, a saber, a carta de doação do castelo e lugar de Cascais a Gomes Lourenço do Avelar¹³⁸. Porém, em 1758, o Pe. Manuel Marçal da Silveira referiu que a vila estava “sem Relógio, porque este, e sua grande Torre feita pelos Mouros, [...] se fes em cinzas” após o terramoto de 1 de Novembro de 1755¹³⁹. Fr. António do Espírito Santo também havia aludido à destruição desta torre: “cahio a torre com o seu mais especioso relógio nas sonoras vozes do seu sino, que fica olhando para o Norte, e matando 22 pessoas”¹⁴⁰.

¹³⁴ Cf. a problematização desenvolvida por BORGES, Marco Oliveira – “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante a Época Islâmica. II”, pp. 425-428.

¹³⁵ Cf. CABRAL, João Pedro e CARDOSO, Guilherme – “Escavações arqueológicas junto à torre-porta do Castelo de Cascais”. in *Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município*. Cascais. N.º 12 (1996), p. 127.

¹³⁶ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira – “Para a História do Concelho de Cascais na Idade Média – I”, pp. 108-111.

¹³⁷ CARDOSO, Guilherme – *Carta Arqueológica do Concelho de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1991, p. 21.

¹³⁸ ANTT – *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 56.

¹³⁹ Pub. por ANDRADE, Ferreira de – *Cascais – Vila da Corte. Oito Séculos de História*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1964, p. XX (doc. 2).

¹⁴⁰ Idem – *A Vila de Cascais e o Terremoto de 1755*. 2.ª ed. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1964, p. 12.

A partir destes testemunhos, pode-se, desde logo, reter que a torre, sendo descrita de forma individualizada, é destacada pela sua grande dimensão, por conter o relógio da vila e por estar voltada a Norte. O facto de Cascais ter então um amuralhamento com várias torres (geralmente chamado castelo) remete automaticamente para a ideia de que a torre moura pudesse ser uma das torres dessa estrutura, uma das que estava voltada a Norte. Foi neste sentido que Carlos Callixto afirmou que a dita torre moura fazia parte do castelo de Cascais¹⁴¹, ou seja, do recinto amuralhado que surge representado na gravura de Georg Braun e de Frans Hogenberg (**Fig. 8**) publicada em 1572¹⁴², bem como nas plantas da vila de Cascais de finais do século XVI, se bem que o investigador não tenha arriscado uma localização exacta.

Apenas dez anos depois, por intermédio de Guilherme Cardoso e João Pedro Cabral, foi teorizada a sua localização exacta. Com efeito, os arqueólogos avançaram com a ideia de que a torre estava localizada “a nascente da torre porta [do geralmente chamado castelo], conforme a planta de Terccio¹⁴³ e era de configuração circular, uma vez que a torre ao cimo da R. Marques Leal Pancada estava ainda de pé em 1964, e na outra que dava para o Largo da Assunção, pouca serventia teria um relógio naquele local”¹⁴⁴.

Em 1953, Manuel A. P. Lourenço referia que “se alguns monumentos importantes deixaram os mouros em Cascais, não os respeitou o tempo”, aludindo aos terramotos para o aceleramento da sua ruína¹⁴⁵. Quanto à suposta torre moura, o investigador local fazia notar que até poderia ser anterior ao Período Islâmico, visto que o povo, sem saber exactamente a que épocas pertencem determinadas estruturas e vestígios, sejam romanos, mais antigos ou não, acaba por remeter quase sempre as obras como tendo sido “executadas pelos árabes, por ser destes que as notícias são mais vivas e recentes”¹⁴⁶. Porém, a verdade é que a suposta antiguidade e origem islâmica da torre não foi tida em conta nas décadas seguintes, isto porque se usou de forma inversa o argumento atrás invocado por Manuel A. P. Lourenço. Ou seja, desvalorizou-se a hipótese da antiguidade da torre e de esta

¹⁴¹ CALLIXTO, Carlos – “A Praça de Cascais e as Fortificações suas dependentes”. in *Revista Militar*. Lisboa. N.º 5 (1978), p. 326.

¹⁴² Embora o seu arquétipo possa remontar a finais do século XV ou a inícios do seguinte (cf. DIAS, João J. Alves – “Cascais e o seu termo na primeira metade do século XVI – aspectos demográficos”. in *Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município*. Cascais. N.º 6 (1987), p. 67; idem – “Lisboa Medieval na Iconografia do século XVI”. in *Ensaio de História Moderna*. Lisboa: Editorial Presença, 1988, p. 120).

¹⁴³ A planta onde vem representada a torre a que os investigadores aludem é de autoria desconhecida. A planta da vila de Cascais da autoria de Filipe Terzio, embora também de 1594, é outra (vide infra, n. 151).

¹⁴⁴ CARDOSO, Guilherme e CABRAL, João Pedro – “Apontamentos sobre os vestígios do antigo castelo de Cascais”. in *Arquivo de Cascais. Boletim Cultural do Município*. Cascais. N.º 7 (1988), pp. 86-87.

¹⁴⁵ LOURENÇO, Manuel A. P. – “História de Cascais e do seu Concelho”. in *A Nossa Terra*. Cascais. N.º 43 (1953), p. 10.

¹⁴⁶ *Ibidem*, p. 10.

poder remontar ao Período Islâmico porque “o povo diz que todas as construções antigas são do tempo dos mouros”¹⁴⁷.

Seja como for, a década de 1990 iria trazer novidades que fizeram repensar a antiguidade da dita torre, até para uma época anterior à islâmica. Em 1996, resultado dos trabalhos arqueológicos de emergência iniciados em 1992 junto à torre-porta do castelo de Cascais – a poucos metros do sítio onde existiu essa torre de suposta origem islâmica – e que vieram a revelar a existência das referidas cetárias romanas, foi publicado um outro estudo de João Pedro Cabral e Guilherme Cardoso onde foi colocada a hipótese da dita torre moura poder ter tido origem romana¹⁴⁸. A ter sido uma torre de origem romana ou islâmica que subsistiu até 1755, algo que só seria possível confirmar ou desmentir mediante escavações arqueológicas, não podemos deixar de pensar em evidentes transformações que terá sofrido ao longo do período medieval e até exequíveis danos verificados com os sismos ocorridos na primeira metade do século XVI (1504-1505, 1512, 1528 e 1531), os quais terão provocado estragos na torre que D. João II mandou construir na ponta Sul de Cascais e no próprio recinto amuralhado da vila¹⁴⁹. Aliás, pensa-se que essa suposta torre moura surge numa planta de Cascais datada de 22 de Janeiro de 1594 (de autoria desconhecida¹⁵⁰), sendo representada com uma cúpula semelhante à usada nos faróis¹⁵¹. Portanto, diferente daquilo que teria sido inicialmente.

Quanto ao (geralmente designado) castelo de Cascais, qual a data da sua construção? Para Manuel A. P. Lourenço, apresentando duas imprecisões cronológicas, a época de construção do castelo deveria situar-se algures após a tomada de Lisboa aos Mouros e 1373. Com maior probabilidade, o investigador admite que a construção deverá ter ocorrido entre 1189 e inícios do século XIII¹⁵². Carlos Callixto, interrogando-se se a estrutura havia sido construída entre a data da elevação de Cascais a vila e a criação do seu senhorio (1364-1370), vincou que seria muito improvável que a sua construção pudesse remontar ao Período

¹⁴⁷ Cf. CALLIXTO, Carlos – *ob. cit.*, p. 326; seguido por CARDOSO, Guilherme e CABRAL, João Pedro – *ob. cit.*, p. 86.

¹⁴⁸ CABRAL, João Pedro e CARDOSO, Guilherme – “Escavações arqueológicas junto à torre-porta do Castelo de Cascais”, p. 133.

¹⁴⁹ BORGES, Marco Oliveira – *O porto de Cascais*, pp. 186 (n. 695) e 193-194; idem – “A torre defensiva que D. João II mandou construir em Cascais: novos elementos para o seu estudo”. in *História. Revista da FLUP*. Porto. IV série, vol. 5 (2015), pp. 106-108.

¹⁵⁰ BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira; BARROS, Maria de Fátima Rombouts de; RAMALHO, Margarida de Magalhães – *As Fortificações Marítimas da Costa de Cascais*. Cascais: Quetzal, 2001, p. 41.

¹⁵¹ Cf. CABRAL, João Pedro; CARDOSO, Guilherme – *ob. cit.*, p. 133.

¹⁵² Cf. LOURENÇO, Manuel – “História de Cascais e do seu Concelho”. in *Jornal da Costa do Sol*. N.º 262 (1969), p. 19. O ano de 1189 é a altura em que o autor pensava que tinha sido feita uma suposta confirmação de um primeiro foral outorgado por D. Afonso Henriques a Cascais, o qual não foi outorgado àquela aldeia mas sim a Sintra (1154). Sobre a problemática do foral de Cascais, cf. BORGES, Marco Oliveira – *O porto de Cascais*, pp. 84-85 (n. 268); idem – “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante a Época Islâmica. II”, p. 422 (n. 79).

Islâmico. Referindo, ainda, ser pouco provável que pudesse ser uma obra do reinado de D. Fernando e que deveria remontar a uma época anterior ao emprego da artilharia, o investigador deixou em aberto a possibilidade de o castelo poder remontar ao reinado de D. Afonso IV ou até mesmo ao de D. Dinis. Carlos Callixto lembrou que, durante estes reinados, várias fortificações foram edificadas ou restauradas¹⁵³. Por sua vez, Guilherme Cardoso e João Pedro Cabral referiram “que ao momento da conquista de Lisboa e Sintra não existiria qualquer fortificação em Cascais, pois não se conhecem referências”¹⁵⁴. Na senda da interrogação colocada por Carlos Callixto, os investigadores admitem que a construção do castelo se tenha verificado num período entre 1364, data da elevação de Cascais a vila, e 1370, data da primeira doação do lugar e castelo de Cascais, ficando assim o tempo de construção circunscrito a seis anos¹⁵⁵. Mais recentemente, José d’Encarnação referiu terem “sido, sem dúvida, razões de ordem militar e estratégica aquelas que, desde os primórdios da nacionalidade portuguesa, deram importância ao castelo de Cascais, nomeadamente como «sentinela da barra do Tejo», o primeiro reduto a atacar por quem quisesse apoderar-se de Lisboa”¹⁵⁶.

No entanto, o que era o castelo de Cascais? Qual a sua configuração primitiva? Está, ainda, por esclarecer o que era realmente o castelo de Cascais: toda a cinta de muralha que vemos na gravura de 1572 (Fig. 8) e nas plantas de Cascais de finais do século XVI, ou apenas um dos edifícios adossados a essa estrutura? Se a historiografia não é consensual quanto ao que era o castelo¹⁵⁷, se a documentação existente não revela respostas às questões que surgem e, muito menos, a época da construção do amuralhamento de Cascais, a verdade é que a arqueologia também ainda não trouxe respostas esclarecedoras. Mesmo após as escavações arqueológicas (1992) junto à torre que subsistiu até aos nossos dias, e que vieram a comprovar que a mesma “é a primitiva torre-porta do [geralmente chamado] castelo, tendo-se observado que a mesma sofreu diversas alterações”¹⁵⁸, não foi possível datar a fundação do mesmo. A “torre e o pano de muralhas em observação assentam directamente sobre vestígios da época romana, por necessidade dos construtores de irem até uma camada fixa

¹⁵³ CALLIXTO, Carlos – *ob. cit.*, pp. 326-327.

¹⁵⁴ CARDOSO, Guilherme e CABRAL, João Pedro – *ob. cit.*, p. 77.

¹⁵⁵ *Ibidem*, pp. 78 e 86.

¹⁵⁶ D’ENCARNAÇÃO, José – *Cascais, paisagem com pessoas dentro*. Cascais: Associação Cultural de Cascais, 2011, p. 15.

¹⁵⁷ Cf. BORGES, Marco Oliveira – “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante a Época Islâmica. II”, pp. 420-423.

¹⁵⁸ “A primeira alteração desta torre tem a ver com a necessidade de actualizar a função de fortaleza do castelo medieval com as tácticas de guerra dos períodos seguintes à sua fundação, onde as armas de fogo passam a ter maior predominância. Assim, foram colocadas diversas troneiras em duas das faces externas do cubelo, com o objectivo de defender a porta e impedir o acesso ao pano de muralha entre torres” (CABRAL, João Pedro e CARDOSO, Guilherme – *ob. cit.*, p. 134).

para assentarem os alicerces. E o tipo de aparelho empregado nos parâmetros externos não é conclusivo quanto à época da sua construção¹⁵⁹.

Apesar das várias dúvidas, e face às questões de ordem geo-estratégica que temos vindo a abordar, custa a crer que a utilização do porto de Cascais tivesse passado despercebida ao poder islâmico e que ali não tivesse sido edificada uma estrutura defensiva. Não queremos com isto dizer que já existiria o castelo ou amuralhamento, pelo menos tal como surge na gravura de 1572 ou nas plantas de finais do século XVI, mas talvez uma estrutura de menores dimensões e que, posteriormente, pudesse até ter sido alvo de ampliações ou modificações, isto no âmbito da hipótese levantada por Margarida de Magalhães Ramalho¹⁶⁰. Neste cenário, para além da suposta torre islâmica, não podemos deixar de pensar na possível existência de uma outra estrutura, talvez um *ribat*¹⁶¹.

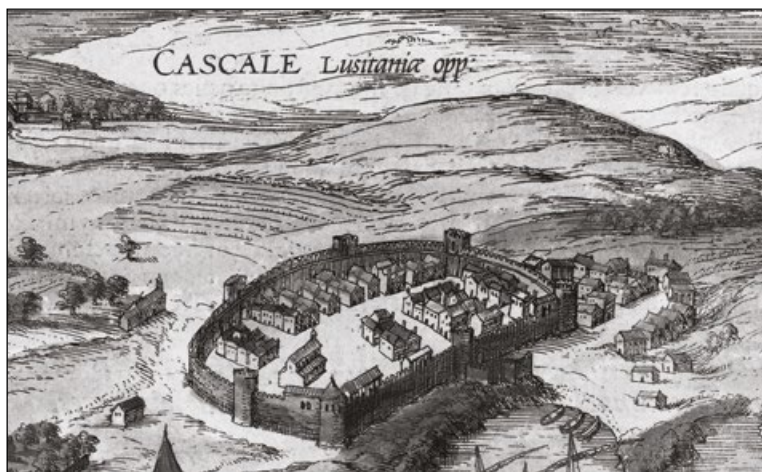


Fig. 8 – Recinto amuralhado de Cascais (geralmente chamado castelo). Georg Braun e Frans Hogenberg, *Civitates Orbis Terrarum*, I, 1572 (© Institut Cartogràfic i Geològic de Catalunya).

Um pouco mais para nascente, mas ainda nas imediações do foco portuário cascalense e naquela que hoje em dia é conhecida como praia da Rainha, figurou até muito recentemente o topónimo Boca do Asno. Oliveira Marques estabeleceu a hipótese deste topónimo, à semelhança de outros localizados em diferentes lugares do território português, poder derivar do étimo arábico *hisn*¹⁶², fortaleza

¹⁵⁹ *Ibidem*, p. 134.

¹⁶⁰ RAMALHO, Margarida de Magalhães – “A Defesa de Cascais”. in *Monumentos. Cidades. Património. Reabilitação*. Lisboa. N.º 31 (2011), p. 35.

¹⁶¹ BORGES, Marco Oliveira – *O porto de Cascais*, p. 184; idem – “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante a Época Islâmica. II”, p. 424.

¹⁶² E que ficou abonado “por alguma toponímia em *isna*, *asn-* e seus derivados, com correspondência castelhana nos muitos *iznal*, *áznal* e *áznar*” (MARQUES, A. H. de Oliveira – “O «Portugal» islâmico”, p. 194).

ou fortificação. Contudo, não deixou de referir que o mesmo topónimo poderá estar relacionado com o étimo *asinus* (burro), de origem latina¹⁶³.

Outro topónimo desta linha costeira que poderá estar relacionado com o passado islâmico é Estoril. Recentemente, Adalberto Alves referiu que este topónimo poderá estar associado a *ustul*, ou seja, “esquadra”¹⁶⁴, um grupo de vários navios de guerra. Esta é uma interpretação que diverge de outras, sendo que uma delas vê em Estoril um topónimo associado a uma antiga reserva de criação de açores existente naquele território, chamada em baixo latim *asturis* (do latim *astur*, açor). Daí teriam derivado as formas *Asturil*, *Sturil* e, posteriormente, *Estoril*¹⁶⁵.

Seja como for, cada vez fica mais evidente que a área costeira do Estoril teve alguma importância para a navegação em épocas recuadas¹⁶⁶, até mesmo pelos materiais que a arqueologia subaquática tem vindo a identificar, sendo os mais antigos – até ao momento – canhões e âncoras da Idade Moderna¹⁶⁷. Muito embora o foco portuário de Cascais estivesse localizado junto à Praia da Ribeira, a verdade é a extensão oceânica e a tradição de ancoragem prolongam-se para nascente, para lá do Estoril, pelo que actividades como a pesca, o corso, a pirataria, o descaminho e o contrabando poderiam ter lugar naquela extensão marítima¹⁶⁸. Por outro lado, poderia ser a necessidade de se fazer aguada ou de desembarque que poderia levar navios àquela área, tal como ainda acontecia no século XVII. Neste sentido, é perfeitamente possível que o Estoril já tivesse alguma importância para as actividades marítimas durante o Período Islâmico.

4. A área costeira de Oeiras

Continuando o nosso trajecto rumo à cidade de Lisboa, para a área do actual concelho de Oeiras, junto à costa, surgem os topónimos Torre (“desde cedo ligado ao local e à fortaleza de S. Julião da Barra”, podendo ter tido origem numa atalaia ou torre fortificada vinda da Idade Média¹⁶⁹), Catalazete (Catalazede, Catalazeu¹⁷⁰

¹⁶³ Por sua vez, Jorge Freire apresenta o topónimo como estando ligado à pesca (cf. FREIRE, Jorge – À Vista da Costa: a Paisagem Cultural Marítima de Cascais. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: [s. n.], 2012, pp. 62, 68 e 104).

¹⁶⁴ ALVES, Adalberto – “Estoril”. in *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*, p. 478.

¹⁶⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira – “Sintra e Cascais na Idade Média”, p. 146.

¹⁶⁶ BORGES, Marco Oliveira – *O porto de Cascais*, pp. 50-51.

¹⁶⁷ FREIRE, Jorge – *ob. cit.*, p. 39.

¹⁶⁸ BORGES, Marco Oliveira – *O porto de Cascais*, pp. 50-51 e 124.

¹⁶⁹ BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira; BARROS, Maria de Fátima Rombouts de – “O Bugio e São Julião da Barra”. in *Oceanos*. Lisboa. N.º 11 (1992), p. 80.

¹⁷⁰ MACHADO, José Pedro – “Catalazede”. in *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, p. 374; MARQUES, A. H. de Oliveira – “O «Portugal» islâmico”, pp. 197-198; REI, António – “Ocupação humana no alfoz de Lisboa”, p. 33; LEITÃO, André de Oliveira – *ob. cit.*, p. 35 (n. 97); PIRES, Hélio – *Incursões Nórdicas no Ocidente Ibérico*, pp. 108-109.

ou Ponta do Catalazete), Jamor (*jamur* = torre, atalaia)¹⁷¹ e Gibalta¹⁷² (entre Caxias e a Cruz Quebrada).

Catalazete (**Fig. 11**), cujo étimo ainda hoje dá nome a uma fortaleza, derivará de *qal'at al-Zayd*, isto é, “a fortaleza de Zayd”¹⁷³. Neste seguimento, é possível que Zayd tenha sido o nome do fundador da fortaleza. Ademais, de acordo com as observações de António Rei, é possível que junto à fortificação existisse um povoado. Esta hipótese é baseada na possível existência de um cemitério nas imediações deste local, isto a julgar pelo topónimo Almocovada (possível corruptela de *almocavar*)¹⁷⁴. Todavia, numa outra interpretação, Adalberto Alves crê que o topónimo Catalazete derive de *qal'at az-Zayt*, ou seja, “praça-forte do azeite”. Deste modo, a origem do topónimo estaria relacionada com uma suposta feitoria que teria existido no local¹⁷⁵.

A ter existido, e se seguirmos a primeira hipótese, que tipo de fortificação seria esta? Qual a sua funcionalidade? Qual a razão para a sua edificação naquele local? Quando teria sido construída? É muito provável que a estrutura em causa, a ter existido, tivesse sido erguida de modo a proteger o local face a desembarques inimigos e o possível povoado que ali existiria, sendo de crer também que pudesse estar associada à utilização frequente daquela área como espaço portuário e à necessidade de defesa do ancoradouro¹⁷⁶. Porém, esta suposta fortaleza, que teria igualmente a função de *ribat*, isto se inicialmente não fosse mesmo uma destas

¹⁷¹ MACHADO, José Pedro – “Jamor”. in *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. Vol. II, pp. 820-821; REI, António – *ob. cit.*, p. 36; PIRES, Hélio – *ob. cit.*, pp. 108-109.

¹⁷² MARQUES, A. H. de Oliveira – *ob. cit.*, pp. 197-198. O investigador não refere o possível contexto deste topónimo, mas é semelhante a Gibraltar, *jabal Tariq*, ou seja, o “monte de Tarique”, chefe das forças muçulmanas que liderou a invasão da Hispânia visigoda em 711. Neste seguimento, refira-se, ainda, a existência do topónimo “Gibaltar” na Covilhã (cf. ALVES, Adalberto – “Gibalta”, “Gibaltar” e “Gibraltar”. in *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*, p. 544). A Gibalta de Oeiras fica numa posição elevada e estratégica junto ao rio Tejo. Ali foi edificado um farol para orientação dos navios ao entrarem na barra pelo canal sul, pelo que em épocas recuadas poderá ter tido algum tipo de estrutura ou funcionalidade no âmbito da defesa costeira ou do apoio à navegação.

¹⁷³ MACHADO, José Pedro – “Catalazete”. in *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*, p. 374; REI, António – *ob. cit.*, pp. 31 (n. 35), 33 e 36; LEITÃO, André de Oliveira – *ob. cit.*, p. 35 (n. 97).

¹⁷⁴ REI, António – *ob. cit.*, pp. 33 e 36. ALVES, Adalberto – “Almocovada”. in *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*, p. 185, não crê que este topónimo possa derivar de *almocavar*, referindo que “seria improvável”, pelo menos para o caso de Oeiras, a existência de “um cemitério localizado numa zona à beira-mar”. No entanto, o argumento não é muito convincente. Veja-se o exemplo do Alto da Vigia, local junto ao mar de Sintra onde foram identificadas sepulturas islâmicas, estando associadas ao *ribat* que está a ser escavado.

¹⁷⁵ ALVES, Adalberto – “Catalazete”. in *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*, p. 374.

¹⁷⁶ No século XV, havia ainda uma tradição de aportagem na área costeira de Oeiras. D. Afonso V, em 1477, aportou algures naquele local depois de ter vindo de França e de ter passado a noite em Cascais. Foi em Oeiras, aliás, que o seu filho foi ter consigo (cf. PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey D. Affonso V”. in *Crónicas de Rui de Pina*. Introd. e rev. de Mário Lopes de ALMEIDA. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1977, cap. CCIII, p. 864). Damião de Góis, aludindo posteriormente a esta área, fala numa “baía em forma de cotovelo”, sendo que na sua extremidade se encontrava a ermida de São Julião (GÓIS, Damião de – *Descrição da Cidade de Lisboa*. 2ª ed. Trad. do texto latino, introd. e notas de José da Felicidade ALVES. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 41). Na cartografia do século XIX, um pouco a Sudoeste da Ponta do Catalazete, subsistem os topónimos Portinho e Praia do Portinho (actual praia da Torre).

estruturas, também estaria inserida numa lógica de defesa costeira progressiva, com funções de alerta e de comunicação com outros postos costeiros dentro da barra, para Leste e Margem Sul do Tejo.

O topónimo Algés também poderá estar relacionado com aspectos militares, podendo ter derivado de *al-jaysh* (“o exército”), situação “que reforça a capacidade de militarização em redor da entrada do Tejo”¹⁷⁷. Na área do Restelo, num local estra-tégico pela sua posição elevada, subsiste ainda o topónimo Alcolena (**Figs. 9 e 11**), podendo derivar de *al-qulay'a*, “a pequena fortaleza”¹⁷⁸. Este topónimo, segundo José Pedro Machado, antigamente era chamado de Alcolena de Baixo, situação que faz pensar numa Alcolena de Cima. Neste sentido, António Rei crê que terão existido duas fortalezas chamadas Alcolenas, a de Cima e a de Baixo. “Para além da sua situação estratégica em relação aos movimentos navais na barra, encontravam-se também nas imediações do caminho que iria para oeste, até Catalazete, ou um pouco mais além”¹⁷⁹.



Fig. 9 – Panorâmica de Belém. Bernardo de Caula, 1763 (© Biblioteca Nacional de Portugal). O topónimo “Alculena” está identificado pelo n.º 32 e circundado.

Já à entrada de Lisboa, Oliveira Marques identificou outra marca de protecção costeira que subsistiu na toponímia até ao século XIX: Cata-que-farás¹⁸⁰ (**Fig. 11**). De acordo com o mesmo historiador, o topónimo “deriva provavelmente de *qala't al-haraj*, a torre do *haraj* (imposto censitário), talvez porque aí fosse um dos centros

¹⁷⁷ CORREIA, Fernando Branco – “A acção do poder político”, p. 22; idem – “Fortificações de iniciativa omíada”, pp. 79 e 85 (n. 41).

¹⁷⁸ REI, António – “Ocupação humana no alfoz de Lisboa”, pp. 35-36.

¹⁷⁹ *Ibidem*, pp. 35-36. Sobre Alcolena, cf. igualmente PIREs, Hélio – *ob. cit.*, p. 108; CORREIA, Fernando Branco – “A acção do poder político”, pp. 22-23; idem – “Fortificações de iniciativa omíada”, p. 79.

¹⁸⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira – *ob. cit.*, pp. 197-198.

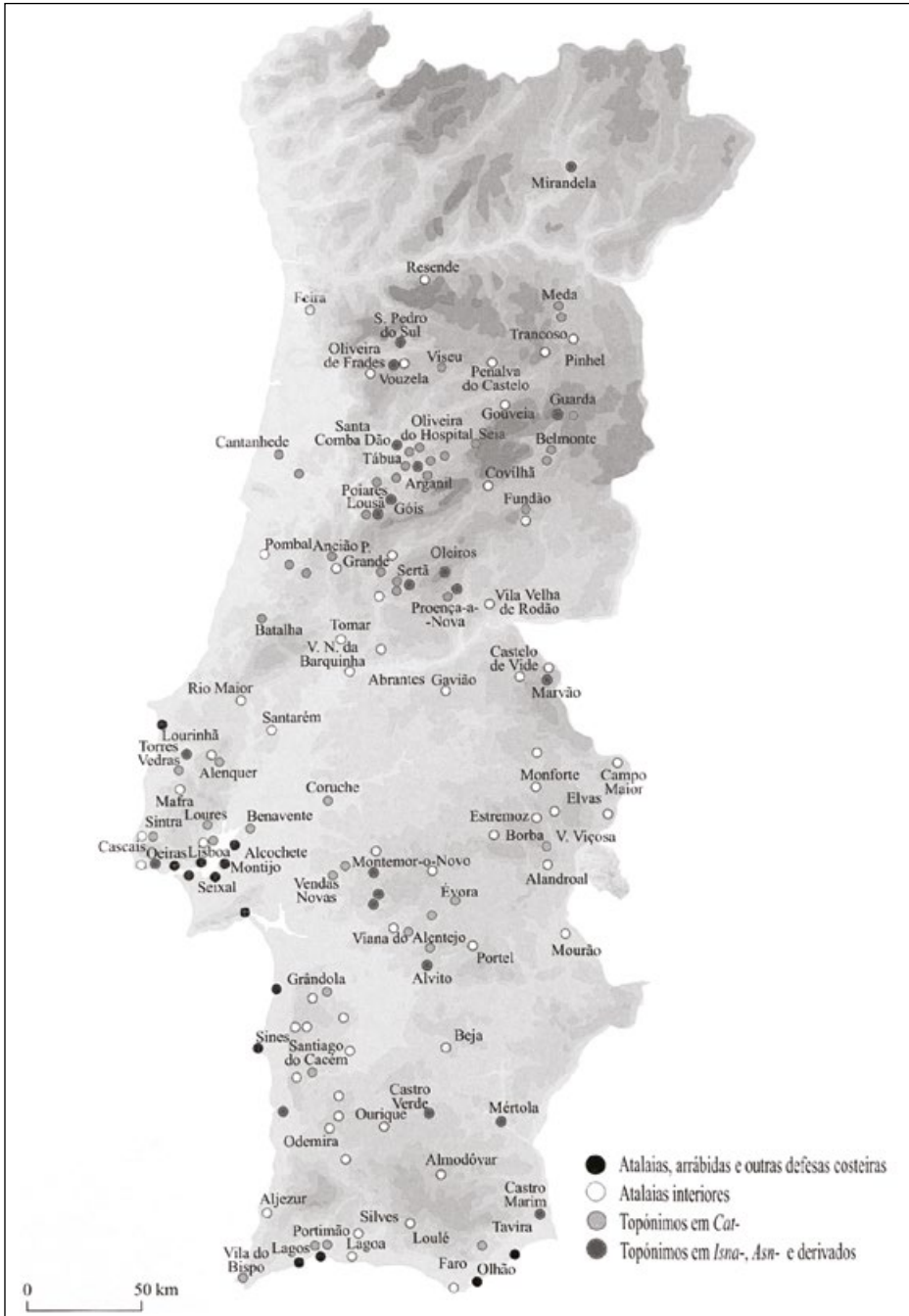


Fig. 10 – O «encastelamento» no Centro e Sul do “Portugal” islâmico (topónimos e concelhos actuais)¹⁸⁴.

de recolha daquele tributo. A torre, bem localizada num dos pontos altos situados à entrada da Lisboa de então (hoje, na extremidade sul da Rua António Maria Cardoso), era provavelmente uma das atalaias da cidade¹⁸¹. Saliente-se, ainda, que terá existido uma atalaia na área do actual Bairro Alto, visto que aí ainda hoje existe a Rua da Atalaia¹⁸².

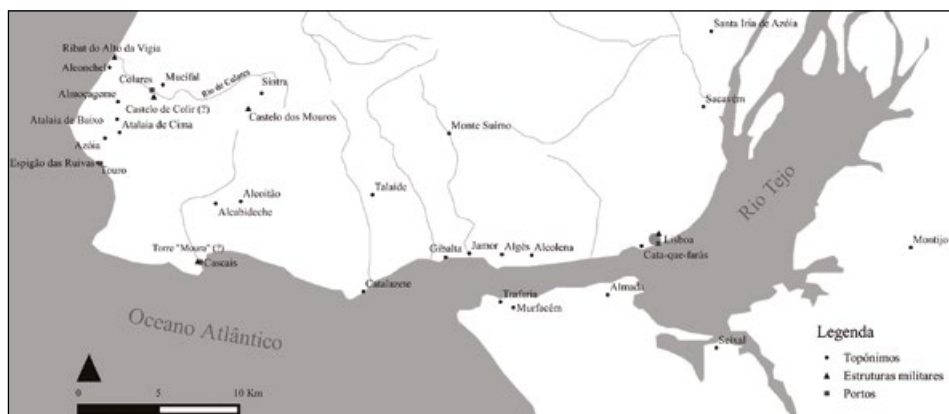


Fig. 11 – Complexo defensivo no Baixo Vale do Tejo durante o Período Islâmico (em desenvolvimento).

5. A gestão do sistema defensivo e os combatentes (recrutados e voluntários)

Estando identificados vários locais e possíveis estruturas entre a costa de Sintra e as imediações da cidade de Lisboa que dariam forma ao sistema defensivo que temos vindo a referir, como seria feita a sua gestão? Dependia exclusivamente do poder central? Era feita a nível local? A nível distrital? Quais os meios humanos mobilizados?

Embora logo após os ataques nórdicos de 844 o poder central tenha ordenado o reforço da defesa marítima ao longo da costa atlântica e mediterrânica, a arquitectura militar do Garb al-Ândalus também foi dirigida por rebeldes e dinastias regionais¹⁸⁴. Para além da mão-de-obra local e das forças enviadas pelo poder central, sabe-se também que vinham voluntários de outras partes do al-Ândalus a favor da *jihad*, devendo também ter ocupado locais costeiros estratégicos e que se revelavam mais sensíveis à chegada inimiga¹⁸⁵.

¹⁸¹ Cata-que-farás também aparece na Évora medieval e em Portel (*ibidem*, pp. 193-194, (n. 39)).

¹⁸² *Ibidem*, p. 196; REI, António – *ob. cit.*, p. 35; PIRES, Hélio – *ob. cit.*, p. 108.

¹⁸³ Adaptado de MARQUES, A. H. de Oliveira e DIAS, João José Alves – *ob. cit.*, p. 47.

¹⁸⁴ CORREIA, Fernando Branco – “Fortificações de iniciativa omíada”, pp. 74-75.

¹⁸⁵ *Idem* – “A acção do poder político”, pp. 15, 21 e 24; *idem* – “Fortificações de iniciativa omíada”, p. 75.

Ao mesmo tempo que o poder central (Córdova) tomava medidas defensivas, é possível que se deixasse aos governadores dos distritos (*kuwar*) alguma margem de manobra nas lides da defesa costeira¹⁸⁶. Porém, parece que algumas zonas costeiras mais sensíveis, como era o caso das que estavam situadas perto de cabos ou promontórios (*taraf*, pl. *atraf*), chegaram a ser administradas independentemente dos distritos e dos seus governadores¹⁸⁷. Este tipo de autonomia administrativa comprova-se para o caso da Península de Setúbal, que chegou a ser considerada um distrito costeiro autónomo da jurisdição dos *kuwar* de Lisboa e Alcácer do Sal, pelo menos durante o califado omíada, estando dependente de um governador responsável pela coordenação da defesa e vigilância marítima e terrestre¹⁸⁸.

Não é difícil imaginar, porém, que as próprias rebeliões do mundo islâmico devam ter condicionado – ao longo dos tempos – a organização do sistema de defesa costeira e até mesmo provocado a sua paralisação. Note-se que esta área costeira, estando nas proximidades de Lisboa (cidade que viveu várias rebeliões contra o poder central e que, por vezes, se alastravam a outras cidades do al-Ándalus), parece ter estado em permanente insegurança. Na verdade, a área territorial entre Lisboa e Santarém gozou de uma certa autonomia face aos centros de decisão política do al-Ándalus até ao século XI, dando assim origem a uma zona de refúgio propícia a revoltas e que ficou marcada pelo aparecimento de dinastias locais autónomas¹⁸⁹. Em 886, por exemplo, o *wali* de Lisboa revoltou-se contra Córdova. Como consequência, e para repor a ordem, o poder central enviou um exército por terra e uma frota de guerra (saída de Sevilha) a *al-Ushbuna*¹⁹⁰.

¹⁸⁶ Idem – “A acção do poder político”, p. 15; idem – “Fortificações de iniciativa omíada”, p. 75.

¹⁸⁷ Poderia ter sido este, em certo momento, o caso de Sintra, daí a importância dada pelos geógrafos muçulmanos a esta área situada na ponta extrema da Europa, o cabo da Roca, exercendo um papel de vigilância importante (PICARD, Christophe – *Le Portugal musulman*, p. 62).

¹⁸⁸ PICARD, Christophe; FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira – *ob. cit.*, pp. 75-77; PICARD, Christophe – *Le Portugal musulman*, pp. 62 e 163; idem – “Les Ribats au Portugal à l’époque musulmane”, pp. 204-205; CONDE, Manuel Sílvio Alves – “Sesimbra, sobre a Costa do Mar”. in *Arquipélago. História. Revista da Universidade dos Açores*. Ponta Delgada. 2ª sér., VII (2003), p. 248; MENDES, Francisco José dos Santos – *O Nascimento da Margem Sul. Paróquias, Concelhos e Comendas (1147-1385)*. Lisboa: Edições Colibri, 2011, p. 27.

¹⁸⁹ COELHO, Catarina – “A ocupação islâmica do Castelo dos Mouros (Sintra)”, p. 208; idem – “O Castelo dos Mouros (Sintra)”, p. 394. Uma revolta iniciada em Lisboa, em 808-809, teve repercussões a toda a faixa ocidental entre Coimbra e Beja. Entre as décadas de 860 e 880 o Ocidente da Península foi agitado por quatro rebeliões sucessivas, todas elas chefiadas por Abd al-Rahman Ibn Marwan Ibn Yunus, governador da marca de Mérida, que chegou a conquistar e saquear Lisboa após uma dessas rebeliões iniciada em 876 (MARQUES, A. H. de Oliveira – *ob. cit.*, pp. 124-126). Em 889-890, deu-se nova revolta em Lisboa e nos territórios a Norte, “o que mostra que o controlo por parte dos Marwânidas conhecia eclipses e tomadas de poder por outros magnates, ainda pouco conhecidos” (*ibidem*, pp. 124-126).

¹⁹⁰ DOMINGUES, José D. Garcia – *História Luso-Árabe. Episódios e Figuras Meridionais*. Lisboa: Pró-Domo, 1945, p. 101; idem – *O Nacionalismo Luso-Árabe e a sua Contribuição para a Constituição de Portugal*. Sep. do XXIII Congresso Luso-Espanhol (Coimbra, 1-5 de Junho de 1956). Coimbra. T. VIII, 1957, p. 9 (n. 6).

Conclusão

Estamos perante uma área geográfica fulcral, bastante exposta ao perigo, quer cristão, nórdico ou até mesmo interno, e que ganha destaque não só por ter vários locais de desembarque capazes de oferecer resguardo e aguada à navegação, mas também por ter alvos importantes e por estar na rota das navegações para a cidade de Lisboa. É neste sentido que o sistema defensivo que ganhava forma a partir de Sintra tem de ser encarado como um todo, abrangendo o actual litoral de Cascais, Oeiras e a restante área costeira até Lisboa, numa tentativa de proteger possíveis locais de desembarque e de difundir sinais visuais que permitissem alertar sucessivamente os vários postos ao longo da costa para a chegada de navios inimigos. Contudo, o funcionamento do sistema defensivo desta área também teria sido condicionado por diversos factores e afectado pelas próprias cisões e conjunturas do mundo islâmico, situação que tentaremos compreender melhor futuramente.

Em todo o caso, subsiste uma lógica de continuidade de ocupação de espaços estratégicos, de aproveitamento de estruturas ou de materiais pétreos (comprovada no caso do Alto da Vigia) com o decorrer dos séculos. O recurso à toponímia local permite perceber que ao longo da costa e um pouco mais para o interior existiram estruturas de carácter defensivo e de vigilância, não esquecendo alguns possíveis povoados, embora isso não signifique que todos funcionaram ou foram ocupados ao mesmo tempo. Para além disso, importa não esquecer que alguns topónimos têm uma etimologia bastante duvidosa e não se sabe ao certo se tiveram derivação de um contexto militar islâmico. Diversos topónimos necessitam de ser investigados do ponto de vista arqueológico.

Finalizando, há que tentar agora alargar a área geográfica e compreender melhor o sistema defensivo em torno da cidade de Lisboa (a Leste, a Sul e a Norte), sendo que as várias questões acima colocadas, e que não foram totalmente respondidas, darão azo a novas explorações e hipóteses. Para além disso, de futuro há que focar de forma mais aprofundada os ataques dos *Majus* a *al-Ushbuna*. Espera-se, igualmente, que as investigações em curso possam fornecer pistas a outros investigadores para que se iniciem novos trabalhos ou se aprofundem os que estão em andamento.

Lisboa e o seu alfoz, em relatos árabes do “maravilhoso”

*António Rei*¹

O “maravilhoso” (*‘ajīb*) na cultura árabo-islâmica

A primeira definição de “maravilhoso” (*‘ajīb*, pl. *‘ajâ’ib*) na cultura árabo-islâmica foi formulada por al-Qazwîni, autor do século XIII, dizendo “*ser todo o fenómeno ou objecto que causa a admiração do ser humano porque desconhece a causa que a motiva*”². De forma mais lata, poder-se-á dizer que abarcará tudo o que seja produzido pela Natureza ou pelo Homem, e que maravilha o observador que lhe desconhece as causas³.

Se o termo *‘ajīb* abarca genericamente toda a área temática, o termo *gharīb*, traduzível por “insólito”, é outra expressão desta nomenclatura ligada ao fantástico; mas se a primeira engloba os fenómenos dos diferentes reinos da Natureza, a segunda é mais correlacionável com acções humanas que procuram concitar protecção ou prejuízo, através de formulações de cariz mágico ou talismânico⁴.

A literatura árabe, em muitos aspetos herdeira da cultura clássica greco-latina, e em especial nas suas descrições geográficas e / ou em relatos de viagens, fez a recolha, entre outros, de descrições de factos marcados pelo estranho, incomum ou bizarro.

Estes relatos e descrições acabaram tomando várias formulações literárias. Uma delas foi a que ocorreu em textos de cariz geográfico, nas descrições dos diferentes espaços do mundo islâmico. Al-Andalus, região extrema do mundo

¹IEM-FCSH/NOVA; Bolseiro de Pós-Doutoramento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

²HERNÁNDEZ JUBERÍAS, Julio – *La Península Imaginaria. Mitos y leyendas sobre al-Andalus*. Madrid: CSIC, 1996, p. 250; ver ainda DUBLER, C. E. – “‘Adjâ’ib”. in *Encyclopédie de l’Islam*. 2ª. ed.. Leiden / Paris: E. J. Brill / Maisonneuve et Larose, 1960-2004, vol. I, pp. 209-210; ARIÉ, Rachel – “Le Merveilleux dans la Littérature Hispano-Musulmane au Bas Moyen Âge”. in *Atas do XII Congresso da UEAI (Málaga, 1984)*. Madrid: Union Européenne d’Arabisants et d’Islamisants, 1986, pp. 63-81.

³HERNÁNDEZ JUBERÍAS, Julio – *La Península Imaginaria...*, p. 14.

⁴*Ibidem*, pp. 19 e 249-251.

então conhecido, islâmico ou não, tornou-se um dos objectos desta abordagem literária que valoriza o extraordinário em qualquer forma⁵.

Curioso no mínimo, tanto mais porque coincidente, é o facto de, em árabe, a palavra “ocidente” (*gharb*) e a palavra “estranho” ou “insólito” (*gharīb*), já atrás referida, procederem da mesma raiz etimológica (*gh-r-b*).

Vejamos, pois, agora de que forma o espaço hispânico, ou andalusí, era visto como um alfobre de sinais do insólito e do maravilhoso.

A Hispânia e o maravilhoso

A Hispânia teve sempre a si associada, mercê da sua localização geográfica no extremo ocidental do mundo mediterrânico, uma memória de local extraordinário, de terra tocada pelo divino, na sua condição de “Terra do Fim do Mundo”, de *Finisterra*, de local onde o mundo dos vivos tocava o mundo do além. Daí chamar-se Ocidente, o sítio da morte, do ocaso solar⁶.

A literatura grega, recolhendo noções e valores que procediam das civilizações do Mediterrâneo oriental, e transmitindo-os depois à civilização latina, em especial através dos relatos mitológicos, integrou, daquela forma, estas Terras Extremas na sua cosmogonia que via o Mediterrâneo como o centro do mundo.

Curiosa e coincidentemente, os três últimos trabalhos de Hércules, designadamente, o roubo das maçãs de ouro das Hespérides, a derrota das Amazonas e o domínio sobre o cão Cerbero (guarda das Portas dos Infernos), foram situados pelos gregos aqui nestas paragens extremas, junto às Colunas que perpetuaram o nome daquele herói mítico⁷.

Para o mais extremo do extremo, a região de Lisboa, que foi parte integrante do *Gharb* al-Andalus entre 714 e 1147, constata-se uns quantos relatos de natureza “extraordinária”, com origem em notícias (*akhbâr*) registadas desde o século IX, e que pretendemos aqui elencar e divulgar, atendendo, também e principalmente, a que nunca foi produzida uma abordagem semelhante para qualquer outra região do *Gharb*.

⁵ ARIÉ, Rachel – *ob. cit.*, *passim*.

⁶ REI, António – *O Louvor da Hispânia na Cultura Letrada Peninsular Medieval. Das suas origens discursivas ao Apartado Geográfico da Crónica de 1344*. Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2007, p. 47, n. 2.; HERNÁNDEZ JUBERÍAS, Julio – *La Península Imaginária...*, pp. 17 e 336.

⁷ REI, António – *O Louvor da Hispânia ...*, pp. 50-51.

Lisboa, junto ao Grande Mar Envolvente ou Tenebroso

A primeira condição do “maravilhoso” de Lisboa e da sua região advém da sua própria situação geográfica no mais extremo do extremo do ocidente do mundo então conhecido. Uma cidade aberta ao Grande Mar Envolvente ou Circundante⁸, que, curiosamente em autores mais tardios, a partir do século XII, começa a ser chamado de Mar Tenebroso⁹, uma expressão que ainda pairava entre os meios da marinhagem, em pleno século XV, quando os Portugueses se lançaram nas suas viagens atlânticas.

A própria localização da Península, e de Lisboa nela – etimologicamente a “quase-ilha” –, a que os árabes chamaram de *al-Andalus*, a qual, como já brevemente referimos atrás, eivada de uma carga escatológica, e consequentemente sagrada, já tinha propiciado a estas terras textos laudatórios, de gregos, de romanos e de godos, entre estes muito especialmente de Isidoro de Sevilha e a que, naturalmente, os andalusis deram continuidade¹⁰.

Não nos pretendemos limitar apenas à cidade e ao seu entorno próximo. Subiremos pelo vale do Tejo, abordaremos as costas marítimas da região, e bem assim as áreas fluviais. Queremos referir algumas produções agrícolas incomuns, e certas produções minerais insólitas. Tudo ajudando a consolidar o carisma destas terras extremas, deste *finis terrae*, como se de uma unção ou bênção se tratasse.

⁸ AL-YA'QŪBĪ – *Kitāb al-Buldān*. Ed. Michael Jan De GOEJE. Leiden: E. J. Brill, «Bibliotheca Geographorum Arabicorum (BGA), t. VII», 1967, pp. 353-55; AL-ISTAKHRĪ – *Al-Masālik wa-l-Mamālik*. Ed. Michael Jan De GOEJE, *Viae Regnorum*. Leiden: E. J. Brill, «Bibliotheca Geographorum Arabicorum (BGA) I», 1967, pp. 42-43; IBN HAWQAL – *Kitāb Sūrat al-Ard*. Ed. J. H. KRAMERS, *Liber Imaginis Terrae*. Leyden: E. J. Brill, «Bibliotheca Geographorum Arabicorum (BGA) II», 1967, pp. 66 e 109; IBN SA'ĪD – *al-Mughrib fī hulā l-Maghrib*. Ed. Shawqī DAYF. Cairo: Dār al-Maaref, 1964, pp. 380-1 e 410; YĀQŪT – *Mu'jam al-buldān*. 5 vols. Beirute: Dār Šādīr lil-Ṭibā'ah wa-al-Nashr; Dār Bayrūt lil-Ṭibā'ah wa-al-Nashr, 1957, pp. 172-3 e 195; AL-QALQASHĀNDĪ – *Subh al-A'shā'*. Ed. Muh. 'Abd al-Rasūl IBRAHĪM, XIV vols. Cairo: Dār al-Kutub al-Khadiwiyya, 1331-38 / 1913-20, p. 202. Traduções respetivas em REI, António – *O Gharb al-Andalus al-Aqsā na Geografia Árabe (Sécs. III h. / IX d.C. – XI h. / XVII d.C.)*. Lisboa: IEM, 2012, pp. 113, 114, 116-7, 153 e 155, 182, 199, 202. A noção de “Grande Mar Envolvente” remete para uma visão grega onde o mundo habitado ainda era um conglomerado de continentes (a *Pangea*), todos rodeados por água. O único mar interior, nesta concepção do mundo, era o Mediterrâneo.

⁹ AL-IDRĪSĪ – *Nuzhat al-Mushtāq* (ou *Kitāb Rujjār*). Ed. E. CERULLI et all. (Ed. C), *Opus Geographicum*. Napoles-Roma / [Leyden]: IUONIIMEO – E. J. Brill, 1975, p. 547; AL-IDRĪSĪ – *Uns al-Muhāj wa Rawd al-Furāj*. ed. (Ed. A M) e trad. espanhola de Jassim ABID MIZAL, *Los caminos de al-Andalus en el siglo XII según “Uns al-Muhāj wa Rawd al-Furāj”*. Madrid: CSIC, 1989, pp. 50-51; AL-HIMYARĪ – *Al-Rawd al-Mi'tār*. Ed. Ihsān 'ABBĀS, 2ªed. Beirute: Nasser Foundation for Culture, 1980, p. 61; IBN AL-WARDĪ – *Kharīdat al-'ajā'ib*. Cairo: Tip. Mustafa al-Babi al-Halabi & Sons, 1358 / 1939, pp. 22-24; traduções respectivas em REI, António – *O Gharb al-Andalus...*, pp. 132, 138, 163 e 205. “Mar Tenebroso” é uma denominação que ainda vai chegar aos primórdios dos Descobrimentos Portugueses, enquanto descrição do Atlântico, e cuja carga fantasmagórica foi personificada por Camões no “gigante Adamastor”, e evocada por Fernando Pessoa na figura do “Mostrengo”.

¹⁰ Sobre o Louvor da Hispânia, suas origens e evolução, v. REI, António – *O Louvor da Hispânia na Cultura Letrada Peninsular Medieval...*, *passim*; HERNÁNDEZ JUBERÍAS, Julio – *La Península Imaginária...*, pp. 17 e 336.

Nas Portas de Lisboa

Os autores árabes, e em especial os andalusis, deixaram-nos que Lisboa era uma cidade construída à beira-rio, ou beira-mar. E tão literalmente, que se a porta sul, chamada Porta do Mar, estivesse aberta, as marés entravam mesmo na cidade, para além de molharem as muralhas até uma altura de cerca de um metro. Ainda hoje existe, a abrir para o Campo das Cebolas, o Arco das Portas do Mar.

Junto a uma outra porta, numa outra zona limítrofe da cidade, a sudeste, brotavam fontes naturais de água quente (*Al-Hamma* em árabe, e *Alfama* em português), as quais já tinham sido usadas em banhos públicos pelos latinos e que os muçulmanos continuaram usando. Segundo alguns autores árabes, as marés, regularmente, cobriam e descobriam algumas dessas nascentes¹¹.

O Mar da Palha de Ouro

Aquele mesmo rio Tejo, em certos momentos do ano, em especial no inverno, no seu amplo estuário¹², desentranhava-se em ouro, em pepitas e palhetas de ouro. Em virtude daquela realidade, quanto a nós, terá surgido o nome de Mar da Palha, cuja expressão derivará da Palha do Ouro, e não da presença, no leito do rio, de uma abundância em ervas secas.

Aquela realidade levava a que as populações ribeirinhas, mas possivelmente não apenas essas, se dedicassem à recolha de ouro nas suas margens. Esta presença do ouro, e a particularidade da sua recolha, é o facto que, relacionado com Lisboa e sua região, é mais relatado pelos autores árabes¹³.

¹¹ Sobre as Portas de Lisboa: fontes árabes – AL-QAZWĪNĪ – *Āthār al-bilād*. Beirut: Dār Sâder, 1380/1960, pp. 496-497; AL-HIMYARĪ, *Al-Rawd al-Mi'târ*, ed. citada, p. 61; IBN AL-SHABBĀT – *Silat al-simt*. Ed. al-'ABBĀDĪ, *Tarikh al-Andalus li-Ibn Kardabûs wa-wasfu-hu li-Ibn al-Shabbât*, Madrid: Instituto de Estudios Egipcios e Islâmicos, 1971, p. 163; *DHIKR BILĀD AL-ANDALUS*. Ed. e trad. Luis MOLINA, *Una Descripción anónima de al-Andalus*. 2 vols., Madrid: CSIC, 1983, p. 51. Todas traduzidas por nós, em REI, António – *O Gharb al-Andalus al-Aqsâ na Geografia Árabe (Sécs. III h. / IX d.C. – XI h. / XVII d.C.)*, pp. 161, 162, 171 e 193. Um estudo global das Portas da Lisboa islâmica, v. idem – “As Portas da Cerca de Lisboa no período islâmico”. in *Arqueologia e História* 53 (2001), pp. 35-43.

¹² ABŪ L-FIDĀ – *Taqwīm al-Buldân*. Ed. M. REINAUD e M.G. de SLANE: *Géographie d'Aboulféda*. Paris, 1840, p. 170; tradução em REI, António – *O Gharb al-Andalus...*, p. 198.

¹³ AL-BAKRĪ – *Al-Masâlik wa-Mamâlik*. Ed. Adrian VAN LEWVEN e André FERRÉ, 2 vols. Cartago-Tunísia: Al-Dâr al-'Arabiyya li-l-Kitâb, 1992, p. 897; AL-IDRĪSĪ, *Nuzhat al-Mushâtâq* (ou *Kitâb Rujjâr*), ed. E.Cerulli et al., 1975, vol. V, p. 547; AL-ZUHRĪ – *Kitâb al-Ja'rafiya*. Ed. M. HADJ-SADOCK in *Bulletin d'Études Orientales*. Damasco, vol. XXI (1968), pp. 7-312, p. 222; IBN GHĀLIB – *Farhat al-anfus*. ed. L. 'Abd AL-BADĪ' in *Revista del Instituto de Manuscritos Arabes I / 2* (1995), pp. 272-310, p. 291; AL-HIMYARĪ – *Al-Rawd al-Mi'târ*. Ed. Ihsân 'Abbâs, p. 61; *DHIKR BILĀD AL-ANDALUS*, ed. citada, pp. 51-53; AL-MAQQARĪ – *Nafh al-Tib*. Ed. I. 'ABBĀS, 2ª. ed, 8 vols., Beirut, 1988, p. 143; YĀQŪT – *Mu'jam al-buldân*, ed. citada, vol. V, p. 16; AL-QAZWĪNĪ – *Āthār al-bilād*. Ed. citada, p. 555; IBN AL-WARDĪ – *Kharidat al-'ajâ'ib*. Ed. citada, pp. 22-24; respetivas traduções em REI, António – *O Gharb al-Andalus...*, pp. 125, 132, 141-142, 144, 163, 171-172, 177-178, 191, 196, 205-206.

Terras generosas e Rio abençoado

Uma riqueza fluvial que, para além do muito e bom pescado¹⁴, não assumia apenas formas de mineral nobre. O rio Tejo, de onde bebiam as gentes da região¹⁵, todos os anos, em cheias, que eram comparadas às cheias do Nilo no Egipto, inundava as margens e fertilizava os campos¹⁶.

Após o refluxo das cheias, os campos ficavam de forma a poderem ser feitas duas culturas por ano, pois o cereal que era lançado à terra, quarenta dias depois já poderia ser colhido. A fertilidade era tanta, que um alqueire de sementeira, produzia cem alqueires ou mais¹⁷.

Para além das terras de cereal, aquela abundância dava lugar, um pouco por todo o lado, a inúmeras hortas e pomares onde se produzia muita fruta e legumes.

Os cristais de mel

A floração da sua cobertura vegetal, e em que o alecrim era significativamente abundante, dava origem a um mel tão excelente e característico, que ganhou fama em todo o *al-Andalus* e mesmo fora dele.

Era um mel que cristalizava de tal forma que era comparado ao açúcar, e a sua condição permitia que fosse guardado em sacos de pano, sem que os mesmos se tornassem húmidos em função da presença do mel¹⁸.

Os melhores falcões caçadores

E os céus desta região eram cruzados por uma determinada espécie de falcões que também dava renome à zona de Lisboa. De tão excelente raça eram aquelas aves que eram considerados dos melhores para serem adestrados para a caça¹⁹.

¹⁴ *DHIKR BILÂD AL-ANDALUS*. Ed. citada, p. 53; tradução em REI, António – *O Gharb al-Andalus...*, p. 172.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ AL-HIMYARĪ – *Al-Rawd al-Mi'târ*. Ed. citada, p. 346; *DHIKR BILÂD AL-ANDALUS*. Ed. citada, p. 53; IBN SA'ĪD – *al-Mughrib fi hulâ l-Maghrib*. Ed. Shawqî DAYF. Cairo: Dâr al-Maaref, 1964, p. 417; AL-QAZWĪNĪ – *Âthâr al-bilâd*. Ed. citada, p. 592; AL-RUSHĀTĪ – *Iqtibâs al-anwâr*. Ed. E. MOLINA LÓPEZ e J. BOSCH VILÁ. Madrid: CSIC, 1990, p. 88; respetivas traduções em REI, António – *O Gharb al-Andalus...*, pp. 165-166, 172, 195, 157, 126.

¹⁷ AL-IDRĪSĪ – *Nuzhat al-Mushtâq* (ou *Kitâb Rujjâr*). Ed. E. Cerulli *et all.*, pp. 549-550; AL-HIMYARĪ – *Al-Rawd al-Mi'târ*. Ed. cit., pp. 103 e 346; traduções em REI, António – *O Gharb al-Andalus...*, pp. 133, 164, 166.

¹⁸ IBN GHĀLIB – *Farhat al-anfus*. Ed. cit., pp. 272-310, p. 291; IBN SA'ĪD – *al-Mughrib fi hulâ l-Maghrib*. Ed. cit., p. 411; *DHIKR BILÂD AL-ANDALUS*. Ed. cit., pp. 51-53; YĀQŪT – *Mu'jam al-buldân*. Ed. cit., vol. V, p. 16; AL-QAZWĪNĪ – *Âthâr al-bilâd*. Ed. cit., p. 555; traduções respetivas em REI, António – *O Gharb al-Andalus...*, pp. 144, 156, 171, 178, 191, 196.

¹⁹ IBN GHĀLIB – *Farhat al-anfus*. Ed. cit., pp. 272-310, p. 291; IBN SA'ĪD – *al-Mughrib fi hulâ l-Maghrib*. Ed. cit., p. 411; *DHIKR BILÂD AL-ANDALUS*. Ed. cit., pp. 51-53; YĀQŪT – *Mu'jam al-buldân*.

As montanhas reluzentes e o solo curativo

As montanhas da região em redor da cidade eram também pródigas em benesses minerais. Nelas era possível lá encontrar jazidas de ónix, também jazidas de um tipo de granada ou carbúnculo, e ainda de mármore. Relativamente a algumas daquelas jazidas reportam os autores que as mesmas reluziam durante a noite²⁰.

O âmbar excelente

Quer para norte, quer para sul do estuário do Tejo, indo no sentido meridional bem para além da península da Arrábida, as costas marítimas da região eram abundantes no mais excelente âmbar que se podia apanhar em todo o *al-Andalus*, e que mercê dessa qualidade, era mesmo exportado para o oriente²¹.

As maçãs magníficas e as odoríferas violetas

Um outro elemento que é recorrentemente citado pelos autores quando referem esta região, é o das enormes maçãs que eram produzidas na zona de Sintra²². Subsiste, afortunadamente, um texto, de um autor andalusi, onde é descrito todo o

Ed. cit., vol. V, p. 16; AL-QAZWĪNĪ – *Āthār al-bilād*. Ed. cit., p. 555; ABŪ L-FIDĀ – *Taqwīm al-Buldān*. Ed. cit., pp. 172-173; AL-QALQASHĀNDĪ – *Subh al-A'shā'*. Ed. cit., vol. V, p. 222; traduções respetivas em REI, António – *O Gharb al-Andalus...*, pp. 144, 149, 156, 170, 191, 196, 199 e 202.

²⁰ AL-'UDHRĪ – *Tarsi' al-akhbār*. Ed. Abd al-'Aziz AL-AHWĀNĪ. Madrid: IEEI, 1965, pp. 496-497; *DHIKR BILĀD AL-ANDALUS*. Ed. cit., pp. 51-53; AL-QAZWĪNĪ – *Āthār al-bilād*. Ed. cit., p. 496; AL-MAQQARĪ – *Nafh al-Tib*. Ed. cit., p. 142; traduções respetivas em REI, António – *O Gharb al-Andalus...*, pp. 123, 171, 177, 194.

²¹ AL-ISTAKHRĪ – *Al-Masālik wa-l-Mamālik*. Ed. cit., pp. 42-43; AL-MAS'ŪDĪ – *Murūj al-Dhahab*. Ed. Ch. PELLAT, 5 vols. + 2 vols. de índices. Beirute: Manshūrāt al-jāmi'a allubnāniyya 1966-1974 (ed. rev. da de Meynard / Courteille, 1ª.ed., Paris, 1861-77; 2ª. ed., 1913-30), p. 194; IBN GHĀLIB – *Farhat al-anfus*. Ed. cit., pp. 272-310, p. 291; IBN SA'ĪD – *Kitāb Bast al-Ard fi-Tūl wa-l-'Ard = Kitāb al-Jughrafiyya*. Ed. Juan VERNET (Ed. V). Tetuão: Instituto Mulay al-Hassan, 1958; ed. Isma'īl al-'ARABĪ (ed. A), Beirute: Manshurat al-Maktaba al-Tijariyya li-l-Tiba'a wa-l-Nasr wa-l-Tawzi', 1970, pp. 111-112; AL-HIMYARĪ – *Al-Rawd al-Mi'tār*. Ed. cit., p. 347; AL-MAQQARĪ – *Nafh al-Tib*. Ed. cit., p. 152; YĀQŪT – *Mu'jam al-buldān*. Ed. cit., vol. I, p. 195; traduções respetivas em REI, António – *O Gharb al-Andalus...*, pp. 114, 115, 144, 158-159, 167, 177-178 e 182. Sobre o âmbar das costas de Santarém e / ou de Lisboa, v. ainda REI, António – “Santarém e o Vale do Tejo na geografia árabe”. in *Arqueologia Medieval* 9 (2005), pp. 61-75, p. 72; e SIDARUS, Adel, e REI, António – “Lisboa e o seu termo, segundo os geógrafos árabes” in *Arqueologia Medieval* 7 (2001), pp. 37-72, em especial pp. 69-70.

²² ABŪ HĀMĪD AL-GHARNĀTĪ – *Al-Mu'rib 'an ba'd 'ajā'ib al-Maghrib*. Ed. e trad. Ingrid BEJARANO ESCANILLA, *Introducción al Mu'rib 'an ba'd 'ajā'ib al-Maghrib*. Madrid: CSIC-ICMA, 1991, p. 14; AL-ZUHRĪ – *Kitāb al-Ja'rafiyya*. Ed. cit., pp. 7-312, p. 222; IBN SA'ĪD – *al-Mughrib fi hulā l-Maghrib*. Ed. cit., p. 415; AL-HIMYARĪ – *Al-Rawd al-Mi'tār*. Ed. cit., p. 346; *DHIKR BILĀD AL-ANDALUS*. Ed. cit., pp. 51-53; AL-MAQQARĪ – *Nafh al-Tib*. Ed. cit., p. 164; YĀQŪT – *Mu'jam al-buldān*. Ed. cit., vol. I, p. 164, e vol. III, p. 367; AL-QAZWĪNĪ – *Āthār al-bilād*. Ed. cit., p. 542; ABŪ L-FIDĀ – *Taqwīm al-Buldān*. Ed. cit., pp. 172-173; AL-QALQASHĀNDĪ – *Subh al-A'shā'*. Ed. cit., vol. V, p. 222; traduções respetivas em REI, António – *O Gharb al-Andalus...*, pp. 127, 141, 157, 166, 170, 179, 186, 194, 199 e 203.

processo agronómico que permitia que aquelas maçãs atingissem tais proporções que as tornavam dignas de notícia²³.

Também há notícia de que na Serra de Sintra nasciam espontaneamente muitas violetas, especialmente odoríferas²⁴.

O velo dourado e refulgente

Por último, queremos referir, por mais complexo e inusitado, um ser até há pouco não identificado, e que dava origem a um produto de luxo:

“[...] em certo momento do ano, (sai) do mar um mamífero (aquático) que se esfrega nas rochas das praias, desprendendo-se dele um velo, com a suavidade do veludo e a cor do ouro, que não se desgasta (com o tempo).

*É muito apreciado e escasso, sendo recolhido e tecido com ele vestuário que (à luz) do dia refulge (uma miríade de) cores. Os monarcas dos Banû Umayya detinham o seu exclusivo [...]*²⁵.

Após um longo estudo heurístico, linguístico, e paralelamente zoológico, chegámos a uma série de conclusões, que vamos explicitar em seguida.

Tratavam-se, no caso descrito, de focas-fêmeas que, em determinada época do ano, possivelmente no Verão, ainda dariam às costas atualmente portuguesas, regular e ciclicamente, para virem dar à luz.

Os mesmos animais que, quando apareciam na costa portuguesa durante o período romano, eram por estes designados de *neréides* (as focas) e *tritões* (os leões marinhos), pois, curiosamente, encontramos já que Plínio-o-Velho afirmava que “as Nereides [...] gemiam durante a noite”²⁶. Ou seja, encontramos em Plínio uma descrição muito semelhante àquela que os autores árabes nos legaram cerca de um milénio depois.

²³ AL-MAQQARĪ – *Nafh al-Tib*. Ed. cit., p. 164; tradução em REI, António – *O Gharb al-Andalus...*, p. 179. Sobre a métrica islâmica e a sua sobrevivência em Portugal, v. REI, António – *Pesos e Medidas de origem islâmica em Portugal – Notas para o seu estudo*. Évora: Câmara Municipal de Évora / Projecto Chão / Casa da Balança, 1998.

²⁴ AL-HIMYARĪ – *Al-Rawd al-Mi'târ*. Ed. cit., p. 347; trad. em REI, António – *O Gharb al-Andalus...*, p. 167.

²⁵ AL-ISTAKHRĪ – *Al-Masâlik wa-l-Mamâlik*. Ed. cit., pp. 42-43; tradução em REI, António – *O Gharb al-Andalus...*, p. 114. Resultados preliminares daquele estudo já tinham sido publicados em REI, António – “Santarém e o Vale do Tejo na geografia árabe”. in *Arqueologia Medieval* 9 (2005), pp. 61-75.

²⁶ GUERRA, Amílcar – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Colibri, 1995, pp. 38-39.

Ainda hoje as focas-fêmeas dão à luz, no início do Verão, nas costas europeias. Vêm ainda mesmo às costas cantábricas, no norte de Espanha, portanto ainda não muito longe das costas portuguesas, para aquele mesmo fim.

As crias nascem cobertas de um tipo de velo de cor amarelo dourado, que lhes cai ao fim de poucas horas. Quando ficam livres daquele velo que as envolve, estão aptas para seguirem as suas mães e regressarem ao mar²⁷.

O esfregar dos animais nos calhaus das praias, tratar-se-ia de movimentos propiciatórios ao parto. E o velo, que os habitantes depois recolhiam, seria aquele que as crias soltavam antes de regressarem, ao mar, com as mães.

Assim, os habitantes relacionariam as fricções nas rochas com o aparecimento do velo, sem se aperceberem dos passos / factos intermédios entre uma coisa e outra, pelo facto de tudo se processar durante a noite.

A família emiral e depois califal dos Banû Umayya, soberanos de al-Andalus, detinha o monopólio daquele negócio, havendo uma eventual recolha na região daquela matéria-prima e o seu posterior tratamento e fiação nos *tirâz* (oficinas de tecelagem) de Córdoba. Os chamados “mantos de honra”, com que aqueles monarcas apresentavam alguns dos seus mais importantes convidados ou principais súbditos, incorporavam aquele material nas suas confeções²⁸.

Em jeito de conclusão, aqui ficam, portanto, elencados os principais elementos insólitos ou incomuns que a partir de fontes geográficas árabes, estão associados a Lisboa e à sua região.

No entanto, algumas daquelas realidades já tinham sido constatadas e registadas em séculos e culturas anteriores, acabando, nalguns casos, por fornecer conteúdos aos relatos laudatórios da Hispânia no seu todo, ou do seu extremo ocidental em particular.

A herança andalusi não foi, portanto, absolutamente original, tendo-se limitado, nalguns casos a repetir o que já antes fora constatado.

²⁷ Cf. “Pinípedes”. in *Historia Natural*. Barcelona: Resomnia Editores / Instituto Gallach, 1984 (trad. Portug., 1988), vol. I, pp. 106-114, em especial pp. 110-111.

²⁸ AL-ISTAKHRĪ – *Al-Masâlik wa-l-Mamâlik*. Ed. cit., pp. 42-43; AL-MUQADDASĪ – *Ahsan al-Taqâsim fî ma'rîfat al-aqâlim*. Ed. cit., p. 52; AL-QAZWĪNĪ – *Âthâr al-bilâd*. Ed. cit., p. 542; traduções respetivas em REI, António – *O Gharb al-Andalus al-Aqsâ na Geografia Árabe...*, pp. 114-115, 118-119 e 195. Al-Mansûr, quando regressou da sua expedição a Compostela, em 997, ao despedir-se, em Lamego, dos condes moçárabes do actual norte português, de entre Minho e Mondego, e que o tinham acompanhado na mesma expedição, ofereceu-lhes mantos daquele tipo (v. J. VALLVÉ – “La Industria en al-Andalus”. in *Al-Qantara* I (1980), pp. 209-241, p. 228).

Ocupação medieval na Sé de Lisboa

Alexandra Gaspar¹, Ana Gomes²

A plataforma onde se encontra construída a Sé de Lisboa corresponde a uma área central das várias cidades que se instalaram na colina do Castelo de S. Jorge. A documentação refere que aqui se localizava a mesquita principal da Lisboa islâmica; após a conquista de Lisboa é alterado o culto e construída a igreja principal da cidade. As estruturas de época medieval islâmica e cristã postas a descoberto nas escavações arqueológicas do claustro vieram dar uma nova leitura sobre a ocupação do espaço nesta época para além do conhecimento que as fontes escritas e a documentação cartográfica permitem. Estes aspetos fizeram ressaltar o interesse de trazer este trabalho a este congresso.

Pretende-se fazer uma apresentação geral das ocupações de época medieval islâmica e medieval cristã antes da construção e durante a construção do claustro, com os seus edifícios públicos e privados e fazendo uma leitura das continuidades e discontinuidades que se verificam durante este período.

A diacronia de ocupação no claustro da Sé é muito extensa, registando-se os primeiros vestígios de ocupação na Idade do Ferro, no século VII a.C, uma ocupação romana que se estende do século II a.C. até ao século VI com uma densa ocupação do espaço. Deste período ressalta a urbanização do espaço durante o século I d.C. com a construção de uma calçada pedonal, lojas e casa. A privatização da rua,

¹ DGPC – Direção Geral do Património Cultural.

² DGPC – Direção Geral do Património Cultural.

provavelmente no século IV, e a sua reutilização como novos compartimentos cobertos vai durar até aos finais do século V/inícios do VI, registando-se níveis de abandono com derrubes de telhados e de paredes. Sobre estes níveis será ainda construído, também no século VI, um novo edifício, cuja funcionalidade não foi possível definir. Entre este século e a ocupação islâmica em meados do século XI existe um hiato ocupacional que se tem registado não só neste local mas também noutras áreas da cidade e que sugere uma deslocação ocupacional, mesmo uma restrição do espaço durante este intervalo de tempo.

Ocupação medieval islâmica

A ocupação desta época vai desenvolver-se em duas plataformas já definidas anteriormente, com a construção de um muro de sustentação, em época baixo-imperial. Uma das plataformas, localiza-se a norte, onde se encontra a área habitacional e artesanal e que funciona a cotas de +26m; a segunda plataforma estende-se para sul e aí se localiza o edifício público cuja cota de pavimento funciona +22m, 4 metros abaixo da cota de pavimentos da área habitacional (**Fig. 1**).



Fig. 1 – Vista geral das escavações arqueológicas com edifício público em primeiro plano.

A primeira fase de ocupação na plataforma norte corresponde a uma série de fossas, algumas apenas parcialmente escavadas, uma vez que se desenvolvem sob muros e pavimentos de época islâmica e medieval cristã (Fig. 2). Estas fossas foram abertas nos níveis de abandono, de aterro do século VI, destruindo por vezes a antiga calçada romana, e também sobre os muros do século VI. A sua distribuição concentra-se numa área onde se localizava a antiga calçada e a leste da mesma. Uma das características destas fossas, à excepção de uma, é a fraca quantidade registada de fauna³ e de recipientes cerâmicos que poderá estar relacionada com o sistema de recolhas de lixos que normalmente existem nas cidades islâmicas. Os materiais encontrados fazem-nos propor uma cronologia de meados do século XI/meados do XII para o abandono destas fossas.



Fig. 2 – Fossa islâmica.

A área habitacional localiza-se na metade nordeste. Trata-se de uma área que se encontra muito destruída por estruturas da segunda metade do século XVIII, e que permitiu conservar apenas as áreas limítrofes correspondendo a muros, pavimentos lajeados e pavimentos de tipo almagre. Mesmo assim, foi possível definir, a norte, um compartimento com pavimento de tipo almagre (cota +26m), em parte destruído, que poderia corresponder ao salão da casa. As suas dimensões têm paralelo nos salões das casas islâmicas musealizadas no Castelo de S. Jorge⁴.

³ MORENO-GARCIA, Marta; DAVIS, Simon – “Estudio de las asociaciones faunísticas recuperadas em Alcácer do Sal, Convento de São Francisco, Santarém y Sé de Lisboa”. in *Garb – Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2001, pp. 231-255.

⁴ GOMES, Ana; GASPAR, Alexandra – “O Castelo de S. Jorge na transição do mundo islâmico para o cristão”. in *II Simpósio Internacional sobre Castelos*, Óbidos, 2010 (no prelo).

A sul, foi encontrada a parede limítrofe onde se abre uma porta e que conserva, do lado interior, um pavimento lajeado, que poderia corresponder a uma área do átrio ou do próprio pátio e, encostada à parede, pelo lado exterior, encontrou-se uma mó que era utilizada para moagem (**Fig. 3**). Este muro relaciona-se com um outro grande muro da casa que se desenvolve no sentido N/S, e que poderia limitar o pátio a oeste; do seu lado exterior, foi identificada uma pequena área, mais a sul, com pavimento lajeado. Na zona destruída, poder-se-ia localizar, e de acordo com a tipologia da casa mediterrânica, o pátio. No entanto, não restam quaisquer vestígios que possam comprovar esta interpretação. Do lado exterior da casa, foi identificado um pavimento de pequenas pedras, algumas roladas, e que poderia fazer parte do arruamento de acesso à casa. Na extremidade deste muro da casa, encontra-se uma canalização que ia desaguar na cloaca romana, numa área alteada no século VI. Enterrado, junto a esta parede exterior da casa, foi encontrado um tesouro de moedas e de pulseiras de prata. No interior da cloaca foi encontrado, dentro de um tecido, um outro tesouro com um maior número de moedas, sobretudos quirates, e algumas jóias – anéis, pendente, e contas de diferentes materiais; deste tesouro destacam-se as cunhagens de Beja e Silves e a presença de pequenos fragmentos de moedas dos reinos cristãos, de difícil classificação, sendo proposta a data da conquista de Lisboa em 1147 para este tesouro ter sido escondido⁵.



Fig. 3 – Aspeto do muro sul que delimita a área habitacional.

⁵ MARINHO, José Rodrigues – “A moeda no Gharb al-Ândalus”. in MACÍAS, Santiago; TORRES, Cláudio (coord.) – *Portugal Islâmico, os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa: IPM/Museu Nacional de Arqueologia, 1998, p.181.

Na zona a oeste da plataforma norte, foram identificados dois tanques contíguos com paredes construídas em tijolo e que eram revestidos a argamassa branca e vermelha, à semelhança do edifício público localizado na plataforma sul (**Fig. 4**). Os fundos conservados eram em argamassa (+25 m). Estes tanques assentavam sobre uma das fossas da primeira fase. Não foi possível definir a sua funcionalidade. A semelhança de revestimento com o edifício público poderia pressupor que fizessem parte deste edifício. No entanto, uma vez que estes se encontram na plataforma superior e distantes do edifício não permite confirmar este relacionamento.



Fig. 4 – Aspeto dos tanques de época islâmica.

A oeste destes tanques, foi identificado um muro islâmico orientado norte/sul, rebocado a argamassa branca e associado a um pavimento de argamassa (+25,5m) (**Fig. 5**). Este muro limitava uma área coberta com telhado. Este muro foi construído diretamente sobre a camada de destruição do muro do século VI identificado nesta área. A cota deste pavimento e do pavimento dos tanques apenas difere em 50 cm, no entanto, a área entre estas estruturas encontra-se totalmente destruída por um grande muro do século XVIII, dificultando uma interpretação geral destas estruturas.

Como se explicitou, as destruições verificadas em diferentes áreas desta plataforma vieram dificultar a interpretação destas estruturas habitacionais. Pode-se, no entanto, afirmar que algumas destas estruturas estão construídas sobre as fossas da primeira fase, que desaproveitam os muros romanos, sendo construídos, sobre eles, pavimentos. As técnicas construtivas diferem das romanas tanto no aparelho dos muros como nos seus revestimentos; os pavimentos também apresentam características diferentes, uma vez que são em argamassa ou de tipo almagre.



Fig. 5 – Muro islâmico localizado a oeste.

A plataforma sul é totalmente ocupada por um edifício que se estende a toda a largura do claustro, no sentido E/W (**Fig. 1**). Os seus limites não foram identificados, uma vez que este se desenvolve para baixo da ala do claustro (a leste) e sob o deambulatório da catedral (a oeste). Este edifício é constituído por um grande muro orientado E/W com 15,80 m de comprimento e por dois muros perpendiculares que definem um espaço provavelmente de pátio. O muro E/W foi parcialmente construído reaproveitando um muro romano ao qual encosta, alterando-se ligeiramente a orientação. Foi possível observar a sua técnica construtiva, no alçado norte, que não era visível, que é constituído por blocos de pedra, por vezes reaproveitados, nomeadamente do lajeado da rua romana, ligados por uma forte argamassa. O revestimento das paredes exteriores é feito em argamassa em bandas largas de cor branca e vermelha (**Fig. 6**). A alternância destas bandas é diferente – na parte leste com bandas brancas em baixo e vermelhas em cima e na parte oeste invertendo-se a sua posição. Este registo poderia sugerir a definição de duas áreas distintas. Os elementos que poderiam contribuir para esta diferenciação correspondem a um murete, rebocado com argamassa branca nos seus alçados e inclusivamente no seu topo, paralelo ao muro e que delimita uma área de pavimento e um compartimento bem conservado, com um área diminuta, com uma porta que se abre para sul e com cobertura em abóbada (**Fig. 7**). O extra-dorso da abóbada não apresenta qualquer tipo de acabamento, não devendo ter estado visível. Este compartimento foi construído sobre a cloaca (ainda em uso), destruindo parcialmente a calçada romana, ou, noutra área, assentando sobre ela. No muro exterior deste compartimento abobadado, regista-se um corte que poderia corresponder a um limite deste compartimento exterior. No entanto, as destruições provocadas nesta área não permitem confirmar esta possibilidade de compartimentação.



Fig. 6 – Edifício público islâmico com rebocos em bandas vermelhas e brancas.



Fig. 7 – Compartimento abobadado construído sobre a cloaca romana.

O grande muro E/W tem dois muros perpendiculares. A oeste encontra-se um muro, conservado numa altura de cerca de 3m, rebocado também em bandas vermelha e branca na qual se abre uma porta (**Fig. 8**) que dava acesso possivelmente a um novo compartimento. Deste, apenas se registou um muro rebocado a branco que se estende sob a catedral. A leste, encontra-se um outro muro em taipa revestido por rebocos em bandas branco e vermelho no alçado oeste (**Fig. 1**) e conservando-se no alçado leste apenas a preparação para a aplicação de reboco, terminando na sua base não em ângulo reto mas de forma curvilínea. Nesta área, o muro E/W prolonga-se para baixo da ala do claustro e conserva-se numa altura de cerca de 3m; não foi identificado nenhum pavimento.



Fig. 8 – Parede oeste com porta entaipada com reboco branco.

A base da porta do compartimento abobadado define a cota de pavimento existente (**Fig. 7**). Foi encontrado um pavimento que vai desde esta porta até ao murete, a sul, e ao muro onde se abre a porta, a oeste. Embora este pavimento seja, como veremos mais à frente, de época medieval cristã, o de época islâmica deveria estar localizado à mesma cota. Parte deste pavimento encontra-se destruído. Na zona a leste, deveria também existir pavimento, mas este foi totalmente destruído com a construção do claustro.

As características deste edifício fazem-nos propor que se trate de um edifício público, provavelmente com dois andares. Se associarmos a este edifício os dados das fontes escritas, nomeadamente da Crónica de Osberno, poderíamos estar, de facto, perante vestígios da mesquita maior da cidade que se desenvolveria sob a actual catedral. Este edifício, localizado no claustro, poderia corresponder a uma área funcional da mesquita (pátio?). No entanto, embora se possa pôr esta hipótese interpretativa, faltam algumas evidências arqueológicas que permitiriam sermos mais afirmativos. O corte topográfico realizado permitiu verificar que as cotas de funcionamento deste edifício são coincidentes com cotas da actual Rua Cruzes da Sé, permitindo propor que o mesmo, totalmente virado a sul, tivesse uma relação direta com um arruamento localizado a sul.

De qualquer forma, trata-se de um edifício muito bem preservado e de grandes dimensões, exemplar único nas descobertas que se têm realizado na cidade de Lisboa. Certamente que as escavações arqueológicas previstas, no novo projeto de musealização que se encontra em curso, permitirão encontrar novas estruturas relacionadas com este edifício, permitindo uma interpretação da sua funcionalidade.

Os materiais encontrados nesta área, à semelhança dos exumados na plataforma norte, permitem propor que este edifício tenha estado em funcionamento entre meados do XI e meados do XII.

Ocupação medieval cristã

1ª fase

A primeira fase da ocupação medieval cristã corresponde ao período que medeia entre a conquista da cidade de Lisboa, em 1147, e a construção do claustro em finais do século XIII/inícios do XIV.

Durante este período, mantém-se a ocupação nas mesmas duas plataformas – uma a norte e outra a sul.

Na plataforma norte, mantém-se a utilização da casa de habitação, sendo perceptíveis algumas alterações. São construídos dois novos muros, no limite oriental da escavação, e procedeu-se a uma nova pavimentação com pedra lajeada; um outro pavimento lajeado – junto ao muro que delimitava a oeste o pátio – é parcialmente destruído. Dada a grande área destruída, correspondente à zona central da casa, não é possível saber se se alteraram as funcionalidades dos compartimentos existentes como se tem registado noutras casas islâmicas postas a descoberto em Lisboa; por

exemplo, no caso da casa encontrada na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, após a conquista da cidade, o pátio é emparedado e a sua funcionalidade alterada⁶; no Castelo de S. Jorge, no período após a conquista, muitas portas são emparedadas, são construídas pequenas áreas de combustão e muros, inclusive nos salões das casas, abandonados os pavimentos de tipo almagre, etc., alterando a arquitetura da casa e a funcionalidade dos compartimentos islâmicos⁷.

Numa área perto do tardo do edifício público localizado a sul, verifica-se apenas a construção de dois muros que poderão ter delimitado uma canalização.

Na área da habitação, está ainda previsto ser realizada uma escavação arqueológica que poderá vir a trazer novos dados que venham a aferir os resultados até agora obtidos.

Na plataforma sul, verifica-se igualmente uma continuidade de ocupação do edifício e do pátio aberto à rua localizada a sul. A maior alteração corresponde ao isolamento desta área em relação ao acesso existente para a zona onde se encontra atualmente a catedral. A porta de acesso localizada no muro a oeste é entaipada com uma parede revestida a argamassa branca (**Fig. 8**). Assim, por um lado, temos o isolamento do edifício construído em época islâmica da restante área onde se começava a construir a igreja, certamente a partir da capela-mor, com o objetivo de vir a sagrar esse espaço; por outro, assiste-se à reutilização do edifício construído em época islâmica com as suas paredes vermelhas, que se mantêm, o que não é muito ortodoxo. A importância deste espaço poderia prender-se com a presença de um ponto de água, como se sabe fundamental no abastecimento da cidade, reaproveitado posteriormente aquando da construção da cisterna do claustro. No entanto, não foi possível confirmar esta hipótese interpretativa. A reutilização do espaço em época medieval é comprovada pela repavimentação da área que se estende da porta da estrutura abobadada até ao murete e ao muro onde se abria a porta, agora encerrada. O pavimento identificado foi datado de finais do século XIII/1ª metade do XIV pela presença de fragmentos cerâmicos de importações de pichéis de Saintonge e de pichéis da região de Paris. Esta cronologia também é coincidente com a cronologia da documentação referente à construção do claustro⁸.

⁶ GOMES, Ana Maria (*et al.*) – “Continuidades e discontinuidades na arquitectura doméstica do período islâmico e após a conquista da cidade de Lisboa – Escavações arqueológicas na FRESS”. in *Arqueologia Medieval* 7 (1997), pp. 103-110.

⁷ GOMES, Ana; GASPAR, Alexandra Gaspar, *et alii* – “Cerâmicas medievais de Lisboa – continuidades e rupturas”, in BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) – *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 221-237; GOMES, Ana; GASPAR, Alexandra – “O Castelo de S. Jorge na transição do mundo islâmico para o cristão”. in *II Simpósio Internacional sobre Castelos, Óbidos*, 2010 (no prelo).

⁸ FERNANDES, Paulo Almeida – “O claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura “cheia de imperfeições”. in *Murphy – Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*. Coimbra, nº 1 (2006), pp. 18-69.

Desta reutilização do edifício ressalta a presença de um grafito desenhado sobre uma das paredes com a representação de um dragão (**Fig. 9**), de tipo ocidental, com quatro patas, asa, cornos e com o desenho do fumo a sair da boca; a cauda poderá ainda vir a ser posta a descoberto quando se puder escavar este limite da escavação. Trata-se de um elemento único, de grande qualidade, cuja iconografia relacionamos com o mundo cristão, como símbolo do mal, embora esta característica não ressalte nesta representação. Pela interpretação ocupacional, esta figura poderia ter sido desenhada entre meados do século XII e finais do século XIII/inícios do XIV, quando o claustro é construído.



Fig. 9 – Grafito de Dragão sobre o edifício.

Assim desta primeira ocupação medieval cristã ressalta uma continuidade de ocupação destes dois espaços e a manutenção das respetivas funcionalidades.

2ª fase

A segunda fase de ocupação corresponde às grandes obras para a construção do claustro.

A data desta construção foi analisada por Paulo Almeida Fernandes⁹ com base nos documentos que referem obras na Catedral. A primeira referência documental data de 1281 e refere um tal Miguel Martins como responsável por obras na catedral. A segunda referência documental data de 1332 e é atribuída, pela maioria dos autores, à empreitada do claustro. Neste volume será apresentada a transcrição e o estudo deste último documento, datado de inícios do século XIV que relata o funcionamento de um estaleiro medieval no claustro¹⁰. Paulo Almeida Fernandes¹¹ põe a hipótese de esta obra se referir já à construção do deambulatório. Como referimos, as cerâmicas importadas encontradas no último pavimento medieval não permitem um afinamento da cronologia, uma vez que estes produtos têm um período de exportação lato, entre 1250 e 1350.

As obras para a construção do claustro irão modificar esta área por completo. No registo da escavação arqueológica, verificámos uma grande destruição a sul, desde a área a tardo do edifício islâmico, que provocou a destruição – no sentido N/S – dos muros deste edifício e inclusive da cloaca romana e do pavimento já de época medieval. Até ao momento, ainda não foi possível definir o objetivo desta destruição, uma vez que, para levar a cabo as construções que se relacionam com a construção do claustro, não era necessário uma vala tão grande. Esta questão poderá ser esclarecida com as escavações que se prevêem fazer a sul, no âmbito da futura musealização desta área. No entanto, os níveis de argamassa registados relacionam-se com a destruição deste edifício.

Na zona a norte, não se registaram níveis de destruição das áreas de habitação. No entanto, estes também devem ter sido destruídos, uma vez que a sua cota de cobertura excedia a cota de implantação do claustro.

Para a construção do claustro, que implicava a criação de uma área nivelada, foi necessário fechar a ligação do pátio ao arruamento a sul, com a construção do grande paredão visível na actual Rua das Cruzes da Sé, que permitiu segurar as terras do aterro para o nivelamento da área.

Nas escavações arqueológicas, são ainda visíveis estes níveis de aterro (**Fig. 10**) que se apresentavam, na área posta a descoberto, com uma inclinação no sentido Norte/Sul. Estas terras do aterro devem ter sido recolhidas numa zona da

⁹ *Ibidem.*

¹⁰ Atente-se ao artigo de José Augusto Oliveira publicado neste livro.

¹¹ FERNANDES, Paulo Almeida – “O claustro da Sé...”.

cidade ou em várias, uma vez que o espólio que encontramos é muito diversificado cronologicamente com fragmentos cerâmicos desde a Idade do Ferro, passando por todo o período romano, islâmico e medieval.

Ao mesmo tempo que se aterra toda a área, vai sendo construída a cisterna, localizada no canto SE, até à cota do piso do claustro (**Fig. 10**).



Fig. 10 – Cisterna e aterro para a construção do claustro.

O documento sobre as obras do claustro, publicado por José Augusto Oliveira neste volume, não explicita a proveniência de terras, apenas referindo a origem de outros materiais.

Este aterro permitiu criar uma plataforma horizontal alterando toda a topografia do terreno, deixando de haver duas plataformas. A cota da área central do claustro não deveria ser muito diferente da actual. No canto NE, registou-se a presença de um alicerce do claustro, constituído por pedras e argamassa, de forma irregular, que foi construído sobre os muros de época romana e sobre níveis preexistentes, dando também uma cota de funcionamento, uma vez que estes deveriam estar enterrados.

A área inicial do claustro foi reduzida, levando também à destruição de estruturas arqueológicas, aquando da construção do deambulatório, no reinado de Afonso IV, ficando a zona central com uma área de cerca de 700m².

Considerações finais

Os resultados das escavações arqueológicas no Claustro da Sé de Lisboa permitiram constatar uma intensa ocupação do espaço durante o período medieval, de que ressalta uma organização em duas plataformas, com uma área habitacional a norte e sobretudo com a identificação do edifício público virado à rua que corria a sul, de grandes dimensões, ocupando toda a largura do claustro e estendendo-se ainda mais sob a sua ala oriental e sob o deambulatório. As suas características e localização fazem pressupor que fizesse parte de uma área funcional da mesquita principal da cidade. A sua total extensão para sul poderá vir a ser posta a descoberto nas escavações previstas para a implementação da musealização das ruínas do claustro, que se espera venham a confirmar a sua ligação com a mesquita e a trazer novos dados arquitetónicos.

Também foi possível verificar a continuidade ocupacional do espaço após a conquista cristã da cidade, assim como a manutenção da funcionalidade dos edifícios.

A construção do claustro veio alterar todo este espaço, não só do ponto de vista topográfico, como com o corte da sua relação com o arruamento a sul, assim como a nível da funcionalidade, uma vez que este espaço passa a fazer parte integrante da Sé.

Enriqueceu-se assim a história deste local central onde se sobrepuseram os dois edifícios religiosos mais importantes destas duas cidades. Pretende-se enriquecê-lo ainda mais com a musealização das ruínas e a criação de um núcleo museológico em cripta e com a reposição do jardim do claustro, há tanto esperada.

BIBLIOGRAFIA

Fontes impressas

A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado. Introdução de Maria João V. BRANCO; edição, tradução e notas de Aires A. NASCIMENTO. Lisboa: Colibri: 2001.

Estudos

ALMAGRO GORBEA, António – *Palacios medievales hispanos*. Madrid: Real Academia de Bellas Artes de San Fernando, 2008.

- AMARO, Clementino – “Presença muçulmana no claustro da Sé Catedral – três contextos com cerâmica islâmica”. in *Garb – Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2001, pp. 165-197.
- AZUAR RUIZ, Rafael – “Las técnicas constructivas em al-Andalus. El origen de la sillería y el hormigón de tapial”. in *V Semana de Estudios Medievales (Nájera, 1994)*. Logroño: Gobierno de la Rioja / Instituto de Estudios Riojanos, 1995, pp. 125-142.
- CASTILHO, Júlio de – *Lisboa antiga – Bairros orientais*. 2ª ed. 12 vols, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1955-1937.
- DIAS, M. I. (*et al.*) – “Tecnologias de produção de cerâmicas pintadas dos meados do séc. XI-XII do Castelo de S. Jorge (Lisboa – Portugal)”. in *Actas del VIII Congreso Internacional de Ceramica Medieval en el Mediterraneo: Ciudad Real-Almagro, del 27 de febrero al 3 de marzo de 2006*. Tomo II. Ciudad Real: Asociación Española de Arqueología Medieval, 2009, pp. 963-966.
- FARINHA, António Lourenço – *Notícia Histórica do Bairro das Olarias (Lisboa)*. Cucujães: Escola Tip. do Colégio das Missões de Cucujães, 1932.
- FERNANDES, Paulo Almeida – “O claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura “cheia de imperfeições”. in *Murphy – Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*. Coimbra, nº 1 (2006), pp. 18-69.
- GOMES, Ana Maria (*et al.*) – “Continuidades e discontinuidades na arquitectura doméstica do período islâmico e após a conquista da cidade de Lisboa – Escavações arqueológicas na FRESS”. in *Arqueologia Medieval* 7 (1997), pp. 103-110.
- GOMES, Ana (*et al.*) – “Cerâmicas pintadas do Castelo de S. Jorge”. in *Garb – Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2001, pp. 119-163.
- GOMES, Ana; GASPAS, Alexandra Gaspar, *et alii* – “Cerâmicas medievais de Lisboa – continuidades e rupturas”, in BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) – *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 221-237.

- GOMES, Ana; GASPAS, Alexandra – “O Castelo de S. Jorge na transição do mundo islâmico para o cristão”. in *II Simpósio Internacional sobre Castelos, Óbidos*, 2010 (no prelo).
- HILLENBRAND, Robert – *Islamic Architecture: form, function and Meaning*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1994.
- MARINHO, José Rodrigues – “A moeda no Gharb al-Ândalus”. in MACÍAS, Santiago; TORRES, Cláudio (coord.) – *Portugal Islâmico, os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa: IPM / Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 175-183.
- MORENO-GARCIA, Marta; DAVIS, Simon – “Estudio de las asociaciones faunísticas recuperadas em Alcácer do Sal, Convento de São Francisco, Santarém y Sé de Lisboa”. in *Garb – Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2001, pp. 231-255.
- OLIVEIRA, José Augusto – “Um estaleiro medieval: as obras no claustro da Sé de Lisboa”. in TENTE, Catarina; FONTES, João Luís Inglês; OLIVEIRA, Luís Filipe; FARELO, Mário; MARTINS, Miguel (coord.) – *Lisboa Medieval: Gentes Espaços e Poderes. Textos seleccionados do III Colóquio Internacional “A Nova Lisboa Medieval” (Lisboa, FCSH-NOVA, 20-22 de Novembro de 2013)*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2016, pp. 179-204.
- PRUDÊNCIO, I. (*et al.*) – “Evolução das tecnologias de produção cerâmica dos séculos XI a XVI na cidade de Lisboa”. in *Actas del VIII Congreso Internacional de Ceramica Medieval en el Mediterraneo: Ciudad Real-Almagro, del 27 de febrero al 3 de marzo de 2006*. Tomo II. Ciudad Real: Asociación Española de Arqueología Medieval, 2009, pp. 509-514.
- SIDARUS, Adel; REI, António – “Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes”. in *Arqueologia Medieval* 7 (1997), pp. 37-72.
- SILVA, A. Vieira da – *A cerca moura de Lisboa*. 2ª ed. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1987.
- SILVA, Carlos Guardado – *Lisboa Medieval – a organização e a estruturação do espaço urbano*. Lisboa: Colibri, 2008.

Fontes Cristãs e Muçulmanas em Confronto. Reflexões sobre as Conquistas de Santarém e Lisboa em 1147

Inês Lourinho¹

Polaroid do Mediterrâneo ocidental

Ali b. Yusuf, filho de Yusuf b. Tashfin e Fad al-Husn, uma escrava cristã que impressionava pela beleza, despediu-se da vida após 37 anos de reinado, em janeiro de 1143. O seu desaparecimento precipitou o colapso do império almorávida. Mas os sinais desta morte prolongada começaram a notar-se já na década de 20 do século XII, com as invectivas de Ibn Tumart, autoproclamado *mahdi* (messias)² e reformador das leis e costumes. Agudizaram-se na seguinte, quando as palavras deram lugar aos atos e Abd al-Mumin b. Ali, fiel discípulo do novo messias, reuniu base de apoio para minar pelas armas o poder dos emires cujo território se estendia desde a África subsariana à bacia do Tejo. Durante a grande campanha entre 1139 e 1147, os almóadas esmagaram o Magrebe com impressionante eficiência. Uma após outra, as cidades norte-africanas foram caindo nas mãos dos seguidores de Ibn Tumart, até que, em março de 1147, sucumbiu Marraquexe, a capital fundada pelos almorávidas Abu Bakr b. Umar e Yusuf b. Tashfin. Para a marcha triunfal almóada, concorreu o prolongamento da guerra. Ao catalisar a carga fiscal e propiciar fomes dramáticas entre 1142 e 1147³, pesou de forma decisiva contra o

¹ Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-ULisboa). Email: ines.lourinho@campus.ul.pt

² Redentor profetizado no seio do Islão, que livrará o mundo dos erros e das injustiças até ao Dia do Juízo Final.

³ A fome grassava em todo o Magrebe, mas também na região da atual Tunísia, expulsando as gentes dos campos para as cidades, que fechavam as portas para não deixar ninguém entrar. Muitos fugiram

poder almorávida. Os contribuintes foram tão sobrecarregados pela guerra e a fome que deixaram de conseguir pagar os impostos⁴. A defeção das populações facilitou a ascensão de Abd al-Mumin. Os casos de insubmissão foram violentamente reprimidos.

Mas outros atores disputaram a conjuntura. A partir de 1144, os ataques de Rogério II no norte de África provaram que os almóadas teriam de contar com as pretensões dos normandos da Sicília no controlo do comércio no Mediterrâneo. Neste ano, Ceuta foi obrigada a defender-se de uma armada de 150 navios enviada pelo monarca de Palermo. Já em julho de 1147, Mahdia, cidade de fundação fatímida, não resistiu a uma vaga de 250 galeras do mesmo Rogério II, chefiadas pelo almirante Jorge de Antioquia. Não fora a grande campanha contra Bizâncio, entre 1147 e 1148, que transferiu as atenções do rei siciliano para oriente, o seu domínio sobre os territórios da atual Tunísia poderia ter sido mais duradouro.

Do lado oposto do estreito de Gibraltar, a instabilidade não era menor. Ahmad b. Qasi, um mestre sufi de origem cristã, rebelou-se contra o poder almorávida. Em agosto de 1144, os seus partidários tomaram o castelo de Mértola e o místico proclamou a independência. Outros líderes das elites andaluzas se lhe seguiram. A permanência almorávida na Península tornou-se precária. Rapidamente, surgiram dezenas de pequenos reinos a discutir o poder. As estradas passaram a ser o *habitat* natural de assassinos e ladrões. A violência permeava o dia a dia. As alianças políticas faziam-se e desfaziam-se à medida de uma conjuntura que evoluía à velocidade da luz.

Nesta época de desagregação, as regiões administrativas parecem ter assumido interesses políticos diferentes. A descrição do Gharb al-Andalus (territórios do ocidente) por al-Idrisi dá-nos pistas sobre as divisões até 1144⁵. Santa Maria (Faro), Mértola, Silves e grande número de praças-fortes e aldeias pertenciam à região de al-Gharb. Por sua vez, Alcácer, Évora, Badajoz, Xerez, Mérida, Alcântara da

para a Sicília cristã (IBN AL-ATHIR – *Al-Kamil fi l-Tarikh*. Trad. por E. FAGNAN – *Annales du Maghreb et de l’Espagne*. Alger: Adolphe Jourdan, 1898, pp. 562-3). Esta fonte acrescenta que, no final do período almorávida, a situação se agravou a ponto de as populações se verem obrigadas a cometer atos de antropofagia. Ibn Idari, por sua vez, refere que, durante os longos anos da guerra, os preços dos alimentos subiram até níveis impensáveis, diminuiu a coleta de impostos e aumentou a carga fiscal (IBN IDARI AL-MARRAKUSHI – *Al-Bayan al-Mugrib*. Trad. por Ambrosio HUICI – *Nuevos Fragmentos Almorávides y Almohades*. Valencia: Textos Medievales, 1963, p. 249). Al-Baydaq, uma fonte almóada, também faz eco da subida do preço dos bens, como a cevada e a madeira, por volta de 1141-1142 (AL-BAYDAQ – *Akhbar al-Mahdi Ibn Tumart wa Bidayat Dawlat al-Muwahidin*. Trad. por E. LÉVI-PROVENÇAL. in *Documents Inédits d’Histoire Almohade. Les Mémoires d’Al-Baidak*. Paris: Paul Geuthner, 1928, p. 148).

⁴ IBN KHALDUN – *Kitab al-I’bar*. Trad. por Le Baron de Slane – *Histoire des Berbères et des Dynasties Musulmanes de l’Afrique Septentrionale*, II. Alger: Imprimerie du Gouvernement, 1852, p. 175. SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*. Vol. III. Coord. por Maria Helena da Cruz COELHO e Armando Luís de Carvalho HOMEM. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 76.

⁵ AL-IDRISI – *Nuzhat al-Mushtaq fi Ikhtiraq al-Afaq*. Ed. por Antonio UBIETO ARTETA – *Geografía de España*. Valencia: Textos Medievales, 1974.

Espada e Coria constituíam a província de Alcácer. Já Santarém, Lisboa e Sintra davam forma a uma unidade administrativa conhecida como Balata. Torna-se mais compreensível que Sidray b. Wazir, aquele que recusou auxílio aos lisboetas sitiados pelos exércitos de Afonso Henriques, se tenha proclamado rei de cidades como Évora, Beja, Alcácer e Badajoz: constituíam uma região provavelmente articulada. E Ibn Qasi estendeu a influência sobre Mértola e Silves, pertencentes a uma mesma lógica territorial. A Balata, localizada na fronteira, sofria a pressão dos cristãos. O *Chronicon Lusitanum* e os *Annales D. Alfonsi* referem que, a partir da rebelião no al-Andalus, que começou em 1144, Lisboa e Santarém passaram a pagar tributo a Afonso Henriques e, em troca, evitavam a devastação nos seus termos⁶. Acordos desta natureza faziam parte do *modus operandi* das zonas de fronteira, mas as duas cidades terão optado por estratégias de sobrevivência diferentes. A análise da conjuntura muçulmana leva-nos a pensar que a atual capital portuguesa se manteve almorávida até ao fim. Após a queda de Santarém, muitos dos seus habitantes, assim como os nobres de Sintra, Almada e Palmela⁷, procuraram Lisboa como refúgio. A possibilidade de ter continuado almorávida pode explicar que as elites de Palmela não tenham seguido para Alcácer, mais próxima, mas noutro contexto político: a região encontrava-se dominada por Sidray b. Wazir, que tinha reconhecido o poder almóada.

Face aos conflitos no al-Andalus, os monarcas cristãos não perderam tempo a pressionar as fronteiras para Sul. Em agosto de 1147, Afonso VII atravessou o território muçulmano e alcançou Almeria, ao largo da qual aguardavam as naves de Génova, Pisa e Barcelona. O ataque fez tombar a mais poderosa cidade com vocação marítima do al-Andalus. Após um golpe de mão em março do mesmo ano, Afonso Henriques apoderou-se de Santarém. Em junho, estava já às portas de Lisboa e, uns meses depois, alcançou o sucesso. Estava lançada a primeira pedra de um reino que só viria a ser reconhecido mais de 30 anos depois, pela bula *Manifestis Probatum*. Mas este ato fundacional é mais devedor de uma conjuntura favorável do que do celebrado heroísmo do primeiro monarca. As fontes muçulmanas apontam para uma conclusão: sem ajuda militar e politicamente isolada, Lisboa teve de resistir sozinha às forças portugalenses.

⁶ *Chronicon Lusitanum*. Ed. por Enrique FLÓREZ. in *España Sagrada*, XIV. Madrid: Oficina de Pedro Marín, 1796, p. 426. *Annales D. Alfonsi*. Ed. por Monica BLÖCKER-WALTER – *Alfons I von Portugal: Studien zu Geschichte und Sage des Begründers der Portugiesischen Unabhängigkeit*. Zürich: Frenz und Wasmuth, 1966, p. 156.

⁷ *De Expugnatione Lyxbonensi*. Trad. por Aires A. NASCIMENTO – *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado*. Lisboa: Nova Vega, 2007, p. 79.

Messianismo a Ocidente

Para compreender esta conjuntura conturbada, que levou à queda de Lisboa, importa rever a carreira de Ahmad b. Qasi, o qual, à semelhança de Ibn Tumart entre os almóadas, reclamou uma condição de *mahdi*. Aviltado na sua dimensão política pelos historiadores do período almoáda, que não lhe perdoaram a concorrência ao seu messias, e ressuscitado na atualidade sob a égide do orgulho nacional, escasseiam as críticas equilibradas quando se fala daquele que suscitou a chamada “revolta dos muridinos”. O *al-Hullat al-Siyyara*, de Ibn al-Abbar, e o *Kitab A'mal al-A'lam*, de Ibn al-Khatib, fornecem as informações mais relevantes⁸.

Ibn Qasi tinha origem muladi, ou seja, contava com antepassados cristãos, o seu local de nascimento era Silves e terá sido o primeiro a sublevar-se no al-Andalus no fim da dinastia almorávida. Hedonista durante a juventude, ao tomar contacto com os ensinamentos do mestre sufi al-Ghazali, vendeu a fortuna, distribuiu-a pelos pobres e lançou-se no ascetismo ostensivo, num percurso pessoal de extremo a extremo. Progressivamente, foi construindo um ideário de revolta associado ao sufismo. A ligação ao movimento dos muridinos de personagens da elite militar, administrativa e intelectual do Gharb, como Sidray b. Wazir, de Beja, e Ibn al-Mundhir, de Silves, permitiu-lhe alargar influência. No desafio ao poder instituído, Ibn Qasi procurou legitimar-se pela religião. Uma fonte almoáda, Abd al-Wahid al-Marrakushi, diz que recorria a ardis, prestidigitação e oratória com o objetivo de ganhar o coração do povo⁹. Ibn al-Abbar, por sua vez, acusa-o de afirmar-se detentor de poderes sobrenaturais. A propaganda do *mahdi* do Gharb garantia que tinha feito a peregrinação a Meca numa só noite e comunicava com o Além¹⁰. Pelo potencial de desestabilização social e política, o sufismo era alvo da repressão almorávida. A obra de al-Ghazali foi publicamente queimada em Córdova e os seus seguidores perseguidos e executados.

O investigador Abdallah Khawli revela uma carta do místico sufi Ibn al-Arif, de Almeria, a Ibn Qasi, redigida entre 1131 e 1135. Aconselha-o vivamente a rejeitar este caminho: “A difamação do poder político e a espera de um *mahdi* para a reforma é uma ilusão que ninguém razoável pode admitir; apenas um homem vulnerável

⁸ IBN AL-ABBAR – *al-Hullat al-Siyyara*. Trad. parcial por Martim VELHO – “A Vida de Ibn Cássi Narrada por Ibn al-Abbar”. in *Trabalhos Apresentados no Simpósio Internacional da Reconquista Cristã da Península Ibérica*. Évora, 1966, pp. 101-105; e por David LOPES – “Os árabes nas obras de Alexandre Herculano”. Separata do *Boletim da Segunda Classe*, III e IV. Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911, pp. 100-109. IBN AL-KHATIB – *Kitab A'mal al-A'lam*. Trad. parcial por David LOPES – “Os árabes nas obras de Alexandre Herculano”, pp. 110-116.

⁹ ABD AL-WAHID AL-MARRAKUSHI – *Kitab al-Mu'yyb fi Taljis Ajbar al-Magrib*. Trad. por Ambrosio HUICI MIRANDA – *Colección de Crónicas Árabes de la Reconquista*, IV. Tetuán: Editora Marroquí, 1955, p. 172.

¹⁰ *Al-Hullat al-Siyyara*. Trad. por Martim VELHO, p. 102.

pode acreditar em tal”. Mas a estratégia de Ibn Qasi, ao insistir numa linha religiosa interdita, estava longe de desajustada. Como argumenta Khawli, denotava um conhecimento profundo da realidade do Gharb, região sem classe urbana de juizes e em cujo meio rural as tendências místicas se encontravam difundidas¹¹. Os sábios do Islão anunciavam a vinda de um messias a partir do ano 500 da Hégira (2 de setembro de 1106 a 22 de agosto de 1107), facto aproveitado por Ibn Qasi. A figura do *mahdi* consubstanciava a resposta a uma necessidade de voz política das camadas mais desfavorecidas. Os riscos teriam, pois, sido cruzados com o potencial de benefícios. Ibn Qasi estava consciente da importância da propaganda religiosa na ascensão de uma dinastia, mais-valia, de resto, sublinhada por Ibn Khaldun. Porém, ao contrário do *mahdi* dos almóadas, carecia de um grupo unido ao seu redor pelo sentimento clânico (*asabiyya*). O próprio historiador tunisino avisa: a propaganda religiosa constitui um poder adicional face ao simples sentimento de grupo, mas não pode materializar-se nele¹². Ou seja, sem a *asabiyya*, a dinastia corre o risco de morrer à nascença, como os acontecimentos viriam a provar de forma tangível.

A revolta dos muridinos começou com a conquista do castelo de Mértola, estava Ibn Qasi na clandestinidade devido a uma tentativa falhada, anos antes, para tomar o castelo de Monte Agudo. Desta feita, enviou uma expedição liderada por Ibn al-Qabila para conquistar o castelo (*hisn*) que controlava a região de Mértola, nas palavras de Ibn al-Abbar, um dos mais fortes do ocidente do al-Andalus. A 14 de agosto de 1144¹³, a fortaleza foi tomada e, a 1 de setembro¹⁴, o novo senhor tomou posse dos seus domínios. Ibn al-Abbar não tem dúvidas: Ibn Qasi aproveitou-se do enfraquecimento político no território para lograr esta conquista¹⁵. Pouco depois, escreveu às cidades do Gharb para se rebelarem contra o poder almorávida. Ibn al-Khatib diz que teve muitos seguidores e que “toda a gente má se lhe veio juntar”, fidelidade subsidiada por “grandes liberalidades em dinheiro”¹⁶. Évora e Silves foram as primeiras cidades a reconhecê-lo. Em setembro, os seus líderes deslocaram-se a Mértola para prestar homenagem ao novo homem forte do Gharb, que lhes confirmou as possessões, qual prerrogativa de monarca. “Naquele tempo, ismaelitas insurgiram-se contra moabitais, isto é, andaluzes contra árabes, e expulsaram-nos dos seus castelos e cidades”, eis as palavras do *Chronicon Lusitanum* para relatar o início da rebelião contra o regime almorávida no al-Andalus (*fitna*).¹⁷

¹¹ KHAWLI, Abdallah – “Le Garb al-Andalus à l’Époque des Seondes Taifas (539-552/1144-1157)”. in *Arqueologia Medieval* 7 (2001), p. 26.

¹² IBN KHALDUN – *Muqaddimah*. Trad. por Franz ROSENTHAL – *An Introduction to History*. Princeton: Princeton University Press, 2005, pp. 126-127.

¹³ *Al-Hullat al-Siyyara*. Trad. por David LOPES, p. 101.

¹⁴ *Kitab A'mal al-A'lam*, p. 115.

¹⁵ *Al-Hullat al-Siyyara*. Trad. por Martim VELHO, p. 103.

¹⁶ *Al-Hullat al-Siyyara*, Trad. por David LOPES, p. 115.

¹⁷ *Chronicon Lusitanum*, p. 425.

Objetivo: controlar o Gharb

Após conquistar Mértola e consolidar um centro de operações, os muridinos lançaram o ataque às mais importantes praças do Gharb. Ibn al-Mundhir partiu de Silves em direção a Évora, para se juntar a Ibn Wazir. Pelo caminho, terá atacado o castelo de Marachique, identificado como o Castro da Cola, Ourique. Os almorávidas de Beja, face a esta notícia, limitaram-se a abandonar a cidade e a fugir para Sevilha, o que denota grande debilidade defensiva. Mais tarde, Beja foi tomada por um contingente de Ibn Wazir e, com o auxílio das tropas de Santa Maria (Faro), Ibn al-Mundhir conquistou Huelva e Niebla. Na última, teve a ajuda de outra personagem que também alcançou relevo no contexto da revolta: al-Batrugi.

Mas o objetivo de Ibn Qasi parece ter sido mais arrojado. O exército de Ibn al-Mundhir, que entretanto se apoderou de Tejada e foi engrossando devido às vitórias, dirigiu-se para Sevilha, à época sem governador. O projeto para conquistar a capital almorávida traduz as elevadas ambições de Ibn Qasi, alicerçadas na aliança com Ali b. Isa b. Maymun. Sobrinho do alcaide do mar almorávida, Muhammad b. Maymun, era o senhor da frota de Cádiz e também se tinha rebelado contra os emires de Marraquexe. As fontes não o mencionam como integrante do movimento dos muridinos, mas terá estado ao lado de Ibn Qasi desde cedo¹⁸. É muito provável que Ali b. Isa tenha participado na tentativa de tomar Sevilha em nome do místico. Sem capacidade naval, não faria grande sentido ensaiar a operação, de resto, como veio a provar-se com as conquistas almóada de 1147 e cristã de 1248, cujo sucesso esteve dependente do bloqueio marítimo. Com uma esquadra instalada a escassos quilómetros da embocadura do Guadalquivir, Ali b. Isa b. Maymun seria o aliado perfeito para garantir os desejos de Ibn Qasi. Mas a operação falhou e a dupla teve de procurar outra estratégia.

Não obstante, a ser verdade a presença de Ali em Sevilha, o *mahdi* de Mértola tinha maiores aspirações e recursos do que alguma vez se supôs. Ao visar a capital almorávida, o movimento dos muridinos pretendia, pelo menos, controlar o Gharb. Mas Sevilha não estava destinada a cair nas mãos de Ibn Qasi. O governador Ibn Ghanya enviou um destacamento para defender a cidade, e os partidários do místico tiveram de retirar para Niebla, onde foram sitiados por aquele. Ibn Ghanya foi, no entanto, obrigado a levantar o acampamento ao saber que o juiz (*qadi*) de Córdoba, Ibn Hamdin, tinha aproveitado a sua ausência – e a morte do emir Tashfin no Magrebe – para também se rebelar. Os *Anales Toledanos* colocam estes eventos

¹⁸ *Kitab al-I'bar*, II, p. 184.

em março de 1145¹⁹. Segundo Ibn al-Abbar, a morte do governante almorávida em Oran, atual Argélia, constituiu um incentivo para ainda mais tumultos no al-Andalus²⁰.

A data de março de 1145 para o início da rebelião em Córdoba faz-nos pensar que o ataque de Ibn Qasi a Sevilha terá ocorrido em novembro de 1144. Sabemos, por Ibn al-Abbar, que Ibn Ghanya teve de levantar o cerco a Niebla, que mantinha há três meses sob inverno rigoroso, para acudir a Córdoba e que este assédio se seguiu à tentativa falhada de Ibn Qasi para conquistar Sevilha²¹. Se regredirmos três meses face a março e levarmos em conta algum tempo para a deslocação dos exércitos, caímos em novembro. Esta conclusão indica que, pouco depois de ter sido reconhecido pelos senhores do Gharb, Ibn Qasi não esperou muito até se lançar à conquista de Sevilha. Mas, se Ibn Qasi não teve sorte nesta cidade, o desfecho também não lhe seria favorável em Córdoba. A população da antiga capital omíada dividiu-se entre os que continuavam fiéis aos almorávidas, os que apoiavam Ibn Hamdin ou Ibn Qasi e os que preferiram mandar chamar Ibn Hud, o rei Zafadola das fontes cristãs, vassalo de Afonso VII²². Após muitas peripécias, o que fez o controlo da cidade oscilar entre estes contendores, o *qadi* Ibn Hamdin saiu temporariamente vencedor.

As fontes não são claras quanto à estratégia de Ibn Qasi em Córdoba. Estaria interessado na conquista, uma vez que parte da população o apoiava, ou tentava sobretudo esmagar o movimento de Ibn Hamdin? Ao afirmar-se *amir al-Muslimin* (“príncipe dos muçulmanos”), título reservado à dinastia almorávida, o qual ficou bem documentado nas muitas moedas que mandou cunhar no curto período em que reteve o poder²³, Ibn Hamdin parecia querer reclamar a herança dos emires de Marraquexe. Numa fase de particular anarquia, existiam, assim, dois grandes chefes religiosos a disputar um estatuto político no Gharb: Ibn Qasin e Ibn Hamdin. O último seria altamente funesto para as ambições do primeiro, já que provinha de uma família com legitimidade religiosa, associada ao poder almorávida.

Se as fontes não esclarecem as intenções de Ibn Qasi, também pouco falam sobre as circunstâncias que impediram que se apoderasse de Córdoba. Limitam-se

¹⁹ *Anales Toledanos*. Trad. por Ambrosio HUIICI MIRANDA – *Crónicas Latinas de la Reconquista*, I. Valencia: Hijos de F. Vives Mora, 1913, p. 346.

²⁰ *Al-Hullat al-Siyyara*. Trad. por Martim VELHO, p. 104.

²¹ *Al-Hullat al-Siyyara*. Trad. por David LOPES, p. 105.

²² EL HOUR, Rachid – “La transición entre las Épocas Almorávide y Almohade vista a través de las Familias de Ulemas”. in FIERRO, Maribel; ÁVILA, María Luisa (ed.) – *Estudios Onomástico-Biográficos de al-Andalus*, IX. Madrid/Granada: CSIC, 1999, pp. 263-264.

²³ Alguns exemplares figuram nos compêndios de Vives y Escudero e Codera (cf. VIVES Y ESCUDERO, Antonio – *Monedas de las Dinastías Árabe-Españolas*. Madrid: Establecimiento Tipográfico de Fortanet, 1893; CODERA Y ZAIDIN, Francisco – *Tratado de Numismática Árabe-Española*. Madrid: Librería de M. Murillo, 1879).

a referir que os exércitos de Silves e Niebla voltaram a casa, vítimas do insucesso, sem sequer mencionar um eventual recontro militar. Abdallah Khawli argumenta que o regresso dos chefes militares de Ibn Qasi pode ter correspondido a uma desistência a favor de Ibn Hud. Esta possibilidade é alicerçada na descoberta de um dinar do vassalo de Afonso VII, onde figura o nome de Ibn Qasi acompanhado dos seus títulos de *mahdi*²⁴. Ao aliar-se a Ibn Hud, o senhor de Mértola pode ter pensado que o perigo de Ibn Hamdin estaria controlado. Não obstante, como se viu, foi Ibn Hamdin quem acabou por assumir o controlo da cidade. Este reconhecimento de Ibn Qasi como messias por um senhor exterior ao seu território reforça a hipótese de o movimento dos muridinos ter ido além de uma dimensão local. Ainda que por um breve período, poderá ter-se aproximado da esfera de influência de Afonso VII.

No entanto, Ibn Hamdin guardou o poder por pouco tempo. Em fevereiro de 1146, foi expulso de Córdoba e perseguido pelo governador Ibn Ghanya²⁵. Fugiu para Andújar, onde se viu sitiado, e apelou para Afonso VII. À chegada das tropas do imperador, o cerco foi levantado e Ibn Ghanya retirou para Córdoba. Afonso VII seguiu no seu encalce e conseguiu conquistar a cidade, mas não a alcáçova, onde o almorávida manteve resistência. Foi quando se espalhou a notícia de que um exército almóada estava para desembarcar no al-Andalus. O calendário tinha avançado até maio de 1146. O imperador fez as contas aos seus interesses e abandonou Ibn Hamdin. Estabeleceu um pacto com Ibn Ghanya, que se tornou seu vassalo, e entregou-lhe Córdoba²⁶. A partir desta cidade, o governador conseguiu alcançar o Mediterrâneo e tomar Algeciras. Aqui, recebeu a visita do *qadi* de Ceuta, Iyad b. Musa b. Iyad al-Yahsubi, que se tinha rebelado depois da conquista almóada e pedia agora um governador almorávida. O escolhido foi o príncipe Yahia al-Sahrawi, ex-governador de Fez, que fugiu para Córdoba quando a sua cidade caiu em poder dos almóadas. A conquista de Algeciras, num momento em que Ceuta era também sua aliada, pode indicar uma tentativa de Ibn Ghanya para controlar a passagem entre o al-Andalus e o Magrebe e manter o poder.

Durante o ataque a Sevilha, Ibn Qasi, o messias do Gharb, depôs e prendeu em Mértola Ibn Wazir, o senhor de Évora e Beja. Diz Ibn al-Abbar que, em setembro de 1144, depois da viagem à praça do Guadiana para prestar homenagem a Ibn Qasi, Ibn Wazir terá percebido uma especial proximidade entre Ibn al-Mundhir, senhor de Silves, e o *mahdi*, e terá sentido inveja. Mais tarde, Ibn al-Mundhir queixou-se das ambições políticas de Ibn Wazir e Ibn Qasi parece ter levado os avisos muito a sério. Com o clima de intriga instalado, o místico pode ter querido evitar que o

²⁴ KHAWLI, A. – “Le Garb al-Andalus à l’Époque des Secondes Taifas”, p. 27.

²⁵ *Anales Toledanos*, p. 347.

²⁶ *Ibidem*.

senhor de Évora e Beja se apoderasse da cidade do Guadalquivir se a operação fosse bem sucedida.

Ora, se a tentativa de conquistar Sevilha tiver ocorrido em novembro, Ibn Wazir esteve muito pouco tempo ao lado de Ibn Qasi, pelo que a base de apoio dos muridininos começou a desmoronar-se desde cedo. Seria, de resto, o corte entre Ibn Qasi e Ibn Wazir a ditar em grande medida a perda do primeiro, que parece ter subestimado a habilidade política do então seu apoiante. Ibn Qasi acabou por libertar Ibn Wazir e, depois dos eventos de Córdoba, chamou-o à sua presença, mas este recusou comparecer. Não se trataria apenas de receio por ter sido aprisionado anteriormente. Sabemos que juntou interesses com o novo homem forte de Córdoba, Ibn Hamdin, facto atestado pela numismática. Provavelmente, a aliança já estava em marcha e, ao convocar Ibn Wazir, Ibn Qasi procurava explicações. A falta de comparência justificou o envio de tropas, lideradas por Ibn al-Mundhir, para aniquilar o agora inimigo. Mas o plano falhou. Ibn al-Mundhir foi derrotado e feito prisioneiro em Beja. O próprio Ibn Qasi perdeu o castelo de Mértola e foi obrigado a instalar-se em Silves. Ibn al-Mundhir só foi libertado pelo exército almóada que conquistou o Gharb no verão de 1146 e passou a partilhar o governo de Silves com Ibn Qasi. De candidato a senhor do Gharb, em menos de um ano, o último viu-se reduzido a meio senhor de Silves.

Pedido de socorro no norte de África

A ascensão de Ibn Wazir associado ao autoproclamado “emir dos almorávidas”, Ibn Hamdin, constituía uma séria ameaça para Ibn Qasi, mas este recusou a derrota e fez chegar uma carta a pedir ajuda a Abd al-Mumin, califa almóada, quando se encontrava nas campanhas contra os almorávidas, mais concretamente no cerco de Tlemcen²⁷. Cometeu um erro grave: apresentou-se como messias e suscitou a ira do califa. Algum tempo depois, viajou até ao norte de África nas galeras de Ali b. Isa b. Maymun, desembarcou em Ceuta e foi em busca de Abd al-Mumin, que já se encontrava em Salé. Estávamos no mês de Rabi II de 540²⁸, que decorreu entre 21 de setembro e 20 de outubro de 1145. Desta vez, os resultados foram diferentes. Ocupado com a guerra no Magrebe e sem grande capacidade de intervir no al-Andalus, o califa deve ter reconhecido a janela de oportunidade. Cedeu um exército sem regatear a excelência do general, o ex-almorávida Abu Ishaq Barraz

²⁷ *Kitab al-I'bar*, II, p. 184.

²⁸ *Al-Hullat al-Siyara*. Trad. por David LOPES, p. 102; *Kitab A'mal al-A'lam*, p. 114.

al-Massufi²⁹, entretanto seduzido pelo movimento almóada, que, depois de cruzar o Estreito de Gibraltar, subjugou os senhores do Gharb e os obrigou a participar na tomada de Sevilha. Abd al-Mumin parece ter ainda ganho o auxílio da armada de Ali b. Isa b. Maymun: o facto de as suas tropas terem desembarcado em Cádiz não significa outra coisa. Aliás, podem inclusive ter sido transportadas nas galeras do almirante. Afirmar que Abd al-Mumin cedeu um exército para socorrer Ibn Qasi, como narra a tradição historiográfica, aproxima-se da ingenuidade. O califa visava a conquista do al-Andalus e usou as ambições de Ibn Qasi a seu favor.

O exército almóada desembarcou em Cádiz em junho de 1146³⁰. Conquistou Tarifa, Algeciras, Niebla, Silves, Beja e Mértola e conseguiu a submissão dos seus senhores. Ibn Qasi voltou a ter algum poder, ao partilhar o governo de Silves com Ibn al-Mundhir. Ibn Wazir conservou Évora e Beja, Yusuf al-Batruqi manteve Niebla e Amil b. Munid permaneceu em Tavira³¹. Com estas confirmações, os almóadas deixaram Ibn Qasi em posição desfavorável: apesar de ter sido obrigado a reconhecer Abd al-Mumin, Ibn Wazir continuou a controlar territórios mais vastos. Ou seja, não parece que o movimento almóada tivesse Ibn Qasi em grande consideração. Metade do governo de Silves soa a prémio de consolação para alguém que facilitou a entrada das gentes do califa no Gharb. Quanto à cidade de Badajoz, Christophe Picard, por exemplo, diz genericamente que passou a ser controlada por Muhammad b. Ali b. al-Hajjam. Já Abdallah Khawli, outro investigador que aborda este tema, é mais preciso e defende que só em finais de 1147³², depois de uma nova rebelião suscitada pela conduta dos irmãos de Ibn Tumart, um filho do almirante Ali b. Isa b. Maymun³³, Ibn al-Hajjam, conseguiu assenhorear-se da cidade. Parece uma hipótese credível. Obtida a submissão de Sidray b. Wazir, os almóadas confirmaram-lhe as possessões. Não seria lógico que lhe suprimissem Badajoz e a atribuissem a outro senhor, a menos que decidissem tomar o seu governo em mãos. Mas, em finais de 1146, sem Sevilha conquistada, não teriam capacidade para gerir os destinos da cidade. Já no contexto de novos tumultos, com uma débil implantação almóada, torna-se mais fácil admitir a ascensão de Ibn al-Hajjam.

²⁹ *Kitab al-I'bar*, II, p. 184.

³⁰ *Al-Hullat al-Siyyara*. Trad. por David LOPES, p. 102.

³¹ PICARD, Christophe – *Le Portugal Musulman (VIIIe – XIIIe Siècle)*. Paris: Maisonneuve & Larose, 2000, p. 60.

³² KHAWLI, A. – “Le Garb al-Andalus à l'Époque des Secondes Taifas”, p. 29.

³³ *Kitab al-I'bar*, II, p. 186.

Regresso às armas

O exército almóada passou quase todo o inverno em Mértola. Em janeiro de 1147, os senhores do Gharb foram obrigados a acompanhá-lo na campanha sobre Sevilha. Em maio de 1146, segundo Alfred Bel, também esta cidade se tinha rebelado contra o poder almorávida³⁴. Nas palavras de Ibn Abdun, que escrevia no princípio do século XII, podemos já intuir um ambiente de desconforto face aos exércitos que sustentavam o Estado e se encontravam estacionados em Sevilha. No seu tratado de boa governação das cidades (*hisba*), defende que o véu (*litham*), a coberto do qual os mercenários berberes e negros infundiam o terror e praticavam toda a espécie de abusos sobre a população, só deveria ser usado pelos membros da confederação de tribos sanaja ou, por outras palavras, os verdadeiros almorávidas. A questão, sustentava, deveria ser colocada à consideração do governador, dado tratar-se de “gente sem escrúpulos”. Também era da opinião de que ninguém deveria circular armado pela cidade: “Os berberes, quando tomados pela cólera, não hesitam em matar e ferir”³⁵. A desconfiança era tal que Ibn Abdun aconselhava os marinheiros do Guadalquivir a não aceitarem como passageiros mercenários berberes e escravos negros, “gente conhecida por roubar mercadorias em tempo de colheitas”³⁶. Esta população estrangeira deveria incomodar a cidade e criar instabilidade. Mais tarde, com o enfraquecimento do poder almorávida, não seria estranho surgirem rebeliões, terreno favorável para a conquista almóada.

Antes de alcançarem os muros de Sevilha, sitiada por terra e mar, as forças almóadas conquistaram os arredores: o Aznalcazar, planície em torno da cidade, e a fértil cadeia montanhosa de Alxarafe, cuja produção de azeite ficou imortalizada nas obras de al-Razi e al-Idrisi. Os seguidores do califa Abd al-Mumin devem ter pensado que a conquista de Sevilha seria suficiente para estenderem a sua influência no al-Andalus. Mas não seria fácil. Alguns meses depois, chegaram à cidade Abd al-Aziz e Isa, irmãos do *mahdi* Ibn Tumart, e o primo Yaslatan, na companhia das suas hordas. A má conduta destas personagens, que converteram em estábulos e destruíram as casas do bairro onde foram instalados e roubaram e massacraram as populações, comprometeu a posse da cidade³⁷, pelo que tiveram de ser afastadas do território.

³⁴ BEL, Alfred – *Les Bénou Ghanya, Derniers Représentants de l'Empire Almoravide et leur Lutte contre l'Empire Almohade*. Paris: Ernest Leroux, 1903, p. 8.

³⁵ IBN ABDUN – *Risala fi al-Qada wa al-Hisba*. Trad. por Évariste LÉVI-PROVENÇAL e Emilio GARCÍA GÓMEZ – *Sevilla à Comienzos del Siglo XII: El Tratado de Ibn Abdun*. Madrid: Moneda y Crédito, 1948, pp. 61-62.

³⁶ *Ibidem*, p. 64.

³⁷ BOSCH VILÁ, Jacinto – *Historia de Sevilla. La Sevilla Islámica*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1984, p. 147.

Os instáveis senhores do Gharb provaram que a submissão em finais de 1146 tinha sido conjuntural. Em Niebla, al-Batrugi, descontente com uma cilada perpetrada pelos mesmos Abd al-Aziz e Isa, aproveitou a insatisfação popular para, ainda em 1147, se rebelar e dar início a um novo movimento independentista. Voltou a aliar-se ao poder almorávida, na pessoa de Ibn Ghanya³⁸. Também Ibn al-Qabila, que tinha conquistado o castelo de Mértola para Ibn Qasi, reconheceu o governador almorávida e foi executado pelo messias do Gharb. Terminou uma carreira de dois anos entre os muridinos³⁹.

Não se sabe exatamente em que data tiveram início estas rebeliões. Mas, em 542, ano da Hégira que começou em junho de 1147, o califa almóada, Abd al-Mumin, recebeu uma delegação de Sevilha, chefiada pelo juiz Abu Bakr b. al-Arabi, a oferecer submissão⁴⁰. A revolta suscitada pela atuação dos familiares de Ibn Tumart deve ter sido posterior. No auge dos acontecimentos, os senhores do Gharb isolaram a guarnição almóada de Sevilha⁴¹. A cidade acabou nas mãos dos andaluzes, com a confiança reforçada face ao vazio de poder provocado pela morte do último governante almorávida, em março de 1147, no decurso da queda de Marraquexe. O almirante de Cádiz, Ali b. Isa b. Maymun, bloqueou o Guadalquivir e impediu a passagem de víveres para Sevilha, que foi castigada com a fome⁴².

Lisboa não pode ser salva

No verão de 1147, Lisboa estava politicamente sozinha. Seria a única cidade do Gharb a não ter reconhecido os almóadas. A conquista da atual capital portuguesa ganha, assim, contornos de inevitabilidade, sobretudo após a tomada de Santarém. Jacinto Bosch Vilá, historiador espanhol, deixou-nos uma História de Sevilha no período islâmico, que avança um pormenor fundamental para a análise. O governador de Santarém à data da conquista cristã, Labid b. Abd Allah, que Ibn al-Khatib refere como um dos senhores do al-Andalus que se rebelaram contra o poder almorávida, participou na operação almóada sobre Sevilha⁴³. A ser verdadeira, esta intervenção terá correspondido ao envio de um contingente militar, pois sabemos, por via das *Chronicas Breves e Memorias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra* que, no momento em que a cidade caiu, o governador fugiu para

³⁸ *Kitab al-I'bar*, II, p. 186.

³⁹ KHAWLI, A. – “Le Garb al-Andalus à l'Époque des Secondes Taifas”, p. 27.

⁴⁰ AL-ZARKASHI – *Tarikh al-Dawlatayn al-Muwahidiyah wa al-Hafsiyah*. Trad. por E. FAGNAN – *Chronique des Almohades et Hafcides Attribuée à Zerkechi*. Constantine: Imprimerie Adolphe Braham, 1895, p. 9.

⁴¹ *Kitab al-I'bar*, II, p. 186.

⁴² BOSCH VILÁ, Jacinto – *Historia de Sevilla. La Sevilla Islámica*, p. 147.

⁴³ *Ibidem*, p. 146.

Sevilha⁴⁴. Estaria, portanto, em Santarém aquando destes eventos. Bosch Vilá não refere a fonte em que se baseia para afirmar a participação de Santarém no primeiro sucesso almóada no al-Andalus. Mas talvez não necessitemos de tal referência para prosseguirmos o raciocínio.

A legitimidade do poder foi uma questão sempre presente no espírito dos andaluzes. Os primeiros emires respondiam perante os califas do oriente. Os omíadas reclamaram um parentesco com Maomé para cortarem laços com os abássidas. Os reis de taifas, mesmo sem uma linhagem do Profeta, recorreram a títulos califais. Ao tempo dos almorávidas, o poder era delegado em governadores e o emir apresentava-se como vassalo do califa abássida. Os almóadas, para obviarem à questão da legitimidade, reclamaram-se descendentes de Maomé. Outro exemplo elucidativo é o do próprio Ibn Qasi. Em 1151, já sem a força política conseguida até ao primeiro trimestre de 1145, procurou uma alternativa junto de Afonso Henriques quando se sentiu pressionado para prestar homenagem ao califa Abd al-Mumin. Não sabemos em que momento o governador de Santarém cortou com os almorávidas, mas o mais provável é que tenha sido no início da rebelião. Face ao enfraquecimento da dinastia e à ascensão dos muridinos, não poderia esperar para ver, sobretudo quando figuras fortes do Gharb tinham aderido a Ibn Qasi. Se não tomasse uma decisão rapidamente, ficaria isolado. Ao cortar laços com os almorávidas, sobretudo sendo governador de uma região de fronteira, Labid b. Abd Allah teria dificuldade em sobreviver desprovido de tutela.

Se, como diz Ibn al-Khatib, se rebelou contra os almorávidas, deve ter reconhecido outro senhor⁴⁵. Entre agosto de 1144, data em que o castelo de Mértola foi tomado pelos muridinos, e março de 1145, após o insucesso em Sevilha e Córdoba, só há uma possibilidade: Ibn Qasi. O governador de Santarém não é referido enquanto muridino. Mas pode ter reconhecido um Ibn Qasi que se tentava afirmar enquanto potentado independente, sem necessidade de tutela porque legitimado pela condição de *mahdi*. A partir de março, a emergência de um novo projeto político, com o juiz de Córdoba, Ibn Hamdin, associado a Ibn Wazir, dar-lhe-ia outra possibilidade. Pelo menos, pode ter pago tributo para não ser atacado, pois os seus territórios confinavam com os de Ibn Wazir. Tanto o *Chronicon Lusitanum* como os *Annales D. Alfonsi* referem pagamentos a Afonso Henriques por Santarém, para evitar a devastação das tropas portugalenses. Labid b. Abd Allah tentava equilibrar-se no fio do arame, entre inimigos cristãos e possíveis agressores muçulmanos de várias proveniências.

⁴⁴ *Chronicas Breves e Memorias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*. Ed. por Alexandre HERCULANO. in *Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores*. Olisipone: Typis Academicus, 1856-1860, p. 29.

⁴⁵ *Kitab A'mal al-A'lam*, p. 110.

O reconhecimento de Ibn Qasi ou dos aliados Ibn Hamdin e Ibn Wazir justificaria a proposta de Jacinto Bosch Vilá: a da presença de tropas de Santarém na conquista almóada de Sevilha. Se o governador fosse vassalo de Ibn Qasi, quando, em junho de 1146, o exército almóada chegou ao al-Andalus, teria sido constringido a reconhecer o califa Abd al-Mumin. O mesmo se aplica à hipótese, não exclusiva da anterior, de se ter submetido ou pago tributo a Ibn Hamdin e Ibn Wazir. Com o desaparecimento da ribalta do primeiro e a submissão do segundo aos almóadas, teria de prestar homenagem ao movimento berbere e isso significava enviar tropas a Sevilha.

Não há notícias de que os almóadas tenham marchado sobre Santarém. O investigador Jassim Abid Mizal explica que, na sua missão de subjugar os andaluzes, tomaram a rota de *Jerez de la Frontera-Wadi Sevilha-Niebla-Mértola-Beja*⁴⁶. A não inclusão de Santarém constitui mais um indício de que o governador pode ter reconhecido Abd al-Mumin de forma espontânea. Ou também é possível formular a hipótese de que, ao saber da presença de um exército almóada em terras do Gharb, Labid b. Abd Allah tenha visto uma oportunidade para libertar-se do tributo a Afonso Henriques. Mas, qualquer compêndio de História sobre a conquista de Santarém no-lo diz, o acordo entre o rei de Portugal e Santarém manteve-se até três dias antes da queda da cidade, o que leva a supor que o governador pagou tributo até ao fim. Mesmo face a uma possível aliança com os almóadas, terá procurado contentar todas as partes. Talvez até, apesar da sua frágil posição na fronteira, tenha enviado parte das tropas a Sevilha, confiando que o pagamento lhe evitaria um ataque do rei portugalense.

Novo indício que aponta para a submissão de Santarém aos almóadas é-nos dado pelas *Chronicas Breves e Memorias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*. Ao cair Santarém, Labid b. Abd Allah procurou refúgio em Sevilha, recém-conquistada pelas forças do califa. Não fez o mesmo que muitos habitantes da cidade, que, como relata a fonte *De Expugnatione Lyxbonensi*, seguiram rumo a Lisboa. Um corte com o poder almorávida e a associação aos muridinos e almóadas tornavam a atual capital portuguesa numa impossibilidade. Estas opções de fuga revelam controvérsia na decisão de Labid b. Abd Allah, que deve ter rasgado o tecido social de Santarém. Parte dos muçulmanos manteve-se do lado almorávida e fugiu para Lisboa⁴⁷, o governador pediu proteção aos almóadas de Sevilha e os moçárabes podem ter preferido Afonso Henriques. O ambiente político não poderia ser mais favorável ao rei de Portugal.

⁴⁶ AL-IDRISI – *Uns Muhay wa Rawd al-Furay*. Trad. por Jassim ABID MIZAL – *Los Caminos de al-Andalus en el Siglo XII*. Madrid: CSIC, 1989, p. 185.

⁴⁷ *De Expugnatione Lyxbonensi*, p. 79.

No *Quo modo sit capta*, fonte que relata a conquista de Santarém, os heróis Martim Moab e Mem Ramires são claramente associados ao universo moçárabe. Também as *Chronicas Breves e Memorias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra* referem por duas vezes que o herói que primeiro entrou na cidade, Mem Ramires, aqui designado por Mem Moniz, “era muy ardidado caualleiro e sabia muy bem fallar a arauia”⁴⁸. O *Quo modo sit capta* faz ainda questão de lançar a suspeita de que o rei teria um acordo com os habitantes. “Algumas sentinelas hão-de acolher-nos”, eis a frase atribuída a Afonso Henriques quando discursa para incentivar os companheiros de armas. Acaba por refutá-la ao dizer: “Deus me perdoe este pecado de mentira, pois foi cientemente que menti, com a intenção de os seus ânímos mais se fortalecerem”.

Autores como Pedro Barbosa aludem a um possível acordo entre Afonso Henriques e a comunidade moçárabe de Santarém⁴⁹. Mas a afirmação nunca pôde ser provada. À luz de uma submissão de Labid b. Abd Allah ao poder almóada, surge um motivo provável. Um tal cenário seria desfavorável para os cristãos arabizados da cidade do Tejo. Entre os almóadas e os moçárabes de Coimbra, que Afonso Henriques tinha enquadrado através da fundação do Mosteiro de Santa Cruz, não seria difícil escolher. Pela opção de Lisboa enquanto destino de fuga de parte da população, podemos também perceber insatisfação entre os muçulmanos. Se alguns deles colaboraram com o rei, não o sabemos. Mas, para conquistar a alcáçova, seria necessário mais do que um acordo com os moçárabes, instalados no arrabalde.

A submissão de Santarém aos almóadas daria tempo a Afonso Henriques para organizar a operação: sabia exatamente quando e onde estaria, pelo menos, uma parte da guarnição da cidade. Com base nestas informações, torna-se mais compreensível a opção de atacar com um pequeno grupo pouco armado, como refere o *Quo modo sit capta*. Segundo o *Chronicon Lusitanum*, os homens do rei desferiram o golpe *ad galli cantum*, mais precisamente de uma sexta para sábado, quando os muçulmanos, após o jejum semanal, se teriam alimentado com fartura ao pôr do sol e estariam com a capacidade de resposta limitada.

Mas, se Sevilha foi conquistada a 18 de janeiro⁵⁰, porque é que Afonso Henriques só atacou Santarém cerca de um mês e meio depois? Poderíamos pensar que a consolidação da região teria ocupado as tropas almóadas por mais algum tempo,

⁴⁸ *Chronicas Breves e Memorias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, p. 28; *Quo modo sit capta Sanctaren civitas*. Trad. por Aires NASCIMENTO – “O Júbilo da Vitória: Celebração da Tomada de Santarém aos Mouros (A.D. 1147)”. in ALEMANY, Rafael, MARTOS, Josep Lluís, e MANZARANO, Josep Miquel (org.) – *Actes del X Congrés de l’Associació Hispànica de Literatura Medieval*, tomo III. Alacant: Institut Interuniversitari de Filologia Valenciana, 2005, pp. 1217-1232.

⁴⁹ BARBOSA, Pedro Gomes – *Reconquista Cristã nas Origens de Portugal*. Lisboa: Ésquilo, 2008.

⁵⁰ *Al-Hullat al-Siyara*. Trad. por David LOPES, p. 102.

mas os arredores foram submetidos ainda antes da cidade. Outra possibilidade seria a do massacre do contingente de Santarém, motivo que, evidentemente, bastaria para o rei de Portugal atacar quando bem entendesse. Com a ajuda de um algoritmo de conversão entre os calendários gregoriano e muçulmano, que pode ser consultado na Internet⁵¹, é possível explorar outras hipóteses. Entre 4 de fevereiro e 5 de março de 1147, decorreu o nono mês do calendário muçulmano: o Ramadão, que obriga ao jejum dos crentes até ao pôr do sol. Sevilha caiu em mãos almóadas a 18 de janeiro, ou seja, a cerca de duas semanas do início do jejum, tempo insuficiente para o regresso do exército de Santarém, que, no caminho mais rápido, teria de percorrer toda a Via da Prata até Mérida e passar por Badajoz, Elvas e Alter do Chão. Se considerarmos que só com muito otimismo avançaria 30 quilómetros por dia, num cenário bastante favorável, precisaria de uns 15 dias para o regresso.

Mas será que uma guarnição militar, que pode incluir uma boa parte de soldados a pé, se dispunha a viajar em época de jejum, ou melhor, de uma abstinência diária interpolada com refeições abundantes e hipercalóricas à noite, fator ainda mais limitador da forma física? Será que os exércitos observavam o jejum? Sabemos que a morte do emir almorávida Tashfin b. Ali, sitiado durante um mês pelas forças almóadas, ocorreu em finais do Ramadão de 1145. Mas, neste caso, não terá havido propriamente um ataque, pois ficamos com a impressão de que o cerco à cidade de Oran já estaria montado quando o mês sagrado começou. Depois, foi só esperar. Tashfin, que procurou quebrar o bloqueio à fortificação onde estava aquartelado, acabou por morrer num acidente, sem intervenção almóada. O assalto a Oran só ocorreu três dias após a morte do emir, já o Ramadão tinha terminado. Estes indícios apontam para que, no mês sagrado, os exércitos ficassem imobilizados. Afonso Henriques teria, assim, o bónus de um mês para preparar o ataque a Santarém, sabendo que boa parte das forças do Gharb, à exceção do de Lisboa, se encontrava em Sevilha. O assalto a Santarém ocorreu de 14 para 15 de março, uma semana e meia sobre o fim do Ramadão, quando as tropas desta cidade ainda não teriam tempo para chegar.

Mas, se o rei podia beneficiar de um mês sem atividade muçulmana, por que razão não atacou antes? A resposta pode residir nas condições atmosféricas. Em fevereiro, os vales da Beira Litoral e da Estremadura, que teria de atravessar para chegar a Santarém, seriam obstáculos mais difíceis de transpor. Procurando pensar como Afonso Henriques, dir-se-ia que tentou dilatar o prazo ao máximo para usufruir de tempo razoável e, em simultâneo, de um ataque na madrugada de

⁵¹ Cf. www.oriold.uzh.ch/static/hegira.html [acedido em janeiro de 2010].

uma sexta para sábado. Se esperasse mais uma semana, pela noite de 21 para 22, corria o risco de ser surpreendido pelos muçulmanos de regresso.

A submissão de Santarém aos almóadas tinha uma consequência direta: o isolamento de Lisboa face à conjuntura do Gharb. Seria a única cidade, entre finais de 1146 e princípios de 1147, a não ter reconhecido a soberania do califa Abd al-Mumin e a manter-se almorávida. Ibn al-Khatib estabelece uma lista de rebeldes no seguimento da revolta de Ibn Qasi⁵². Dela, fazem parte diversas personagens do Gharb, entre as quais o governador de Santarém, mas não o de Lisboa. Fica a impressão de que a cidade não terá aderido à revolta nem, mais tarde, aos almóadas. Ao contar com um acordo em Santarém, fosse apenas com os moçárabes ou eventualmente também com almorávidas insatisfeitos, e sabendo que Lisboa não fazia parte da esfera de influência de Sidray b. Wazir, o senhor muçulmano mais próximo, nem beneficiava de tutela almóada, Afonso Henriques pôde mandar preparar as galés.

A cruzada sobre al-Ushbuna pode ter começado a ser desenhada em finais de 1146, com o exército almóada estacionado em Mértola para passar o inverno antes do ataque a Sevilha. Um pormenor suscetível de apoiar esta tese é a notícia de que, a 26 de abril de 1147, já estavam a sair barcos aliados da cidade de Colónia com destino a Lisboa⁵³. Seria um mês e meio suficiente para o rei anunciar que tinha sido bem sucedido em Santarém e dar instruções aos cruzados germânicos no sentido de se prepararem para o ataque? A fim de desencadear uma operação militar de grande magnitude, e com a obrigação de garantir recompensas aos intervenientes, precisaria de algum grau de segurança, o que poderia ser-lhe dado pela certeza de que tomaria Santarém. É ainda muito provável que Afonso Henriques tivesse conhecimento de que Afonso VII estava a preparar o ataque a Almeria. O projeto esboçou-se no verão de 1146, quando uma armada genovesa teve algum sucesso num raide sobre a cidade andaluza. Animada com a possibilidade de uma conquista definitiva, uma delegação de Génova procurou Afonso VII para propor a empresa. Seguiram-se negociações com Pisa e Barcelona. Nada disto deve ter escapado ao rei de Portugal.

⁵² *Kitab A'mal al-A'lam*, p. 110.

⁵³ *Anónimo sobre a conquista de Lisboa*. Ed. por Alfredo PIMENTA – *Fontes Medievais da História de Portugal*, I. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1982, pp. 131-132.

Marinha de guerra em Alcácer?

Ibn Khaldun é claro. A conquista de Sevilha em 1147, conduzida por terra e mar, foi realizada com a ajuda dos senhores do al-Andalus⁵⁴. Trata-se de um pormenor significativo, pois, à partida, permite inferir que as marinhas de Alcácer e Silves poderiam estar ocupadas em Sevilha. Com elevado grau de probabilidade, a frota de Ali b. Isa b. Maymun, de Cádiz, também participou, pois as tropas almóadas desembarcaram nesta cidade. Mas procuremos identificar estas esquadras.

É inequívoca a existência de uma marinha de guerra em Silves. A *Historia Compostelana*, que alude à época e personagem do arcebispo Diego Gelmírez, queixa-se dos ataques a Santiago perpetrados pelos sarracenos de Sevilha, Saltes, *Castella*, Silves e Lisboa⁵⁵. Frei Manuel Suárez, tradutor desta fonte, apoiando-se em Dozy, diz que *Castella* poderia localizar-se na região de Granada. Christophe Picard, por sua vez, traduz *Castella* como Alcácer, talvez induzido pelo facto de *qasr* significar “castelo”⁵⁶.

A *Historia Compostelana* identifica, sem margem para dúvidas, as cidades do Gharb que, por volta de 1115, tinham capacidade naval ofensiva. Ao cruzarmos estes dados com as informações recolhidas pela mão de al-Idrisi para os portos do atual território português, já em meados da década de 1140, verificamos que continuam válidos. Com a leitura de al-Idrisi, também se desfaz o mistério de *Castella*. A fortificação é colocada, junto ao mar, depois de Saltes e no sentido do ocidente, para lá da embocadura do Guadiana. Na verdade, corresponde a Cacela (*Qastalla*), a atual povoação de Cacela Velha, entre Tavira e Vila Real de Santo António. As propostas de Dozy e Picard perdem razão face a tão evidentes constatações. A reforçar a argumentação, verificamos que a *Historia Compostelana* elenca cuidadosamente as cidades por ordem geográfica: Sevilha, Saltes, *Castella*, Silves e Lisboa. A tratar-se de Alcácer, *Castella* teria de ser mencionada entre Silves e Lisboa. A localização de Cacela, em frente ao sistema lagunar da Ria Formosa, era privilegiada. Como refere Helena Catarino, pode ter sido o primeiro centro de um distrito islâmico no sotavento algarvio, cujo núcleo urbano já teria importância nos séculos X e XI. “O seu território, nos limites ocidentais da cora de Ocsonoba [divisão administrativa de Faro], estendia-se até ao Guadiana, pelas terras férteis do

⁵⁴ *Kitab al-I'bar*, II, p. 185.

⁵⁵ *Historia Compostelana*, Trad. por Fr. Manuel SUÁREZ. Santiago de Compostela: Editorial Porto, 1950, pp. 192-195.

⁵⁶ PICARD, Christophe – “La Navigation Médiévale des Musulmans entre Méditerranée et Océan Atlantique (IXe – XIIe Siècles)”. in *Arqueologia Medieval* 9 (2005), p. 15.

litoral”⁵⁷. As alterações nos sistemas de areias começaram a dificultar a acostagem dos barcos, pelo que a praça de Cacela foi perdendo importância para Tavira.

Pelas descrições da *Historia Compostelana*, assim como de al-Idrisi e al-Himyari, podemos apontar para que, em 1147, ano da conquista de Santarém e Lisboa, existissem esquadras de guerra, no que ao atual território português diz respeito, em Cacela, Silves e Lisboa. Quanto a Alcácer, que, em finais do século X, serviu de base para os ataques do califado de Córdoba sobre Santiago de Compostela, há a tentação de pensar que manteria uma marinha de guerra com um projeto estruturado. A questão é que o redator da *Historia Compostelana*, que parece bem informado sobre a origem do mal que, todos os anos, desde meados de abril a meados de novembro, se abatia sobre as costas da Galiza⁵⁸, nunca refere navios provenientes de Alcácer. Ao lermos o que, cerca de 30 anos depois, escreveu al-Idrisi, ficamos com a impressão de uma cidade que retirava a riqueza do comércio e da construção naval. Vale a pena atentar no discurso do geógrafo: “Alcácer é uma bonita vila de extensão regular, construída na margem do Setúbal, grande rio por onde navega um elevado número de embarcações e navios de comércio. A margem está rodeada por bosques de pinheiros, com que se constroem muitos barcos”⁵⁹. Nada refere sobre marinha de guerra. Mas, por exemplo, em Silves, cidade com um porto de rio a pouca distância do mar, identifica arsenais⁶⁰.

Já al-Himyari, no cômputo das cidades andaluzas com estaleiros navais, inclui Alcácer, a par de Algeciras, Alicante, Dénia, Saltes, Santa Maria (Faro) e Silves⁶¹. No campo dos recursos naturais, menciona os pinhais que rodeavam a cidade⁶². Também não se esquece de uma alusão à produção de leite, manteiga, mel e carne⁶³. Ao contrário do que acontece, por exemplo, em relação a Dénia, nada diz a propósito de uma eventual esquadra em Alcácer. Sobre a cidade do Levante do al-Andalus, deixa claro: “Era daqui que saíam os navios muçulmanos”⁶⁴, numa alusão às atividades corsárias do reino de taifa liderado por Mujahid, um liberto de al-Mansur Ibn Abi Amir, durante o princípio do século XI. Quanto a Alcácer, é descrita como uma cidade média junto a um grande rio, percorrido por barcos

⁵⁷ CATARINO, Helena – *O Algarve Islâmico: Roteiro por Loulé, Silves e Tavira*. Lisboa: Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 2002, p. 33.

⁵⁸ “Destruíam e queimavam igrejas, saqueando-as, matavam ou aprisionavam os homens, levavam como cativos as crianças e as mulheres, roubavam quanto necessitavam, cortavam arvoredos e vinhedos, incendiavam casas e até invadiam e assaltavam castelos” (*Historia Compostelana*, pp. 281-283).

⁵⁹ *Nuzhat al-Mushtaq*, p. 170.

⁶⁰ *Kitab al-I'bar*, II, p. 169.

⁶¹ AL-HIMYARI – *Kitab r-Rawd al-Mi'tar fi Ahbar al-Akhtar*. Trad. por E. LÉVI-PROVENÇAL – *La Péninsule Ibérique au Moyen Âge d'après le Kitab ar-Rawd al Mi'tar fi Habar al-Akhtar d' Ibn Abd al-Mu'nim al-Himyari*. Leiden: E. J. Brill, 1938, p. XXX.

⁶² *Idem*, p. XXVIII.

⁶³ *Idem*, p. 193.

⁶⁴ *Idem*, p. 95.

de carreiras comerciais⁶⁵. Se visitarmos a obra de Christophe Picard, uma ideia semelhante é apresentada. O investigador defende que a cidade terá sido, do século XI até à conquista cristã definitiva, em 1217, um porto comercial⁶⁶. Mais do que um desenvolvimento militar, segundo explica, a infraestrutura conheceu um impulso ligado às rotas comerciais que emergiram no contexto das taifas.

Tal não obsta, como é óbvio, a que o porto de Alcácer fosse frequentado por embarcações de guerra, que necessitassem de reparação ou manutenção. É possível argumentar ainda que um navio comercial pode ser transformado em embarcação de guerra. Mas, em Alcácer, não parece estarmos perante uma marinha de guerra organizada e com um projeto definido, como em Almeria ou Sevilha. Os almorávidas Banu Maymun, família especializada nas lides do mar e que comandava estas frotas, mantiveram-se em articulação com os interesses do império, que, evidentemente, também passavam pelo comércio. Os documentos provenientes da Genizah do Cairo, por exemplo, mostram as relações a este nível entre Muhammad b. Maymun, de Almeria, e o sultão de Bougie, na atual Argélia⁶⁷. Fontes como Ibn Idari e al-Zuhri também revelam ataques, não só a localidades costeiras, como a regiões no interior, caso da distante Edessa, no atual território da Turquia, o que implicava o transporte de exércitos⁶⁸. São precisas mais evidências para afirmar que algo de semelhante existia em Alcácer. Os indícios disponíveis apontam para que, à época da conquista de Santarém e Lisboa, Sidray b. Wazir, que incluía aquela cidade nas suas possessões, controlasse sobretudo um importante porto comercial, dotado de infraestruturas de construção e reparação naval. Já Ibn Qasi, que dominava Silves, estaria em vantagem, com a propriedade de uma marinha de guerra. Tinha outra mais-valia: a aliança com Ali b. Isa b. Maymun, almirante de Cádiz.

Ainda assim, ao olharmos para a conquista cristã de Lisboa, somos tentados a pensar que Alcácer poderia ter socorrido a cidade sitiada. Porém, a partir de 1144, a rebelião contra os almorávidas veio separar as regiões, que assumiram interesses diferentes. Alcácer, que reconheceu o poder almóada por meio de Ibn Wazir, não fazia parte da órbita de Lisboa e, como parece emergir das fontes, não seria detentora de uma marinha de guerra estruturada. Além disso, se a possuísse, teria participado da tomada de Sevilha, em janeiro de 1147, situação que teria contribuído para um desgaste e menor capacidade de resposta. A ter existido esta

⁶⁵ *Kitab r-Rawd al-Mi'tar*, p. 193.

⁶⁶ PICARD, Christophe – *L'Océan Atlantique Musulman. De la Conquête Arabe à l'Époque Almohade*. Paris: Maisonneuve & Larose, 1997, p. 384.

⁶⁷ GOITEIN, S. D. – *A Mediterranean Society*, I. Berkeley: University of California, 1967, p. 310.

⁶⁸ IBN IDARI AL-MARRAKUSHI – *Al-Bayan al-Mugrib*. Trad. por Ambrosio HUICI MIRANDA – *Nuevos Fragmentos*, p. 155; AL-ZUHRI – *Kitab al-Dja'rafiyya*. Ed. por Mahammad HADJ-SADOK. in *Bulletin d'Études Orientales*, XXI. Damas: Institut Français de Damas, 1968, p. 232.

frota, também não sabemos que dimensão apresentaria. Mas existe outra questão a considerar.

A crónica *De Expugnatione Lyxbonensi*, que narra a conquista de Lisboa, alude a um acordo de paz entre Afonso Henriques e o rei de Évora: Ibn Wazir. Ao abrigo do mesmo, o senhor do Gharb ter-se-á escusado a satisfazer o pedido de socorro dos sitiados. David Raymond Goodrich, num trabalho de 1978 que se tornou referência quanto ao estudo de Ibn Qasi e da revolta dos muridinos, põe em causa a existência de tal pacto, atribuindo-o a propaganda cristã⁶⁹. Por sua vez, José Mattoso deixa no ar a sugestão de que Afonso Henriques precisaria de acordos semelhantes para conquistar a sul ou sobreviver às adversidades⁷⁰. O argumento tem pertinência. Por exemplo, em 1173, após a morte de Muhammad b. Sad b. Mardanis, senhor do Levante do al-Andalus, Afonso Henriques teve receio de ser esmagado pelo poder almóada entretanto liberto do incómodo causado pelo chamado “rei lobo” e apressou-se a pedir uma trégua de cinco anos. Mas, em junho de 1147, quando começou o cerco a Lisboa, a conjuntura tinha anulado os seus diretos adversários. Em janeiro, Ibn Wazir, de Évora e Beja, foi obrigado a enviar tropas a Sevilha para servir os interesses almóadas. Ibn al-Abbar refere que um filho do senhor de Évora, Abu Bakr b. Wazir, participou da operação⁷¹. Em março, Santarém, que até então funcionava como zona-tampão, reverteu para o poder dos cristãos e abriu-se um corredor direto sobre os domínios de Ibn Wazir. Em finais de 1147, os senhores do Gharb voltaram a declarar independência. Nesta fase, surgiu uma nova personagem, Ibn al-Hajjam, que começou a disputar Badajoz ao senhor de Évora e Beja e terá cumprido os objetivos em finais de 1147⁷².

O assédio a Lisboa decorreu entre junho e outubro de 1147 e, durante este período, talvez o principal interesse de Ibn Wazir fosse defender o domínio sobre Badajoz. A sorte da atual capital portuguesa, fora da sua zona de influência, não deveria constituir grande preocupação, a não ser pelo facto de deixar o seu território mais vulnerável aos ataques cristãos. Neste contexto, parece lógico que tenha negociado uma trégua com Afonso Henriques, para eliminar o perigo de um inimigo na retaguarda. Também temos de colocar a hipótese de Afonso VII, cujo grosso das forças militares estava ocupado na conquista de Almeria, ter ordenado o reforço do castelo de Coria, que detinha desde 1142⁷³ e que, pela Via da Prata, estivesse a pressionar Cáceres e o acesso a Badajoz. Mas Ibn Wazir não

⁶⁹ GOODRICH, David Raymond – *A Sufi Revolt in Portugal: Ibn Qasi and his Kitab Khal'al-Na'layn*. New York: Columbia University, 1978 [texto policopiado], p. 24.

⁷⁰ MATTOSO, José – *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Temas & Debates, 2007, p. 206.

⁷¹ *Al-Hullat al-Siyyara*. Trad. por David LOPES, p. 107.

⁷² KHAWLI, A. – “Le Garb al-Andalus à l'Époque des Secondes Taifas”, p. 28.

⁷³ *Anales Toledanos*, p. 346.

tinha apenas de lutar contra Ibn al-Hajjam, que lhe tentava subtrair Badajoz, ou temer o eventual perigo de Leão e Castela ou Portugal. Ibn Qasi, agora confinado a Silves, e al-Batruqi, de Niebla, eram também seus inimigos. Estava, portanto, imerso nos assuntos do Gharb, com problemas mais do que suficientes para se deter grandemente numa questão como a de Lisboa.

Para Afonso Henriques, a trégua não seria absolutamente imprescindível, mas, claro está, favorável, permitindo mais liberdade de movimentos face a Afonso VII. À luz deste acordo, talvez seja mais compreensível o facto de ter ordenado a desmobilização das hostes portugalenses do cerco a Lisboa e o reforço do contingente defensivo em Santarém⁷⁴. Sabia que Ibn Wazir não iria socorrer a cidade e que a situação dentro das muralhas se encontrava cada vez mais degradada. Uma presença mais sólida em Santarém poderia justificar-se face à extrema instabilidade no Gharb em finais de 1147. Resumindo, ao darmos as “pazes” entre Afonso Henriques e Ibn Wazir como certas, a existência de uma marinha de guerra em Alcácer não teria efeito sobre a realidade de Lisboa, pois nenhum barco deixaria o porto da cidade do Sado.

Fado de Lisboa

Em outubro de 1147, o Mediterrâneo encontrava-se mergulhado em grande perturbação social e política. Emergiram quatro frentes de batalha cristãs permeadas pelo espírito cruzadístico. A oriente, travava-se a II Cruzada e o império bizantino era obrigado a defender-se dos normandos da Sicília. A ocidente, onde múltiplos atores disputavam os despojos do império almorávida, tentava-se a conquista de dois portos decisivos para a navegação e o comércio: Lisboa e Almeria. Afonso Henriques, o autoproclamado rei de um pequeno país de periferia, foi apenas uma das personagens que souberam tirar partido da conjuntura acelerada pela desmilitarização forçada do al-Andalus, a qual se traduziu na transferência de homens e equipamentos para o esforço de guerra contra os almóadas no Magrebe. A morte do emir Ali b. Yusuf, em janeiro de 1143, veio deitar por terra as últimas esperanças de conservação do império, ao suscitar uma guerra civil entre as tribos que compunham a confederação almorávida, devido a discordâncias sobre a sucessão.

No Gharb al-Andalus, dois projetos políticos com alguma dimensão territorial, seguidos de um terceiro com pretensões de globalidade, tentaram afirmar-se na transição entre os impérios almorávida e almóada. De agosto de 1144 ao início

⁷⁴ *De Expugnatione Lyxbonensi*, p. 111.

de 1145, Ibn Qasi reuniu aliados junto da elite militar e naval para um modelo de potentado assente no sufismo. Mostrou vontade de controlar o Gharb, ao tentar conquistar Sevilha, e de firmar uma posição em Córdoba, mas teve os planos contrariados pela débil coesão do seu grupo de apoio e pela procura de relevância política de figuras adversárias. Yahia b. Ghanya, o governador almorávida de Córdoba, esforçou-se por manter unidos os fragmentos do império e conseguiu impedir a tomada de Sevilha.

A morte do emir Tashfin b. Ali, em março de 1145, suscitou o aparecimento de um segundo projeto: o de Ibn Hamdin, juiz de Córdoba, que se proclamou novo emir dos muçulmanos. Com o auxílio militar de Ibn Wazir, entretanto de relações cortadas com Ibn Qasi, manteve-se na ribalta entre março de 1145 e fevereiro de 1146. Mas Ibn Ghanya, o governador almorávida, voltou a mostrar capacidade para anular o perigo e afastou Ibn Hamdin de Córdoba. Embora pouco depois tenha perdido a cidade para Afonso VII, uma reviravolta impulsionada pela chegada dos almóadas ao al-Andalus levou o imperador a devolver-lhe a urbe. Em março de 1147, caiu Marraquexe e a dinastia almorávida foi massacrada pela espada almóada.

Pouco depois, surgiu uma tentativa de um terceiro projeto político. Ibn Ghanya procurou afirmar-se no al-Andalus, ao mesmo tempo que enviou o príncipe almorávida al-Sahrawi ao Magrebe, para, a partir de Ceuta, tentar recuperar o poder. O momento não poderia ser mais oportuno. No al-Andalus, novos tumultos tinham levado à perda de Sevilha pelos almóadas. No norte de África, a rebelião suscitada por mais um candidato a messias, Ibn Hud, colocou o califa Abd al-Mumin à beira da derrota. Ao conquistar Algeciras e angariar aliados em Ceuta, o governador Ibn Ghanya parecia querer controlar a passagem entre o al-Andalus e o Magrebe.

O percurso do partido almóada até ao poder, que durou cerca de 30 anos, não foi, assim, tão fácil quanto algumas fontes pretendem transmitir. Em 1130, com o cerco falhado a Marraquexe, o massacre das suas tropas e, pouco depois, a morte do messias (*mahdi*) Ibn Tumart, o insucesso parecia uma certeza. Uma década de pregação e oposição ao regime almorávida não tinham produzido resultados políticos tangíveis. Nomeado herdeiro do *mahdi*, Abd al-Mumin teve trabalho para impor-se entre as tribos e os companheiros de armas. A longa guerra contra os almorávidas, entre 1139 e 1147, dificultou o trilho para Marraquexe e, quando finalmente a cidade foi conquistada, estalou a rebelião de Ibn Hud, personagem com origem em Salé, e as tribos aproveitaram para sacudir o poder almóada. Com a exceção de Marraquexe, o califa perdeu o controlo sobre o território e teve de recuperar lealdades e esmagar rebeldias. Neste contexto, eclodiu a revolta de Ceuta,

com a passagem do príncipe al-Sahrawi ao norte de África e a tentativa de Ibn Ghanya no sentido de restaurar o poder almorávida.

Herdeiro do poder após a morte do pai, em 1143, o emir Tashfin b. Ali tentou ser um ponto de inflexão na derrocada do império. Algumas razões vedaram-lhe o sucesso. A forma de fazer a guerra no Magrebe era muito diferente das técnicas usadas nos fossados e algaras do al-Andalus. Não estava habituado a combater nas montanhas, propícias a emboscadas e táticas mais do âmbito da guerrilha. Depois, não só enfrentou uma guerra civil contra os massufas, que, em conjunto com os lamtunas e outras tribos, formavam a confederação almorávida, como procurou castigar as fações desertoras, o que provocou uma dispersão de forças. Há ainda a considerar o desânimo das tropas almorávidas pelas sucessivas derrotas. Tashfin foi perdendo base de apoio, o que terá obrigado a diversas reorganizações do exército, ao passo que os almóadas se destacavam pela disciplina férrea. A morte aos milhares e os exércitos em movimento tiveram também o condão de desorganizar a agricultura, com baixas na produção, aumento de preços, fomes generalizadas e caos social. Menos riqueza produzida redundou em menos receita fiscal. Para compensar as perdas, quem tinha condições para pagar os impostos viu-se ainda mais sobrecarregado, o que, em efeito de bola de neve, aumentou o descontentamento. Menos dinheiro em mãos almorávidas significou, ainda, menos fundos para financiar campanhas, manter o exército disciplinado e pagar lealdades. Como explica Ibn Khaldun, a autoridade real assenta em dois pilares: um forte sentimento de grupo, extensível aos exércitos; e dinheiro, para sustentar os soldados e manter a estrutura de apoio ao poder⁷⁵. Os almorávidas perderam ambos.

O al-Andalus não era impermeável à instabilidade e um tal contexto mostrava-se altamente favorável aos reinos peninsulares cristãos, que esmagavam as fronteiras para sul sem grande oposição. No tumultuado ano de 1147, Afonso Henriques viu uma oportunidade para conquistar Santarém e, assim, isolar Lisboa, que não lhe resistiu mais do que quatro meses. No al-Andalus, quem poderia ter contrariado tais aspirações, Ibn Wazir, estava mergulhado em questões internas, provavelmente a defender a posse de Badajoz e a sustentar as investidas de outros adversários, como Ibn Qasi. Já Afonso VII encontrava-se empenhado na conquista de Almeria. Anulados todos os oponentes, internacionais, regionais e locais, e garantida a vitória em Santarém, bastava a Afonso Henriques colher o fruto apetecido. Em 1142, também auxiliado por uma frota estrangeira, tinha falhado a conquista de Lisboa. Antes da rebelião no al-Andalus e sem Santarém nas mãos, talvez fosse cedo para o sucesso.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 246.

Mas o rei não beneficiou apenas da perturbação política entre muçulmanos. Em 1146, São Bernardo arregimentou a oratória para apelar à II Cruzada. Não faltaram lanças empenhadas, movidas pelo ardor religioso e os rendimentos do saque. Lisboa foi um dos principais episódios dessa cruzada que magros resultados rendeu à Cristandade. Quase 200 navios com homens de várias nacionalidades, costumes e línguas⁷⁶ sulcaram os mares do norte e desaguaram às portas da cidade, à época o refúgio de famílias que procuravam escapar ao caos do al-Andalus. Entre estas, encontravam-se as que tinham fugido da recém-conquistada cidade de Santarém, os nobres de Sintra, Almada e Palmela, além de comerciantes oriundos do al-Andalus e do Magrebe, que se viram prisioneiros do fogo cruzado. O relato dos eventos refere que Lisboa tinha “mais população do que se poderia imaginar”⁷⁷. Os edifícios formavam grandes aglomerados, com ruas estreitas, que favoreciam a insalubridade e a falta de higiene.

A peleja foi disputada, com sucessos e derrotas somados para ambas as partes. Ao fim de seis semanas, a fome começou a devastar dentro da muralha⁷⁸. Os cruzados ganharam ânimo, bem providos de produtos frescos e outros víveres. “Neste acumular de misérias”, os de Lisboa esperavam pela ajuda de Sidray b. Wazir. Mas o rei de Évora e Beja não apareceu, frustrando as expectativas de salvação. A falta de alimentos continuava a sua marcha destruidora e determinava deserções entre os mais pobres, que se passavam para o inimigo e revelavam os planos dos sitiados. O cerco intensificou-se a partir de meados de outubro, quando a fome e o mau cheiro dos cadáveres “angustiam pateticamente” os muçulmanos⁷⁹. Até os restos de alimentos lançados dos navios, que a maré fazia chegar à margem, eram recolhidos para consumo.

A 16 de outubro, ao mesmo tempo que Afonso VII se cobria de glória em Almeria, uma mina fez cair a muralha. Os muçulmanos continuaram a lutar. Três dias depois, a um domingo, preparou-se o assalto final com recurso a máquinas de guerra e à retórica do bispo do Porto. No dia 20, uma torre móvel ficou sitiada pela maré-cheia da noite. Os de Lisboa mantiveram a resistência e atacaram o engenho com fogo, mas os cruzados conseguiram defendê-lo. Na manhã de 21, a subida da maré voltou a envolver a torre e a favorecer os muçulmanos, que continuaram a atacar com fogo e pedras. Quando as águas desceram, a sorte regressou às hostes cristãs: “Os inimigos, já cansados, abandonaram o combate, desiludidos de qualquer expectativa de futuro”⁸⁰.

⁷⁶ *De Expugnatione Lyxbonensi*, p. 55.

⁷⁷ *Idem*, p. 79.

⁷⁸ *Idem*, p. 109.

⁷⁹ *Idem*, p. 115.

⁸⁰ *Idem*, p. 129.

O povoamento do termo de Lisboa no pós-Reconquista: o papel de duas casas monásticas dos arrabaldes na estruturação de um território (1147-1321)¹

André de Oliveira Leitão²

Introdução

O elogio da cidade de Lisboa, consubstanciado numa vasta tratadística de cariz simultaneamente histórico e geográfico, conhece hoje mais de quatro séculos de existência, desde que Damião de Góis deu à estampa a sua *Vrbis Olisiponis Descriptio* (Évora, 1554). O estudo daquela que, paulatinamente, se viria a afirmar como cabeça do reino de Portugal tornou-se um fértil campo de análise que, inclusivamente, mereceu a cunhagem de um termo específico para o designar – o de *olisipografia*, ou “ciência” da história de Lisboa³. No entanto, como tivemos a oportunidade de chamar a atenção em outro estudo⁴, embora já muito se tenha escrito sobre a história de Lisboa, a definição da matéria de análise da olisipografia enferma de um vício – a maior parte das monografias tende a privilegiar o espaço urbano (concentrado, primeiro, no interior da “cerca velha”, e depois extravasando o espaço desta para abarcar os territórios delimitados pela nova muralha fernandina),

¹ O presente estudo resulta da reformulação de uma parte da nossa dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em Dezembro de 2011, intitulada *O povoamento no Baixo Vale do Tejo: entre a territorialização e a militarização (meados do século IX-início do século XIV)*. O autor gostaria de deixar aqui expressos os seus agradecimentos ao mestre Luís Ribeiro Gonçalves (CIDEHUS-UE/CH-ULisboa) pela disponibilidade na execução dos mapas que acompanham o presente estudo.

² Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-ULisboa) e do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (CEHR-UCP). Email: a.leitao@campus.ul.pt

³ Veja-se uma síntese em torno do conceito de olisipografia e referências aos principais olisipógrafos em CASTELO-BRANCO, Fernando – *Breve História da Olisipografia*. Lisboa: Ministério da Cultura e da Ciência/Secretaria de Estado da Cultura/Instituto de Cultura Portuguesa, 1980.

⁴ Cf. OLIVEIRA LEITÃO, André e SANTOS, Filipa – “Presenças moçárabes em al-Ušbūna e seu alfoz (até 1147)”. in *Rossio. Estudos de Lisboa* [online]. N.º 1 (2013), pp. 92-103. Consultado em 10.11.2016. Disponível em http://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/revista_rossio/92. ISSN: 2183-1327.

relegando para segundo plano o vastíssimo aro rural que envolvia a cidade⁵. Assim, os mais variados trabalhos dados à estampa ao longo dos tempos consideraram o estudo da cidade dentro dos limites que, *grosso modo*, lhe foram traçados no final do século XIX (entre 1885-86 e 1895⁶), ao invés de englobarem as vastas extensões rurais que lhe estavam adstritas durante a Idade Média, e que compreendem os territórios dos modernos concelhos de Oeiras, Amadora, Odivelas, Loures e ainda partes dos de Sintra, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Arruda dos Vinhos e Vila Franca de Xira.

Como bem escreveu Duarte Nunes de Leão nos alvares do século XVII, “a grande cidade de Lisboa [...] é um Reino per si soo”⁷. Tomando esta afirmação como premissa básica de observação do espaço, procurámos fazer um exercício de geografia histórica, reconstituindo a cartografia do espaço envolvente da cidade – pois que, retomando a observação de Nunes de Leão, o “reino” que Lisboa encerrava em si mesmo só se podia manter com recurso a um amplo espaço rural. Para tal, recorreremos à observação deste espaço tomando como ponto de partida a documentação produzida por duas das maiores casas monásticas situadas já no espaço extramuros de Lisboa, a saber, São Vicente de Fora e São Félix e Santo Adrião de Chelas, ambas fundadas no decorrer do século XII. A sua proximidade à urbe, bem como a relativa precocidade da documentação que aí se preservou permitem-nos reconstituir, ainda que de uma maneira necessariamente aproximada (e, porventura até, difusa), o quadro daquilo que foi o termo de Lisboa nos primeiros séculos da sua existência. Desta forma, os bens detidos, quer pela Coroa, quer pelas Ordens Militares, quer ainda por particulares, ficaram de fora do nosso campo

⁵ Tais os casos das várias histórias e sínteses produzidas sobre a cidade de Lisboa, de desigual valor científico, como a já clássica obra de PRADALIÉ, Gérard – *Lisboa da Reconquista ao Fim do Século XIII*, trad. de Maria Teresa Campos Rodrigues. Lisboa: Palas Editores, 1975; ou duas sínteses mais recentes, a de COUTO, Dejanirah – *História de Lisboa*, 6.ª ed.; trad. de Carlos Vieira da Silva. Lisboa: Gótica, 2004. ISBN: 972-792-046-2, e a de SILVA, Carlos Guardado da – *Lisboa Medieval. A Organização e a Estruturação do Espaço Urbano*. Lisboa: Edições Colibri, 2008. ISBN: 972-772-288-1. No entanto, todas elas dão enfoque ao centro urbano e não ao seu amplíssimo espaço rural.

⁶ Através da Carta de Lei de 18 de Julho de 1885, era extinto o concelho de Belém e as suas freguesias situadas no perímetro da estrada da circunvalação eram anexas ao de Lisboa; em simultâneo, as freguesias mais meridionais do município dos Olivais, localizadas também no interior da circunvalação, eram incorporadas em Lisboa. Cerca de um ano mais tarde, por Decreto de 22 de Julho de 1886, foi extinto o concelho dos Olivais (ou, mais formalmente, a sua sede foi transferida para a povoação de Loures, onde se instalou uma nova edilidade), tendo sido redefinida a fronteira da cidade na sua zona nordeste, através da estrada militar, o que ditou a inclusão na capital de Camarate e a parte intramuros de Sacavém. Por fim, através do Decreto de 26 de Setembro de 1895, aquelas duas freguesias foram desanexas do concelho de Lisboa e incorporadas no de Loures (SILVA, Augusto Vieira da – *As Freguesias de Lisboa. Estudo Histórico*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1943).

⁷ Cf. LEÃO, Duarte Nunes de – *Descrição do Reino de Portugal*, [3.ª ed.]. Transcrição do texto, aparato crítico e biografia do autor por Orlando Gama; estudos introdutórios de António Borges Coelho, João Carlos Garcia e Suzanne Daveau; tradução e notas dos textos latinos de Amílcar Guerra. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 144. ISBN: 972-98766-1-4.

de observação, ainda que tenham sido eventualmente preservados nos fundos monásticos mencionados. De igual modo, também os bens detidos pelos grandes mosteiros de Alcobaça e Santa Cruz, por outras unidades monásticas, pelas casas dos mendicantes ou pelas colegiadas urbanas de Lisboa ficaram de fora da nossa análise.

Quanto ao período em questão, ele medeia entre a data da expugnação da cidade, em 1147, e a produção do “catálogo das igrejas do reino”, composto entre 1320 e 1321. Se o *terminus a quo* se afigura lógico (pautado por uma conquista militar e a consequente modificação das estruturas de administração territorial, com uma elite muçulmana a ser substituída por uma cristã), o *terminus ad quem* foi escolhido tomando como ponto de partida a data em que os recebedores apostólicos procederam à taxação da dízima da maior parte das igrejas do reino. Trata-se de um período de tempo suficientemente vasto (perto de 175 anos) para nos permitir constatar a definição de uma ampla rede de povoamento rural, e que abarca a conhecida “inquirição” dos bens da Coroa e das ordens nos termos de Lisboa, Sintra e Torres Vedras, documento datado criticamente, através da análise dos seus dados internos (visto o mesmo não se encontrar datado) pelo diplomata Rui de Azevedo como tendo sido produzido *circa* 1220⁸. Apesar de todos os problemas colocados pela sua datação e pela própria tipologia do mesmo (tratar-se-ia de uma verdadeira inquirição ou apenas de um apontamento da chancelaria régia, que sobreviveu por acaso à passagem dos séculos?), esta “inquirição”, conservada nas Gavetas da Torre do Tombo⁹ e onde se alude, como já se disse, a vários bens régios e das ordens militares em Lisboa, Sintra, Torres Vedras e seus termos, constitui uma fonte importante para traçarmos uma radiografia de Lisboa e seus arredores em 1220, ou seja, perto de 70 anos após a “Reconquista”¹⁰. Através desta “inquirição”, verifica-se que as ordens militares detinham um importante conjunto de propriedades no espaço urbano e, sobretudo, nos extensos alfozes de Lisboa e Sintra. A “inquirição” revela um território bastante estruturado, no

⁸ Cf. AZEVEDO, Rui Pinto de – “Período de formação territorial: Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores”. in BAIÃO, António; CIDADE, Hernâni; MÚRIAS, Manuel (dir.) – *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I. Lisboa: Ática, 1937, p. 54.

⁹ Cf. A.N.T.T., *Gavetas*, I, maço 2, n.º 18.

¹⁰ A inquirição foi publicada primeiramente por RIBEIRO, João Pedro – *Memória para a História das Inquirições dos Primeiros Reinados de Portugal*. Coimbra, 1815, doc. 2, pp. 9-16; mais tarde voltou a publicá-la PEREIRA, Gabriel – *Lisboa e seus arredores (Inquirições do reinado de D. Afonso III. Século XIII)*. Lisboa, 1902, pp. 9-15; mais recentemente, foi a vez de VARGAS, José Manuel – “O património das ordens militares em Lisboa, Sintra e Torres Vedras, segundo uma inquirição do reinado de D. Afonso II”, in FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (coord.) – *Ordens Militares. Guerra, Religião, Poder e Cultura. Actas do III Encontro sobre Ordens Militares. Palmela, 22 a 25 de Janeiro de 1998*, vol. II. Lisboa/Palmela: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 1999, pp. 105-129. ISBN: 972-772-080-3. Além disso, foi ainda republicada no âmbito do projecto *Regnum Regis: As inquirições de 1220 e a génese da memória documental do reino medieval português* (POCTI/HAR/47271/2002), coordenado por Amélia Aguiar Andrade e sediado no Instituto de Estudos Medievais (FCSH-UNL). Consultado em 10.11.2016. Disponível em: http://iem.fcsh.unl.pt/imagens/files/regnumregis_rolpropriedades.pdf.

qual observamos, a par de vários lugares já anteriormente referidos nos cartórios monásticos, novas unidades de povoamento.

O período em causa conhece o seu epílogo com a tributação dos valores das dízimas a serem pagas pelas diferentes igrejas do reino – o catálogo, embora não sendo uma lista exaustiva de todas as igrejas portuguesas, permite-nos traçar uma radiografia aproximada do estado das mesmas no final do primeiro quartel do século XIV, constituindo um marco na estruturação do espaço do reino (ainda que o seja apenas sob o ponto de vista da observação eclesiástica do espaço); além disso, permite-nos ainda captar, entre o significativo número de núcleos de povoamento existentes, quais aqueles que, nos dois primeiros séculos da monarquia portuguesa, lograram alcançar a posição de sedes paroquiais e, por conseguinte, determinar a sua importância relativa no termo de Lisboa.

1. A territorialização do espaço no pós-Reconquista

Em Outubro de 1147, Lisboa é reconquistada definitivamente aos muçulmanos pelas forças portuguesas auxiliadas por uma frota de cruzados. No entanto, nas três primeiras décadas subsequentes à *Reconquista*, é escassa a documentação relativa a Lisboa que chegou até nós – seja a das chancelarias, seja a das casas monásticas. Este silêncio dificilmente pode ser interpretado como demonstrativo da inexistência de qualquer contrato de cariz económico na região – ainda que, como saibamos, a organização política do espaço se tenha processado mais tardiamente (Lisboa apenas recebe o seu primeiro foral em 1179, juntamente com Santarém e Coimbra). Contudo, o foral limitou-se a regular a relação do concelho e dos seus habitantes com o rei: não o cria *ex nihilo*, posto que a comunidade urbana já existia, neste caso, desde tempos imemoriais. Assim, com grande probabilidade, esta parcimónia documental traduz antes um problema de conservação do arquivo, de acordo com o significado que lhe dá Hermenegildo Fernandes: “lugar de ideologia, deformação da realidade mas ao mesmo tempo intervenção nela”¹¹. Desta forma, a representatividade do arquivo constitui, para este período tão recuado, um problema que obriga o historiador a escutar, não apenas os testemunhos dos diplomas, mas também os seus silêncios. Além disso, os dois mosteiros cuja documentação será alvo da nossa análise foram estabelecidos em ocasiões distintas; de igual forma, o mais antigo informe preservado nos cartórios de cada um deles conhece também fortuna diversa.

¹¹ Cf. FERNANDES, Hermenegildo – *D. Sancho II. Tragédia*, 2.ª ed. Lisboa: Temas e Debates, 2009, pp. 84-85. ISBN: 978-972-759-984-4.

As casas monásticas em causa tiveram já os seus cultores na historiografia contemporânea – como o demonstrou oportunamente Hermínia Vasconcelos Vilar em estudo sobre a historiografia religiosa medieval¹² –, os quais se abalançaram a realizar estudos de cariz sobretudo económico com base na documentação preservada, dizendo respeito a compras e vendas, doações, escambos, aforamentos e outros contratos de natureza enfitêutica; contudo, nem todos os trabalhos versam sobre o período primitivo (séculos XII e XIII), relativamente aos quais se conhece menos documentação. Com efeito, se a tese de mestrado de Carlos Guardado da Silva sobre o mosteiro de São Vicente¹³ abrange o período considerado, já a de Maria Filomena Andrade para o de Chelas¹⁴ abrange sobretudo o período da Baixa Idade Média. Em face do exposto, iremos proceder a uma análise das aquisições monásticas, tomando como ponto de partida os bens que estes dois mosteiros agostinianos detiveram no aro rural de Lisboa.

2. Os domínios de São Vicente e de Chelas

Para além da dissertação de Carlos Guardado da Silva, deve-se ainda destacar o estudo de Isabel Branquinho sobre a composição patrimonial durante o priorado de D. Paio Gonçalves¹⁵. De facto, devem-se a São Vicente – o mais antigo dos cenóbios fundados na periferia de Lisboa – os primeiros testemunhos que possuímos sobre a ocupação do espaço rural de Lisboa. Datam da década de 1170 (com um único caso isolado), sendo, no entanto, a partir da década de 1180 que se iniciam, de modo mais sistemático, as compras, doações e escambos entre esta unidade monástica e particulares na região em estudo. No caso de São Vicente, a maior parte das aquisições conservadas ficou a dever-se a compras, sobretudo de terras de vinha, nas regiões de Alvalade¹⁶ e periferia (Lumiar, Charneca, Concha, Telheiras), bem

¹² Cf. VILAR, Hermínia Vasconcelos – “Estruturas e protagonistas religiosos na historiografia medieval”. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 2.ª Série, n.º 21 (2009), pp. 125-151. ISSN: 0076-1508.

¹³ Cf. SILVA, Carlos Guardado – *O Mosteiro de São Vicente de Fora. A Comunidade Regrante e o Património Rural (Séculos XII-XIII)*. Lisboa: Edições Colibri, 2008. ISBN: 972-772-288-1.

¹⁴ Cf. ANDRADE, Maria Filomena – *O Mosteiro de Chelas: uma comunidade feminina na Baixa Idade Média. Património e gestão*. Cascais: Patrimonia, 1996. ISBN: 972-744-020-7.

¹⁵ Cf. BRANQUINHO, Isabel – “Estratégias de composição do património do Mosteiro de São Vicente de Fora – priorado de D. Paio Gonçalves (1172-1205)”. in *A Nova Lisboa Medieval. Actas do I Encontro*. Lisboa: Edições Colibri, 2005, pp. 75-88. ISBN: 972-772-590-2.

¹⁶ Sobre o étimo Alvalade, cf. a nossa síntese em VIVAS, Diogo e OLIVEIRA-LEITÃO, André de – “A presença islâmica no Alentejo Litoral. Uma abordagem à luz da toponímia”. In SILVA, I.; MADEIRA, J.; FERREIRA, S. (coord.) – *Actas do 1.º Encontro de História do Alentejo Litoral. 18 e 19 de Outubro de 2008*. Sines: Centro Cultural Emmerico Nunes, 2009, ISBN: 978-972-99027-5-8, p. 225: “hoje parece comumente aceite a sua origem no vocábulo *al-balaḡ* com o significado geral de «parte chata ou plana, plano, chão», donde «campo, terreno plano, planície» (sendo essa a característica física dos terrenos que levou à adopção deste topónimo). No entanto, David Lopes propôs que a origem do topónimo fosse o substantivo latino *palatium* («palácio, paço») precedido do artigo árabe *al-*, atestado em outros topónimos, como na derivação regressiva

como terras de herdade, na região de Alpriate, como se pode depreender da análise do **Quadro I** (cf. Anexos), havendo ainda a elencar algumas doações (constantes do **Quadro II**) e, residualmente, os escambos e permutas (assinalados no **Quadro III**).

A inquirição de c. 1220 (cf. **Quadro IV**) revela-nos um património consolidado que, na maior parte dos casos, parece não ter tradução com a documentação preservada pelo mosteiro, isto é, não chegaram até nós os informes relativos à forma como foram adquiridos, salvo a granja referida em São Julião do Tojal, de que conhecemos o documento de doação, datado de 1218; além disso, deve ainda assinalar-se a passagem de duas cartas de povoamento concedendo privilégios a todos os povoadores que aceitarem courelas nos lugares do Tojal e de Carnide, bem como aos seus descendentes, a título perpétuo e hereditário, contra o pagamento de várias exações ao mosteiro (cf. **Quadro V**).

Relativamente ao mosteiro de São Félix de Chelas, onde teria existido um antigo cenóbio que viria a ser refundado durante o reinado de D. Afonso Henriques como mosteiro de regrantas agostinhas, o mais antigo informe que aí subsiste data de 1183. No fundo do mosteiro de Chelas preserva-se ainda muita documentação relativa a doações régias a particulares para os primeiros anos da sua existência. Tal como para São Vicente, a maior parte dos testemunhos diz respeito a compras, havendo também algumas aquisições por doação, destacando-se sobretudo as vinhas em Leceia e as herdades no Arranhó (cf. **Quadros VI, VII e VIII**).

Com base na documentação compulsada (que figura nos quadros elencados em anexo), podem-se traçar, desde logo, algumas conclusões preliminares relativamente ao quadro das compras, doações e escambos das suas maiores unidades monásticas situadas na periferia de Lisboa. Em primeiro lugar, importa referir que os mosteiros em causa foram fundados e amplamente engrandecidos e privilegiados pelos monarcas portugueses; ambos parecem manter uma estreita ligação com velhos santos moçárabes que teriam sido cultuados na região antes e durante o domínio muçulmano da Península – em São Vicente, o mártir hispânico do mesmo nome, cujas relíquias eram cultuadas no Cabo de São Vicente, no Algarve, e que foram solenemente trasladadas para Lisboa em 1173; em Chelas, os também mártires Félix, Adrião e Natália (da mesma forma que, em Santos-o-Velho,

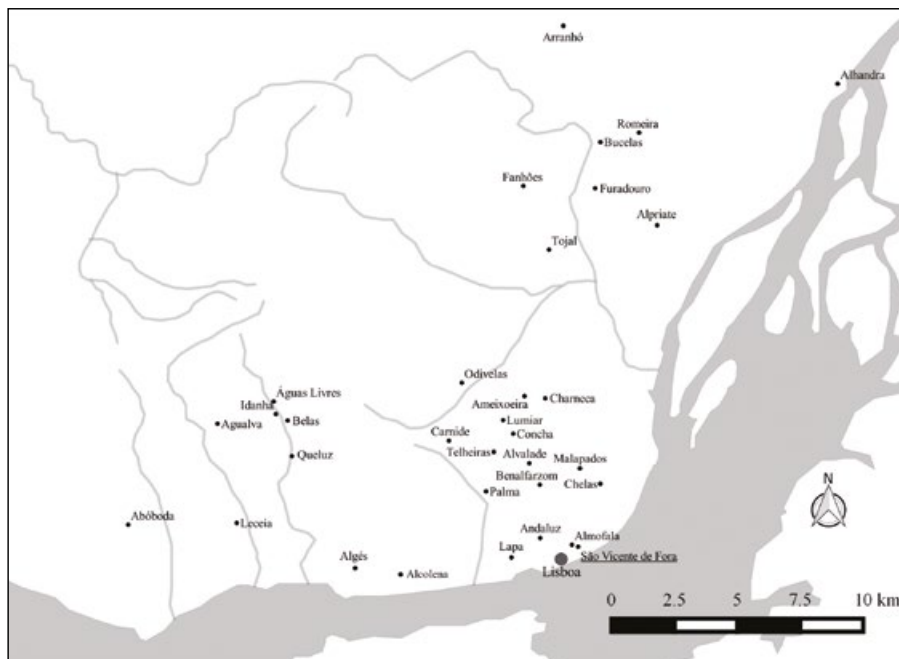
de Almoſter < *al-Monasterium* (cf. LOPES, David – “Toponímia árabe de Portugal”. in *Revista Lusitana*. Lisboa. Vol. XXIV (1922), pp. 264-265). No entanto, como notou Joaquim da Silveira, a consoante final da palavra (*fā'*), uma das letras enfáticas do alfabeto árabe, sendo fortemente aspirada, não poderia, pelas leis da fonética, corresponder à evolução do *t* romance de *palatium* (que nesta altura já teria adquirido o som sibilante de *s*, como em paço ou palácio), propondo assim, em alternativa, a significação que é hoje aceite (cf. SILVEIRA, Joaquim da – “Toponímia portuguesa (esboços)”. in *Revista Lusitana*. Lisboa. Vol. XXIV (1922), pp. 193-198)”. O topónimo surge já mencionado em documentação cristã do início do século X, embora referindo-se a outras povoações com o mesmo nome, no Centro do País (id., *ibid.*); a primeira menção à Alvalade ulissiponense é das mais antigas da documentação para o espaço em apreço (década de 1180).

se cultuavam os santos Veríssimo, Máxima e Júlia, cujas relíquias aí se preservavam e que mereceram até uma menção no *De Expugnatione Ulyxbonensi*, quando o cruzado inglês se refere ao culto destes antigos mártires no sítio de *Compolet*¹⁷). Ambos os mosteiros eram de cónegos regrantes agostinhos, sendo um feminino (as donas de Chelas) e outro masculino (São Vicente), estando assim eclesiasticamente vinculados ao não menos importante mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

Sob o ponto de vista da ocupação do território, constata-se, como nos recorda Isabel Branquinho, a “territorialização do conjunto dos bens rurais: as vinhas concentravam-se em Alvalade, Concha, Chelas, sempre a menos de uma jornada da urbe. As herdades, num raio substancialmente maior. [...] Do conjunto geral das propriedades rústicas, doadas, compradas, aforadas e dadas em préstamo, ressaltam de imediato alguns núcleos e linhas de expansão territorial”¹⁸. Verifica-se uma tendência para a ocupação de certos espaços por determinadas casas monásticas, tendendo assim para o engrandecimento espacial dos seus domínios, de uma forma territorialmente contínua; além disso, o estabelecimento dos domínios destes mosteiros parece ter seguido uma lógica de ocupação do espaço centrada primeiro nas áreas mais próximas dos arrabaldes, passando só depois, a

¹⁷ Cf. NASCIMENTO, Aires Augusto do (ed.) – *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado [= De Expugnatione Lyxbonensi]*. Ed., trad. e notas de [...] e introd. de Maria João Violante Branco. Lisboa: Vega, 2001, p. 79 e 95. ISBN: 972-699-683-X. De acordo com o cruzado inglês, as relíquias destes santos estariam guardadas no sítio de *Compolet*, topónimo que tem sido identificado com Campolide, e que seria a melhor tradução, aos ouvidos de um anglo-normando, da pronúncia do topónimo (da mesma forma que o castelo de Sintra seria latinizado em “castro Suchtrio” (cf. NASCIMENTO, Aires Augusto do (ed.) – *op. cit.*, p. 110). *Compolet* parece ser, de acordo com LOPES, David (“Toponímia Árabe de Portugal”, p. 268.), um híbrido de língua romance e árabe, com o significado de “Campo de Olide”, derivado do substantivo latino “campus” e do antropónimo masculino árabe “Walid” (o que, a confirmar-se tal asserção, poderia talvez designar a posse da dita terra por um certo Walid, reflectindo assim este topónimo a presença da língua romance como importante substrato linguístico num mundo predominantemente arabizado – lembremo-nos do exemplo aduzido por Álvaro de Córdova no seu *Indiculus luminosus*, onde deplorava o facto de os seus conterrâneos cristãos, no século IX, falarem e conhecerem o árabe, ao mesmo tempo que ignoravam por completo o latim em que se liam as Sagradas Escrituras), e constituído assim, talvez, uma importante indicação da sobrevivência moçárabe nos arredores de Lisboa. Já NASCIMENTO, Aires Augusto (*op. cit.*, p. 164), propõe em alternativa que o termo *Compolet* derive de dois étimos latinos, com o significado de “campo do olival”, o que não seria igualmente inverosímil atendendo à vegetação tipicamente mediterrânea dos arrabaldes de Lisboa, muito embora – julgemos nós – não explique de modo tão cabal como a deturpação de um “campus oliuae”, sugerida pelo autor da epístola, daria lugar a *Compolet*. De qualquer forma, a associação do topónimo *Compolet* à moderna Campolide não ressalta evidente, dado o cruzado afirmar que aí se erguera um templo arruinado à data da “Reconquista” – contendo as relíquias dos santos mártires Veríssimo, Máxima e Júlia, pelo que o *Compolet* do *De Expugnatione* não coincidiria espacialmente com a hodierna Campolide, mas sim com a zona de Santos, o que poderá traduzir ou uma deslocação do topónimo (o qual surge mencionado amiúde na documentação monástica), ou uma restrição da sua superfície primitiva, que traduziria assim uma zona mais ampla dos arrabaldes de Lisboa, não se encontrando limitada à actual freguesia do mesmo nome – por sinal, distante daquela onde se ergueu o mosteiro de Santos. Aires do Nascimento sustenta uma real destruição física da primeira ermida dos mártires, no lugar de *Compolet*, ainda antes da Reconquista, ficando apenas a memória do culto, sendo as relíquias pura e simplesmente trasladadas para a nova ermida, junto ao rio, no local a que por isso mesmo se chamou de “Santos”, baseando-se para tal numa leitura da *Vrbis Olisiponis Descriptio*, de Damião de Góis: “Foi dado ao local por ali terem estado guardados durante longos tempos os corpos dos santos mártires Veríssimo, Máxima e Júlia” (cf. NASCIMENTO, Aires Augusto do (ed.) – *op. cit.*, p. 79).

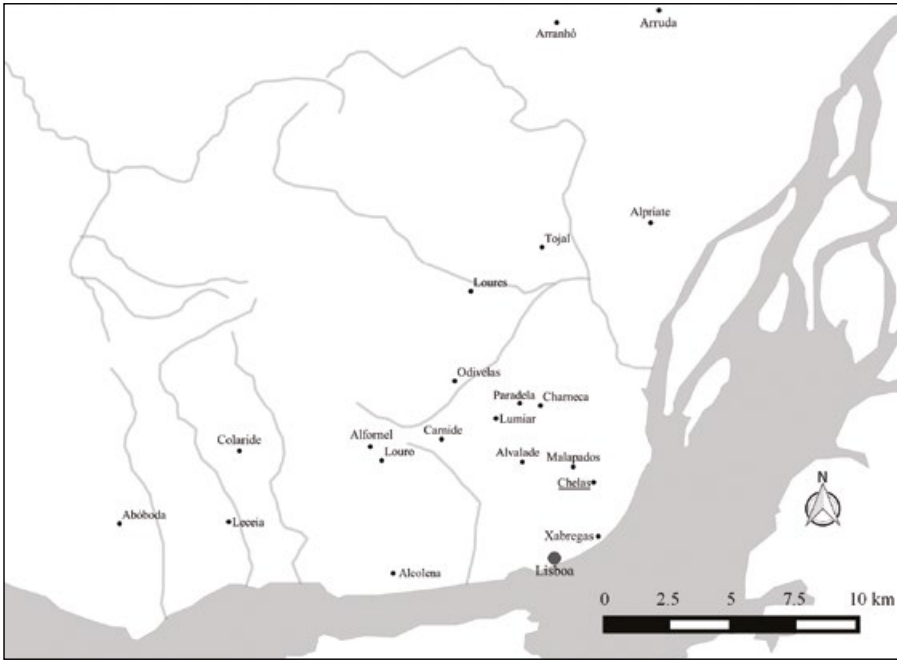
¹⁸ Cf. BRANQUINHO, Isabel – *loc. cit.*, pp. 84-85.



Mapa I – Bens adquiridos pelo mosteiro de São Vicente no termo de Lisboa (1173-1321).

partir da segunda metade do século XIII, para a periferia do termo, certamente menos povoada e, por conseguinte, menos sujeita a disputas pela sua posse. Tais parecem ser os casos da região de Alvalade-Telheiras-Concha, onde se multiplicam as aquisições por parte de São Vicente, bem como um conjunto de outras compras, um pouco mais distantes, ao longo do leito do rio de Sacavém, nas zonas da Romeira e de Bucelas¹⁹, no Tojal e em Alpriate, assim como ao longo do eixo Agualva-Águas Livres-Belas-Idanha-Queluz (cf. Mapa I); já Chelas, detendo embora também uma presença significativa na zona de Alvalade-Lumiar, parece privilegiar as compras

¹⁹ O topónimo Bucelas, na forma arcaica *Abuzelas*, parece derivar de uma qualquer *kunya* árabe – *Abū* seguido de um segundo elemento onomástico que não conseguimos deslindar e não, como sustentou LOPES, David (“Os Árabes nas Obras de Alexandre Herculano”. in *Nomes Árabes de Terras Portuguesas*. Colectânea organizada por José Pedro Machado. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa/Círculo David Lopes, 1968, p. 99), de uma alcaria de nome *Mawṣil* (nome cognato da cidade hoje iraquiana de Mossul), citada na *Takmilā* de Ibn al-Abbār como situada nos arredores de Lisboa. O arabista procurou interpretar este topónimo como Bucelas, embora não explique convenientemente como se processaria a passagem do *min* inicial árabe para o *b* romance, nem a assimilação do *lam* do artigo al-, visto tratar-se o *bā* de uma consoante lunar – ainda que não fosse impossível de isso suceder já em romance, pois nos falares ocidentais o *l* medial tende geralmente a ser elidido (cf. MARQUES, A. H. de Oliveira – “O «Portugal» Islâmico”. in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal, vol. II – Portugal das Invasões Germânicas à “Reconquista”*. Coord. de A. H. de Oliveira MARQUES. Lisboa: Editorial Presença, 1993, pp. 206-211. ISBN: 972-23-1719-9); assimilação desnecessária caso se tratasse, efectivamente, de uma *kunya*. A precocidade com que surge na documentação cristã e a evidente reminiscência toponímica árabe apontam claramente para um povoamento muçulmano nesta povoação do termo de Lisboa.



Mapa II – Bens adquiridos pelo mosteiro de Chelas no termo de Lisboa (1180-1321).

em espaços mais periféricos do termo, como os eixos Arranhó-Arruda, Alfofnel-Louro, e ainda uma importante concentração na zona de Leceia (cf. Mapa II).

Quanto à estruturação deste vasto território, consubstanciada no aparecimento, nas fontes, de novos topónimos no termo de Lisboa, verifica-se que uma parte bastante significativa das pequenas unidades de povoamento se achava já constituída até à data da “inquirição” de c. 1220 (cerca de 32 lugares), sendo que os cem anos que se seguiam até à produção do “rol das igrejas” de 1320-21 ditaram uma relativa estabilização no aparecimento de novas unidades (cerca de 22, muito embora várias delas apareçam já mencionadas anteriormente em documentação régia ou de particulares, pelo que o incremento não é assim tão significativo), tendendo, pelo contrário, para o desaparecimento de alguns topónimos mais arcaizantes que não subsistirão na documentação para além do século XIII (como o curioso topónimo de cariz arabizante Benalfarzom ou Benefarzom, nos arredores de Alvalade²⁰). Desta forma, é-nos possível traçar um mapa relativamente bem

²⁰ O prefixo *ben-* (correlato de *banū*) deste topónimo parece apontar para uma fixação clânica árabe (ou, até, berbere) neste lugar, muito embora não nos tenha sido possível descortinar qual a raiz do segundo elemento da palavra (cf. MARQUES, A. H. de Oliveira – “O «Portugal» Islâmico”, pp. 140-143, e ainda, sobre a ocupação arabo-berbere na região ocidental do Ândalus, veja-se o estudo clássico de LAUTENSACH, Hermann – *Maurische Züge im geographischen Bild der Iberischen Halbinsel*. Bonn: In Kommission bei Ferdinand Dümmlers Verlag, 1960). Este curioso lugar situar-se-ia nos limites de Alvalade, visto que, nos documentos que se lhe referem, alude-se sempre a uma relação de dependência (*in termino de Alvalade*),

estruturado do que poderia ter sido uma parte da ocupação humana no termo de Lisboa ao longo do século XIII e primeiro quartel do século XIV, com base nos domínios fundiários de São Vicente e Chelas.

3. Domínios fundiários e criação de paróquias

Como nos recorda Hermínia Vasconcelos Vilar, a normativa eclesiástica anterior a Trento não impunha a paróquia como base da organização religiosa²¹. Assim, o “rol das igrejas” de 1320-21, se “nos fornece uma visão globalizante, mesmo que não exaustiva, dos centros de culto [...], enumera um amplo conjunto de igrejas e as taxas colectadas, [...] não acrescenta qualquer referência adicional [...]. Apesar destes obstáculos, o rol de 1320 fornece-nos uma visão possível do espaço religioso da diocese no início do século XIV, mesmo que não totalmente abrangente ou até deformadora, por falta de informação”²².

Maria Alegria Fernandes Marques, por seu turno, salienta o facto de as igrejas aparecerem agrupadas por terras ou julgados dentro de cada bispado, talvez numa tentativa de fazer coincidir as paróquias religiosas com os espaços da administração concelhia, mas chama também a atenção para o facto de não ser possível distinguir se todas as igrejas mencionadas eram efectivamente sedes paroquiais, podendo existir “capelas representantes de devoções particulares ou de preenchimento de novos espaços dentro das vastas áreas das paróquias primitivas e dependentes das suas igrejas paroquiais”²³.

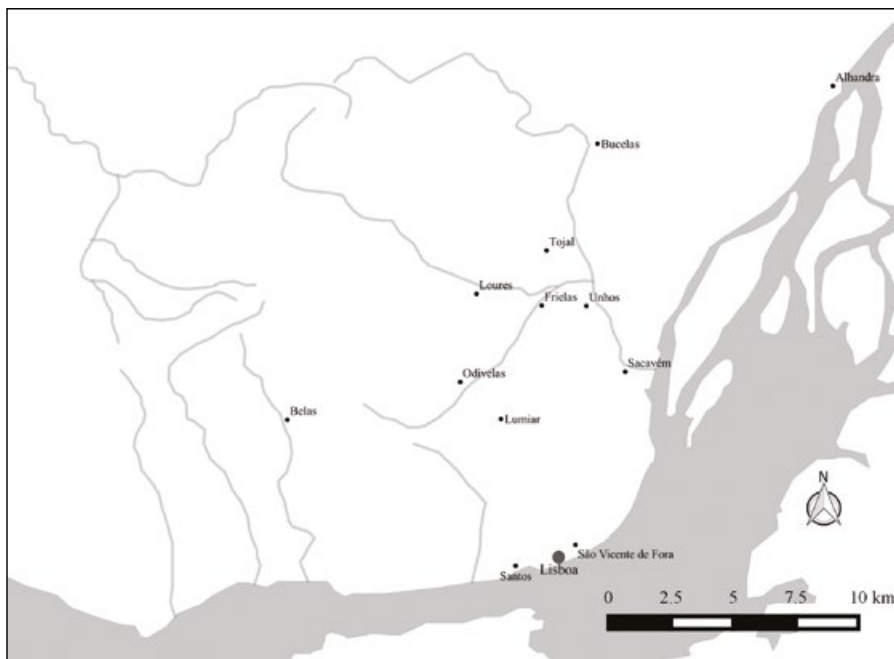
Assim, o “rol das igrejas”, embora muito detalhado para as 23 paróquias urbanas (já existentes desde a segunda metade do século XII), cita apenas, para o termo de Lisboa, três dos mosteiros que aí pontificavam (São Vicente de Fora, cujas mesa e capítulo tinham rendas avaliadas em 3150 libras, Odivelas, com as suas anexas de Frielas e Alenquer, avaliado em 2000 libras, e Santos, com a mesa e comenda avaliadas num total de 930 libras; note-se a ausência de Chelas da lista), e somente nove igrejas paroquiais (cf. **Mapa III**) – a igreja de São Julião de Frielas, anexa à mesa do mosteiro de Odivelas, como já se disse (e cujo valor taxado não aparece referenciado de forma autónoma); a igreja Santa Maria de Sacavém, avaliada num

constituindo um caso singular na documentação que compulsámos, pois parece indicar que os lugares do termo tinham também um termo jurisdicional. Contudo, este lugar mesmo parece não ter subsistido até aos nossos dias, visto desaparecer da documentação após 1220.

²¹ Cf. VILAR, Hermínia Vasconcelos – *As Dimensões de um Poder. A Diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999, p. 22. ISBN: 972-33-1490-8.

²² Id., *ibid.*, p. 22.

²³ Cf. MARQUES, Maria Alegria Fernandes – “Organização administrativa do Clero Secular”. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*, vol. IV – *Portugal em Definição de Fronteiras – Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*. Coord. de Maria Helena da Cruz COELHO e Armando Luís de Carvalho HOMEM. Lisboa: Editorial Presença, 1996, pp. 229-230. ISBN: 972-23-2039-9.



Mapa III – Estruturação paroquial do termo de Lisboa, segundo o rol das igrejas de 1321.

total de 830 libras; a igreja de São Silvestre de Unhos (380 libras); a igreja de São João Baptista do Lumiar (300 libras); a vigairaria da igreja de Loures (300 libras); a igreja de Santa Maria de Bucelas (250 libras); a igreja de Santa Maria de Belas (100 libras); a igreja de São Julião do Tojal (100 libras) e, finalmente, a vigairaria da igreja de Alhandra (30 libras). Destas, tinham raçoeiros (ou seja, estavam constituídas em igrejas colegiadas) as de Bucelas, Frielas, Sacavém e Unhos, por sinal, das mais ricas do termo (e mesmo até mais ricas que muitas das paróquias urbanas), se exceptuados os mosteiros. Estas quatro paróquias, a par da do Lumiar, faziam parte do padroado régio, competindo ao monarca designar o respectivo prior²⁴. Também a do Tojal estava constituída em colegiada desde a década de 1270, pertencendo o seu direito de padroado ao mosteiro de São Vicente; por fim, na vigairaria de Alhandra (note-se que não surge mencionada como igreja paroquial, mas apenas vigairaria) o direito de apresentação competia ao bispo de Lisboa. Apesar da profusão de lugares situados no termo de Lisboa, e que anteriormente elencámos, apenas uma dúzia

²⁴ Cf. BOISSELIER, Stéphane (ed.) – “Registre de l’assiette de la décime de 1320”. in *La Construction Administrative d’un Royaume. Registres de Bénéfices Ecclésiastiques Portugais (XIII-XIVe Siècles)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2012, pp. 109-203. ISBN: 978-972-8361-47-1. Para uma lista das igrejas do padroado régio na diocese de Lisboa e seus titulares, veja-se ainda o estudo de FARELO, Mário – “O padroado régio na diocese de Lisboa durante a Idade Média: uma instituição in diminuendo”. *Fragmenta Historica* [online]. N.º 1 (2013), pp. 39-108. Consultado em 20.06.2014. Disponível em: www2.fcsh.unl.pt/ceh/pdf/revista-num-actual/02_FRAGMENTAHISTORICA_1_MarioFarelo.pdf. ISSN: 1647-6344.

deles logrou chegar à condição de sede paroquial. Paróquias, na maior parte dos casos, territorialmente extensas, o que explicaria os elevados montantes das dízimas com que algumas eram taxadas – atente-se, por exemplo, no caso de Sacavém, a qual (talvez por isso mesmo), decidiu contribuir, desde 1288, para o sustento do Estudo Geral que D. Dinis haveria de estabelecer em Lisboa²⁵.

Parece-nos igualmente de destacar, neste contexto, a erecção da paróquia de São João Baptista do Lumiar pelo bispo de Lisboa, D. Mateus, em 2 de Abril de 1276²⁶ – facto a que não seria estranha a fervilhante actividade económica, certamente traduzida num aumento habitacional sustentado da região (territorialmente contínua) compreendida entre os lugares de Alvalade, Ameixoeira, Carnide, Charneca, Concha, Lumiar, Palma e Telheiras, e onde, como vimos, São Vicente de Fora se tornou o principal comprador e donatário de bens.

Conclusões

Procurámos, ao longo do presente estudo, elencar o quadro de aquisições de dois dos maiores mosteiros da periferia de Lisboa (São Vicente e Chelas) na zona do termo dessa mesma cidade, numa tentativa de reconstituir a rede de povoamento no pós-“Reconquista”. Aludimos já, em outro trabalho²⁷, a algumas hipóteses de trabalho em torno da ocupação moçárabe do alfoz de *al-Ušbūna* e, embora continuemos a saber ainda pouco acerca da colonização do espaço regional do Baixo Vale do Tejo durante o domínio muçulmano, parece-nos inequívoco que uma parte bastante substancial dos lugares que compunham o termo de Lisboa surge mencionada num período de tempo que varia entre os 30 e os 70 anos após a “Reconquista”.

Seriam, pois, estes lugares onde se vão instalar as pequenas unidades de produção ligadas aos mosteiros de São Vicente e Chelas, uma reminiscência das muitas vilas e aldeias dispersas à volta da *medina* de *al-Ušbūna*, de que nos fala o anónimo autor do *Dīkr Bilad al-Andalus*²⁸? Muito embora este texto tenha sido composto nos finais do século XIV ou inícios do século XV, deverá tratar-se, como em muitos outros produtos da cronística e da geografia árabes, de uma refundição de textos mais antigos, pelo que muito provavelmente esta afirmação prefigurava uma

²⁵ Cf. SÁ, Artur Moreira de – *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, vol. I – 1288-1377. Pref. de Marcello Caetano. Lisboa: Instituto de Alta Cultura/Centro de Estudos de Psicologia e História da Filosofia anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1966, p. 8.

²⁶ Cf. BRANDÃO, Frei Francisco, O. Cist. – *Monarquia Lusitana. Parte Quinta*. Ed. facsimilada, com introd. de António da Silva Rego e notas de António Dias Farinha e Eduardo dos Santos. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976, fl. 225.

²⁷ Cf. OLIVEIRA LEITÃO, André e SANTOS, Filipa – *loc. cit.*, p. 95.

²⁸ Cf. MOLINA, Luis (ed.) – *Una Descripción Anónima de Al-Andalus [Dīkr Bilad al-Andalus]*, tomo II – *Traducción y estudio*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto Miguel Asín, 1983, pp. 56-57. ISBN: 84-00-05434-2.

realidade mais antiga, dos tempos em que Lisboa era ainda *al-Ušbūna*; talvez essas múltiplas explorações agrícolas (*diyā'*, pl. de *al-day'a*) fossem o local onde, segundo a lição de Ibn Ḥawqal (ainda que reportando-se a outra área geográfica), habitavam “os milhares de camponeses que ignoram por completo a vida urbana, e que são os *Rūm* (cristãos)”²⁹. Ainda que careça de confirmações arqueológicas, estamos em crer que a abundância de povoações que surgem na documentação cristã não se deverá tanto a novas fundações, mas sim ao aproveitamento de estruturas populacionais preexistentes – e acaso não será “lugar”, como são mencionados na documentação cristã a maior parte dos topónimos de que temos vindo a falar, a tradução romance do termo árabe *al-diy'a*, que só tardiamente se vulgariza no léxico português³⁰?

A própria persistência de inúmeros topónimos de origem árabe na região, como constataram Hermann Lautensach³¹ ou José Pedro Machado³², parece ir de encontro a esta tese, visto que, como sustenta Hermenegildo Fernandes, parece testemunhar “uma grande concentração de povoamento árabe ou berbere na zona, que não foi [...] transformado pela conquista cristã, ou seja, esse povoamento não foi integralmente substituído por um novo povoamento de colonos vindos do Norte, porque [...] a toponímia teria mudado. [...] Quando a toponímia permanece, isso é um indicativo relativamente seguro [...] de que há uma continuidade desse povoamento”³³.

Apesar da aparente escassez de referências nas primeiras décadas após a *Reconquista*, encontramos atestados, até 1220, um conjunto de topónimos que parece testemunhar uma continuidade – se não na ocupação do espaço pelas mesmas comunidades, pelo menos uma persistência de topónimos que, embora não atestados nas fontes muçulmanas, revelam uma origem linguística árabe – e portanto a sua nomeação por uma comunidade humana precisa num período que, no nosso entender, apenas pode ser anterior a 1147.

Desta forma, 1147 parece marcar não uma ruptura abrupta com o passado, mas antes uma continuidade na maior parte das estruturas – se é certo que a população urbana de Lisboa foi passada a fio de espada pelos cruzados, não é menos certo que não possuímos quaisquer testemunhos para o que sucedeu às populações que

²⁹ Cf. IBN ḤAWQAL – *Opus Geographicum*. Éd. J. H. KRAMERS. Leiden: Brill, 1967, p. 111, *apud* LAGARDÈRE, Vincent – *Campagnes et Paysans d'Al-Andalus. VIIIe-XVe Siècles*. Paris: Éditions Maisonneuve et Larose, 1993, p. 101. ISBN: 2-7068-1069-6.

³⁰ Cf. VASCONCELOS, José Leite de – *Etnografia Portuguesa*, vol. II, reimp. facsimilada da ed. de 1982; notícia introdutória de Orlando Ribeiro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007, p. 282. ISBN: 972-27-0752-3.

³¹ Cf. LAUTENSACH, Hermann – *op. cit.*

³² Cf. MACHADO, José Pedro – *Sintra Muçulmana. Vista de olhos sobre a sua toponímia arábica*. Lisboa: na Imprensa Mediniana, 1940.

³³ Cf. FERNANDES; Hermenegildo – “«Mar Adentro»: Sintra e a organização do território entre Lisboa e o Oceano depois da Conquista Cristã”. in *Contributos para a História Medieval de Sintra. Actas do I Curso de Sintra (28 de Março – 2 de Junho de 2007)*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 2008, p. 89. ISBN: 978-972-8875-35-0.

habitavam os alfozes rurais de Lisboa e Sintra, sobre as quais nada sabemos e que podemos apenas conjecturar serem ou muçulmanos ou moçárabes. A maior parte das estruturas que vamos encontrar no aro rural de Lisboa – sejam terras de vinha, olivais, herdades, casais ou almuinhas, referenciadas sempre associadas a um dado topónimo –, seriam estruturas económicas criadas pela nova ordem cristã, estabelecida após a “Reconquista”, ou seriam elas mesmas estruturas, verificando-se apenas a natural transferência de terras entre os antigos proprietários e os novos colonizadores (muito embora a análise da onomástica nos revele que alguns dos intervenientes nos contratos de compra e venda ou de aforamento nesta região poderiam ter ainda origens moçárabes ou arabizantes nas décadas imediatamente posteriores à “Reconquista”³⁴, pelo que não é possível determinar com segurança o grau de substituição destas populações no termo de Lisboa). Até 1321, término do nosso estudo, a rede de povoamento em torno de Lisboa parece estar já bem estruturada, sendo que a maior parte dos lugares atestados subsiste, na maior parte dos casos, até hoje.

³⁴Cf. SILVA, Manuel Fialho e LOURINHO, Inês – “O hibridismo na sociedade olisiponense pós-1147”. [online]. Consultado em 10.11.2016. Disponível em www.academia.edu/22285169/O_Hibridismo_na_Sociedade_Olisiponense_pós-1147.

ANEXOS

Quadro I – Compras do mosteiro de São Vicente de Fora		
Data	Tipologia dos bens transaccionados	Lugares
1183-02	Uma vinha	Alvalade ³⁵
1183-04	Um quarto de uma vinha	Concha ³⁶
1185-12	Uma vinha e um quarto de um lagar	Alvalade ³⁷
1185-12	Uma herdade	Fanhões ³⁸
1187-04	Duas vinhas	Alvalade ³⁹
1187-09	Um terço de uma herdade	Fanhões ⁴⁰
1189-04	Uma vinha	Alvalade ⁴¹
1189-05	Uma vinha	Benefarzom, termo de Alvalade ⁴²
1190-07	Uma herdade	Bucelas e Romeira ⁴³
1190-10	Herdades	Bucelas e Romeira ⁴⁴
1190-10	Herdades	Odivelas ⁴⁵
1190-11	Um tojal	Bucelas ⁴⁶
1190-11	Uma vinha	Malapados ⁴⁷
1191-01	Uma herdade	Zima de Abuzelas ⁴⁸
1191-02	Uma herdade	Bucelas e Romeira ⁴⁹
1193-03	Uma vinha	Alvalade ⁵⁰
1193-03	Uma herdade	Fanhões ⁵¹
1194-07	Um oitavo de uma vinha	Alvalade ⁵²
1194-08	Uma herdade	Águas Livres ⁵³
1194-11	Parte de duas herdades	Águas Livres ⁵⁴
1196-03	Uma vinha	Alvalade ⁵⁵

[continua na página seguinte]

³⁵ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 2.

³⁶ Cf. ACABADO, Maria Teresa Barbosa (ed.) – *Inventário de Compras do Real Mosteiro de S. Vicente de Fora (Cartulário do século XIII)*. Coimbra, 1969, n.º 9.

³⁷ Id., *ibid.*, n.º 38 e 65.

³⁸ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 3.

³⁹ Cf. ACABADO, Maria Teresa Barbosa (ed.) – *Inventário...*, n.º 44 e 67.

⁴⁰ Id., *ibid.*, n.º 12.

⁴¹ Id., *ibid.*, n.º 46.

⁴² Cf. ACABADO, Maria Teresa Barbosa (ed.) – *Inventário...*, n.º 20.

⁴³ Id., *ibid.*, n.º 31.

⁴⁴ Id., *ibid.*, n.º 32.

⁴⁵ Id., *ibid.*, n.º 32.

⁴⁶ Id., *ibid.*, n.º 34.

⁴⁷ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 6.

⁴⁸ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 7.

⁴⁹ Cf. ACABADO, Maria Teresa Barbosa (ed.) – *Inventário...*, n.º 36.

⁵⁰ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 15.

⁵¹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 16.

⁵² Cf. ACABADO, Maria Teresa Barbosa (ed.) – *Inventário...*, n.º 52.

⁵³ Id., *ibid.*, n.º 37.

⁵⁴ Id., *ibid.*, n.º 49.

⁵⁵ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 18.

Quadro I – Compras do mosteiro de São Vicente de Fora		
Data	Tipologia dos bens transaccionados	Lugares
1199-01	Uma vinha	Benefarzom, termo de Alvalade ⁵⁶
1199-01	Uma vinha	Alvalade ⁵⁷
1200-11	Uma herdade	Carnide ⁵⁸
1204-01	Uma vinha	Benalfarzom, termo de Alvalade ⁵⁹
1205-01	Uma herdade e uma almuinha	Furadouro, junto do rio de Bucelas ⁶⁰
1206-04	Uma herdade	Alpriate ⁶¹
1206-06	Uma herdade	Alpriate ⁶²
1209-02	Uma vinha	Concha ⁶³
1211-05	Uma vinha	Fanhões ⁶⁴
1221-06	Uma granja	Alpriate ⁶⁵
1223-05	Uma granja	Alpriate ⁶⁶
1225	Uma granja	Alpriate ⁶⁷
1227-04	Uma herdade	Arranhó ⁶⁸
1229-11	Uma granja	Alpriate ⁶⁹
1238-05	Parte de uma herdade	Arranhó ⁷⁰
1238-12	Uma herdade	Pipa ⁷¹
1240-07	Uma marinha, uma salina e um figueiral	Tojal ⁷²
1241-05	Uma salina e figueiral	Fonte do Judeu, em São Julião [do Tojal] ⁷³
1258-05	Uma vinha e almuinha	Telheiras ⁷⁴
1266-06	Um olival	Abóboda ⁷⁵
1285-05	Sete oliveiras	Concha ⁷⁶
1286-08	Sete foros	Ameixoeira ⁷⁷
1286-08	Uma vinha	Poço entre Alvalade Grande e Telheiras ⁷⁸

⁵⁶ Cf. ACABADO, Maria Teresa Barbosa (ed.) – *Inventário...*, n.º 28.

⁵⁷ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 19.

⁵⁸ Cf. ACABADO, Maria Teresa Barbosa (ed.) – *Inventário...*, n.º 29.

⁵⁹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 22.

⁶⁰ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 24.

⁶¹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 31.

⁶² Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 32.

⁶³ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 37.

⁶⁴ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 42.

⁶⁵ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 2, n.º 14.

⁶⁶ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 2, n.º 19.

⁶⁷ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 2, n.º 21.

⁶⁸ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 2, n.º 26.

⁶⁹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 2, n.º 31.

⁷⁰ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 2, n.º 41.

⁷¹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 2, n.º 44.

⁷² Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 2, n.º 45.

⁷³ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 2, n.º 46.

⁷⁴ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 3, n.º 33.

⁷⁵ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 3, n.º 47.

⁷⁶ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 4, n.º 11.

⁷⁷ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 4, n.º 14.

⁷⁸ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 4, n.º 14.

Quadro II – Doações ao mosteiro de São Vicente de Fora		
Data	Tipologia dos bens doados	Lugares
1173-02	Meia herdade	Belas ⁷⁹
1187-09	Meia herdade	Carnide ⁸⁰
1191-02	Uma herdade	Carnide ⁸¹
1192-02	Uma vinha	Carnide ⁸²
1192-02	Uma vinha	Chelas ⁸³
1192-02	Uma vinha	Carnide ⁸⁴
1192-02	Um moinho	São Gens ⁸⁵
1192-02	Um moinho	Almofala ⁸⁶
1206-01	Casas com lagar	Lapa ⁸⁷
1209-11	Um campo	Almofala ⁸⁸
1211-12	Uma vinha	Chelas ⁸⁹
1212-12	Uma vinha	Abóboda ⁹⁰
1218-06	Uma herdade, com todas as suas pertenças e jurisdição cível e criminal	Tojal ⁹¹
1253-09	Cinco oliveiras	Leceia ⁹²
1262-03	Dois casais	Alhandra ⁹³
1267-07	Um figueiral e courela de vinha	Almofala ⁹⁴
1268-12	Um herdamento	Almargem ⁹⁵

[continua na página seguinte]

⁷⁹ Cf. ACABADO, Maria Teresa Barbosa (ed.) – *Inventário...*, n.º 27.

⁸⁰ *Id.*, *ibid.*, n.º 22 e 60.

⁸¹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 8.

⁸² Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 9.

⁸³ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 9.

⁸⁴ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 9.

⁸⁵ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 9.

⁸⁶ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 9.

⁸⁷ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 30.

⁸⁸ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 38.

⁸⁹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 43.

⁹⁰ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 1, n.º 43.

⁹¹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 2, n.º 8 e *Colecção Especial*, cx. 28, n.º 411.

⁹² Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 3, n.º 15.

⁹³ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 3, n.º 45.

⁹⁴ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 3, n.º 48.

⁹⁵ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 3, n.º 52. Almargem (do ár. *al-marğ*, com o significado de “prado, campo”; cf. MACHADO, José Pedro – *Sintra Muçulmana...*, pp. 9-10; *id.* – *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. I, 3.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 103. ISBN: 972-24-0843-7, e ainda LOPES; David – “Toponímia árabe de Portugal”, p. 261); a terminação em *-em* seria uma contaminação dos falares moçárabes e/ou romances (cf. SILVA, Carlos Guardado da – “A toponímia e o povoamento moçárabe, árabe e islâmico na região de Loures”. in *O Medieval e o Moderno em Loures. Viagens pelo Património. Exposição de Arqueologia. 15 de Junho a 21 de Novembro de 1999 [Catálogo da Exposição]*. Loures: Câmara Municipal de Loures/Museu Municipal de Loures, 1999, p. 14). Uma vez que as almargens seriam uma realidade bastante vulgar, e dada a alteração fonética propiciada pelas línguas novilatinas, o termo acabou por passar ao português arcaico como substantivo comum, pelo que não é possível aferir se a sua utilização como topónimo é ou não anterior à “Reconquista”; não obstante, surge mencionado muito precocemente a designar um espaço na periferia de Lisboa.

Quadro II – Doações ao mosteiro de São Vicente de Fora		
Data	Tipologia dos bens doados	Lugares
1269-04	Uma vinha	Aguilhom, lugar da Charneca ⁹⁶
1277-11	Duas courelas de vinha	Telheiras ⁹⁷
1284-01	Um quinhão de bens	Belas ⁹⁸
1286-05	Metade de um casal	Idanha ⁹⁹

Quadro III – Escambos envolvendo o mosteiro de São Vicente de Fora		
Data	Tipologia dos bens escambados	Lugares
1251-05	Uma azenha velha por uma herdade	São Julião do Tojal São Julião do Codesseiro, Guarda ¹⁰⁰
1259-11	Uma vinha e herdade por quatro vinhas	Carnide Alvalade, Leceia, Requeixada e Algés ¹⁰¹
1259-11	Várias propriedades	Algés ¹⁰²
1300-03	Um olival	Leceia ¹⁰³

Quadro IV – Bens arrolados a São Vicente de Fora na “inquirição” de c. 1220		
Data	Tipologia dos bens	Lugares
c. 1220	Três vinhas	Chelas
c. 1220	Três vinhas	Telheiras
c. 1220	Uma vinha	Alvalade
c. 1220	Uma vinha	Andaluzes
c. 1220	Uma vinha	Carnide
c. 1220	Uma vinha	Concha
c. 1220	Uma vinha	Leceia
c. 1220	Uma vinha	Lumiar
c. 1220	Uma vinha	Palma
c. 1220	Uma vinha	Repeles
c. 1220	Uma herdade com casal	Abrachal
c. 1220	Uma herdade com dois casais	Agualva
c. 1220	Uma herdade	Carnide
c. 1220	Uma herdade, com casal	Queluz
c. 1220	Uma granja	Águas Livres
c. 1220	Uma granja, com dois casais	Romeira
c. 1220	Uma granja, com quinze casais, vinhas, moinhos e salinas	São Julião [do Tojal]

⁹⁶ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 3, n.º 54.

⁹⁷ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 4, n.º 6.

⁹⁸ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 4, n.º 10.

⁹⁹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 4, n.º 13.

¹⁰⁰ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 3, n.º 13 e 14.

¹⁰¹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 3, n.º 15.

¹⁰² Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 3, n.º 37.

¹⁰³ Cf. A.N.T.T., *Gavetas*, I, maço 5, n.º 15.

Quadro V – Cartas de povoamento passadas por São Vicente de Fora		
Data	Tipologia dos bens	Lugares
1258-01	Charneca, próxima das azenhas	São Julião [do Tojal] ¹⁰⁴
1259-03	Herdades	Carnide ¹⁰⁵

Quadro VI – Compras do mosteiro de Chelas		
Data	Tipologia dos bens	Lugares
1190	Metade de uma herdade	Aroil ¹⁰⁶
1223	Meia herdade	Odivelas ¹⁰⁷
1229	Uma herdade	Odivelas ¹⁰⁸
1229	Uma herdade	Odivelas ¹⁰⁹
1235	Uma peça de herdade	Arranhó ¹¹⁰
1238	Um quinhão de herdade	Alfornel ¹¹¹
1239	Uma herdade	Alfornel ¹¹²
1241	Uma herdade	Arranhó ¹¹³
1241	Uma herdade	Arranhó ¹¹⁴
1241	Uma herdade	Arranhó ¹¹⁵
1242	Uma herdade	Arranhó ¹¹⁶
1242	Uma herdade	Arranhó ¹¹⁷
1247	Uma vinha	Almargem ¹¹⁸
1249	Uma vinha	Vila Cova ¹¹⁹
1250	Uma vinha	Cortes ¹²⁰
1251	Uma vinha	Leceia ¹²¹
1253	Uma vinha	Leceia ¹²²
1256	Meio casal	Paradela ¹²³
1259	Uma vinha e oliveira	Leceia ¹²⁴

[continua na página seguinte]

¹⁰⁴ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 3, n.º 29.

¹⁰⁵ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 3, n.º 36.

¹⁰⁶ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 62, n.º 1237.

¹⁰⁷ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 6, n.º 113.

¹⁰⁸ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 6, n.º 112.

¹⁰⁹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 6, n.º 114.

¹¹⁰ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 10, n.º 184.

¹¹¹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 9, n.º 174 e 176.

¹¹² Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 4, n.º 71.

¹¹³ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 15, n.º 286.

¹¹⁴ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 14, n.º 267.

¹¹⁵ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 10, n.º 186.

¹¹⁶ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 15, n.º 284.

¹¹⁷ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 62, n.º 1231.

¹¹⁸ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 15, n.º 292.

¹¹⁹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 15, n.º 288.

¹²⁰ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 8, n.º 153.

¹²¹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 6, n.º 116.

¹²² Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 5, n.º 99.

¹²³ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 8, n.º 147.

¹²⁴ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 7, n.º 135.

Quadro VI – Compras do mosteiro de Chelas		
Data	Tipologia dos bens	Lugares
1259	Uma vinha	Vila Cova ¹²⁵
1260	Uma oliveira	Leceia ¹²⁶
1266	Um quinhão de herdade	Loures ¹²⁷
1271	Uma vinha	Malapados ¹²⁸
1275	Um olival	Chelas ¹²⁹
1280	Uma vinha	Leceia ¹³⁰
1285	Uma herdade	Arranhó ¹³¹
1285	Uma herdade	Arranhó ¹³²
1287	Um casal	Arranhó ¹³³
1290	Uma herdade	Alpriate ¹³⁴
1291	Bens vários	Arruda ¹³⁵
1302	Um olival	Abóboda ¹³⁶
1306	Uma vinha	Covas, Alvalade Grande ¹³⁷
1311	Duas courelas de vinha	Vila Cova ¹³⁸
1312	Uma vinha	Covas ¹³⁹
1320	Uma vinha	Portela dos Judeus ¹⁴⁰

Quadro VII – Doações ao mosteiro de Chelas		
Data	Tipologia dos bens doados	Lugares
1210	Uma herdade	Louro ¹⁴¹
1210	Uma vinha	Alvalade Pequeno ¹⁴²
1220	Uma herdade	Loures ¹⁴³
1220	Uma vinha	Alvalade Pequeno ¹⁴⁴
1226	Uma vinha	Sizana, onde chamam Vale das Donas ¹⁴⁵

[continua na página seguinte]

¹²⁵ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 7, n.º 136.

¹²⁶ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 7, n.º 137.

¹²⁷ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 7, n.º 122.

¹²⁸ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 11, n.º 208.

¹²⁹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 7, n.º 125.

¹³⁰ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 9, n.º 161.

¹³¹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 9, n.º 160.

¹³² Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 3, n.º 51.

¹³³ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 9, n.º 170.

¹³⁴ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 12, n.º 223.

¹³⁵ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 4, n.º 74.

¹³⁶ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 57, n.º 1125.

¹³⁷ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 25, n.º 495.

¹³⁸ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 35, n.º 184.

¹³⁹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 25, n.º 299.

¹⁴⁰ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 24, n.º 180.

¹⁴¹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 11, n.º 205.

¹⁴² Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 11, n.º 205.

¹⁴³ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 12, n.º 222.

¹⁴⁴ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 12, n.º 222.

¹⁴⁵ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 10, n.º 183.

Quadro VII – Doações ao mosteiro de Chelas		
Data	Tipologia dos bens doados	Lugares
1255	Um campo e vinha	Loures ¹⁴⁶
1258	Bens vários	Lumiar ¹⁴⁷
1260	Duas peças de campo	Marinhas de Mazolhas, no Tojal ¹⁴⁸
1262	Uma herdade	Paradela ¹⁴⁹
1263	Herdades	Alcolena, em Ribamar ¹⁵⁰
1268	Uma almuinha	Xabregas ¹⁵¹
1272	Bens vários	Colaride ¹⁵²
1275	Uma herdade	Paradela ¹⁵³
1275	Uma vinha	Charneca de Baixo ¹⁵⁴
1285	Um casal	Louro ¹⁵⁵
1289	Casas com conchouço	Arranhó ¹⁵⁶
1306	Vinha	Covas, Alvalade Grande ¹⁵⁷
1310	Uma vinha e olival	Pipa ¹⁵⁸
1311	Um quinhão	Carnide ¹⁵⁹
1321	Uma almuinha	Chelas ¹⁶⁰

Quadro VIII – Escambos do mosteiro de Chelas		
Data	Tipologia dos bens escambados	Lugares
1271	Uma herdade	Alpriate ¹⁶¹
1275	Um olival	Malapados ¹⁶²
1299	Uma vinha	Sizana, onde chamam Vale das Donas ¹⁶³

¹⁴⁶ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 8, n.º 144.

¹⁴⁷ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 6, n.º 115.

¹⁴⁸ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 3, n.º 57.

¹⁴⁹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 3, n.º 56.

¹⁵⁰ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 2, n.º 37.

¹⁵¹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1.ª incorporação, maço 3, n.º 52.

¹⁵² Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 12, n.º 224.

¹⁵³ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 7, n.º 123.

¹⁵⁴ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 7, n.º 123.

¹⁵⁵ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 61, n.º 1212.

¹⁵⁶ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 8, n.º 146.

¹⁵⁷ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 25, n.º 490.

¹⁵⁸ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 16, n.º 305.

¹⁵⁹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 51, n.º 1015.

¹⁶⁰ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 17, n.º 338.

¹⁶¹ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 12, n.º 226; *Chancelaria de D. Afonso III. Livro III*, pp. 291-293, doc. 47.

¹⁶² Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 10, n.º 190.

¹⁶³ Cf. A.N.T.T., *Mosteiro de São Félix de Chelas*, maço 8, n.º 141.

Um estaleiro medieval: as obras no claustro da Sé de Lisboa

José Augusto Oliveira¹

A fonte: o problema da datação

O documento que suporta esta exposição é composto por seis fólios de pergaminho², soltos, preenchidos na frente e no verso e que, aparentemente, teriam pertencido a um caderno com vestígios de já ter estado cosido, cuja extensão ignoramos. Trata-se de um registo contabilístico, de inícios do século XIV, sobre o estaleiro afecto aos trabalhos no claustro da Sé de Lisboa. Encontra-se no Arquivo Distrital de Braga, nas *Gavetas do Cabido*, mais precisamente naquela que recebeu o interessante nome das *Matérias Inúteis*, com o número 111.

Embora, no seu todo, o documento permaneça inédito, foi parcialmente abordado por Pedro Dias, no livro *Arquitectura gótica portuguesa*, que o datou de 1332. Aí constam alguns dados concretos que só podem ter sido retirados do documento, fosse pelo próprio fosse por outrem, e que não mereceram qualquer citação do autor sobre a sua origem. Limita-se a dizer que o documento foi publicitado numa sessão da Academia Nacional de Belas-Artes, em 1937, pelo, então, director do Arquivo Distrital de Braga, Alberto Feio, sessão essa que terá sido noticiada pelo *Diário de Notícias* num número de Abril daquele ano e cujo texto se encontra perdido³. Adianta ainda que o manuscrito fora descoberto aquando

¹ José Augusto da Cunha Freitas de Oliveira licenciou-se em História, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 1979, obteve o grau de Mestre em História Medieval, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 1998, com o trabalho *Organização do espaço e gestão de riquezas: Loures nos séculos XIV-XV*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 1999. Em 2009, doutorou-se, na mesma instituição, com a tese *Na Península de Setúbal, em finais da Idade Média: organização do espaço, aproveitamento dos recursos e exercício do poder*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2013. Lecciona na Escola Artística António Arroio e é membro do Centro de Estudos Históricos e do Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa.

² Agradeço ao Mestre Pedro Pinto a cedência da cópia do documento que deu origem a este texto.

³ DIAS, Pedro – *História da Arte em Portugal*. Vol. IV – *O Gótico*. Lisboa: Alfa, 1986, p. 56.

das obras na Capela da Glória da Sé de Braga⁴. Efectivamente, com base numa informação de Frei Prudêncio de Sandoval, nas *Antiguidades de la Igreja de Tuy*, obra publicada em 1610, segundo a qual se guardava, em Braga, um determinado documento na capela do arcebispo, D. Gonçalo Pereira, Alberto Feio aí descobriu uma enorme quantidade de pergaminhos, encobertos por espessa camada de pó negro e caruncho da madeira, no fundo de um velho móvel. Foram integrados na chamada *Colecção Cronológica* do Arquivo Distrital. É verosímil que o nosso documento não tenha seguido o mesmo destino, uma vez que não estava datado, tendo, por isso, terminado na citada *Gaveta das Matérias Inúteis*.

Contudo, a referida data de 1332, aceite pela generalidade dos autores que têm citado o documento⁵, sempre por via de Pedro Dias, não parece razoável. Correndo o risco de se encontrar na *Colecção Cronológica* algum pergaminho avulso explicitando o ano, parece-nos um pouco tardia.

Convém lembrar que as obras no claustro da Sé de Lisboa não têm uma cronologia precisa, embora sejam consensualmente atribuídas ao tempo de D. Dinis, como afirma Vieira da Silva, por associação estilística ao espaço congénere do mosteiro de Alcobaça⁶. Mário Chicó, por sua vez, remete-as para o “despontar do século XIV”⁷, estando, assim, concluídas no início do reinado de D. Afonso IV. Mais recentemente, José Luís de Matos situou a edificação do claustro nos finais do século XIII, princípios do XIV⁸, o que vai de acordo com as datas de 1302 e de 1305 fixadas, depois, por Mário Barroca para a fundação de duas capelas, a segunda das quais a poente da ala Leste⁹. Por sua vez, Paulo Almeida Fernandes, favorável à primazia da construção lisboeta sobre a alcobacense, considerou que, por esses anos, o claustro da capital já estaria em fase muito adiantada. Assim, segundo este autor, a actividade do estaleiro em causa poderia estar relacionada com a nova

⁴ DIAS, Pedro – *A arquitectura gótica portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p.37, nota 15.

⁵ FERNANDES, Paulo Almeida – “O claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura «cheia de imperfeições»?”. in *Murphy*, nº1. Coimbra (2006), pp. 19, 23, 27, 29; ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de e BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença, 2002, p. 58; FERNANDES, Carla Varela – “D. Afonso IV e a Sé de Lisboa. A escolha de um lugar de memória”. in *Arqueologia & História*. Lisboa. Vol. 58-59 (2006-2007), p. 146; PEREIRA, Paulo – “A arquitectura (1250-1450)”. in PEREIRA, Paulo (dir.) – *História da Arte Portuguesa*. Vol. I – *Da Pré-história ao «Modo» gótico*. Lisboa: Temas e Debates, 1995, p. 379.

⁶ SILVA, Augusto Vieira da – “Descrição da Sé”. in CASTILHO, Júlio de – *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, 2.ª ed. revista e ampliada pelo autor e com anotações de Augusto Vieira da Silva, vol. V. Lisboa: Soc. Industriais da Câmara Municipal de Lisboa, 1936, p. 111.

⁷ CHICÓ, Mário Tavares – *A arquitectura gótica em Portugal*. 3ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1981, p. 143.

⁸ MATOS, José Luís de – “As escavações no interior do claustro da Sé e o seu contributo para o conhecimento das origens de Lisboa”. in *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, p. 32.

⁹ BARROCA, Mário – *Epigrafia medieval portuguesa (1862-1422)*, vol. II, tomo II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, nº 497 e nº 503, pp. 1269-1271 e 1282-1285.

cabeceira¹⁰, mandada edificar por D. Afonso IV, cuja obra é dada por concluída em 1344, a partir de uma inscrição, entretanto desaparecida, mas que foi transcrita por D. Rodrigo da Cunha¹¹.

Certo é que o documento apenas refere obras na Crasta, sem mais, anotando as despesas e o respectivo dia da semana e do mês, sendo que este aparece, em alguns casos, identificado. A partir destes dados podem isolar-se os anos correspondentes no calendário, que são vários, dentro do reinado de D. Dinis e do início do seguinte: 1282, 1293, 1299, 1304, 1310, 1321, 1327 e 1332¹². Com uma única excepção. Um dos fólhos, com informação de natureza diferente da contida nos outros mas, aparentemente, relativa ao mesmo empreendimento e lavrado pelo mesmo escriba, regista um Domingo, dia 19 (fl. 6v¹³), que apenas encaixa no ano imediato a qualquer dos anteriores.

A resposta a uma outra dúvida poderá ajudar a uma datação mais precisa. Com efeito, haverá uma explicação para que um registo de obras na Sé de Lisboa acabe em Braga, na episcopal capela da Glória. No período compreendido, dois bispos de Lisboa transitaram para a Sé bracarense. Em 1313, o bispo de Lisboa, D. João Martins de Soalhães, após nove anos de exercício, foi transferido para Braga. Em 1323, o estado de desordem em que se encontrava o arcebispado justificou a nomeação de D. Gonçalo Pereira para governador¹⁴, o qual ascendeu a arcebispo, em 1326¹⁵. D. Gonçalo Pereira passara, entretanto, de forma breve, pela chefia da diocese lisboeta. Talvez já estivesse para tal indigitado, em 1321, mas a provisão oficial só aconteceu no ano seguinte. Isto é, atendendo às datas consideradas, qualquer destes dignitários poderia ser o responsável pela viagem do caderno contabilístico para Braga.

¹⁰ FERNANDES, Paulo Almeida – *ob. cit.*, pp. 29, 48-49.

¹¹ BARROCA, Mário – *ob. cit.*, vol. II, tomo II, n.º 484, pp. 1568-1571; CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “La catedral, el santo y el rey. Alfonso IV de Portugal, san Vicente mártir y la capilla mayor de la sé de Lisboa”. in ESPAÑOL, F.; FITÉ, F. (dir.) – *Hagiografía peninsular en els segles medievals*. Leida: Universitat de Lleida, 2008, p. 81.

¹² CAPPELLI, Adrien – *Cronologia cronografia e calendario perpetuo : dal principio dell'era cristiana ai giorni nostri : tavole cronologico-sincrone e quadri sinottiei per verificare le date storiche*. 2ª ed. Milano: Ulrico Hoepli, 1930, pp. 92-93.

¹³ Os fólhos do documento, que pertenciam a um caderno com vestígios de já ter estado cosido, encontram-se, actualmente, soltos e sem numeração, pelo que os números que aparecerem indicados entre parêntesis, a partir de agora sem «fl.», remetem para a transcrição do documento que consta no Apêndice Documental.

¹⁴ FERREIRA, José Augusto – *Fastos episcopais da Igreja Primacial de Braga (sec. III-sec. XX)*, tomo II. [Braga]: Edição da Mitra Bracarense, 1930, p. 118. Sobre a nomeação de D. Gonçalo Pereira como bispo de Lisboa e, depois, como arcebispo de Braga, veja-se CUNHA, D. Rodrigo da Cunha – *Historia ecclesiástica da Igreja de Lisboa*. Lisboa: Manoel da Sylva, 1642, fls. 180 e 238-239v.

¹⁵ Temos seguido as datas apontadas por JORGE, Ana Maria C. M. (coord.) – “Episcopológico (Catálogo dos bispos católicos portugueses)”. in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, C-I. Lisboa: Circulo de Leitores, 2000, pp. 131-146.

Considerando a primeira hipótese, as obras do claustro seriam remetidas para o período compreendido entre 1299 e 1310; atendendo à segunda, para 1321. Esta última sai reforçada pelo facto de o documento (e ressalvo que continuamos no campo das probabilidades) ter permanecido longos anos num cubo ameado adscrito à capela funerária de D. Gonçalo Pereira. Não obstante, se foi levado por D. João Martins, é credível que um homem meticoloso como D. Gonçalo Pereira o tenha conservado¹⁶, até porque lhe seria conveniente, como exemplo, para as despesas a realizar com a referida capela que ele próprio mandaria edificar na Sé bracarense, em 1332¹⁷.

Já anteriormente a nós, alguém terá seguido o mesmo raciocínio. Num dos fólhos, encontra-se anotado a lápis, na margem de cima, em moderna caligrafia, “5ª Feira, 1 de Outubro – 21”; noutro, “3 de Novembro – 321”. Em ambos os casos, lateralmente, a mesma mão assentou os anos de 1310 e 1321.

Reconheçamos que nada fica clarificado. Qualquer destas duas últimas datas não serve nem à edificação do claustro, no início do século XIV, nem ao início das obras na cabeceira da Sé de Lisboa promovidas por D. Afonso IV. E, como vimos, a data poderá recuar ao século XIII.

Os assentos nem sempre nomeiam o mês, mas todos assinalam e numeram os dias da semana, que pertencem ao mesmo ano, à excepção de um, já citado, que remete para o ano seguinte. Neste último constam os pagamentos finais aos pedreiros responsáveis pela cantaria. Todavia, pode ter havido engano no dia da semana ou o do mês, o que, de resto, já acontecera antes¹⁸ e, nesse caso, a obra estaria concluída no mesmo ano.

Nos demais fólhos, arrolaram-se os gastos diários tanto com o pessoal afecto à obra, como com os materiais adquiridos, ao longo de vinte e um dias distribuídos pelos meses de Setembro¹⁹, Outubro e Novembro, em sequências contínuas, à excepção da segunda semana deste último mês, em que não se trabalhou no dia de S. Martinho. De resto, sabemos apenas que os dias úteis iam de segunda a sábado.

¹⁶ “Digamos mesmo que é exageradamente minucioso, prevendo múltiplas eventualidades que analisa e contempla com a solução adequada. Numa atitude que pode revelar uma personalidade meticolosa, cautelosa, se não mesmo algo desconfiada”, nas palavras de Maria Helena da Cruz COELHO (“O Arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir”. in *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*. Braga: Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, p. 409).

¹⁷ Em 1332, o cabido bracarense autorizou a aquisição das casas do concelho no espaço destinado à capela, que estaria concluída em 1334 (FEIO, Alberto – *Dois sepulcros medievais e seus artistas*. Coimbra: Coimbra Editora, 1925, p. 3).

¹⁸ No fl. 5v, aparece nomeada uma Sexta-feira, 13, seguida de um Sábado, 15.

¹⁹ Os dias que atribuímos a Setembro podem recair igualmente sobre Dezembro. Se não temos dúvidas que a série de assentos entre 22 a 25, por razões óbvias, não pode recair em Dezembro, já o mesmo não acontece com aquela compreendida entre os dias 9 e 14. Como as obras parecem estar a desacelerar em meados de Novembro e como aconteceram descargas de pedra na Porta do Mar nos dias 12 e 22 das duas sequências referidas, optámos por incluir todos aqueles dias em Setembro.

O abastecimento do estaleiro

Materiais e instrumentos

A pedra ocupa, naturalmente, a primazia, entre os materiais nomeados. Discriminam-se cantos, cunhais e silhares (“Eyxylhares”). Vinte e três pedras foram necessárias para levantar onze represas e meia (3v), destinadas obviamente ao aproveitamento da água, imprescindível que era a uma série de actividades, incluindo o próprio trabalho da pedra e, em especial, à elaboração das argamassas juntamente com a areia e a cal²⁰. Em quinze dos vinte e um dias registados foi carretada água e em dez, areia. É possível que esta tivesse ainda servido ao entulhamento do interior do claustro²¹. Recorreu-se, também, a numerosos pregos (1400), que se dividem em três tipos: fitelis, de seitia e caibrais (cf. 1, 1v, 2, 4)²². Estes últimos, os mais baratos, eram os mais utilizados. Estranhamente, a palavra madeira não consta dos assentos e a referência a caibros, travejamentos ou andaimes é nula. Mas está presente nos instrumentos de trabalho. De madeira eram certamente as escadas para servirem no muro, que exigiram 100 pregos de seitia. Depois, outros aparelhos eram decerto construídos em madeira, como os carros, o guindas[te] e o engenho (4)²³, que necessitavam igualmente de pregadura²⁴. E também de sabão e cordas: baraços para o guindaste (4), adivães para o carro (4)²⁵. Dos instrumentos elencados falta apenas mencionar a régua (tábua [fl. 3] para as medidas) que foi comprada por três soldos e meio. Ao ofício do ferreiro era necessário carvão (3v).

²⁰ MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo – “Os materiais empregues nas construções urbanas medievais. Contributo preliminar para o estudo de Entre Douro e Minho”. in MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – *História da construção – os materiais*. Braga: CITCEM/LAMOP, 2012, p. 146.

²¹ José Luís de MATOS (*ob. cit.*, p. 32), considera que o terraço sobre que assenta o claustro é uma plataforma artificial construída em dois momentos: primeiro, na época islâmica; depois, em finais do século XIII, na parte sul, que foi preenchida por areias.

²² Manuel Sílvio Alves Conde enumera vários tipos de pregos, incluindo os caibrais, aplicados a caibros, e os de seitia, que considera próprios da construção de embarcações, o que não é manifestamente o caso (cf. CONDE, Manuel Sílvio Alves – “Sobre a casa urbana no Centro e Sul de Portugal”. in *Horizontes do Portugal medieval. Estudos históricos*. Cascais: Patrimonia, 1999, p. 289 (nota 91).

²³ Em França, “engin” designava um elevador constituído por uma armação em madeira, duas rodas de cobre e de um jogo de cordas, segundo Jean Pierre LEGUAY – “L’approvisionnement des chantiers bretons”. in CHAPELOT, Odette; BENOIT, Paul (ed.) – *Pierre & Metal dans le bâtiment au Moyen Age*. Paris: Éditions de l’Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1985, p. 65. Curiosamente, o mesmo autor refere a par deste aparelho, com função similar, o “guindas” (em francês), que aparece identicamente mencionado no documento (“gyndas”).

²⁴ Expressamente apenas são referidos pregos de seitia para o carro, que custaram 2 soldos (100 valiam 6 soldos).

²⁵ Cf. VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de – “Adival”. in *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. 2ª edição crítica por Mário Fiúza, vol. I. Porto: Livraria Civilização Editora, 1983, p. 221.

O transporte

Além da qualidade da pedra, o factor da proximidade era, certamente, decisivo, porque diminuía consideravelmente os custos de transporte, que muito sobrecarregavam o preço final²⁶. O *Livro das posturas antigas*²⁷ assinala, como centros de extracção de pedra que abasteciam Lisboa, Almada, Caparica, Alcântara e Paradela. No caso vertente, as pedreiras que abasteciam directamente o estaleiro localizavam-se precisamente em Alcântara e Almada²⁸. Ambos os locais, a pequena, e idêntica, distância da Porta do Mar, aproveitavam da rapidez e poupança do transporte fluvial.

Do labor de Alcântara estava o estaleiro particularmente dependente, como comprovam as diversas referências aos seus obreiros, pedreiros e respectivo mestre. A pedra era levada em carros pelos obreiros e, supomos, transportada em pequenos barcos de fundo chato²⁹, as pinaças³⁰, até à Porta do Mar³¹. Aqui chegavam, igualmente, barcadas de pedra proveniente de Almada. Ignoramos se chegava já aparelhada, como aconteceu a 14 de Setembro, quando desembarcaram cunhais (48) e cantos na Porta do Mar (Iv). Depois, carreteiros e almocreves levavam a pedra até ao claustro, onde obreiros se encarregavam de a descarregar. O transporte da carga das trinta e três barcadas custou 6 soldos por unidade (9 libras e 18 soldos no total), a dúzia de cunhais, 20 soldos, e cada “pinaçada”, 16 soldos. Esclareça-se que o termo “barcada” poderá designar não a carga de uma barca mas uma unidade de peso ou de volume, podendo, neste caso, uma embarcação transportar várias barcadas³².

²⁶ Embora se trate de um caso extremo, vale a pena evocar o caso da edificação de uma igreja conventual em Sens, em que o preço do transporte da pedra equivalia a 78,3% do valor do material, excluindo o transporte desde o porto fluvial até ao estaleiro (CAILLEAUX, D. – “Les comptes de construction des Célestins de Sens, 1477-1482: édition et commentaire”. in *Pierre & Metal dans le bâtiment au Moyen Age*, cit., p. 144).

²⁷ *Livro das posturas antigas*. Ed. de Maria Teresa Campos RODRIGUES. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974, p. 231.

²⁸ Em Almada, nos séculos XIV e XV, é frequentemente nomeado um lugar da Pedreira, localizado no início do declive, por onde se ligava o castelo de Almada ao porto de Cacilhas (OLIVEIRA, José Augusto C. F. – *Na península de Setúbal, em finais da Idade Média: organização do espaço, aproveitamento dos recursos e exercício do poder*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2013, pp. 138-139).

²⁹ Também na Bretanha se recorria a este tipo de arcos para o transporte de blocos de granito (LEGUAY, Jean-Pierre – *ob. cit.*, p. 36).

³⁰ Embarcação pequena, estreita, movida a vela e remo, com três mastros e popa quadrada, mais ligeira que segura, segundo Bluteau; Viterbo acrescenta que o nome provirá de pinho (cf. BLUTEAU, Raphael – “Pinaça”. in *Vocabulário português e latino*, vols. VI. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, 1716, p. 511; VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de – “Pinaça”. in *ob. cit.*, vol. II. 1984, p. 478).

³¹ Por uma vez se refere “Jtem dey a quem carreteou .v. pinaçadas da porta do mar aa Crasta” (fl. 2).

³² João BRANDÃO (DE BUARCOS), em *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552* (Org. e notas de José da Felicidade ALVES. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 55), no parágrafo [15] sobre precisamente a “Pedra que vem de Almada” refere cinco barcas que se dedicavam exclusivamente a essa tarefa, acrescentando: “Afirmaria cada uma [barca] trazer por ano trezentas viagens, cada viagem é de três barcadas [...]”.

Releve-se que apenas são registados os custos do transporte do Tejo à Sé, o que sugere que o pagamento do trajecto anterior ficava a expensas do fornecedor. Se assim for, os pedreiros que trabalhavam para o empreendimento ter-se-ão comprometido à entrega na Porta do Mar, um local favorável, servido por um cais próximo da catedral lisboeta³³.

De resto, água, areia e cal também vinham do exterior do estaleiro. A areia, mensurada em carregas que podiam ascender a 276 num só dia, era mais cara. Não poderia ser retirada das margens do Tejo, pelo menos aquela destinada às argamassas, dada a sua salinidade, pelo que proviria provavelmente da zona periurbana³⁴. Já a água estava à disposição, bem perto, no chafariz de el-Rei, ou na fonte que o precedeu, o grande centro de abastecimento de Lisboa em tempos medievais³⁵. Quanto à cal, parece que era necessário ir buscá-la (por rio?) a Alverca (4v).

A organização do trabalho

Durante este período, serviram no estaleiro, em número variável, um mestre, pedreiros, obreiros, moças e, de forma pontual, carpinteiros (4v-5), um ferreiro, um assentador e um mancebo (3v). Com estes colaboraram, e refiro-me aos que são explicitamente mencionados, diversos carreteiros ou almocreves, bem como um outro mestre e pedreiros que laboravam em Alcântara.

À frente das obras encontrava-se o respectivo mestre, no caso do claustro, um João Eanes que aparece identificado na contabilidade final. Comandava um número variável de pedreiros, de obreiros e de moças.

O número de trabalhadores variava nas diferentes sequências dos dias registados. Aparece inicialmente uma série em que predominava o número de 14 pedreiros, a que se sucederam outras de 24 ou 23. Logo no início de Novembro, durante pelo menos quatro jornadas consecutivas, chegaram a funcionar diariamente 42

³³ Como já observaram Arnaldo Sousa MELO e Maria do Carmo RIBEIRO (*ob. cit.*, p. 150), “[...] o trabalho do pedreiro não incluía o transporte até à obra, mas apenas a entrega em local conveniente [...]”.

³⁴ Os areeiros situavam-se, por regra, nas proximidades dos estaleiros (CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Uma paisagem Humanizada. O Médio Tejo nos finais da Idade Média*, vol. II. Cascais: Patrimonia, 2000, p. 421; LEGUAY, Jean-Pierre – *ob. cit.*, p. 33). Contudo, em Lisboa, a areia de melhor qualidade para o fabrico de argamassa encontrava-se na zona periurbana (Chelas, Charneca, Campo Grande e Lumiar), em detrimento da areia do Tejo, imprópria para o efeito, dado o teor de sal (CARVALHO, Ana Paula Gonçalves de – “Alguns aspectos do abastecimento de matérias prima à construção na Lisboa medieval”. in ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; SOLÓRZANO TELECHEA Jesús Ángel (coord.) – *La ciudad medieval y su influencia territorial. Nájera. Encuentros Internacionales del Medievo 2006*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2006, p. 154).

³⁵ Em 1220 já existia na freguesia de S. João da Praça um chafariz denominado “Sancti Johanes”, situado no interior da cerca moura. A denominação actual vem do reinado de D. Dinis, que terá ordenado a sua transferência para a parte inferior da referida cerca. Foi o primeiro e o maior fornecedor de água de Lisboa até meados do século XVI (FLORES, Alexandre M.; CANHÃO, Carlos – *Chafarizes de Lisboa*. Lisboa: Edições INAPA, 1999, p. 6).

pedreiros, embora 6, aparentemente, apenas cumprissem parte da jornada. Para o final do mês, o seu número baixou bastante. Contribuíram para o estaleiro do claustro até ao início de Novembro, o que reforça a ideia de que, por esta altura, as obras entravam na sua fase final. Sugere-o a desmontagem das represas a 13 de Novembro (5v), represas essas que haviam sido erguidas em inícios do mês anterior. Ou então, dada a altura do ano, os rigores do clima terão obrigado ao adiamento da empresa.

As tarefas destes pedreiros não são descritas, mas nos dias 3 e 5 de Outubro, a propósito da atribuição de uma verba para vinho, o escriba, depois da enumeração habitual dos pedreiros, diferenciou os “que Britam a pedra na Crasta” e aqueles “que estam na pedreyra da Crasta” (3v)³⁶. O pagamento, por excepcional, sugere que não seria essa a sua ocupação diária³⁷ e, por isso, mereceram um pagamento adicional. Situação idêntica ocorria com o assentamento. Um Domingos Rodrigues, que “asseentau”, e um Fernão Eanes, aparentemente seu companheiro, ambos ao serviço do estaleiro entre os dias 22 e 25 de Setembro, foram também recompensados com vinho (2-2v). Também é possível que coubesse ao assentador a direcção dos trabalhos nos muros ou, eventualmente, a colocação de blocos em situações mais complexas. Certo é que havia pedra aparelhada fora do estaleiro, como comprova o citado descarregamento e o pagamento de empreitadas de cantos, cunhais e silhares, que trataremos a seguir. Mas também havia a pedra oriunda de Alcântara, onde oito a dez pedreiros, conforme se deduz dos quantitativos das verbas para a alimentação (cf. 2, 3 e 3v), procederiam à sua extracção e, hipoteticamente, ao seu afeiçoamento, como era prática corrente³⁸, obedecendo a dimensões, formas e tipos de acabamento previamente solicitados, à semelhança do que ocorreu no Porto, aquando da construção da muralha³⁹, o que poderia ajudar à diminuição do peso

³⁶ No castelo de S. Jorge e na Sé de Lisboa foram usados calcários molássicos, proveniente de uma pedreira próxima (AIRES-BARROS, Luís – “As rochas empregues nos monumentos de Lisboa ao longo da sua história”. in *I Colóquio Temático O Município de Lisboa e a dinâmica urbana (séculos XVI-XX)*. *Actas das sessões*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa-Imprensa Municipal, 1995, p. 26). O autor estriba a afirmação em SOUSA, Francisco Luís Pereira de – “Idéa geral dos calcareos empregados nas construções de Lisboa”. in *Revista de Obras Públicas e Minas*. 35 (1904), pp. 207-227, através de uma citação que passo a transcrever: “... a pedra dos antigos enxilhares da Sé de Lisboa, foi extrahida parte no morro da Alcaçova Real, como se póde ver no largo de S. João da Praça e na rua da Judiaria...”.

³⁷ Já no decorrer do século XV, em Sevilha, distinguiram-se os pedreiros que laboravam nas pedreiras dos que trabalhavam na obra, em tarefas estritamente construtivas, embora houvesse casos, pontualmente em que as funções se inverteram. Por sua vez, os assentadores dirigiam os trabalhos de montagem dos blocos em muros, pilares e abóbadas (RODRÍGUEZ ESTÉVEZ, Juan Clemente – “Los canteros de la obra gótica de la catedral de Sevilla (1433-1528)”. in *Laboratorio de Arte* 9 (1996), p. 55).

³⁸ “Na maioria dos casos a pedra era lavrada na própria pedreira e só depois transportada para o local da obra” (CARVALHO, Ana Paula Gonçalves de – *ob. cit.*, 148).

³⁹ Em 1360, o concelho portuense celebrou contratos individuais com quatro pedreiros relativos ao fornecimento, num prazo de quatro meses, de mil pedras para a muralha, por 135 libras, em que se especificavam as dimensões das pedras (MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo – *ob. cit.*, p. 150).

dos blocos a transportar⁴⁰. E finalmente, como vimos, também poderia existir uma pedreira no local do estaleiro, a fornecer peças à obra. Com efeito, a designação de pedreiros é ambígua: havia os de Alcântara – em princípio, aqueles que extraíam a pedra na pedreira local e que talvez a afeioassem –, os do estaleiro – uns, encarregados da edificação dos muros, alvanéis portanto, outros na pedreira local – e, finalmente, os que lavraram os cantos, os cunhos e os silhares – canteiros e enxilhadores (6v)⁴¹. De qualquer forma, os pedreiros são sempre referidos no contingente dos trabalhadores à jorna, enquanto canteiros e enxilhadores são incluídos nas encomendas por empreitada.

Mais variável era o número de obreiros. Oscilou entre os 4 e os 36 e mudava de dia para dia, com excepção de uma semana em que compareceram sempre seis, supomos que os mesmos. A designação de obreiros permanece um tanto ou quanto ambígua. Primeiro porque é extensível a variadas profissões: havia-os da enxada, nas vinhas⁴², dos correiros, dos sapateiros. Segundo porque o seu estatuto não é claro. Tanto estavam ligados à prestigiada actividade do fabrico da moeda – contava com oficiais, moedeiros e obreiros – como à construção civil, em todo o caso um trabalhador não especializado, contratado por dias, ou mesmo semanas ou meses⁴³. Já foi considerado um *sergente*, ocupando na hierarquia oficial um lugar entre o mestre e o aprendiz, um oficial, portanto⁴⁴.

Pouco sabemos do que faziam em concreto. O seu trabalho não parece estar directamente articulado com o dos pedreiros, pois o seu número tanto podia ser muito inferior como superior. Por uma ocasião se referem seis obreiros do claustro que tiravam a apanhavam a pedra proveniente de Almada que fora levada até ao claustro, mas são anotados separadamente dos vinte e seis que foram contratados

⁴⁰Jean-Pierre LEGUAY (*ob. cit.*, p. 65), regista esse procedimento para peças mais específicas, em que era necessário um grande desbaste da pedra, como nas colunas ou nos arcos.

⁴¹A expressão “pedreiro de pedraria” distinguia-o de duas outras especialidades – o pedreiro de cantaria, ou canteiro, e o pedreiro de alvenaria, ou alvanel, segundo CONDE, Manuel Silvio Alves – “As gentes da construção na sociedade medieval portuguesa”. in MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – *História da construção – os construtores*. Braga: CITCEM, 2011, p. 79, pp. 75-98.

“A enxilharia é constituída por pedras aparelhadas, chamadas enxilhares, ou silhares, em forma de prismas rectangulares quando empregadas em paredes e muros [...]. Distingue-se da cantaria em esta apresentar dimensões regulares, isto é, a igualdade na altura das fiadas ou pelo menos na das alternadamente equidistantes e igualdade no comprimento ou na largura dos paramentos à vista” (SEGURADO, João Emílio dos Santos – *Alvenaria e cantaria*. 6ª Edição. Lisboa: Livraria Bertrand, 1932, p. 5). De facto, o preço da silharia era inferior ao da cantaria (cf. infra **A organização do trabalho**).

⁴²PEREIRA, Gabriel – *Documentos Históricos da Cidade de Évora*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998, p. 149.

⁴³Cf. MELO, Arnaldo Sousa – *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 – c. 1415/Travail et Production au Portugal au Moyen Âge: Porto, c. 1320-c. 1415*, vol. 1. Dissertação de Doutoramento. Braga: [s.n.], 2009, pp. 260, 274, 276, 279 e 298.

⁴⁴MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*. 3ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1974, p. 140.

nesse mesmo dia. Em Alcântara, diz-se que andavam “ao carro” (2), possivelmente a transportar a pedra da pedreira até ao rio, mas recebiam mais pela tarefa.

As *moças* constituíam, sem dúvida, o grupo mais numeroso. Os estudos sobre o mundo urbano têm vindo a revelar um leque, cada vez mais diversificado, de actividades laborais desempenhadas pelas mulheres em regime de assalariado⁴⁵. Auferindo, como é sabido, ordenados bastante inferiores aos dos homens, o elemento feminino constituía uma ajuda preciosa para tarefas menos qualificadas e a construção constituía uma boa oportunidade para acumular alguns ganhos, por poucos que fossem, que ajudassem à economia familiar num meio urbano onde a sobrevivência era garantida pelo dinheiro. Embora existam referências múltiplas ao trabalho feminino além-fronteiras⁴⁶, em Portugal é um dado raro⁴⁷. E mais do que a natureza da actividade, o que sobressai é o alargado número de jovens diariamente envolvidas nas obras, embora esta participação possa conformar um quadro excepcional⁴⁸. Salvo quatro dias, em que a sua presença é inferior à dos pedreiros, mas, ainda assim, acima dos obreiros, dobravam a soma destes dois grupos. O contingente, que variava frequentemente, poucas vezes ficou aquém da meia centena, ultrapassando as seis, sete e, até, oito dezenas. Trata-se de uma participação notável. A título de comparação nas obras da catedral de Saragoça, em 1376, o número máximo de trabalhadores masculinos envolvidos foram 40 e o de mulheres 16⁴⁹. Em geral, em estaleiros ibéricos medievais, sabemos que asseguravam a limpeza, removiam escombros e entulhos, assistiam os pedreiros, carretando a água e os mais diversos materiais, fazendo as argamassas⁵⁰. Operavam, até, em

⁴⁵ Para Portugal, veja-se COELHO, Maria Helena da Cruz – “A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas”. in *Homens, espaços e poderes (séculos XI-XVI)*, I – *Notas do viver social*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, pp. 37-59.

⁴⁶ Cf. a bibliografia espanhola e francesa abaixo citada e a breve referência, que inclui um exemplo da Alemanha, em DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir.) – *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 2 – *A Idade Média*. Dir. Christiane KLAPISCH-ZUBER. Porto: Edições Afrontamento, 1993, pp. 403 e 405.

⁴⁷ Maria Helena da Cruz COELHO (*ob. cit.*, p. 47) refere mulheres a trabalhar na construção civil, mas anota apenas a notícia de uma mulher, em Loulé, que acarretou água para fazer a cal destinada a reparações na câmara concelhia.

⁴⁸ V. Sandrine aponta como principal característica da actividade profissional feminina nos estaleiros o facto de ser excessivamente conjuntural e pontual. As mulheres só trabalhariam quando faltavam homens. Em Gérone, nos estaleiros de «Sant Feliu», constata que as mulheres intervieram nas fases mais carentes de mão-de-obra, em particular na construção do claustro e do campanário (cf. SANDRINE, Victor – “Bâtisseuses de cathédrales?”. in *Mélanges de la Casa de Velázquez* [Online], 40-2 (2010), posto online no dia 14 Janeiro 2011, consultado a 10 Maio 2014. URL: <http://mcv.revues.org/3564>, § 16).

⁴⁹ NAVARRO ESPINACH, Germán – “La industria de la construcción en los países de la Corona de Aragón”. in *L’edilizia prima della Rivoluzione Industriale. Secc. XIII-XVIII*. Florencia : Le Monnier, 2005, Apéndice n.º 1, p. 202.

⁵⁰ GARCÍA HERRERO, María del Carmen – “Actividades laborales femeninas a finales de la Edad Media: registros iconográficos”. in LACARRA DUCAY, María del Carmen (coord.) – *Arte y vida cotidiana en la época medieval*. Zaragoza: «Fernando el Católico» (C.S.I.C.), 2008, p. 31. Das obras de 1301 do Palácio de Aljaféia (residência real em Saragoça) conservou-se um livro de registo onde foram anotadas as tarefas realizadas por mulheres: fazer uma cisterna, abrir acéguas, carretar água, pedra, cal, relva para o jardim,

actividades de risco, que chegaram a provocar acidentes em número superior aos que afectaram os elementos masculinos⁵¹.

As mulheres eram, normalmente, equiparadas aos moços e executavam tarefas idênticas, chegando a usufruir o mesmo salário⁵². Não obstante, enquanto os moços podiam estar incluídos no patamar inferior de uma hierarquia laboral, dentro da qual tinham a possibilidade de ascender, as mulheres estavam excluídas dessa carreira e a progressão profissional ficava-lhes vedada⁵³.

Acresce que, no caso presente, se trata de moças, e a designação, embora seja rara no panorama medievo português, não é decerto inocente ou casuística. Poderá exprimir, na hierarquia laboral, um nível inferior à das mulheres, isto é, de uma mão-de-obra ainda mais desqualificada e bastante jovem⁵⁴, que sobreporia aos serviços normalmente atribuídos a essa idade⁵⁵ – lavar roupa, carretar água e lenha, ir ao forno, limpar, coser, fazer recados, ajudar na cozinha, entre outros⁵⁶ – as duras lides inerentes à construção. Do trabalho destas mulheres ainda sabemos menos do que relativamente aos pedreiros e obreiros. Contudo, por regra, à sua enumeração e pagamento, sucede o registo dos carros de água e de areia. Embora não haja uma relação de proporcionalidade entre o número de trabalhadoras e a quantidade destes materiais, parece legítimo inferir que seriam estas que assegurariam o seu transporte para o claustro ou dentro do mesmo, bem como de outros materiais necessários ao empreendimento⁵⁷. As funções ligadas à água já foram destacadas como seu labor

etc; servir o mestre no que fosse necessário, amassar gesso, ajudar a levantar muros (CAMPO GUTIÉRREZ, Ana del – “El status femenino desde el punto de vista del trabajo (Zaragoza, siglo XIV)”. in *Aragón en la Edad Media XVIII* (2004), p. 277).

⁵¹ LACARRA DUCAY, María del Carmen; MONTERDE ALBIAC, Cristina – “Un libro de fábrica de La Seo de Zaragoza del año 1346”. in *Aragón en la Edad Media* 8 (1989), p. 369.

⁵² As mulheres auferiam salários equiparados aos dos moços não qualificados ou inferior aos dos homens, com a excepção da amassadora e das que executavam trabalhos mais pesados, que recebiam, por vezes, um salário um pouco superior (ORCÁSSTEGUI GROS, Carmen – “Precios y salarios de la construcción en Zaragoza en 1301”. in *La ciudad hispánica durante los siglos XIII-XVI*. Madrid. Nº 2 (1985), p. 1224; idem – “Ordenanzas municipales y reglamentación local en la Edad Media sobre la mujer aragonesa en sus relaciones sociales y económicas”. in *Las mujeres en las ciudades medievales. Actas de las III Jornadas de Investigación Interdisciplinaria*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid/Seminario de Estudios de la Mujer, 1984, p. 15; GARCÍA HERRERO, María del Carmen – *Las mujeres en Zaragoza en el siglo XV*. 2ª ed., vol. II. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza – Ayuntamiento de Zaragoza, 2006, pp. 46-47.

⁵³ CAMPO GUTIÉRREZ, Ana del – *ob. cit.*, p. 278.

⁵⁴ Estaleiros havia que contratavam jovens de 14/15 anos ou, até, mais novos (BERNARDI, Philippe – *Bâtir au Moyen Âge*. Paris: CNRS Éditions, 2011, p. 113.

⁵⁵ Em Castela, nos finais da Idade Média, o termo “moça” parece referir-se a mulheres jovens e solteiras que trabalhavam para terceiros em troca de um pagamento, frequentemente em géneros alimentícios (VAL VALDIVIESO, María Isabel del – “Mujer y trabajo en Castilla al final de la Edad Media”. in *Aragón en la Edad Media* 14-15 (1999), p. 1587.

⁵⁶ GARCÍA HERRERO, María del Carmen – “Actividades laborales femeninas...”, p. 19.

⁵⁷ Para Santander está documentado o emprego de *mozas* em tarefas de carga e descarga de materiais constructivos (CRUCHAGA CALVIN, María Jesús – “Ser mujer en el Santander bajomedieval”. in SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel; ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; ANDRADE, Amélia Aguiar (coord.) – *Ser mujer en la ciudad medieval europea*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2013, p. 263).

principal, com a finalidade de assegurar a produção de argamassas, tarefa para a qual o elemento feminino estaria mais vocacionado⁵⁸, ou em que a sua rentabilidade era maior. Dadas as condições específicas da edificação, o entulhamento talvez pesasse na ocupação destas moças. É possível que desempenhassem actividades análogas às dos obreiros, com a vantagem de auferirem jornas inferiores. Mais do que uma especialização laboral, a remuneração exprimia uma hierarquização entre categorias de trabalhadores⁵⁹.

Pelo estaleiro do claustro passaram de forma esporádica os já referidos assentadores, dois carpinteiros, um ferreiro e um mancebo, que se encarregou do talheiro⁶⁰, além do responsável pela edificação das represas. Fora deste espaço, já registámos o mestre e os pedreiros de Alcântara, mas havia ainda um terceiro tipo de pedreiros, mais especializados, aqueles que eram contratados por empreitada e forneciam pedra já afeiçoada. Com efeito, a aparelhagem de uma quantidade alargada de pedra foi confiada a pedreiros pagos à parte. Catorze pedreiros, nomeados individualmente (6v), talharam, no seu conjunto, 4 629 peças, embora com diferentes contribuições. De três associações entre um par de pedreiros provieram três mil cantos e cunhais, de outros, uma média de 200 cantos. Quando se incluíam os cunhais, elementos mais perfeitos, nas dimensões e no aparelho, uma vez que faziam a ligação entre dois muros, a média por peça era mais elevada (4,6 soldos), enquanto cada canto rondava os 3,2 soldos. Foram também encomendados 12 silhares à razão de 3 soldos por unidade, um preço inferior para pedras que eram talhadas de forma mais grosseira.

Mesmo que este trabalho de cantaria fosse realizado parcialmente no estaleiro – entre estes pedreiros constava um mouro do mestre que, com ajuda de um mancebo, afeiçoou 100 cantos –, o facto dos respectivos artífices serem objecto de uma contabilidade própria, com identificação dos nomes e dos quantitativos produzidos, distinguia-os claramente dos pedreiros afectos diariamente ao claustro, que se dedicariam aos trabalhos de alvenaria. A componente estrutural

⁵⁸ BERNARDI, Philippe – “Pour une étude du rôle des femmes dans le bâtiment au Moyen Âge”. in *Provence historique* 173 (1993), p. 274. O autor considera mesmo que a frequência com que a função de argamassar era confiada às mulheres leva a pensar que a mão-de-obra feminina conhecia uma relativa especialização, hipoteticamente derivada da actividade doméstica. Na cidade de Burgos, as mulheres que trabalhavam nas obras públicas faziam argamassas ou transportavam a água (MENJOT, Denis – *Dominar y controlar en Castilla en la Edad Media*. Málaga: Servicio de Publicaciones, Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga, 2003).

⁵⁹ ANHEIM, É.; THEIS, V. – “Fixation et standardisation des rémunérations à la cour pontificale dans la première moitié du XIV^e siècle”. in BECK, Patrice; BERNARDI, Philippe; FELLER, Laurent (dir.) – *Rémunérer le travail au Moyen Âge. Pour une histoire sociale du salariat*. Paris: Picard, 2014, pp. 370-372.

⁶⁰ Segundo o *Dicionário Aulete*: “s. m. || (prov. port.) talho feito num rego para desviar a água; o mesmo que *talhadouro* ou *tola*”. Os dois termos foram registados, com o sentido de desvio de água de rega ou de um rego em MORAIS SILVA, António de – *Grande dicionário da língua portuguesa*, 10^a ed., revista por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado, vol. X. Lisboa: Editorial Confluência, 1957, pp. 613 e 942.

do claustro, essa terá sido assegurada pela encomenda de peças padronizadas, uma espécie de pré-fabrico em série, que facilitou o processo de assentamento. E que tinha prazos definidos, com prémio a quem acelerasse a entrega⁶¹.

As remunerações

Os salários

Os pagamentos e os salários são expressos em dinheiros, soldos e libras, com duas exceções em que se traduzem em maravedis⁶². Do mestre-de-obras sabemos apenas que, no final, recebeu 110 libras de salário relativo ao período anterior a uma avença (6), entretanto realizada, para além do pagamento em géneros, abaixo abordado. Os pedreiros auferiam 5 soldos diários, precisamente o dobro dos obreiros. Referimo-nos àqueles que operavam no claustro, pois relativamente aos de Alcântara, apenas foram fixadas as verbas para alimentação, comida e bebida. Com efeito, recebiam um montante para almoço e vinho de 12 ou de 10 soldos, sendo que dois pertenciam ao respectivo mestre, pelo que é lógico que a retribuição dos outros fosse menor. Ressalve-se que o salário de alguns pedreiros do estaleiro, em número reduzido (1, 3, 6, no máximo), era frequentemente inferior ao dos demais (4, 3, 2,5, 2 soldos por dia). É verosímil que não cumprissem a jornada na sua totalidade e o seu vencimento fosse proporcional às horas prestadas. Por sua vez, e também por dia, as moças recebiam 10 dinheiros, isto é, seis vezes menos do que os pedreiros e três do que os obreiros.

Pedreiros eram trabalhadores dedicados a tarefas específicas no trato da pedra, claramente distintos dos obreiros pagos pela metade (2,5 soldos diários), destituídos que eram de qualquer especialização. Por sua vez, o seu salário triplicava o das moças, que exerceriam funções similares, possivelmente as menos exigentes de força física. É uma relação desproporcional, mesmo considerando a discriminação remuneratória a que o elemento feminino estava sujeito.

Em Castela, as cortes reunidas no ano de 1351 determinaram que as mulheres recebiam metade dos obreiros e, como ficou dito acima, ou em igualdade com os moços, que ocupavam o último degrau da escala salarial⁶³. Mas trata-se de mulheres,

⁶¹ Depois de registar o pagamento a Pero Cota, o escriba acrescentou: “Jtem pagey a esse .iij. libras. de melhoria. porque as filhou primeiro” (Apêndice documental, fl. 6v).

⁶² O maravedi equivalia, no caso presente, a 15 soldos, valor do morabito que corria a sul do Douro, ao tempo de D. Dinis (TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Para o Estudo da Numária de D. Dinis*, Lisboa: [s.n.], 1972, Sep. *Do tempo e da história*, n.º 5, pp. 202-228 p. 205).

⁶³ Uma disposição das cortes de Leão e Castela de 1351 atribuía às mulheres metade do salário dos obreiros («peones») (RÁBADE OBRADÓ, Maria del Pilar – “La mujer trabajadora en los ordenamientos de

não de moças. A requisição de um tão alargado número de jovens tornava-se assim altamente compensatória ao empreendimento. Contabilizámos, no total dos dias, 435 jornadas de obreiros e 989 de moças, correspondente a uma massa salarial de 54 libras, 7 soldos e 6 dinheiros e de 41 libras, 4 soldos e 2 dinheiros, respectivamente⁶⁴. Fica à evidência o que a empresa poupou com o recurso à mão de obra feminina.

Pontualmente contratados, os carpinteiros eram retribuídos com 6,5 soldos ao dia, o que os colocava acima dos pedreiros, mas talvez o carácter esporádico do seu trabalho justificasse o salário superior.

Os termos de comparação escasseiam. Em Portugal, os mais próximos remetem para o ano de 1341, em Évora⁶⁵. Então, os mestres que tratavam as portas e os telhados recebiam cerca de 8 soldos ou 8 soldos e meio. Os pedreiros 7 soldos. O salário dos serventes dependia da qualidade da tarefa, oscilavam entre 2 soldos (reparação de paredes) e 4 (conserto de telhados e tectos). Nas citadas obras da catedral de Saragoça, um mestre cobrava mais do dobro do que um obreiro e quase cinco vezes mais que uma moça⁶⁶.

Mas estes cotejos trazem algumas dificuldades. Não se pode colocar ao mesmo nível um mestre-de-obras, que chegou a comandar 147 trabalhadores num único dia, com mestres artífices ou que dirigiam obras de dimensão muito inferior.

Verbas para alimentação

Ao salário em moeda havia ainda que juntar as verbas para alimentação, relativamente pródigas no que respeita ao vinho. Embora seja conhecido o elevado consumo desta bebida em tempos medievais, em parte pela escassez de bebidas e pela sua aportação calórica⁶⁷, não deixa de ser relevante a atribuição de um soldo

Cortes, 1258-1505". in MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ángela; SEGURA GRAIÑO, Cristina (coord.) – *El trabajo de las mujeres en Edad Media Hispana*. Madrid: Asociación Cultural Al-Mudayna, 1988, p. 135.

⁶⁴ As moças têm menos dois registos, um possivelmente por esquecimento (fl. 2), outro porque o assento ficou incompleto (fl. 3v), pelo que a discrepância dos números seria ainda mais dilatada.

⁶⁵ Cf. SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e; SILVA, Fernando Vieira da; MONTEIRO, Nuno – “O livro das despesas do prior do cabido da Sé de Évora 1340-1341”. in *Revista de História Económica e Social*. Lisboa. N.º 9 (1982), pp. 91-143. Um trabalho recente sobre o tema apenas elenca para a primeira metade do século XIV dados retirados deste artigo (cf. FERREIRA, Sérgio Carlos – *Preços e salários em Portugal na Baixa Idade Média*. Dissertação de Mestrado no âmbito do Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.n.], 2007).

⁶⁶ NAVARRO ESPINACH, Germán – *ob. cit.*, p. 199.

⁶⁷ Sobre o peso do vinho na dieta alimentar, veja-se, entre os muitos trabalhos que têm sido dedicados à alimentação das gentes medievais: MARQUES, A. H. de Oliveira – *ob. cit.*, pp. 15-17; GONÇALVES, Iria – “Acerca da alimentação medieval”. in *Imagens do mundo medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, p. 210; idem – *O património do mosteiro de Alcobça*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989, pp. 81-82; idem – “A alimentação”. in MATTOSO, José (dir.) – *História da vida privada em Portugal*. Vol. I – *A Idade Média*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010, p. 251, 255-256; COELHO, Maria Helena da Cruz – “Apontamentos sobre a comida e a bebida do campesinato coimbrão em tempos medievos”, *cit.*, pp. 10-12; VIANA, Mário – *Os vinhedos medievais de Santarém*.

diário a alguns dos trabalhadores, exclusivamente para vinho (2)⁶⁸. Menos que isso recebiam as moças por cada jorna. Mas, em tarefas duras e de grande exigência física, particularmente nos dias mais quentes, a bebida era imprescindível⁶⁹ e o vinho era uma bebida preciosa ao estímulo e bom desempenho dos trabalhadores⁷⁰.

Já para comer, o mestre das obras do claustro auferia 2,5 soldos por dia, uma quantia relativamente elevada, uma vez que equivalia ao ordenado de um obreiro. Semelhante era o valor pago ao ferreiro, também para comer, pois uma semana valeu-lhe 11 soldos e 8 dinheiros. Já o mestre e os pedreiros de Alcântara chegaram a usufruir, no seu conjunto, de 12 soldos diários para o vinho e para o “almorço” (2). Dois soldos caberiam ao mestre, conforme se discrimina noutros pagamentos, estes de 10 soldos, também para alimentação, pelo que deduzimos que aos pedreiros cabia um soldo. Curioso é que a refeição seja, por vezes, designada de “almorço”. O dado, sendo avulso, não deixa de levantar algumas interrogações sobre o regime alimentar. O jantar, que se realizava entre as 11h e o meio-dia, e a ceia têm sido considerados as refeições mais importantes, senão as únicas, do dia. E só o progressivo retardamento da hora do jantar terá introduzido o hábito de ingerir uma pequena quantidade de comida logo de manhã, ao almoço. Conforme já notou Iria Gonçalves, estes horários não seriam totalmente adequados para quem trabalhava arduamente de sol a sol, e o dia começava muito cedo, pelo que, por isso, precisava mais cedo de uma refeição⁷¹, como parece ser o caso presente.

Outras despesas

Para além dos salários e dos pagamentos da pedra obtida por empreitada (cf. acima “A organização do trabalho”), outras despesas foram anotadas. A mais volumosa

Cascais: Patrimonia Histórica, 1998, pp. 179-183; RODRIGUES, Carla Devesa – “Do pão e do vinho. Esboço de dois viveres no Portugal da Baixa Idade Média”. in SILVA, Carlos Guardado da (coord.) – *História da alimentação*. Lisboa: Edições Colibri-Câmara Municipal de Torres Vedras-Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo Alexandre Herculano, 2007, pp. 80-84.

⁶⁸ Em 1311, um almude de vinho custou 1 soldo e 8 dinheiros (MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV da *Nova História de Portugal*, dir. de Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 218).

⁶⁹ “A l’époque de cette ouvrage, en été, alors que les jours étaient longues, qu’il faisait chaud, et qu’on apportait des pierres, de la chaux, du sable et d’autres matériaux, il convenait, pour éviter des récriminations, de donner plusieurs fois à boire à ceux qui travaillaient” (Comptes des travaux faites au collège de Beauvais [...] (adaptado), citado por FAGNIER, G. – *Études sur l’industrie et la classe industrielle à Paris au XIII^e et au XIV^e siècles*. Paris, 1987, apud ERLANDE-BRANDEBURG, Alain – *Quand les chthédras étaient peintes*. Paris: Gallimard, 1993, p. 140).

⁷⁰ Além de contribuir para criar um bom ambiente de trabalho, estimulava as hostes e mostrava a boa vontade do empregador (SANDRINE, Victor – “Les formes de salaires sur les chantiers de construction: l’exemple de Géronne au bas Moyen Âge”. in *Rémunérer le travail au Moyen Âge. Pour une histoire sociale du salariat*, cit., p. 261).

⁷¹ GONÇALVES, Iria – *ob. cit.*, p. 251.

respeitava ao fornecimento de água e areia. Desta, distinguem-se as carregas, que chegaram a 287 num único dia. Já o preço da cal que vinha de Alverca não foi registado. Depois, vinham os encargos com a pregadura, para o carro e para as escadas que se utilizavam no muro, mas decerto também para outras madeiras, dado o número avultado de pregos adquiridos, na ordem dos 1400. O funcionamento dos engenhos requeria, já o vimos, sabão, como lubrificador, e cordas – barações para o guindaste, adivães para o carro. Ao ofício do ferreiro era necessário carvão.

Foi este o conjunto de actividades e materiais, cujos pagamentos foram meticulosamente registados pelo escrivão, embora por vezes com alguns lapsos, em particular nas somas finais de cada dia, que, aproveito para o referir, oscilaram entre as 8 e as 24 libras, em números redondos.

Segundo Paulo Almeida Fernandes, o claustro, na impossibilidade da sua construção a norte ou a sul da igreja, dadas as dificuldades impostas pelo desnível do terreno, estendeu-se em forma trapezoidal a nascente da cabeceira. Ainda assim, o desnivelamento exigiu a construção de verdadeiras muralhas de contenção em paralelo com os trabalhos de desobstrução e de aterro, que terão estado a cargo de um Miguel Martins, dado como responsável pelas obras na catedral, em 1281⁷². Não obstante, como verificámos pelos parcos dados que o documento expõe sobre as tarefas dos trabalhadores do estaleiro, nada evidencia que as obras em causa respeitassem à consolidação dos terrenos e levantamento dos muros ou à empreitada da quadra e do claustro propriamente dito. De arcos, colunas e elementos ornamentais não consta nenhuma referência.

Ainda assim, a fragmentária informação fixada nestes fólios soltos e descontínuos é notável e constitui um testemunho raro. Nestes complexos processos que determinam a sobrevivência e a conservação documental, não deixa de ser irónico que um conjunto de pergaminhos com informação tão preciosa sobre preços, salários, transportes e carretos, por mar e por terra, materiais construtivos, homens comuns e jovens mulheres que labutam na árdua tarefa da edificação de um claustro, acabe catalogado numa *Gaveta*, dita das *Matéria Inúteis*. Inúteis, mas preservadas. Felizmente.

⁷² Cf. FERNANDES, Paulo Almeida – *ob. cit.*, pp. 23-25, 37. Paulo PEREIRA (*ob. cit.*, p. 397), tem como provável que um mestre Miguel Martins fosse o primeiro responsável pelas obras no claustro entre 1281 e 1319, baseando-se em Sousa Viterbo. Porém, este último autor elenca um Miguel Martins, arquitecto e mestre-de-obras da Sé de Lisboa “pelos annos de 1281” e acrescenta a transcrição de um documento assinado por “Migael Martins que tem a obra da Séé”, datado de “xxij dias de Março. Era mil cccª xixª” (VITERBO, F. M. de Sousa – *Diccionario histórico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes ou a serviço de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1994, pp. 150-151), o que corresponde ao ano de 1281 e não de 1319, erro em que incorreu igualmente Pedro DIAS (*ob. cit.*, p. 105), como já notou Paulo Almeida FERNANDES (*ob. cit.*, p. 58, nota 21).

ANEXO I

Trabalhadores contratados diariamente

	Dia	Pedreiros	Obreiros	Moças
Setembro	9- 4ª F	14	28	34
	10- 5ª F	14	22	52
	11- 6ª F	14	23	65
	12- Sáb	12	26	51
	14- 2ªF	7	4	7
	22- 3ª F	23+1*	18	71
	23- 4ª F	24+1	21	0
	24- 5ª F	24+1	28	80
	25- 6ª F	24+1	28**	78
Outubro				
	1- 5ª F	24+1	6	14
	2- 6ª F	23+1	6	11
	3- Sáb.	23+1	6	12
	5- 2ª F	23+1	6	12
	6- 3ª F	23+3	6	-
Novembro	3- 3ª F	36+6	22	63
	4- 4ª F	36+6	29	70
	5- 5ª F	36+6	34	76
	6- 6ª F	36+6	34	70
	10- 3ª F	31+5	20	61
	12- 5ª F	12+3	32	84
	13- 6ª F	13+3	36	78
	14- Sáb.	14+3	-	-
Totais	22 dias	486+49	435	989

* Os números adicionados referem-se a pedreiros contratados em parte do dia.

** O número não consta, foi deduzido das somas expressas em dinheiro.

Apêndice Documental⁷³

[s. d.]

Registo das despesas com salários e materiais relativos a umas obras no claustro a Sé de Lisboa. Arquivo Distrital de Braga, *Gavetas do Cabido, Gaveta das Matérias Inúteis*, nº 111

[fl. 1]

¶ fferia. iiij^a. ix dias do mes andaram na dicta Obra. xiiij. Pedreyros e pagey/
a cada huu [74]. v. soldos. Soma. iij. libras. e meia./

fforam Obreyros. xxbiiij. e pagey a cada huu. ij. soldos. e meio. Soma. iij. libras e
meia./

fforam mocas. xxxiiij. e pagey a cada hũa. dez. dinheiros. Soma. xxviiij. soldos. iiij
dinheiros./

¶ Esse dia carretaram agua. e custou. ix. soldos. iiij. dinheiros. Soma. ix. soldos. e
iiij. dinheiros./

Esse dia carretaram arêa e foram carregas. ij^c. Lxiiij. en que monta. xLiiij. soldos./
e x. dinheiros. Soma. xLiiij. soldos./

Jtem dey por pregos ffitelijs e foram. C. viij. soldos. Jtem dey por. ij^c. pregos cabraes./
. vj. soldos. Jtem dey ao Meestre pera comer. ij. soldos. e meio. Soma. xvj. soldos.
e meio./

Soma. deste dia. xj. libras. xviiij. soldos. viij. dinheiros/[75]

¶ fferia. v^a. x dias do mes andaram na dicta Obra. xiiij. Pedreyros./
e pagey a cada huu. v. soldos. Soma. iij. Libras. e meia./

fforam Obreyros. xxij. e pagey a cada huu. ij. soldos. e meio. Soma. Lij soldos. e
meio./

fforam Moças. Lij. e pagey a cada hũa. x. dinheiros. Soma. xLiiij. soldos. e iiij
dinheiros./

¶ Esse dia carretaram agua. e custou. vij. soldos. viij. dinheiros. Soma. vij. soldos.
e viij. dinheiros./

Esse dia carretaram arrêa e foram carregas. ij^c. Lxxij. en que monta. xLv. soldos./
e iiij. dinheiros. Soma. xLv. soldos. e iiij. dinheiros./

⁷³ As normas de transcrição seguidas são as fixadas nas publicações do projecto “Paisagens rurais e urbanas entre a Idade Média e os Tempos Modernos – Fontes para o seu estudo” (cf., por exemplo, *Tombos da Ordem de Cristo. Comendas a sul do Tejo (1505-1509)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos. Universidade Nova de Lisboa, 2002, pp. XI-XII). Apenas não se transcreveu o documento em linha contínua e não se assinalaram com o itálico as letras omissas no desenvolvimento das abreviaturas.

⁷⁴ O escriba escreve sempre “huu” sem sinal de nasalização, ao contrário do que acontece com “hũa”.

⁷⁵ As somas finais têm sempre por guarda um traço rectangular.

Item dey por. C. pregos ffetelijs. biiij. soldos. Item dey por. ij^c. pregos. cabraes./
 . vj. soldos. Item dey ao Meestre pera comer. ij. soldos. e meio. Item dey por ssabom.
 pera o enieo./

. iiij. dinheiros. Soma. xbj. soldos. e x. dinheiros./

Soma. deste dia. xj. libras. xviiiij. soldos ij dinheiros./

¶ fferia. vj^a. xj. dias do mes andaram na dicta Obra. xiiij. Pedreyros. e pagey/
 a cada huu. v. soldos. Soma. iij. libras. e meia./

fforam Obreyros. xxiiij. e pagey a cada huu. ij. soldos. e meio. Soma. iij libras./

fforam Moças. Lxv. e pagey a cada hũa. dez. dinheiros. Soma. Liiij. soldos. ij
 dinheiros./

¶ Esse dia carretaram agua e custou. vj. soldos. e v. dinheiros. Soma. vj. soldos. e
 v. dinheiros./

Esse dia carretaram arêa e foram carregas. ij^c. Lxxvij. en que monta. xLvj. soldos./
 e ij. dinheiros. Soma. xLvj. soldos. e ij. dinheiros./

[fl. 1v]

Item dey por pregos fitelijs e foram. C. viij. soldos. Item dey por. ij^c. pregos cabraes./
 . vj. soldos. Item dey ao Meestre pera comer. ij. soldos. e meio. Item dey por ssabom.
 ij. dinheiros./

Soma. xbj. soldos. e viij. dinheiros./

Soma. deste dia. xij. libras. x. soldos. xv. dinheiros/

¶ Sabado. xij. dias do mes andaram na dicta Obra. xij. Pedreyros. e pagey/
 a cada huu. v. soldos. Soma. xij. iij. libras./

fforam Obreyros. xxvj. e pagey a cada huu. ij. soldos. e meio. Soma. iij libras. v. soldos/

fforam Moças. Lj. e pagey a cada hũa. dez. dinheiros. Soma. xLij. soldos. e meio./

. Esse dia carretaram agua. e custou. x. soldos. iij. dinheiros. Soma. x. soldos. e iij.
 dinheiros./

Esse dia carretaram arrêa e foram carregas. ij^c. Lxxij. en que monta. xLv. soldos./
 . e iiij. dinheiros. Soma. xLv. soldos. e iiij. dinheiros./

Item dey por. ij^c. pregos cabraes. vij. Soldos. Item dey por. C. pregos fitelijs/

. viij. soldos. Item dey ao Meestre pera comer. ij. soldos. e meio. Item dey ao
 fferreyro pera/

comer. xj. soldos. viij. dinheiros. Item dey pera caruom. xix. soldos. e ix. dinheyros.

Item dey a quem ca/

rretou. xxxiiij. Barcadas de pedra d almaadaa. da porta do mar aa Crasta. ix./
 . libras. e xviiij. soldos. a Barcada por. vi. soldos. Jtem dey a. vj. Obreyros que tirauam/
 a pedra e que a apanhaua. [sic] j. maravidi. Soma. xiiij. libras. e xxiiij. dinheiros./
 Soma. deste dia. xxiiij. libras. iij. soldos. viij. dinheiros/

¶ fferia. ij^a. xiiij. dias do mes andaram na dicta. Obra. vij. Pedreyros. e pagey/
 a cada huu. v. soldos. Soma. xxxv. soldos./
 fforam obreyros. iij. e pagey a cada huu. ij. soldos. e meio. Soma. x. soldos./
 fforam Moças. vij. e pagey a cada hũa. dez. dinheiros. Soma. v. soldos. e x. dinheiros./
 ¶ Esse dia carretaram agua. e custou. viij. soldos. e ix. dinheiros. Soma. viij. soldos.
 e ix. dinheiros./
 Esse dia carretaram arêa e foram carregas. ij^c. Lxij. en que monta. xLiiij. soldos./
 e iij. dinheiros. Soma. xLiiij. soldos. e iij. dinheiros./
 Jtem dey ao Meestre pera comer. ij. soldos. e meio. Jtem dey a quem carretou. iij.
 duzêas de/
 de [sic] coynhos. iij libras. a duzêa por. xx. soldos. da porta do mar aa Crasta./
 Jtem dey por ssabom. pera o eniêo. iij. dinheiros. Jtem pagey aos Almoquerues/
 que carretaram os cantos da porta do mar aa Crasta. e foram. C. Lxxxvij.//

[fl. 2]

¶ fferia. iij^a. xxij. dias do mes andaram na dicta Obra. xxiiij./
 Pedreyros. e pagey a cada huu. v. soldos./
 ffouy outro e pagey lhy. ij. soldos. e meio. Soma. v. libras. e xvij. soldos. meio./
 fforam Obreyros. xbiij. e pagey a cada huu. ij. soldos. e meio. Soma. xLv. soldos./
 fforam Moças. Lxxj. e pagey a cada hũa. dez. dinheiros. Soma. Lix. soldos. ij
 dinheiros./
 Esse dia carretaram agua. e custou. xiiij. soldos. e iij. dinheiros. Soma. xiiij. soldos.
 e iij. dinheiros./
 Jtem dey ao Meestre e aos pedreyros que estam en alcantara. xij. soldos./
 pera vinho. e pera almorco. Jtem dey a domingos [sic] rrodriguiz. que asseentaua./
 . j. soldos. pera vinho. Jtem dey a fferna [sic] Eanes que ffazyza no muro. viij.
 dinheiros/
 pera vinho. Jtem dey a quem carretou. v. pinaçadas da porta do mar/
 aa Crasta. iij. libras. a Barcada por. xvj. soldos. Soma. iij. libras. xiiij. soldos. viij.
 dinheiros/
 Soma. deste dia. . xv. libras. E ix. [?] soldos. viij. dinheiros/

¶ fferia. iiij^a. xxiiij. dias do mes andaram na dicta Obra. xxiiij. Pe/
 dreyros. e pagey a cada huu. v. soldos./
 ffouy outro e pagey lhy. ij. soldos. e meio. Soma. vj. libras. e ij. soldos. meio./
 fforam Obreyros. xiiij. de. iij. soldos. que andaram en alcatare [sic] ao carro. Soma.
 xLij. soldos./
 fforam Obreyros. xxj. na Crasta e pagey a cada huu. ij. soldos. e meio. Soma. Lij.
 soldos. meio./
 Esse dia carretaram agua e custou. xv. soldos. e v. dinheiros. Soma. xv. soldos. e v.
 dinheiros./
 Item dey ao Meestre e aos Pedreyros. pera vinho. e pera almoço. xij. soldos./
 Item dey xx. dinheiros. Pera adiuas pera o carro. Item dey por pregos de sseeitya
 pera a/
 dubar o Carro. ij. soldos. Item dey por ssabom pera o Carro. iiij. dinheiros. Item dey/
 a domingos rrodriguez. j. soldo. pera vinho. Item deya fferna [sic] eanes pera vinho.
 viij. dinheiros./
 Soma. xvij. soldos. e viij. dinheiros.
 Soma. deste dia. xii. libras. v. soldos. e j dinheiro//

[fl. 2v]

¶ fferia. v^a. xxiiij. dias do mes andaram na dicta Obra. xxiiij./
 Pedreyros. e pagey a cada huu. v. soldos./
 ffouy outro. e pagey lhy. ij. soldos. e meio. Soma. vj. libras e ij. soldos. meio./
 fforam Obreyros. xxbiiij. e pagey a cada huu. ij. soldos. e meio. Soma. iij. libras. E meia./
 fforam Moças. Lxxx. e pagey a cada hũa. dez. dinheiros. Soma. iij. libras. e vj.
 soldos. viij. dinheiros/
 Esse dia carretaram agua e custou. xiiij <soldos>. e ix. dinheiros. Soma. xiiij. soldos.
 ix. dinheiros./
 Item dey ao Meestre e aos Pedreyros que estam en alcantara. xij. soldos./
 pera vinho. e pera almoço. Item dey a domingos rrodriguez. que asseenta./
 . j. soldo. pera vinho. Item dey a fferna [sic] eanes. viij. dinheiros. pera vinho. que ffaz no/
 Moro [sic⁷⁶]. Soma. xiiij. soldos. e viij. dinheiros/
 Soma. deste dia. xiiij. libras. vj. soldos. vj. dinheiros//

¶ fferia. vj^a. xxv. dias do mes andaram na dicta Obra. xxiiij./
 Pedreyros. e pagey a cada huu. v. soldos./
 ffouy outro. e pagey lhy. ij. soldos. e meio. Soma. vj. libras e ij. soldos. meio./

⁷⁶ Deve estar em vez de «muro» (cf. fólio anterior, linha 9).

fforam Obreyros que andaram en alcantara ao Carro. xij. e pagey/
 lhy. iij. soldos. a cada huu. Soma. xxxvj. soldos./
 fforam Obreyros que andaram na Crasta./ e pagey a cada huu. ij sodos. e meio./
 fforam Moças. Lxxvij. e pagey a cada hũa. dez. dinheiros. Soma. iij. libras. e quarta./
 Esse dia carretaram <agua.> e custou. xiiij. soldos. e meio. Soma. xiiij. soldos. e meio./
 Jtem dey ao Meestre. e aos Pedreyros que estam en alcantara. xij. soldos./
 Jtem dey a domingos rrodriguiz. que asseenta. j. soldo. pera vinho. Jtem dey a/
 ffernam eanes. viij. dinheiros. pera vinho. Soma. xij. soldos. e viij. dinheiros/
 Soma. [de]ste dia. xvj. libras. e xx. dinheiros//

[fl. 3]

¶ fferia. v^a. Primeyro dia d outubro andaram na dicta Obra./
 xxiiij. Pedreyros. e pagey a cada huu. v. soldos./
 ffouy outro. e pagey lhy. ij. soldos. e meio. Soma. vj. libras. e ij. soldos. meio/
 fforam Obreyros. vj. e pagey a cada huu. ij. soldos. e meio. Soma. xv. soldos./
 fforam Moças. xiiij. e pagey a cada hũa. dez. dinheiros. Soma. xij. soldos. viij
 dinheiros./
 Jtem dey aos Pedreyros. que estam en alcantara. viij. soldos. e ao Meestre. ij. soldos./
 Soma. x. soldos./
 Soma. deste dia. vj. libras. xix. soldos. ij. dinheiros./

¶ fferia. vj^a. ij. dias do mes andaram na dicta Obra. xxiiij. Pe/
 dereyros [sic]. e pagey a cada hũu. v. soldos./
 ffouy outro. e pagey lhy. ij. soldos. e meio. Soma. v. libras. e xvij. soldos. e meio./
 fforam Obreyros. vj. e pagey a cada huu. [ij]. soldos. e meio. Soma. xv. soldos./
 fforam Moças. xj. e pagey a cada hũa. dez. dinheiros. Soma. ix. soldos. e ij. dinheiros/
 Jtem dey aos Pedreyros que estam en alcantara. viij. soldos. Jtem dey/
 ao Meestre. ij. soldos. Jtem dey per hũa taua [sic] pera as medidas. iij. soldos. e meio./
 Soma. xiiij. soldos. e meio./
 Soma. deste dia. vj. libras. xv. soldos. ij. dinheiros. /

¶ Sabado. iij. dias do mes andaram na dicta Obra. xxiiij. Pedreyros/
 . e pagey a ca [sic] cada huu. v. soldos./
 ffouy outro. e pagey lhy. ij. soldos. e meio. Soma. v. libras e xvij. soldos. e meio/
 fforam Obreyros. vj. e pagey lhys a cada huu. ij. soldos. e meio. Soma. xv. soldos./
 fforam Moças. xij. e pagey a cada hũa. dez. dinheiros. Soma. x. soldos./
 Jtem dey aos Pedreyros que estam en alCantara. e ao Meestre. xij. soldos.

Soma. xij. soldos./

Soma. vij. libras. e xiiij. soldos. e meio.//

[fl. 3v]

Jtem dey a huu manço bo que esteue que esteue [sic] no talheiro. per/
 . v. dias. x. soldos. ij. soldos polo dia. Jtem dey por caruom. xvij. soldos/
 Jtem dey ao fferreyro. pera comer pera toda a domaa. xj. soldos. e viij. dinheiros./
 Jtem dey aos Pedreyros que Britam a pedra na Crasta. j. soldo. pera/
 . vinho. Soma. xL. soldos. e viij. dinheiros.

Soma. deste dia. ix. libras. xv. soldos. ij. dinheiros.

¶ fferia. ij^a. v. dias do mes adaram [sic] na dicta Obra. xxiiij./
 Pedreyros. e pagey a cada hūu. v. soldos./
 ffouy outro e pagey lhy. ij. soldos. e meio. Soma. v. libras e xvij. soldos. e meio./
 fforam Obreyros. vj. e pagey lhy. a cada huu. ij. soldos. e meio. Soma. xv./
 fforam Moças. xij. e pagey a cada hūa. dez. dinheiros. Soma. x. soldos./
 Jtem dey aos pedreyros e ao Meestre que estam en alcantara. x. soldos./
 Jtem dey aos pedreyros que estam na pedreyra da Crasta. j. soldo./
 pera vinho. Jtem dey a Johan eanes mechycham. por. xxiiij./
 pedras. pera as rrepressas. xiiij. maravidiz. e vj. dinheiros. a rrepressa por/
 . xvij. soldos. e foram. xj. rrepressas. e meia. Soma. x. libras. e vj. soldos. e meio./
 Soma. deste dia. xvij. libras. xiiij. soldos. e meio

¶ fferia. iij^a. vj. dias do mes. andaram na dicta Obra. xxiiij. pedreyros /
 e pagey a cada huu. v. soldos./
 ffouy outro. e pagey lhy. ij. soldos. e meio. Soma. vj. libras. iij. soldos. e meio. /
 ffouy outro e pagey lhy. ij. soldos/
 ffouy outro e pagey lhy iij. soldos./
 fforam Obreyros. vj. e pagey a cada huu. ij. soldos. e meio. Soma. xv. soldos.//

[fl. 4]

¶ fferia. iij^a. iij. dias do mes de Nouembro andaram na dicta Obra. xxxvj./
 Pedreyros e pagey a cada huu. v. soldos./
 fforam outros tres e pagey a cada huu. iij. soldos. Soma. ix. libras. xix. soldos. meio./
 fforam [sic] outro e pagey lhy. iij. soldos./
 ffouy outro e pagey lhy. ij. soldos. e meio./

ffouy outro e pagey lhy. ij. soldos./

fforam Obreyros. xxij. e pagey a cada huu. ij. soldos. e meio. Soma. Lv. soldos./

fforam Moças. Lxij. e pagey a cada hũa. dez. dinheiros. Soma. Lij. soldos. e meio./

¶Esse dia carretaram agua. e custou. ix. soldos. e ij. dinheiros. Soma. ix. soldos. e ij. dinheiros./

Esse dia carretaram arêa e foram carregas. Lxvj. en que monta. xj. soldos. Soma. xj. soldos./

Jtem dey aos pedreyros d alcantara. iiij. soldos. Jtem dey ao Meestre pera comer./

. ij. soldos. e meio. Jtem por ssabom pera o enieo. iiij. dinheiros. Soma. vj. soldos. e x. dinheiros./

Soma. deste dia. xvj. libras. e xiiij. soldos/

¶ fferia. iiij^a. iiij. dias do mes andaram na dicta Obra. xxxvj. Pedreyros./

e pagey a cada huu. v. soldos./

fforam outros tres e pagey a cada huu. iiij. soldos. Soma. ix. Libras e xix. soldos. e meio./

ffouy outro e pagey lhy. iiij. soldos./

ffouy outro e pagey lhy. ij. soldos. e meio./

ffouy outro e pagey lhy. ij. soldos./

fforam Obreyros. xxix. e pagey e pagey [sic] a cada huu. ij. soldos. e meio. Soma. iiij. libras e xij soldos meio./

fforam Moças. Lxx. e pagey a cada hũa. dez. dinheiros./

¶Esse dia carretaram agua e custou. x. soldos. e viij. dinheiros. Soma. Lviiij. soldos. e iiij. dinheiros. /

Esse dia carretaram arêa e foram carregas. Lxiiij. en que monta. x. soldos./

E viij. dinheiros. Soma. x. soldos. e viij. dinheiros./

Jtem dey aos Pedreyros d alcatara. [sic] iiij. soldos. Jtem dey ao Meestre pera comer./

. ij. soldos. e meio. Soma. vj. soldos. e meio./

Soma. deste dia. xvij. libras. e xviiij. soldos. ij dinheiros.//

[fl. 4v]

¶ fferia. v^a. v. dias do mes andaram na dicta Obra. xxxvj./

Pedreyros e pagey a cada huu. v. soldos./

fforam outros. iiij. de. iiij. soldos. a cada huu./

ffouy outro. e pagey lhy. iiij. soldos. Soma. ix. libras. e xix. soldos. e meio/

ffouy outro e pagey lhy. ij. soldos. meio./

ffouy outro e pagey lhy. ij. soldos./

¶Esse dia carretaram agua. e custo [sic]. xij. soldos. e iiij. dinheiros. Soma. xij. soldos. e iiij. dinheiros./

Esse dia carretaram arêa e fforam carregas. C. Lxxvij en que monta. xxix. soldos. e meio./^[77]

fforam Obreyros. xxxiiij. e pagey a cada huu. ij. soldos. e meio./

fforam Moças. Lxxvj. e pagey a cada hũa. dez. dinheiros./

Item dey aos pedreyros d alcantara. iiij. soldos. Item dey ao Meestre./

pera comer. ij. soldos. e meio. Item por. C pregos de sseeitya. vj. soldos./

Item dey por. C. pregos. ffitelijs. viij. soldos. Item dey por. ij^c. cabraes/

. viij. soldos. Item dey a Pero gago quando fouy a aluerca procurar a cal. iiij. soldos./ pera despessa. Soma. xxxj. soldos. e meio./

Soma. deste dia. xxj. libras. xiiij dinheiros./

¶fferia. vj^a. vj. dias do mes andaram na dicta Obra. xxxvj. Pe/

dreyros. e pagey a cada huu. v. soldos./

fforam. iij. e pagey a cada huu. iiij. soldos. Soma. ix. libras. e xix. soldos. e meio/

ffouy outro e pagey lhy. iij. soldos./

ffouy outro e pagey lhy. ij. soldos. meio./

ffouy outro e pagey lhy. ij. soldos./

fforam. ij. carpenteyros. e [pagey a] cada huu. vj. soldos. e meio. Soma. xiiij. soldos./^[78]

fforam Obreyros. xxxiii[j. e] pagey a cada huu. ij. soldos. e meio./

fforam Moças. Lxx. e pagey a cada hũa. dez. dinheiros. Soma. Lviiij. soldos. e iiij. dinheiros.//

[fl. 5]

¶fferia. iij^a. x. dias do mes andaram na dicta Obra. xxxj./

Pedreyro [sic]. e pagey a cada huu. v. soldos./

fforam. iij. e pagey a cada huu. iiij. soldos. Soma. viij. libras e ij. soldos. e meio. /

ffouy outro. e pagey lhy. iij. soldos./

ffouy outro e pagey lhy. ij. soldos. e meio./

fforam. ij. carpenteyros e pagey lhys a cada huu. vj. soldos. e meio. Soma. xiiij. soldos./

fforam Obreyros. xx. e pagey a cada huu. ij. soldos. e meio. Soma. L. soldos./

fforam Moças. Lxj. e pagey a cada hũa. dez. dinheiros. Soma. L. soldos. e x. dinheiros./

⁷⁷ À margem esquerda: Soma. xxix. soldos. meio. Soma iiij. libras e quarta. Soma. iiij. libras. iij. soldos. e iiij. dinheiros./

⁷⁸ À margem esquerda: Soma iiij. libras e quarta.

¶ Esse dia carretaram agua. e custou. xj. soldos. viij. dinheiros. Soma. xj. soldos. e viij. dinheiros./

Esse dia carretaram arêa. e foram carregas. CLxvij. en que monta./

. xxvij. soldos. e x. dinheiros Soma. xxvij. soldos. e x. dinheiros./

Item dey ao Meestre pera comer. ij. soldos. e meio. Item dey por pregos/

cabraes iij. soldos. e meio. e fforam C. Item dey por. C pregos de sseytya./

. vj. soldos. Soma. xij. soldos./

Soma. deste dia. xvij. libras vj. soldos. ij. dinheiros/

¶ fferia. v^a. xij. dias do mes andaram na dicta Obra. xij. Pedreyros./

e pagey a cada huu. v. soldos./

fforam outros. ij. e pagey a cada huu. iiiij. soldos. Soma. iij. libras e xiiij. soldos. e meio./

ffouy outro e pagey lhy. ij. soldos. e meio/

fforam Obreyros. xxxij. e pagey a cada huu. ij. soldos. e meio. Soma. iiiij. libras./

fforam Moças. Lxxxiiiij. e pagey a cada hũa. dez. dinheiros. Soma. iij. libras. e meia./

Soma. xj. libras. e iiiij. soldos. e meio.//

[fl. 5v]

¶ Esse dia carretaram agua e custou. xij. soldos. iij. dinheiros. Soma. xij. soldos. e iij. dinheiros./

Esse dia carretaram arêa e foram carregas. CLxxxiiij. en que monta./

xxx. soldos. e meo. Soma. xxx. soldos. e meio./

Item dey ao Meestre pera comer. ij. soldos. e meio. Item dey aos que asseentam./

. j. soldos. pera vinho. Item dey por. ij. duzeas de Baraços. pera gyndar/

os cantos e pera tirar as rrepressas. vj. soldos. Soma. x. soldos. e meio. /

Soma. deste dia. xiiij. libras. xiiij. soldos. ix. dinheiros/

¶ fferia. vj^a. xiiij. dias do mes andaram na dicta Obra. xiiij. Pedreyros./

e pagey a cada huu. v. soldos./

fforam outros. dous. e pagey a cada huu. iiiij. soldos. Soma. iij. libras e xv. soldos. meio./

ffouy outro e pagey lhy. ij. soldos. e meio/

fforam Obreyros. xxxvj. e pagey a cada huu. ij. soldos. e meio. Soma. iiiij. libras e meia./

fforam Moças. Lxxviiij. e pagey a cada hũa. dez. dinheiros. Soma. iij. libras e v. soldos./

¶ Esse dia carretaram agua e custou. xiiij. soldos. ix. dinheiros. Soma. xiiij. soldos. ix. dinheiros./

Esse dia carretaram arêa e fforam carregas.^[79]

⁷⁹ O escriba deixou um espaço em branco, possivelmente para acrescentar os dados em falta, que aliás, não constam da soma total.

Jtem dey ao Meestre pera comer. ij. soldos. e meio. Jtem dey aos Pedreyros que/ asseentam. j. soldo. pera vinho. Jtem dey por sabo [sic] pera o gyndas. iiiij. dinheiros. Jtem/ dey por. C. pregos. de sseeitya pera as escaadas pera seruir no muro./ . vj. soldos. Jtem por. C. pregos. cabraes. iij. soldos. e meio. Soma. xij. soldos. iiiij. dinheiros./

Soma. deste dia. xij. libras. xvij. soldos. vij. dinheiros/

¶ Sabado. Xv ^[80]. dias do mes andaram na dicta Obra. xiiij. Pedreyros./ . e pagey a cada huu. v. soldos./ fforam outros dous e pagey a cada huu. iiiij. soldos. Soma. iiiij. libras e vj. dinheiros./ ffouy outro. e pagey lhy. ij. soldos. e meio.//

[fl. 6]

¶ Pagou Steuam dominguiz a Mateus Migeez e a affonso/ meendiz. pedreyros por. Mil. Cantos. E coynhos. ij^c. e xxx. libras./

¶ Jtem pagey a Johan d alcoychête e a pero periz pedreiros. d uu Myleyro./ de cantos e de coynhos. do monte que veerom aa obra. ij^c. xxx. libras./

¶ Jtem pagey a garcia periz e a domingos d alcobaca. pedreyros./ por. huu Myleiro de cantos e de coyhos [sic] que derom aa Obra./ . ij^c. xxx. libras./

¶ Jtem pagey a pero galego e a domingos periz ssintraao./ por. iiiij^c. cantos. Lxxxij. libras. Soma. desta pedra de ssusso dicta./ . vij^c. Lxxxij. libras./

¶ Jtem pagey a Johan eanes o Meestre. C. x. Libras. de sseu/ ssolayro. do tempo que sseruyo na Crasta dante que fezessemos aveeça com el./ e destas. C. x. libras. tem Martim martynz. per partes. no sseu Ljuro. xLij. libras./ e en outra parte tem en. Soma. Lxxvij. libras./

¶ Soma. do que pagey a Jhan [sic] eanes O Meestre de sseu ssolayro./ . C. x. libras.//

[fl. 6v]

¶ este Domyngo xix. dias de dezembro pagey a Pero periz./ pedreyro. por. xij. eyxylhares que talharon a enpreytada./ . xxxvj. soldos./

¶ Jtem esse dia pagey a Joham Garcia castelaa pedreyro por/

⁸⁰ Sábado, 14 e não 15.

- . xxv. catos [sic] que talharom. iiij. libras./
- ¶ Jtem pagey a ffernam paayz e a vicente payz. e a Martim cavaleyro/
por. ij^c. cantos que talharom. xxxij. libras./
- ¶ Jtem pagey aos de ssusso dictos por huu. C. de cantos. que talharom./
. xiiij. libras./
- ¶ Jtem pagey a estes por. iiij. cantos que talharom. x. soldos. e iiij. dinheiros./
- ¶ Jtem pagey ao Mouro de Johan eanes. e a sseu Manço. por. huu.
. C. de cantos que talharom. xvj. libras./
- ¶ Jtem pagey a Johan payz pedreyro de val uerde. por. ij^c. cantos que talhou./
. xxxij. libras./
- ¶ Jtem pagey a Johan d alcoychête por. ij^c. cantos que talhou./
. xxxij. libras./
- ¶ Jtem pagey a Lourenço esteuãez passarinho. por. huu. C. de cantos./
que talhou. xvj. libras./
- ¶ Jtem pagey a pero cota. por. iiij^c. cantos que talhou. xlvij. libras./
- ¶ Jtem pagey a esse. iij. libras. de melhoria. porque as filhou primeyro.//

São Vicente em Lisboa: dois protagonistas (leitura histórica de um fragmento musical)

*Manuel Pedro Ferreira*¹

São Vicente é padroeiro da cidade de Lisboa desde 1173. A história do seu martírio no início do século IV é bem conhecida. Diácono em Saragoça, foi preso com o velho bispo Valério e levado a Valência, onde ambos foram confrontados com as autoridades romanas. Sendo o bispo pouco fluente no discurso, o diácono teria sido o principal defensor da fé cristã. Julgado e condenado, Valério sofreu o exílio mas Vicente foi sujeito a martírio. Segundo reza a lenda, a sua resistência à tortura teria sido sobre-humana; quando finalmente o corpo cedeu, o cadáver, deixado num pântano para ser comido pelos animais, foi guardado por um corvo. As autoridades recorreram a medidas extremas, lançando-o ao mar, o qual acabou por devolver o corpo à praia, onde foi encontrado por fiéis que lhe deram sepultura. O seu túmulo tornou-se, com o tempo, o centro de um arraigado culto local, que depois se espalhou por outras comunidades cristãs, e acabou por encontrar expressão litúrgica no Santoral de diversos ritos².

¹ Manuel Pedro Ferreira (n. 1959) doutorou-se em Musicologia na Universidade de Princeton (1997), sendo desde 2001 Professor Associado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde coordena, desde 2005, o Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical (CESEM). Tem-se dedicado sobretudo ao ensino e à investigação da música da Idade Média e do Renascimento, sem descurar a interpretação musical: dirige desde 1995 o grupo Vozes Alfonsinas, com o qual gravou cinco discos. Como musicólogo, publicou perto de cem artigos científicos e dirigiu vários projectos de investigação. Dos muitos livros que escreveu ou coordenou, citem-se *O Som de Martin Codax* (Lisboa, 1986), *Cantus coronatus* (Kassel, 2005), *Aspectos da Música Medieval no Ocidente Peninsular* (Lisboa, 2009-2010) e *Revisiting the Music of Medieval France* (Farnham-Burlington, 2012). Tem também composto ocasionalmente e exercido com regularidade o ofício de crítico musical. É membro da *Academia Europaea* e da direcção da Sociedade Internacional de Musicologia. Endereço: mpferreira@fcsh.unl.pt

² CUNHA, Dom Rodrigo da – *Historia ecclesiastica da Igreja de Lisboa*. Lisboa: Manoel da Sylva, 1642, ff. 79v-98 (<http://purl.pt/12033>); CASTRO, João Bautista de – *Mappa de Portugal antigo, e moderno*. Lisboa: Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763, tomo III, pp. 336, 348-349 (<http://purl.pt/436>); LACGER, Louis de – “Saint Vincent de Saragosse: Universalité du culte de saint Vincent de Saragosse dès le V^e siècle”. in *Revue d’histoire de l’Église de France*, tome 13, n^o 60 (1927), pp. 307-358 (<http://www.persee.fr>); GEARY, Patrick J. – *Le vol des reliques au Moyen Age: Furta sacra*. Paris: Aubier, 1993, pp. 178-179, 195-199; PICARD, Christophe – “Sanctuaires et pèlerinages chrétiens en terre musulmane: l’Occident de l’Andalus (X^e-XII^e siècle)”. in *Pèlerinages et croisades*. Paris: Éditions du Comité des travaux historiques et scientifiques, 1995, pp. 235-247; CONDE, António Linage – “San Vicente mártir, lazo peninsular del Mediterráneo al Atlántico”, in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*. Porto: INIC / Centro de História da Universidade do Porto, 1987-1989, tomo III, pp. 1145-1157.

O que sucedeu ao túmulo e às relíquias de S. Vicente em Valência depois da invasão muçulmana é algo sobre o qual as narrativas medievais não estão de acordo. Houve certamente várias tentativas de apropriação dos despojos ou do culto do mártir, dado o poder conferido pela posse de tais relíquias. A tradição que nos interessa aqui é a que alega ter vindo o seu corpo para Lisboa; esta tradição narrativa não se restringiu a Portugal, já que na própria região de origem do diácono, Aragão, um frontal de altar testemunha a sua aceitação popular³.

A principal narrativa sobre a invenção das relíquias de S. Vicente, previamente à sua chegada a Lisboa, é a do mestre e depois chantre da Sé Catedral, Estêvão, um contemporâneo dos acontecimentos, por ele registados antes de 1185⁴. A sua narração é, porém, muito sintética, abstendo-se quer de nomear aqueles que tomaram a iniciativa, quer de oferecer quaisquer pormenores sobre o assunto:

[...] bono animo et spiritu acti divino,
 navigia parant, collectisque necessariis,
 maria temptant, pericula superant, et
 ad locum optatum felici navigatione
 perveniunt. Ubi vigiliis et orationibus
 insistentes circa loca presignate terram
 aperiu[n]t corpusque preoptatum post
 multum laborem per divina revelationem
 inveniunt navique desiderabilem
 sarcinam deponentes, cum quibus
 gaudiis, quibus denique graciarum
 actionibus, quam leti, quam hilares
 redeant, prosequi facile dictu non est.

– [Alguns homens], de ânimo corajoso,
 e movidos por espírito divino, preparam
 uns navios e, levando consigo o
 necessário, aventuram-se ao mar,
 arrostam com os perigos e chegam
 ao lugar desejado sem contratempos.
 Entregam-se a vigílias de oração.
 Desbravam a terra em torno dos locais
 previamente designados e, depois de
 muito trabalho, por revelação divina,
 encontram o corpo tão procurado,
 carregam para o navio o desejado
 depósito e não seria fácil dizer com
 que expressões de alegria e com que
 acções de graças ao Senhor voltam
 de regresso cheios de regozijo.

³ Frontal de altar em Liesa, Huesca, pintado na segunda metade do século XIII, referido em CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “La catedral, el santo e el rey. Alfonso IV de Portugal, San Vicente mártir y la capilla mayor de la Sé de Lisboa”. in *Hagiografía peninsular als segles medievals*. Lleida: Institut de Ciències Polítiques i Socials – Universitat de Lleida, 2008, pp. 73–92. Reproduções: <http://www.liesa.info/frontal.htm>; <http://www.romanicoaragones.com/3-Somontano/990399-Liesa8-DPH.htm>.

⁴ *Miracula Sancti Vincentii edita a magistro Stephano sedis Ulixbonensis precentore*. Edições com tradução em português: NASCIMENTO, Aires Augusto; GOMES, Saul António – *S. Vicente de Lisboa e seus milagres medievais*. Lisboa: Edições Didaskalia, 1988; NASCIMENTO, Aires Augusto – *S. Vicente de Lisboa: legendas, milagres e culto litúrgico (testemunhos latinomedievais)*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 2011. Citamos a partir desta última edição.

Uma outra narrativa, oriunda da Flandres e atribuída a um arcediogo também de Lisboa chamado Fernando, é de elaboração tardia, fortemente contaminada pela hagiografia europeia. Tem contudo na sua origem um relato transmitido ao círculo da Condessa Matilde (ou seja, Teresa de Portugal, filha de D. Afonso Henriques), mulher e depois viúva do conde da Flandres, passando talvez pelo círculo do seu sobrinho, que em 1212 herdou o condado. O relato primitivo terá pois sido, no essencial, elaborado antes de 1233⁵. O estilo do texto, tal como nos chegou, é bastante diferente da narrativa de mestre Estêvão: o seu grau de elaboração pode ser ilustrado pelo episódio da chegada das relíquias a Lisboa.

Mestre Estêvão:

Veniunt igitur Ulixbonam et agente deo portus intrantes optatos leto remige litus attingunt onusque sacratissimum piis humeris imponentes e navi deponunt.

– Regressam, pois, a Lisboa e, sob acção de Deus, entram no porto desejado, remam para terra jubilosos e, pondo aos ombros, com piedade, o corpo sacratíssimo retiram-no do navio.

Arcediogo Fernando:

– Tandem felici navigatione completa, salvi et integro numero cum sanctissimis martiris reliquiis et suis corvis ingressi sunt clam nocte in civitate. Statim ut dies facta est, iterum pueri magna voce ceperunt clamare dicentes: ‘Sanctus Vincentius venit, Sanctus Vincentius venit’. Priorem enim clamorem fecerant de adventu futuro, hunc autem ultimum de adventu iam facto. Presbiter autem corpus sacrosanctum in domo sua tulit et in quadam arca honorifice deposuit; corvi autem super domum ceperunt gaudentes volitare.

– Finalmente, terminada a venturosa viagem, são e salvos, entraram eles na cidade sem serem notados com as relíquias santíssimas do mártir e com os seus corvos. Logo que se fez dia, de novo as crianças começaram a clamar em voz alta, dizendo “S. Vicente já chegou, S. Vicente já chegou”. O primeiro clamor tinha sido da chegada por acontecer, o actual era da chegada já consumada. Por sua parte, o sacerdote levou o corpo sacrossanto para sua casa e depô-lo num arcaz com todas as honras; quanto aos corvos, começaram a voltejar por cima da casa em sinal de contentamento.

⁵ DIAS, Isabel Rosa – *Culto e memória textual de S. Vicente em Portugal (da Idade Média ao século XVI)*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Algarve. Faro: [s.n.], 2003; versão revista, Lisboa: [s.n.], 2011 (<http://pt.scribd.com/doc/125133247>), pp. 177-189, 207-213; idem – “Ecos da trasladação de S. Vicente para Lisboa, na Flandres”. in KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.) – *Lisboa medieval: os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 400-405; CONSTABLE, Giles – “Two Notes on the Anglo-Flemish Crusaders of 1147–1148”. in CONSTABLE, Giles – *Crusaders and Crusading in the Twelfth Century*. Farnham: Ashgate, 2008, pp. 301-309; NASCIMENTO, Aires Augusto – *S. Vicente de Lisboa*, cit., pp. 40-42, 144-157.

Há ainda a registar diferenças notáveis de conteúdo nos dois relatos, a mais evidente das quais é a origem das relíquias: o Cabo de São Vicente, no caso de Estêvão; Valência, no caso de Fernando – possivelmente porque esta localização, correspondendo às expectativas flamengas e de quase toda a Europa, era mais convincente e memorável do que um cabo virtualmente desconhecido no extremo ocidental do continente.

Interessa-nos aqui sublinhar apenas o seguinte: enquanto, no relato de Estêvão, a invenção das relíquias surge como iniciativa colectiva anónima, no relato de Fernando a inspiração, planeamento e concretização da busca, achamento e transporte marítimo das relíquias tem como protagonista central um sacerdote de uma paróquia pobre de Lisboa, que depositou as relíquias em sua casa logo que elas foram retiradas do barco. Ora, segundo Estêvão, o corpo foi num primeiro momento depositado na paróquia de Santa Justa e Santa Rufina, e o seu reitor chamava-se Múnio ou Moniz.

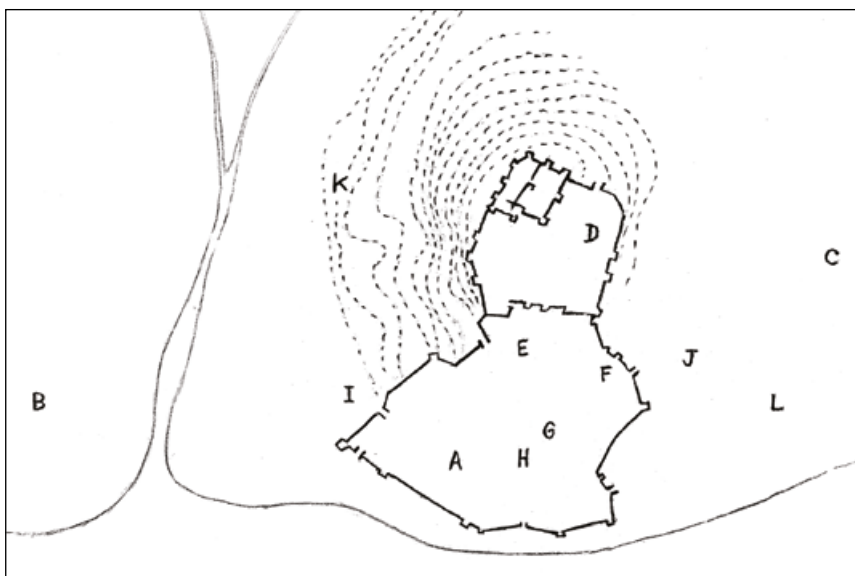
O narrador não atribui especial importância a este facto; mas reconhece a Moniz a posição de intermediário entre a etapa marítima da trasladação, de iniciativa anónima, e a sua etapa urbana, que por iniciativa do deão da Catedral conduziria os despojos do mártir à Sé. Segundo nos conta Estêvão, quando se espalhou a notícia da chegada das relíquias a Lisboa, estas foram reclamadas pelos cônegos de S. Vicente de Fora, o que suscitou oposição e tumulto; foi preciso que o comandante militar restabelecesse a ordem pública, remetendo-se para o rei, ausente em Coimbra, a decisão sobre o destino final a dar ao corpo. O deão, com o acordo do cabido, decidiu então tomar a iniciativa de negociar a sua transferência para a Sé, antes que o rei pudesse intervir a favor dos concorrentes.

Podemos perguntar-nos porque teriam as relíquias, num primeiro momento, sido depositadas pelos seus achadores em Santa Justa (localização da igreja relativamente à Sé: veja-se **Mapa 1**). Esta não era a igreja mais acessível a partir do rio Tejo; em 1173 era de facto aquela que ficava mais a norte (**Mapa 2**)⁶.

⁶ Bibliografia usada: SILVA, Augusto Vieira da – *As freguesias de Lisboa (estudo histórico)*. Lisboa: Câmara Municipal, 1943; MATTOSO, António Gonçalves – *A paróquia: sua evolução histórica e influência civilizadora*. Lisboa: Lumen, 1964, pp. 25-30; PRADALIÉ, Gérard – *Lisboa: da Reconquista ao fim do século XIII*. Lisboa: Palas, 1975; MARQUES, António H. de Oliveira – “Lisboa”, in MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Atlas de cidades medievais portuguesas (séculos XII-XV)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Históricas da UNL, 1990, pp. 55-60; idem – “A cidade na Baixa Idade Média”. in MOITA, Irisalva (coord.) – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, pp. 89-113; MATTOSO, José – *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*, vol. II: *Composição*, 5ª ed. revista e actualizada. Lisboa: Estampa, 1995, p. 247 (Gráfico 23); VARGAS, José Manuel – “As Freguesias de Lisboa e do seu Termo na Idade Média”. in *Olisipo* 2ª série, 17 (2002), pp. 47-66; FIALHO, Manuel – “São Julião: uma freguesia marítima de Lisboa (1147-1294)”. in *Rossio. Estudos de Lisboa*, nº 0 (Outubro de 2012), pp. 8-27.



Mapa 1 – Lisboa na época do Renascimento, segundo BRAUN, Georg – *Civitates Orbis Terrarum* (pormenor). À esquerda, a Igreja de Santa Justa (nº 84), posição actualmente correspondente às escadinhas que ladeiam, a sul, a loja Pollux (nº 276 da Rua dos Fanqueiros). À direita, a Sé Catedral (nº 79).



Mapa 2 – Localização esquemática das igrejas de Lisboa em 1173
 Legenda: **A** – Catedral (Santa Maria), **B** – Mártires (Santa Maria), **C** – S. Vicente de Fora, **D** – Santa Cruz, **E** – S. Bartolomeu, **F** – S. Tiago, **G** – S. Martinho, **H** – S. Jorge, **I** – Santa Maria Madalena, **J** – S. Salvador, **K** – Santas Justa e Rufina, **L** – S. Estêvão.

O templo mais perto da foz do Tejo era o dos Mártires; mas ficava no alto de uma colina e não gozava, portanto, de fácil acesso a partir do porto medieval. A igreja mais acessível a quem chegasse por via fluvial era a de Santa Maria Madalena; essa teria sido a escolha lógica para repouso das relíquias vicentinas por parte de quem as tivesse transportado do Algarve, se a questão decisiva fosse a proximidade. Não se tendo escolhido Santa Maria Madalena, alguma razão haveria para se ter subido até Santa Justa. O mais plausível é que os agentes da invenção das relíquias fossem paroquianos de Santa Justa e que a iniciativa tivesse tido, no mínimo, a cumplicidade do seu presbítero.

Ora, na narrativa de Fernando, o principal agente da invenção é um presbítero de uma paróquia pobre de Lisboa. Santa Justa, situada fora de portas, com um termo então predominantemente rural, provavelmente corresponde a essa qualificação⁷. Tudo leva a crer, portanto, que o presbítero anónimo fosse Moniz, pároco de Santa Justa na narrativa de mestre Estêvão. Esta identificação acaba de ser confirmada pela redescoberta do Ofício para a Trasladação de S. Vicente, que foi cantado na Sé e na diocese de Lisboa até 1590.

De facto, em 2010, um fragmento com notação musical, usado para forrar o Livro 843 do Arquivo da Casa da Moeda em Lisboa, chamou a atenção de Margarida Leme e de Margarida Seixas da Cunha; esta última entrou em contacto com o seu orientador de tese, Aires Augusto Nascimento, a fim de analisar o conteúdo. Foi este que identificou no fragmento parte de um Ofício que comemora a trasladação para Lisboa das relíquias do mártir S. Vicente (**Fig. 1**). O texto aí copiado foi editado e publicado em livro, com facsímiles, em 2011⁸.

O recém-descoberto documento é uma tira correspondente à parte superior de um bifólio, por sua vez pertencente a um antifonário. Contém as peças de canto do Ofício (antifonas, responsórios e um hino). A música é escrita em notação aquitana do tipo mais corrente em Portugal em época gótica, variedade que Solange Corbin apelidou de “notação portuguesa”⁹.

⁷ Os elementos históricos posteriores corroboram esta suposição. Em 1190, havia em Lisboa dezassete paróquias, sendo as mais recentes S. João da Praça, S. Pedro, S. Miguel, Santa Marinha do Outeiro e S. Mamede (esta, a meio caminho entre Santa Justa e Santa Maria Madalena). Em 1220, a ocupação urbana em redor de Santa Justa ao longo da encosta ocidental do castelo e até à Mouraria tinha justificado a criação de duas novas paróquias, Santa Maria de Alcamim e S. Lourenço. Isto significa que, a médio prazo, o desenvolvimento urbano na área adjacente não foi capitalizado por Santa Justa. A partir de 1220 (e até 1550), houve 23 paróquias em Lisboa; os seus rendimentos não podem ser comparados antes de 1321, altura em que a população local e o comércio, atraído ao Rossio (incluído na paróquia de Santa Justa), tinham sem dúvida aumentado relativamente ao século anterior. Mesmo assim, os montantes arrecadados por Santa Justa eram então inferiores aos de Santa Maria Madalena, Santo Estêvão e Santa Maria de Alcamim (cf. VARGAS, José Manuel – “As Freguesias de Lisboa”, cit., Quadro I).

⁸ NASCIMENTO, Aires Augusto – *S. Vicente de Lisboa*, cit., pp. 63-74.

⁹ Sobre a chamada “notação portuguesa”, veja-se FERREIRA, Manuel Pedro – “Medieval Music in Portugal Within its Interdisciplinary Context (1940-2010)”. in MATTOSO, José (dir.) – *The Historiography of Medieval Portugal (c.1950-2010)*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, pp. 111-129. Sobre as raras



Fig. 1 – Pormenor do fragmento do Arquivo da Casa da Moeda, capa do Livro 843: fólho A verso, contendo o responsório *Ut cum sacrum passu gravi / munus archa clauditur*. Foto do autor.

O conteúdo corresponde a um Ofício próprio do rito romano-franco, cuja estrutura musical, completamente diferente da encontrada no rito visigótico-moçárabe, se pode esquematizar como segue:

- 1^{as} Vésperas: 5 antífonas com respectivos Salmos, hino, antífona do *Magnificat* (Cântico de Maria)
- Matinas:
 - Invitatório e hino.
 - 1^o nocturno – 3 antífonas com salmos e versículo/resposta final;
 - 3 leituras seguidas, cada uma, por um responsório prolixo.
 - 2^o nocturno – idem
 - 3^o nocturno – idem, com *Te Deum* final
- Laudes: 5 antífonas com respectivos Salmos. Hino e antífona de *Benedictus* (Cântico de Zacarias)
- (Prima, Tércia, Sexta, Noa e Completas seguem prática quotidiana corrente, pelo que não requerem tratamento especial no seio de um ofício próprio)
- 2^{as} Vésperas, como acima.

fontes espanholas que usam o mesmo sistema, consulte-se: NELSON, Kathleen – “Semitone Indication in a Twelfth-Century Source of Aquitanian Notation in Zamora”, in *Revista Portuguesa de Musicologia* 14–15 (2004-2005), pp. 7-24; idem – “Observations on an Early Twelfth-Century Antiphoner Fragment at Toledo”, in *Inter-American Music Review* 17/1–2 (2007), pp. 17-24. Veja-se também o Missal do século XII conservado em Salamanca: Biblioteca de la Universidad, Ms. 2637 (<http://pemdatabase.eu/source/4126>).

Recorde-se que, no rito romano-franco, um santo mártir privilegiado pela inserção no calendário litúrgico podia ser comemorado no dia apropriado meramente através da menção passageira da sua festa ou de episódios da sua vida durante a Missa ou na celebração no Ofício Divino. Este seria normalmente retirado do Comum dos Mártires, ou seja, usaria textos que serviam, mediante substituição do nome invocado, vários mártires. Na liturgia secular, este ofício podia ser curto, de 3 lições (um nocturno), ou completo, de 9 lições (3 nocturnos). Mas o cume do privilégio era o mártir ser celebrado através de um ofício próprio, ou seja, composto propositadamente para o santo em questão (podendo haver também a correspondente missa própria). Esta composição podia ter maior ou menor originalidade, mas a sua execução era sempre reservada ao dia em questão e não servia cultos concorrentes.

O dia da festa de S. Vicente, 22 de Janeiro, era provido de ofício próprio. No caso aqui em apreço, o dia da trasladação urbana do santo para a Sé, 15 de Setembro, era também celebrado com o tipo de ofício liturgicamente mais reservado e artisticamente mais original. A originalidade incluía texto poético e música, compostos por encomenda. A análise do fragmento conservado permite concluir que a composição musical do cantochão seguia em Lisboa os preceitos mais actualizados, ou seja, modernização das cadências e planeamento modal da totalidade das peças (distribuição por oito classes de estrutura melódica), de maneira a que, em cada hora do ofício, e para cada género musical, a peça inicial fosse em primeiro modo, a segunda em segundo, e assim sucessivamente até se esgotarem as possibilidades (litúrgicas ou musicais). A presença de alguns erros textuais tornam improvável tratar-se de um original; o fragmento fez parte de um livro de coro de formato médio, pelo que pode ter sido copiado para uma colegiada da cidade com base num livro pertencente à Sé.

A edição preliminar dos textos do ofício publicada em 2011, que procurou resolver alguns problemas de reconstituição, sobretudo derivados de lacunas no manuscrito, foi um marco importante, embora não tenha tido em conta nem a conjugação com a música, nem a existência dos mesmos conteúdos textuais num impresso de 1536, publicado em Lisboa com o nome enganador de *Calendário Romano*¹⁰. De facto, foi nesse ano que se deu a adopção do costume litúrgico romano pela diocese de Lisboa; mas para não se perderem as tradições ligadas à comemoração dos santos locais, foi impresso um suplemento aos livros canónicos romanos, contendo as festas lisboenses com os seus ofícios antigos.

¹⁰ *Calendarium Romanum. In quo plurimi festi dies sanctorum secundum consuetudinem Olisiponensis Ecclesie adiecti sunt.* [Lisboa], 1536 (<http://purl.pt/23151>).

A tese de Isabel Rosa Dias sobre o culto e a memória textual de S. Vicente em Portugal é excepcional na literatura corrente ao mencionar este Próprio de Lisboa¹¹. A autora, contudo, não o valorizou enquanto testemunho independente, dado que as lições do Ofício da Trasladação são retiradas, com variantes mínimas, do relato de mestre Estêvão, como pode observar-se no quadro apresentado de seguida.

Ofício: Lições	Ofício: Título adicional (aqui só <i>incipit</i>)	<i>Miracula Sancti Vincentii</i> , ed. A. Nascimento (<i>incipit</i> ; com variantes do ofício)	<i>Miracula</i> (página e parágrafo)
Lectio 1	–	Scripture declarant reges...	92 § 1
Lectio 2	–	Cum ergo me materia superet...	92 § 3
Lectio 3	–	[At vir] / At ubi prefatus rex...	94 § 3
Lectio 4	–	nam placitam devotionis obtulit...	94 § 5
Lectio 5	Quomodo...	Veruntamen illud silentio...	96 § 2
Lectio 6	De translatione...	Veniunt igitur [ad] Ulixbonam...	96 § 4
Lectio 7	–	Et merito: credit enim ad suum...	98 § 3
Lectio 8	De miro et suavi...	Sed quanta dulcedo miri odoris...	100 § 3
Lectio 9	–	Et per omnia sermone magnifico...	102 § 1

Ora, o Ofício da Trasladação não se compõe apenas de lições narrativas, mas também de peças cantadas, cujo texto é totalmente original. A sua estruturação poética nada deve à métrica clássica, que distinguia entre sílabas latinas longas ou breves, as quais, diversamente conjugadas, formavam diferentes padrões iterativos (pés métricos); antes se recorre ao latim rítmico medieval, baseado na regularização do número de sílabas por verso e na semelhança dos sons finais (rima). Na composição de ofícios novos, esta abordagem poética era normal; dela damos aqui um exemplo:

Texto de antifona	Tipo de verso	Tradução
1. Vir beatus Munioni 2. panditur mirifice 3. trepidanti visione 4. cum favore angelice.	(1, 3) Octossilábico paroxítono, i. e. oito sílabas, acentuação grave; (2, 4) Heptassilábico proparoxítono, i. e. sete sílabas, acentuação esdrúxula* *o verso 4 supõe sinalefa: cum fa-vo-rean-gé-li-ce	Um homem beato é a Moniz revelado miraculosamente, numa visão trepidante, por favor angélico.

Conjugando o fragmento da Casa da Moeda com o texto impresso no Próprio de Lisboa, foi possível preparar uma edição crítica das peças de canto com notação

¹¹ DIAS, Isabel Rosa – *Culto e memória textual de S. Vicente*, cit., p. 98.

musical, recentemente publicada¹². Aqui pode ver-se o seu início (texto completo e Fig. 2):

<In primo nocturno. antiphona.

Vir beatus Munioni / panditur mirifice / trepidanti visione / cum fav[or]e> angelice.

Psalmus. *Beatus vir. [S]e[c]u[l]o[r]u[m]a[m]e[n]*

antiphona.

Intrepidus in p[ha]s[e]llo

certos ducit comites

obtinendi fervens zelo

portum petunt sospites.

Psalmus. *Quare fre[m]uerunt]. S[eculorum] amen*

antiphona.

Tandem corpus exumatur

alt[is fossum rupi]bus

quo conperto collaudatur

Christus in subli[mi]bus.

Psalmus. *Cu[m] invoc[arem]. S[eculorum] amen*

Versus. [Gloria] <et honore coronasti eum domine. Responsum. Et constituisti eum super opera.>

No exemplo acima, a antífona *Vir beatus Munioni* (de que aparece no fragmento só a parte final) atribui a Moniz uma visão premonitória. É de sublinhar que as peças de canto formam uma narrativa paralela, na qual parecem conjugar-se os dados históricos de mestre Estêvão e a atribuição a um presbítero pobre de um papel central na sequência dos acontecimentos.

Estêvão, ao afastar-se totalmente do cânone hagiográfico na descrição dos eventos tumultuosos que mediaram entre o depósito das relíquias em Santa Justa e a sua tumulação na Catedral, merece crédito histórico, crédito este reforçado pela contemporaneidade da descrição e pela menção de duas figuras cuja existência está historicamente comprovada: o deão da Sé, Roberto, e o comandante militar da Estremadura, Gonçalo Viegas de Lanhoso. No entanto, se Estêvão se atém provavelmente aos factos publicamente conhecidos no seu tempo na cidade, os seus silêncios e a forma como apresenta os protagonistas é claramente tendenciosa.

¹² FERREIRA, Manuel Pedro – “The Lisbon Office for the Translation of St. Vincent”. in NELSON, Kathleen; GÓMEZ, Maricarmen (ed.) – *A Musicological Gift: Libro Homenaje for Jane Morlet Hardie*. Lions Bay, BC, Canada: The Institute of Mediaeval Music, 2013 [Musicological Studies, vol. CI], pp. 57-86.

fol. A^ran - ge - li - ce *Ps.* Be - a - tus vir Se - cu - lo - rum a - men

ā. In - tre - pi - dus in pha - sel - lo cer - tos du - cit co - mi - tes



ob - ti - nen - di fer - vens ze - lo por - tum pe - tunt sos - pi - tes.

*Ps.* Qua - re fre - mu - e - runt Se - cu - lo - rum a - men.

ā. Tan - dem cor - pus e - xu - ma - tur al - tis fos - sum ru - pi - bus



quo con - per - to col - lau - da - tur Chri - stus in su - bli - mi - bus.

*Ps.* Cum in - vo - ca - rem Se - cu - lo - rum, a - men

Fig. 2 – Edição do fragmento da Casa da Moeda: início (fólio A, recto).

Assim, a invenção das relíquias – passo no qual a Sé não teve qualquer papel – é reduzida ao mínimo, e os seus agentes passados por alto. Os cónegos de S. Vicente são associados à ameaça de violência popular, enquanto o deão da Sé, apesar de apoiado por homens armados, é descrito como um modelo de urbanidade e de convivência pacífica. Ao rei, cuja benevolência se pretende captar, é reservado no relato um papel indirecto mas decisivo ao prefigurar a possessão das relíquias, ao capturar e libertar os velhos moçárabes possuidores do segredo da localização do túmulo, e ao adoptar no final uma diplomacia pacificadora dos exaltados ânimos locais. Somos levados a crer que não subsistiram quaisquer ressentimentos.

Na verdade, os cónegos de S. Vicente, grandes derrotados em todo o processo, nunca tomaram a iniciativa de incluir no seu calendário litúrgico a comemoração da Trasladação de S. Vicente para a Sé¹³. O facto de algumas relíquias lhes terem sido entregues no final foi suficiente, porém, para que pelo menos um capitel do claustro, nas suas quatro faces, tivesse sido dedicado a historiar o evento:

“Temos toda esta historia entalhada nas colunas da claustra velha de S. Vicente de fora, que em *tempo del rey D. Affõo Henriques se laurarão. Ally se vé a frota, que deste porto sahio em busca do precioso tesouro, outros que cauão a terra pello achar, outros que achado o levão as naos, & cõ festa de toda a armada, dão à vela, entram pello porto de Lisboa, alegres, & contentes, vesse a procissam, que de S. Iusta a sé se ordenou, quãdo ally a primeira vez forõ collocadas as suas reliquias*”¹⁴.

O escultor parece ter-se concentrado na *Inventio*, transformando a procura secreta do túmulo vicentino numa grande expedição marítima; na verdade o programa iconográfico funde duas narrativas, a da invenção/trasladação original e a da procura adicional de relíquias (planeada pelo rei), apagando nesse processo qualquer memória de uma iniciativa popular independente. Isto corresponde à história recolhida no século XVI pelos cónegos agostinhos, a partir de fontes mais antigas:

“e avendo tregoa entre os mouros que ficavão e o dito rei, e achandose mais algũs varões em Lisboa da companhia dos musárabes que andarão naquellas partes, varões sanctos e tementes a Deos, dous delles, movidos com devação pello divino spirito, se offerecerão a continuar esta empresa, os quaes escolheo

¹³ Cf. CEPEDA, Isabel V. – *Dois manuscritos litúrgicos de S. Vicente de Fora de Lisboa*, Lisboa: Didaskalia, 1990 (separata de *Didaskalia*, vol. XV [1985], pp. 161-228).

¹⁴ CUNHA, D. Rodrigo da – *Historia ecclesiastica*, cit., f. 93r. Replicou-se a ortografia da fonte, com desdobramento das abreviaturas.

o devotissimo rei e mandou cõ elles outra gente cõ todo o provimento de naos e navios e cousas necessarias pera irem buscar aquellas santas reliquias”¹⁵.

Assim, ao mesmo tempo que a gravavam em pedra, os cónegos de S. Vicente fixavam uma narrativa tão ou mais tendenciosa que a do cabido, narrativa essa na qual uma grande expedição marítima de iniciativa real teria trazido simultaneamente relíquias para a Sé e para o seu mosteiro. Neste relato, o único protagonista reconhecido é D. Afonso Henriques. Isto mesmo é sumariamente ecoado, por duas vezes, no *Livro das Lembranças* de Santa Cruz de Coimbra (século XV), cenóbio intimamente ligado a São Vicente de Fora e que, abrigando o túmulo do fundador da dinastia, estava obrigado a cultivar a sua memória:

“Este mujto nobre Rey foy o que primeiramente tomou a muj leall çidade de Lixboa aos mouros [...] E trouxe o corpo de Sam Viçemte do Reino do Algarue que entom era de mouros a çidade de Lixbo<a>. E fez hi huum moesteiro a onrra de Sam Viçemte marter”¹⁶.

Na realidade, o rei foi apanhado de surpresa e posto perante um facto consumado; a procura de relíquias adicionais para o mosteiro de S. Vicente foi uma forma de compensar a sua aceitação da trasladação urbana, da qual o rei poderia retirar vantagens, quer no plano nacional (prestígio e aliança com o cabido da Sé), quer no internacional (o seu estatuto de monarca independente carecia ainda de reconhecimento papal).

Se os cónegos regulares omitiram e distorceram os factos para que eles se tornassem menos incómodos, já o relato contido nas peças de canto permite, até certo ponto, reequilibrar o panorama traçado por Estêvão. Há vários pontos comuns com a narrativa da Flandres (importância concedida à invenção das relíquias, visão premonitória de presbítero, colocação do milagre odorífero e da primeira referência aos corvos), mas o principal é que Moniz, ao ser cantado, é promovido a inspirador e agente da invenção das relíquias e, seguidamente, a negociador astuto:

¹⁵ *Historia da tresladaçam do corpo do bem aventurado martir Sam Vicente*, MS AN/TT, Ms. da Livraria 1780, ff. 22–27; transcrito em DIAS, Isabel Rosa – *Culto e memória textual de S. Vicente*, cit., p. 200.

¹⁶ CRUZ, António – *Santa Cruz de Coimbra na cultura portuguesa da idade Média*. Porto: Biblioteca Pública Municipal, [Bibliotheca Portucalensis, vols. V-VI (1963-1964)], 1964, p. 317 (*Arenga que fezerom em Lixbo<a>*). Na *estorea dos reis de Purtugall*, à p. 371, lê-se: “E este Rey filhou Lixboa a mouros E adusse o corpo de Sam Vicente martir E fez hi huum Mosteiro muy Rico aa sua custa. Ou chamom Sam Vicente de Fora”.

- 1ª antífona: Moniz tem revelação angélica;
- 2ª antífona: planeamento / liderança da expedição (referência a Moniz implícita);
- 4º responsório: com as relíquias em Santa Justa, Moniz, tendo atingido o objectivo, chega aos píncaros do seu poder;
- 7ª antífona: O deão da Catedral, apoiado pelo cabido, aborda Moniz com toda a diplomacia.

Que a referência a uma negociação não é mera efabulação, prova-o o facto de quatro fontes independentes tardias coincidirem em falar da promoção a cónego do reitor de Santa Justa¹⁷. A mais antiga, que é a crónica do arcediogo Fernando, concede adicionalmente ao presbítero a qualidade de guardião das relíquias na Sé; as outras falam ainda de uma prebenda perpétua atribuída à paróquia, que certamente satisfez os seus fregueses. Temos todas as razões para crer que a conezia, com a sua prebenda, foi a moeda de troca acordada entre Moniz e Roberto; uma moeda de troca certamente mal aceite pelo círculo de mestre Estêvão, que decidiu silenciá-la no relato oficial dos eventos.

Moniz era um presbítero pobre, e talvez pouco cultivado. Os cónegos talvez o tenham visto como um arrivista, cujos dotes não iriam além de uma frutífera esperteza saloia. A origem social pode ter igualmente pesado na tentativa de minorizar o papel por ele desempenhado. Os presbíteros da época tinham os seus fregueses, dos quais dependiam; a proximidade social era importante. Foi já sugerido que os fregueses da paróquia das Santas Justa e Rufina eram antigos moçárabes; e mais, que pretendiam ver reconhecida a particularidade do seu culto¹⁸.

¹⁷ Bruxelles, Bibliothèque royale de Belgique, cod. II. 981, f. 103v (narrativa flamenga): “Presbiter autem uenerabilis quem Deus huius translationis ministrum ordinauerat, quique iniunctum sibi requirendi martiris negotium impigre et constanter exsecutus fuerat, a ciuibus magnifice diligebatur et honorabatur. Ab episcopo uero et clero in eadam ecclesia, ubi sanctum martirem reposuerant, est promotus canonicus et custos sacri corporis constitutus”. Lisboa, ANTT, Ms. da Livraria 1780, f. 25: “O muito devoto e prudente varão Ruberto, adaiam da igreja cathedral, falando secretamente com o reitor daquela igreja de Santa Justa, onde stava conservado o precioso corpo do glorioso martir Sam Vicente, contentando sabiamente elle com o cabido, o criarão em conego da Sé, e que assi ficasse, como se guarda ainda oje em dia, scilicet, que o prior de Santa Justa tenha e aja hũa prebenda e conesia na Sé”. Lisboa, BNP, Alc. 116, f. 215 (por Fr. Bento de S. Bernardo, século XVII): “O daiam da See, chamado Roberto, que era varam prudente, acabou co prior de S. Justa (a quem por esta causa elegerão em conego, ordenando que dali em diante sempre os priores de S. Justa tivessem prebenda na See) que deixasse levar o santo corpo pera a See.” Transcrições de DIAS, Isabel Rosa – *Culto e memória textual de S. Vicente*, cit., pp. 212, 201, 206. CASTRO, João Baptista de – *Mappa de Portugal*, cit., pp. 307-322 [308], confirma que a prebenda era inicialmente perpétua mas informa-nos de que na verdade durou pouco mais de 180 anos, com nefastas consequências: de acordo com uma lenda local, todos os cónegos que a herdaram depois de ela ter sido tirada a Santa Justa morreram pouco tempo depois – sinal inequívoco de maldição.

¹⁸ MATOS, José Luís de – “Lisboa islâmica”, in *Arqueologia Medieval* 7 (2001), pp. 79-87 [86], seguido por PICOITO, Pedro – “A trasladação de S. Vicente: consenso e conflito na Lisboa do século XII”. in *Medievalista* 4 (2008), www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista.

Há vários argumentos, abaixo listados, a favor da hipótese de uma população de origem moçárabe nas imediações da igreja de Santa Justa e Santa Rufina¹⁹:

- as padroeiras são de origem e tradição hispânica;
- a invenção das relíquias pressupõe apropriação de conhecimento moçárabe sobre o Cabo de S. Vicente (lenda e trajecto marítimo);
- pode presumir-se uma presença moçárabe nas imediações da cidade;
- a igreja era a mais próxima do antigo cemitério moçárabe de Lisboa;
- a igreja era a mais próxima da Mouraria.

É, contudo, muito improvável que houvesse alguma possibilidade real ou vantagem social de manter, em 1173, uma identidade religiosa separada, especialmente numa cidade dominada por um cabido em que pontuava ainda a maioria anglo-normanda nomeada por Gilbert Hastings depois da Reconquista. Uma hipótese mais viável, e compatível com fregueses de origem moçárabe, é a de que a freguesia de Santas Justa e Rufina servia os oleiros cristãos, implantados nas cercanias desde antes da Reconquista. Podem aduzir-se os seguintes argumentos a favor desta hipótese:

- As Santas Justa e Rufina são padroeiras tradicionais dos oleiros.
- Há riqueza de argilas ao longo da encosta oeste do castelo, continuando pelo vale de Arroios até Alvalade (argilas do Forno do Tijolo); estas argilas estão ausentes do entorno leste do castelo²⁰.
- Há fornos de oleiros de época muçulmana nas proximidades²¹.
- Há concentração de oleiros muçulmanos e cristãos, documentada desde o século XV, na freguesia²².

¹⁹ Bibliografia alusiva: TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago – *O legado islâmico em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, pp. 96-99; REAL, Manuel Luís – “Os moçárabes do Gharb português”. in TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (coord.) – *Portugal Islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo* [catálogo da exposição]. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 35-56; SIDARUS, Adel; REI, António – “Lisboa e seu termo segundo os geógrafos árabes”. in *Arqueologia Medieval* 7 (2001), pp. 37-72; TORRES, Cláudio – “Lisboa muçulmana: um espaço urbano e o seu território”. in *Arqueologia Medieval* 7 (2001), pp. 73-77; PICARD, Christophe – “Les Mozarabes de Lisbonne: Le problème de l’assimilation et de la conversion des chrétiens sous domination musulmane à la lumière de l’exemple de Lisbonne”. in *Arqueologia Medieval* 7 (2001), pp. 89-94; FERNANDES, Paulo Almeida – “Os moçárabes de Lisboa e a sua importância para a evolução das comunidades cristãs sob domínio islâmico”. in KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.) – *Lisboa Medieval: Os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 71-83; idem – “*Hoc templum aedificavit rex Portugalliae Alphonsus I: o mosteiro medieval*”. in SALDANHA, Sandra C. (coord.) – *Mosteiro de São Vicente de Fora – Arte e História*. Lisboa: Centro Cultural do Patriarcado, 2010, pp. 77-107.

²⁰ *Relatório síntese de Caracterização Biofísica de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 2010.

²¹ BUGALHÃO, Jacinta – “Lisboa islâmica: uma cidade em construção”. in *Xelb. Revista de arqueologia, arte, etnologia e história* 9 (2009), pp. 379-393.

²² SEBASTIAN, Luís – *A produção oleira de faiança em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2010, pp. 91-113.

- Havendo continuidade manufactureira pré e pós-conquista, é plausível que o núcleo profissional de oleiros tivesse origem moçárabe.

Os fregueses de Santa Justa, através da negociação das relíquias, não conseguiram somente uma maior visibilidade social; a prebenda associada à conezia permitiu a Moniz e aos seus sucessores, durante perto de 180 anos, compensar a pobreza dos rendimentos da igreja, e a médio prazo, até sustentar uma colegiada²³. Pode ainda suspeitar-se de que o protagonismo de Moniz em Lisboa tenha reforçado decisivamente a influência nacional dos oleiros, que conseguiram ser isentados de impostos municipais no foral urbano promulgado por D. Afonso Henriques seis anos depois, em 1179²⁴. Contudo, por muito poder que tenha ganho, Santa Justa nada tem que ver com a origem do Ofício da Trasladação.

O Ofício da Trasladação, destinado a um corpo experimentado de clérigos, é um evento de alto nível cultural e cultural. O culto popular do santo é-lhe completamente estranho. Aos fiéis em geral, era indiferente que houvesse um ofício de três lições retirado do Comum dos Mártires, ou um de nove lições, ou um ofício próprio. O número de lições afectava somente a actividade nocturna do coro; e os cânticos, para os não-entendidos, soavam vagamente ao mesmo. Por isso, é inútil tentar relacionar o Ofício próprio com tentativas de promoção do culto popular a S. Vicente²⁵.

Também a data inicialmente atribuída ao Ofício, meados do século XIII, pode e deve ser contestada, por se basear apenas no conservadorismo da grafia. A escrita gótica e a inicial decorada são compatíveis com os séculos XIII-XIV. Ora, a grafia dos livros de coro é frequentemente conservadora relativamente à escrita encontrada em outros livros; e um mesmo fólio pode até ter duas grafias aparentemente de épocas diferentes, porque as convenções que governavam a escrita de texto corrido e a escrita de texto musicado nem sempre coincidiam.

Outros factores apontam, pelo contrário, para o século XIV: a verticalidade das iniciais simples, a dimensão avantajada das notas, a distância generosa entre

²³ Documento citado por CUNHA, D. Rodrigo da – *Historia ecclesiastica*, cit., f. 100v; comentado por SANTA MARIA, Nicolau de – *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha S. Agostinho*. Lisboa, 1668, p. 252. Veja-se também CASTRO, João Baptista de – *Mappa de Portugal*, cit., p. 308. Mário Farelo providenciou gentilmente, em comunicação pessoal, informação adicional sobre as colegiadas de Lisboa, cujos documentos só se conservam, muito parcialmente, a partir de meados do século XIII.

²⁴ O foral de Lisboa de 1179 tem uma redacção comum aos de Santarém e Coimbra, da mesma data. Tem-se argumentado que o texto original foi composto para Santarém ou para Coimbra, e.g. AZEVEDO, Ruy Pinto de – “O foral de Santarém, de Maio de 1179, padrão dos forais de Lisboa e Coimbra, da mesma data”. in *Actas do Congresso Histórico de Portugal Medieval*, nº especial de *Bracara Augusta* 14-15 (1963), Tomo I, pp. 67-73. Edição comparativa: SOARES, Lina Maria Marques – *Foral antigo de Santarém: edição crítica e estudo*. Lisboa: Edições Colibri, 2005.

²⁵ NASCIMENTO; Aires A. – *S. Vicente de Lisboa*, cit., 74, sugere uma relação com o Sínodo diocesano de 1240.

as linhas de referência e a compressão lateral da escrita no hino não musicado. As características conservadoras da grafia encontram-se também no *Liber catenatus* de Coimbra, que contém um Ofício comemorativo da vitória do Salado (1340); há outros documentos datáveis do século XIV com características similares²⁶.

No século XIV, há um contexto propício e, como veremos, provável, para a elevação hierárquica do culto a S. Vicente na Sé Catedral. Trata-se da campanha de obras promovida por D. Afonso IV na cabeceira, que a transformou completamente, tendo como epicentro o túmulo de S. Vicente por detrás do altar-mor (Fig. 3). Nessa mesma ocasião, o rei, contrariando a tradição da casa real até D. Dinis, planeou fazer-se sepultar com a rainha em Lisboa junto ao túmulo do mártir. A arca tumular do rei tinha inclusive nas suas faces, como nos informam descrições de antes do terramoto de 1755, cenas do martírio de S. Vicente²⁷.

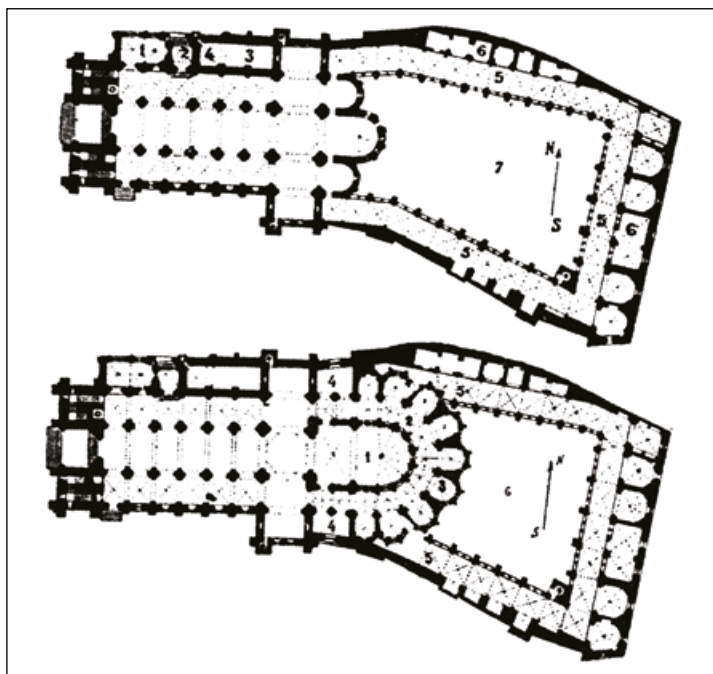


Fig. 3 – Plantas da Sé de Lisboa, no final dos reinados de D. Dinis (1325) e de D. Afonso IV (1357), segundo o Arq.º António do Couto.

²⁶ Para uma descrição e argumentação paleográfica detalhada, veja-se FERREIRA, Manuel Pedro – “The Lisbon Office”, cit.

²⁷ CUNHA, D. Rodrigo da – *Historia ecclesiastica*, cit., 97; FAGUNDES, João – “A Sé”. in MOITA, Irisalva (coord.) – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, pp. 115-128; SUCENA, Eduardo – *A Sé Patriarcal de Lisboa. História e Património*. Lisboa: Sete Caminhos, 2004, pp. 26-28 e Lâmina 19; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *D. Afonso IV*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, pp. 244-264; FERNANDES, Carla Varela – “D. Afonso IV e a Sé de Lisboa: a escolha de um lugar de memória”. in *Arqueologia & História* 58/59 (2006/2007), pp. 143-166; CARRERO SANTAMARÍA, Eduardo – “La catedral, el santo e el rey”, cit.

A clara associação do rei a S. Vicente implicava logicamente que a liturgia vicentina atingisse o nível máximo de elaboração poético-musical, pois todo o bem acrescentado ao santo mártir seria repercutido em protecção aos seus benfeitores.

Se este era, portanto, o momento ideal para a composição de um ofício próprio, o próprio texto do ofício, nas peças de canto, revela que ele dificilmente poderia ter existido antes de D. Afonso IV. Trata-se da menção a S. Vicente como padroeiro de Portugal na antífona de *Magnificat* para as primeiras Vésperas, pretensão esta que aparece ainda ecoada na antífonas de *Benedictus* e de *Magnificat* das segundas Vésperas. Só um rei poderia ter permitido aos cónegos de Lisboa veicular a pretensão de abrigar as relíquias de um patrono de Portugal. De facto, apesar de associado à primeira dinastia a partir de 1173, S. Vicente era normalmente reconhecido como padroeiro de Lisboa, e nenhum rei, até D. Dinis inclusive, privilegiou particularmente a sua invocação. A excepção foi D. Afonso IV: para além de planear ser sepultado, contrariamente à tradição anterior e posterior, sob a protecção de S. Vicente, invocou-o juntamente com Santiago e S. Jorge na batalha do Salado; uma trombeta então capturada ao inimigo muçulmano foi conservada na capela-mor da Sé como símbolo da vitória cristã e recordação do favor do santo²⁸.

Depois do pobre e ignorado presbítero Moniz, artífice da Invenção de S. Vicente, encontrámos assim o segundo grande protagonista deste ofício, o mentor da sua composição literário-musical, guerreiro vitorioso e devoto reconhecido: nada menos do que um rei de Portugal.

²⁸ DIAS, Isabel Rosa – *Culto e memória textual de S. Vicente*, pp. 165-166. SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *D. Afonso IV*, cit., pp. 261-262. A presença da trombeta suscita várias leituras, e pode relacionar-se com um responsório breve para a hora sexta no Ofício *Victoria Christianorum* comemorativo da batalha do Salado (30 Out.), baseado no salmo 98:7 – *in tubis ductilibus et voce tubae corneae iubilate in conspectu regis*.

A génese da Judiaria Pequena de Lisboa no século XIV

Manuel Fialho Silva¹, Artur Jorge Ferreira Rocha²

Enquadramento Histórico

A presença da população judaica na Ibéria antecede a época medieval, e a sua relevância não se dissipa durante a época de domínio islâmico. Pelo contrário: as comunidades judaicas floresceram e prosperaram nas cidades do al-Andalus³. Comprovando essa realidade, uma elegia hebraica de meados do século XII revela-nos a presença de uma comunidade judaica em Lisboa antes da tomada da cidade por Afonso Henriques e os cruzados em 1147⁴. Infelizmente, não conhecemos como, nem onde funcionava essa comunidade, nem sequer sabemos se formava uma judiaria ou se os judeus simplesmente viviam disseminados por toda a cidade. Sabe-se apenas que esta comunidade era próspera o suficiente para possuir uma sinagoga, que foi profanada pelos cruzados, e que a relevância desta comunidade era significativa o suficiente para ser motivo da referida elegia por parte de Abraham Ibn Ezra, um dos mais distinguidos sábios hebraicos medievais⁵.

¹ Licenciado e Mestre em Estudos Clássicos na Universidade de Lisboa. Realiza atualmente uma dissertação em História Medieval, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sobre a evolução da morfologia urbana de Lisboa em época medieval, balizada entre o século XI e o reinado de D. Dinis. Desde 2009, é funcionário do quadro da Câmara Municipal de Lisboa, inserido no Gabinete de Estudos Olisiponenses, onde se foca na história desta cidade, sobretudo sobre o período medieval.

² Licenciou-se em História/variante de Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1998. A sua actividade profissional tem-se centrado em intervenções no terreno, tendo participado e dirigido em dezenas de escavações arqueológicas um pouco por todo o território nacional. Desde 2010 que concentra a sua atenção em Lisboa, trabalhando como arqueólogo e consultor no centro histórico da cidade em locais como a Mouraria, Alfama ou a Baixa Pombalina onde tem desenvolvido projectos como o do Edifício Sede do Banco de Portugal.

³ CHAZAN, Robert – *The Jews of Medieval Western Christendom*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, pp. 90-93.

⁴ Ver SCHWARTZ, Samuel – “Elegia de Rabi Abraham Ibn Ezra (1092-1167) sobre a tomada de Lisboa”. in *Revista Municipal*, Lisboa. nº 55 (1952), pp. 35-44.

⁵ Sobre Abraham Ibn Ezra ver: LANGERMANN, Tzvi – “Abraham Ibn Ezra”. in ZALTA, Edward N. (ed.) – *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Spring 2014 Edition)*. URL = <http://plato.stanford.edu/archives/spr2014/entries/ibn-ezra>.

Apesar dos percalços ocorridos no momento da tomada da cidade, a comunidade judaica de Lisboa foi-se recompondo gradualmente, e em inícios do século XIV estava estabelecida numa judiaria que ocupava a parte central do arrabalde ocidental da cidade, entre os dois principais eixos viários da época, a Rua Nova e a Correaria⁶. No entanto, é importante relembrar que os judeus não estavam condicionados a guetos durante o domínio islâmico, nem durante os primeiros reinados dos reis portugueses. Apenas no concílio de Latrão de 1215 foram emanadas diretrizes que obrigavam a que os judeus vivessem em bairros próprios e usassem roupa que os diferenciasse dos cristãos. Na prática, até Afonso IV, estas diretrizes da Santa Sé foram desprezadas pelos monarcas portugueses⁷. A verdade é que, sobretudo nas cidades de maior dimensão, os diferentes grupos étnico-religiosos agrupavam-se naturalmente, por motivos diversos, não necessariamente ligados a determinações externas, como a proximidade ao templo onde faziam o seu culto, ou até por motivos económicos, junto a importantes artérias para a vida comercial das urbes, como parece ser o caso da Judiaria Grande de Lisboa. Ao contrário da sua antecedente, é possível reconstituir de forma muito mais precisa a génese da Judiaria Pequena.

A Judiaria Pequena

No Verão de 1294, em conjunto com o alcaide, os alvazis e o concelho de Lisboa, o rei D. Dinis negoceia e acorda a construção de uma muralha que defenderia a frente ribeirinha do arrabalde ocidental da cidade, que não tinha qualquer proteção e por isso estava exposta a “muito mal e muyto dapno per razom daquelles que viinham pello mar de fora parte”⁸. A obra avançou, pelo menos na maior parte da sua extensão⁹, e a margem ribeirinha do arrabalde ocidental adquiriu uma nova configuração, através da reestruturação da malha urbana imposta pela construção da muralha. Assim, Lisboa ganhou uma nova estrutura defensiva e maior proteção contra os ataques da pirataria que assolava, nesta época, as margens do Atlântico.

⁶ Sobre a Judiaria Velha/Grande, ver SILVA, Augusto Vieira da – “A Judiaria Velha”. in *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*. vol. I, 3ª ed. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 203-239.

⁷ Cf. TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no séc. XIV*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1970, p. 60.

⁸ O contrato entre o Rei D. Dinis e o concelho de Lisboa data de 4 de Junho de 1294 (ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. II, fl. 81 v.; Arquivo Municipal de Lisboa (doravante AML), *Livro dos Pregos*, doc. 20; publicado em SILVA, Augusto Vieira da – *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol I, pp. 27-29).

⁹ Augusto Viera da Silva sugere: “A parte da muralha que ficou a cargo do Concelho desde a Torre da Escrevaninha até às Casas dos Pesos ou de Ver-o-Peso, ou não foi construída, ou só numa pequena extensão nas proximidades destas casas, que não podemos determinar...” (cf.: SILVA, Augusto Vieira da – *ob. cit.*, vol. I, p. 29).

Contudo, esta questão não se fica por aqui. Para compreendermos melhor todos os motivos que levaram a este contrato entre o rei e o concelho, as duas principais forças modeladoras da forma urbana da cidade, devemos voltar um pouco atrás, nomeadamente até aos anos iniciais do reinado d’*O Lavrador*.

Em Setembro de 1281, o rei D. Dinis, então com dezanove anos, ordena ao seu almojarife e aos seus escrivães que comprem ou negociem os direitos sobre casas e tendas ou frações destas, em Lisboa¹⁰. Nesta carta é notório o interesse régio na aquisição de propriedade urbana, aliás, uma política que já o seu pai tinha seguido, sobretudo nos últimos anos do seu reinado¹¹. Com efeito, as rendas urbanas eram uma relevante fonte de receita que não passava despercebida aos monarcas portugueses. Entre 1281 e 1294, o ano do contrato sobre a muralha da Ribeira, a Coroa adquire várias propriedades no arrabalde ocidental da cidade, nomeadamente nas freguesias da Madalena, S. Nicolau e S. Julião, ou seja, na área onde se localizava o centro económico e artesanal da cidade¹². Era neste arrabalde que se localizava a grande maioria das tendas dos mesteiros de Lisboa, ou seja, era neste espaço que trabalhavam e vendiam os seus produtos. Além disso, era sobretudo nesta parte da cidade, junto ao rio, que estavam instalados vários equipamentos relevantes para a urbe, tais como o mercado do peixe, as ferrarias régias, o paço dos tabeliões, a alfândega ou a casa dos pesos.

Tal como é referido no contrato de 1294, no extremo ocidental deste grande núcleo de oficinas, tendas, casas e edifícios públicos estava a “casa das Galés” do Rei, ou seja, o espaço da construção naval pertencente à Coroa. Será também aí, junto às tercenas, que irá surgir, nada fortuitamente, a judiaria pequena.

No referido contrato entre o rei e o concelho para a construção da muralha, D. Dinis estabelece contrapartidas muito claras:

“...e estas casas todas que eu fezer devem seer minhas livremente e de meus sucessores.”¹³

Ou seja, após oferecer o investimento necessário à construção da muralha, o rei pretende, em troca, área de construção, para poder aí erguer casas que, como veremos, aumentariam significativamente o valor da propriedade régia em Lisboa, sobretudo pelo local estratégico que todo este espaço ribeirinho ocupava

¹⁰ ANTT, *Leitura Nova, Extremadura*, livro 12, fl. 132.

¹¹ Sobre a política de aquisição de propriedade urbana em Lisboa de Afonso III e D. Dinis ver: RAVARA, António Pinto – *A Propriedade urbana Régia: D. Afonso III e D. Dinis*. Dissertação de Licenciatura em História apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 1967, pp. 180-181.

¹² Cf. *ibidem*, pp. 38-48.

¹³ AML, *Livro dos Pregos*, doc. 20.

na dinâmica urbana da cidade. No ano seguinte, ainda com a obra em progresso, o concelho vê-se obrigado a ceder mais terreno ao rei, doando-lhe um chão na Ribeira:

“...davam a ElRey pera todo o sempre e a todos seus sucessores: e fyca pera fazer ElRey hy hu essas ferrarias sijam outras casas quaes el por bem tener...”¹⁴

Mais uma vez, é notório também nesta doação, que o rei pretende obter terreno livre onde poderá construir casas que ficarão na sua posse e que terão a finalidade que ele bem entender. Deste modo, podemos afirmar que D. Dinis teve um papel ativo no desenvolvimento urbano desta parte da cidade, fazendo o possível por ficar na posse de terrenos que posteriormente serão rentabilizados em prédios arrendados.

No caso da Judiaria Pequena de Lisboa, estamos em presença de mais uma dessas ações em que o rei constrói, perto da nova muralha ribeirinha, mais precisamente entre as tercenas, a sul, e a Rua do Morraz, a norte, um conjunto de edifícios que arrendará a um núcleo populacional judaico¹⁵.

Entre 1299 e 1300, D. Dinis ordenou a realização de um levantamento completo da propriedade régia em Lisboa que, a ser tomado em conjunto com as informações que até aqui temos referido, demonstra claramente, mais uma vez, que o interesse do monarca consiste em rentabilizar ao máximo a sua propriedade urbana¹⁶. O repertório da propriedade régia está ordenado segundo uma organização geográfica em que nos interessa sobretudo a parte dedicada às “casas de Moraz e defronte da rua Nova e Taraçenas e as casas da Ferraria na freguesia de S. Julião”.

“Também possui o senhor Rei, junto das preditas casas, dez sótãos e dez chãos ligados em conjunto ao redor com as galés, todos para si.

Também possui o senhor Rei nos chãos sobre as galés defronte do mosteiro de S. Francisco oito sobrados e oito sótãos livres para si”¹⁷.

¹⁴ ANTT, *Leitura Nova, Direitos Reais*, livro 2, fls. 131v. e 132.

¹⁵ Sobre a evolução das tercenas de Lisboa ver os artigos de MENEZES, José de Vasconcellos e – “Tercenas de Lisboa – I”. in *Revista Municipal*. Lisboa. nº 16 (1986), pp. 3-17; “Tercenas de Lisboa – II”. in *Revista Municipal*. Lisboa, nº 17 (1986), pp. 3-14; “Tercenas de Lisboa – III”. in *Revista Municipal*. Lisboa, nº 19 (1987), pp. 3-14.

¹⁶ O documento está datado de 1299, o ano em que o inventário terá começado a ser feito, mas terá apenas terminado em Setembro de 1300, ou até em Agosto de 1303, segundo a criteriosa análise de COSTA, Mário Alberto Nunes – *Reflexão Acerca dos Locais Ducentistas Atribuídos ao Estudo Geral*. Coimbra: Coimbra Editora, 1991, pp. 48-50.

¹⁷ ANTT, *Núcleo Antigo*, códice 314 (ant. 90), fl. 18v.

A localização da Judiaria Pequena, já definida por Augusto Vieira da Silva, e agora confirmada arqueologicamente, coincide em grande medida com os conjuntos de casas referidos no inventário como estando situados “ao redor” e “sobre” as “galés”, que aqui significam as tercenças reais¹⁸. O facto de não haver qualquer referência à habitação de judeus deve-se ao facto de, à época da elaboração do inventário (1299-1300), estes ainda não habitarem o espaço que havia sido recentemente construído. Deste modo, parece-nos que este documento cristalizou um momento em que as propriedades régias, que depois viriam a constituir a judiaria de Lisboa, estavam já construídas mas ainda não tinham sido arrendadas à comunidade judaica.

A primeira referência à pequena comunidade de judeus da judiaria nova surge numa carta de proteção de D. Dinis relativa, exatamente, aos judeus das tercenças de Lisboa, datada de 18 de Dezembro de 1315¹⁹. Nesse documento, ficamos informados de que “os judeus que moram e lavram na judiaria nova das [...] tercenças” sofriam danos por parte dos tabeliães, do alcaide e dos mordomos da cidade e que não tinham os seus direitos realmente protegidos. A partir destes dados, podemos inferir que a classe social destes judeus seria baixa, e que não estamos perante as famílias judaicas de grandes posses, que habitariam na Judiaria Velha e em outras partes da cidade. Esta hipótese é corroborada pelas escassas dimensões das habitações, como veremos posteriormente.

Infelizmente, não nos chegaram os contratos de aforamento entre o rei D. Dinis e os primeiros judeus que habitaram neste local. Chegou-nos, sim, um documento muito relevante, do reinado de D. Dinis, mas malgradadamente não datado, onde podemos verificar a associação dos judeus de Lisboa com a construção naval²⁰. Neste documento, D. Dinis ordena que se confirme através de uma inquirição se no reinado do seu tio Sancho II estava realmente estabelecido o costume de os judeus de Lisboa participarem na construção das galés do rei com “uma âncora e um bom calavre novo [...] e que os judeus conduziam ao navio a ancora e o calavre”. Os onze inquiridos confirmam este costume, associando sem qualquer dúvida a comunidade judaica de Lisboa à construção naval, concedendo estas afirmações um redobrado sentido à situação topográfica da Judiaria Pequena. Deste modo, mantinha-se o laço que ligava esta pequena comunidade judaica a este costume antigo, através da sua localização ao lado das tercenças, o local onde se construíam as galés reais. Não seria, com certeza, uma coincidência.

¹⁸ SILVA, Augusto Vieira da – *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol II, p. 12.

¹⁹ TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no séc. XIV*, cit., p. 155.

²⁰ ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, livro I, fl. 141 e seguintes. Publicado em *Descobrimientos portugueses*. Ed. João Martins da Silva MARQUES, vol. I. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1944, pp. 46-48.

Entre Abril e Outubro de 1327, foram realizados quinze contratos de aforamento entre o rei Afonso IV e várias famílias judaicas²¹. Nestes contratos, podem-se confirmar alguns dados importantes, nomeadamente: a prévia existência da judiaria, a sua localização entre as tercenas e a Rua do Morraz, a tipologia de alguns edifícios e a propriedade régia de todos eles. Na verdade, as casas da judiaria parecem pertencer todas ao rei e são tratadas como um conjunto, pois nas confrontações surgem muitas vezes como as “casas del rei” ou as “casas das taracenas”. Afonso IV mantém o rentável modelo de arrendamento da propriedade régia, cujas linhas base estavam já patentes no acordo para a construção da muralha de 1294, celebrado entre o seu pai, D. Dinis, e o concelho da cidade. Relativamente à localização e à morfologia urbana destas propriedades, a documentação parece delinear uma linha de edifícios contíguos uns aos outros, estando a sul separados do muro das tercenas por uma rua, e com o tardoz encostado aos edifícios que faziam frente para a Rua do Morraz. Há também referências a uma porta da judiaria e a uma porta das tercenas, mas ambas impossíveis de localizar com exatidão, podendo-se apenas supor, com base nas confrontações de alguns documentos, que uma das portas ficaria no extremo ocidental da rua da judiaria e daria acesso à Rua Nova²². Relativamente à tipologia dos edifícios, estes parecem ser quase todos constituídos de sótão e sobrado, ou apenas de sótão, sendo por vezes aforados em conjunto e outras vezes em separado.

Arqueologia

A escavação arqueológica do Edifício Sede do Banco de Portugal, na Baixa Pombalina de Lisboa, dirigida por um dos signatários (Artur Rocha) nos anos de 2010-2011, permitiu identificar parcialmente a malha urbanística tardo medieval e moderna desta área, merecendo lugar de destaque nas estruturas identificadas a muralha de D. Dinis²³ e, a norte desta, uma parcela do bairro medieval da Judiaria Pequena.

Desde logo, e no que à produção de dados arqueológicos concerne, convirá realçar que o enquadramento desta escavação arqueológica numa complexa obra de construção civil, com prazos, ritmos e limitações físicas muito evidentes, não permitiu resolver de forma taxativa algumas das questões científicas que, à partida, se colocavam a partir da análise dos dados documentais existentes – essencialmente

²¹ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso IV*, livro 3, fls. 11-12v.

²² ANTT, *Chancelaria de D. Afonso IV*, livro 3, fls. 11-11v.

²³ Para um melhor enquadramento, leia-se ROCHA, Artur – “Uma muralha, vários percursos”. in *Revista Rossio* 3 (2014), pp. 80-87.

conhecidos pelo trabalho de Vieira da Silva e pela extensa massa documental por ele recolhida. Acrescente-se que estamos perante um conjunto muito significativo de dados arqueológicos, cujo efetivo processamento, ainda incompleto, poderá demorar ainda alguns anos, mormente no que respeita aos artefactos e à sua devida contextualização crono-cultural, pelo que algumas das conclusões que agora se expõem poderão ser afinadas no futuro.

No leque de questões que arqueologicamente ainda se encontram em aberto, destacam-se duas: em primeiro, a planimetria global das edificações; em segundo, a contextualização cronológica de alguns momentos construtivos. As questões relativas à planimetria encontram-se bastante condicionadas pela própria área de incidência dos trabalhos arqueológicos, pois, embora a intervenção arqueológica tenha abrangido todo o quarteirão delimitado pelas Ruas de São Julião, do Comércio, do Ouro e pelo Largo de São Julião, a profundidade da escavação foi muito desigual em virtude das necessidades do projecto. Os vestígios da judiaria pequena foram apenas detectados na área central do quarteirão onde a escavação atingiu maior profundidade – cerca de 6 metros abaixo do actual nível de circulação –, facto que nos permite conjecturar que as realidades agora descobertas se possam prolongar parcialmente sob outras áreas do restante quarteirão, nas quais a cota atingida pela escavação foi menor. Exceptuam-se neste cenário a área onde se instalou uma caixa forte subterrânea. Infelizmente, a anterior escavação do subsolo para a implantação desta estrutura não foi acompanhada arqueologicamente, existindo apenas um documento que nos remete para a sua execução, o qual refere, sem pormenor, algumas estruturas arquitectónicas então desmontadas. Segundo o relatório dos trabalhos de construção,

“...a construção do subterrâneo demandou grande trabalho por obrigar a escavação do subsolo de areia aquífera do antigo Tejo e portanto a um esgoto longo e difícil de águas, sucedendo além disso encontrarem-se na escavação restos de antigas muralhas, cuja demolição apresentou algumas dificuldades...”²⁴.

As “muralhas” aqui referidas serão certamente as paredes dos edifícios da judiaria pequena, visto a muralha propriamente dita se encontrar a sul da dita caixa forte, tal como observado nos trabalhos arqueológicos.

Cingindo-nos aos dados efectivamente obtidos na escavação arqueológica, o espaço do actual quarteirão terá sido ocupado até ao século XIII por um extenso

²⁴ MATOS, José Sarmento de; PAULO, Jorge Ferreira – *Um sítio na Baixa. A Sede do Banco de Portugal*. Lisboa: Museu do Dinheiro, 2013, p. 17.

areal paralelo à margem norte do Rio Tejo, fechado a oeste pela escarpa da colina de São Francisco. As evidências da ocupação humana prévias à construção da muralha de D. Dinis resumem-se, neste espaço, ao espólio cerâmico e faunístico presente nas sucessivas camadas de aluvião que desde a época romana imperial aqui se depositaram, não se verificando até ao século XIII a presença de qualquer edificação perene, tarefa que aliás seria de difícil execução sem uma barreira que protegesse as edificações das condicionantes levantadas pela proximidade do rio²⁵.

Na parcela escavada e segundo os dados arqueológicos, a construção da muralha dionisina é, então, a primeira e maior intervenção arquitectónica, tornando-se, até ao terramoto de 1755, um dos eixos mais importantes na concepção da restante malha urbanística. Na cidade que cresce ao redor da muralha, podem-se individualizar duas fases principais, uma tardo-medieval associável à Judiaria Pequena e às tercenas, de que trataremos de seguida, e outra moderna, no âmbito da construção do Paço Real da Ribeira e das suas dependências. Sublinhe-se, desde logo, que a informação recolhida sobre o urbanismo da fase medieval é muito desigual, sendo bastante mais completa para a área a norte da muralha onde se situava a Judiaria Pequena do que para sul, onde se instalaram as tercenas reais.

A norte, é possível observar um primeiro momento, cuja duração não terá ultrapassado uns poucos anos, balizado entre a construção da muralha dionisina e os edifícios da judiaria. De facto, a primeira edificação associada à muralha não corresponde ainda à malha ortogonal da Judiaria Pequena, antes a uma parede, datável contextualmente do final do século XIII, que lhe subjaz.

Esta parede pouco robusta dispunha-se de forma ligeiramente oblíqua em relação à estrutura dionisina, ligando-se fisicamente à sua sapata, e tratar-se-ia do limite de um ou dois grandes compartimentos a norte da fortificação anteriores à abertura da Rua da Judiaria Pequena. A falta de solidez revelada poderá indicar ter-se tratado de uma estrutura precária, hipótese reforçada pela rápida alteração da malha urbana, pois já no início do século XIV se encontra construída a Judiaria Pequena, cujos alicerces cortam precisamente esta parede pré-existente, tal como observado na escavação arqueológica.

A remodelação na viragem do século XIII para o XIV implicou, então, a substituição desta parede por um conjunto urbanístico aparentemente mais complexo, já integrado na ortogonalidade da muralha e que, em termos genéricos, se definia por uma banda de prédios contida entre duas ruas paralelas orientadas este/oeste: a da Judiaria Pequena, a sul, e a do Morraz, depois da Calcetaria, a norte,

²⁵ Extrapolando, com as naturais reservas, os dados do actual lençol freático, a zona de praia pré-fortificação deveria conhecer ainda na Idade Média episódios de inundação sazonal, fenómeno que os níveis de areia da época parecem corroborar.

as quais seriam, durante os séculos XIV-XV, ocupadas pela já referida população judaica associada à actividade marítima.

A planimetria identificada na escavação arqueológica aproxima-se de forma muito fidedigna daquela traçada por Vieira da Silva²⁶, sendo que, no caso da rua mais a sul, encaixada entre o limite norte da muralha e a fachada meridional da nova banda de prédios, o troço identificado, rectilíneo e regular, com cerca de 4 metros de largura, corresponde perfeitamente ao percurso da Rua da Judiaria Pequena atestado bibliograficamente.

Neste ponto, saliente-se que um dos poucos lapsos que podemos apontar na extensa análise de Vieira da Silva, facto que só por si atesta a qualidade do seu trabalho, reside num pequeno desvio nos eixos da Rua da Judiaria Nova e da muralha que lhe é paralela. Em relação ao proposto nas *Muralhas da Ribeira de Lisboa*, os dados arqueológicos comprovam uma ligeira rotação destes eixos para noroeste e uma maior proximidade da fachada das estruturas arqueológicas à actual fachada setentrional do quarteirão. Estamos em crer que este desvio se deve a um problema na sobreposição entre as malhas pré-pombalina e pombalina, nomeadamente no que concerne precisamente à fachada do actual quarteirão virada para a Rua de São Julião. Contrariamente ao observado nas várias plantas da reconstrução pombalina, onde as fachadas pré e pós terramoto são desenhadas com alguma distância entre si, encontrando-se a da Rua da Calcetaria, anteriormente denominada por Rua de Morraz, mais a norte, Vieira da Silva sobre põe as respectivas linhas (da Rua de São Julião e da Rua da Calcetaria), obrigando a recuar para sul todas as construções anteriores ao terramoto. Na realidade, a actual fachada da Rua de São Julião corresponde, não ao limite da rua pré-pombalina mas antes à linha de tardo com dos edifícios virados quer para a Rua da Judiaria Pequena quer para a do Morraz, tendo sido parcialmente reaproveitada na reconstrução pombalina como alicerce.

A distância entre a fachada da Rua da Judiaria Pequena e o tardo dos prédios, cerca de 8,5 metros, dá-nos a profundidade do edificado, sendo crível que esta se mantivesse estável no restante bairro. A largura dos prédios, por seu turno, foi atestada pelas paredes internas, perpendiculares à fachada e ao tardo atrás descritos, distanciadas entre si cerca de 5 metros. Assim sendo, o prédio por nós identificado teria cerca de 8,5 metros de comprimento e 5 de largura.

Os prédios do lado sul da Rua do Morraz que partilhavam o dito tardo com os prédios da Rua da Judiaria Pequena situam-se sobre a actual Rua de São Julião, fora portanto da área de escavação arqueológica, pelo que actualmente a fachada desta rua também, e à semelhança de Vieira da Silva, só se poderá deduzir a partir dos dados documentais.

²⁶ SILVA, A. Vieira da – *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, cit., p.12.

Após este momento construtivo tardo medieval e até 1755, não foram detectadas nas áreas escavadas quaisquer outras rupturas urbanísticas, facto que já se comprova na cartografia dos séculos XVII e XVIII, mormente na planta de João Nunes Tinoco, onde as linhas que definem o bairro se encontram de acordo com aquelas que foi possível observar na escavação arqueológica.

A manutenção, até 1755, dos anteriores limites não implica, obviamente, a inexistência de actividade construtiva, mormente remodelações e reconstruções, tanto mais que a precariedade dos aparelhos originais não deverá ter permitido a sua perfeita conservação até ao terramoto. Estas alterações deverão ter incidido nas estruturas de cota positiva pois, ao nível dos alicerces, e exceptuando uma situação de reforço fundacional com estacaria ainda em análise, as estruturas medievais mantiveram-se inalteradas. Ao contrário do observado a sul da muralha, onde em certas áreas se identificaram vestígios relacionáveis com o Paço Real da Ribeira, já balizados nos séculos XVI a XVIII, a inexistência a norte de testemunhos de remodelações dever-se-á às grandes perturbações pós-deposicionais que aqui os terão apagado do registo arqueológico.

Esta grande afectação das estruturas remanescentes da Judiaria Pequena, situação aliás habitual em áreas urbanas de grande dinâmica construtiva, impediu também a definição mais objectiva de algumas das características funcionais dos edifícios observáveis só em cota positiva, caso das zonas de entrada ou das suas superfícies de circulação interna, sendo notória a escassez de pavimentos estruturados – a estratigrafia horizontal era composta sobretudo por estratos arenosos e algumas lentes de argamassa. No interior dos edifícios, esta ausência poderá ser explicada, não só pelas perturbações pós-deposicionais, mas também pela utilização de madeira como matéria-prima, tendo os respectivos soalhos desaparecido em função quer do apodrecimento expectável quer por eventuais remoções ou reaproveitamentos intencionais. Em função destes dados, a evidência mais concreta de uma área pavimentada resume-se a uma placa de argamassa esbranquiçada na área da Rua da Judiaria Pequena, cuja cota de topo, cerca de 2,8 metros abaixo do pavimento actual, estabelece o nível de circulação tardo-medieval.

Um dos factos de maior relevo na análise arqueológica reside na grande homogeneidade de aparelho e técnica construtiva de todas as estruturas verticais aqui identificadas, quer se tratem do corpo da muralha, quer dos prédios da Judiaria Pequena, fenómeno que indica não só a proximidade cronológica entre as construções, também elas datadas documentalmente, como a expectável continuidade no aproveitamento de recursos locais. De facto, e pese embora o estudo petrográfico não se encontre realizado, a partir da observação genérica efectuada na escavação, pode-se afirmar que todas as estruturas apresentam matérias-primas

provenientes do substrato geológico próximo: argilas e biocalcarenitos miocénicos associáveis aos complexos das Areolas da Avenida da Estefânia ou das Camadas dos Prazeres, dos quais a presença de abundantes fósseis é uma das imagens mais características, explorados muito plausivelmente em pedreiras nas imediações.

Em conjunto com esta característica, um outro fenómeno é comum às construções medievais: a ausência de cantarias ou de cerâmica de construção como ladrilhos ou tijolo, sendo a matéria pétreia composta quase exclusivamente pelos referidos blocos miocénicos, toscos, geralmente de média ou grande dimensão e envolvidos por argamassas brancas com uma componente de cal assinalável. As argamassas, de coloração esbranquiçada, incorporaram igualmente alguns inertes de menor dimensão, em especial fragmentos de cerâmica de pequena dimensão e de fauna.

Esta realidade construtiva permite-nos supor que a ausência de elementos mais sofisticados e por conseguinte com um custo de produção superior é coerente com o estatuto social, plausivelmente baixo, que apontamos para o contingente populacional para aqui deslocado.

No capítulo da volumetria, e ao invés da homogeneidade observada nos aparelhos, registaram-se, como seria expectável, assimetrias claras entre as diversas estruturas, facto decorrente das suas diferentes funcionalidades. Enquanto o corpo da muralha atinge cerca de 1,5 a 1,6 metros de espessura na parte superior e 2,7 metros em certos troços da sapata, denunciando a robustez necessária a uma estrutura defensiva, nos restantes prédios as paredes cifram-se nos 0,6 metros, atingindo a sapata entre 0,85 e 1 metro, mais condizentes com estruturas habitacionais. Nestes últimos casos, conjugando as espessuras das paredes com a mancha da compartimentação identificada, poder-se-á igualmente deduzir que se tratavam de edifícios sem grande desenvolvimento em altura, possivelmente com dois pisos.

Por outro lado, no que se refere ao espólio associado aos prédios da Judiaria Pequena, os dados recolhidos na escavação arqueológica revelar-se-iam menos conclusivos, sobretudo em função das grandes alterações pós-deposicionais. A relativa escassez de materiais em contextos seguros da fase de ocupação dos edifícios impede-nos de caracterizar de forma mais concisa a cultura material associada à Judiaria Pequena, em especial a baixela cerâmica. Outros elementos artefactuais são, de igual modo, relativamente reduzidos, tal como as evidências faunísticas das quais se poderiam deduzir os padrões de consumo da época.

Assim sendo, pode-se, de momento, adiantar uma linha genérica que revela a inclusão dos materiais detectados nas tendências deste período, não se tendo detectado qualquer artefacto susceptível de individualizar cultural, étnica ou

religiosamente a comunidade aqui instalada. Esta situação vem de encontro, aliás, aos escassos dados conhecidos na actualidade para bairros desta natureza, tais como o da Judiaria do século XIII de Coimbra²⁷, onde o espólio cerâmico é similar ao das restantes comunidades não judaicas da época.

A extrapolação de dados na questão ceramológica leva-nos a um campo de análise que se revela por enquanto pouco frutífero e que concerne ao enquadramento dos resultados por nós obtidos no conjunto mais lato das judiarias analisadas arqueologicamente no território nacional. A relativa escassez de paralelos conhecidos e de análises sustentadas sobre o assunto decorre de vários factores, num leque onde o tardio aparecimento da arqueologia urbana como fonte de conhecimento e o relativamente escasso número de objectos de estudo são preponderantes.

O caso da cidade de Lisboa é sintomático nesta abordagem. Das judiarias conhecidas historicamente, apenas em dois casos se registaram intervenções arqueológicas, o do Edifício Sede do Banco de Portugal e um outro, de menor monta, na Rua da Judiaria, em Alfama, enquanto que, a mais importante e que acarretaria o maior manancial de informação, a Judiaria Grande, e cujos limites podem ser extrapolados com alguma segurança a partir das fontes documentais²⁸, continua virtualmente desconhecida no que concerne à componente arqueológica propriamente dita.

No restante território nacional conhecem-se alguns trabalhos que incidiram sobre bairros judaicos, tais como os de Coimbra²⁹ ou Elvas³⁰, embora em ambos se sublinhe a reduzida amostra da informação.

No primeiro caso, é interessante a dimensão apontada para a largura interior de um dos compartimentos, 4,05m³¹, e para a fachada mais habitual, 4,5 metros, medidas que se aproximam das do compartimento por nós estudado, cuja largura interna é de cerca de 4,8 metros. A *ratio* largura/comprimento referida pelas autoras – 1/1,9 a 1/2,5³² – aproxima-se das medidas por nós identificadas, pois o comprimento interno do prédio é um pouco superior a 8,3 metros, pelo que a *ratio* será de 1/1,73. Refira-se que a lareira descoberta num dos cantos daquele

²⁷ ALMEIDA, Sara Oliveira; TEMUDO, Susana Raquel – *Conjunto cerâmico do século XIII no contexto do Bairro Judaico de Coimbra (Portugal)*. Poster apresentado no X Congresso internacional Cerâmica Medieval no Mediterrâneo, Silves, 2012.

²⁸ A este respeito, cite-se a recolha de SILVA, Augusto Vieira da – “A Judiaria Velha de Lisboa. Estudo topográfico sobre a antiga Lisboa”. in *O Archeólogo Português*. Iª serie, vol V, nº 11-12 (1899-1900), pp. 305-327.

²⁹ ALMEIDA, Sara Oliveira; TEMUDO, Susana Raquel – “A Sinagoga Medieval de Coimbra à luz de novos achados na Rua do Corpo de Deus. Notícia preliminar”. in *Al-madan*. II serie, nº 17, tomo 2 (2013), pp. 29-35.

³⁰ SANTOS, Carla; FIGUEIRA, Nácia – *Rua dos Açouges, nº 6 [Sinagoga de Elvas]. Sondagens arqueológicas de diagnóstico*. Relatório policopiado entregue à DRC Alentejo. Viseu: Arqueohoje, 2015.

³¹ ALMEIDA, Sara Oliveira; TEMUDO, Susana Raquel – “A Sinagoga Medieval de Coimbra...”, p. 34.

³² *Ibidem*, p.34

compartimento foi interpretada como testemunho de actividades domésticas, tipologia funcional que também apontamos para o compartimento por nós escavado.

No segundo trabalho, que incidiu sobre o que terá sido a antiga sinagoga de Elvas, o espectro de análise é substancialmente diferente, em função do carácter religioso do edifício. Um dos pormenores que ali ressalta é a largura da rua onde se implantou a sinagoga, entre 2,4 a 2,6 metros, substancialmente inferior à Rua da Judiaria Pequena de Lisboa, que rondava os 4 metros.

Na restante Península Ibérica, o estudo arqueológico das judiarias e, fundamentalmente, da sua vertente urbanística e construtiva começa a ser um facto, com importantes contributos provenientes de Toledo, Jáen ou Lorca³³, neste último caso com uma escavação em área que abrangeu 4 500 metros quadrados e permitiu compreender de forma muito nítida a dimensão, organização interna e evolução cronológica daquele bairro.

Conclusão

O cruzamento dos recentes dados arqueológicos com a análise da documentação existente permite-nos visualizar de forma mais concreta a evolução urbanística do espaço da Judiaria Pequena de Lisboa, actualmente ocupado pelo Edifício Sede do Banco de Portugal, corroborando em grande parte as ideias anteriormente avançadas para este espaço por Vieira da Silva. De igual modo, mantêm-se em aberto algumas questões levantadas pelo investigador lisiponense, nomeadamente as que concernem à relação entre as tercenas e o troço da muralha de D. Dinis descoberta na escavação arqueológica. Se foi previamente construído um muro das tercenas ou se este só foi realizado quando foi erguida a muralha da ribeira, não se consegue neste momento precisar com exactidão. No entanto, não nos restam dúvidas de que o troço encontrado no quarteirão do Edifício Sede do Banco de Portugal é de época dionisina e que a sua construção foi contemporânea à da Judiaria Pequena.

O principal contributo dos dados arqueológicos reside na identificação da partilha de um modelo construtivo entre a muralha e os edifícios da Judiaria Pequena, fenómeno que, associado à vincada ortogonalidade das construções, permitirá supor um plano de urbanização prévio, integrado na regularização da frente ribeirinha, produzido por D. Dinis e notado com maior relevo na reordenação urbanística da Rua Nova. Nesta óptica, o espaço da Judiaria Pequena e das tercenas,

³³ Gallardo Carrillo, Juan; González Ballesteros, José Ángel – “El urbanismo de la Judería Medieval de Locha a la luz de las últimas escavaciones (2004-2006)”. in *Alberca*. Lorca, nº 4 (2006), pp. 129-152.

a sul da muralha, corresponderá precisamente ao remate ocidental desta operação de renovação urbana, ocorrida entre os finais do século XIII e o início do século XIV, numa lógica que conciliou as necessidades de uma cidade em franca expansão e os interesses imobiliários do próprio monarca.

O cruzamento dos dados entre a arqueologia e a documentação permitiu também encontrar pontos de contato relevantes para o nosso entendimento do espaço da Judiaria Pequena. As similaridades construtivas entre a muralha e os edifícios da judiaria parecem apontar para uma edificação muito próxima. Este dado arqueológico coincide perfeitamente com o que é revelado no contrato celebrado em 1294 entre o rei e o concelho para a construção da muralha, onde é óbvia a intenção régia de aproveitar o máximo de terreno possível para construção de propriedades urbanas, que depois aforará à medida dos seus interesses. Neste caso, as casas junto das tercenas foram destinadas, ainda por D. Dinis, para uma comunidade judaica que muito provavelmente teria uma ligação especial com a construção naval.

Outro ponto que nos permite realizar uma ponte entre os dados documentais e os arqueológicos consiste na caracterização social desta comunidade judaica. A provável tipologia dos edifícios com apenas dois pisos, registada pela arqueologia, encontra eco na documentação, onde os edifícios apenas possuem sótão ou sobrado. Além disso, relativamente à exígua dimensão da única casa que se conseguiu reconstituir na totalidade, podemos estabelecer uma ligação com o facto de esta comunidade muito provavelmente pertencer a uma classe social com fraco poder económico, tal como parece indicar a documentação dionisina, sobretudo a referida carta de proteção aos judeus das tercenas. Ainda sobre a caracterização social desta comunidade judaica, devemos também referir que a única profissão registada nos aforamentos aos moradores da judiaria pequena é a de um alfaiate. Sobre a questão da dimensão demográfica da comunidade judaica da Judiaria Pequena remetemos para um outro artigo, de um dos signatários³⁴.

Com efeito, considerando as várias acções régias que aqui referimos, sobretudo a construção da muralha da ribeira e a edificação da Judiaria Pequena, demonstra-se que as intervenções de D. Dinis na morfologia urbana da cidade têm um carácter sistemático e organizado, tendo como finalidade o fortalecimento do poder régio na urbe.

³⁴ FIALHO, Manuel – “A população judaica da Lisboa de D. Dinis”. in *Actas do I Congresso Histórico Internacional. As cidades na História: População*. Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2013, pp. 181-193.

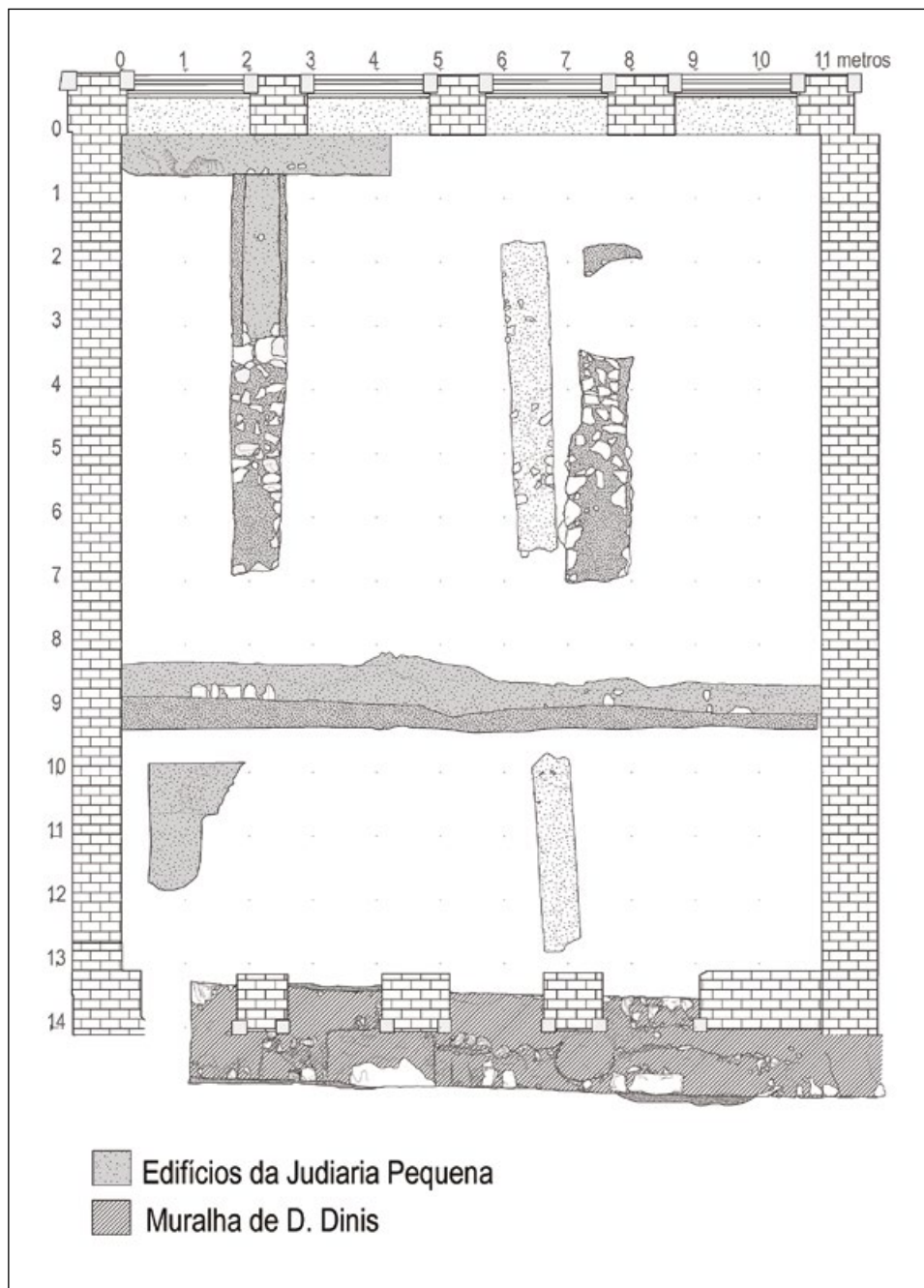


Fig. 1 – Planta geral das edificações tardo medievais (Artur Rocha).

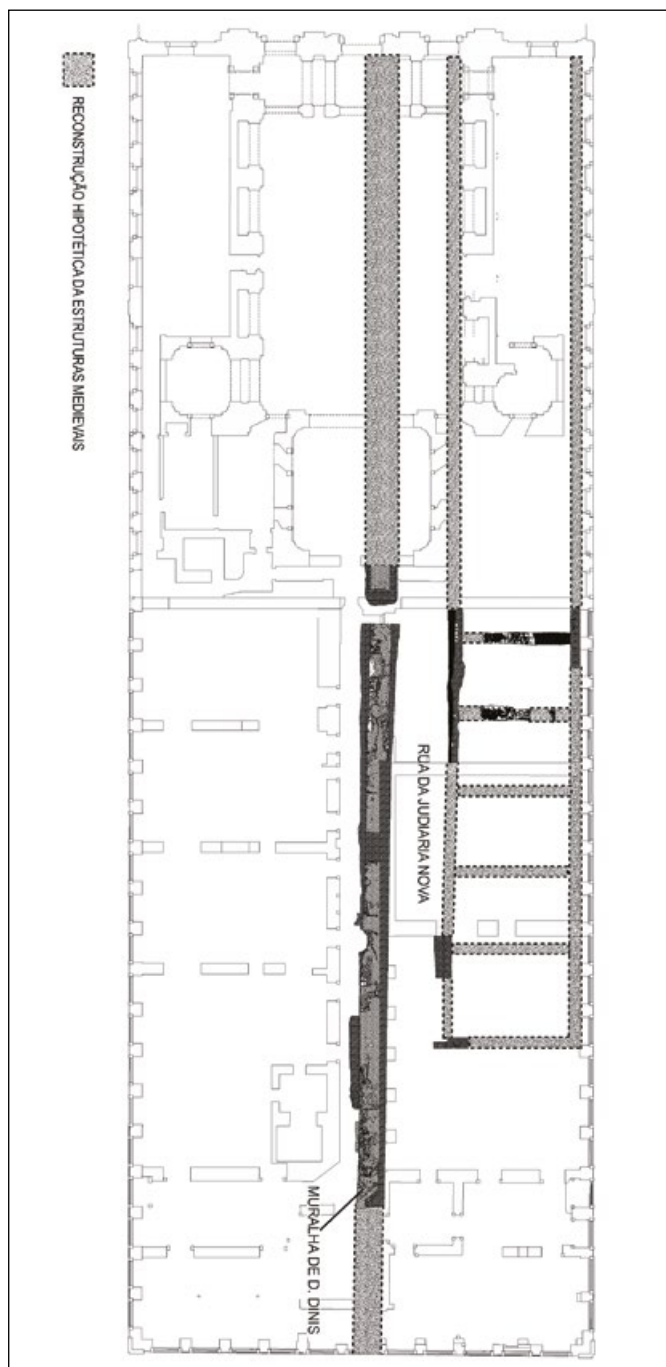


Fig. 2 – Proposta de reconstituição da Judiaria Nova (Artur Rocha).

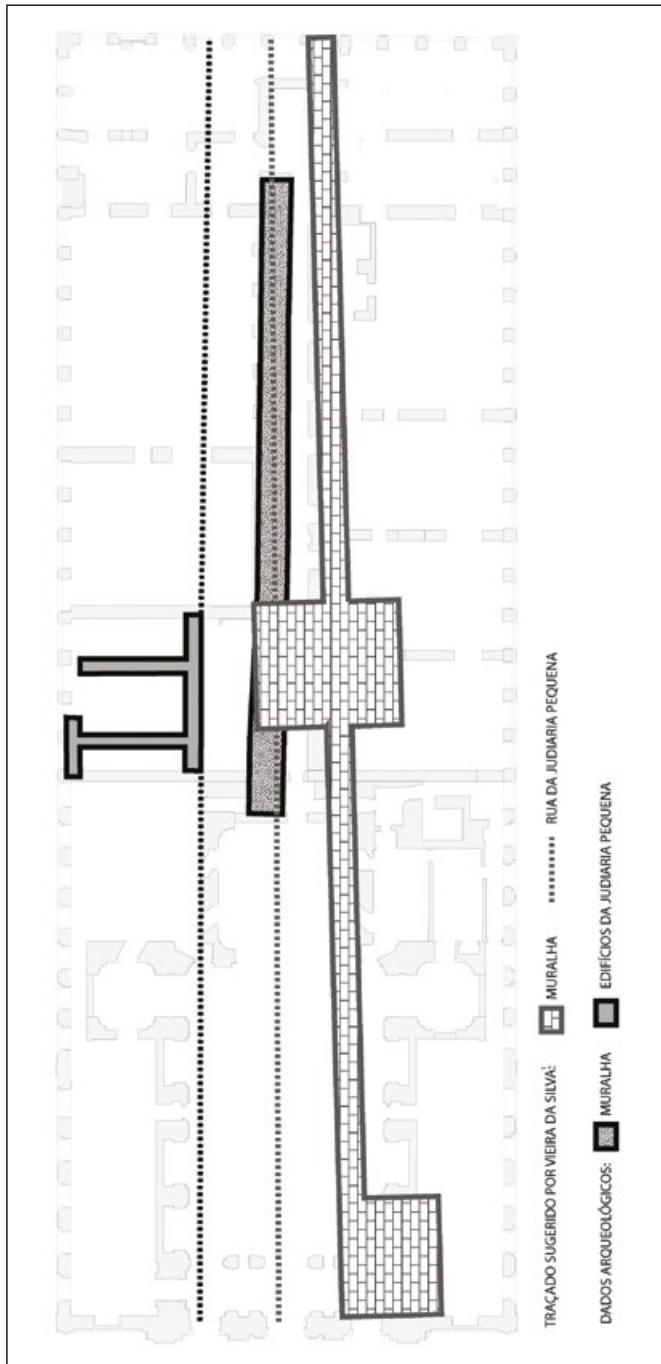


Fig. 3 – Comparação entre os dados arqueológicos e a proposta de Vieira da Silva (Artur Rocha).



Fig. 4 – Parede [243] correspondente a um edifício da Judiaria Nova (Artur Rocha).



Fig. 5 – Vista dos trabalhos de escavação destacando-se os edifícios da Judiaria Nova (limites a preto) [Artur Rocha].

Lisboa e o comércio marítimo com a Europa nos séculos XIV e XV

Flávio Miranda¹, Diogo Faria²

Introdução

Do ponto de vista político, comercial e financeiro – e até geográfico –, Lisboa possui em Portugal uma posição singular, que lhe garantiu vantagens significativas na sua vida económica ao longo dos séculos. É a capital, a maior e mais populosa cidade do país, o centro do poder, da administração e da justiça, o espaço intermédio entre o Norte, o Sul e o interior. É foz do maior rio da Península Ibérica, que torna os campos da lezíria ribatejana mais férteis para a exploração agrícola, e repousa sobre um estuário de condições geográficas quase inigualáveis para a navegação fluvial e marítima. É, também, um espaço milenar de confluência de culturas, de intercâmbio de bens e serviços, e um local privilegiado para as ligações comerciais entre o Norte da Europa, o Mediterrâneo, as ilhas e o continente africano.

A fase do império, que se iniciou nos primeiros anos do século XVI e perdurou durante centenas de anos, talhou com mestria as gentes, os espaços e os poderes da Lisboa que hoje conhecemos. Foi uma cidade que se desenvolveu com as fortunas geradas pelos escravos de África, as especiarias da Índia e o ouro do Brasil, e que necessitou de se superar perante a adversidade do terramoto de 1755. Mas essa fase mais visível da Lisboa actual foi construída sobre uma outra que era a Lisboa dos séculos XIV e XV e das centúrias precedentes, antes de se terem iniciado a expansão e o império, num momento em que o comércio regional e internacional se assumiu como peça-chave no crescimento urbano e no desenvolvimento do reino. Trata-se de um período no qual aumentaram as exportações de figos para o Báltico, vinho para a Inglaterra e seda para Castela, ao mesmo tempo que os lisboetas recebiam cereal da Bretanha, panos da Flandres e especiarias de Valência.

¹ IEM-Universidade Nova de Lisboa, CITCEM-UP. Bolseiro de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. E-mail: F.Miranda@fcsh.unl.pt

² CEPES-Universidade do Porto, IEM-Universidade Nova de Lisboa. Bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. E-mail: diogopintofaria@gmail.com

São duas as questões principais que se pretendem discutir ao longo deste ensaio. De que forma é que Lisboa se inseriu no quadro geral das trocas com a Europa dos séculos XIV e XV? Qual a ação dos seus mercadores nos mercados internacionais? Uma vez que a Lisboa tardo-medieval se tornou relevante na organização e centralização do comércio externo português, na recepção de grupos de mercadores estrangeiros e na interação com os mercados africanos, procurar-se-á fornecer explicações para esse crescimento comercial e para as mudanças ocorridas no seio dos grupos socioeconómicos nacionais e estrangeiros a operar nessa cidade. Ao mesmo tempo, procurar-se-á encontrar elementos que possam indicar a existência de especificidades socioeconómicas.

Para tentar responder a estas questões, recorreu-se a um leque alargado de fontes. Como é sabido, a documentação portuguesa relativa ao comércio medieval é escassa e muito fragmentária. Não chegaram aos nossos dias, por exemplo, livros de entrada e saída de embarcações dos portos ou registos de contas de mercadores. Restou-nos, por isso, procurar aproveitar o melhor possível o pouco que temos em Portugal (principalmente fontes narrativas e documentação municipal) e completar essas informações com os dados de arquivos estrangeiros e fontes editadas. Reuniu-se, assim, um conjunto de diplomas de tipologias (registos régios, judiciais, portuários...) e proveniências (Inglaterra, Flandres, França...) muito diversas, que permitiram efetuar alguns cálculos e esboçar tendências.

Este ensaio encontra-se dividido em duas secções. A primeira fará um balanço crítico da historiografia, apresentando alguns dos trabalhos mais significativos e o seu contributo para o conhecimento da história do comércio marítimo da Lisboa medieval. A segunda exibirá e discutirá um conjunto de dados empíricos que provam a existência de fases distintas na relação de Lisboa e dos seus mercadores com o comércio marítimo. Argumentar-se-á que parece ter existido uma adaptação nas práticas dos mercadores de Lisboa na passagem do século XIV para o século XV, significando isto que é provável que o perfil socioeconómico destes homens de negócios tenha sido transformado pelo carácter que a cidade foi construindo enquanto praça mercantil internacional. Lisboa, ao tornar-se vértice do comércio euro-atlântico, africano e mediterrânico, converteu os seus mercadores em negociantes e investidores, interligando-os com agentes e mercadores de outras regiões europeias. De certa forma, o crescimento da cidade e dos seus negócios internacionais retirou-lhes a natureza itinerante tão característica, por exemplo, dos mercadores do Porto, presentes em quase todos os mercados da Europa medieval. Este trabalho encerrar-se-á com uma proposta de periodização do comércio marítimo de Lisboa para a época medieval.

1. Lisboa na história e na historiografia do comércio medieval

As características marítimas e comerciais de Lisboa, antes da fundação de Portugal, são pouco conhecidas, sendo escassas as referências nos textos dos escritores muçulmanos³. É a partir do século XII, através das palavras dos cronistas, que surgem as primeiras notícias e relatos de Lisboa enquanto cidade do comércio. A bem conhecida crónica *De Expugnatione Lyxbonensi* (c. 1148) – a carta do cruzado inglês Raoul endereçada a Osbert de Bawdsey sobre a tomada de Lisboa aos muçulmanos, em 1147 – refere, por exemplo, que em meados do século XII Lisboa era um importante entreposto de produtos ibéricos e de mercadorias africanas; uma cidade opulenta que dispunha, nos seus mercados e bazares, de todos os produtos que ouro e prata poderiam comprar⁴.

Mas as referências mais coloridas e descritivas do comércio marítimo de Lisboa medieval são aquelas que Fernão Lopes redigiu nas páginas iniciais da *Crónica de D. Fernando*. São três os aspectos mencionados pelo cronista sobre a história do comércio marítimo de Lisboa. Em primeiro lugar, apresenta os valores das receitas das alfândegas durante o reinado de Fernando (r. 1367-1383): 200,000 dobras cobradas em todo o país (excluindo Lisboa e Porto), e entre 35,000 a 40,000 dobras de receita na alfândega de Lisboa. Considerando estes valores como aproximados e sem se incluir a alfândega do Porto nestas contas, poder-se-á concluir que a alfândega de Lisboa renderia, em meados de 1370, cerca de 16.7% do total de todo o país. Em segundo lugar, o cronista destaca a importância da presença de mercadores estrangeiros para a prosperidade de Lisboa e do reino:

“Avia outrossi mais em Lixboa estantes de muitas terras, nom em hũa so casa, mas muitas casas de hũa naçom, assi como genoveses e prazenttiis e lombardos e catalaães d’Aragom e de Maiorgua, e de Millam, que chamavom millaneses, e corciins e bizcainhos e assi d’outras naçoões, a que os rreis davom privilegios e liberdades, sentido-o por seu serviço e proveito; e estes faziam viir e enviavom do rreino grandes e grossas mercadorias, em guisa que afora as outras cousas de que em essa cidade abastadamente carregar podiam, somente de vinhos foi hũu ano achado que sse carregaram doze mill tonees, afora os que levarom depois os navios na segunda carregaçom de março”⁵.

³ BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. 2ª ed. 11 vols. Lisboa: Sá da Costa, 1945-1954, vol. 9, p. 319.

⁴ O manuscrito original encontra-se na biblioteca do Corpus Christi College, Cambridge, ms. 470, f. 125 e ss. Existe uma edição crítica e bilingue: *A conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um cruzado*. BRANCO, Maria João V. Branco (int.), NASCIMENTO, Aires Augusto (trad. e ed. crítica). Lisboa: Editorial Vega, 2001.

⁵ LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2004, p. 6.

Por fim, o texto de Fernão Lopes quantifica a presença de navios estrangeiros no Tejo, prontos para interligar Lisboa com outras vilas e povoados ao longo do rio ou com mercados europeus:

“E portanto viinham de desvairadas partes muitos navios a ella, em guisa que com aquelles que viinham de fora e com que os que no rreino avia jaziam muitas vezes ante a cidade quatrocentos e quinhentos navios de carregaçom; e estavam aa carrega no rrio de Sacavem e aa ponta do Montijo da parte de Ribatejo sasenta e sateenta navios em cada logar, carregando de sall e de vinhos”⁶.

Os números apresentados são surpreendentes, embora exagerados, uma vez que nem em alguns dos maiores portos europeus da Idade Média – ou da actualidade – se encontra um tráfego mercantil semelhante ou sequer aproximado⁷. Em 1552, João Brandão de Buarcos foi muito mais comedido na informação sobre o tráfego marítimo de Lisboa, informando que entrariam anualmente na Ribeira 1500 navios, fora as naus do rei, estimadas em 200 de acordo com Damião de Góis⁸. Isto não quer dizer que o número de embarcações e de velas sobre o Tejo não fosse admirável. Lisboa era uma cidade que dependia muito da acção dos mercadores e do comércio local, regional e internacional. Mas o conhecimento historiográfico actual sobre essa Lisboa dos mercadores está longe de se encontrar totalmente esclarecido e estas imagens produzidas pelas crónicas não explicam muitos dos problemas relativos à economia da cidade e do reino, como se verá a seguir.

No clássico *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, A. H. de Oliveira Marques destacou a inexistência de “um trabalho de sólida base documental e concebido como método científico” sobre a Lisboa medieval⁹. O próprio autor, através da publicação de uma monografia sobre a Lisboa da Idade Média, tencionava preencher esse vazio da historiografia sobre as cidades medievais portuguesas, mas nunca chegou a concretizar o projecto¹⁰. Nos últimos anos, graças

⁶ *Ibidem*.

⁷ Em 2013, por exemplo, o porto de Lisboa recebia, em média, 8 navios por dia (2824 por ano), com uma tonelagem de 12,439,183 por ano. Ver “Publicação Estatística 2013” do Porto de Lisboa em www.portodelisboa.pt/portal/page/portal/PORTAL_PORTO_LISBOA/ESTATISTICAS/ACTIVIDADE_PORTUARIA/TAB_PUBLICACOES/publica%E7%E3o2013-sem%20comparativo.pdf [consultado em 12 de Maio de 2014].

⁸ BRANDÃO, João – *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. Ver informações sobre mercadores e comércio em: GÓIS, Damião de – *Lisboa de Quinhentos. Descrição de Lisboa*. Lisboa: Livraria Avelar Machado, 1937, p. 48 e seguintes.

⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*. 3ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1988, p. 71.

¹⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira – “Cidades medievais portuguesas (algumas bases metodológicas gerais). in *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença, 1988, pp. 43-67, *maxime* p. 51.

a eventos científicos como os colóquios *Nova Lisboa Medieval*, organizados pelo Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa¹¹, e à elaboração de dissertações de mestrado e de doutoramento, os estudos lisboenses têm evoluído significativamente, tendo surgido trabalhos importantes sobre assuntos como a organização do espaço urbano da cidade¹², o cabido catedralício¹³, a oligarquia municipal¹⁴ e as instituições eclesiásticas¹⁵. No entanto, as relações comerciais com o exterior, assim como a presença de mercadores estrangeiros em Lisboa, não foram até ao momento objecto de trabalhos de conjunto como os que existem, por exemplo, sobre o Porto medieval¹⁶. A escassez de produção historiográfica sobre o perfil mercantil de Lisboa reflecte-se nos programas das três edições dos colóquios *Nova Lisboa Medieval*: em 2013, houve três comunicações que abordaram as questões comerciais e marítimas; em 2004, houve quatro; em 2002, nenhuma¹⁷. Olhando para as três edições do encontro, verifica-se que apenas 9% das comunicações tiveram o comércio internacional como objecto de análise (e nem sempre o principal), um valor surpreendentemente baixo se tivermos em conta a preponderância desta actividade na economia, na sociedade e até na política da Lisboa da Idade Média.

Isto não quer dizer que os medievistas portugueses têm votado ao esquecimento o dinamismo comercial lisboeta. Significa antes que as abordagens a esse assunto, levadas a cabo, entre outros, por Virgínia Rau, A. H. de Oliveira Marques e Iria Gonçalves, são normalmente enquadradas em trabalhos de âmbito mais globalizante ou constituem contributos pontuais, ainda que importantes, para o tal estudo de conjunto que continua por fazer. Vejamos, de forma breve e em linhas gerais, o que até ao momento se escreveu sobre esta matéria.

¹¹ Que deram origem às obras: KRUS, Luís; MIRANDA, Maria Adelaide; ALARCÃO, Miguel (eds.) – *A Nova Lisboa Medieval*. Lisboa: Edições Colibri, 2005. KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

¹² SILVA, Carlos Guardado da – *Lisboa Medieval. A organização e a estruturação do espaço urbano*. Lisboa: Edições Colibri, 2008.

¹³ FARELO, Mário Sérgio da Silva – *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus Cónegos (1277-1377)*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2003.

¹⁴ FARELO, Mário Sérgio da Silva – *A Oligarquia Camarária da Lisboa (1325-1433)*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2008.

¹⁵ SILVA, Gonçalo Miguel Correia Melo da – *Espiritualidade e Poder na Lisboa dos Finais da Idade Média: a Colegiada de São Lourenço e os seus Patronos (1298-1515)*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2012.

¹⁶ CRUZ, António – *O Porto nas Navegações e na Expansão*. 2ª edição. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983; BARROS, Amândio – *Porto: a construção de um espaço marítimo nos valores dos tempos modernos*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Porto. Porto: [s.n.], 2004; MIRANDA, Flávio – *A Cidade dos Mercadores. Da luta pelo poder civil às guerras fernandinas*. Vol. 3 de *História do Porto*. Matosinhos: Quidnovi, 2010.

¹⁷ Veja-se as obras citadas na nota 11.

Antecedida por historiadores ilustres como Gama Barros e João Lúcio de Azevedo, Virgínia Rau esteve na origem do impulso dado ao estudo da economia medieval portuguesa em meados do século XX. Os seus contactos internacionais, aliados ao conhecimento profundo de muita documentação nacional e estrangeira, permitiram-lhe introduzir na historiografia portuguesa o estudo de comunidades mercantis de outros reinos implantadas em Portugal. Destacam-se, no âmbito deste ensaio, os seus trabalhos sobre famílias e mercadores italianos que se estabeleceram em Lisboa na Idade Média¹⁸.

Oliveira Marques, para além de trabalhos de maior fôlego¹⁹, escreveu alguns artigos sobre a Lisboa medieval, nos quais apresenta uma visão interpretativa sobre a evolução do perfil mercantil desta cidade²⁰. Este historiador destaca o desenvolvimento do comércio e da navegação a partir de Lisboa durante o período muçulmano, cuja importância não diminuiu após a conquista cristã. Apesar disso, durante muito tempo, esta cidade não teria um perfil mercantil tão forte como Bruges ou Veneza, uma vez que a agricultura e a pesca continuavam a ter um peso importante na sua economia. A crise que se fez sentir a partir de meados do século XIV, que deu origem a períodos de fome em Lisboa, aumentou a necessidade de importação de vários produtos, o que impulsionou o desenvolvimento do comércio com várias regiões da Europa e o Norte de África.

Iria Gonçalves nunca se dedicou ao estudo das trocas comerciais de Lisboa com o estrangeiro, mas elaborou vários trabalhos sobre a cidade medieval que contêm dados úteis para a compreensão desse fenómeno²¹. Destacam-se os seus artigos sobre a propriedade régia e sobre a zona ribeirinha de Lisboa, nos quais a autora destaca os factores que mais contribuíram para o desenvolvimento mercantil da urbe: a localização numa região para onde confluíam produtos oriundos de todo

¹⁸ Três desses estudos encontram-se publicados em: RAU, Virgínia – *Estudos de História. Mercadores, mercadorias, pensamento económico*. Lisboa: Editorial Verbo, 1968.

¹⁹ No seu estudo sobre os cereais em Portugal na Idade Média também se encontram dados importantes sobre o abastecimento da cidade e o comércio na Lisboa medieval: MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera na Idade Média*. 2ª edição. Lisboa: Edições Cosmos, 1968.

²⁰ Veja-se os ensaios: “Lisboa medieval (introdução metodológica ao seu estudo)”, “Lisboa medieval (uma visão de conjunto)”, “Lisboa, cidade marítima” e “A persistência do elemento muçulmano na história de Portugal após a Reconquista. O exemplo da cidade de Lisboa”, publicados em MARQUES, A. H. de Oliveira – *Novos Ensaios de História...*, pp. 68-79, 80-91, 92-95 e 96-107, respectivamente. Este autor sistematizou ainda vários dados sobre a Lisboa medieval em: MARQUES, A. H. de Oliveira – “Lisboa”. in MARQUES, A. H. de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da UNL e Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, pp. 55-60.

²¹ Veja-se os ensaios: “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia”, “Na Ribeira de Lisboa, em finais da Idade Média”, “Defesa do consumidor na cidade medieval: os produtos alimentares (Lisboa – séculos XIV-XV)”, “Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa”. Estes estudos foram reunidos em: GONÇALVES, Iria – *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, pp. 11-60, 61-75, 97-116, 117-137, respectivamente.

o reino; as condições naturais do estuário do Tejo, um excelente porto de abrigo; e a protecção dos monarcas ao comércio.

Mais recentemente, um dos autores deste ensaio, numa tese de doutoramento sobre comércio marítimo e diplomacia comercial entre Portugal e a Europa Atlântica nos séculos XII a XV, avançou com vários dados empíricos e com uma visão global do comércio português que podem contribuir para o conhecimento e a compreensão do caso específico de Lisboa²². Neste momento, Joana Sequeira encontra-se a estudar a presença da companhia mercantil italiana Salviati-Da Colle na Lisboa do século XV²³. Se a estes trabalhos, que incluem diversos dados obtidos em arquivos estrangeiros, juntarmos aqueles que têm sido desenvolvidos sobre outros portos portugueses na Idade Média²⁴, constatamos que existem algumas bases sólidas, ainda que dispersas e, em parte, à espera de serem devidamente testadas, para se avançar com uma tentativa de caracterização e interpretação global do perfil mercantil da Lisboa medieval.

2. “De desvairadas partes”: mercadores, mercados e mercadorias

Se Lisboa era a principal cidade para os mercadores “de desvairadas partes”, expressão utilizada por Fernão Lopes, o que se sabe sobre os mercadores lisboetas? Quais eram os seus mercados europeus principais e com quem se associavam nos seus negócios? E qual era a importância de Lisboa no quadro do comércio europeu?

As notícias sobre os mercadores lisboetas fora de Portugal, para o período medieval, são bastante irregulares. As crónicas e as descrições da cidade de Lisboa referem frequentemente os espaços do comércio, os armazéns, os mercados, as alfândegas, e a Rua Nova – que se tornaria *dos Mercadores* –, pistas essenciais para que se possa reconstruir, ainda que parcialmente, o quotidiano mercantil da Lisboa medieval. Infelizmente, as fontes municipais – como as actas de vereação – ou os registos alfandegários não chegaram aos nossos dias, tornando um pouco mais

²² MIRANDA, Flávio – *Portugal and the Medieval Atlantic. Commercial Diplomacy, Merchants, and Trade, 1143-1488*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Porto. Porto: [s.n.], 2012.

²³ Pesquisa integrada no projecto colectivo *EnPRESa – Entreprise, Négoce et Production en Europe (XVe-XVIe siècles)*. *Les compagnies Salviati*, financiado pela *Agence Nationale de la Recherche* (França), coordenado por Mathieu Arnoux e composto por cerca de uma dezena de investigadores, que se centra sobre os negócios e as práticas mercantis das companhias do grupo Salviati (de origem toscana) em diversas praças europeias (Londres, Lyon, Pisa, Florença, Bruges e Lisboa), nos séculos XV e XVI. Desse projeto já resultou, entre outras, a seguinte publicação: SEQUEIRA, Joana – “A companhia Salviati-Da Colle e o comércio de panos de seda florentinos em Lisboa no século XV”. in *De Medio Aevo*, n.º 7 (2015/1), pp. 47-62. Disponível online em: <http://capire.es/eikonimago/index.php/demedioaevo/article/view/140>.

²⁴ Por exemplo, sobre Cascais, veja-se: BORGES, Marco Oliveira – *O Porto de Cascais durante a Expansão Quatrocentista. Apoio à navegação e defesa costeira*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2012.

difícil o trabalho de investigação sobre o comércio externo português dessa cidade. As alternativas heurísticas, que têm sido aplicadas em obras historiográficas recentes ou em trabalhos em curso, recorrem a fundos documentais estrangeiros, especialmente nos arquivos italianos, espanhóis, ingleses, belgas e franceses, conforme se mencionou na secção anterior deste estudo. Uma vez que alguns destes projectos ainda se encontram a decorrer, os resultados que aqui se apresentarão devem, obrigatoriamente, ser revistos e actualizados num futuro próximo.

Existem, pelo menos, três dimensões que devem ser consideradas para se resolverem os problemas colocados no início desta secção, analisando-se: os mercadores de Lisboa no exterior; os mercadores em Lisboa; e Lisboa numa perspectiva geográfica, histórica e macroeconómica, enquanto plataforma de interacção entre as regiões portuguesas, a Europa do Norte, o Mediterrâneo, as ilhas atlânticas e África. As duas últimas serão analisadas em conjunto.

2.1. Os mercadores de Lisboa

As crónicas inglesas ou flamengas não têm qualquer referência individual aos mercadores de Portugal para o período medieval. Tanto em Inglaterra como na Flandres, o que parece importar mais é o tipo de produtos exportados de Portugal para esses territórios²⁵. Restam as fontes judiciais, régias e portuárias para dar algumas indicações sobre a presença dos mercadores de Lisboa em mercados europeus. De qualquer forma, é possível identificar a sua presença em Middelburg, Bruges, Londres, Southampton, Bristol, Harfleur, Valência, Barcelona, entre outros locais. Infelizmente, nem sempre será possível expor o grau de importância de cada cidade para os mercadores lisboetas, uma vez que a tipologia documental e a quantidade de fontes para cada área são bastante diferentes.

Qual é o peso dos mercadores de Lisboa no panorama do comércio externo português? É possível hierarquizar destinos económicos e parceiros preferenciais? Nos mercados europeus não havia apenas mercadores de uma cidade portuguesa, embora os comerciantes de Lisboa e Porto fossem a maioria, seguidos daqueles com origem em Viana, Setúbal ou Tavira. E apesar de ser possível apresentar alguns dados quantitativos sobre esta actividade em mercados estrangeiros, esses números estão sempre condicionados pelas fontes disponíveis que, por vezes, evidenciam informações que poderão parecer paradoxais. Os estudos mais recentes sugerem que os mercadores portugueses mais activos nos mercados da Europa Atlântica

²⁵ *Cartulaire de l'ancienne estaple de Bruges*. SEVEREN, Louis Gilliodts van (ed.). Bruges: Louis de Plancke, 1904, vol. 1, p. 20; *The Libelle of Englyshe Polycye*. WARNER, Sir George F. (ed.). Oxford: Clarendon Press, 1926, linha 135 e seguintes.

entre os séculos XIV e XV eram originários do Porto (47%), seguidos dos de Lisboa (40%), Viana (7%), Caminha (3%), Tavira (2%), e Setúbal (1%)²⁶. Uma vez que o objectivo deste ensaio não é analisar o comércio externo português durante a Idade Média, apresentar-se-á apenas uma versão resumida do significado destas percentagens na sua relação com a história mercantil de Lisboa²⁷. Existem, pelo menos, dois motivos que explicam estas percentagens²⁸. Em primeiro lugar, os mercadores do Porto eram bastante activos nessas rotas e interligavam não só os mercados atlânticos como os principais portos domésticos (Lisboa, Setúbal, Lagos e Tavira), num processo de complementaridade comercial. Em segundo lugar, Lisboa desfrutou do facto de ser uma cidade que acolhia mercadores de várias partes da Europa, sendo menos necessário efectuar trocas directas, através dos seus mercadores. Confirme-se esta afirmação com os dados do comércio entre Lisboa e Valência.

A percentagem de navios saídos do Grao, em Valência, entre os anos de 1381 e 1447, com destino a portos portugueses, mostra um cenário completamente diferente do comércio com as regiões da Europa Atlântica: Lisboa (78%) dominava por completo, seguida de Viana (18%), Setúbal (2%), Lagos (1%) e o Porto (1%)²⁹. Face a estes números poder-se-á confirmar um facto e questionar duas hipotéticas anomalias. A primeira evidência é a predominância de Lisboa no fluxo comercial entre Portugal e Valência, que serve para provar o cariz central da cidade lisboeta na interligação entre o Mediterrâneo e o Atlântico. As duas anomalias referem-se às percentagens de Viana e Porto, que se poderão resumir a duas questões que ficarão por responder. O interesse de Viana nos produtos de Valência estaria relacionado com um comércio de escala “regional” com a Galiza e com outras partes da Europa Atlântica? A reduzida presença de mercadores do Porto em Valência poderá servir como mais um exemplo demonstrativo de um provável predomínio portuense nos mercados euro-atlânticos?

Graças à diversidade tipológica das fontes disponíveis para o estudo do comércio externo português nos vários arquivos europeus, é possível identificar os mercadores de Lisboa em locais e situações muito diferentes. Os primeiros registos recuam ao século XIII e, a partir daí, acumulam-se as informações sobre comércio,

²⁶ MIRANDA, Flávio – *Portugal and the Medieval Atlantic...*, p. 163.

²⁷ Uma análise sistemática e aprofundada destes dados encontra-se a ser trabalhada por um dos autores deste ensaio para publicação em livro.

²⁸ Excluindo-se da explicação as inconsistências das fontes, que são normais em qualquer trabalho para o período medieval.

²⁹ HINOJOSA MONTALVO, José – “De Valencia a Portugal y Flanders. Relaciones durante la Edad Media”, in *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval* 1 (1982), pp. 149-168. Sobre as relações comerciais entre Portugal e Valência (para além de outras praças mediterrânicas) veja-se: BARATA, Filipe Themudo – *Navegação, Comércio e Relações Políticas: os Portugueses no Mediterrâneo Ocidental (1385-1466)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

crédito, parcerias, diplomacia, conflitos, corso e pirataria. Entre os destinos da Europa Atlântica, os seus mercadores parecem ter privilegiado a Inglaterra, a Flandres, a Zelândia e a França, embora seja difícil hierarquizar a primazia comercial de uma região sobre a outra devido às especificidades da documentação.

Em Inglaterra, alguns dos registos mais antigos referem-se às dificuldades encontradas pelos mercadores portugueses em navegar pela Mancha durante parte da década de 1290, fruto de um conflito entre os ingleses e os castelhanos³⁰. O resultado foi o envio do lisboeta Pedro Martins a Inglaterra para negociar com o monarca inglês uma solução para este problema³¹. O mais provável, no entanto, é que as dificuldades de navegação tenham ocorrido por causa de um mercador de Bayonne ter visto as suas mercadorias roubadas em Lisboa, em 1293. Como resposta, o rei Edward I (r. 1272-1307) de Inglaterra outorgou cartas de marca – ou de corso – a Bernard de Grisil para que pudesse retaliar sobre as embarcações portuguesas³². A situação não ficou resolvida com as cartas de marca, porque essa é uma medida de injustiça mercantil, mais do que uma solução para um problema. Demoraria ainda alguns anos e seria necessária a intervenção de agentes diplomáticos de outros países até que a situação fosse restabelecida³³.

O que se percebe deste incidente político-económico é que as relações comerciais com o Norte da Europa estariam a funcionar a um bom ritmo, merecendo a intervenção régia para a resolução dos conflitos. Percebe-se, ainda, que os homens do comércio eram, em muitas situações, os escolhidos ou eleitos para representação diplomática, mas também para a obtenção de privilégios e salvo-condutos. O exemplo mais conhecido da historiografia portuguesa é o do portuense Afonso Martins Alho, que negociou um tratado válido por 50 anos com Edward III de Inglaterra (r. 1327-1377)³⁴. O que é menos mencionado é que quando chegou a Inglaterra para negociar este tratado, em 1352, ia acompanhado de um mercador de Lisboa³⁵. Este perfil de mercador-diplomata ou de representante do seu grupo socioeconómico é visível nos privilégios concedidos por Philippe IV de França (r. 1268-1314) aos “marchands de Lisbonne” que se estabeleceriam em Harfleur, a partir de 1309 – o novo grande porto normando que procurou ocupar

³⁰ Ver HEEBØLL-HOLM, Thomas – *Ports, Piracy, and Maritime War. Piracy in the English Channel and the Atlantic, c. 1280-c.1330*. Leiden: Brill, 2013, pp. 200-204.

³¹ *Fædera, Conventiones, Literæ, et Cujuscunque Generis Acta Publica, Inter Reges Angliæ*. RYMER, Thomas (dir.). London: [s.n.], 1869, vol. 2, p. 667 (a partir daqui *Fædera*); *Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua História*. MARQUES, João da Silva (ed.). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1944, suplemento ao vol. 1, p. 17, doc. 12 (a partir daqui DP).

³² *Calendar of Patent Rolls, Edward I*, vol. 3, p. 34.

³³ Mais detalhes em MIRANDA, Flávio – *Portugal and the Medieval Atlantic...*, p. 69.

³⁴ *Fædera*, vol. 5, pp. 763-764.

³⁵ *Fædera*, vol. 5, p. 740; *Calendar of Close Rolls, Edward III*, vol. 9, p. 497.

o vazio deixado pelo declínio das feiras de Champagne³⁶. Em 1340, outro rei francês – Philippe VI (r. 1328-1350) outorgou um novo privilégio, mas desta vez aos “*Mercatoribus Portus Portugalliae & Lixibonæ*”³⁷. Para além da data, a grande diferença entre o primeiro documento e o segundo é a inclusão dos mercadores do Porto na carta de privilégios. Mas por que razão os mercadores do Porto não estariam presentes nos privilégios de 1309? A Normandia não era um dos seus destinos mercantis preferidos no início do século XIV ou haveria um maior número de mercadores lisboetas nessas rotas, durante esse período?

Embora se saiba pouco sobre a presença de mercadores de Lisboa em Inglaterra nas primeiras décadas do século XIV, alguns documentos fornecem dados interessantes sobre um aspecto pouco conhecido do mundo da economia medieval portuguesa: os mercadores e o crédito³⁸. No dia 15 de Abril de 1323, Nicolau Domingues de Lisboa encontrar-se-ia em Inglaterra, tendo declarado quites de dívida Robert Dod e Peter Hanyn, ambos de Faversham (no condado de Kent). Não se sabe a data original do empréstimo, mas Nicolau Domingues concedeu-lhes £50 e recebeu, como garantia, a possibilidade de confiscar terrenos e bens móveis que Robert e Peter tinham em Kent³⁹. Por que razão foi um mercador de Lisboa e não um inglês a emprestar dinheiro a Robert e Peter, que negócios tinha Nicolau por Inglaterra e com que frequência prestava crédito são apenas algumas das muitas questões que não têm resposta para se perceber o seu verdadeiro poder económico e dinamismo mercantil.

A Flandres era outro dos destinos principais dos mercadores de Lisboa, uma vez que proporcionava um contacto directo com homens de negócios de todas as partes da Europa do Norte. Seguiam, frequentemente, para a Flandres vinho, azeite, figos secos e uvas passas, mas também as mercadorias introduzidas pela expansão oceânica do século XV. O comércio do marfim, por exemplo, que se encontrava em monopólio régio, efectuava um percurso tudo menos linear desde a origem até ao consumidor final. Partindo da costa ocidental de África – da Guiné ou Serra Leoa –, seguia primeiro para Lisboa e só depois é que viajava até Bruges, onde o controlo do exclusivo da coroa portuguesa era verificado pelos agentes régios da feitoria de Portugal de Bruges; daí era conduzido, por norma, até ao maior centro

³⁶ *Ordonnances des Rois de France*. LAURIÈRE, M. de (ed.) Paris: Imprimerie Royale, 1723, tomo 2, pp. 157-158 (a partir daqui ORF); LEVASSEUR, Émile – *Histoire du Commerce de la France*. Paris: A. Rousseau, 1911, p. 171.

³⁷ ORF, tomo 2, pp. 158-159.

³⁸ Veja-se, por exemplo, o estudo de DOMINGUEZ, Rodrigo da Costa – *Mercadores e Banqueiros: Sociedade e Economia no Portugal dos séculos XIV e XV*. Brasília: Hinterlândia, 2009.

³⁹ CCR, Edward II, vol. 3, p. 704.

de transformação do marfim da Europa – Paris –, antes de voltar a ser distribuído pelos mercados para venda⁴⁰.

Com base na documentação inglesa, flamenga, holandesa e francesa é possível estabelecer correlações entre a origem dos mercadores, os produtos exportados e os destinos económicos que podem ser indicativas das preferências e das estratégias comerciais dos mercadores de Lisboa⁴¹. Há, pelo menos, três variáveis importantes a considerar para esta análise⁴². A primeira tem que ver com os principais destinos dos mercadores de Lisboa: Inglaterra (57%), Flandres (32%), Zelândia (9%) e Normandia (2%). A segunda está relacionada com as parcerias ou partilha de embarcações efectuadas entre os mercadores de Lisboa e de outras origens europeias: ingleses (46%), flamengos (20%), italianos (20%), franceses (7%) e castelhanos (7%)⁴³. A terceira tem que ver com aqueles que eram, provavelmente, os principais produtos negociados: vinho, azeite, figos secos, uvas passas e couros⁴⁴. Uma vez que a Inglaterra parece ter sido um dos destinos preferenciais, os dados sobre parcerias e produtos parecem fazer sentido. As exportações portuguesas para mercados ingleses sempre viveram muito do vinho que seguia para Londres, Bristol ou Southampton; e essas relações intensificaram-se com um aumento da demanda por vinho português a partir da década de 1460⁴⁵. De acordo com os dados recolhidos, flamengos e italianos partilham uma percentagem idêntica na sua relação comercial com os mercadores de Lisboa. Estas percentagens fazem um certo sentido se se considerar que a presença de mercadores de Lisboa em Bruges facilitava as relações entre Portugal e a Flandres, ao mesmo tempo que o elevado número de mercadores italianos em Lisboa obrigava a um contacto directo com os lisboetas. De facto, foram essas parcerias entre lisboetas (e outros portugueses) e os italianos que garantiram algumas das ligações comerciais entre Portugal e a Irlanda para se assegurar o comércio dos couros⁴⁶. Ao mesmo tempo, os mercadores italianos seguiam sozinhos ou em parceria com os lisboetas para os mercados

⁴⁰ VANDENBERGHE, Stéphane – *Ivoor in Brugge. Schatten uit Musea, Kerken en Kloosters*. Brugge: Musea Brugge, 2010, pp. 4-5.

⁴¹ As percentagens que se seguem não incluirão as fontes do Mediterrâneo pelas razões referidas anteriormente na secção 1 deste ensaio, embora sejam utilizados exemplos de relacionamento comercial entre lisboetas e mercadores do Mediterrâneo na secção 2.2.

⁴² Os dados que se seguem foram calculados e apresentados em: MIRANDA, Flávio – *Portugal and the Medieval Atlantic...*, p. 163 e ss. Ver ainda: MIRANDA, Flávio – “Network Takers or Network Makers? The Portuguese Traders in the Medieval West”. in CARACAUSSI, Andrea; JEGGLE, Christof (eds.) – *Commercial Networks and European Cities, 1400–1800*. London: Pickering & Chatto, 2014, pp. 171-186.

⁴³ Não se aprofundará a distinção entre parcerias e partilha de embarcações neste texto.

⁴⁴ Não serão apresentadas percentagens destes produtos, uma vez que as fontes são inconsistentes em relação às quantidades. A ordem apresentada está, portanto, relacionada com o número de referências e não com as tonelagens.

⁴⁵ CARUS-WILSON, E. M. – “The Overseas Trade of Bristol”. in POWER, Eileen Power; POSTAN, M. M. (eds.) – *Studies in English Trade in the Fifteenth Century*. London: Routledge, 1933, pp. 220-221.

⁴⁶ Veja-se a secção 2.2 deste ensaio.

ingleses carregados de mercadorias ibéricas, causando um certo mal-estar entre os mercadores de Inglaterra que temiam a sua competição. Em finais da década de 1440, uma companhia de negociantes de Londres chegou a submeter pedidos ao rei de Inglaterra para que limitasse o acesso dos italianos aos seus mercados, para que os ingleses também pudessem participar no lucrativo comércio anglo-ibérico⁴⁷. Quanto aos castelhanos, esses contactos com os portugueses foram sempre muito mais esporádicos e ocorreram sobretudo em dois períodos: na primeira metade do século XIV (antes do início das Guerras Fernandinas e do início da Crise de 1383-1385) e na segunda metade do século XV (em tempos de paz entre Portugal e Castela e com a chegada de mercadores de Burgos)⁴⁸. As dificuldades no relacionamento histórico entre os dois reinos podem explicar o resto.

Apesar de os trabalhos mais recentes terem explorado fontes nacionais e estrangeiras para o estudo destes problemas, alguns pontos relacionados com as questões socioeconómicas, parcerias, colaboração em rede e grau de institucionalização continuam com elevados graus de indefinição. Muitos dos livros de contas das companhias mercantis ou dos registos notariais das cidades italianas dos séculos XIV e XV oferecem ao historiador uma lógica na estruturação dos negócios desses mercadores, desde a sua formação, estratégia, negociação, internacionalização e tradição. Se, por comparação, a história dos mercadores de Lisboa parece mais indefinida, o próprio estudo dessa documentação estrangeira permitirá, com o tempo, perceber um pouco melhor o funcionamento da economia de Portugal. Porque, como se verá na secção seguinte, Lisboa foi-se tornando, ao longo dos séculos finais da Idade Média, num dos principais palcos do comércio europeu.

2.2. Os mercadores em Lisboa

Mais de um século depois de Fernão Lopes ter descrito a Lisboa mercantil dos tempos fernandinos, também Damião de Góis destacaria a presença massiva de mercadores de todas as origens geográficas pelas ruas da maior cidade portuguesa.

“Aqui se juntam [na Rua Nova dos Mercadores], todos os dias, os comerciantes de quase todos os povos e partes do mundo, com extraordinário concurso de

⁴⁷ NIGHTINGALE, Pamela – *A Medieval Mercantile Community. The Grocers' Company and the Politics and Trade of London, 1000-1485*. New Haven: Yale University Press, 1995, p. 436.

⁴⁸ CASADO ALONSO, Hilario – *El triunfo de Mercurio. La Presencia Castellana en Europa (siglos XV y XVI)*. Burgos: Cajacírculo, 2003; CASADO ALONSO, Hilario – “Il Mondo Spagnolo della Mercatura e le Americhe nei Secoli XV e XVI”. in PINTO, Giuliano; ROMBAI, Leonardo; TRIPODI, Claudia (eds.) – *Vespucci, Firenze e le Americhe*. Florença: Leo S. Olschki Editore, pp. 87-104.

gente, por causa das facilidades que o comércio e o porto oferecessem. Indo na mesma direcção e pelo mesmo caminho para o norte, fica, à esquerda, o antigo posto fiscal, onde, há pouco, se pagavam ao rei os impostos pelas mercadorias importadas⁴⁹.

O que separa os relatos de Fernão Lopes e Damião de Góis não é apenas o tempo. Em meados do século XVI, Portugal já não era o extremo ocidental do mundo e a escala da economia expandira-se para incluir – para além de África e de outros países da Europa – as Américas e a Ásia.

Um dos aspectos que persiste do primeiro relato para o segundo é a existência de mercadores de várias origens geográficas e em número significativo. Aragoneses, biscainhos e sobretudo italianos eram alguns dos representantes das comunidades aí estabelecidas em finais do século XIV, sendo certo que hanseáticos, flamengos, bretões e ingleses também se instalaram em Lisboa ao longo do século XV.

Mas o que significa para uma cidade ter nações de mercadores estrangeiros a operar no seu território? Quais os benefícios e quais os problemas que isso gera? Estas questões não serão completamente exploradas neste ensaio, mas colocá-las é essencial para se desenvolver o argumento de que Lisboa foi, na fase final da Idade Média, um mercado importante para o comércio europeu. Se é verdade que Londres, Middelburg, Bruges, Harfleur e Valência, por exemplo, acolhiam nações de mercadores estrangeiros, também é verdade que Bristol e Porto eram cidades activas no comércio internacional mas que raramente acolheram comunidades “alienígenas” no seu espaço urbano. Entre as teorias possíveis para este fenómeno é muito provável que a explicação mais lógica se revele a mais simples: não havia um interesse significativo das comunidades estrangeiras em instalar uma colónia nesses espaços urbanos e os mercadores dessas cidades também não pretendiam que nações de outros países alterassem o seu domínio local na relação com o comércio externo. Uma conclusão que pode ser facilmente provada se seguirmos as queixas e os pedidos “proteccionistas” que a cidade do Porto submeteu em Cortes contra os mercadores estrangeiros, acusando-os de contribuírem para o empobrecimento da cidade e da região⁵⁰.

Se o Porto privilegiou medidas proteccionistas, por que razão a política comercial da cidade de Lisboa não parece ter seguido um percurso idêntico?

⁴⁹ GÓIS, Damião de – *Lisboa de Quinhentos...*, p. 48.

⁵⁰ Sobre as Cortes em Portugal na Idade Média e sobre os conteúdos dos pedidos dos povos apresentados nestas reuniões, veja-se: SOUSA, Armindo de – *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990. Sobre o caso específico do Porto, cf., por exemplo, SILVA, Filomeno Amaro Soares da – *O Porto em Cortes 1331-1406*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Porto. Porto; [s.n.], 1999, *Apêndice documental*, p. 52.

Que vantagens adviriam para os mercadores lisboetas deste suposto “mercado de acesso aberto”? As estruturas políticas de cidades de cariz comercial eram claramente dominadas por mercadores. Em finais do século XIV, 96% das oligarquias municipais de Lisboa haviam sido alocadas por membros desse grupo socioeconómico⁵¹. Uma situação em tudo semelhante ao que se passava no Porto⁵². A grande diferença entre Porto e Lisboa é, no entanto, a distância que a primeira cidade tinha em relação ao poder da coroa que, de certa forma, lhe garantia uma maior autonomia face às exigências económicas e financeiras das políticas régias. Mas se isto garantia ao Porto uma hipotética protecção da sua economia local, com todas as vantagens e desvantagens que isso implica, Lisboa tinha a capacidade de atrair mercadores de outras partes da Europa medieval e de beneficiar economicamente desse universo mercantil cosmopolita. No final, percebe-se a lógica desta diferença de Lisboa em relação ao Porto por três motivos: o mercado lisboeta era suficientemente grande para acolher mercadores de várias origens europeias; as necessidades de abastecimento eram superiores; o comércio proporcionava um aumento dos benefícios fiscais para a cidade e para a coroa. Para além das razões óbvias, considere-se o interesse financeiro e fiscal da coroa em concentrar em Lisboa o grosso do comércio internacional. Trata-se de um processo de centralização económica precoce, e quase sem paralelo na Europa medieval, que obrigava a que todas as mercadorias – com a excepção de vinho, frutas e sal – tivessem de confluir em Lisboa antes de serem exportadas. Fernão Lopes referiu-se a esta especificidade como uma política que o rei Fernando entendia como de protecção ao seu povo, porque queria que

“os seus mercadores de sua terra fossem ricos e abastados e nom lhe fazer cousa que fosse em seu prejuizo e decimento de sua honrra. E portanto mandava que nêhūs estantes estrangeiros nom comprassem per ssi nem per outrem fora da cidade de Lixboa nêhūu aver de peso nem comesinho, salvo pera seu mantimento, afora vinhos e fruita e sall; mas nos portos da cidade podiam comprar soltamente pera carregar quaaesquer mercadorias”⁵³.

O argumento retórico do rei Fernando era muito simples: a centralização económica, conseguida através da postura de 1375, protegeria os interesses dos seus mercadores, porque não lhes queria “prejuízo”; mas era, acima de tudo, um

⁵¹ FARELO, Mário – *A Oligarquia Camarária de Lisboa...*, p. 192.

⁵² SOUSA, Armindo de – “Tempos Medievais”. in RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*. 3ª edição. Porto: Porto Editora, 2000, p. 212; COSTA, Adelaide Lopes Pereira Millan da – *Vereação e Vereadores. O Governo do Porto em finais do Século XV*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1993, pp. 121-170.

⁵³ LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, p. 7.

mecanismo para controlar todos os fluxos de comércio internacional através de uma única cidade e da sua alfândega régia. Também os mercadores lisboetas terão saído a ganhar com esta decisão da coroa, apesar das eventuais consequências a médio prazo para o seu grupo socioeconómico, uma vez que, conforme notou Oliveira Marques, o que se sucedeu foi que as crescentes medidas de “emburguesamento do rei, da família real, da nobreza e do alto funcionalismo” trouxeram uma efectiva perda de poder por parte dos mercadores⁵⁴. O que poderá explicar, segundo o mesmo autor, o afastamento da burguesia portuguesa na empresa dos descobrimentos marítimos. De qualquer forma, em finais do século XIV, esses problemas ainda não se levantavam de todo; muito pelo contrário. Por isso, em 1395, a cidade de Lisboa enviou em sua representação o mercador Rui Garcia ao rei João I (r. 1385-1433) para que a aplicação desta postura fosse vigiada e posta em prática sem excepções⁵⁵. Garantir que os mercadores estrangeiros efectuassem as trocas em Lisboa asseguraria um fluxo contínuo de negócios e receitas – para os mercadores e para a coroa. Bastava que os mercadores estrangeiros continuassem a chegar a Lisboa, independentemente do seu carácter passageiro ou permanente. E continuaram, de facto, de vários locais diferentes – conforme se pode ver no mapa mais abaixo (**Mapa 1**), que indica os pontos da rede comercial europeia de Lisboa nos finais da Idade Média.

Que mercadores estrangeiros efectuaram regularmente contactos comerciais com Lisboa, embora sem formarem uma comunidade residente? E que mercadores estrangeiros estabeleceram as suas bases de operações comerciais em Lisboa, quando chegaram, que tipo de negócios privilegiaram e até quando ficaram? Ao longo dos séculos passaram por Lisboa mercadores de vários pontos do mundo medieval: de todas as partes do Mediterrâneo, da Península Ibérica, das múltiplas regiões francesas, de Inglaterra, do Mar do Norte, da Escandinávia e de cidades do Báltico. Os mais assíduos seriam os bretões e os hanseáticos, mas também os castelhanos, galegos, valencianos, catalães e italianos. Se o comércio com algumas destas comunidades foi mais ou menos constante, certos mercadores apenas efectuaram trocas com Lisboa em momentos que julgaram ser compensadores para os seus negócios. Veja-se o caso dos mercadores bretões de Saint-Malo que, em 1413, receberam privilégios do rei João I para trazerem as suas mercadorias para Portugal. Esses privilégios foram renovados mais tarde em 1438, 1439 e 1445, por Afonso V (r. 1438-1481), embora com a condição de que trouxessem cereais e vegetais para a cidade de Lisboa⁵⁶. Uma vez mais faz-se sentir a necessidade de

⁵⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira – “Burguesia – na Idade Média”. in SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Vol. I. Porto: Livraria Figueirinhas, 197, pp. 395-396.

⁵⁵ BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública...*, vol. 10, pp. 176, 179.

⁵⁶ Arquivo Histórico Municipal de Lisboa (AML) – *Livro I do Provedimento do Pão*, docs. 2, 23, 25, 28.



Mapa 1 – Lisboa e a sua rede comercial na Europa tardo-medieval.

abastecimento da maior cidade do reino. Esses momentos foram frequentes a partir do último quartel do século XIV e durante as primeiras décadas do século XV. Em 1385, nas vésperas da batalha de Aljubarrota, chegou a Lisboa um navio inglês carregado de cereal para os portugueses, que durante esses meses enfrentavam problemas provocados pelas más colheitas e a guerra⁵⁷. Anos mais tarde, em 1426, o concelho de Lisboa pedia ao rei João I que concedesse isenção do pagamento de sisa durante um ano aos vendedores e compradores de cereais importados de Inglaterra, fossem eles mercadores “d’Ingraterra como d’outros quaeesquer lugares”⁵⁸.

A presença em Portugal de mercadores de origem francesa foi bastante irregular e estas referências são esporádicas, parecendo surgir apenas em momentos

⁵⁷ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*. Lisboa: Civilização, 1949, vol. 2, capítulos 3, 12; RUSSELL, Peter – *The English intervention in Spain and Portugal in the time of Edward III and Richard II*. Oxford: Clarendon Press, 1955, p. 373. Ver ainda MARTINS, Miguel Gomes – *Lisboa e a Guerra (1367-1411)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 95.

⁵⁸ AML, *Livro I do Provimto do Pão*, doc. 11.

de escassez de bens alimentares em Lisboa; períodos de necessidade que acabaram por atrair mercadores de outras regiões europeias. Apenas com o final da Guerra dos Cem Anos, em 1453, a população de franceses em Lisboa (especialmente os de origem bretã) se tornou significativa⁵⁹.

A presença dos hanseáticos em Portugal é das mais intrigantes, uma vez que há provas de que a sua comunidade seria significativa, mas os registos comerciais não abundam. Oliveira Marques, na sua tese de doutoramento *Hansa e Portugal na Idade Média*, afirmou que a “colónia alemã” em Lisboa do século XIV teria já um tamanho considerável, uma vez que originara a criação de uma associação de protecção e defesa dos seus interesses – a Irmandade de São Bartolomeu, provavelmente fundada por Michael Overstädt, em finais do século XIII. Os mercadores alemães falecidos em Lisboa seriam enterrados na capela de São Bartolomeu, conforme atesta um privilégio de João I de 1425⁶⁰. Mas a primeira prova incontestável da presença contínua de mercadores hanseáticos estabelecidos em Lisboa data de 5 de Janeiro de 1395. Nesse dia, encontravam-se em Barcelona Gonçalino de Évora, mercador, e Estêvão Lourenço, marinho, em nome e com procuração de um mercador alemão – Hermaan Beutin – que vivia em Lisboa, tendo transportado para a cidade catalã 218,5 barris de sardinha salgada e meio tonel de vinho branco a bordo do Santa Maria da Escada.

Segundo Oliveira Marques, a comunidade alemã a viver em Lisboa era bastante diversificada, com ligações à coroa, ao infante D. Henrique, e a grandes desenvolvimentos técnicos, tais como a introdução da imprensa em Portugal e de moinhos de pólvora. As ligações entre Portugal e os hanseáticos seriam, mais tarde, reforçadas com o casamento da infanta Leonor (1434-1467) com o imperador Friedrich III (r. 1452-1493) do Sacro Império Romano-Germânico, e pelo envio do embaixador Lopo de Almeida para negociar a exportação de sal português para as cidades alemãs.

A partir da década de 1430⁶¹ parece ter havido um movimento ocasional de navios hanseáticos da Prússia e Livónia até Portugal. Conhecemos alguns desses contactos comerciais através de um registo de perdas sofridas pelos burgueses dessas cidades, entre 1438 e 1458, devido aos ataques de holandeses e zelandeses⁶².

⁵⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Vol. IV de *Nova História de Portugal*, dir. de A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 44.

⁶⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Hansa e Portugal na Idade Média*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1993, p. 100 e seguintes. As informações contidas neste parágrafo seguem sobretudo o subcapítulo “Os Hanseáticos em Portugal” do livro de Oliveira Marques.

⁶¹ Altura em que alemães, ingleses e flamengos chegaram a partilhar um procurador em Lisboa. MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na Crise...*, p. 43.

⁶² *Bronnen tot de Geschiedenis van den Oostzeehandel, 1122-1499*. POELMAN, H. A. (dir.). ‘S-Gravenhage: Martinus Nijhoff, 1917, vol. 1, docs. 2205, 2821.

Os navios de Ludeke Grotewale, Hermaan Bole e de Johan de Rozstocke, por exemplo, tinham a bordo sal, cortiça, vinho, azeite e, por vezes, peles. Muitas destas embarcações hanseáticas não seguiam do Báltico para Lisboa, uma vez que era em Middelburg e Bruges que estes mercadores tinham os seus principais centros de operações. Daí que, em finais do século XV, com os problemas políticos que levam ao declínio de Bruges, se comecem a detectar movimentos comerciais entre Lisboa e Antuérpia pela mão de mercadores hanseáticos, que perdurariam pelo século XVI em diante. Em 3 de Outubro de 1486, Hans Pravest de Danzig confirmava ter sido feito um carregamento de sal de Lisboa por Heinrich Ulrich, em nome da comunidade germânica de Antuérpia, para transportar até Arnemuiden⁶³. Fossem os registos comerciais mais abundantes e poder-se-ia provar que as ligações entre Lisboa e os mercadores alemães foram, provavelmente, mais fortes do que se julga.

Embora a presença de comunidades italianas em Portugal tenha sido um dos temas mais estudados por quem se dedica à história do comércio medieval, é muito provável que seja também aquele que mais novidades conhecerá nos próximos tempos⁶⁴. As fontes comerciais de arquivos italianos contêm, ainda, um número impressionante de informações para o estudo das práticas e técnicas comerciais e das redes mercantis, que certamente alterarão o nosso conhecimento actual sobre o papel que Lisboa e Portugal tiveram no quadro geral da economia europeia. Sem se ser exaustivo no que diz respeito aos italianos em Lisboa é importante que se sublinhe pelo menos três aspectos: a chegada de várias famílias a Lisboa vindas de Génova, Pisa e outras cidades italianas; o controlo comercial sobre certas mercadorias, e a redefinição do sistema de trocas internacionais de Portugal medieval.

Depois dos Pessagno (em inícios do século XIV), dos Bardi, Spinola, Lomellini, Grimaldi, Doria e Cattaneo, Lisboa receberia ainda, entre outros, os Alberti, os Cambini, e os Da Colle, estes últimos associados aos Salviati. Ou ainda Antoniotto Usodimare, Alvise Cadamosto, Bartolomeo Perestrello e Antonio da Noli, italianos notáveis que estiveram ao serviço da coroa portuguesa na empresa ultramarina⁶⁵. Os florentinos Alberti, por exemplo, chegaram a Lisboa em 1399 e aí fundaram a sua primeira filial ibérica para coordenar os negócios entre o Mediterrâneo e a

⁶³ *Bronnen tot de Geschiedenis van Middelburg in den Landsheerlijken Tijd*. UNGER, Willem Sybrand (dir.). 'S-Gravenhage: Martinus Nijhoff, 1931, vol. 3, p. 158, doc. 332.

⁶⁴ Conforme já foi referido no ponto 1 deste ensaio. Veja-se, entre outros: ALESSANDRINI, Nunziatelli – “A comunidade florentina em Lisboa (1481-1557)”. in *Clio*. Nova série, volume IX (2003), pp. 63-86; BRUSCOLI, Francesco Guidi – *Bartolomeo Marchionni, «Homem de Grossa Fazenda» (ca. 1450-1530). Un mercante fiorentino a Lisbona e l'impero portoghese*. Florença: Leo S. Olschki, 2014; D'ARIENZO, Luisa – *La presenza degli italiani in Portogallo al tempo di Colombo*. Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 2003.

⁶⁵ D'ARIENZO, Luisa – *La presenza Italiana in Spagna al tempo di Colombo*. Roma: Istituto poligrafico e Zecca dello Stato, Libreria dello Stato, 2010, p. 81.

Flandres e Inglaterra. Outras agências seriam mais tarde criadas por Bartolomeo Iacopo e Aliso degli Alberti em Sevilha, Málaga, Alicante e Valência⁶⁶. De Lisboa, Bartolomeo Iacopo expediu para Valência sobretudo duas mercadorias: sardinha e couros portugueses. A grande diferença entre os italianos e quase todos os outros mercadores europeus residia na escala dos seus negócios, nas técnicas comerciais adoptadas e na eficiência das suas operações. Essa eficiência advinha sobretudo da experiência adquirida pelas companhias italianas na troca de informação, na utilização das instituições e no poder financeiro que lhes garantia, em muitas ocasiões, uma primazia económica perante outros grupos mercantis. A forma como os Medici, em Inglaterra, ou os Lomellini, em Portugal, obtiveram privilégio régio através dos seus empréstimos ou compra de exclusivos comerciais de certos produtos é uma das consequências deste crescendo financeiro e económico. Em Lisboa, perto do rei e da coroa, os Lomellini, por exemplo, negociaram o monopólio da cortiça – em parceria com o flamengo Maarten Lem, que era casado com uma portuguesa – e do açúcar – através de uma empresa com o genovês Domenico Scotto e o florentino Giovanni Guideotti⁶⁷. A importância do açúcar é visível na intervenção directa que tiveram na produção e comércio deste produto, tendo adquirido terrenos na Madeira e gerindo pessoalmente os trabalhos. Foi assim com os Lomellini, mas também com os Doria, Calvo, Cattaneo, Centurione e Spinola⁶⁸.

A “feliz posição geográfica de Lisboa”, enquanto porto avançado da Europa Atlântica, consolidou-se a partir da década de 1430, tendo a cidade portuguesa adquirido uma relevância comercial considerável naquilo que Luisa d’Arienzo considerou ser um arco comercial que percorria a Flandres, Inglaterra, Irlanda, Madeira, Canárias, a Península Ibérica e o Mediterrâneo⁶⁹. Situação comercial e económica ainda mais significativa a partir da segunda metade do século XV

⁶⁶ IRADIEL MURUGARREN, Paulino; IGUAL LUIS, David – “Del Mediterráneo al Atlántico. Mercaderes, productos y empresas italianas entre Valencia y Portugal”. in FONSECA, Luís Adão da; CADEDDU, Maria Eugenia (dirs.) – *Portogallo mediterraneo*. Cagliari: Istituto sui Rapporti Italo-iberici, 2002, p. 156.

⁶⁷ Sobre os Lem, veja-se: LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes – “Os Lemes – Um Percurso Familiar De Bruges a Malaca”. in *Sapiens: História, Património e Arqueologia [em linha]*, no. 0 (2008), pp. 51-83 [consultado em 16 de Maio de 2014]. Disponível em: <http://www.revistasapiens.org/Biblioteca/numero0/oslemes.pdf>. Sobre Marco Lomellini, veja-se RAU, Virgínia – “Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV: os Lomellini”. in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*. 2ª série, tomo XXII, n.º 2 (1957), pp. 56-80.

⁶⁸ D’ARIENZO, Luisa – *La presenza Italiana in Spagna al tempo di Colombo*, p. 91. Uma breve nota sobre o comércio entre Lisboa e Bruges pelos Spinola encontra-se em BALBI, Giovanna Petti – “Le Strategie Mercantili di Una Grande Casata Genovese: Francesco Spinola tra Bruges e Malaga (1420-1456)”. in *Serta Antiqua et Mediaevalia* 1 (1997), pp. 379-93.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 84. “Lisbona, anch’essa situata in una felice posizione geografica avendo un porto avanzato nell’Atlantico, dopo la terza decade del XV secolo raggiunse una rilevante importanza economica, divenendo il centro dei traffici mercantili tra le località che stavano lungo l’arco: Fiandre-Inghilterra-Irlanda-Madera-Canarie verso la penisola iberica e il Mediterraneo, e viceversa”.

com a consolidação dos contactos mercantis com a costa ocidental de África, que traziam para a Europa especiarias, marfim, escravos, entre outros produtos; e a partir do século XVI com a inclusão da Ásia e das Américas nos circuitos do comércio internacional. Lisboa deixara de ser apenas uma plataforma de contacto de mercadores europeus para se tornar numa cidade com um grande porto internacional numa nova e emergente economia-mundo, sendo inegável que o seu crescimento acabou por contribuir, também, para a prosperidade comercial de Antuérpia e de Amesterdão⁷⁰.

Lisboa foi ainda palco das trocas internacionais de outras companhias italianas, envolvidas em complexos sistemas financeiros e comerciais que concediam aos seus agentes um estatuto de mercadores “ubíquos” na Europa dos séculos XIV e XV⁷¹. O caso do mercador pisano Michele da Colle é, a este título, paradigmático⁷². Terá saído de Pisa por volta de 1457 e começou por se instalar em Valência, onde permaneceu alguns anos. Passou mais tarde por Sevilha e só em 1462 chegou a Lisboa, onde ficaria até 1475, tendo desenvolvido uma intensa actividade comercial e bancária em interligação com a companhia pisana dos seus familiares e outras companhias toscanas. Em Portugal, a sua rede de parceiros era constituída por florentinos (Strozzi e Bardi) e genoveses (Marabotti e Lomellini), mas também por mercadores portugueses e judeus. Tinha ainda contactos espalhados ao longo da costa Ibérica, em Sevilha, Valência e Barcelona. A investigação em curso conduzida por Joana Sequeira tem destacado a relevância destas redes mercantis na promoção de Lisboa enquanto um dos mais importantes empórios europeus do comércio de couros (portugueses e irlandeses). Como já havia salientado Federigo Melis, cerca de 90% dos couros redistribuídos por Lisboa seguiam a via do Mediterrâneo e desembarcavam em Livorno⁷³.

Mesmo fora de Portugal, muitas das famílias italianas tinham ligações bastante fortes com o comércio de Lisboa. Em Bruges, em meados do século XV, os Ambrosini e os Berti de Florença, os Lomellini, os Spinola e os Doria de Génova,

⁷⁰ Basta ver que o comércio entre Lisboa e os Países Baixos sustenta muitos dos exemplos da teoria de desenvolvimento institucional de GELDERBLUM, Oscar – *Commercial Cities. The Institutional Foundations of International Trade in the Low Countries, 1250-1650*. Princeton: Princeton University Press, 2013. Veja-se ainda ANTUNES, Cátia – *Lisboa e Amesterdão, 1640-1705*. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

⁷¹ Conforme foi referido para o caso dos italianos em Inglaterra. RUDDOCK, Alwin A. – *Italian Merchants and Shipping in Southampton, 1270-1600*. Southampton: University College, 1951, p. 56.

⁷² BERTI, Marcello – “Le aziende da Colle: una finestra sulle relazioni commerciali tra la Toscana ed il Portogallo a metà del quattrocento”. in *Toscana e Portogallo: miscellanea storica nel 650° anniversario dello Studio Generale di Pisa*. Pisa: Edizioni ETS, 1994, pp. 85-98. SEQUEIRA, Joana – “Michele da Colle: um mercador pisano em Lisboa no século XV”. in ALESSANDRINI, Nunziatella; MATEUS, Susana (org.) – *Relações luso-italianas na época medieval e moderna: Circulação de mercadorias, pessoas e ideias (sécs. XV-XVIII)*, no prelo (agradecemos à autora por nos ter disponibilizado o texto).

⁷³ MELIS, Federigo – “Di alcune figure di operatori economici fiorentini attivi nel Portogallo nel XV secolo”. in *I mercanti italiani nell’Europa medievale e rinascimentale*. Florença: Le Monnier, 1990, p. 10.

ou os Moro e os Zorzi de Veneza eram apenas alguns dos mercadores italianos que frequentemente negociavam com produtos e mercadores portugueses⁷⁴. Em Inglaterra, no mesmo período, Paolo Morelli manteve uma frota regular de galés e carracas de Florença, Veneza, Génova e Catalunha até Southampton, carregadas de perfumes, drogas, vinhos doces do Levante, passas, arroz e algodão. Ao mesmo tempo, investia no comércio com a Gasconha e Portugal através do fretamento de embarcações portuguesas e inglesas que transportariam fruta e vinho⁷⁵. De Florença chegavam, também, as galés que interligavam Porto Pisano com Constantinopla, Damasco, Barcelona, Maiorca, Cádiz e Lisboa, para, finalmente, chegarem a Inglaterra e à Flandres⁷⁶.

Neste lote de estrangeiros que viviam ou passavam por Lisboa, não se poderá excluir a presença dos ingleses e dos flamengos. Os primeiros foram presença assídua desde as primeiras décadas da nacionalidade portuguesa e reforçaram os seus laços comerciais a partir da década de 1370, quando se deu um corte nas relações comerciais anglo-castelhanas⁷⁷. Mas foi durante o século XV e sobretudo a partir do final da Guerra dos Cem Anos, em 1453, que os ingleses se começaram a fixar mais por Lisboa⁷⁸. Os mercadores de Bristol apareceram de forma mais significativa na cidade após essa data, com particular interesse no vinho português, uma vez que os mercados da Gasconha lhes estavam vedados após a incorporação desse território nos domínios da coroa francesa. Mas as décadas seguintes foram instáveis para o comércio entre os dois reinos. Na década de 1370, os actos de corso e pirataria acabariam por agravar a “cordialidade” das relações anglo-portuguesas devido ao ataque inglês sobre embarcações portuguesas que seguiam para a Flandres⁷⁹. O que se seguiu foi um confronto diplomático entre Portugal e a Inglaterra que levou Afonso V a declarar a expulsão dos ingleses que habitavam em Lisboa a partir de 1 de Janeiro de 1472⁸⁰:

⁷⁴ *Les Portugais à Bruges au XV^e siècle*. PAVIOT, Jacques (dir.). Vol. 38, Paris: Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1999, *passim*.

⁷⁵ RUDDOCK, Alwin A. – *Italian Merchants and Shipping...*, pp. 99-100.

⁷⁶ MALLET, Michael E – *The Florentine Galleys in the Fifteenth Century*. Oxford: Clarendon Press, 1967, pp. 62-63.

⁷⁷ CHILDS, Wendy R – *Anglo-Castilian Trade in the Later Middle Ages*. Manchester: Manchester University Press; Rowman and Littlefield, 1978; idem – “Anglo-Portuguese Relations in the Fourteenth Century”, in GILLESPIE, James L. (dir.) – *The Age of Richard II*. New York: Sutton Publishing, 1997, pp. 27-49.

⁷⁸ CARUS-WILSON, E. M. – “The Overseas Trade of Bristol”, p. 222.

⁷⁹ PRESTAGE, Edgar – “The Anglo-Portuguese Alliance”, in *Transactions of the Royal Historical Society* 17 (1934), pp. 69-100; SHILLINGTON, Violet Mary, CHAPMAN, Beatrice Wallis – *The Commercial Relations of England and Portugal*. New York: Burt Franklin, 1907, pp. 68-69.

⁸⁰ *Faëdera*, vol. 11, pp. 763-764; SANTARÉM, Visconde de – *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal*. 17 vols. Paris: J. P. Aillaud, 1842-1863, vol. 3, p. 203; *Descobrimientos Portugueses*, vol. 3, p. 106, doc. 80.

“Nos notificamos a todollos naturaes de Ingraterra que nossas particulares seguramças tem ou dalgũu outro em nosso nome que nos lhas avemos por alevamtadas assy como se lhe numca fossem outorgadas”.

O mesmo documento indica ainda a existência de uma capela que seria dos ingleses estantes em Lisboa, na qual havia sido afixado o édito de expulsão:

“E por os dittos Jngresses nom poderem alegar jnoramçia desto que assy fazemos nos lhe mandamos publicar na sua capella de sam domyngos esta nossa carta patente”⁸¹.

O que se seguiu foi a intervenção directa de embaixadores e diplomatas que negociaram os termos do restabelecimento da concórdia anglo-portuguesa, com base no tratado de Windsor de 9 de Maio de 1386⁸². Até ao final do século, Lisboa e Londres permaneceram conectadas através dos ingleses mas também dos italianos que viviam em Portugal, e que faziam chegar ao porto inglês vinho, azeite, frutas, açúcar, substâncias tintureiras e outros produtos⁸³.

Os dados sobre a presença flamenga em Lisboa são mais difusos. A historiografia refere frequentemente a presença de Maarten Lem, um mercador nascido em Bruges, casado com uma portuguesa, e que, em 7 de Junho de 1456, obteve o privilégio do monopólio da cortiça de Afonso V⁸⁴. Sabe-se, também, que pelo menos desde 1414 os flamengos tinham constituído uma confraria em Lisboa, com altar na igreja de S. Domingos⁸⁵. Para além destas informações, sabe-se muito pouco sobre os flamengos em Lisboa. Em Portugal, parece que optaram sobretudo por habitar e explorar as ilhas atlânticas, principalmente os Açores. A capitania da Ilha Terceira, por exemplo, terá sido entregue a Jacob de Bruges; o Faial e o Pico também terão contado com a presença de colonos vindos da Flandres⁸⁶. Mas por que razão poderá ter havido um número inferior de flamengos em Lisboa em comparação com as colónias italianas? A explicação poderá estar relacionada com a presença assídua de portugueses em Bruges, que aí haviam estabelecido a sua

⁸¹ As transcrições do édito de expulsão encontram-se nos *Descobrimientos Portugueses* citados na nota anterior.

⁸² *Fœdera*, vol. 11, pp. 762-763.

⁸³ *The Overseas Trade of London. Exchequer Customs Accounts, 1480-1*. COBB, Henry S. (ed.). Londres: 1990, docs. 15, 16, 288, 303, 24, 27.

⁸⁴ Conforme já se referiu mais atrás, quando se falou dos Lomellini – que depois conseguiram reverter este privilégio a seu favor, em parceria com Maarten Lem.

⁸⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na Crise...*, p. 43.

⁸⁶ BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública...*, Vol. 5, p. 323 e ss. Ver também VIEIRA, Alberto – “A emigração portuguesa nos Descobrimientos. Do litoral às ilhas”. in *Portuguese Studies Review* 15 (1-2, 2007), pp. 63-101.

nação e feitoria, eliminando a necessidade de se criar uma comunidade significativa de flamengos em Lisboa. De qualquer forma, o interesse dos flamengos por Lisboa não era inexistente. Um dos principais albergueiros e agentes dos portugueses em Bruges terá enriquecido à custa dos negócios entre a Flandres e Portugal durante as décadas de 1450 e 1460. No dia 2 de Setembro de 1470, Lievin vander Mersch decidiu tornar o intercâmbio comercial entre a Flandres e Portugal mais eficiente e, provavelmente, mais lucrativo ao emancipar o seu filho François vander Mersch para que se tornasse seu agente em Lisboa: “para que se torne responsável pelas suas acções e tenha prosperidade nos negócios e mercadorias com o oriente e que possa negociar em seu nome”⁸⁷. E nas décadas de 1480 e 1490 sabemos também que os irmãos Despars, flamengos, faziam a sua fortuna entre Lisboa e Bruges. Em Lisboa, Wouter tratava do negócio do açúcar para enviar para o seu irmão Jacob, que na Flandres recarregava os navios de tapeçarias, panos e fustão para enviar para Portugal⁸⁸. Percebe-se, assim, a importância estratégica que a cidade portuguesa tinha para o comércio internacional, não só para o abastecimento de vinho ou frutas, mas também para as conexões com os mercadores e produtos que vinham das ilhas, do Mediterrâneo e do Levante.

Conclusão

Este ensaio apresentou apenas alguns dos casos, episódios, mercadores e produtos que fizeram de Lisboa um dos grandes mercados e centros de contacto sociocultural e comercial do ocidente medieval. Esse processo de posicionamento de Lisboa nas rotas do comércio europeu tardo-medieval foi tudo menos linear e as suas consequências provocaram profundas transformações urbanas, comerciais, políticas, económicas, institucionais e culturais – sem se esquecer as geográficas, com a redefinição do mundo conhecido, graças à incorporação das ilhas atlânticas e exploração dos territórios da costa ocidental de África.

A inserção de Lisboa e dos seus mercadores no quadro geral das trocas com a Europa medieval deveu-se, então:

1. a uma eficiente acção colectiva dos seus mercadores nos arranjos comerciais e institucionais com mercados estrangeiros – assente, sem dúvida, em tradições seculares de trocas comerciais transregionais e multiculturais;

⁸⁷ *Les Portugais à Bruges au XV^e siècle*, doc. 124 bis.

⁸⁸ SPUFFORD, Peter – *Power and Profit. The Merchant in Medieval Europe*. New York: Thames & Hudson, 2003, p. 309.

2. a um progressivo crescimento urbano que criou necessidades reais de abastecimento que só poderiam ser supridas através do comércio;
3. a um desenvolvimento da organização socioeconómica dos mercadores lisboetas, dotando-os de competências que lhes garantiram a capacidade de negociação e intervenção nas relações comerciais externas do reino;
4. ao estabelecimento de uma relação eficiente entre o município e o poder régio, que lhe garantiu uma considerável concentração do capital e dos negócios, tornando Lisboa numa “bargaining city” eficaz, conforme o conceito definido por Wim Blockmans⁸⁹;
5. ao efeito magnético que Lisboa exerceu sobre os mercadores de todas as partes do mundo medieval a partir do momento em que se estabeleceu como plataforma ideal para as trocas entre a Europa, o Mediterrâneo, as ilhas e as praças africanas.
6. e às inevitáveis evoluções sociais e políticas, que fizeram de Lisboa o fulcro económico e institucional do reino (centro de interligação às feitorias ultramarinas na Europa e África, e sede da *Casa da Guiné e Mina e dos Trautos da Guiné*), e da diplomacia comercial alcançada através das trocas “multiculturais”⁹⁰.

Estas ideias e conclusões poderão ser ajustadas, confirmadas ou infirmadas consoante os estudos em curso e trabalhos futuros. Os arquivos portugueses, em particular o arquivo municipal de Lisboa, ainda poderão oferecer dados interessantes sobre a vida económica da cidade durante a idade média – veja-se o exemplo do *Livro do Provimto do Pão*, que contém registos muito importantes para se perceber a estrutura de abastecimento da cidade. Para além disso, a documentação valenciana e italiana poderá contribuir para uma reconstituição das rotas comerciais europeias e para um estudo dos seus agentes.

O olisiponense Júlio de Castilho escreveu, no seu livro *Lisboa Antiga*, que “há em Lisboa muitas Lisboas”⁹¹. O mundo do comércio medieval, dos mercadores lisboetas e estrangeiros, do comércio regional e internacional, é apenas uma das muitas camadas dessa Lisboa medieval. Mas mais do que a existência de várias

⁸⁹ BLOCKMANS, Wim – “Voracious States and Obstructing Cities: An Aspect of State Formation in Preindustrial Europe”. in *Theory and Society* 18 (5, 1989), pp. 733-755; ver também SCOTT, Tom – *The City-State in Europe, 1000–1600*. Oxford: Oxford University Press, 2014, pp. 200-201.

⁹⁰ MALTEZ, José Adelino – “O Estado e as Instituições”. in DIAS, João José Alves (coord.) – *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*. Vol V de *Nova História de Portugal*, direção de A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p. 337; COSTA-GOMES, Rita – “In and Out of Africa: Iberian Courts and the Afro-Portuguese Olifant of the Late 1400s”. in SKODA, Hannah (ed.) – *Contact and Exchange in later Medieval Europe. Essays in Honour of Malcolm Vale*. Woodbridge: Boydell, pp. 167-187.

⁹¹ CASTILHO, Júlio de – *Lisboa Antiga*. 2ª ed. 12 vols. Lisboa: Bertrand, 1902, vol. 1, p. 2.

Lisboas, o que há são fases de evolução da mesma cidade desde as suas origens islâmicas até se tornar num relevante pólo mercantil europeu. Uma primeira caracterizada pela evolução urbana e comercial, desde o século XII e até meados do século XIV, que permitiu uma consolidação dos grupos socioeconómicos de Lisboa e a sua progressiva expansão para mercados da Europa Atlântica. Um segundo período marcado pelas convulsões políticas internas (Guerras Fernandinas, Crise de 1383-1385) e externas (Guerras dos Cem Anos), que provocaram mudanças nas rotas comerciais e nas práticas diplomáticas. Uma terceira época de crescimento económico e inovação institucional conforme o ponto 6 apresentado anteriormente. E uma fase final de expansão e de consolidação da sua importância geoeconómica, enquanto cidade comercial euro-atlântica.

Agradecimentos

Os autores gostariam de agradecer os comentários, sugestões e correcções de Joana Sequeira e dos dois avaliadores anónimos. Quaisquer falhas, erros e incorrecções permanecem da nossa exclusiva responsabilidade.

A maioral das cidades portuguesas em discurso (in)direto¹

Adelaide Millán da Costa²

A problemática: identidade urbana e discurso político

“[...] em muitos lugares de nossos reinos nom guardam nem querem guardar os privilégios que per os Reix sam dados a esta nossa muy noble e sempre leal Cidade de Lisboa [...] a qual cousa avemos por muy mal E nos despraz dello/ porque nom somente polos merecimentos que ella aos dictos Reis e a nos tem merecidos Era muy justo seerem lhe guardados/ quanto mais vista a excelencia sua sobre todas as outras cidades e villas em nossos reinos como mayoral em eles [...]”³.

Estas palavras de Afonso V correspondem a um exemplo tardio e não especialmente relevante, dada a recorrência da mensagem, do reconhecimento da superioridade de Lisboa face às restantes comunidades urbanas do reino. Contudo, o pequeno extrato consagra os dois eixos de caracterização de uma cidade ou vila, habitualmente presentes no discurso concelhio e régio da baixa Idade Média.

O primeiro vetor traduz-se num tópico genérico aplicável a inúmeras comunidades territoriais e a muitíssimos mais indivíduos, ao qual se chamaria o exercício régio da graça integrado num circuito de reciprocidade⁴. Todos nos deparamos com a atualização deste argumento na mais variada documentação:

¹ Um texto que retoma parcialmente este, simplificado e adaptado a um público estrangeiro, foi publicado na *Revue d'Histoire Urbaine*, 46 (Août 2016), pp. 157-175.

² Universidade Aberta; Instituto de Estudos Medievais (FCSH/NOVA).

³ Alvará régio de 8 de setembro de 1468, trasladado no livro 4 de atas da câmara portuense (AHMP, *Livros de Vereações*, 4, fols. 143-144, publicado in *Dois cidades ao serviço de Portugal. Subsídios para o estudo das relações de Lisboa e Porto durante oito séculos*. Porto: Câmara Municipal, 1947, p. 93).

⁴ Sobre este assunto consulte-se HESPANHA, António Manuel – “La Economía de la Gracia”. in idem – *La gracia del derecho. Economía de la Cultura en la Edad Moderna*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993, pp. 151-176; OLIVAL, Fernanda – “La economía de la merced en la cultura política del Portugal Moderno”. in *De Re Publica Hispaniae: una Vindicación de la cultura política en los Reinos Ibéricos en la primera Modernidad*. Madrid: Sílex. 2008, pp. 389-4074; GUÉRY, Alain – “Le roi dépendant: Le don, la contrainte, et l’origine du système financier de la monarchie française d’Ancien Régime”. in *Annales: Économies, sociétés, civilisations* 39/6 (nov.-déc. 1984), pp. 1241-1269. Veja-se, ainda, a visão sociológica em: GODBOUT, Jacques T. ; CAILLÉ, Alain – *L’esprit du don*. Montréal: Éditions La Découverte, 1995 http://classiques.uqac.ca/contemporains/godbout_jacques_t/esprit_du_don/esprit_du_don.pdf (consultado em 13 de julho de 2014).

face aos serviços prestados, os monarcas concedem certos privilégios ou isenções⁵. E, como é sabido, este circuito da reciprocidade nem sempre é dual e integra, muitas vezes, terceiros elementos. Pensando, em exclusivo, no discurso que está consignado nos documentos (e não na realidade externa para o qual ele remete), lembre-se que, pela mesma altura, Afonso V eleva Bragança a cidade para premiar o serviço prestado pelo seu senhor e atendendo, complementarmente, a um passado urbano que o justifica, segundo a letra da carta⁶.

O segundo vetor de descrição de uma cidade ou vila, também usual no discurso concelhio e régio, tende a distinguir essa comunidade das demais, acentuando uma determinada especificidade⁷. Esta última afirmação não pode ser entendida de uma forma generalizante, uma vez que os núcleos incluídos na categoria *mundo urbano* são muito desiguais e nem a todos será imputada uma tal prerrogativa diferenciadora.

A citação em epígrafe serve-nos de mote, sobretudo, para abordar uma problemática à qual muitos medievalistas se dedicam atualmente, já apelidada de *moda* mas que reflete, também, as mudanças que a sociedade tem sofrido ao longo das últimas décadas⁸: a questão da identidade das cidades e vilas, vinculada ao discurso político que produzem ou do qual são objeto.

A *identidade* tem vindo a constituir uma categoria chave em busca de evidências da qual se movem os interesses dos historiadores, referindo-se a realidades tão distintas quanto os reinos, os núcleos urbanos, grupos sociais ou profissionais e as mais diversas instituições. No que às cidades diz respeito, desenvolvem-se projetos de investigação e são dadas à estampa obras⁹ que exploram

⁵ No caso em apreço, o monarca não está a conceder privilégios ou isenções mas a exigir que eles sejam respeitadas.

⁶ AZEVEDO, Pedro – *As cartas de criação de cidade concedidas a povoações portuguesas*. Sep. *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências* 10 (1917), pp. 10-11.

⁷ Cf. sobre a dualidade entre o singular e o idêntico na definição da identidade de um núcleo urbano CROUZET-PAVAN, Élisabeth; LECUPPRE-DESJARDIN, Élodie – “Les mots de l’identité. La ville, le pouvoir et l’écrit en Europe aux derniers siècles du Moyen Âge”. in *Revue d’Histoire urbaine*, dossier *Les mots de l’identité urbaine à la fin du Moyen Âge* 35 (déc., 2012), p. 7; COSTA, Adelaide Millán – “En busca de la identidad de las villas medievales portuguesas. El ejemplo de Coruche”. in JARA FUENTE, José Antonio (coord.) – *Ante su identidad. La ciudad hispánica en la Baja Edad Media*. Cuenca: Universidad de Cuenca/CSIC, 2013, pp. 25-58.

⁸ Cf. MORSEL, Joseph – “Sociogenèse d’un patriciat. La culture de l’écrit et la construction du social à Nuremberg vers 1500”. in *Revue d’Histoire Urbaine*, dossier *Les mots de l’identité urbaine*, op. cit., p. 84; GILLI, Patrick e SALVATORI, Enrica – “Introduction. L’autonomie et l’identité de la ville: une question sociale?”. in id. (eds.) – *Les identités urbaines au Moyen Âge. Regards sur les villes du Midi français. Actes du colloque de Montpellier 8-9 décembre 2011, série Studies in European Urban History (1100-1800)*. Turnhout: Brepols, 2014, p. 1.

⁹ Sendo impossível enunciar todos os trabalhos que, de alguma forma, abordam o tópico da identidade urbana no período medieval, exemplifico com a referência a algumas das obras conjuntas que são o corolário de projetos e de colóquios: BOONE, Marc e STABEL, Peter (eds.) – *Shaping Urban Identity in Late Medieval Europe*. Lovaina: Garant, 2000; CHITTOLINI, Giuliano e OHANEK, P. J (coords.) – *Aspetti e componenti dell’identità urbana in Italia e in Germania (secoli XIV-XVI)/Aspekte und Komponenten der städtischen*

múltiplos critérios identitários de base. O tema do discurso político produzido pelas elites das cidades e vilas vincula-se às pesquisas sobre a identidade urbana¹⁰, sendo não raro explorado no âmbito do quadro teórico da comunicação política¹¹.

Nestas circunstâncias, se quisermos filiar este texto, e a abordagem que ele traduz, numa área historiográfica, teremos de o incluir na encruzilhada que articula a história urbana com a história política, apreendidas sob o ângulo do estudo das relações de poder e das representações. Assim vejamos.

O protagonista da análise é um núcleo urbano perspetivado enquanto concelho, ou seja, enquanto estrutura territorial participante no sistema político. Acresce que esse núcleo será observado no âmbito do fluxo de comunicação política em que se integra, mais precisamente, em situação de diálogo institucional com a Coroa. Partindo destas condições, tem-se por objetivo explorar a argumentação usada no discurso político produzido em nome desse concelho e, em última instância,

Identität in Italien und Deutschland (14-16. Jahrhundert). Bolonia-Berlin: il Mulino – Duncker&Humblot, 2000; HANNO, Brand, MONNET, Pierre e STAUB, Peter (dir) – *Memoria, Communitas, Civitas: mémoire et conscience urbaines en Occident à la fin du Moyen Âge*. Stuttgart, Ostfildern: J. Thorbecke, 2003 (*Beihefte der Francia*, 55); BARRIO BARRIO, Juan Antonio (coord.) – *Espacios de Identidad Política urbana en la Península Ibérica*. *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval* 16 (2010); JARA FUENTE, José Antonio, MARTIN, Georges e ALFONSO ANTÓN, Isabel (eds.) – *Construir la identidad en la Edad Media*. Cuenca: Universidad de Castilla La Mancha, 2010; CROUZET-PAVAN, Élisabeth e LECUPPRE-DESJARDIN, Élodie – dossier *Les mots de l'identité urbaine*, *op. cit.*; JARA FUENTE, José Antonio (coord.) – *Ante su identidad*, *op. cit.*; GILLI, Patrick e SALVATORI, Enrica (eds.) – *Les identités urbaines au Moyen Âge*, *op. cit.*. Refiro ainda um artigo que sistematiza os fatores que contribuem para a formação do sentimento de identidade nas cidades castelhanas: DEL VALDIVIESO, Isabel – “La identidad urbana al final de Edad Media”. in *Anales de Historia Medieval de la Europa Atlántica* 1 (2006) pp. 5-28 (consultado 3 de julho de 2014). Em Portugal, o tema da identidade urbana tem vindo a ser abordado, sobretudo, nos encontros internacionais organizados pelo *Centro Interdisciplinar de História. Culturas e Sociedades* – Universidade de Évora: Iº Seminário Internacional *Categorias Sociais e Mobilidade Urbana na Península Ibérica no Final da Idade Média*, 2010 (veja-se a publicação respectiva: VILAR, Herminia e BARROS, Filomena Barros (ed.) – *Categorias Sociais e Mobilidade Urbana na Baixa idade Média. Entre o Islão e a Cristandade*. Évora: Edições Colibri/CIDHEUS, 2012) e IIº Seminário Internacional *Imagem, Identidade e Memória da cidade na Idade Média*, 2011. Dispersas por várias obras encontram-se reflexões pertinentes sobre a noção de identidade territorializada, seja concelhia, “regional” ou do próprio reino. Veja-se, a título de exemplo, FERNANDES, Hermenegildo *et alii* – *Nação e identidades: Portugal, os portugueses e os outros*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2009.

¹⁰ Cf. os seguintes textos, bem como toda a bibliografia que citam: LÓPEZ PÉREZ, Miguel Ángel – “La ciudad en la historiografía bajomedieval y altomoderna hispana en los últimos treinta años: líneas para el estudio de la cultura e identidad urbana”. in *Miscelánea Medieval Murciana* 31 (2007), pp. 111-122; MONTERO MÁLAGA, Alicia Inés – “Identidad e identidades: La identidad política en la historia urbana medieval. Balance historiográfico y perspectivas de análisis”. in *Estudios Medievales Hispánicos* 1 (2012), pp. 121-142 e JARA FUENTE, José António – “Introducción. Identidad e identidades urbanas”. in *Ante su identidad*, *op. cit.*, pp. 11-24; CROUZET-PAVAN, Élisabeth e LECUPPRE-DESJARDIN, Élodie – “Les mots de l'identité. La ville, le pouvoir et l'écrit en Europe aux derniers siècles du Moyen Âge”, *op. cit.*, pp. 6-7.

¹¹ Sobre a aplicabilidade do conceito de comunicação política na historiografia medieval, veja-se, por exemplo, MAIREY, Aude – “Les langages politiques au Moyen Âge (XIIe-XVe)”. in *Medievales* 57 (2009), pp. 5-15 – <https://medievales.revues.org/5797> (consultado em 3 de setembro de 2014); *Trivium: Revue franco-allemande de sciences humaines et sociales, dossier Culture politique et communication symbolique* 2 (2008) <http://trivium.revues.org/793> (consultado em 3 de setembro de 2014); *Edad Media: Revista de Historia*, dossier *La comunicación política en la Edad Media*. Valladolid, 13, (2012) (nomeadamente o artigo de DUMOLYN, Jan – “Comunicación política y poder político en la Edad Media: un viaje conceptual”, pp. 35-55).

identificar eventuais esteios de identidade que sobre ele os textos transmitem. Por último, saliente-se que não nos referimos a um qualquer centro urbano mas a Lisboa, de longe a maior cidade portuguesa, a *capital* de “um reino sem cidades”¹².

Independentemente de os concelhos portugueses, em termos geopolíticos, se situarem mais no centro ou na periferia, todos tinham a capacidade reconhecida de dialogarem com a Coroa¹³, situação que implicava um fluir contínuo de comunicação entre estes dois elementos do sistema político. Cada cidade ou vila mantinha os seus ritmos específicos de contacto com as instâncias superiores da monarquia, sempre que a premência dos problemas forçava o envio aos monarcas de embaixadores ou de troteiros com missivas. Mas, aquando das reuniões de cortes¹⁴ cumpriam-se os tempos da monarquia e do reino e, nessas

¹² Expressão utilizada pela primeira vez por SERRÃO, Joaquim Veríssimo – “As cidades como expressão e responsabilização do poder (século XV)”. in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* 53 (1995), pp. 85-98 e adotada, a partir daí, por vários medievalistas portugueses (cf. DUARTE, Luís Miguel – “Um país sem cidades? O mundo urbano em Portugal na Idade Média”. in GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (dir) – *El Mundo Urbano en la Castilla del siglo XIII*. Sevilla: Ayuntamiento de Ciudad Real, 2006, pp. 243-257 e MIRANDA, Flávio – “Urban economy in a ‘Kingdom without Cities’: population and Exchange in late medieval Portugal”. in ANDRADE, Amélia Aguiar e COSTA, Adelaide Millán (eds.) – *La ville médiévale en débat*, Lisboa: Instituto de Estudos Medievais – FCSH/NOVA, 2013, pp. 175-183. A expressão pretende enfatizar a reduzida importância demográfica e a diminuta área espacial ocupada dos núcleos urbanos portugueses, quando comparados com outros do Ocidente europeu.

¹³ Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz – “Municipal Power”. in MATTOSO, José (dir.), ROSA, Maria de Lurdes, SOUSA, Bernardo Vasconcelos e BRANCO, Maria João (ed.) – *The historiography of medieval Portugal c.1950-2010*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, pp. 209-230.

¹⁴ A bibliografia sobre parlamentos na Idade Média é muito vasta. Para o caso português, impõe-se que se comece por enunciar os trabalhos do Doutor Armindo de SOUSA, autor que, nos anos 80 e 90, revolucionou as bases de apreensão das cortes, no que se refere à sua natureza, funções, agentes envolvidos e textos produzidos: – *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*. 2 vols., Porto: INIC/CHUP, 1990; Id. – “O discurso político dos concelhos nas cortes de 1385”. in *Revista da Faculdade de Letras. História*. 2ª série, 2 (1985), pp. 9-44; Id. – “O Parlamento na época de D. João II (I – D. João II e o parlamento; II – Os Descobrimentos no parlamento)”, in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época – Actas*, 1. Porto: FLUP, 1989, pp. 231-261; Id. – “As estratégias dos municípios no reinado de D. João II”. in *Revista da Faculdade de Letras – História*, 2ª série, 6 (1989) pp. 137-174; Id. – “O parlamento medieval – perspectivas novas”. in *Revista da Faculdade de Letras-História*, 2ª série, 7 (1990), pp. 47-58. Luís Miguel DUARTE retomou algumas questões que se referem ao parlamento português no estudo: “The Portuguese Parliament: are we asking the right questions?”. in *e-JPH*, vol. 1, number 2 (winter 2003). A Doutora Maria Helena da Cruz Coelho tem mantido uma constante investigação sobre o tema, quer sob o ponto de vista da análise dos capítulos específicos (cf. nota 15), quer sobre outras perspectivas. Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz (ed.) – *As Cortes e o Parlamento em Portugal. O passado e a actualidade*. Lisboa: Assembleia da República, 2006; Id. et alii (ed) – *Parlamentos: A Lei, A Prática e as Representações da Idade Média à Actualidade. Parliaments: The Law, The Practice and the Representations from Middle Ages to the Present Day*. Lisboa: Assembleia da República, 2010; Id. – “Le Parlement et le pouvoir religieux dans le Portugal du Moyen Âge”. in GARRIGUES, Jean et alii (dir) – *Assemblées et Parlements dans le monde du Moyen Âge à nos jours*. 57^e Conférence de la Commission Internationale pour l’Histoire des Assemblées d’État, t. 2. Paris : Assemblée Nationale, [2011], pp. 1029-1044; Id. – “L’histoire des parlements dans le Portugal du Moyen Âge: un parcours des sources et des études”. in NIEDDU, Annamari e SODDU, Francesco (coord.) – *Assemblée rappresentative autonomie territoriali culture politiche. Representative Assemblies, Territorial Autonomies, Political Cultures*, 89, Sassari : Edritrice Democratica Sarda, 2011, pp. 69-89; Id. – “As Cortes e a Guerra”. in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Coimbra, 1 (2001), pp. 61-80. Refiram-se, ainda, os seus artigos na revista *Parliaments, Estates and Representation*, nomeadamente: “État et Cortes au Portugal sous la dynastie des Avis: le cas du Régent Don Pedro”, 16 (1996), pp. 47-58 ; “Les Cortes en temps de guerre – une médiation interactive entre le roi et les corps sociaux du royaume de Portugal aux XIVe et XVe siècles”, 21 (2001), pp. 37-56 ; Id. et alii “Les Cortes et le Parlement au

alturas, multiplicavam-se os capítulos especiais¹⁵ elaborados por todas as terras que recebiam carta convocatória para participarem na assembleia¹⁶. Ou seja, os documentos redigidos e votados localmente que, em nome da comunidade, faziam

Portugal. 750^e anniversaire des Cortes de Leiria de 1254: Congrès International, 26-28 novembre 2004-Leiria”, 26 (2006), pp. 211-214; “Le Parlement et le pouvoir religieux dans le Portugal du Moyen Âge”, 27 (2007), pp. 97-109; “Le Parlement en temps de crises politiques dans le royaume de Portugal (XIV-XVe siècles)”, 28 (2008), pp. 57-67; “Le discours sur les minorités religieuses aux Cortes portugaises du Moyen Âge”, 31/1 (2011), pp. 1-16. Quanto à bibliografia estrangeira cf. alguns títulos recentes: MADDICOTT, John Robert – *The origins of the English parliament, 924-1327*. Oxford: Oxford University Press, 2010 (sobretudo o último capítulo); GARRIGUES, Jean et alii (dir) – *Assemblées et Parlements dans le monde du Moyen Âge, op. cit.*; FORONDA, François (dir.) – *Avant le contrat social. Le contrat politique dans l’Occident médiéval (XIIIe-XVe siècle)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2011 (*Collection Histoire ancienne et médiévale*, 107); HÉBERT, Michel – *Parlementer: assemblées représentatives et échange politique en Europe occidentale à la fin du Moyen Âge*. Paris: De Boccard, 2014.

¹⁵ É abundante a investigação portuguesa desenvolvida sobre os capítulos especiais de cortes, pelo que se destacam apenas alguns trabalhos elaborados de há trinta anos a esta parte: ANDRADE, Amélia Aguiar; GOMES, Rita Costa – “As Cortes de 1481: uma abordagem preliminar”. in *Estudos Medievais*, Porto, 3-4 (1983/1984), pp. 151-212; COELHO, Maria Helena da Cruz – “As Cortes de Leiria e Leiria em Cortes”. in *As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 anos das Cortes de Leiria de 1254. Actas do Congresso Internacional*. Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República, 2006, pp. 21-37; Id. – “A Guarda em cortes nos séculos XIV e XV”. in *Revista Portuguesa de História* 35 (2001-2002), pp. 123-142; Id. – “O Concelho e Senhorio de Viseu em Cortes”. in *Actas do Congresso “Infante D. Henrique, Viseu e os Descobrimientos”*. Viseu: Câmara Municipal, 1995, pp. 83-112; Id. – “O discurso de Guimarães em Cortes”. in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*. Vol. 6 – *História Local*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1997, pp. 29-403; Id. – *Montemor-o-Velho a caminho da Corte e das Cortes*. Montemor-o-Velho: Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, 2010; Id. – “Relações de domínio no Portugal concelhio de meados de Quatrocentos”. in *Revista Portuguesa de História* 25 (1990), pp. 235-289; Id. – “As relações fronteiriças galaico-minhotas à luz das Cortes do século XV”. in *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, 2ª série, 7 (1990), pp. 59-70; Id. – “Riba Côa em Cortes (séc. XV)”. in *Congresso Histórico Luso-Espanhol “O Tratado de Alcanices e a Importância Histórica das Terras de Riba Côa”*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 1998, pp. 233-246; Id. – “O Social: do vivido ao representado em Cortes”. in *Actas dos 2ºs Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, 2. Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1996, pp. 15-44; COELHO, Maria Helena da Cruz e RÊPAS, Luís Miguel – *Um cruzamento de fronteiras. O discurso dos Concelhos da Guarda em Cortes*. Porto: Centro de Estudos Ibéricos/Chão da Palavra, 2006; Id. – “As petições dos concelhos do distrito da Guarda em Cortes e a política transfronteiriça”. in *Territórios e Culturas Ibéricas*. Porto-Guarda: Campo das Letras – Centro de Estudos Ibéricos, 2005, pp. 131-142; CUNHA, Maria Cristina e COSTA, Paula Pinto – “Bragança em cortes no final do século XV”. in *As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 anos das cortes de Leiria de 1254. Actas do Congresso Internacional*, Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República, 2006, pp. 143-152; FARELO, Mário – “Lisboa nas Cortes da Primeira Dinastia (1254-1383)”. in *As Cortes e o Parlamento em Portugal. op. cit.*, pp. 129-142; MORENO, Humberto Baquero – “O concelho de Beja nas Cortes de Santarém de 1451 após a sua clausura”. in *Memória*, Lisboa, 1 (1989), pp. 267-278; Id. – “Capítulos especiais de Ponte de Lima apresentados nas cortes de Coimbra de 1394”. in *Bracara Augusta* 35, n.ºs. 79-80 (92-93), (1981), pp. 389-395; Id. – “As cortes de Lisboa de 1448 (capítulos especiais de Évora)”. in *Bracara Augusta*, 36, n.ºs. 81-82 (94-95), (1982), pp. 323-344; Id. – “A representação do concelho de Guimarães nas cortes de Lisboa de 1446”. in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Poto, 2ª Série, 1 (1984), pp. 411-415; Id. – “A representação do concelho de Caminha junto do poder central em meados do século XV”. in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, 2ª série, 6 (1989), pp. 95-104; ROCHA, Filomena Raquel Guerra dos Reis Teles da – *O Porto e o poder central na segunda metade do século XV (estudo e publicação dos capítulos especiais da cidade*. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto: [s.n.], 1996; SILVA, Filomeno Amaro Soares da – *O Porto em Cortes (1331-1406)*. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: [s.n.], 1999; SILVA, Manuela Santos – “O concelho de Óbidos nas Cortes Medievais Portuguesas”. in *A região de Óbidos na Época Medieval. Estudos*. Caldas da Rainha: Património Histórico – Grupo de Estudos, 1994, pp. 73-84; VIANA, Mário – “A participação do concelho de Santarém em cortes nos séculos XIV e XV”. in *Arquipélago. História*, 2ª série, 8 (2004), pp. 309-392.

¹⁶ E por outros concelhos que, apesar de não terem recebido carta convocatória, enviavam os seus emissários a este “ajuntamento” entre o rei e os povos.

requerimentos e protestos para serem apresentados no parlamento, integravam-se num circuito relacional mais abrangente e contínuo.

Esses textos traduzem um discurso político da lavra de protagonistas que assumiam a legitimidade para representar o concelho, encontrando-se condicionados pelo interlocutor, pelas circunstâncias de produção e pelos objetivos específicos a atingir. Segundo Armindo de Sousa, os capítulos de cortes¹⁷ constituem um “género literário especial, geralmente de tipo narrativo, mas também oratório e até dramático”¹⁸. O referido autor desmontou a estrutura interna destes testemunhos, identificando: (i) factos motivadores dos requerimentos, (ii) justificações mais ou menos teóricas e (iii) requerimentos propriamente ditos; privilegiou o estudo desta última vertente, considerando que ela correspondia ao núcleo substantivo do discurso onde se consignavam os verdadeiros objetivos dos concelhos¹⁹.

Em alguns trabalhos, tenho vindo a explorar as justificações²⁰ aduzidas nos agravamentos especiais de cidades e vilas, de acordo com duas perspetivas. Na primeira, até agora aplicada à cidade do Porto²¹ e à vila de Elvas²², analisei os artigos elaborados em nome de cada um dos núcleos, com o objetivo de captar a autoimagem que os homens da governança construíram e transmitiam para a Coroa. Na segunda, a que chamaria uma abordagem transversal, o denominador comum transferiu-se para o conjunto dos capítulos especiais de todos os concelhos durante um determinado período. Neste caso, o propósito é o de apreender, através da argumentação partilhada pelo conjunto dos *povos*, os esteios da cultura política que presidia ao relacionamento entre a coroa e os concelhos²³.

¹⁷ Utilizaremos indistintamente a designação de artigos, capítulos e agravamentos – cf. SOUSA, Armindo de – *As Cortes Medievais*, *op. cit.*, vol. 1, pp. 477-480.

¹⁸ *Ibid.*, p. 502.

¹⁹ Armindo de Sousa baseou a sua análise nos capítulos gerais mas esta estrutura é também aplicável aos artigos específicos (*Ibid.*, p. 512-513). O autor analisou, também, as justificações inseridas nos capítulos gerais, quer no artigo “O discurso político dos concelhos nas cortes de 1385”, *op. cit.*, quer nas suas provas de agregação.

²⁰ A dimensão argumentativa das justificações dos capítulos especiais de cortes tem vindo a ser defendida por Maria Helena da Cruz COELHO – “Riba Côa em Cortes ...”, p. 235; “O poder concelhio em tempos medievais: o «deve» e «haver» historiográfico”. in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, 3ª série, 7 (2006), p. 26; “O discurso de Guimarães...”, pp. 29, 31-32; “A Guarda em cortes nos séculos XIV e XV...”, pp. 126-127. Por sua vez, Rui Cunha MARTINS analisou, de forma exaustiva, a argumentação utilizada nos capítulos especiais dos concelhos raianos: *A fronteira antes da sua metáfora. Cinco teses sobre a fronteira hispano-portuguesa no século XV*. Tese de doutoramento em Letras, na área de História (História da Idade Média) apresentada à Fac. de Letras de Coimbra. Coimbra: [s.n.], 2000, pp. 149-235.

²¹ COSTA, Adelaide Millán da – *Projeção Espacial de Domínios. Das relações de poder ao burgo portuense*, *op. cit.*, p. 113 e ss.; Id. – “O discurso político dos homens do concelho portuense na época medieval”, in *Discursos de Legitimação. Actas do Congresso*. Lisboa: Universidade Aberta, 2003 (documento em suporte informático – <http://repositorioaberto.univ-ab.pt/bitstream/10400.2/1554/1/ComACosta.htm> (consultado em 9 de julho de 2014).

²² Id. – “O discurso político dos concelhos portugueses na Baixa Idade Média: convergências e especificidades – o caso de Elvas”. in *Des(a)fiando discursos. Homenagem a Maria Emília Ricardo Marques*. Lisboa: Universidade Aberta, 2005, pp. 265-272.

²³ Id. – “A cultura política em ação: diálogos institucionais entre a coroa e os centros urbanos, em Portugal no século XIV”. in *En la España Medieval* 36 (2013), pp. 9-29.

A recuperação do discurso de uma *capital*

“[...] que se faça huum livro per autoridade da justiça em que se traladem todas (*as escrituras*) e que este livro seja posto na camara presso per hũa cadea que se algum da çidade conprir algum privilegio ou escriptura que ally o venha buscar e nom trestornarom arca nem se perdera e façam tavoada per que se mais aginha possam buscar [...]”²⁴.

Filiando-se no eixo de investigação antes explicitado, este artigo pretende explorar o discurso político de Lisboa, expresso nos capítulos especiais apresentados em cortes num período de cerca de 100 anos, entre os reinados de D. Afonso IV e de D. João I²⁵. A pesquisa inclui-se, assim, na primeira perspetiva de abordagem enunciada, a que se focaliza num concelho. Contudo, tratando-se do núcleo urbano em causa, antes de inquirir sobre o aparato argumentativo expresso nos seus agravamentos, torna-se necessário adicionar mais elementos à análise.

Assim vejamos.

Lisboa²⁶ é a capital incontestada²⁷ ou, optando por uma formulação concetualmente neutra, é a cidade mais importante do reino de Portugal desde um período precoce na Idade Média²⁸.

Centrar-nos-emos, em exclusivo, na preeminência de Lisboa face aos restantes concelhos – e o reconhecimento desta condição pela Coroa – no âmbito do sistema

²⁴ Resposta do infante D. Duarte a capítulos apresentados em 1433 – Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Histórico (doravante designado por AML-AH), *Livro dos Pregos*, doc. 320.

²⁵ Cf., um estudo sobre a participação de Lisboa em Cortes, num período que se interseta com o aqui estudado, mas atendendo à substância temática dos capítulos e não à sustentação argumentativa: FARELO, Mário – “Lisboa nas Cortes da Primeira dinastia (1254-1383)”, *op. cit.*

²⁶ Sendo impossível elencar a bibliografia existente sobre Lisboa medieval, mesmo que se utilizem mecanismos de filtragem das obras, indica-se uma base de dados *online*, produzida no âmbito da investigação sobre Lisboa desenvolvida no Instituto de Estudos Medievais, onde essas informações se sistematizam – ANDRADE, Amélia Aguiar (coord.) – *Bibliografia sobre Lisboa Medieval [base de dados online]*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA, 2008. Disponível em: <http://iem.fcsh.unl.pt/section.aspx?kind=bd1> (consultado em 9 de Setembro de 2014). Salientem-se ainda os colóquios, seminários, *workshops* e conferências que, de forma continuada, o Instituto de Estudos Medievais tem vindo a promover e a publicação de obras conjuntas que se encontra em marcha. Foi já dado à estampa: KRUS, Luís; MIRANDA, Maria Adelaide; ALARCÃO, Miguel (eds.) – *A Nova Lisboa Medieval*. Lisboa: Edições Colibri, 2005; KRUS, Luís, OLIVEIRA, Luís Filipe, FONTES, João Luís (eds.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

²⁷ Sobre a noção historiográfica de capital e o debate em torno da aplicação do conceito à Idade Média cf. MONNET, Pierre, MENJOT, Denis, BOUCHERON, Patrick – “Formes d’émurgence, d’affirmation et de déclin des capitales”. in *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l’enseignement supérieur public*. 36e congrès, *Les villes capitales au Moyen Age (Istanbul: 2005)*. Paris, Publications de La Sorbonne, 2006, pp. 13-56.

²⁸ Sobre a efetiva preeminência de Lisboa no espetro dos núcleos urbanos em Portugal, veja-se a síntese elaborada por Mário FARELO – *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2009, pp. 1-6, bem como a bibliografia citada.

político, omitindo a sua inegável *capitalidade* em termos demográficos, económicos e sociais. É ocioso acumular indícios deste estatuto incontroverso: relembremos, a título de exemplo e baseados em testemunhos do século XV, a identificação de Lisboa como “civitas metropolitana insignior omnibus alijs de regno”, no *Livro dos Arautos*²⁹ e a sua superioridade consignada tanto na legislação³⁰ quanto em documentos emitidos pela Coroa³¹ ou por outros concelhos³². Ou seja, a supremacia de Lisboa é uma mensagem comum da cultura política coeva³³, não sendo atribuível a um tipo de emissor particular.

Já Sancho I e depois D. Dinis exprimiram o seu *amor* por Lisboa de forma superlativa e reconheceram o serviço que a cidade lhes prestara³⁴. E este *amor régio* foi sendo alimentado pelos sucessivos monarcas, não apenas em termos discursivos e através de múltiplas doações e privilégios, mas também pela crescente proximidade física entre a corte e a cidade. Tal proximidade acabaria por esbater, em termos de quadros humanos, as fronteiras entre o oficialato régio central e o oficialato camarário, promovendo uma vinculação à coroa por parte dos homens da governança de Lisboa³⁵. Em última instância, este processo tanto favoreceu a liderança do concelho frente às outras comunidades territoriais quanto diminuiu autonomia das suas elites camarárias. Assim, o cruzamento do conceito de comunicação política com o modelo de abordagem centro/periferia³⁶ dificilmente se aplica a Lisboa. É óbvio que esta afirmação categórica deve ser matizada à luz das conjunturas políticas vividas pela monarquia, das alterações impostas ao sistema

²⁹ NASCIMENTO, Aires do (ed.) – *Livro dos Arautos. De ministério armorum: estudo codicológico, histórico, literário, linguístico*. Lisboa: [s.n.], 1977, p. 249

³⁰ Uma análise das referências a Lisboa nas compilações de normas de direito mandadas fazer pelos monarcas denuncia que a cidade corresponde a um paradigma quando se constitui como exemplo na letra da legislação (COSTA, Adelaide Millán – “O impacto urbano no discurso jurídico da baixa Idade Média em Portugal. Uma abordagem possível”. in *Edad Media. Revista de Historia*. Valladolid, 15 (2014), pp. 59-78).

³¹ Cf. a título de exemplo, a missiva de 10 de Novembro de 1477 pela qual o príncipe D. João informa Lisboa que se passará a intitular-se rei “[...] volo notificamos asy como a principal çidade destes Regnos [...]” (*Livros de Reis*, liv. 2, doc. 48, p. 311 ss.).

³² Ver, por exemplo, o *Livro Antigo de Cartas e Provisões dos Senhores Reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I*. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto – Gabinete de História da Cidade, col. *Documentos e Memórias para a História do Porto*, 5, 1940, pp. 48-49.

³³ Entendo por cultura política o repositório de valores e de práticas aceites pelos vários elementos atuantes no sistema político (cf. uma explicação mais circunstanciada em COSTA, Adelaide Millán – “A cultura política em ação”, *op. cit.*, pp. 10-11).

³⁴ D. Sancho I: “Saibhades que nom ha rey nem principe no mundo que mais possa amar <alguem> comcelho que eu a vos amo nem dos quaaes ho serviço eu mais possa gracer que eu o vosso gradesso” (AML-AH, *Livro dos Pregos*, doc. 9). Afirmava D. Dinis em 1285 – “nom avya comçelho em todo seu reigno com que ouvese maiores dividos de bem ca com esse comçelho de Lixboa ca hi naçera e hi fora boutiçado e criado e hi fora rey e ca se nenbrava de muyto serviço que lhi fezera esse comçelho” (AML-AH, *Livro dos Pregos*, doc. 287).

³⁵ Cf. FARELO, Mário – *A oligarquia*, *op. cit.*, sobretudo o cap. 3: “Uma elite camarária na dependência do rei”, pp. 253 e ss.

³⁶ Cf. SHILS, Edward – *Centro e Periferia*. Lisboa: Difel, 1992.

concelho e da própria evolução do perfil da oligarquia lisboeta, a longo dos 100 anos em análise³⁷.

O fluxo de comunicação política entre a cidade e a Coroa era naturalmente intenso e a ativação coeva de mecanismos arquivísticos por parte do concelho³⁸ permitiu preservar uma considerável massa documental³⁹. Com efeito, segundo Mário Farelo, dos 740 documentos guardados na câmara relativos ao período de 1325-1433, 49% correspondem a cartas régias e 4% a cartas de D. Duarte, enquanto infante⁴⁰. Se adotarmos o conceito de *documentos imateriais* proposto por Filipa Roldão, o conjunto de testemunhos sobe exponencialmente⁴¹. E esta noção aplica-se com acuidade aos capítulos de cortes, na medida em que a maioria existe apenas com base nas cartas régias que recuperam, em discurso indireto, os pedidos dos *povos*.

Face ao que foi escrito, a escolha de um único tipo de fonte para desenvolver este estudo – os capítulos especiais de cortes – corresponde a uma divisão fictícia feita nos vestígios do diálogo estabelecido entre Lisboa e a Coroa. Tal escolha explica-se por razões de operacionalização da análise e é sustentada num traço documental invariável: nos diplomas contabilizados, é obrigatório explicitar-se que o pedido foi apresentado ao monarca em cortes e pelos emissários enviados pela cidade ao parlamento⁴².

Salvaguardada que está a coerência na construção do objeto, não pode, contudo, omitir-se uma pergunta: para além da circunstância em que os agravamentos especiais de cortes eram apresentados, torna-se possível apontar alguma diferença face aos que se levavam ao conhecimento dos monarcas noutras ocasiões⁴³?

³⁷ Uma explicitação desenvolvida destes três elementos encontra-se na obra já citada de Mário FARELO – *op. cit.*, pp. 253 e ss.

³⁸ Sobre a conservação de documentos na câmara de Lisboa veja-se Mário FARELO – *op. cit.* pp. 19-20.

³⁹ Cf., atendendo apenas à documentação guardada pela Câmara: *Documentos Medievais (1179-1383). Arquivo Municipal de Lisboa, Catálogo*. Coordenação de Inês Morais VIEGAS e Miguel Gomes MARTINS; investigação, textos e índices de Miguel Gomes MARTINS. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa – Departamento de Património Cultural/Arquivo Municipal de Lisboa, 2003. Disponível em: http://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/c_medieval (consultado em 1 de outubro de 2014); e catálogos online que o arquivo disponibiliza em: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/investigacao/catalogos/> (consultado em 1 de outubro de 2014).

⁴⁰ Cf. FARELO, Mário – *A oligarquia ...* p. 20.

⁴¹ Sobre o conceito de documentos imateriais e a sua tipologia no que se refere à câmara da cidade de Évora, veja-se ROLDÃO, Filipa – *A memória da cidade. A administração urbana e as práticas da escrita 1415-1536*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2011, pp. 181-186 e 218-227; id. – “La culture écrite et les pouvoirs urbains. Les archives d’une ville portugaise au XVème siècle: le cas d’Évora». in *La ville médiévale en débat, op. cit.*, pp. 157-165 (e bibliografia indicada). Consulte-se ainda, da mesma autora, – *Escrita e Poderes Urbanos nos concelhos de Coimbra, Santarém e Lisboa (1179-1325)*. Dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 2006.

⁴² E/ou a balização desses pedidos especiais feitos por emissários da cidade no período de tempo em que decorrem as cortes e no local da realização dessas assembleias.

⁴³ Tema abordado por SOUSA, Armindo de Sousa – “A estratégia política ...”, *op. cit.*, p. 138 e por ROCHA, Filomena Raquel Guerra dos Reis Teles da – *O Porto e o poder central. op. cit.* pp. 52-53.

Teoricamente, é admissível que os artigos especiais se destaquem das restantes missivas camarárias por incorporarem uma característica: o esforço de sistematização das situações particulares que, num determinado momento, os autarcas querem ver resolvidas, contrapondo-se à exposição avulsa de problemas ao monarca. Mas, percorrendo a documentação, conclui-se que, em muitos casos⁴⁴, a única marca distintiva dos textos é a menção expressa ao parlamento enquanto *contexto onde* foram divulgados⁴⁵. Assim, nem sempre esses capítulos evidenciam uma estrutura discursiva de seriação, encontrando-se alguns pedidos isolados.

Parte dos testemunhos que servem de base a este artigo encontram-se já publicados e os que se mantêm inéditos foram consultados a partir da transcrição do *Livro dos Pregos* existente no Arquivo Municipal de Lisboa⁴⁶. Provavelmente, trata-se do códice resultante da decisão de 1433 do Infante D. Duarte no sentido de preservar as escrituras e os privilégios da cidade que se encontravam em arcas e de cujo texto se retirou o extrato em epígrafe.

Não será por acaso que o *Livro I de Cortes*, especificamente dedicado a este tipo de comunicação política entre a cidade e a Coroa, apenas inclui capítulos especiais de Lisboa relativos a 4 reuniões ocorridas durante este período⁴⁷, reproduzindo, em contrapartida, capítulos gerais relativos a 12 assembleias⁴⁸. Talvez esta *paisagem documental* evidencie uma gradação de importância dos diplomas que devem ser inseridos sob esta designação. Ou seja, raros foram os artigos particulares considerados pela elite camarária apropriados para se integrarem nesse códice relativo ao parlamento.

No computo geral, entre os reinados de Afonso IV e D. João I conhecem-se 165 capítulos especiais de Lisboa apresentados em cortes⁴⁹, distribuídos da forma cronológica e quantitativamente desigual que o quadro explicita.

⁴⁴ Cf. *infra* a sua enumeração.

⁴⁵ Utilizo o quadro concetual concebido por T. A. VAN DIJK sobre a análise crítica do discurso (cf., entre os trabalhos mais recentes: *Discourse and Power*. Palgrave: Macmillan, 2008).

⁴⁶ Agradeço ao meu colega Miguel Martins ter-me disponibilizado toda a documentação não publicada em que este estudo se sustenta.

⁴⁷ Trata-se de capítulos especiais apresentados por Lisboa nas cortes de 1331 – Santarém (doc. 3); 1396 – Santarém (doc. 13: como Miguel Martins afirma, estes capítulos podem nem sequer ter sido apresentados nas cortes de Santarém mas na sua sequência – *Documentos de D. João I, Catálogo*, p. 23 (<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/investigacao/catalogos>); 1401 – Guimarães (doc. 16) e 1418 (doc. 18).

⁴⁸ Nomeadamente: 1331 – Santarém (docs. 1, 2); 1352 – Lisboa (doc. 5); 1371 – Lisboa (doc. 6); 1389 – Lisboa (doc. 9); 1390 – Coimbra (doc. 10); 1391 – Évora, (doc. 11); 1391 – Viseu (doc. 12); 1395 – Coimbra (docs. 14 e 15); 1410 – Lisboa (doc. 17); 1420 – Lisboa (doc. 19); 1425-Montemor-o-Novo (doc. 20); 1428 – Lisboa (doc. 21).

⁴⁹ Não se incluem documentos administrativos tratados no âmbito de cortes, como foi o caso de uma carta passada a 7 de março de 1390, em Coimbra, na qual não se explicita que a questão tinha sido apresentada ao rei pelos procuradores do concelho de Lisboa (AML-AH, *Livro dos Pregos*, doc. 158).

Quadro I
Capítulos especiais de Lisboa (1331-1430)

Cortes	Nº de capítulos
1331 – Santarém	80 ⁵⁰
1361 – Elvas	4 ⁵¹
1372 – Porto	2 ⁵²
1385 – Coimbra	32 ⁵³
1390 – Coimbra	3 ⁵⁴
1390-91 – Évora	4 ⁵⁵
1391 – Viseu	6 ⁵⁶
1394 – Coimbra	1 ⁵⁷
1396 – Santarém	7 ⁵⁸
1398 – Porto	2 ⁵⁹
1401 – Guimarães	6 ⁶⁰
1402 – Santarém	1 ⁶¹
1406 – Santarém	1 ⁶²
1418 – Santarém	15 ⁶³
1430 – Santarém	1 ⁶⁴

Apenas em 1331, 1385 e, parcialmente, em 1418 é que estamos perante núcleos documentais significativos, ou seja, conjuntos estruturados de agravamentos que não se encontram nos demais tempos de realização de cortes, caracterizados pela

⁵⁰AML-AH, *Livro dos Pregos*, doc. 48; Id. – *Livro I de Cortes*, doc. 3. Publicados por MARQUES, A. H. de Oliveira; RODRIGUES, Maria Teresa Campos e DIAS, Nuno José Pizarro Dias (eds.) – *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1257)*. Lisboa: INIC, 1982), pp. 63-85.

⁵¹MARQUES, A. H. de Oliveira (ed.) – *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro (1357-1367)*. Lisboa: INIC, 1986, pp. 100-101.

⁵²AML-AH, *Livro dos Pregos*, doc. 69; MARQUES, A. H. de Oliveira e DIAS, Nuno José Pizarro Dias (eds.) – *Cortes portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*. Lisboa: INIC, 1990, vol. 1, pp. 107-108.

⁵³AML-AH, *Livro dos Pregos*, doc. 129. Publicado por CAETANO, Marcelo – *A crise nacional de 1383-18. Subsídios para o seu estudo*. Lisboa/S. Paulo: [s.n.], s/d, pp. 191 e ss.

⁵⁴AML-AH, *Livro dos Pregos*, docs. 156, 157 e 160. Trata-se de três cartas régias autónomas e não de capítulos especiais organizados segundo a fórmula habitual.

⁵⁵Id., *Ibid.*, docs. 166, 167, 168 e 170.

⁵⁶Id., *Ibid.*, docs. 135, 176, 177, 178, 179 e 246.

⁵⁷Id., *Ibid.*, doc. 199.

⁵⁸Id., *Livro I de Cortes*, doc. 13.

⁵⁹Id., *Livro dos Pregos*, docs. 223 e 225.

⁶⁰Id., *Ibid.*, docs. 182, 228, 229, 230, 231, 249; id., *Livro I de Cortes*, doc. 16.

⁶¹Id., *Ibid.*, doc. 240.

⁶²Id., *Ibid.*, doc. 259.

⁶³Id., *Ibid.*, doc. 284; id., *Livro I de Cortes*, doc. 18.

⁶⁴Id., *Livro dos Pregos*, doc. 299.

escassez de testemunhos. Provavelmente, o processo de elaboração dos artigos gerais, que em princípio resultavam da fusão dos especiais de todos os concelhos, provocava uma diminuição destes, limitando-os às questões irredutíveis de cada terra. Em contrapartida, existem róis de capítulos sistematizados expostos ao rei por emissários lisboetas, noutras ocasiões⁶⁵.

Em suma, este texto pretende responder à questão: como é que, no âmbito da comunicação política, a cidade mais importante do reino incorporava os sustentáculos argumentativos no seu discurso, estando esse discurso circunscrito a um determinado *corpus* documental?

As formas de apreensão do discurso

“[...] Item se querelou que Reçebeu agrauamento do moordomo [...] e esto dizem que sse nom deue fazer per hua Clausula do foral que tal he / O clerigo aia en todo honrra de Caualeyro e se com molher for achado torpemente o mordomo nom meta en el mão mays prenda a molher se quiser / E outrossi porque dizem que ha hy hua carta del Rey dom Denys en que defende que o nom façam [...]”⁶⁶

Em trabalho anterior, foi proposta uma tipologia da argumentação utilizada nos capítulos especiais de cortes conhecidos para o período de 1325 a 1361, baseada em 292 artigos de vários concelhos, incluindo 84 de Lisboa⁶⁷. O extrato que inicia este parágrafo corresponde precisamente a um fundamento apresentado pela cidade, em 1331.

As categorias em que se integraram essas justificações formularam-se com base em palavras ou expressões utilizadas nos documentos, tentando-se assim estabelecer uma proximidade entre os motivos alegados e a sua sistematização. Estou consciente de que se podem ter perdido ou adulterado partes do texto dos agravamentos no processo da sua reprodução nas respostas régias, através das quais eles maioritariamente nos chegaram⁶⁸. De qualquer forma, com esta estratégia de apreender os enunciados minimizaram-se as variações interpretativas que ocorreriam com uma *tradução* em conceitos mais abstratos.

⁶⁵ Cf., por exemplo, a carta de D. João I, passada em Lisboa a 8 de junho de 1388, na qual o monarca declara: “Sabede que vimos vosso recado que nos dizer emviastes per vossos capitollas” (AML-AH, *Livro dos Pregos*, doc. 154) ou os capítulos apresentados por Lisboa ao infante D. Duarte, fora de cortes, e que mereceram resposta em Almada, a 11 de novembro de 1434 (AML-AH, *Livro 1 de Cortes*, doc. 22).

⁶⁶ Artigo especial nº 46 apresentado por Lisboa nas cortes de 1331 (*Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1257)*, op. cit., p. 75)

⁶⁷ Cf. “A cultura política em ação: diálogos institucionais entre a coroa e os centros urbanos”, op. cit. *passim*.

⁶⁸ Com efeito, a grande maioria dos capítulos são recuperados com base em cartas régias onde se consignam as respostas aos pedidos das cidades e vilas e não pode descartar-se a hipótese de se ter abreviado o texto primitivo.

Para além de capítulos em que o problema descrito e o requerimento não são acompanhados de um sustentáculo argumentativo⁶⁹, incluem-se as seguintes classes⁷⁰: (i) valores morais e políticos; (ii) ordem das coisas; (iii) analogia com outros concelhos; (iv) ordem jurídica (foral, foro e costume, cartas, mercês ou mandados régios, composições, leis régias, inadequação da ordem jurídica local).

Retomemos a explicação dos vários grupos.

Em “valores morais e políticos” incluem-se os argumentos que remetem para uma ética cujos referentes podem encontrar-se mais ou menos explicitados, de acordo com a seguinte gradação: (i) expressões vagas (*não deve* ou *não é theudo*); (ii) justificações que estabelecem uma simbiose entre a moral, a razão e o direito (uma situação é considerada *desonesta e sem razão, sem direito e sem razão, contra direito, contra direito e justiça*)⁷¹; (iii) tópicos gerais referentes ao governo dos povos, tanto pela positiva, defendendo o bem da comunidade e/ou o serviço do rei⁷² (*prol da terra, serviço do rei*) quanto pela negativa, denunciando atentados contra a honra do concelho (como *mui grave e mui danoso*, que provoca *escândalo* e vai contra a *honra da cidade*)⁷³. Este conjunto de justificações é o mais complexo, não apenas pela sua fluidez e abrangência mas porque algumas locuções podem ser empregues no discurso como uma espécie de refrão, sem um verdadeiro conteúdo substantivo⁷⁴.

⁶⁹ Esta situação ocorre tanto nos capítulos gerais quanto nos especiais. De acordo com a premissa que sustenta a tipologia, são integradas neste grupo as formulações em que um argumento se encontra implícito mas não verbalizado.

⁷⁰ Optei por retirar desta tipologia a palavra que indicava a atitude dos concelhos face aos valores como “defesa de...”, procurando, dessa forma, depurar as categorias. No artigo “A cultura política em ação”, assinalo todas as referências documentais em que as expressões são utilizadas no período entre 1325 e 1361.

⁷¹ Quando o direito é alegado como fundamento de protesto, desconhece-se se existirá uma efetiva norma não enunciada ou se estamos perante uma espécie de estribilho.

⁷² Veja-se, a propósito do caráter difuso da noção de bem comum, DUMOLYN, Jan e LECUPPRE-DESJARDINS, Elodie – “Le Bien Commun en Flandre médiévale: une lutte discursive entre princes et sujets”. in LECUPPRE-DESJARDINS, Elodie e VAN BRUAENE, Anne Laure (ed.) – *De Bono Communi. The Discourse and Practice of the Common Good in the European City (13th-16th c.)*. Turnhout: Brepols, 2010, pp. 253-266 et ZORZI, Andrea – “Bien Commun et Conflits politiques dans l’Italie communale”. in *ibidem*, pp. 267-290; CROUZET PAVAN, Elisabeth – “Pour le Bien Commum à propos des politiques urbaines dans l’Italie communale”. in CROUZET PAVAN (coord.) – *Pouvoir et éditité. Les grands chantiers dans l’Italie communale*. Roma: École Française de Rome, 2003, pp. 11-40.

Cf. sobre o valor do conceito *serviço do rei*, cf. JARA FUENTE, José Antonio – “*Commo cunple a seruiçio de su rey e senor natural e al procomún de la su tierra e de los vesinos e moradores de ella*. La noción de “servicio público” como seña de identidad política comunitaria en la Castilla urbana del siglo XV”. in *e-Spania* 4 (2007) – <http://e-spania.revues.org/1223>. (consultado em 2 de outubro de 2014).

⁷³ Sobre a honra da cidade, veja-se NIETO SORIA, José Manuel – “Fragmentos de ideología política urbana en la Castilla bajomedieval”. in *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval* 13 (2000-2002), pp. 6-72 e BONACHÍA HERNANDO, José Antonio – “*Más honrada que ciudad de mis reinos*. La Nobleza y el Honor en el Imaginario Urbano (Burgos en la Baja Edad Media)”. in Id. (ed.) – *La Ciudad Medieval. Aspectos de la vida urbana en la Castilla bajomedieval*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1996, pp. 169-212.

⁷⁴ Cf. o que afirma Patrick BOUCHERON sobre os estereótipos da linguagem no discurso político e a perturbação que a plasticidade das interpretações causa aos historiadores (“Politisation et dépolitisation

A categoria “ordem das coisas” inclui os argumentos que contrariam uma mudança face a qualquer prática ou a procedimentos administrativos anteriores. Neste conjunto confronta-se uma situação presente – ferida do vício da inovação – com um passado, mais ou menos longínquo, para onde se remete uma ordem agora derogada. Traduz-se em expressões como *esto se ffaz de pouco tempo aca* ou *esto nunqua lhes foi feito senão ora* ou *nunca se viu*.

As restantes classes de motivos apreendem-se mais facilmente, dado que a sua designação e o seu conteúdo são denotativos. É o caso da “analogia com outros concelhos”, grupo de razões utilizado quando uma comunidade compara a sua situação com a de outra/as com o objetivo de obter um privilégio ou um estado similar. Tal ocorre, também, com a categoria “ordem jurídica”, na qual se incluem as remissões para qualquer tipo de fontes de direito enquanto fundamento dos pedidos dos povos.

Nada assegura que as classes desta tipologia reflitam as intencionalidades discursivas dos homens que elaboraram estes textos. Contudo, conclui-se que, pelo menos em meados do século XIV, nas mentes dos representantes dos concelhos, parece ter sido clara a diferente força negocial de que estavam investidos os argumentos jurídicos face aos que não se baseiam em normas de direito identificáveis⁷⁵.

A substância do discurso político lisboeta

“[...] bem sabemos que os da dicta cidade nos aviam mais que outras nem huuns [sic] do nosso senhorio pollo seu conselho e aazo nos pos Deus em este estado em que somos e porque ella entende que quando formos conselhado pellos moradores della que emderençara Deus nossos factos de bem em melhor como ataa quy fez e os dereitos della serom melhor aguardados [...]”⁷⁶

Ao avançar para a classificação dos capítulos especiais de Lisboa apresentados durante o reinado de D. João I com uma grelha previamente esboçada, pretende-se averiguar se esta permanece válida, ou seja, se se mantém a consistência argumentativa perceptível por meados do século XIV.

d'un lieu commun. Remarques sur la notion de Bien Commun dans les villes d'Italie centro-sptentrionales entre commune et seigneur”. in *De Bono Comuni, op. cit.*, pp. 237-238).

⁷⁵ Cf. “A cultura política em ação ...”, p. 28.

⁷⁶ AML-AH, *Livro dos Pregos*, doc. 129. O extrato corresponde à recuperação régia da argumentação do 5º capítulo especial de Lisboa apresentado nas cortes de 1385 para sustentar a pretensão da cidade de ver um dos seus naturais com assento no Conselho régio.

Quadro II

Tipologia dos argumentos apresentados nos capítulos especiais de Lisboa (1331-1430)⁷⁷

Classe de justificações	Data das cortes – nº de argumentos ⁷⁸ incluídos nos capítulos	
	1331-1372 ⁷⁹	1385-1430
<u>Ausência de sustentáculo argumentativo</u>	1331 – 19 1361 – 2 1372 – 1	1385 – 4 1391 – 1 1396 – 1 1398 – 1 1401 – 2 1402 – 1 1418 – 5
<u>Valores morais e políticos</u>	1331 – 12 1361 – 1	1385 – 5 1390 – 1 1390/91 – 1 1391 – 2 1396 – 3 1398 – 1 1401 – 4 1402 – 1 1418 – 4
<u>Ordem das coisas</u>	1331 – 15 1361 – 1 1372 – 1	1385 – 5 1390/91 – 3 1391 – 4 1396 – 1 1401 – 1 1418 – 2
Analogia com outros concelhos		1406 – 1 1418 – 1
<u>Ordem jurídica</u>		
Foral, foro e costume	1331 – 32	1385 – 2 1418 – 1
Cartas, mercês ou mandados de reis anteriores	1331 – 4	1385 – 5 1390/91 – 2 1396 – 1
Lei régia de reis anteriores	1331 – 1	1385 – 1 1390 – 1
Postura		1396 – 2 1430 – 1
Manutenção de privilégios concedidos por D. João I		1385 – 4 1390 – 1 1391 – 1
Merecimento por ajuda prestada à coroa		1385 – 4 1390 – 1 1391 – 1 1418 – 1
Superioridade de Lisboa frente às demais cidades e vilas		1385 – 2
Posição geográfica e estratégica da cidade		1385 – 2
Analogia com cidades mais importantes nos outros reinos		1385 – 1
Identificação entre interesses da cidade e da Coroa		1385 – 2 1396 – 1

⁷⁷ Cf. as referências aos documentos onde se encontram os textos destes capítulos especiais no **Quadro I**.

⁷⁸ Apesar de não terem feito parte do anterior estudo, integram-se os dois artigos da cidade apresentados nas cortes de 1372 (*Cortes portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383) op. cit.*, p. 107).

⁷⁹ Deve salientar-se um aspeto técnico: após 1385, incluem-se vários argumentos para sustentar o mesmo pedido, por isso a soma dos algarismos das colunas do quadro é superior ao número de agravamentos existentes.

Diferenças incontornáveis entre os dados conhecidos para os dois períodos identificados no **Quadro II** não permitem enveredar por uma análise comparativa fina que contemple a quantificação de variações do recurso a determinados motivos dos protestos. Contudo, não será temerário concluir que, durante o reinado de D. João I, os agravamentos especiais levados por Lisboa ao parlamento cimentam-se em fundamentos integráveis nas classes da tipologia anteriormente elaborada, nomeadamente em valores morais e políticos, ordem das coisas, analogia com outros concelhos⁸⁰ e ordem jurídica.

Na última das categorias – ordem jurídica –, verifica-se uma mudança digna de menção. Com efeito, contrariamente ao que ocorrera nas cortes de 1331, quando os argumentos baseados no direito local foram utilizados de forma abundante e incisiva (pois mencionavam a norma concreta que legitimava o protesto), estes praticamente desaparecem. Apenas por duas vezes se recorre à letra do foral, não para apoiar uma qualquer regra comunitária mas para reivindicar um privilégio da elite da cidade: a equiparação dos cidadãos de Lisboa aos infanções de Santa Maria⁸¹. O peso destas fontes de direito como sustentáculo de referência usado na comunicação política entre a cidade e a Coroa passa a ser menor. Assim, os capítulos de cortes parecem constituir um excelente campo para observar a implementação de legislação régia tendente a uma uniformidade desejada pela Coroa.

A tipologia que enquadra “as razões dos povos” adiantadas em meados do século XIV não abarca o conjunto de fundamentos empregues pelo concelho de Lisboa neste segundo período. Mais do que novas classes de argumentos, surge uma narrativa coerente, iniciada em 1385, que a sistematização feita no **Quadro II** espartilha. Com efeito, para além do seu peso relativo na massa documental, impõe-se considerar os agravamentos lisboetas das *revolucionárias* cortes de Coimbra, uma vez que apresentam especificidades de conteúdo, decorrentes da conjuntura em que foram elaborados. O carácter atípico desse conjunto de 32 artigos⁸² é, desde logo, visível em termos formais, uma vez que se traduz num documento híbrido, associando a estrutura de uma carta de concessão e confirmação de privilégios ao articulado tradicional dos capítulos de cortes.

A ação de Lisboa na crise de 1383-1385 implicou a criação de um relato sobre o papel determinante da cidade para a subida ao trono da dinastia de Avis e, em

⁸⁰ O facto de só aparecerem neste período dois argumentos da cidade de Lisboa inseridos na classe Analogia com outros concelhos não deve ser valorizado como a emergência de um novo tópico de discurso mas apenas de um acaso, dado que a categoria já era existente antes.

⁸¹ AML-AH, *Livro dos Pregos*, doc. 129 (capítulos especiais de 1385) e doc. 284 (capítulos especiais de 1418). É também alegado o *foro da cidade*, de modo mais difuso, no capítulo nº 12, no âmbito do pedido da não nomeação de juizes de fora e corregedores.

⁸² Que já foi estudado por académicos consagrados como Marcelo CAETANO – *A crise nacional de 1383-85, op. cit.*; Armindo de SOUSA – “O discurso político”, *op. cit.*

última instância, para a própria existência do reino. Ecos indesmentíveis dessa actuação encontram-se dispersos em documentos coevos, emitidos tanto pelo futuro D. João I quanto pelo concelho, e serão *a posteriori* consagrados pela cronística. Os testemunhos relativos a Lisboa no período de 1384-85, e nos anos imediatamente seguintes, são eloquentes quanto à consonância existente entre o discurso do Mestre de Avis, e depois D. João I, e os capítulos especiais lisboetas de 1385⁸³, parecendo existir um mimetismo entre os argumentos da Coroa e da cidade.

Perpassa por todo o articulado do discurso específico de Lisboa a noção de *dádiva por reciprocidade*, já referida no início deste artigo. Esta estratégia é levada a tal extremo que, em certos artigos, se verifica uma desvinculação entre os factos motivadores do pedido e o argumento utilizado. Quer isto significar que, para obter uma determinada concessão, o requerimento não adianta justificações objetivas mas limita-se a mencionar os serviços que Lisboa prestou à causa de Avis, bem como a preponderância da cidade frente às demais⁸⁴. Ou seja, explora-se, de forma coerente e intencional, essa mais-valia com o propósito de obter a confirmação e a concessão de dividendos políticos, económicos, sociais e fiscais.

Segundo Armindo de Sousa, afirmação que o autor amplamente demonstrou, os capítulos gerais de 1385, elaborados em sede de cortes, foram ditados sobretudo por Lisboa e inspiraram-se nos seus agravamentos específicos⁸⁵. Tal inspiração, perceptível na matéria substantiva do pedido, nem sempre se estendeu ao suporte argumentativo. É o caso de uma das solicitações mais inovadoras, aquela que pede a presença de cidadãos no Conselho régio⁸⁶. Nos agravamentos de Lisboa, as razões expostas remetem para uma visão quase escatológica sobre a importância da audição da cidade para propiciar o bom governo de D. João I⁸⁷. Já nos capítulos gerais, os fundamentos alicerçam-se nas virtualidades da monarquia inglesa⁸⁸. Provavelmente, terá sido necessário, no parlamento, refrear a expressão da supremacia lisboeta em termos políticos, doseando-a e partilhando-a com as outras cidades do 1º banco de cortes⁸⁹, de forma a viabilizar a apresentação desse capítulo em nome de todos os concelhos.

⁸³ Cf. por exemplo, AML-AH, *Livro dos Pregos*, docs. 126, 128, 133 e 134

⁸⁴ Caso dos capítulos nºs 1, 4, 5, 6, 11, 27 e 32.

⁸⁵ “O discurso político”, *op. cit.*, pp. 21-24

⁸⁶ HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Conselho Real ou Conselheiros do Rei? A propósito dos Privados de D. João I”. in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, 2ª série, 4 (1987), pp. 9-67. Sobre a instituição do conselho real em Castela, precisamente em 1385, e a presumível influência do modelo português, consulte-se FORONDA, François – “Le conseil de Jéthro à Moïse: le rebond d’un fragment de théologie politique dans la rhétorique parlementaire castillane”. in *Médiévale* [Online], 57 (automne 2009), pp. 7-10 – <http://medievales.revues.org/5805> (consultado em 3 de outubro de 2014)

⁸⁷ Cf. o extrato com que se inicia este parágrafo.

⁸⁸ Cf. DUARTE, Luis Miguel – “Le messie de Lisbonne et la monarchie à l’anglaise”. in FORONDA, François (dir.) – *Avant le contrat social*, *op. cit.*, pp. 541-552.

⁸⁹ Lisboa, Porto, Coimbra e Évora (cf. AML-AH, *Livro dos Pregos*, doc. 130, 1º capítulo).

Certo é que, antes de 1385, a argumentação utilizada nos agravamentos especiais cortes de Lisboa integrava-se em classes referenciais comuns a todos os outros concelhos. Sem que tais alegações tenham sido abandonadas, no período subsequente, fazem-se acompanhar de outras que remetem diretamente para um papel histórico específico desempenhado pela cidade. E esta mudança vai de par com uma influência crescente de Lisboa enquanto urbe que demonstra a pretensão de intervir na governação do reino.

Como já escrevi, podem existir circunstâncias de fixação do discurso ideológico urbano, quando a oligarquia de uma cidade ou vila constrói uma mensagem identitária que imprime à comunidade características únicas e singulares⁹⁰. À luz da documentação analisada, esse contexto, no que a Lisboa se refere, focaliza-se em 1385, quando a sua elite camarária capitaliza a ação da cidade na conjuntura da crise dinástica, fixando-a e valorizando-a nos capítulos de cortes. Após esse momento crucial, ao longo do reinado de D. João I, não mais tal enunciado superlativo foi transmitido de forma estruturada neste tipo de fonte. Como se compreenderá, nem sempre os tempos de diálogo entre Lisboa e a coroa se caracterizavam pela excecionalidade e, como tal, seria desnecessário o recurso a esses argumentos, proclamados, de forma tão veemente, em 1385. Contudo, a mensagem do papel basilar desempenhado pela cidade em prol do novo monarca e da independência do reino mantinha-se, sendo regularmente convocada⁹¹. Adiante-se que este traço identitário da urbe não foi construído contra nenhum dos seus pares (as outras comunidades urbanas com peso político no reino). Quanto muito, terá servido, *a posteriori*, de inspiração ao discurso ideológico de outros concelhos⁹².

A supremacia de Lisboa, enquanto elemento integrante do sistema político do reino português, não deve indagar-se apenas na atualização de um discurso próprio, coerente, construído para ser usado na comunicação com a Coroa. Relembremos que o Doutor Armindo de Sousa defendia que os capítulos gerais de cortes, pelo menos durante o período de 1385 a 1490, projetavam os objetivos das grandes cidades e vilas. Sendo Lisboa *a maioral*, os seus propósitos (os propósitos das suas elites) devem ser escrutinados também na capacidade de influenciar a redação dos

⁹⁰ “O discurso político dos homens do concelho portuense” *op. cit.*

⁹¹ Assim, nos artigos especiais de 1396, Lisboa assume-se como a guardiã do bem do rei e do povo, apresentando justificações com uma nítida coloração de fundamentos de capítulos gerais. É o caso das justificações que sustentam os primeiros artigos: “[...] o vosso serviço e proveito comunal de todo vosso senhorio [...] proveito comunal de toda vossa terra e bem de vosso poboo [...] gram falymento que jeeralmente he de carnes em toda vossa terra [...] proll comunal de vosso poboo [...]” (AML-AH, *Livro I de Cortes*, doc. 13, fols. 1-2).

⁹² Cf. os capítulos especiais da cidade do Porto apresentados em 1436 (COSTA, Adelaide Millán – *Projeção espacial de domínios, op. cit.*, pp. 117 e ss.).

artigos expostos em nome dos *povos*. Seja através de capítulos especiais ou gerais, o discurso da cidade é conhecido, as mais das vezes, através da recuperação que os monarcas fazem dos textos concelhios que lhe foram apresentados. Talvez a urbe se exprima mais diretamente mediante uma exploração circunstanciada da amplitude das espécies documentais que constam do seu arquivo camarário. Uma outra linha de pesquisa promissora para escutar Lisboa...

A instituição da almotaçaria, o controlo da atividade construtiva e as singularidades de Lisboa em finais da Idade Média

*Sandra M. G. Pinto*¹

Controlar as práticas construtivas foi, desde sempre, uma forma de exercício de poder no e sobre o espaço físico. Em ambiente urbano, tal controlo torna-se particularmente relevante, não só devido à intrínseca competição por área construída ou com potencial construtivo num espaço por princípio limitado, mas também pelas múltiplas naturezas dos interesses individuais refletidos nas várias ações construtivas. Daí que, sobretudo em situações de elevada concentração populacional, haja a necessidade de estabelecer regras de conduta e convenções que pautem o modo como os indivíduos se devem comportar, guiando-os no viver em sociedade. Pela sua importância, algumas dessas regras transformam-se em normas jurídicas, isto é, de direito, com vista a eliminar antecipadamente as infrações ou, em caso de transgressão, a resolver os conflitos pelo seu sancionamento².

¹ Licenciada em Arquitetura (2002), Mestre em Arquitetura, Território e Memória (2007) e Doutora em Arquitetura, especialidade Teoria e História da Arquitetura (2012), todos pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Atualmente, é investigadora integrada no Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, onde desenvolve o seu projeto de investigação de pós-doutoramento (desde 2013), com bolsa atribuída pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFR/BPD/84349/2012), tendo em vista a comparação das normas jurídicas para a atividade construtiva em Portugal e no Brasil durante o século XIX.

² CAETANO, Marcelo – *História do Direito Português: Fontes – Direito Público (1140-1495)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1985, pp. 11-14; SILVA, Nuno Espinosa Gomes da – *História do Direito Português, Fontes de Direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, pp. 19-24.

Esta brevíssima alusão à ideia e sentido das normas jurídicas e do direito – que não deixam de ter origem na realidade social concreta³ –, torna-se fundamental para enquadrar a regulação jurídica da atividade construtiva medieval em Portugal. É que, mais do que um produto abstrato da vontade do legislador, ou até, com o propósito de atender ao interesse público ou geral da coletividade, o controlo das práticas construtivas nos primeiros séculos da nacionalidade teve como objetivo a supressão dos comportamentos abusivos e a resolução de disputas entre vizinhos⁴. Para o efeito, existia uma instituição própria e um oficial específico: a *almotaçaria* e o *almotacé*.

Mas para compreender verdadeiramente a origem e propósito da instituição portuguesa e do seu oficial, dada a evidente raiz árabe dos vocábulos⁵, é preciso recuar alguns séculos, mais concretamente à época da dominação islâmica do território da Península Ibérica, para aí encontrar um outro funcionário chamado *al-muhtasib*. Originário dos territórios muçulmanos do oriente em meados do século VIII, este foi o responsável pela instituição da *Hisba*, que tinha como desígnio ordenar o bem e interditar o mal em vários aspetos da vida. Inicialmente, a sua função, de base religiosa, era mais teórica e filosófica do que prática. Porém, o estabelecimento da islamização promovida pelos Abássidas levou a que *al-muhtasib* substituísse um outro funcionário, o *amil al-suq* ou *sahib al-suq* (chefe do mercado) que, por sua vez, correspondia à versão árabe de um funcionário helénico também presente no império bizantino, o *agorânomos*, encarregue da inspeção dos mercados, dos produtos, dos pesos e das medidas, do controlo da construção, da limpeza urbana e das disputas laborais. Se o *sahib al-suq* foi trazido para o território do al-Andaluz pelos Omíadas no século VIII, a posterior independência deste território do califado dos Abássidas teve como consequência um atraso no aparecimento do *al-muhtasib*, o qual só se tornou corrente dois séculos depois, durante os reinos de taifas. Porém, também aqui o último acabou por desempenhar as funções administrativas, económicas e de polícia que eram cometidas ao primeiro, substituindo-o e eclipsando-o⁶.

³ HESPANHA, António Manuel – *História das instituições, Épocas medieval e moderna*. Coimbra: Almedina, 1982, pp. 13-16.

⁴ BEIRANTE, Maria Ângela – “Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais: Santarém e Évora”. in TAVARES, Maria José Ferro (coord.) – *A Cidade, Jornadas Inter e Pluridisciplinares*. Lisboa, Universidade Aberta, 1993, vol. 2, p. 74.

⁵ SOUSA, João de – *Vestigios da Língua Árabe em Portugal, ou Lexicon etymológico das palavras, e nomes portugueses que tem origem árabe*. Lisboa: Na Oficina da Academia Real das Ciências, 1789, p. 51.

⁶ GLICK, Thomas – “Muhtasib and Mustasaf: A Case Study of Institutional Diffusion”. in WHITE, Lynn (ed.) – *Viator: Mediaeval and Renaissance Studies*. Berkeley: University of California Press, 1971, vol. II, pp. 59-81; CAHEN, Claude; TALBI, Mohamed – “Hisba (I – Généralités: Sources, Origines, Functions)”. in LEWIS, B. et alli (ed.) – *Encyclopédie de L'Islam*. Leyde: E.J. Brill, 1975, vol. III, pp. 503-505.

Com a *reconquista* cristã da Península Ibérica – que não provocou o total desaparecimento das estruturas jurídicas e administrativas vencidas⁷ –, o cargo de *al-muthasib* foi mantido nas novas comunidades emergentes, sendo a sua designação cristianizada, resultando em diferentes variantes gráficas à pronúncia hispânica do termo árabe. Assim, em Portugal passou a chamar-se *almotacé*, em Castela ganhou o nome de *almotacén* e em Aragão o termo perdeu o artigo *al-* ficando com a forma de *mustaçaf*⁸.

Todavia, se o funcionário islâmico era nomeado diretamente pelos membros da autoridade central, o que permitia a esse poder manter um apertado controlo sobre a administração e vida económica das áreas urbanas – sistema, aliás, também guardado nas coroas de Castela e Aragão –, no reino de Portugal operou-se, desde logo, uma mudança significativa. A capacidade de escolha ou seleção dos elementos que desempenhariam o cargo passou para a esfera concelhia. Este foi, pois, um benefício concreto que os governantes transferiram para as organizações urbanas como forma de mostrar a sua gratidão no processo de conquista e povoamento do território. No foral de Tomar de 1174, pertencente à tradição foraleira da área de Coimbra, e em alguns dos forais seus derivados⁹, caso de Castelo do Zêzere de 1174, de Pombal de 1176, de Ourém de 1180 e de Torres Novas (versão latina) de 1190, aquela jurisdição foi claramente assinalada instituindo-se a fórmula do seu encargo: “almotace sit de concilio”¹⁰.

Já nos forais de Santarém, de Lisboa e de Coimbra de 1179 outorgados por D. Afonso Henriques – e talvez devido ao reconhecimento da importância destas povoações –, a liberdade dos concelhos na escolha destes seus funcionários foi refreada, devendo ser compartilhada pelo delegado do poder régio: “e a almotaçaria seia do conçelho da uilla, e seiam metudos os almotaçes pelo alcaide e pelo conçelho da uilla”¹¹.

Porque as cartas de foral destes três últimos concelhos foram tomadas como modelo por outras povoações¹², o sistema de escolha bipartida foi, numa primeira fase, propagado a outras vilas do reino, primeiro a sul do rio Mondego e depois a

⁷ PINTO, Eduardo Vera-Cruz – *A importância do elemento muçulmano na formação do Direito Português*. Monografia elaborada para o concurso para recrutamento de assistentes estagiários apresentada à Universidade de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 1985, pp. 33-38.

⁸ SEVILLANO COLOM, Francisco – “De la institución del Mustaçaf de Barcelona, de Mallorca y de Valencia”. in *Anuario de Historia del Derecho Español*. Madrid. Vol. 23 (1953), pp. 525-538; CHALMETA GENDRÓN, Pedro – “La figura del almotacen en los fueros y su semejanza con el zabazoque hipano-musulman”. in *Revista de la Universidad de Madrid*. Madrid. Vol. XIX, 73 (1970), pp. 148-149.

⁹ REIS, António Matos – *Origens dos municípios portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002, pp. 143-151.

¹⁰ Cf. *Portugaliae Monumenta Historica, a saeculo octavo post christum ad quintumdecimum, Leges et Consuetudines, Volumen I*. Lisboa: Olisipone Typis Academicis, 1856 (doravante *PMH-LC I*), pp. 399-403, 404-405, 420-421, 477-481.

¹¹ Cf. *PMH-LC I*, pp. 405-418.

¹² REIS, António Matos – *Origens dos municípios...*, pp. 172-174.

sul do rio Tejo¹³. No entanto, o que depois acabou por ser adotado definitivamente e para a generalidade dos concelhos portugueses, que não tinham outros vínculos, foi a autonomia da decisão municipal, embora os concelhos sujeitos ao regime senhorial mantivessem, por vezes, a prática de ambos, os elementos da organização municipal e os elementos senhoriais ou seus delegados, decidirem conjuntamente sobre a seleção dos almotacés.

Um exemplo concreto dessa gestão partilhada encontra-se no burgo do Porto. Enquanto senhorio episcopal, o bispo nomeava um ou dois religiosos e o concelho escolhia outros tantos homens-bons, tendo todos estes elementos a competência da almotaçaria. No seguimento dos vários conflitos ocorridos entre os bispos, moradores e monarcas, em especial durante o século XIV, o concelho começou a reunir algumas das alçadas administrativas, sendo que, em 1391, a seleção dos quatro almotacés (dois para o Fundo da Vila e dois para o Cimo da Vila) era já da sua inteira exclusividade. Com o fim do senhorio episcopal, pela transferência da jurisdição da cidade para a Coroa no início do século seguinte, o concelho portuense, relativamente à almotaçaria, tornou-se idêntico a tantos outros concelhos portugueses¹⁴.

Para Lisboa, foi D. Sancho I quem ratificou a prerrogativa daquela instituição ser exclusiva do concelho por via de privilégio régio: “conservai a vossa almotaçaria e dispõe dela à vossa vontade; Da almotaçaria – Mando que seja sempre do concelho”¹⁵.

Deve-se, contudo, a D. Afonso IV a primeira regulação geral e para todo o reino sobre esta matéria no decénio de 1340¹⁶. A escolha dos indivíduos que ocupariam o cargo da almotaçaria passaria a ser feita pelos homens-bons e vereadores, através de eleição, no início de cada ano. Os almotacés, moralmente, deveriam ser dos melhores e dos mais honrados nas povoações, para não deixarem que a cobiça afetasse as suas decisões e, profissionalmente, não poderiam andar ocupados com outros cargos, de modo a cumprirem integral e competentemente as diversas tarefas que tinham a cargo. Ao todo, deveriam ser selecionadas vinte e

¹³ Por exemplo, nos forais de Povos, Leiria, de 1195; Alcobaça, de 1210; Montemor-o-Velho, Alenquer, Vila Franca de Xira, de 1212; Torres Vedras, de 1250; Beja, de 1254; Estremoz, de 1258; Silves, de 1266; Aguiar, de 1269; Castro Marim, de 1277, a escolha do almotacé estava a cargo do alcaide e do concelho; e nos forais de Odemira, de 1255; Monforte, de 1257; Vila Viçosa, de 1270; Evoramonte, de 1271, a cargo do pretor e do concelho. Cf. *PMH-LC I*, pp. 491-723.

¹⁴ SOARES, Torquato de Souza – *Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do Porto durante a Idade-Média*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1935, pp. 100, 118.

¹⁵ Cf. cartas régias de Agosto de 1204 e de 7 de Dezembro de 1210, publicadas por CAETANO, Marcelo – *A administração municipal de Lisboa durante a 1ª dinastia (1179-1383)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1981, pp. 124-126, 127-129.

¹⁶ Documento balizado entre 1340 e 1348, por CAETANO, Marcelo – *A administração municipal de Lisboa...*, p. 77.

quatro pessoas, as quais atuavam aos pares, duas em cada mês do ano, por forma a evitar fraudes ou compadrios¹⁷. Provavelmente, tal sistema deve ter sido uma adaptação do que se praticava nas principais povoações do reino, pois sabe-se que desde final do século XIII em Santarém, Beja, Torres Novas¹⁸ e Lisboa, os almotacés serviam aos pares e mensalmente. E de Lisboa sabe-se mais: que o primeiro par do ano ficava à partida designado, sendo os lugares ocupados pelos alvazis, ou seja os juízes concelhios, do ano transato¹⁹.

Mas a generalização dos usos praticados em determinadas cidades foi um processo que se repetiu mais vezes. Pelo regimento da cidade de Évora, do início do século XV, sabe-se que outros oficiais concelhios também transitavam para o lugar de almotacé. No primeiro e segundo mês, cumpriam a tarefa os juízes, no terceiro e quarto os vereadores, e no quinto os procuradores, todos do ano anterior. Nos restantes sete meses, deveriam ser escolhidos outros indivíduos entre os homens-bons²⁰. Este regimento – que foi adaptado por outras povoações vizinhas, como é o caso de Arraiolos²¹ – serviu de base para a nova regulação sobre a organização e gestão municipal de todo o reino integrada nas *Ordenações Afonsinas* de 1446. De facto, e para além das pequenas variantes que constituem os títulos XXVI a XXX do primeiro livro das *Ordenações* relativamente aos títulos iniciais do regimento eborense, não é de somenos importância que o corregedor da corte de D. João I, João Mendes de Góis, tenha sido simultaneamente encarregado de redigir o regulamento local e de reunir e compilar a legislação geral²².

Promulgadas somente no reinado de D. Afonso V, as *Ordenações*, relativamente ao título dos almotacés, registam uma redução dos oficiais que transitavam do ano precedente – tal como acontecia na versão de Arraiolos²³ –, ajustando-se assim às condições dimensionais, políticas e económicas da maior parte dos concelhos

¹⁷ Cf. Título “Como se deuem fazer os almotaçes na uillas asi como os mayores ou meores”, em *Livro das Leis e Posturas*. Prefácio por Nuno Espinosa Gomes da SILVA; leitura paleográfica e transcrição por Maria Teresa RODRIGUES. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1971, pp. 275-276.

¹⁸ Cf. “Costumes de Santarém comunicados a Oriola”; “Costumes e Foros de Beja”; e “Costumes e Foros de Torres Novas”. in *Portugaliae Monumenta Historica, a saeculo octavo post christum ad quintumdecimum, Leges et Consuetudines, Volumen II*. Lisboa: Olisipone Typis Academicis, 1868 (doravante *PMH-LC II*), pp. 36-44, 51-73, 88-97.

¹⁹ Particularidade descrita na carta régia de 28 de Janeiro de 1299, publicada por CAETANO, Marcelo – *A administração municipal de Lisboa...*, p. 52, 133.

²⁰ Cf. *Titollo dos almotacees* do Livro do Regimento de Évora, em *Os regimentos de Évora e de Arraiolos do século XV*. Introdução e revisão por Hermínia Vasconcelos VILAR, leitura e transcrição por Sandra PAULO. Évora: CIDEHUS-UE, 2012. Disponível online, em http://issuu.com/cidehus/docs/regimento_final_09-09-14, pp. 24-28.

²¹ Cf. Livro do Regimento de Arraiolos, em *Os regimentos de Évora e de Arraiolos...*, pp. 81-85.

²² Ver sobretudo: BEIRANTE, Maria Ângela – *Évora na Idade Média*. Lisboa: JNICT, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 665-666.

²³ Cf. *Titollo dos almotacees* do Livro do Regimento de Arraiolos, em *Os regimentos de Évora e de Arraiolos...*, p. 81.

portugueses. Ora, como a grande maioria das vilas e cidades não deveria dispor, no corpo de oficiais concelhios, de quatro juizes, quatro vereadores e dois procuradores²⁴, a solução encontrada foi utilizar os oficiais concelhios do ano transato apenas para os três primeiros meses do ano, colocando respetivamente, dois juizes ordinários, dois vereadores e um vereador com o procurador, escolhendo outros indivíduos para os restantes nove meses²⁵.

Se a vinculação da almotaçaria portuguesa à organização concelhia constituiu a principal diferença relativamente ao seu antecessor islâmico, o legado deste ainda se fez sentir nas funções desempenhadas, as quais correspondiam ao controlo de três importantes domínios da vida urbana: mercado, limpeza urbana e construção²⁶.

Nas posturas de Coimbra de 1145 – as mais antigas posturas portuguesas que se conhecem e que compreendem também a mais antiga menção ao almotacé na documentação regulamentar –, apenas aparecem como competências do almotacé fixar o preço na venda do peixe e do marisco, conceder o padrão para o fabrico das telhas e aferir as medidas de capacidade²⁷. Daí que, historiograficamente, a instituição da almotaçaria medieval portuguesa esteja especialmente ligada à história económica e às matérias relativas aos problemas de abastecimento dos mercados, às taxas sobre produtos transacionados ou aos tabelamento dos salários, tendo ainda como outra fonte fundamental a lei outorgada por D. Afonso III em 1253²⁸. Porém, como lembrou Alexandre Herculano – sobre aquele documento mas que também pode ser aplicado a este –, “É óbvio que neste diploma, destinado a corrigir abusos que se haviam introduzido, não se mencionam todas as funções da almotaceria, mas só aquelas sobre que nessa conjuntura era necessário tomar providencias”²⁹. Os domínios que se encontram em falta nestes diplomas são, portanto, os relativos à limpeza urbana e à construção. Se o primeiro acabou por ser inscrito no título

²⁴ COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero – *O poder concelhio: das origens às cortes constituíntes. Notas de História Social*. Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986, pp. 9-19.

²⁵ Cf. prol., §§ 1 e 2, do Título XXVIII, Livro 1, das *Ordenações Afonsinas*. (Fac-símile da edição da Real Imprensa da Universidade, Coimbra, 1792, apresentação por Mário Júlio de Almeida COSTA). 5 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984 (doravante OA), pp. 179-181.

²⁶ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello – *A forma e o poder, Duas agendas da cidade de origem portuguesa nas idades Medieval e Moderna*, 2 vols. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Federal do Paraná. Curitiba: [s.n.], 1998, p. 26.

²⁷ Cf. *PMH-LC I*, pp. 743-744 ou, na versão fac-símile, transcrição e tradução, em COELHO, Maria Helena da Cruz – *O município de Coimbra. Monumentos fundacionais*. Coimbra: Câmara Municipal, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, pp. 119-130.

²⁸ Cf. *PMH-LC I*, pp. 191-196, ou, na versão traduzida e atualizada, em *Lei de Almotaçaria 26 de Dezembro de 1253*. 3ª edição. Introdução, tradução e notas por Aristides PINHEIRO e Abílio RITA. Lisboa: Banco Pinto & Sotto Mayor, 1988.

²⁹ HERCULANO, Alexandre – *História de Portugal – Desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de D. Afonso III*. Edição crítica por José MATTOSO. Lisboa: Livraria Bertrand, 1981, vol. 4, p. 322.

dos almotacés das *Ordenações Afonsinas*³⁰, o último manteve-se omissivo na lei geral medieval, algo que tem levado a considerar que essas atribuições foram adquiridas mais recentemente com *O Venturoso*, pois, de facto, elas encontram-se presentes nas *Ordenações Manuelinas*³¹. Todavia, e apesar de os dados serem fragmentários e por vezes indiretos, consegue-se documentalmente certificar que no período medieval, pelo menos para algumas das mais importantes cidades e vilas do reino, o controlo da atividade construtiva se encontrava na alçada dos almotacés.

É, pois, para Évora que se descobre a mais antiga referência sobre este domínio, precisamente nos costumes daquela cidade que foram comunicados a Terena em 1280. Por eles, percebe-se que o almotacé detinha grandes competências, devendo ser chamado a resolver quezílias, entre outras, sobre casas e azinhagas³².

Pelos costumes e foros de Santarém (comunicados a Borba) ou pelos costumes e foros de Beja, ambos do final do século XIII – muito similares nos itens em causa, devido à conexão entre os dois diplomas³³ –, conhecem-se indiretamente as funções sobre o domínio da construção. Um dos artigos regulava que as mulheres não podiam chamar os almotacés, especificamente sobre matérias de águas, paredes ou azinhagas, se os respetivos maridos estivessem presentes nas vilas. O outro regulava as penas que os oficiais deveriam levar ao fazer justiça sobre as quezílias de azinhagas, paredes e monturos, sendo estas de cinco soldos, devendo ainda os transgressores serem colocados no pelourinho³⁴.

³⁰ Cf. §§ 14 a 16, do Título XXVIII, Livro 1, das OA, pp. 184-185. Ver ainda BEIRANTE, Maria Ângela – “Saúde pública em Évora durante a Baixa Idade Média”. in idem – *O ar da cidade. Ensaio de História Medieval e Moderna*. Lisboa: Edições Colibri, 2008, pp. 223-233.

³¹ Saliente-se que LANGHANS, Franz-Paul de Almeida – *Estudos de direito municipal, As posturas*. Lisboa: Instituto Jurídico da Faculdade de Direito de Lisboa, 1938, pp. 30-31 e RODRIGUES, Maria Teresa Campos – “Aspectos da administração municipal de Lisboa no século XV”. in *Revista Municipal*. Lisboa, vol. 101-102 (1964), p. 70, reconheceram o controlo da atividade construtiva pela almotaçaria portuguesa durante o período medieval, ainda que de forma breve. Deve-se, contudo, a recente recuperação deste tema a PEREIRA, Magnus Roberto de Mello – *A forma e o poder, Duas agendas...*

³² Cf. Costumes de Terena comunicados de Évora, em *PMH-LC II*, p. 85: “Item todolos danos das vinhas e dos farregeaes e das casas e das azinagas E dos valados E das almuyas e das carreiras e dos alquiees das casas E dos alquiees das rendas das herdades E de todolos obreiros que saem pera os serviços fazer por seu preço talhado de cada dia ou de empreitada sejam todos chamados e julgados pelos almotacees E penhorados pelos seus andadores dos almotacees. E os que quiserem agravar do joyzo dos almotacees possanse agravar a joyzo dos joyzes”.

³³ VIANA, Mário – “Um testemunho de direito consuetudinário (1281)”. in *Arquipélago. História*. Ponta Delgada. Série II, vol. 4 (2002), pp. 399-415.

³⁴ Cf. Costumes e Foros de Santarém, em *PMH-LC II*, pp. 29, 34: “§ De qual cousa nom devem seer chamados aos almotaçees. Nom he custume de chamarem os almotaçees sobre aguas ou sobre paredes ou sobre azinagas as molheres sem seos maridos se som na villa. § Da pea que os almotaçees devem levar e como. Custume he dos almotaçees que devem a levar de coomha des que almotaçarem pescado ou vino ou carne ou pam se a britarem v soldos cada que fezer porque. E outrossy das azinagas e das paredes e de monturos e de peso falso ou de medida falsa os almotaçees mayores devem a fazer iustiça e a iustiça poheremno no pelourinho e fazeremlhy contar de çima v soldos pera o Conçelho”; e Costumes e Foros de Beja, em *PMH-LC II*, pp. 69, 70: “§ Dos almotacees. Nom he costume de chamarem perdante os almotacees sobrelas aguas nem sobrelas paredes nem sobrelas azynagas as molheres se os maridos som na vila. § Dos almotaçees. Costume

Já os costumes e foros de Torres Novas, do final do século XIII ou inícios do seguinte, aumentam a pormenorização do que competia aos almotacés, confirmando claramente que este tinha a jurisdição de ouvir os feitos que envolvessem, entre outros, azinhagas, edifícios, assentamentos entre vizinhos, ruas, servidões e sua limpeza, rossios do concelho e das aldeias, e outros lugares do concelho, além dos canos e servidões de águas, portos, rios e fontes³⁵.

Para o Porto, através das inquirições promovidas por D. Afonso IV, em 1339, fica-se a saber que nesta cidade, anteriormente ao bispado de D. Estevão (1310-1313) – que depois veio a concentrar a decisão no cabido –, quem tinha a atribuição para autorizar a construção e correção dos corpos avançados sobre a rua (balcões e sacadas) eram os elementos do concelho, mormente almotacés e juízes³⁶.

Outro vestígio encontra-se nas Cortes de Santarém de 1331. Nelas, o monarca, respondendo aos elementos concelhios lisboetas sobre uns agravamentos que se faziam nas casas régias, atestava que era jurisdição do almotacé, por “dereyto da almoaçarya”, e não dos vedores do rei, o juízo e embargo de questões relativas à abertura de janelas ou à construção de balcões³⁷.

he dos almotacees que devem levar de pena de pam e de vyno e de carne e de pescado v soldos. Outrossy de asynagas e de paredes e de monturos e de pesos falssos os almotacees mayores devem fazer justiça e esto he poelo no pelourinho e fazer de çima contra v soldos pera o concelho e tanto deve hy estar”.

³⁵ Cf. Costumes e Foros de Torres Novas, em *PMH-LC II*, p. 92: “He costume que os almotacees seiam metudos de cada mes pelos juizes e concelho. E estes almoatacees ham jurisdisçom douvir os feytos, que pertencem da almoaçaria convem a saber azinhaguas e de canos daguas ou de servidões delas e destrados que alguuns fazem ou querem fazer em seus loguares e dos hedifícios e aseentamentos que alguuns fazem entre ssey e das rruas e das servidões e linphidades delas e dos rresios e dos logares de que o concelho husa de servir e de medidas do concelho e dos mesteyraes da çapataria e dos alfayates e dos outros ceeyros e dos portos dos rryos e das fontes e das servidões dellas e dos resios das aldeyas e da comonydade de cada hum dos logares. Pero se acontece que alguuns demandam ou querem demandar algumas pessoas que tambem se o demandador come o demandado som higuaaes assy como vezinho e vezinho per razom de servidõe dizendo que a deve daver per sa herdade per algum rribeiro e fonte. que esto feyto que he dos juizes e que os juizes convem e desembargam e que se cada huma das partes apella que lhy dam a apellaçom pera elRey. Mays se acontece que a sservidom he entre concelho e concelho ou entre aldea e aldea que o feyto seja comum. E os almotacees som ende juizes e que se apellam as partes que apellam pera os juizes e que outra apellaçom nom ha hy...”.

³⁶ Cf. Título Cento e Dez da *Enquiriçom que foy tjrada por mandado dellrey Dom Affonso o quarto...*, em *Corpvs Codicvm Latinorvm et Portugalensivm eorvm qui in Archivo Mvncipali Portvcalensi asservantvr Antiqvissimorvm, Volvmen I (Diplomata, Chartae et Inqvisiones)*. Porto: Câmara Municipal, 1891, p. 41: “Jtem. Aquelles que am casas e pardjnheiros na dita Cidade, e os quiserem tirar e acrecentar majs adeante queo que senpre esteuerom, conuem assaber: que os queiram tirar sobre as ruas e rressios da dita Cidade, nom opodem fazer sem lecença e mandado do senhoryo da dita jgreia. E sse os tirarem ou acrecentarem sobre as ditas ruas e rressios sem lecença e mandado do dito senhorjo, ribarlhosha o senhoryo. Disserom as testemunhas nichel do dito artjgo. Ante dizem que os almotacees e os juizes ofazem fazer e correger. Eesteuam de lamego diz que no tempo do bispo dom Steuam, que aquelles que taaes cousas queriam fazer dauam por ende algo ao procurador do bispo. Equeo uyo leuar ao dito pero duram, seendo procurador do dito Bispo. E Martjm sembaruas, e pero afom e joham lourenço, jrmãao do dito steuam de lamego, disserom que assy o ouurom dizer. Ejoham migueez e martim dominguez, e gonçallo pirez penetas, com outras testemunhas que hi sijam disserom que os uiram derribar aos do concelho taaes esteos e taaes casas como estas”.

³⁷ Cf. Cortes de Santarém de 1331, Capítulos Especiais de Lisboa, Artigo 26, em *Cortes Portuguesas, Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982, p. 69.

E, pelas posturas do concelho de Lisboa, coligidas no século XIV, apreende-se que os almotacés eram os magistrados incumbidos de resolver quezílias sobre ações construtivas que fossem ilegais ou que provocassem dano em domínios alheios, e que envolvessem determinadas estruturas ou peças específicas, como paredes, portais, frestas, janelas, balcões, traves de madeira e canos de escoamento³⁸.

Todos estes dados facultam, assim, importantes informações sobre o extenso raio de ação dos almotacés no controlo da atividade construtiva. Mas, as mesmas fontes possibilitam ainda retirar outros esclarecimentos relativos à própria atuação do almotacé. Os oficiais que estavam encarregados do controlo da atividade construtiva eram, por vezes, denominados de *almotacés-maiores*, como em Santarém³⁹, Beja⁴⁰ e Torres Novas⁴¹, ou *almotaces-grandes* ou *almotacés-mores*, em Lisboa⁴², porque os *menores* ou *pequenos*, que aqueles escolhiam para os auxiliarem, ficavam incumbidos de trabalhos inferiores, sobretudo na limpeza e no mercado.

Os almotacés trabalhavam, então, na resolução de conflitos, os quais eram compelidos a intervir sempre que alguém os chamasse por se sentir prejudicado devido às obras de outrem e atuavam em qualquer dia ou lugar ouvindo as partes interessadas⁴³. Feita a queixa, os oficiais certificavam o caso e mandavam embargar

³⁸ Cf. § 3, das *Posturas do Concelho de Lisboa (século XIV)*. Apresentação por Francisco José VELOZO; transcrição paleográfica, nótula e vocabulário por José Pedro MACHADO. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa, 1974, p. 45: “Em toda demanda que façam assy de parede como de portal que diz alguu a outro que lhi nom deue ali fazer ou que lha ffaz enno sseu Ou sobre demanda que ffaçam d azeual ou d esterco ou sobre agoa uerter ou sobre demanda de ruas e de feestras e d azinhagaas e de paradeeyros e de ianelas e de madeyra poer nas paredes e sobre fazer ou alçar casas e sobr eyxurros e canos e sobre balcoens ou sobre tauoados fazer e sobre feytos das eruas e das carreyras e das calçadas fazer E ssobre os monturos e as fontes alinphar e reguardar e adubar E outrossy sobre vinho de ffora poer e sobre todalas as cousas conpradas que forem pera vender todas estas cousas sobreditas fazem e pertencem A Almotaçarya”.

³⁹ Cf. primeira parte da nota 34.

⁴⁰ Cf. segunda parte da nota 34.

⁴¹ Cf. *Costumes e Foros de Torres Novas*, em *PMH-LC II*, p. 91: “E da clausula do foro em que diz que o almotacé seia do concelho. He costume aguardado de sempre daver hy dous almotacees mayores. Estes almotacees som jurados polos juizes do concelho e estes almotacees fazem huum vezinho e fazemno jurar que bem e dereitamente screva em o officio da almotaçaria... cousas que cumprirem”.

⁴² Cf. § 2, das *Posturas do Concelho de Lisboa...*, p. 45: “Deue o Concelho com o Alcayde ffazer en cada mes Almotaçees e deuem nos fazer eno primeiro dia do mes e deuen ffazer dous Almotaçees grandes que seia huu caualeiro e o outro çidadão. E estes deuem fazer outros dous meores a so ssy que andem en seu logo ou deuem seer dados do concelho sse os eles nom poderem auer E tanben os Almotaçees grandes come os pequenos deuem jurar E sse per uentura nom poderem auer caualeyro que façam Almotaçe con o Cidadão deuem fazer dous cidadãos e toda a renda da almotaçarya deue seer do concelho e fazerem dela sa uoontade como quiserem”. Não se deve, porém, confundir este cargo superior da almotaçaria local com o cargo régio de *almotacé-mor*, cuja função era controlar o abastecimento dos géneros alimentícios da Corte e da limpeza dos caminhos por onde aquela andasse, o qual já existia em 1439, tendo sido alvo de várias queixas que levaram, por vezes, à sua abolição. Cf. SOUSA, Armindo de – *As cortes medievais portuguesas (1385-1490)*, 2 vols., Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1990, vol. 2, pp. 330, 485, 490-491.

⁴³ Cf. *Costumes e Foros de Torres Novas*, em *PMH-LC II*, p. 92: “He costume que os almotacees em cada huum dia e em cada huma hora cada que quiserem e em qual logar quiserem ouvyr os feytos das almotaçarias ouvylos ham e filharam os feytos dellas e ouvyrom as partes hu quiserem e cada que quiserem e terminharom os feytos per sas sentenças assy como acharem que he direito”.

as obras, as quais deveriam ficar paradas até se verificar de que lado estava a razão. Se assim não fosse, o dono de obra era punido com penas pecuniárias e com a obrigatoriedade de demolição de tudo aquilo que entretanto tivesse erigido após o embargo⁴⁴. O processo era sumário e bastante breve, sendo inclusivamente a sentença imposta de modo oral, e todo o ato era gratuito não podendo haver custas além do correspondente às escrituras, sempre que alguém as solicitasse⁴⁵. Quando não havia concordância com o estipulado, qualquer das partes, fosse ela autora ou ré, podia recorrer da decisão apelando para os juízes dos concelhos, tal como se encontra definido, desde logo, nos costumes e foros de Évora⁴⁶, de Santarém⁴⁷, de Torres Novas⁴⁸, ou nas confirmações régias para Lisboa⁴⁹. Se ninguém apelasse, a parte condenada estava obrigada a acatar a sentença, sujeitando-se a mais penas pecuniárias por cada dia de incumprimento⁵⁰. Se apelasse, o caso era novamente julgado saindo nova sentença, a qual podia manter ou denegar a decisão anterior,

⁴⁴ Cf. § 11, das *Posturas do Concelho de Lisboa...*, pp. 46-47: “Os Almotacees deuem poer testaçom en qualquer logar de que lhi fezerem queixume sse lho alguem demandar ou disser so pea de Lx. ssoldos. que non laure em Aquela cousa nem faça y mays ata que cada huum aia seu deryto. E sse aquel a que testarem A cousa fezer y despys algua cousa sobrela Atestaçom deuem os Almotaçees Amandar que se desfaça tod aquilo que despoys y ffoy feyto e leuaram del os lx. ssoldos. de pea por que brytout sa Atestaçom E sse acharem que aquela cousa nom deue aly a sser feyta per custume ou per deryto alguu mandaram que o desfaça todo quanto y ffez quer fosse ante da atestaçom quer depoyts”.

⁴⁵ Cf. Costumes e Foros de Torres Novas, em *PMH-LC II*, p. 93: “He costume que entanto os feytos andarem perante os almotacees que ainda seia vençudo o outor do rreoo ou o rreoo do outor que nom levaram custa, senom das screturas”.

⁴⁶ Cf. parte final da nota 32.

⁴⁷ Cf. Costumes de Santarém, in BRANDÃO, Zeferino – *Monumentos e lendas de Santarém*. Lisboa: David Corazzi, 1883, p. 421: “Da demanda da almotaçaria. Custume he, que en feito dalmotaçaria, quem faz maa demanda, ou boa ou defenda bem, ou mal, apele bem ou mal, pera os alvazijs, qua non vay alhur apelaçom, que desto non ha hi custas. Como se guarda este custume. E esto se guarda, e este he danoso no feito das custas, que hy non ha, que per esta razom se fazem muitas malicias, e muitas perlonga”; ou os Costumes de Santarém comunicados a Oriola, em *PMH-LC II*, p. 40: “Costume é que [...] dos Almotacees pode apelar pera os Alvazijs e seguir apelaçom ata tres dias e des ali adeante non lhi valer”.

⁴⁸ Cf. Costumes e Foros de Torres Novas, em *PMH-LC II*, p. 92: “He costume que os feytos das almotaçarias seiam primeiramente demandadas perante os almotacees, e os almotacees conhecerom dos feytos e daram hy sentenças primeiramente. e se cada huma das partes contra que for dada a sentença apellar pode apellar pera o juiz. E se pera alhur apellar, nom lha daram. E o juiz ou os juizes que conhecerom da dita apellaçom se julgar que o almotacé bem julgou per costume tornarse o feito aos almotacees e conheceram del. E sse julgado he polo juiz ou juizes que os almotacees mal julgarom per costume stá que os juízes conhoscamos do feyto e desenbarguem até a sentença definitiva. E sse se alguma parte agravar de tal feyto e apelar os juizes per costume nom lhy daram a apellaçom mays fará cumprir e aguardar sa sentença. E per ElRey assy está mandado”.

⁴⁹ Cf. nota 37, e traslado em pública-forma de 9 de Maio de 1357 da carta régia de 23 de Fevereiro de 1355, em Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Histórico (doravante AML-AH), *Chancelaria da Cidade, Livro I de Sentenças*, doc. 7.

⁵⁰ Cf. § 15, das *Posturas do Concelho de Lisboa...*, p. 47: “Se os almotaçees derem Juyzo sobre algua cousa de que as partes nom apelam e aquelle contra quem derem o juyzo o nom quizer comprir assy como os Almotaçees mandarem. deue peytar cada dia ate ix. dias v. ssoldos. cada dia. E sse passar os ditos noue dias que nom conprir o que os almotaçees mandarem des entom adelante deue peytar cada dia Lx. ssoldos. E esta pena deuem na leuar os Almotaçees e o Alcaide per mandado dos Aluazijs deuem ffazer comprir o Juyzo qual foy dado pelos Almotaçees e leuaren dele a pea de suso dita”.

passando a ser definitiva, pois dela não havia possibilidade de recurso. Ao escrivão da câmara competia registar por escrito as sentenças das apelações que acabavam por funcionar como jurisprudência, sendo invocadas em pleitos de natureza semelhante, mesmo depois de passados muitos anos⁵¹.

Com a promulgação das *Ordenações Afonsinas*, o valor das causas passou a regular as instâncias das apelações: até à quantia de dez mil libras os casos subiam para os juízes dos concelhos e acima daquele valor deveriam ser resolvidos pelos juízes em conjunto com os vereadores nas sessões de câmara⁵².

Daí que também pelas sentenças das apelações cheguem vários informes que concorrem para o conhecimento das normas utilizadas no controlo da atividade construtiva. A título de exemplo, refira-se alguns pleitos sucedidos a norte do rio Mondego. Em Guimarães, em 1332, Estevão Eanes foi obrigado a fechar uma janela que tinha aberto indevidamente nas traseiras da casa que habitava, na Rua de Santa Maria, propriedade do mosteiro da Costa, pois colocava em causa a qualidade da água de um poço recém-descoberto no quintal do vizinho, o cónego Martim Alvelo⁵³. Em Viseu, em 1382, Afonso Martins e sua mulher Aldonça foram obrigados a encerrar uma porta que tinham aberto ilegalmente, com pedras ou tábuas, pois por ela conseguiam acesso para as casas do cabido, além de as devassar visualmente⁵⁴. Já em Barcelos, também no século XIV, o abade da vila, Aires Dias, autorizou temporariamente o mercador Afonso Reis a manter a janela que tanto lhe incomodava, por devassar o quintal da casa da igreja, embora ficasse estabelecido que a qualquer momento podia ser obrigado a fechá-la⁵⁵. E muitos outros pleitos medievais relativos a janelas, paredes, goteiras, ou balcões com certeza que se encontram registados em vários arquivos municipais portugueses.

Apesar do carácter genérico das indicações contidas nos primeiros costumes e foros locais – também justificado pelas diversas matérias reguladas naqueles diplomas –, não se pode esquecer que por detrás existia um conhecimento específico e técnico que os almotacés deveriam ter para poder atuar em conformidade legal. E, tal como aconteceu em muitos outros domínios do direito, essas regras devem

⁵¹ Por exemplo: uma sentença dada por D. Dinis, em 1296, sobre a reconstrução dos muros da cidade de Lisboa serviu como demonstração para um outro pleito, sobre a mesma matéria ocorrido em 1645, tendo sido copiada do livro das sentenças e incluída ao processo. Cf. segunda certidão que acompanha a consulta da câmara ao rei de 14 de Outubro de 1645, em OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do Município de Lisboa*. 17 vols., Lisboa: Typographia Universal, 1882-1911, vol. 4, pp. 616-617.

⁵² Cf. § 26, Título XXVI, § 13, Título XXVII e § 19, do Título XXVIII, Livro 1, das OA, pp. 168, 176, 185-186.

⁵³ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães, Duas vilas, um só povo. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: CITCEM, Universidade do Minho, 2010, pp. 341-342, 467.

⁵⁴ Cf. Arquivo Distrital de Viseu, *Coleção de Pergaminhos*, maço 50, n.º 32.

⁵⁵ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – “Barcelos, terra de Condes: esboço da vila medieval (parte II)”. in *Barcelos – Revista*. Barcelos. Série II, Vol. 3 (1992), p. 26.

ter sido, num primeiro momento, transmitidas oralmente até serem fixadas na forma escrita.

Em Lisboa, tal conhecimento foi coligido num regulamento próprio, justamente por iniciativa de um oficial do cargo, o almotacé-maior João Esteves Correia, em 1444⁵⁶. Neste regulamento, contendo quarenta e oito itens⁵⁷, encontram-se cláusulas relacionadas com os domínios do mercado e da limpeza urbana, embora a grande maioria, precisamente vinte e seis itens, diga respeito à atividade construtiva. Destes últimos, três itens correspondem à cópia das posturas do século XIV⁵⁸, sendo um destes o artigo que define genericamente as funções do oficial (§ 4) e os outros dois os que regulam as queixas (§§ 20, 39). Já os restantes vinte e três novos itens podem ser organizados tematicamente da seguinte maneira. Oito parágrafos regulam a abertura de vãos (janelas e portas) em diversas situações físicas: sobre quintal de outrem (§§ 21 e 47); encostados a outros edifícios (§ 29); em becos (§ 30); nas azinhagas (§31); sobre telhados vizinhos (§ 32); fronteiros a outros vãos existentes (§ 40); ou verticalmente num edifício com diferentes moradores por piso (§ 48). Um artigo limita a altura dos edifícios (§ 22) e três dirigem-se à gestão das paredes meeiras (§§ 23, 26, 27). Dois ocupam-se da apropriação de muros alheios ou da própria cidade (§§ 37, 46) e mais dois tratam da construção de balcões e sobrados saídos sobre o espaço público, bem como a abertura de janelas sobre estas estruturas (§§ 28, 43). Outros tantos proíbem a edificação de elementos salientes como escadas, ramadas ou alpendres que dificultem as entradas dos vizinhos ou a própria circulação viária (§§ 41, 42). Três referem-se às águas pluviais que vertem sobre telhados alheios (§§ 24, 25, 44) e um outro disciplina o modo de orientar o seu escoamento (§ 38). Acresce ainda mais um item que define os limites temporais para a prescrição da queixa (§ 3).

Pela análise deste conjunto de normas, consegue-se estabelecer, desde logo, uma característica determinante nas intervenções construtivas desta época: a ação construtiva de alguém estava dependente da relação física e visual que a nova estrutura a construir, reconstruir, acrescentar ou modificar estabelecesse com outras existentes. Mais: se alguém se antecipasse na construção, relativamente aos seus vizinhos colaterais ou fronteiros, ganhava direitos, que seriam válidos para

⁵⁶ Cf. “*Forall da muy noble e sempre leall çidade de Lixboa que mandou fazer. Joham estevez correa escudeiro almotacee moor da çidade*”, em *Livro das Posturas Antigas*. Leitura paleográfica e transcrição por Maria Teresa RODRIGUES. Lisboa: Câmara Municipal, 1974, pp. 98-113. Ver ainda GONÇALVES, Iria – “Posturas municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa”. in *Estudos Medievais*. Porto. Vol. 7 (1986), pp. 155-172.

⁵⁷ Apesar dos itens do regulamento da almotacaria de Lisboa de 1444 não estarem enumerados, optou-se por fazê-lo, por forma a facilitar a sua identificação. Assim, excetuando o título, foi dado um número a todos os parágrafos do *Forall da muy noble e sempre leall çidade de Lixboa...*

⁵⁸ Cf. §§ 3, 11 e 15, das *Posturas do Concelho de Lisboa...*, pp. 45-47.

o resto do tempo, pois era pelos edifícios existentes que os restantes teriam de se guiar e adaptar (§§ 25, 31, 32, 40).

Alguns itens incluem a razão de ser das próprias normas: proibir que se espreitasse para a propriedade alheia (§ 21); impedir que se tapasse a luz natural dos vãos (§§ 22, 31, 47) ou que se obstruísse a entrada dos outros (§§ 41, 42); evitar que se danificasse as construções dos vizinhos (§§ 25, 37, 38) ou que se usurpasse o domínio de outrem (§§ 23, 26, 28), zelando pelo equilíbrio. Já as transgressões às regras eram, por princípio, punidas por meio de demolição (§ 42, 43). Por princípio, porque havia ressalvas. Se, por qualquer motivo, alguém infringisse determinados parâmetros e o seu vizinho prejudicado, estando presente, não se manifestasse ao longo de um ano e um dia, então a obra já não podia ser mais alvo de discórdia, passando a estar consolidada juridicamente (§§ 21, 47). Todavia, existiam ações construtivas onde o prazo de ano e dia não se aplicava (§§ 28, 29), podendo-se obrigar que as novas estruturas fossem revertidas para o seu estado inicial ou a qualquer outro que fosse melhor, quer para os vizinhos, quer para a comunidade (§§ 30, 38, 43, 46).

Ainda que, na sua maioria, as normas tivessem uma natureza proscritiva, regulando o que não se podia fazer, alguns itens continham prescrições, dando soluções concretas de modo a evitar o aparecimento de contendas entre vizinhos. Assim, à inibição de se poder construir uma varanda ou parede com vãos que deitassem sobre casa ou quintal de outrem é sugerida a construção de um muro alto, de modo a que ninguém por ele se conseguisse debruçar, conservando, por essa via, intacta a privacidade do vizinho (§ 21). Mas se alguém tivesse construído um edifício e aberto ilegalmente vãos sobre o quintal ou campo de outrem, este último para levantar a sua casa no seu próprio terreno só poderia construir na extrema e tapar aquelas janelas ilegais do vizinho enquanto estas não estivessem consolidadas juridicamente – o que acontecia pelo vencimento do prazo de um ano e um dia, sem contestação –, pois, caso contrário, seria obrigado a recuar a sua parede em cinco pés (correspondente a uma azinhaga), deixando esse espaço sem construções para iluminação e arejamento daquelas janelas (§ 47). Mesmo em edifícios separados por uma azinhaga, não se podia levantar uma parede que retirasse a luz da janela existente do vizinho, mas somente alçá-la até à altura do tal vão (§ 31). Já com uma rua pelo meio, os moradores de prédios fronteiros não poderiam abrir janelas e portas alinhadas com as dos vizinhos da frente, mas apenas desviadas (§ 40).

A comparação entre as normas lisboetas com os preceitos inscritos nas sentenças das apelações referidas (ou outras conhecidas) permite perceber uma grande proximidade nas regras para o controlo da atividade construtiva durante

o período medieval. Tal leva mesmo a intuir que a generalização de tais práticas possa ter ocorrido bem antes de Trezentos, para todo o território português.

Outrossim, o cotejo entre as normas lisboetas e as regras muçulmanas sobre a mesma matéria possibilita identificar princípios similares, podendo-se, assim e também nas normas, aludir à matriz islâmica. Para o efeito, existem duas fontes escritas que permitem, em concreto, a análise⁵⁹. Uma é o texto de Ibn al-Imam, um jurista de Tudela (Espanha) do século X, que escreveu *Kitab al-qada' wa-nafy al-darar 'an al-afniya wa-l-turuq wa-l-judur wa-l-mabani wa-l-sahat wa-l-shajar wa-l-jâmi*⁶⁰ ou *Livro do julgamento e da condenação dos prejuízos que afetam os espaços livres ao redor dos edifícios, as ruas, os muros, os edifícios, as praças, as árvores e a mesquita-mor*. A outra é o texto de Ibn al-Rami, um mestre construtor que servia como especialista judicial em Tunes (Tunísia) no século XIV, que deixou o *Kitab al-i'lan bi-ahkam al-bunyan*⁶¹ ou *Livro da divulgação dos regulamentos da construção*⁶².

Nestes livros, enquanto compêndios de *fiqh al-bunyan* ou jurisprudência da construção – contendo decisões judiciais mas também opiniões formuladas por juristas eminentes –, encontra-se um conjunto de regras sobre múltiplos aspetos relativos à construção, com o objetivo prático de servirem como referência em situações iguais ou semelhantes. Tais regras aludem quase sempre

⁵⁹ Apesar da discrepância das datas e dos lugares dos textos islâmicos em causa – um deles, aliás, produzido fora do al-Andaluz e em época posterior à reconquista cristã, não podendo por isso ter influenciado diretamente a regulação portuguesa – a sua comparação ao documento de Lisboa torna-se admissível devido à natureza do direito e da própria legislação islâmica. Como afirmou VAN STAËVEL, Jean-Pierre – “Influencia de lo jurídico sobre la construcción, análisis d’ Ibn al-Imam al-Tutili (Tudela, final del siglo X)”. in PASSINI, Jean (coord.) – *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano, actas*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla – La Mancha, 2001. p. 212: “es necesario comenzar por recordar que el derecho musulmán es ante todo un derecho de juristas [... que] se debe esencialmente a la actividad de generaciones de jurisconsultos musulmanes, que han contribuido en el espacio de dos siglos [...] a constituir y consignar después por escrito un formidable *corpus juris*, que servirá de referencia a los juristas posteriores”. Dai que o que se encontra nestes textos são sobretudo citações, e muitas vezes citações de citações, de eminentes juristas do passado, incluindo até opiniões do imã Malik Bin Anas que, no século VIII, fundou a escola jurídica com o seu nome, a qual foi adotada nos territórios do Magreb e do al-Andaluz. A comparação efetuada não tem por isso o estabelecimento de vínculos diretos de uma possível ingerência dos textos islâmicos no texto lisboeta, mas antes o entendimento das semelhanças ao nível da cultura construtiva, e da sua regulação, das duas sociedades.

⁶⁰ Cf. IBN AL-IMAM – *Kitab al-qada' wa-nafy al-darar 'an al-afniya wa-l-turuq wa-l-judur wa-l-mabani wa-l-sahat wa-l-shajar wa-l-jâmi* (séc. X). Traduzido do árabe para francês por BARBIER – “Droit Musulman: Des droits et obligations entre propriétaires d’heritages voisins”. in *Revue Algérienne et Tunisienne de Législation & de Jurisprudence*. Alger. Vol. XVI (1900) e XVII (1901), pp. 10-13, 17-23, 42-56, 93-104, 113-128, 129-144 e 65-84, 89-108.

⁶¹ Cf. IBN AL-RAMI – *Kitab al-i'lan bi-ahkam al-bunyan* (séc. XIV). Traduzido do árabe para francês por MUHAMAD, Mohd Dani Bin – *Partial translation with critical introduction, notes and selected commentaries on Ibn al-Rami's Kitab al-I'lan bi-ahkam al-bunyan*. Tese de Doutoramento apresentada à International Islamic University of Malaysia. Malásia: [s.n.], 2007, pp. 126-295.

⁶² Um agradecimento, aqui, é devido ao Professor Doutor Adel Sidarus da Universidade de Évora pela sua preciosa ajuda na tradução direta do árabe para português dos títulos destas obras.

a problemas surgidos nas relações de vizinhança, causados entre proprietários ou coproprietários, colaterais ou sobrepostos, focando invasões de propriedade e de privacidade entre particulares, ou da via pública, mas também, esclarecendo os direitos privados (relativos a muros, janelas e portas, passagens, e evacuação de águas pluviais, residuais ou superficiais) sobre a propriedade de outros particulares. Todavia, apesar da lei islâmica admitir a capacidade absoluta de cada indivíduo beneficiar a sua propriedade em proveito próprio, tal liberdade era limitada por um dito do próprio profeta: *la darara wa la dirar* (isto é, não causes qualquer dano que te seja proveitoso ou não, ou, não causes dano nos outros ou a ti próprio e os outros não devem causar dano a ti ou neles próprios)⁶³. Daí se reconhecer uma certa similaridade entre os direitos obtidos com o tempo e o dever de não provocar prejuízos (materiais ou na privacidade) nos vizinhos e aqueles que foram identificados nas normas lisboetas.

Existem, contudo, diferenças que vale a pena assinalar. Para os islâmicos, era possível elevar um edifício sempre que se quisesse ou construir na área total da parcela, mesmo tapando vãos existentes dos vizinhos. Só neste caso é que os danos eram admissíveis, pois se alguém deixasse de exercer o seu direito estava a causar prejuízo a si próprio, sendo por isso preferível que fossem os outros a suportá-lo⁶⁴. No regulamento lisboeta, verifica-se uma maior restrição quanto ao direito de edificar, pois este perdia importância relativamente aos direitos conquistados pelos vizinhos com o tempo.

Outra diferença encontra-se no prazo legal para denunciar uma ação construtiva ilegal ou lesiva. Se, para os islâmicos, o silêncio de um proprietário lesado não implicava o seu consentimento nem sustentava o direito daquele que o provocava, podendo o primeiro agir judicialmente mesmo se passados vários anos⁶⁵, os lisboetas, como se viu, tinham para o efeito o prazo máximo de um ano e um dia. Mas se o tempo para reclamar na sociedade islâmica era lato, a execução das sentenças era categórica. Por exemplo, para fechar uma janela ilegal não bastava preencher o vão, era necessário retirar todos os elementos construtivos que a delineassem, como lintéis ou ombreiras, e empregar os mesmos materiais de construção utilizados na restante parede. O objetivo era fazer desaparecer qualquer vestígio que indiciasse que naquele lugar tinha existido um vão, pois o proprietário ou os seus descendentes podiam, anos depois, vir a alegar a sua presença⁶⁶. Contrariamente, este preceito

⁶³ KHIARA, Youssef – “Propos sur l’urbanisme dans la jurisprudence musulmane”. in *Arqueologia Medieval*. Mértola. Vol. 3 (1993), p. 35.

⁶⁴ Cf. IBN AL-RAMI – *Kitab al-i’lan...*, pp. 193-196, 186-187.

⁶⁵ Cf. IBN AL-IMAM – *Kitab al-qada’...*, pp. 114-115.

⁶⁶ Cf. IBN AL-RAMI – *Kitab al-i’lan...*, pp. 197-198.

não se encontrou para Portugal, cujas dúvidas desta natureza eram quase sempre resolvidas através do relato de testemunhas com idade avançada.

Uma outra relação assenta no espaço livre ao redor dos edifícios nas ruas – chamado pelos muçulmanos de *finá*, com plural *afniya* – e do qual usufruíam os respetivos proprietários, embora não o pudessem usurpar ou obstruir. Tal como os islâmicos, também os lisboetas eram obrigados a garantir a limpeza destes espaços, podendo ainda edificar na sua projeção superior. Nos textos islâmicos, não se encontra quantificado quanto é que os avançados podiam sobrepor à rua, sendo comum observar-se a repartição igualitária entre vizinhos fronteiros. No regulamento lisboeta, a largura da rua era tripartida, podendo cada morador ocupar apenas uma dessas partes fronteira ao seu edifício, devendo a restante área ser deixada livre para arejamento e iluminação da própria via.

A grande maioria das diferenças assinaladas resultou da influência de outros sistemas jurídicos, em especial do direito franco⁶⁷ e do direito romano⁶⁸. No regulamento lisboeta, a influência do primeiro é visível em especial no instituto da posse de ano e dia, e, do segundo, na proteção dos vãos existentes, na necessidade de se deixar entre avançados uma área livre de construções, bem como nos aspetos formais e de aplicação processual. De resto, o direito romano chegou mesmo a originar outras normas portuguesas incluídas nas *Ordenações Afonsinas*. No domínio da construção, evidenciam-se a lei ordenada por D. Duarte que impedia a compra de casas, sempre que o intuito fosse a venda dos seus materiais constituintes, a qual se mostra bastante similar à lei promulgada pelo imperador Alexandre em 222, que proibia a demolição de edifícios para especulação e venda de mármore. Mas também, especificamente nos casos em que os pleitos decorressem por tapamento de vistas ou de servidões, a existência de uma outra forma de denúncia extrajudicial, que consistia em lançar pedras na obra em causa, ficando esta automaticamente embargada e subindo a ação imediatamente para os juizes dos concelhos⁶⁹.

⁶⁷ O direito franco foi introduzido na Península Ibérica pelos povoadores francos durante o século XI, generalizando-se no território ao mesmo tempo que avançou a reconquista cristã. CRUZ, Guilherme Braga da – “A posse de ano e dia no direito hispânico medieval”. in *Boletim da Faculdade de Direito*. Coimbra. Vol. XXV (1949), pp. 20-22.

⁶⁸ O direito romano tem como suporte a compilação jurídica (composta por vários volumes) da época do imperador bizantino Justiniano I, do século VI, a qual mais tarde veio a chamar-se de *Corpus Iuris Civilis*. Esta fonte de direito ressurgiu no século XII em Bolonha, tendo-se depois propagado por toda a Europa, sendo utilizada como direito subsidiário na maior parte dos reinos, criando-se, assim, e em conjunto com o Direito Canónico e a literatura atinente, um *direito comum*. HESPANHA, António Manuel – *Cultura jurídica europeia, síntese de um milénio*. Coimbra: Almedina 2012, pp. 120-138.

⁶⁹ Cf. respetivamente, § 35, do Título XXIV, Livro 2 das OA, p. 218 com *Codex* (8.10.2) em *Corpus Iuris Civilis, Volumen secundum – Codex Iustinianus*. Edição de Paulus KRUEGER. Berolini: Apud Weidmannos, 1892, p. 334, e § 5, do Título LXXX, Livro 3 das OA, pp. 307-308, com *Digesto* (39.1.5.10), em *Corpus Iuris Civilis, Volumen primum – Institutiones, Digesta*. Edição de Paulus KRUEGER e Theodorus MOMMSEN. Berolini: Apud Weidmannos, 1889, p. 592.

Em bom rigor, idêntica miscigenação de culturas jurídicas e semelhante regulação da atividade construtiva também é possível ser aferida em regulamentos de outras cidades e vilas dos reinos vizinhos de Portugal, podendo-se assim aludir a uma matriz ou a um substrato comum⁷⁰.

Cumprido, no entanto, observar a singularidade do regulamento de Lisboa de 1444, enquanto conjunto normativo para a regulação da atividade construtiva, no contexto medieval português, apesar de indícios escritos apontarem para a existência de outros dispositivos legais. Um deles é a *Ordinhaçom das almotaçarias* portuense, diploma entregue em 1393 a um dos almotacés da cidade quando entrou no cargo para por ele orientar a sua conduta; diploma também referido numa escritura de 1391, onde a câmara proibia a construção de sobrados salientes virados para a rua pública da Lada, segundo *he hordinhaçom da villa*⁷¹. Um outro é o *rregimento* do Funchal, com data anterior a 1495, citado no registo de uma sentença de apelação de uma contenda, precisamente sobre a abertura ilegal de uma janela⁷². Todavia, como nenhum destes diplomas chegou até hoje, não se sabe o seu conteúdo, mantendo-se, por isso, singular o regulamento de Lisboa.

Ora, e mesmo admitindo a hipótese de que tenham existido outros regulamentos específicos para a almotaçaria, a realidade é que, na grande maioria dos costumes e posturas medievais que se conhecem, praticamente não se encontram registadas normas reguladoras da atividade construtiva. Daí que quando, na senda das reformas jurídicas, D. Manuel I decide organizar o direito local, quer público, reformando os forais, quer privado, enviando cartas a solicitar que fossem revistos, emendados e renovados os costumes e posturas, que depois seriam remetidos à Corte para confirmação, deve-se ter dado conta que a regulação da atividade construtiva era uma matéria bastante negligenciada nos diplomas legais dos concelhos. Talvez por isso considerasse fundamental incluí-la na legislação geral do reino, isto é, nas Ordenações, as quais também se encontravam em revisão e atualização. Para o efeito, serviu-se do regulamento mais próximo da Corte, ou seja, o de Lisboa, não só porque o deveria conhecer bem, mas porque semelhante generalização regulamentar foi um processo, como se viu, bastante recorrente.

⁷⁰ Ver uma síntese em PINTO, Sandra M. G. – *As interações no sistema das operações urbanísticas nos espaços urbanos portugueses até meados de Oitocentos*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra. Coimbra: [s.n.], 2012, pp. 131-144.

⁷¹ Cf. *Vereações, Anos de 1390-1395. O mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo*. Edição de Artur de Magalhães BASTO. Porto: Câmara Municipal, 1937, pp. 214-215 e 81-87.

⁷² Cf. *Vereações da Câmara Municipal do Funchal, século XV*. Prefácio e transcrição por José Pereira da COSTA. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, Região Autónoma da Madeira, 1995, pp. 371-372.

Prova-o ainda a carta de 1519, pela qual o rei solicitava que a câmara lisboeta enviasse o “trelado de qualquer regimento d[a] Allmotaçaria que teverdes e ouver na Camara dessa çydade e assy o forall ou quaesquer capitollos ou pusturas per homde se jullgão as cousas d[a] Allmotaçaria e das serventias”, o qual deveria ser entregue ao licenciado Cristóvão Esteves⁷³. Lembre-se que este jurisconsulto (com os doutores João de Faria e Pedro Jorge) tinha sido incumbido de continuar os trabalhos de revisão da legislação geral do reino, depois das primeiras versões de 1512 e 1514⁷⁴. Daí as evidentes afinidades entre os parágrafos do regulamento da almotaçaria de Lisboa com os itens 24 a 44 do título dos almotacés presentes nas *Ordenações Manuelinas* de 1521⁷⁵.

Além disso, se se atender a algumas anotações marginais acrescentadas ao documento lisboeta, umas enquanto resumos temáticos e outras como observações à validade das normas – como tão bem parecem testemunhar as expressões: *prouijdo, duujdoso, ja esta, porem guarde sse*⁷⁶ –, pode-se até inferir parte do processo de análise e compilação.

Tanto mais que, comparando os dois diplomas, verifica-se: a manutenção da maior parte das normas, agora atualizadas linguisticamente⁷⁷ ou com alterações ligeiras sobretudo pela inserção ou conversão dimensional de medidas⁷⁸; a clarificação de regras, ainda que mantendo a sua essência, quer por adições⁷⁹ ou substrações⁸⁰ ao nível do conteúdo, quer por união⁸¹, separação⁸², ou reorganização⁸³ de artigos existentes; mas também, a anulação completa de regras, devido a repetições ou contradições com outras normas vigentes⁸⁴.

⁷³ Cf. carta régia de 3 de Novembro de 1519, em *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa – Livros de Reis*. 8 vols. Lisboa: Câmara Municipal, 1957-1964, vol. V, p. 114.

⁷⁴ CRUZ, Guilherme Braga da – “O direito subsidiário na história do direito português”. in *Revista Portuguesa de História*. Coimbra. Vol. XIV (1974), pp. 223-231.

⁷⁵ Cf. §§ 24 a 44, do Título XLIX, Livro 1, das *Ordenações Manuelinas*. Fac-símile da edição da Real Imprensa da Universidade, Coimbra, 1797. Apresentação por Mário Júlio de Almeida COSTA, 5 vol.s. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984 (doravante *OM*), pp. 349-356.

⁷⁶ Cf. notas à margem dos §§ 28, 29, 30 e 43, do *Forall da muy noble e sempre leall çidade de Lixboa...*, em *Livro das Posturas Antigas...*, pp. 107, 111-112.

⁷⁷ Cf. §§ 30, 31, 32, 33, 36, 41 e 44, do Título XLIX, Livro 1, das *OM*, relativamente aos §§ 32, 40, 41, 42, 48, 25 e 33, do *Forall da muy noble e sempre leall çidade de Lixboa...*

⁷⁸ Cf. §§ 29 e 35, do Título XLIX, Livro 1, das *OM*, relativamente aos §§ 31 e 47, do *Forall da muy noble e sempre leall çidade de Lixboa...*

⁷⁹ Cf. § 42, do Título XLIX, Livro 1, das *OM*, relativamente ao § 38, do *Forall da muy noble e sempre leall çidade de Lixboa...*

⁸⁰ Cf. §§ 24, 25, 28 e 34, do Título XLIX, Livro 1, das *OM*, relativamente aos §§ 4, 20, 30 e 43, do *Forall da muy noble e sempre leall çidade de Lixboa...*

⁸¹ Cf. §§ 39, 40, 43, do Título XLIX, Livro 1, das *OM*, relativamente aos §§ 26 e 27, 24 e 44, 46 e 37, do *Forall da muy noble e sempre leall çidade de Lixboa...*

⁸² Cf. §§ 37 e 38, do Título XLIX, Livro 1, das *OM*, relativamente ao § 23, do *Forall da muy noble e sempre leall çidade de Lixboa...*

⁸³ Cf. §§ 26 e 27, do Título XLIX, Livro 1, das *OM*, relativamente aos §§ 21 e 29, do *Forall da muy noble e sempre leall çidade de Lixboa...*

⁸⁴ Nomeadamente, §§ 22, 28 e 39, do *Forall da muy noble e sempre leall çidade de Lixboa...*

Das últimas derivou, portanto, a principal diferença que se encontra entre as normas lisboetas com as das *Ordenações* e que corresponde à supressão do artigo que permitia a ocupação do espaço superior das vias de circulação para a construção de balcões e sacadas. É que tal norma já se encontrava revogada quando, em meados de 1499, D. Manuel I mandou a câmara lisboeta proibir o item do *foral* que permitia a ocupação da terça parte da rua, ordenando, em seguida, o derrube de todos os balcões e sacadas existentes na cidade⁸⁵.

Na verdade, tamanha retificação urbanística e conseqüente alteração normativa não se restringiram à capital. Pelos anos de 1511 e 1512, o mesmo monarca mandou derrubar os balcões em Coimbra e os alpendres das portas em Évora, tendo ainda proibido os vereadores desta última cidade de darem, sem licença régia, os ares das ruas e das travessas, para neles se fazerem casas, balcões ou escadas⁸⁶. Aliás, como na lei geral não irá existir uma proibição expressa sobre o assunto, apenas a sua ausência, torna-se verosímil pensar que idênticas ordens foram enviadas para outras cidades e vilas, levando, por isso, à quase extinção de uma das mais expressivas estruturas construídas nos espaços urbanos do período medieval.

Com as tais normas da almotaçaria inscritas nas *Ordenações Manuelinas*, constituiu-se o primeiro conjunto normativo para o controlo da atividade construtiva de âmbito alargado e extensivo a todo o império português, incluindo os territórios ultramarinos, ou seja, sempre que em qualquer povoação portuguesa existisse ou se estabelecesse o regime concelhio. Outrossim, foi igualmente extensivo o seu período de vigência, pois este conjunto normativo manteve-se com o mesmo número de itens, a mesma ordenação e a mesma redação nas *Ordenações Filipinas* de 1603⁸⁷, as quais vigoraram até meados do século XIX.

Convém, a propósito, referir que a inclusão das normas em apreço nas *Ordenações* do reino inseriu-se num movimento mais amplo de compilação legislativa, que não representava tanto “uma intenção de monopólio de estabelecimento do direito por meio da lei régia, mas antes um desejo de corresponder aos pedidos dos povos de, pondo o direito consuetudinário tradicional por escrito em textos dotados de autoridade, o tornar mais certo e mais controlável, quer pelo poder, quer pelos destinatários”⁸⁸. Mais: que a existência da lei geral permite

⁸⁵ Cf. alvarás régios de 17 de Junho de 1499, e de 10 de Fevereiro e 3 de Abril de 1502, em *Documentos do Arquivo Histórico...*, vol. IV, pp. 53, 86 e 91.

⁸⁶ Cf. “Resposta d’ElRei D. Manoel à Cidade de Coimbra sôbre varios apontamentos para as propriedades se fazerem fateozins, e outras muitas coisas”. in *Jornal de Coimbra*. Coimbra. Vol. XV, n.º 84, parte 2 (1819), p. 225; e §§ 693 e 710, em “Os originais do cartório da Câmara Municipal de Évora”. in *A cidade de Évora – Boletim da Comissão Municipal de Turismo de Évora*. Évora. Vol. XXI (47) (1964), pp. 186 e 189-190.

⁸⁷ Cf. §§ 22 a 42 do Título LXVIII, Livro 1, in *Ordenações e Leis do Reino de Portugal, publicadas em 1603, Collecção da Legislação Antiga e Moderna do Reino de Portugal, Parte II – da Legislação Moderna*. 3 vols. Coimbra: Na Real Imprensa da Universidade, 1790, pp. 295-305.

⁸⁸ HESPANHA, António Manuel – *Cultura jurídica europeia...*, p. 234.

supor e justificar o próprio desaparecimento de alguns regulamentos medievais locais sobre esta matéria. É que, tornados obsoletos, ou até contrários, certamente tiveram como destino a sua destruição, algo que também sucedeu aos volumes das *Ordenações Afonsinas*, que nesse entretanto se transformaram em objetos raros, ainda por mais porque quem os conservasse sujeitava-se a penas de multa e de degredo⁸⁹. E, ainda que estando as normas relativas aos direitos entre particulares fixadas por lei geral, as vereações dos concelhos passaram sobretudo a estabelecer normas para a proteção dos direitos públicos, levando à criação, instituição e normalização de procedimentos administrativos, alguns dos quais surgidos logo nos primeiros decénios do século XVI⁹⁰.

Curiosamente, ao mesmo tempo que se generalizavam as normas para a atividade construtiva da almotaçaria de Lisboa no restante território português, também se processava a maior variação na estrutura da instituição lisboeta, relativamente às das demais cidades e vilas do reino. E esta, sim, deveu-se a uma clara intromissão régia no foro concelhio.

D. João II foi o primeiro a provocar alterações na antiga fórmula. No seguimento do seu projeto político de tornar a cidade mais limpa, formosa e nobre⁹¹, o rei mandou a câmara proceder à retirada dos tabuleiros, poiais e alpendoradas que embargassem a circulação viária, tendo, para o efeito concreto, incumbido a tarefa do *alymphamento* da cidade a alguns cidadãos e mesteres, fora da estrutura ordinária da almotaçaria⁹². A grande parte destas ações decorreu no ano de 1485, tendo o rei não só reconhecido a forma como o concelho estava a gerir todo o processo, como também solicitado, por especial favor, a manutenção de algumas daquelas estruturas, até porque, qualquer quezília que se originasse só podia ter apelação régia, estando os tribunais superiores (Casa do Cível e Casa da Suplicação) impedidos de despacharem tais contendas⁹³. No entanto, também no

⁸⁹ CRUZ, Guilherme Braga da – “O direito subsidiário na história...”, pp. 231-236.

⁹⁰ PINTO, Sandra M. G. – *As interações no sistema das operações urbanísticas...*, pp. 192-201.

⁹¹ GONÇALVES, Iria – “Posturas municipais e vida urbana...”, pp. 164-172 e TAVARES, Maria José Ferro – “A política municipal de saúde pública em Portugal (sécs. XIV-XV)”. in *Actas das Jornadas sobre o Município na Península Ibérica (Sécs. XII a XIX)*. Santo Tirso: Câmara Municipal, 1988, pp. 414-417. Lembre-se igualmente a ação de calcetamento da Rua Nova que decorreu por iniciativa deste rei, estudada por GONÇALVES, Iria – “Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa”. in *Estudos de Arte e História, Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*. Lisboa: Editorial Vega, 1995, pp. 102-113.

⁹² Estes devem ter sido encarregados ainda no ano de 1484 pois, na carta de resposta ao concelho, de Janeiro seguinte, percebe-se que aqueles oficiais estariam já em exercício, os quais, aliás, exorbitavam as ordens, por mandarem retirar também algumas sacadas e balcões, algo que não podiam fazer. Cf. carta régia de 13 de Janeiro de 1485, em *Documentos do Arquivo Histórico...*, vol. III, pp. 210-212.

⁹³ Cf. respetivamente, cartas régias de 16 de Novembro, de 26 de Novembro e 6 de Dezembro de 1485 (sobre os alpendres de Pedro Afonso de Aguiar e de João Alvares pai do moço da camara real), em *Documentos do Arquivo Histórico...*, vol. III, pp. 234, 228 e 230, e carta régia de 1 de Dezembro de 1485, em AML-AH, *Chancelaria da Cidade, Livro I dos Provimentos*, doc. 35.

ano seguinte, o domínio da limpeza urbana, que compreendia agora o corregimento da canalização pública, manteve-se ainda na alçada de certos cidadãos da cidade⁹⁴.

Paralelamente, o rei solicitou à câmara um rol com os nomes dos almotacés dos três anos transatos, talvez para avaliar a qualidade das pessoas que ocupavam o cargo, já que em Maio de 1486 incumbiu os desembargadores do Paço de verificarem se algumas das sentenças dos feitos da almotaçaria estavam conforme a lei⁹⁵. Embora tal ingerência não constituísse, de facto, uma usurpação de competências, pois aqueles não produziam novas decisões judiciais, determinando apenas, nos casos onde o direito não tivesse sido cumprido, que outros cidadãos como almotacés e vereadores da câmara despachassem novamente a questão, na realidade, tais deliberações acabavam por perturbar um dos antigos privilégios concelhios: a exclusividade na jurisdição da almotaçaria, incluindo apelações⁹⁶.

Apesar disto, foi no ano seguinte que o rei tentou modificar mais substancialmente a almotaçaria lisboeta, ao ordenar que os quatro almotacés – os dois grandes e os dois pequenos –, ainda desprovidos do domínio da limpeza urbana, servissem não mensal mas anualmente. Todavia, tal medida foi logo contestada pela edilidade, recuando, pois, o rei na determinação e mandando manter o costume da eleição mensal. Diversamente, e como a vereação atestava que havia quem queria ficar com o encargo da limpeza, o rei autorizou o seu arrendamento a privados. Porém, este sistema durou pouco, sendo alterado logo em 1488, recuperando-se o anterior modo instituído pelo rei (de atribuição a uma ou mais pessoas), também justificado pelas vastas obrigações que os almotacés tinham entre mãos⁹⁷, e criando-se, então, o lugar anual de *almotacé da limpeza*⁹⁸.

⁹⁴ Para a qual existiam duas pessoas: um cidadão que superintendia o trabalho de um outro elemento do povo que era quem verdadeiramente procedia à limpeza. Cf. carta régia de 22 de Janeiro de 1486, em *Documentos do Arquivo Histórico...*, vol. III, p. 237; e carta régia de 26 de Agosto de 1486, em AML-AH, *Chancelaria da Cidade, Livro I dos Provimientos*, doc. 43.

⁹⁵ Cf. cartas régias de 26 de Novembro de 1485 e de 31 de Maio de 1486, em *Documentos do Arquivo Histórico...*, vol. III, p. 227 e 115.

⁹⁶ Cf. nota 49 e confirmações do privilégio: por D. Fernando I nas Cortes de Lisboa de 1371, em *Cortes Portuguesas, Reinado de D. Fernando I (1367-1383) – Volume I (1367-1380)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 1990, p. 29; por D. João I nas Cortes de Coimbra de 1394 e por D. Afonso V nas Cortes de Lisboa de 1439, em SOUSA, Armindo de – *As cortes medievais portuguesas...*, vol. 2, pp. 245 e 333; ou pelo último rei, através de carta régia de 2 de Abril de 1478, em *Documentos do Arquivo Histórico...*, vol. II, p. 230. Depois, o próprio D. João II chegou a proibir que os desembargadores do Paço interferissem nas sentenças da almotaçaria. Cf. traslado em pública-forma de 23 de Novembro de 1491 do alvará régio de 18 de Setembro de 1489, em AML-AH, *Chancelaria da Cidade, Livro dos Pregos*, doc. 473.

⁹⁷ Cf. carta régia de 22 de Março de 1487, em AML-AH, *Chancelaria da Cidade, Livro II de D. João II*, doc. 77; carta régia de 10 Julho de 1487, em AML-AH, *Chancelaria da Cidade, Livro I do Alqueidão*, doc. 34; e carta régia de 19 de Março de 1488, em *Documentos do Arquivo Histórico...*, vol. III, p. 278.

⁹⁸ Mais tarde, D. João II tentou intrrometer-se na escolha das pessoas que ocupariam este cargo, mas como tal deve ter sido logo contestado pela câmara, o rei voltou a afirmar que não era sua intenção quebrar o uso e costume da cidade. Cf. cartas régias de 17 de Maio e 24 de Junho de 1491, em *Documentos do Arquivo Histórico...*, vol. III, pp. 305 e 143. Curiosamente, a câmara lisboeta atendeu ao pedido de D. Manuel I para colocar no lugar do almotacé da limpeza o seu escudeiro, Gonçalo Gil. Cf. carta régia de 16 de Fevereiro de 1497, em *Documentos do Arquivo Histórico...*, vol. IV, p. 26

Mas, se D. João II abriu o caminho, foi, contudo, D. Manuel I quem provocou a maior alteração nas estruturas administrativas da capital, em especial na instituição da almotaçaria. Logo nas Cortes de Lisboa de 1498, atendeu ao pedido concelhio e consentiu-lhes alterar a forma de eleição dos almotacés lisboetas, os quais deixavam de ser escolhidos no início de cada mês para passarem a ser definidos, para todo o ano, no início do ano civil. As vantagens administrativas que esta pequena alteração trazia para a organização das câmaras levaram o rei a prorrogar tal regra às restantes povoações do reino⁹⁹. Mas as transformações estavam apenas no início.

Devido ao acréscimo de trabalho dos almotacés, fruto da explosão demográfica e urbanística que se fazia sentir em Lisboa nos princípios de 1500, o rei, com o acordo dos vereadores e demais oficiais da câmara, ordenou um novo regimento para estes funcionários¹⁰⁰. Nele se justificava que parte do bom governo da cidade consistia na boa execução da almotaçaria, sendo por isso fundamental que fossem cumpridas duas necessidades: aumentar o número de funcionários em exercício e aumentar o seu tempo de serviço. Para o efeito, as mesmas vinte e quatro pessoas eleitas anualmente (um par para cada mês) passaram a ser distribuídas de modo diferente, isto é, dois pares em cada dois meses. Destes quatro almotacés, dois ficavam encarregues “soomente no despacho dos feitos e audiencias”, e os outros dois da “execução das ordenanças e pusturas da cidade e lympeza della”. Cada elemento de cada par entrava no serviço desfasado um mês do seu colega, para que no serviço estivesse sempre um almotacé já experiente e que daria apoio ao mais recente.

Tal como a própria carta régia ordenava, as diretivas do regimento dos almotacés foram incluídas no livro que o rei tinha mandado fazer para o *Regimento de Vereadores e Officiais da Câmara de Lisboa*, o qual foi terminado em 30 de Agosto de 1502¹⁰¹. Este diploma, porque mais completo, permite, então, compreender melhor alguns dos preceitos instituídos. O sistema de rotação entre almotacés *velhos* e *novos* tinha o intuito de resolver um dos grandes problemas apontados no sistema anterior, no qual os almotacés “quando começam de ho saber o tempo he chegado de saírem por cuja causa se nom pode fazer bem E como deve”.

⁹⁹ Cf. Capítulo 2.º, dos Capítulos Especiais de Lisboa, das Cortes de Lisboa de 1498, e na reformulação dos artigos gerais 49.º a 58.º e 59.º em ordenação geral, com o título de *Regimento da guarda e privilégios dos lugares*, em *Cortes Portuguesas, Reinado de D. Manuel I – Volume III (Cortes de 1498)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 2002, pp. 436, 629.

¹⁰⁰ Cf. carta régia de 3 de Janeiro de 1500, em AML-AH, *Chancelaria da Cidade, Livro dos Pregos*, doc. 491.

¹⁰¹ Cf. “Regimento de Vereadores e Officiais da Câmara de Lisboa, 1502”. in SANTOS, Maria do Rosário; VIEGAS, Inês Morais (coord.) – *A evolução municipal de Lisboa, Pelouros e Vereações*. Lisboa: Pelouro da Cultura, Divisão de Arquivos, Câmara Municipal, 1996, pp. 147-170.

Relativamente às diferentes funções dos almotacés, o par dos feitos e audiências ficava responsável pelos “feitos d’amtres partes E contemdas das casas E eramcas E cousas depemdemtes dellas”, ou “almotaçaria de casas E obras”, isto é, do domínio da construção, ao passo que o par encarregue das posturas e da limpeza da cidade, que abarcava o “carrego de todallas cousas do bem da ree pruvica”, ficava incumbido dos domínios do mercado e da limpeza urbana. A eles juntava-se um escrivão próprio da almotaçaria, para assessorar ou registar o que fosse necessário, andando de manhã com os primeiros e à tarde com os segundos.

Devido à nova organização, D. Manuel I mandou extinguir o lugar anual de almotacé da limpeza e o seu escrivão, por forma a reduzir as despesas do município¹⁰². Porém, o que os dados disponíveis mostram é que, em 1508, já existam seis almotacés divididos por pares nos três tipos de almotaçaria: *execuções* (mercado), *limpeza* (limpeza urbana) e *propriedades* (atividade construtiva)¹⁰³. E todos eles acabaram por ganhar, nos anos seguintes, características distintas.

Em 1509, o rei determinou, por causa da importância do serviço e para maior despacho, que os *almotacés das propriedades* tivessem um mandato anual e que fossem eleitos na mesma altura que o concelho escolhia os vereadores, juizes e demais oficiais. No ano seguinte, e respondendo à câmara que lhe solicitava dois juizes para o cargo, D. Manuel I nomeou dois sobrejuizes da Casa do Cível¹⁰⁴, fixando depois que, para o futuro, um dos oficiais fosse letrado e o outro escudeiro, os quais deveriam receber, cada um, dois mil reais em dinheiro, além dos moios de trigo e de cevada¹⁰⁵. Pela exigência de serem pessoas letradas, os almotacés das propriedades transformaram-se, depois, em *juizes das propriedades*, sendo esta a designação que permaneceu, ainda que, por vezes, escondesse a sua efetiva origem¹⁰⁶. Em 1512, também se alterou o tempo de serviço dos *almotacés das*

¹⁰² Cf. alvará régio de 16 de Maio de 1504, em *Documentos do Arquivo Histórico...*, vol. IV, p. 107.

¹⁰³ Tem-se esta informação por uma ordem régia para se aumentarem para dois os escrivães da almotaçaria, exatamente por causa da existência destes três *modos* de almotacés. Cf. carta régia de 4 de Setembro de 1508, em AML-AH, *Chancelaria da Cidade, Livro I dos Provimientos*, doc. 104.

¹⁰⁴ Cf. carta régia de 1509, em *Documentos do Arquivo Histórico...*, vol. VI, p. 36; e carta régia de 8 de Abril de 1510, em AML-AH, *Chancelaria da Cidade, Livro I dos Provimientos*, doc. 120. De referir que os sobrejuizes bacharel Estevão Dias e António Dias, nomeados em 1510 também ocuparam o lugar em 1516 e 1517, agora com Fernando Álvares de Almeida, sendo que em 1519 o primeiro foi substituído pelo licenciado António Lopes. Aliás, desde 1515 até 1519 a documentação regista três nomes no juízo das propriedades, provavelmente devido ao elevado número de pleitos; todavia nas décadas seguintes continuaram a ser apenas dois elementos. Cf. cartas régias de 20 de Agosto de 1515, 20 de Agosto de 1516, 19 de Agosto de 1517 e 31 de Março de 1519, em *Documentos do Arquivo Histórico...*, vol. V, pp. 52, 81, 89, 99.

¹⁰⁵ Cf. carta régia de 20 de Abril de 1512, em AML-AH, *Chancelaria da Cidade, Livro I dos Provimientos*, doc. 132.

¹⁰⁶ Assim mesmo refere e esclarece uma consulta da câmara ao rei de 6 de Agosto de 1665: “[...] dos juizes das propriedades, que são propriamente almotacés, no corpo da Ord., tit.º 68, d’onde se derivaram para serem juizes letrados, pela importancia das materias e causas das propriedades e edificios; ficando tambem distinctos entre si os almotacés das execuções da cidade e os almotacés das execuções da limpeza”. Cf. OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história...*, vol. 4, pp. 616-617.

execuções, os quais passaram a servir quadrimestralmente, sendo eleitas, então, seis pessoas por ano, com vencimento mensal de duzentos e cinquenta reais, além dos cereais de deveriam ser repartidos por todos¹⁰⁷. Por seu turno, os *almotacés das execuções da limpeza* ou simplesmente *almotacés da limpeza* tornaram-se lugares vitalícios¹⁰⁸.

Todavia, o rei, em 1510, tentou instituir que a supervisão da limpeza – e, simultaneamente, a própria ação dos almotacés da limpeza – passasse para fora da mesa da câmara, devido ao muito trabalho que os três vereadores, entretanto distribuídos por pelouros¹⁰⁹, tinham com a governança da cidade. Conquanto esta proposta tenha criado, naturalmente, grande resistência, a verdade é que tal carregue esteve, no ano de 1515, nas mãos do juiz do crime que acumulava as duas funções; no ano seguinte a cargo de um cavaleiro da casa real – que já tinha servido em ofícios camarários (quer como almotacé, quer como juiz do crime) –, tendo sido nomeado pelo rei; e, em 1518, novamente na posse do juiz do crime, também por escolha régia. Aliás, os dois indivíduos designados pelo rei, além de supervisionarem a limpeza, acabaram também por atender nas coisas que pertenciam à almotaçaria das execuções¹¹⁰. Talvez por isto, D. João III tenha depois criado, ou somente formalizado, o cargo de *meirinho das execuções da almotaçaria*, cuja origem deve ter estado nestes lugares estabelecidos por seu pai¹¹¹.

Na reestruturação da almotaçaria lisboeta, D. Manuel I procurou, ainda, duplicar o lugar de escrivão desta instituição e inclusivamente atribui-lhes áreas de atuação diferentes. Todavia, tal não foi avante nos primeiros anos de quinhentos, muito por culpa da propriedade do ofício ter sido comprada por Gonçalo Bernardes. Só em 1521, quando este último faleceu, é que então se pôde fazer as alterações no ofício decretadas pelo rei, passando a existir duas escriturarias, uma para as execuções e outra para as propriedades, as quais deveriam andar arrendadas¹¹².

¹⁰⁷ Cf. carta régia de 20 de Abril de 1512, em AML-AH, *Chancelaria da Cidade, Livro I dos Provimentos*, doc. 131.

¹⁰⁸ É o que se depreende de um pedido régio para colocar no cargo o criado da rainha, Vasco do Couto. Cf. carta régia de 4 de Julho de 1509, em AML-AH, *Chancelaria da Cidade, Livro I dos Provimentos*, doc. 122.

¹⁰⁹ Correspondentes aos pelouros da carne; das penas e feitos que se despacham na mesa (ou almotaçaria das execuções); das obras e limpeza da cidade. Cf. carta régia de 1 de Fevereiro de 1509, em *Documentos do Arquivo Histórico...*, vol. VI, p. 9.

¹¹⁰ Cf. cartas régias de 4 e 6 de Junho de 1510, e cartas régias de 16 de Outubro de 1515, de 27 de Junho de 1516, e de 8 de Janeiro de 1518, em *Documentos do Arquivo Histórico...*, vol. IV, pp. 187-189 e vol. V, pp. 283, 286, 96.

¹¹¹ Cf. carta régia de 10 de Dezembro de 1544, em AML-AH, *Chancelaria da Cidade, Livro dos Pregos*, doc. 514.

¹¹² Cf. cartas régias de 4 de Setembro de 1508, de 8 de Setembro de 1509, de 1 de Dezembro de 1513 e de 6 de Março de 1521, em AML-AH, *Chancelaria da Cidade, Livro I dos Provimentos*, doc. 104, 113, 141, 172.

No reinado seguinte, o número dos almotacés voltou a ser ampliado, contando-se, em meados do século XVI, quatro almotacés das execuções, eleitos de quatro em quatro meses, e quatro almotacés da limpeza, vitalícios, os quais se faziam acompanhar por outros tantos escrivães, para além de cada grupo ser ainda apoiado por um par de homens. Já os juizes das propriedades, eleitos anualmente, mantiveram o seu número inicial, embora contassem agora com escrivão próprio e porteiro¹¹³.

Em menos de meio século, a almotaçaria lisboeta transformou-se numa instituição muito diferente daquela que existia na cidade, como também daquelas que continuaram a existir, como sempre foram, nas outras povoações do reino. A complexidade da instituição da almotaçaria acompanhava, proporcionalmente, a da própria cidade.

Torna-se, contudo, necessário mencionar que, D. Manuel I tentou aplicar no Funchal o mesmo sistema do regimento lisboeta de 1502, tendo aliás, no ano em que a vila foi elevada a cidade, dado um novo regimento para a gestão camarária segundo o da “cidade de Lisboa”. Em 1518, chegaram a ser escolhidos quatro almotacés por pelouros, dois para a limpeza e para a renda do verde, e outros dois para as propriedades, os quais também deveriam servir durante quatro meses, rodando dois a dois. No entanto, tal sistema não vingou, porque a cidade não tinha nem a dimensão nem o número de pessoas da capital do reino e, no final do mesmo ano, a vereação voltou a eleger apenas duas pessoas, que atuavam em todas as jurisdições da almotaçaria, de dois em dois meses. E esta fórmula manteve-se até à entrada em vigor das *Ordenações Manuelinas*, seguindo-se depois o estipulado pela legislação geral¹¹⁴.

De referir, ainda, que em determinados pontos do reino atribuiu-se, por vezes, o serviço da limpeza urbana a um almotacé específico, o qual passou a ser um cargo anual com mantimento próprio pelas rendas da câmara. Assim aconteceu em Évora, pontualmente no ano de 1534 em virtude da presença régia na cidade e de forma continuada desde 1578, ou em Coimbra desde 1559¹¹⁵.

E, similarmente, reporte-se que noutras cidades e vilas o tempo de serviço dos almotacés foi aumentado, reduzindo por este meio a quantidade de pessoas

¹¹³ Cf. OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de – *Svmario e[m] qve brevemente se contem algumas covsas (assi ecclesiasticas como seculares) qve ha na cidade de Lisboa*. Lisboa: Casa de Germão Galharde, 1554, fls. 38 e 38v.

¹¹⁴ Cf. *Vereações da Câmara Municipal do Funchal, primeira metade do século XVI*. Prefácio e transcrição por José Pereira da COSTA. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretaria Regional de Turismo e Cultura, Região Autónoma da Madeira, 1998, pp. 16 e 45, 61, 64 e 68, e, 326.

¹¹⁵ Cf. alvarás régios de 12 de Janeiro de 1534, 26 de Março e de 22 de Dezembro de 1578, em “Os originais do cartório da Câmara...”, vol. XXII-XXIV (48-50), p. 269 e vol. XXV-XXVI (51-52), pp. 294 e 298; e alvará e provisão régia de 17 de Abril e de 22 de Maio de 1559, em “Cartas originais dos reis (1480-1571)”. Edição de José Branquinho de CARVALHO. in *Arquivo Coimbrão*. Coimbra. Vol. VII (1943), pp. 106-110.

que anualmente desempenhavam o cargo, continuando, porém, a obrigação de os elementos camarários (vereadores, juizes ordinários e procurador) do ano anterior estarem no lugar por um período de tempo, bem como de não terem remunerações fixas, recebendo uma porção dos produtos do mercado que tabelavam ou partiam. Tal é o caso de Tomar desde 1521, do Porto desde 1559, ou de Coimbra desde 1570, cujas vereações escolhiam apenas doze pessoas por ano, sendo o serviço bimensal¹¹⁶; ou da Batalha desde 1542, de Bragança desde 1549, ou de Elvas desde 1565, onde atuavam apenas quatro pares por ano, sendo o serviço trimestral¹¹⁷. Porém, contrariamente ao que aconteceu em Lisboa, estas alterações derivaram quase sempre de pedidos das vereações camarárias ao rei, justificadas, várias vezes, pela carência de gente capaz para desempenhar o cargo, conseguindo através do subsequente privilégio régio alterarem as regras gerais em vigor.

Não obstante, em mais nenhuma vila ou cidade de Portugal se encontrou tamanha partição dos domínios da almotaçaria ou do número de oficiais envolvidos, ou ainda a especificidade de se colocarem pessoas letradas, precisamente, no controlo da atividade construtiva, como se verificou para a capital do reino, logo em finais da Idade Média. Singularidades que, afinal, se mantiveram e consolidaram ao longo do período moderno.

¹¹⁶ Cf. carta régia de 4 de Setembro de 1521, em *Anais do Município de Tomar, Crónica dos acontecimentos ocorridos no Termo de Tomar desde 1137 até final do Século passado, Volume VII (1454-1580)*. Compilados por Alberto de Sousa Amorim ROSA. Tomar: Câmara Municipal, 1971, pp. 186-187; carta régia de 24 de Setembro de 1559, em *Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium...*, *Volumen IV (Livro 1º das chapas: Treslado de prouisoões, e cartas de Reis deste reino; cuios originaes estão no cartorio desta camara)*. Porto: Câmara Municipal, 1938, pp. 57-58; e alvará régio de 15 de Novembro de 1570, em “Cartas originaes dos reis (1480-1571)...”, vol. VIII (1943), pp. 85-86.

¹¹⁷ Cf. carta régia de 7 de Maio de 1542, em *Fontes históricas e artísticas do Mosteiro e da vila da Batalha, Séculos XIV a XVII, Volume 4 (1520-1650)*. Edição de Saul António GOMES. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, p. 271; carta régia de 14 de Setembro de 1549, em *Memórias Archeologico-historicas do districto de Bragança*. Ed. Francisco Manuel ALVES. Tomo III. Porto: Typographia a Vapor da Empreza Guedes, 1910, pp. 202-203; provisão régia de 5 de Março de 1565, em GAMA, Eurico - “Catálogo dos Pergaminhos do Arquivo Municipal de Elvas”. in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Coimbra. Vol. XXVI (1963), pp. 319-320.

O Paço dos Estaus de Lisboa. A génese fundacional de Quatrocentos

Milton Pedro Dias Pacheco¹

*“Portugal nasceu à sombra das igrejas e torres românicas,
mas só encontrou a sua definitiva dimensão territorial e se
lançou na aventura da expansão ultramarina, quando as ogivais
cobriam as salas por onde ecoavam as notícias das maravilhas
dos novos mundos que os portugueses andavam a reconhecer.”*

Pedro Dias – *A Arquitectura Gótica Portuguesa*.
Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 15.

Considerado um dos edifícios desaparecidos mais emblemáticos da cidade de Lisboa, o Paço dos Estaus assumiu, desde as suas origens fundacionais, na primeira metade do século XV, uma função política primordial ao serviço da administração interna e da diplomacia externa promovida pela Coroa Portuguesa.

A historiografia nacional apesar de não olvidar os fundamentos que estiveram na génese do monumento medieval – sobretudo quando procura enaltecer a memória do suposto fundador –, ignorou a continuidade da missão diplomática operada a partir deste palácio lisboeta e cristalizou, na memória coletiva da cidade, a presença do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição a partir da segunda metade do século XVI.

Alvo de sucessivas transformações arquitetónicas e ampliações espaciais ao longo da sua existência responsáveis pela adulteração da sua fâcies medieval – primeiro ao serviço da diplomacia estatal régia e depois com a ocupação do Tribunal da Inquisição ao longo de dois séculos e meio –, o Paço dos Estaus viria a desaparecer no último quartel de Setecentos no seguimento da reconstrução da sede inquisitorial imposta pela reforma urbana promovida após o grande cataclismo de 1755.

Mas antes de avançarmos com a análise historiográfica em torno da edificação do monumento medieval, na primeira metade da centúria de Quatrocentos, importa tecermos algumas breves considerações sobre a origem do termo «estaus».

¹ Doutorando na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC); bolseiro pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Membro do Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar (CHAM) da Universidade Nova de Lisboa / Universidade dos Açores e do Centro Interdisciplinar de Estudos Camonianos (CIEC) da Universidade de Coimbra. Mail: miltondpacheco@yahoo.com.br; miltonpacheco@ci.uc.pt

Da problemática em torno da palavra “estaus”

Na infinda disciplina da História é sempre difícil encontrar um tema completamente inexplorado ou um assunto que não tenha sido abordado em algum momento do passado. Iniciando os nossos estudos preliminares acerca da génese do Paço dos Estaus de Lisboa, no âmbito do nosso programa de doutoramento, deparamo-nos com uma complexa questão em torno das suas origens materiais e institucionais.

A problemática em torno da origem do étimo “estaus” é, na verdade, bem mais antiga do que pensávamos. Ao direcionar as nossas pesquisas para os dicionários de língua portuguesa encontrámos na palavra «estau» o significado de albergue, estalagem, pousada, albergaria², uma “casa ou edifício destinado à aposentadoria da Corte e dos Embaixadores nas cidades do Reino por onde transitavam”³.

Debatido por inúmeros historiadores portugueses, o tema mereceu inclusive uma publicação autónoma editada no longínquo ano de 1788 por Tomás José de Aquino [c.1718/20-1804⁴], um dos oficiais da Casa do Risco das Obras Públicas que trabalhou com Eugénio dos Santos [1711-1760], Mateus Vicente de Oliveira [1705-1786] e Teodósio Dinis Ferreira [séc. XVIII] no projeto de reconstrução de Lisboa, e, muito provavelmente, ligado à reedificação do novo Palácio da Inquisição⁵.

Trata-se da *Carta que se escrevia a certo amigo, com a declaração da palavra Estáo*, na qual Tomás de Aquino se debruçou sobre este “assumpto tão escabroso, e cheio de dificuldade”, ao qual “por muitas vezes presenciei, que homens aliàs eruditos, e bem vistos nas nossas antiguidades, fallando-se nesta matéria davão

² Proveniente do latim *hospitale*, com o significado de “casa de hóspedes”, o termo propagou-se na língua italiana, ainda que na sua forma antiga, como “ostale”, na francesa “hostellerie” e na castelhana “hostal”. *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1959, pp. 300-301; Dicionário de Português-Francês. Porto: Porto Editora, 1988, p.379; *Dicionário de Português-Latim*. Porto: Porto Editora, 2001, p. 621. No entanto, a designação de “ostiaria” surge ainda em Portugal em pleno século XVIII. MONTEIRO, frei Pedro – *Historia da Santa Inquisição do Reyno de Portugal e suas Conquistas*. Tomo I. Lisboa: Régia Oficina Sylviana-Academia Real, 1749, p. 266.

³ “Estau”. in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa: Página Editora, 1998, vol. X, p. 405; SILVA, António de Morais – “Estau”. in *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. IV. s.l.: Imp. Libânio da Silva, 1949, p. 853; HOLANDA, Aurélio Buarque de – “Estau”. in *Novo Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986, p. 717.

⁴ No presente artigo optámos por colocar entre parênteses retos os anos de nascimento e morte dos atores mencionados e dos autores citados, considerando ainda a data de início do governo dos reis portugueses.

⁵ Tendo em conta a sua colaboração com os oficiais acima mencionados, em Novembro de 1755, é provável que Aquino tivesse formação em engenharia militar ou arquitetura. MESQUITA, Marieta Dá, BONIFÁCIO, Horácio M. P. – “Reflexos do Terramoto de 1755 em Lisboa. Questões metodológicas e de investigação”. in *Actas das Sessões I Colóquio Temático: O Município de Lisboa e a Dinâmica Urbana (séculos XVI-XX)*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1997, p. 125. Durante as nossas pesquisas nos fundos documentais do Tribunal do Santo Ofício, na Torre do Tombo, localizámos nas folhas de contratos um oficial igualmente chamado Tomás de Aquino mas ligado às campanhas de pintura do novo Palácio da Inquisição. Tratar-se-á porventura do autor desta obra? (Arquivo Nacional da Torre do Tombo – *Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Livros e Papeis de Contas*, maço 5 – “Documentos da despeza q. se fes com as Obras do Palacio da Inquisição”, 1772, 24 de Outubro).

as mãos, e não tinham dúvida em confessar ingenuamente a sua ignorância”⁶. Remetendo a sua origem para o termo “Stabulum, palavra puramente Latina, huma derivação mais certa, muito mais natural”, ao encontrar a utilização do termo “Estáo” em documentação exarada desde os finais do século XIV até aos inícios do XVI, “tempo em que principiou a pôr-se em total esquecimento o seu uso”, concluiu que tinha o significado de “Estalagens, Diversorios, ou Albergarias, que havia (como ainda hoje há), não só pelas estradas, senão também nas mesmas povoações, de que servião, e aproveitavão os viandantes”⁷.

Quais as fontes em que assentaram as observações de Aquino? Que autores teria lido? Por certo não lhe seriam desconhecidas as obras dos muitos eruditos que se dedicaram as reflexões etimológicas e historicistas, como a de Duarte Nunes de Leão [c.1530-1608], que conferiu o significado de “hospedaria” ao termo “hostao”⁸; a do cisterciense frei António Brandão [1584-1637], para quem a palavra “Estoas” estava diretamente relacionada com a aposentadoria de embaixadores estabelecida pelo duque de Coimbra no mesmo edifício que em Lisboa seria ocupado pela Inquisição e “acrescentado, e ornado de casas muy grandiosas”⁹. Esta explanação foi igualmente partilhada por muitos outros autores, nacionais e estrangeiros, como João Bautista de Castro¹⁰ [1700-1775], Raphael Bluteau¹¹ [1638-1734], Joaquim José Caetano Pereira e Sousa¹² [?-1818?], Ignacio Vilhena Barbosa¹³ [1811-1890], Eduardo Freire de Oliveira¹⁴ [1841-?] e, mais recentemente, por Ruy d’Abreu Torres¹⁵ [séc. XX].

Mas, como afirmaria Augusto de Pinho Leal [1816-1884], foram muitas e “diversas (e algumas até extravagantes)” as opiniões sobre a etimologia desta palavra, associada quase sempre aos “*paços dos estãos*”, aos que havia no Rocio de Lisboa (onde hoje é o teatro normal [Teatro Nacional D. Maria II]) porque allí haviam

⁶ AQUINO, Tomás José de – *Carta que se escrevia a certo amigo, com a declaração da palavra Estáo*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1788, pp. 3-4.

⁷ *Ibidem*, pp. 19-21, 29-31.

⁸ LEÃO, Duarte Nunes de – *Origem da Lingoa Portuguesa*. Lisboa: por Pedro Craesbeeck, 1606, cap. XVII, p. 113

⁹ BRANDÃO, António – *Monarchia Lusitana*. Tomo III. Lisboa: Imprensa Craesbeeckiana, 1690, cap. XXVI, p. 230.

¹⁰ CASTRO, João Bautista de – *Mapa de Portugal Antigo e Moderno*. Tomo III, Lisboa, Oficina Patricarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763, 5ª Parte, pp. 527-528.

¹¹ BLUTEAU, Raphael – “Estalagem” e “Estaos”. in *Vocabulário Portuguez, e Latino*. Tomo. D-E. Coimbra: Colégio das Artes, 1713, pp. 304, 311.

¹² SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e – *Esboço de hum Dicionario juridico, theoretico, e practico, remissivo ás leis compiladas, e extravagantes*. Tomo I, volume A-E. Lisboa: Tipografia Bollandiana, 1825, [p.n.n.].

¹³ BARBOSA, Ignacio de Vilhena – “O Paço dos Estaus e da Inquisição. Coincidências Historicis Notaveis”. – *Estudos Historicos e Archeologicos*. Tomo II. Porto: Tipografia de António José da Silva Teixeira, 1875, p. 204.

¹⁴ OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*. Tomo I. Lisboa: Typographia Universal, 1882, p. 320.

¹⁵ TORRES, Ruy d’Abreu – “Estaus”. in SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Volume II. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984, pp. 462-463.

varias estalagens ou *estãos*. Outros dizem que se lhe deu este nome por ser feito de propósito para n'elle se *hospedarem* os embaixadores estrangeiros¹⁶. Entre os exemplos mais curiosos, citemos os de frei António de Sousa [?-1632], o dominicano que procurou justificar, através do processo linguístico da síncope, as origens do nome do paço régio lisboeta no termo “estados”, pois aquele era o “Palacio antiguo de los *Estados*”¹⁷; ou o do padre jesuíta Francisco da Fonseca [1668-1738] que, ao escrever sobre os estaus de Évora, defendeu que esta designação “só competia ao de Lisboa, hoje dedicado ao Tribunal do Santo Officio [...] por serem os alicerses fundados sobre estacas de pinho, a respeito de ser o solo de arêa todo inundado de agoa”¹⁸. Já o historiador franciscano frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo [1744-1822] interpretou a origem da palavra “Estaos” ao relacioná-la com o verbo *estar*, considerando que “derivaria o nome *estão* por estarem sempre prontos os *estãos* a receberem os hospedes”¹⁹, e o historiador François Soyer [1980] associou o nome aos estábulos régios anexos ao edifício pação²⁰.

Os linguistas e os historiadores atuais, entre as muitas asserções filológicas e discernimentos históricos, muitos deles herdados dos autores antigos, são, pois, na sua maioria, unânimes quanto ao seu verdadeiro significado. Embora envolto numa certa obscuridade nos mais antigos dicionários e obras enciclopédicas dedicados à língua portuguesa e à história de Portugal, o termo “estaus” surge, pois, associado aos estabelecimentos de aposentadoria destinadas ao acolhimento das embaixadas estrangeiras e comitivas nacionais ao serviço da Coroa portuguesa a partir do século XV, tendo a história consagrado entre os mais famosos os Estaus de Lisboa.

Da rede dos estaus no Portugal medievo

Ao longo de toda a centúria de Quatrocentos, um período de grande estabilidade política que permitiria o florescimento comercial, a expansão marítima, as conquistas militares, e, conseqüentemente, o desenvolvimento artístico, os monarcas portugue-ses deslocavam-se com regularidade no território nacional

¹⁶ LEAL, Augusto Pinho – *Portugal Antigo e Moderno*. Dicionário. Vol. IV. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1874, p. 68.

¹⁷ SOUSA, Frei António de – *Verdadero origen del Tribunal del Santo Oficio de la Inquisición en los Reynos de Portugal contra la fabulosa historia de su falso Nuncio*. Madrid: Oficina de Aznar, 1789, pp. 91-92.

¹⁸ FONSECA, Francisco da – *Evora Gloriosa*. Roma, Oficina Komarekiana, 1728, pp. 54-55.

¹⁹ VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de – “Estão”. in *Elucidario das palavras, termos e phrazes, que em Portugal antigamente se usaram, e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*. Vol. II. Porto-Lisboa: Livraria Civilização, 1964, p. 232.

²⁰ SOYER, François – *A perseguição aos Judeus e Muçulmanos de Portugal. D. Manuel I e o fim da tolerância religiosa (1496-1497)*. Lisboa: Edições 70, 2013, p. 251.

com o propósito de agilizar e modernizar os mecanismos governativos da administração central da Coroa.

Perante a natureza itinerante do seu governo, D. Afonso V [1432|1448-1481] recorreu frequentemente ao direito de aposentadoria para instalar e receber os membros da Família Real, da Corte e do aparelho administrativo, incorporados nos numerosos séquitos régios ou destacados em missões oficiais²¹. Afastando-se dos principais eixos das residências áulicas, as oficiais estabelecidas essencialmente no perímetro fortificado das principais cidades e as de veraneio localizadas nos arredores rurais daquelas²², o monarca durante as suas deslocações procurava alojar-se nas habitações dos mais prestigiantes senhores do clero e da nobreza fidalga²³.

Embora demonstrando manifesta preferência pelos palácios dos prelados, numa tradição mantida, pelo menos, até à primeira metade do XVIII²⁴, assim como dos paços pertencente à grande nobreza, como já se verificava desde os finais do século XIV²⁵, as comitivas régias, não raras vezes, estanciavam nas residências paços dos abades e priores das ordens religiosas e nas dos mestres das ordens militares. Na ausência de estruturas de alojamento em número suficiente, os séquitos acompanhantes instalavam-se nas hospedarias erguidas contiguamente, destinadas aos familiares de sangue ou peregrinos que a elas também recorriam, ou nas localidades mais próximas²⁶.

²¹ Por carta régia de 27 de Abril de 1483, D. João II determinou que qualquer cidadão de Lisboa destacado em representação oficial do senado usufruísse do direito de aposentadoria, com pousadas, camas e estrebarias em todas as cidades, vilas e lugares. Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Histórico (doravante AML-AH), *Livro dos Pregos*, fl. 304v, apresentado por OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*, tomo I, pp. 346-347.

²² Durante o seu longo reinado, o monarca-viajante, como lhe chamou Saul António Gomes, aposentou-se em Viana de Caminha, Braga, Guimarães, Porto, Aveiro, Guarda, Pinhel, Belmonte, Covilhã, Castelo Branco, Coimbra, Tentúgal, Montemor-o-Velho, Penela, Leiria, Torres Novas, Óbidos, Alenquer, Torres Vedras, Atouguia, Tomar, Santarém, Sintra, Oeiras, Lisboa, Camarate, Sacavém, Almada, Portalegre, Estremoz, Avis, Arronches, Viana de Alvitto, Vila Viçosa, Coruche, Montemor-o-Novo, Évora, Elvas, Lagos e Ceuta. Já na vizinha Espanha podemos mencionar estadias em Castelo Rodrigo e Toro. GOMES, Saul António – *D. Afonso V*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2009, pp. 328-329; MARTINS, Miguel Gomes (org.) – *Documentos de D. Afonso V, Infante D. Pedro e do Príncipe D. João. Catálogo*. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa, 2011, pp. 14, 16-22.

²³ Em 1483, D. João II, filho de D. Afonso V, acolheu-se nas casas do conde de Olivença, em Moura, “junto com ho Moesteiro de Sam Johan por serem de bõos aares, e saadias pera o verão que esperavam hi de teer”. PINA, Rui de – “Chronica D’Elrei Dom Joaõ II”. in *Crónicas de Rui de Pina*. Ed. M. Lopes de ALMEIDA. Porto: Lello & Irmão Editores, 1977, cap. VI, p. 90; cap. XI, p. 914.

²⁴ No Paço Episcopal de Coimbra estanciaram os reis D. João III, em 1550, e D. Sebastião, em 1570, e a rainha de Inglaterra, D. Catarina de Bragança, em 1693. Já o Paço Episcopal de Elvas iria, em 1728, receber D. João V e toda a Família Real que se dirigira ao rio Caia para o célebre episódio da *Troca das Princesas*. PACHECO, Milton Pedro Dias – *Por detrás de um Museu. O Paço Episcopal de Coimbra: história e memória*. Dissertação de Mestrado em História da Arte, especialidade em História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: [s.n.], 2009, pp. 145-146.

²⁵ LOPES, Fernando – *Crónica de D. Fernando*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, p. 597.

²⁶ Regra geral, estas dependências estavam estabelecidas fora das áreas monásticas e conventuais, de modo a evitar a perturbação da vida claustral das comunidades. PIMENTEL, António Filipe – *A Morada da Sabedoria*. Coimbra: Almedina, 2005, p. 255; SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR, 2002, p. 95.

As missões diplomáticas enviadas a Portugal para definir novas alianças políticas, obtidas no campo militar, religioso e matrimonial, destacando-se, entre as demais, as embaixadas extraordinárias promovidas pelos outros reinos ibéricos e pelo estado pontifício, impunham a presença de alojamento provisório nas urbes que acolhiam a itinerante Corte de Avis²⁷. Por outro lado, também os agentes régios destacados no âmbito da política internacional²⁸ necessitavam de alojamento em território nacional até alcançarem as fronteiras terrestres com os outros reinos ou com os respetivos portos de mar²⁹. E ainda, quando falhadas as negociações diplomáticas e iniciadas as campanhas bélicas, os séquitos militares aboletavam em estruturas portáteis montadas ao ar livre³⁰, em amplos acampamentos e em luxuosas tendas.

Além das deslocações administrativas regulares oficiais, a reunião dos capítulos gerais dos povos em Cortes determinava, de igual modo, uma grande afluência de pessoas às cidades, vilas e lugares do Reino, originando, porém, inúmeras queixas por parte das autoridades municipais causadas pelos encargos das aposentadorias, em virtude da subida vertiginosa dos preços, dos abusos morais cometidos contra os anfitriões e dos distúrbios coletivos perpetrados junto das populações³¹.

Independentemente dos edifícios escolhidos pelo aposentador-mor destinados à hospedagem da pessoa real, durante as deslocações da Corte ou no decorrer de campanhas militares, tornar-se-ia inevitável a procura de habitação e de víveres para toda a comitiva: “quando se anunciava a mudança da côrte para tal terra, era o mesmo que dizer – a população d’essa terra vai ser augmentada, de um dia

²⁷ Durante a recepção da comitiva pontifícia, em 1440, D. Pedro ficou alojado “em huns casaaes, que se dizem o Couto, antre Santarem e Avys”. PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey D. Affonso V”. in *Crônicas de Rui de Pina*. Ed. M. Lopes de ALMEIDA. Porto: Lello & Irmão Editores, 1977, cap. LXI, pp. 661-663; cap. LXXIX, pp. 669-670; cap. LXXIII, p. 673; cap. LXXIX, pp. 683-684

²⁸ Entre 1438 e 1474 foram contabilizadas setenta e quatro missões diplomáticas ao estrangeiro. GOMES, Saul António – *D. Afonso V*, p. 147.

²⁹ Em 14 de Fevereiro de 1444, a vereação de Faro denunciava que “per bem desto asy sseer encamjnhado e a passajem a Çepta, ssentem mujto a ssojeiçom dapousentaria dos que vão e veem pera a dicta çidade”, situação que contribuía para o empobrecimento da população e levava a “muytos judeus vende[re]m o que teem e sse vaam pera Castella”. (“Extractos dos capítulos especiais de Faro às Cortes de Évora”), in *Monumenta Henricina*. Ed. António Joaquim Dias DINIS. Vol. VIII. Coimbra: 1967, pp. 131-132.

³⁰ Chegando o Regente a Avis, em Dezembro de 1440, onde estava hospedado o infante D. João, D. Pedro “se foy alojar no campo” com os seus apoiantes. No ano seguinte, durante o cerco do Crato, o conde de Ourém “com a gente de Lixboa se aposentou dentro na Yylla, e os Yfantes fóra em torno do Castelo”. PINA, Rui de, “Chronica do Senhor Rey D. Affonso V”. ed. cit., cap. LXXIV, pp. 674-676; PACHECO, Milton Pedro Dias – “Para governar e desfrutar. As residências palatinas dionisinas”. in *Actas do Congresso Internacional Dom Dinis. 750 anos do seu nascimento*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa/Câmara Municipal de Odivelas [no prelo].

³¹ Como aconteceu, a título de exemplo, nas Cortes de 1352, 1391, 1436 e 1439. Mas as aposentadorias afetariam todos os estratos sociais envolvidos, segundo revela a contenda despoletada durante as Cortes de 1482 entre o marquês de Montemor-o-Novo e o arcebispo de Braga, resultante do alojamento concedido ao prelado em uma das casas de um dos criados do marquês. GONÇALVES, Iria – “Privilégios de estalajadeiros portugueses”. in *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa, III série, nr. 11 (1967), pp. 143-144; PINA, Rui de – “Chronica delRey Dom Joaõ II”, ed. cit., cap. VI, pp. 903-904; BARBOSA, Ignacio de Vilhena – “O Paço dos Estaus e da Inquisição”, p. 203.

para o outro, com seiscentas a oitocentas pessoas, que consumirão em um mez as subsistencias, que alli havia, e em todos aquellos arredores, para o consumo regular d'um anno. E, comtudo, n'essas occasiões ainda acrescia a este vexame outro maior, ou soffrido com menos resignação pelo povo. Era o das aposentadorias, isto é, a obrigação dos habitantes prestarem as suas casas para hospedagem das pessoas da côrte, que não tinham quarto nos paços d'el-rei³².

Com base nas fontes documentais referentes à época em análise, a *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V* permite apontar o número da comitiva para acompanhar o infante D. Pedro [1392-1449] às Cortes de Lisboa, constituída por 1800 cavaleiros e 2600 soldados, assim como saber da impossibilidade do mesmo séquito em assentar arraiais em Alenquer, onde se encontrava a rainha D. Leonor de Aragão [1402-1445], por “a Villa nom ser capaz de seu aposentamento”³³. Forçosamente, a deslocação do Rei e da sua Corte, itinerante até ao século XVI, implicava, pois, um redobrado esforço administrativo programado junto das vereações das respetivas localidades³⁴.

Foi com esse mesmo propósito que as *Ordenações do Reino*, as afonsinas, incluíam um conjunto de disposições específicas confiadas a um oficial da Casa Real, o *Aposentador Moor*³⁵. Confrontado com os muitos abusos cometidos, o monarca defendera-se que “nom é por agravar nem fazer dano ao povo”, pois “nunca tal cousa mandou, nem manda fazer, antes manda, que sempre suas casas de morada, e outras Casas, e Quintaãs, e cousas sejam muy bem guardadas”³⁶.

Procurando extirpar alguns dos abusos cometidos, muitos foram os monarcas que estipularam, em diferentes momentos, o direito de aposentadoria em estalagens e albergarias pertencentes a particulares e instituições locais, reforçando, através

³² BARBOSA, Ignacio de Vilhena – “O Paço dos Estaus e da Inquisição, p. 202.

³³ PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey D. Affonso V”, ed. cit., cap. XLV, pp. 636-637.

³⁴ Bastante sugestiva é a missiva régia exarada em 19 de Abril de 1547, pela qual D. João III, ao informar do regresso da Corte a Lisboa, ordenava aos seus vereadores que seguissem as indicações levadas pelo cavaleiro da casa real Simão Ribeiro, de modo a que: “mandes loguo aos aposentadores da cidade que façam com elle ditto aposentamento”. (“Carta régia”, 1547, 19 de Abril) in *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*. Tomo VI. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1962, doc. 33, p. 40.

³⁵ Entre as principais obrigações e “bondades, que ha d’haver”, o aposentador-mor, auxiliado pelo corregedor, ficava assim encarregue de “dar as pousadas com o Procurador do Concelho nos lugares notaveis, em que per Nós he ordenado, que com el haja d’aposentar, pera lhe declarar, e assignar as pousadas dos privilegiados, e honrados do lugar [...] e deve a dar as pousadas per tal guisa, que nom recebam dampno, nem grande agravo aquellos”. E não seria por acaso que muitos dos populares solicitaram a isenção de dar “pousada em suas casas de moradia, adegas e cavalariças”, como aconteceu com o pescador Vasco Martins, em 1434; os mouros Aziza e Galebo de Meira, em 1435; ou com o físico [judeu?] Mousseem, em 1446. Porém, o diploma régio, de 24 de Fevereiro de 1442, proibira as “pousentadorias dos Judeus e que nom posem com elles per evitar os pecados que se fazem na Judaria quando hi pousam”. *Ordenações Afonsinas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998-1999, Liv. I, Tit. LXI, Art.3.º, pp. 348-349; (“Cartas régias”, 1449, 23 de Julho, e 1442, 24 de Fevereiro), in *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*, tomo II, 1958, doc. 20, p. 204 e doc. 26, p. 283; *Monumenta Henricina*, vol. V, pp. 132, 135, 151; vol. IX, pp. 179-180.

³⁶ *Ordenações Afonsinas*, Liv. II, Tit. LIX, Art. 18.º, pp. 353; SOUSA, Armindo de – *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*. Vol. I. Porto: Centro de Investigação Científica/Centro de História da Universidade do Porto, 1990, pp. 177-178.

de deliberações régias, a sua reparação, quando evidenciavam um avançado estado de degradação, ou a sua construção de raiz, quando não existiam³⁷. Ao conjugar esforços entre as autoridades concelhias e os proprietários privados, o poder central, sem nunca ter conseguido resolver o problema, estimulou, ao longo dos séculos XIV e XV, o incremento de uma rede de hospedarias, numa clara “afirmação de progresso económico e social que, exigindo e facilitando cada vez mais as relações entre indivíduos de diferentes terras e países, as tornava também, por isso mesmo, mais e mais intensas”³⁸.

Durante a centúria de Quatrocentos, a Coroa, “um poder mais forte [que] protegia melhor uma instituição que, como esta, era de evidente utilidade pública”, foi assim promovendo a rede de estaus e hospedarias, extirpando alguns encargos danosos e obsoletos mas impondo determinados deveres e obrigações³⁹. Os requerimentos populares começavam assim a ser parcialmente sancionados, colhendo os proprietários privados algumas benesses a partir das reuniões parlamentares, como as de Lisboa, em 1389, em 1413⁴⁰, em 1427 e em 1428; as de Coimbra, em 1390 e em 1394; as de Santarém, em 1418 e em 1430; ou as de Leiria-Santarém, em 1433⁴¹.

Tudo leva a crer que as casas de aposentadoria pública, os “estaus” ou “estalagens del’Rei”⁴², foram estabelecidas nas grandes cidades e nas pequenas urbes para alojar os monarcas portugueses, no decurso do seu governo itinerante, privilégio esse entretanto alargado aos agentes régios, eclesiásticos e diplomáticos, nacionais e estrangeiros, a circular pelo Reino⁴³. Esta seria, na verdade, uma

³⁷ As estalagens de aposentadoria, com dependências para descanso e alimentação dos viandantes e seus animais de tração e carga, parecem remontar ao século XII, em virtude das transformações económicas e sociais ocorridas em Portugal. Entre as mais antigas referências, encontra-se uma carta de couto, datada de 1136, destinada a fundar em Gavieiras, Braga, “una halbergaria”, ou o pedido de ajuda apresentado em 1269 pela edilidade de Coimbra que procurava estabelecer algumas estalagens na cidade. Também as instituições religiosas viriam a dispor de estabelecimentos similares, como “huas estalagens” que a Ordem de Cristo detinha na Ribeira de Santarém emprazadas a Margarida Afonso desde 1437. Cf. *Documentos Medievais Portugueses*. Tomo I, Volume I. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958, doc. 155, p. 184; “*Solicitação da Câmara de Coimbra a D. Afonso III*”, 1269, 30 de Janeiro, in REGO, António da Silva – *As gavetas da Torre do Tombo*. Tomo I. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, doc. 1674 (X, 5-11), p. 599; BARROS, Gama – *História da Administração Pública em Portugal, nos séculos XII a XV*, tomo V, pp. 206-208 citado por SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, p.158; (“Auto de emprazamento”, 1437, 25 de Janeiro), in *Monumenta Henricina*, vol. VI, pp. 14-15 (“Auto de emprazamento”, 1437, 25 de Janeiro); COSTA, Adelaide Pereira Milán da – “Espaço urbano”. – MATTOSO, José (dir.) e SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (coord.) – *História da Vida Privada em Portugal*. Volume I. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2011, p. 36.

³⁸ Sobre a distribuição geográfica destes estabelecimentos nos séculos XIV e XV *vide* o mapa apresentado por Iria GONÇALVES no seu artigo “Privilégios de estalajadeiros portugueses”, pp. 144-145, 155.

³⁹ *Ibidem*, pp. 144, 149-150.

⁴⁰ A petição apresentada neste ano em Lisboa pretendia impedir que os contadores e escrivães régios tomassem gratuitamente pousadas ou roupas por longos períodos de tempo durante as suas jornadas.

⁴¹ *Ibidem*, cap. XLIX, p. 642; cap. CXXV, p. 754.

⁴² PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey D. Duarte”, ed. cit., cap. IV, p. 497.

⁴³ Logo no ano seguinte, em 5 de Junho de 1440, a Coroa cedeu por escambo uma terra para estalagens em

realidade amplamente conhecida já nos finais do século XIV quando, em 1383, os homens bons de Lisboa denunciavam à então regente do Reino, D. Leonor Teles [1350-1386], que “hũ dos grandes malles que estes rregnos rrecebem, husado per tanto tempo que os fazedores d’ello ho nom ham ja por mall nem fazem d’ello conciencia, assi he a pousadaria que os fidallagos e as outras gentes fazem nas pousadas alheas⁴⁴, husando-sse dos bẽes e rroupas que teem per tanto tempo que muitas vezes se gastam de todo ponto, rrecebendo aquelles com que assi pousam outros danos de mayor graveza”. Por tal motivo foi solicitado à rainha “que mandees que sse façam estallagẽes, tantas que avondem, em que pousem taaes pessoas sem tomando nẽhũa cousa contra vontade de seus donos⁴⁵”.

Destarte, era notório o interesse crescente das elites portuguesas, nobres e eclesiásticas, em possuir moradias secundárias para pousada, dentro e fora dos seus domínios territoriais jurisdicionais, aquando das suas deslocações. De acordo com os protestos apresentados em Cortes pelos habitantes locais, parece que a manutenção dessas residências era negligenciada intencionalmente pelos proprietários, com o propósito de usufruírem, gratuita e de forma abusiva, do direito de hospedagem de que auferiam. Perante a reincidência destes excessos, denunciados, novamente, nas assembleias do Reino de 1453, o monarca determinou que “todollos condes e fidalguos e prellados e caualeiros que cassas theuessem nas cidades e uillas que has corregese e has nom dexasse cair pela em ellas auerem de pousar quando ha terra uiesse⁴⁶”.

Ao que tudo indica, a organização sistemática destes estabelecimentos parece remontar aos inícios da segunda metade do século XIV, no reinado de D. Afonso IV [1290|1325-1357]. Perante as denúncias dos abusos perpetrados pela comitiva que acompanhava a Corte ao abrigo do direito de aposentadoria, sumariadas nos capítulos gerais apresentados nas Cortes de 30 de Agosto de 1352, o monarca, ao condenar os abusos praticados, deliberara “fazer e concertar estaos nas suas terras e vilas⁴⁷”. Apesar de desconhecermos o resultado efetivo das medidas tomadas

troca dos açougues da vila de Monforte, em Portalegre, e, em 7 de Novembro de 1441, o almoxarife João Vasques obteve autorização do vigário geral de Tomar, D. frei Afonso, para realizar obras nas duas estalagens da Ribeira de Santarém. *Monumenta Henricina*, vol. VII, pp. 268-271; REGO, António da Silva – *As gavetas da Torre do Tombo*, vol. III, doc. 2520 (XIII, 1-18), p. 2 (“Escambo entre a Coroa e o concelho de Monforte”, 1440, 5 de Junho).

⁴⁴ Já nos capítulos particulares apresentados nas Cortes de 30 de Maio de 1331, o artigo 21.º denunciava os “cavaleiros que pousam em lojas, casas, hospitais, etc., abusando de viúvas e roubando o que é dos vizinhos”. Quarenta anos depois, nas Cortes de 8 de Agosto de 1371, denunciava-se que “muitos fidalgos acompanham o rei sem necessidade o que encarece a vida nos lugares onde pousam” (“Capítulos das Cortes”, 1331, 30 de Maio; “Carta dos artigos das Cortes”, 1371, 8 de Agosto), in *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*, tomo I, doc. 3, p. 150; doc. 6, p. 165, 169.

⁴⁵ Nova disposição régia seria tomada nas Cortes realizadas em Coimbra em 4 de Março de 1390. LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, pp. 596-597; (“Carta régia”, 1390, 4 de Março), in *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*, tomo I, doc. 10, p. 184.

⁴⁶ SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, p. 85.

⁴⁷ (“Capítulos gerais das Cortes”, 1352, 30 de Agosto), in *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*, tomo I, doc. 5, pp. 159-160.

pela Coroa, a rede de aposentadorias, no século seguinte, estender-se-ia já pelas principais urbes do Reino, em Coimbra⁴⁸, no Porto⁴⁹, em Évora⁵⁰, em Santarém⁵¹, em Setúbal⁵² e em Tomar⁵³.

⁴⁸ As deliberações tomadas nas Cortes de 1436, e já denunciadas em 1391 e 1395, portanto em data anterior ao decreto petrino, advertem para decisão camarária em que se ordenava “que taees pessoas pousem nos Estaãos, que ha pelo caminho, ou na dita Cidade [de Coimbra], e nam nas Aldéas, e Casaaes, que estão fóra da estrada”. Corresponderiam os Estaus de Coimbra à albergaria identificada em 1441, nas proximidades da primitiva igreja de Santa Justa, onde ocorreram alguns abusos por parte de oficiais régios aquando da passagem pela cidade nos finais do século XIV? “Cartas régias”, 1391, 16 de Fevereiro, 1395, 26 de Janeiro e 5 de Fevereiro, in *Colecção de Pergaminhos Avulsos do Arquivo Histórico Municipal de Coimbra*; João Aires de CAMPOS – “Antiguidades Nacionais: Dos estaós e aposentadorias em 1439”, p. 21; VITERBO, frei Joaquim de Santa Rosa de – “Estaós”, in *Elucidario das palavras*, pp. 232-233.

⁴⁹ Na principal do Douro, o edifício de aposentadoria dos Estaus surge mencionado em 1391, data em que D. João I ordenou a construção de estalagens “en que pousassem todolos grandes e onrrados e outros de qual quer Estado e condiçom”, resolução régia que parecia ser impossível de respeitar, segundo a denúncia apresentada nas Cortes de Coimbra, celebradas em 1398, pois “nom ha quejandas duia d’haver”. Mais tarde, em 1461, D. Afonso V entregou a quantia de 43\$000 réis à vereação para “pagar umas casas junto à Praça da Ribeira, para nelas fazerem estaós”. SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, p. 159; SILVA, José Soares da – *Memorias para a Historia de Portugal que comprehendem o governo del Rey D. Joaõ I do anno de mil e trezentos e oitenta e tres, até o anno de mil e quatrocentos e trinta e tres*. Tomo I. Lisboa Ocidental: Oficina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1730, cap. 72, p. 637; VITERBO, frei Joaquim de Santa Rosa de – “Estaós”, in *Elucidario das palavras*, pp. 232-233.

⁵⁰ Mencionados no referido diploma de 1439, os estaus de Évora, localizados nas proximidades da atual Praça do Giraldo, terão sido estabelecidos por volta de 1435, no seguimento da realização das Cortes de Évora: “e parece que as obras se iniciaram imediatamente, embora conclusão se verificasse na Regência do infante D. Pedro”, tendo sido reutilizados para a obra os materiais de cantaria da antiga cerca. Logo em 1460 ficariam sujeitos à administração local da Casa dos Vinte e Quatro, continuando ainda a servir “como estalagem da nobreza e aposentadoria do corpo diplomático” até ao século XVII. Entretanto, em 24 de Janeiro de 1513 a Coroa anunciou a intenção de começar a legislar sobre a concessão de hospedarias locais, ordenando “aos taverneiros e pessoas estrangeiras que dam de comer e camas nesta çidade [...] que daqy em diante se nom de logar e licença... sem primeiro ser feito exame muy verdadeiro ... de pesoa que he e da fieldade... e da sua fama e bondade”. No Alentejo, dispomos ainda de referências isoladas acerca da existência de “Estaós” próximos de Évora, em Valverde, na atual freguesia de Nossa Senhora da Tourega, e outros em Beja. Aguardamos oportunidade para analisar as fontes referentes aos “estaos” de Beja gentilmente cedidas pela nossa amiga e colega Sandra Pinto. SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, p. 127; (“Cartas régias”, 1513, 24 de Janeiro, 1519, 29 de Setembro), in *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*, tomo VI, doc. 9, p. 13, tomo V, doc. 109, p. 110; ESPANCA, Túlio – *Évora: Arte e História*. Évora: Câmara Municipal de Évora, 1987, p. 19.

⁵¹ Quanto aos estaus escalabitanos, igualmente referenciados para 1439 mas sem uma localização específica, estariam ainda em atividade em 12 de Outubro de 1512. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, “Provisão para concessão de privilégio e escusado em forma ao estalajadeiro do cavaleiro João Rego”, 1512, 12 de Outubro, Livro 7, fol. 44v.

⁵² Segundo o que a documentação fornece, os estaus de Setúbal, certamente fundados em data próxima dos anteriores, terão tido um funcionamento menos duradouro, uma vez que não resistiria à *demolidora* decisão de D. João II [1455]1481-1495], quando, em 1487, “estando ElRey em Setuvel, desfez os estaos, e a ordenança d’apousentar que na Villa avia, como em Lixboa; porque as rendas, nem as casas della abastavam pera toda a Corte”. O motivo desta medida, segundo Pina, ficou a dever-se à insuficiência dos rendimentos municipais, visto “as rendas, nem as casas della abastavam pera toda a Corte, e soltou-se ho apousentamento per toda a dicta Villa”, tendo decidido aplicar o dinheiro “que per imposições era pera os estaos, e apousentadoria rendido” na construção do aqueduto da serra de Palmela, da praça do Sapal e do Paço do Trigo. Teria sido pela sua destruição que D. João II, no ano seguinte, em 1488, se alojou nas casas da Alfândega da mesma vila? PINA, Rui de – “Chronica d’ElRey D. Joaõ II”, ed. cit., cap. XXV, p. 941; cap. XXXVII, p. 952.

⁵³ Já os estaus da vila de Tomar, no início da Rua da Judiaria, terão sido erguidos após a obtenção do privilégio para a realização da feira franca anual, por diploma concedido por D. Henrique [1394-1460], em 22 de Outubro de 1422, no sentido de “desapressar os Moradores da Villa de Thomar das aposentadorias dos

O direito de aposentadoria foi, na verdade, um dos muitos privilégios granjeados pela Coroa e alargados a uma próxima e favorecida rede clientelar, nobiliárquica e eclesiástica, que se manteria até ao ano de 1834, vindo a traduzir-se num dos abusos mais usualmente praticados e, por isso mesmo, dos mais contestados. É precisamente nesta realidade, de cedências e de conquistas, que Vieira da Silva [1948] encontrou a génese impulsionadora do aparecimento de paços de maiores dimensões ao longo de todo o século XV e o aumento crescente de edifícios destinados a estalagens, em virtude da progressiva regulamentação do direito de aposentadoria em Portugal⁵⁴.

Depois desta longa mas necessária contextualização histórica, iniciada com a problemática em torno da origem do termo *estaus* e rematada com a formação dos primeiros estabelecimentos em Portugal, segundo o que as fontes disponibilizam, debruçemo-nos sobre as origens dos dois edifícios dos Estaus erguidos em Lisboa.

Dos dois estaus de Lisboa

O edifício dos Estaus do infante D. Pedro

Embora a Batalha de Alfarrobeira fosse reveladora das ambições políticas do infante D. Pedro, o duque de Coimbra, os cronistas antigos e os historiadores contemporâneos portugueses continuam a acentuar a equidade e a retidão do governo que lhe fora confiado durante a menoridade do jovem rei D. Afonso V. Assumindo idêntico espírito mecenático e protetor das Artes – apanágio particularizante de todos os infantes da Ínclita Geração –, D. Pedro revelou-se um pródigo edificador, não só nos domínios senhoriais do seu ducado de Coimbra⁵⁵, como em todo o Reino:

seus, mandou fazer o edifício dos estãos”. Curiosamente, só para os estaus de Tomar Santa Rosa de Viterbo associou o termo de alojamento público: “Aqui parece se tomam *estãos* por *hospedarias*, *quartos*, *hospício* ou *residência*, e não por estalagens, em que a família do infante houvesse de pagar à sua custa cama e mesa”. VITERBO, frei Joaquim de Santa Rosa de – “Estãos”. in *Elucidario das palavras*, p. 232; (“Carta régia”, 1421, 13 de Abril; “Carta testamentária de D. Henrique”, 1460, 22 de Setembro), in *Monumenta Henricina*, vol. III, pp. 12-13; vol. XIV, p. 5; TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Tese de doutoramento em História (História da Arte) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: [s.n.], 2009, pp. 506-510.

⁵⁴ CRUZ, António – “Aposentadoria”. in SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, p. 164; SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, pp. 98, 157-158.

⁵⁵ Sobre o legado cultural e artístico petrino no ducado de Coimbra escreveu COELHO, Maria Helena da Cruz – “O infante D. Pedro, duque de Coimbra”. in *Biblos* 69 (1993), pp. 15-57; MACEDO, Francisco Pato de – “O Infante D. Pedro, patrono e Mecenas”. in *ibidem*, pp. 459-489; DIAS, Pedro – “Escultores e pintores que trabalharam para o Infante D. Pedro, Duque de Coimbra”. in *ibidem*, pp. 491-505, e, mais recentemente, TRINDADE, Luísa – “Coimbra, uma cidade do Ducado do Infante D. Pedro”. in *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: CNCDP, 2001, pp. 57-67. Faltam, no entanto, estudos sobre as múltiplas campanhas construtivas operadas no Reino de Portugal no período da regência de D. Pedro.

“em dez anos que por ele regeo seus Reinos. Cá per sy o servio, e fez aos outros servir com tamanho comprimento de seu Estado e servyço, que se nom pode dizer, que outro algum Pryncepe fosse mylhor cryado no mundo, nem ensinado”, legando “outras muytas obras boas” e “proveitosas hordenanças pera o Reino”⁵⁶.

Na sua *Real e muy verdadeira Chronyca*, Rui de Pina [c.1440-c.1522] asseverou que o estabelecimento dos Estaus no Rossio de Lisboa foi uma das primeiras medidas tomadas pelo infante D. Pedro a partir do momento em que lhe fora confiada, oficialmente, a regência do Reino. Na verdade, a atuação do infante no estabelecimento dos Estaus começaria alguns meses antes de assumir o governo interino a partir das Cortes de 1439, enquanto defensor do Reino e dispondo do consentimento da tutora e curadora do pequeno príncipe, a rainha D. Leonor de Aragão. Anuindo ao protesto apresentado pela vereação de Lisboa, D. Pedro, em 9 de Junho de 1439, deliberou assim acrescentar mais 2 contos de libras ao imposto sobre o vinho, no valor de 6 contos de libras⁵⁷, destinados às obras em Vila Nova da Pedreira e nos Estaus⁵⁸.

Entretanto, reunidas as Cortes no Paço da Alcáçova de Lisboa, em 10 de Dezembro de 1439, o “Yfante Dom Pedro em nome d’ElRey outorgou ao povo, foy que nom ouvesse apousentadorya em Lixboa, fazendo estaaos e casas, em que se ElRey e sua Corte podessem alojar”, numa medida extensível também a Évora e Santarém, apesar das dificuldades financeiras da época, pois “Outro dano he a que se deve atalhar o crescimento de despesas desordenadas, a que as rendas do Reino nom bastarám”⁵⁹. Deste modo, não só fica expresso o compromisso por parte da Coroa em manter as disposições homologadas por D. Duarte [1391|1433-1438], na abolição das “apousentadorias de Lixboa” e na continuação da obra dos “estaos que

⁵⁶ PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey D. Affonso V”, ed. cit., cap. XLIX, pp. 641-643; cap. XLII, p. 648; cap. CXXV, p. 754.

⁵⁷ Moeda de prata, com o valor de \$036 réis, a circular nas primeiras décadas do século XIV.

⁵⁸ Como o próprio diploma menciona, a repartição dos 8 contos de libras, confiada ao provedor das rendas da cidade Bartolomeu Gomes, deveria ser feita mensalmente, mediante a concessão de 500 mil libras “por as ditas obras serem melhor encaminhadas e aviadas”. Entretanto, no apêndice das *Leis, Alvarás, Determinações, etc, que se não achão com data* encontramos, entre os muitos documentos assinados por D. Afonso V sobre um *Regimento das Imposições dos Vinhos*, uma referência à disposição apresentada por D. Fernando, que consistia na aplicação de uma parcela do imposto sobre o vinho em obras públicas, nomeadamente nos estabelecimentos das aposentadorias: primeiro para “murar a Cidade de Lisboa; mas depois se aplicou para as despesas das Aposentadorias, com a qual Imposição se isentarão de dar aposentadoria a Cidade de Lisboa, Évora e Santarém de pagar siza do Paõ”. (“Carta régia”, 1439, 9 de Junho), in *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*, tomo II, 1958, doc. 16, p. 268; FIGUEIREDO, José Anastasio de – *Synopsis chronologica de subsidios ainda os mais raros para a historia e estudo critico da legislacão portugueza*. Tomo II. Lisboa: Oficina da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790, pp. 311-312.

⁵⁹ PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey D. Affonso V”, ed. cit., cap. II, p. 588; cap. XLVI, p. 638; cap. XLIX, p. 643; cap. L, p. 644.

deu causa a grande ennobrecimento da Cidade”, como promoveria ainda a ereção de outros dois estabelecimentos congêneres nas urbes igualmente procuradas pela Corte⁶⁰.

A reforma lançada procurava assim diminuir as infrações, extorsões e abusos, de modo a proteger os peticionários mais lesados. Com esse objetivo, o regente incumbiu os agentes locais – provavelmente os mesmos procuradores concelhios presentes nas assembleias de 1439 –, e convidou alguns proprietários privados a promover o estabelecimento e a renovação dos equipamentos das hospedarias⁶¹. Estendendo as prerrogativas não só às cidades e vilas muradas mas também às povoações localizadas junto dos principais eixos viários do Reino⁶², o diploma régio autorizava os particulares a assumirem a (re)edificação de tais empreendimentos, confiando aos corregedores e demais oficiais municipais a regulamentação dos preços praticados nos estabelecimentos, desde o valor do alojamento ao custo da alimentação⁶³:

“Primeiramente em todallas cidades e vilas cerquadas se hordenem e se façam estaaos os mais e mjlhores que poderam fazer, dos quaes façam as cidades e villas os que poderem, e os outros cadhuum como lhe aprouver segundo a desposiçom de cadahuum lugar, e esto sem embargo dos perujlegios que alguuns tenham em algumas terras [...] e esta maneira meesma se terá em totalas outras villas e aldeas que forem nas estradas, e as de fóra dellas se

⁶⁰ Se para uns autores esta medida é reveladora da continuidade das políticas régias encetadas anteriormente, para outros reflete a mentalidade cosmopolita de D. Pedro, cujos modos de atuação ecoam no sexto conselho facultado a D. Duarte, por ocasião do falecimento de D. João I, ao mencionar o compromisso em “seer gracioso e de boõ acolhimento aos naturaes, e estrangeiros, sem familiaridade disoluta”. PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey D. Affonso V”, cap. XLIX, p. 642; cap. CXXV, p. 754, idem, “Chronica do Senhor Rey D. Duarte”, ed. cit., cap. IV, p. 497.

⁶¹ Logo no ano seguinte, em 5 de Junho de 1440, a Coroa cedeu por escambo uma terra para estalagens em troca dos açougues da vila de Monforte, em Portalegre, e, em 7 de Novembro de 1441, o almoxarife João Vasques obteve autorização do vigário geral de Tomar, D. frei Afonso, para realizar obras nas duas estalagens da Ribeira de Santarém. Monumenta Henricina, vol. VII, pp. 268-271; (“Escambo entre a Coroa e o concelho de Monforte”, 1440, 5 de Junho), in REGO, António da Silva – *As gavetas da Torre do Tombo*, vol. III, doc. 2520 (XIII, 1-18), p. 2.

⁶² Com base na carta régia outorgada ao estalajadeiro João Eanes, em 4 de Dezembro de 1445, Saul António Gomes coloca Ourém no “espaço de encruzilhada de caminho e recepção de viandantes”. Mas se recorrermos à literatura de viagens sobre Portugal, ainda que produzida entre os séculos XVII e XIX, é possível localizar as muitas povoações que integravam os principais eixos viários medievais, sendo as localidades denominadas de Albergaria os casos mais evidentes e perduráveis no tempo, como a Velha, a da Raposeira, das Batarías, das Cabras, de Baixo, de Cima, de Penela, de Sousa, de Souto Redondo, do Cerejo, dos Doze ou dos Fusos. GOMES, Saul António – “O Condado de Ourém em tempos medievais”. in *D. Afonso, 4.º Conde de Ourém e a sua época. Livro de Actas*. Ourém: Câmara Municipal de Ourém, 2004, p.100; “Albergaria”. in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. I, pp. 725-729.

⁶³ TORRES, Ruy d’Abreu – “Estaus”. In SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, pp. 462-463.

aparelheme e corregam em tall maneira que posam dar a aposentadarya por dinheiro pera homens e bestas que nom couberem nos estaaos⁶⁴.

Em virtude do compromisso assumido, “por memoria da mercee e liberdade, que lhes o Yfante em nome d’El-Rey fizera, quando lhes tirou as aposentadorias”, os cidadãos de Lisboa “lhe quyseram com seu consentimento ordenar huma estatua de pedra sobre a porta dos Estãos, que o Yfante novamente mandou fazer, e preguntando-lhe em que forma a averia por melhor que estevesse⁶⁵”.

Embora a extinção das aposentadorias e a construção dos Estaos de Lisboa sejam atribuídas a D. Pedro⁶⁶ a documentação oficial lavrada na chancelaria régia de D. Duarte permite, no entanto, recuar a data de resolução para a ereção do edifício na cidade que assumia cada vez mais a capitalidade do Reino. O primeiro diploma régio, referente ao despacho das Cortes de 11 de Novembro de 1434, menciona já a existência em Lisboa de um edifício destinado à aposentadoria e o requerimento de que:

“quando o monarca e a corte se ausentarem de Lisboa não possam ficar nas casas que a cidade deu de aposentadoria quaisquer pessoas além de 8 dias, e se ficarem se alojem nos estaos pagando sua permanência⁶⁷”.

Porém, o alvará régio outorgado em 1 de Dezembro de 1436 confirma que a obra construtiva dos Estaos de Lisboa, empresa assumida, portanto, por D. Duarte, estava já em curso nas imediações do Convento de São Domingos:

⁶⁴ O mesmo documento, no Capítulo 24.º, que diferencia os “estaos” das “d’aposentadorias, que nom forem estaos conthinoados”, apresenta, ao longo de treze artigos, os valores aplicados aos viandantes, estabelecendo os preços desde a roupa de cama (e.g.: o aluguer de “huum almadrage de laã ou de estopa, e d’huum traueseiro e um par de lançoos d’estopa e huma manta” custava por noite um real por pessoa) até ao pasto dos animais (e.g.: um “cesto cheeo de pailha, que leue quatro alqueires de ceuada” custava um real). CAMPOS, João Correia Aires de – “Antiguidades Nacionais: Dos estaos e aposentadorias em 1439”. in *O Instituto*. Coimbra, vol. XIII (1864-1866), pp. 21-22.

⁶⁵ A resposta do homenageado revelou, no entanto, um grande comedimento nas honras atribuídas: “Se a mynha ymagem ally estevesse esculpida, aynda virám dias, que em gallardam dessa mercêe, que vos fyz e doutras muitas, que com a graça de Deos espero vos fazer, vossos Fylhos a derrybaryam, e com as pedras lhe quebrariam os olhos”, e por essa razão esperava “por tanto Deos por ysso me dê bom gallardam, cá de vós em fym nam espero outro se nam este que digo, e por ventura outro pior”. PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey D. Affonso V”, ed. cit., cap. LII, p. 648; PEREIRA, Maria Helena da Rocha – “A estátua do Infante D. Pedro: de Rui de Pina a Manuel Alegre”. in *Biblos* 69 (1993), pp. 417-427.

⁶⁶ PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey D. Affonso V”, ed. cit., cap. LII, p. 648; PINTO, Maria do Carmo Teixeira – “Um Palácio no Rossio: ciclos de vida (séculos XV a XIX)”. in *I Colóquio Temático. O Município de Lisboa e a Dinâmica Urbana (séculos XVI-XX)*, p. 163.

⁶⁷ (“Carta régia”, 1434, 11 de Novembro), in *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*, tomo I, doc. 23, p. 214.

“[...] queremos e hordenamos que ... a nenhuumas pessoas de nosso Regnos ou de fora ... que vão pera Çepta, ... ou pera alguma outra parte ou em ella queiram estar ... quando nós ou a rainha... e os ifantes meus filhos e irmãos e condes meus sobrinhos nom formos em a dicta çidade, nom sejam dadas de pousadia nenhuumas cassas per nossas cartas, nem alvaraaes, posto que as tragam se em ellas nom fazer mençom que se dem nom embargando esta carta, mas todos vaaõ poussar ao Estáo Novo que ora se faz no Resio, a çerca de Sam Domingos, tanto que acabado for...”⁶⁸.

Apesar da concessão dos seis contos de libras outorgados por D. Duarte, assim como na extensão de outras regalias e privilégios de aposentadoria⁶⁹, as obras parecem ter seguido a um ritmo bastante moroso até ao ano de 1439. De acordo com o conteúdo apresentado nos documentos mencionados parece-nos assim verosímil que os Estaus em Lisboa tenham sido estabelecidos de forma institucionalizada por D. Duarte e terminados entretanto na regência de D. Pedro. Na verdade, tudo indica que, à data da medida tomada pelo duque de Coimbra, no final do ano de 1439, o edifício planeado materialmente e dotado financeiramente por D. Duarte, estava ainda em construção.

De imediato uma questão se coloca: em que perímetro das imediações da casa monástica dominicana foram lançados os alicerces dos Estaus concluídos por D. Pedro? A resposta à nossa questão encontra-se, segundo cremos, na *Carta* que Tomás José de Aquino escreveu, em 1788, *a certo amigo*, com a declaração da palavra *Estáo*. Ao analisar os seus depoimentos, o autor setecentista asseverou que o edifício dos Estaus de D. Pedro havia sido construído no flanco nascente do grande Rossio de Lisboa, integrando ou integrada na “continuada Arcada antiquíssima, e muito espaçosa, Obra sumptuosa para aquelle tempo, a qual principiando junto (ou *acerca*) do Adro da Igreja de São Domingos hia finalizar na Bestega, hoje chamada Travessa da Betesga, que he a ultima do lado Oriental, antes de entrarmos na rua Augusta”⁷⁰, portanto, anterior à construção, neste flanco sul, do Real Hospital de Todos-os-Santos entre 1492 e 1501⁷¹.

⁶⁸ Sublinhado nosso. Teria o vedor das obras da cidade, Estevam Vásquez, em exercício em Junho de 1437, envolvido nesta campanha de obras? (“Cartas régias”, 1436, 1 de Dezembro; 1437, 20 de Junho), in *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*, tomo II, docs. 10, 13, pp. 262, 265.

⁶⁹ Os proprietários que erguessem “cassas de novo” disporiem de cinco anos de isenção de aposentadoria e os que fizessem obras de reabilitação disporiem somente de três. *Ibidem*, doc. 10, p. 262.

⁷⁰ AQUINO, Tomás José de – *Carta que se escrevia a certo amigo*, pp. 21-22.

⁷¹ PINA, Rui de – “Chronica d’ElRey D. João II”, ed. cit., cap. LVI, p. 992; OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, tomo I, p. 379, nt. 2.

Deste modo, sabemos que “esta Arcada erão os celebrados Estãos, edificados no governo do Infante D. Pedro, na menoridade do Senhor Rey D. Affonso V, e acerca dos Paços do Conde de Ourem (que havião sido do Condestavel D. Nuno Alvares Pereira) para livrarem, ou aliviarem os moradores de Lisboa das aposentadorias”. Porém, perante a ausência de provas contundentes, o autor setecentista admitiu desconhecer se “estes Arcos do Rocio tiveram, ou não em outro tempo accommodações, e aposentos altos [...] para melhor commodo não só da Corte, senão também da gente de armas que muitas vezes acompanha o mesmo Rei”, acabando assim por afirmar que “a razão dessa denominação era por serem os Estãos anexos aos mesmos Paços, que se prova com o Alvará” lavrado em 1449⁷², documento régio que nos irá trazer novas interpretações históricas acerca dos Estaus de Lisboa.

A confrontação das coordenadas documentais fornecidas por Tomás de Aquino com o edificado presente na pintura setecentista dedicada ao Rossio⁷³ (Fig. 1) permite-nos assim identificar e localizar os Estaus promovidos por D. Pedro no casario erguido no extremo norte do quarteirão nascente do Rossio, ficando assim nas imediações do Convento de São Domingos e nas traseiras da Praça da Figueira.

Com exceção das esparsas referências históricas mencionadas, não são hoje conhecidos quaisquer testemunhos documentais ou materiais que nos possibilitem conhecer a configuração espacial e a constituição arquitetónica do primitivo complexo, cuja empreitada poderia ter sido promovida, muito provavelmente, pelo representante do município de Lisboa nas Cortes de 1439, o procurador Pero de Serpa⁷⁴ [séc. XV].

Os dados recolhidos até ao momento permitem somente delimitar cronologicamente o período de construção do edifício entre 10 de Dezembro de 1439, data da homologação da proposta apresentada nas Cortes, e 17 de Agosto de 1443, dia a partir do qual se sabe que o edifício estaria terminado, ou em fase final de conclusão, conforme sugere a escritura notarial de um cavaleiro da casa del-Rei, lavrada “nos estaaos nouos, que estam no Rosioo”⁷⁵. Mas é possível que estivesse já em funcionamento em período anterior.

⁷² AQUINO, Tomás José de – *Carta que se escrevia a certo amigo*, pp. 21-22.

⁷³ Esta é uma de três pinturas da Lisboa Setecentista pertencente ao Antiquário António Roquette/Pedro Aguiar Branco, exposta na Feira de Arte e Antiguidades de Lisboa de 5 a 13 de Abril de 2014.

⁷⁴ PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey D. Affonso V”, ed. cit., cap. XLIX, p. 642.

⁷⁵ Além do mais, na missiva régia de 24 de Fevereiro de 1442, pela qual ficavam interditas as “pousentadorias dos Judeus”, para que “nom pousem com elles per evitar os pecados que se fazem na Judaria”, o monarca ordenava à vereação que recusasse os “dinheiros pera os Estaaos” disponibilizados pela comunidade judaica de Lisboa, o que pode sugerir o avançado estado construtivo da empreitada. (“Escritura notarial”, 1443, 17 de Agosto), in *Monumenta Henricina*, vol. VIII, pp. 91-95; (“Carta régia”, 1442, 24 de Fevereiro), in *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*, tomo II, doc. 26, p. 283.

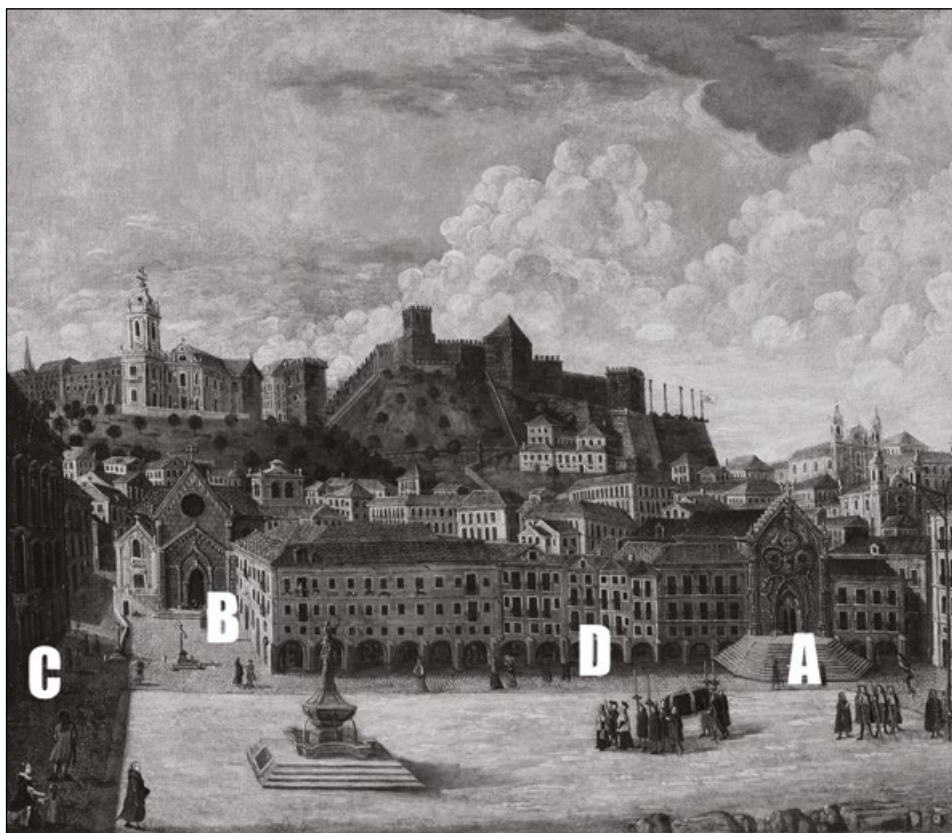


Fig. 1 – Vista geral do Rossio na primeira metade do século XVIII com seus principais monumentos: Real Hospital de Todos-os-Santos [A]; Igreja e Convento de São Domingos [B]; Palácio do Santo Ofício da Inquisição [C]; casario onde estariam localizados os Estaus de D. Pedro (?) [D]. Anónimo, Óleo sobre tela, Século XVIII, Antiquário AR-PAB – Álvaro Roquette & Pedro Aguiar Branco [Ref.: 3_ARPAB0006], Lisboa.

Ora, se a teoria defendida por Tomás de Aquino na *Carta* de 1788 estiver correta, o posicionamento urbano dos Estaus petrinus em Lisboa⁷⁶ segue, em nosso entender, uma matriz de ocupação material similar a de outros estabelecimentos de aposentadoria conhecidos em Portugal. Embora tenham desaparecido na sua maioria, vamos encontrar em Tomar e em Évora vestígios materiais e registos documentais da inserção desta tipologia de estruturas utilitárias, compostas de grandes e contínuas arcarias, localizadas em áreas urbanas com uma forte atividade

⁷⁶ Eram célebres, “na face do recio”, os trinta & cinco arcos, de fortíssima pedraria. OLIVEYRA, Frei Nicolao de – *Livro das Grandezas de Lisboa*. Lisboa: por Jorge Rodriguez, 1620, fol. 118.

comercial⁷⁷. Para o caso nabantino, o edifício, organizado por volta de 1422, estava localizado no início da Rua da Judiaria⁷⁸, enquanto o eborense, fundado entre 1435 e 1439, junto da praça grande da cidade⁷⁹.

Supomos assim que D. Pedro, certamente influenciado pelas medidas tomadas anteriormente pelo monarca seu irmão, tenha optado pela instalação das aposentadorias num dos edifícios erguidos no quarteirão nascente do Rossio.

Em torno do grande terreiro do Rossio concentravam-se as inúmeras tendas de mercadores e comerciantes que em Lisboa faziam os seus negócios⁸⁰, beneficiando os usuários não só do comércio aí realizado, como dos outros estabelecimentos complementares localizados nas imediações para alojamento, alimentação e até diversão⁸¹. Este era, na verdade, um setor urbano dotado de outros estabelecimentos de alojamento, como a “albergaria que fez Domingos Joanes Alvardam [?]”, a funcionar já no ano de 1325, na contígua Rua das Esteiras, a artéria que com a Rua dos Ourives do Ouro se tornava num dos acessos mais rápidos entre o Rossio e a zona da Ribeira⁸².

Inaugurado em 1501, o grande hospital de Lisboa viria a sofrer três grandes incêndios – em 1601, em 1750 e em 1755 –, acontecimentos responsáveis por sucessivas alterações materiais, não só no edifício hospitalar como nos edifícios

⁷⁷ Neste contexto, ao situar a localização urbana dos estaus, e perante alguns dados referentes à realidade francesa, somos compelidos a questionar se estes estabelecimentos terão surgido, inicialmente, para alojamento dos comerciantes itinerantes, nos pisos superiores aos espaços comerciais onde faziam os seus negócios. De facto, Bluteau, em 1713, colocou a hipótese do termo ter origem na palavra francesa “Éstau”, “que val o mesmo que Corte no Açougue”. BLUTEAU, Raphael – “Estaos”. in *Vocabulario Portuguez e Latino*, tomo D-E, p. 311; ESPINAS, Georges – *La Vie Urbaine de Douai au Moyen Age*. Tomo I. Paris: Auguste Picard, Éditeur, 1913, p. 901.

⁷⁸ (“Carta testamentária de D. Henrique”, 1460, 22 de Setembro; “Carta régia”, 1421, 13 de Abril), in *Monumenta Henricina*, vol. III, pp. 12-13; vol. XIV, p. 5.

⁷⁹ Se em Tomar os vestígios são parcialmente identificáveis, em Évora, a arcaria ainda se encontra em excelente estado de conservação e serve, com o mesmo propósito, os estabelecimentos comerciais em funcionamento. Uma vez mais agradecemos à nossa amiga e colega Sandra Pinto alguns esclarecimentos acerca dos Estaus de Tomar.

⁸⁰ Até à construção do Paço Real da Ribeira, sob o qual se instalaram as casas da Mina e da Índia, e à abertura da ampla praça do Terreiro do Paço, no século XVI, o centro financeiro e comercial de Lisboa concentrava-se no Rossio. FRANÇA, José Augusto – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977, p. 124; BEIRANTE, Maria Ângela – “Espaços de sociabilidade nas cidades medievais portuguesas”. in *O ar da cidade. Ensaios de História Medieval e Moderna*, Lisboa: Colibri, 2008, p. 53.

⁸¹ Além das tabernas, nas imediações concentravam-se alguns estabelecimentos de prostituição, na área citadina que viria a ser conhecida como a Mancebia. SILVA, Augusto Vieira da – *A Cerca Fernandina de Lisboa*. Vol. I. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 101-103.

⁸² Aliás, parece que esta particularidade utilitária se manteve, pelo menos, até à segunda metade do século XVI, quando, em 1573, no extremo ocidental da Horta da Mancebia, por “detrás dos estáos que estão no Rossio”, há notícia do funcionamento de várias albergarias, como a “estalagem da negra”, ativa em 1551. SILVA, Augusto Vieira da – *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*. Vol. II. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 36-37; SILVA, Augusto Vieira da – *A Cerca Fernandina de Lisboa*, vol. I, p. 110; MACEDO, Luís Pastor – *Lisboa de lés-a-lés. Subsídios para a história das vias públicas da cidade*. Vol. I. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1981, pp. 70-73; OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de – *Summario, em que brevemente se contem algumas cousas assim ecclesiasticas, como seculares, que ha na cidade de Lisboa*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, impressor do Cardeal Patriarca, 1755, p. 9.

adjacentes⁸³. Se porventura as primitivas estruturas dos Estaus petrinos tenham sobrevivido à implantação do grande complexo do hospital e depois às sucessivas reconstruções realizadas após os incêndios, não iriam resistir, garantidamente, à reforma urbana realizada na segunda metade do Setecentos.

Desde modo, com base nas fontes documentais mencionadas, podemos então considerar, com grande probabilidade, que D. Pedro concretizou, de facto, a aposentadoria dos Estaus no Rossio de Lisboa, após o compromisso assumido nas Cortes de 1439, mas não no edifício que viria um século depois a ser ocupado pelo Tribunal da Inquisição de Lisboa e pelo Conselho Geral do Santo Ofício.

O Paço dos Estaus do rei D. Afonso V

Atingida a maioridade e assumida a posse efetiva do governo, D. Afonso V procedeu a uma profunda reforma do aparelho central da administração da Coroa. No decurso da estratégia política implementada, os diplomas outorgados na audiência dos feitos Del-Rei, em 27 de Junho e em 10 de Outubro de 1449, alavancaram os processos de substituição dos oficiais régios por homens de sua confiança e de anulação dos decretos e alvarás régios outorgados no período da regência⁸⁴.

Curiosamente, as primeiras medidas tomadas por D. Afonso V, poucos meses após a subida ao trono, tiveram implicações diretas na gestão das aposentadorias de Lisboa. Em resposta ao protesto público apresentado pelos vereadores Estevam Vaaz da Veiga [séc. XV] e Lopo Vaaz d'Alvallade [séc. XV] e o procurador Pedro de Magoos [séc. XV], o monarca, através do despacho régio de 2 de Dezembro de 1448, parecia estar comprometido em fazer respeitar as resoluções tomadas pelo seu antecessor. Apesar de extenso vejamos com atenção o esclarecedor excerto do diploma régio:

“Outrosy senhor fazemos saber a vossa merçee que el rey vosso padre cuja alma Deus aja ordenou certos dinheiros da renda de Villa Nova que a çidade ouvesse pera o estaaio novo se fazer com huum regimento que pera ello deu. E depois da sua morte o senhor ifante dom Pedro em vosso nome dessenbargou aa dicta çidade a renda a quall entendemos que se nom pode arrendar sem ofiçiaes [...] e quando a dicta renda nom for arrendada he neçessario que aja recebedor em ella dentro em a dicta cidade o quall será posto entam pollos ofiçiaaes e homees boos da dicta cidade e procuradores dos mesteres com razoado mantimento

⁸³ OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, tomo I, p. 379, nt. 2.

⁸⁴ Após o trágico desfecho da Batalha de Alfarrobeira seriam recompensados os apoiantes de D. Afonso V à custa dos bens e privilégios dos derrotados partidários de D. Pedro. *Ordenações Afonsinas*, Liv. V, Tit. CXX, pp. 406-408; FIGUEIREDO, Jozé Anastasio de – *Synopsis Chronologica*, tomo I, pp. 93-94; GOMES, Saul António – *D. Afonso V*, p. 101.

e pera receber os dinheiros da dicta renda e despender em as coussas que for hordenado pera apouentaria teera carrego o thesoureiro que for pollos tenpos da dicta cidade e despender-llos-ha per esta maneira teera hũa arca em que lança os dictos dinheiros apartados das outras rendas da cidade e fara dellas as despensas que perteençerem aa dicta poussentaria e feitura e hordenamento dos estaaos e em outras nom per asinaado de trres vereadores e procurador e per quatro procuradores dos mesteres que forem hordenados d'estarem em cada huum mes em a dicta camara e per todos oyto ou ao menos per seis delles se ordenarom as despesas dos dictos dinheiros em tall modo que se nom faça delles outras nenhũas despesas salvo as sobredictas ou algũas outras que per espeçiall mandado d'el rey nosso senhor forem ordenadas e fazendo elles outras algũas despesas dos dictos dinheiros senom nas dictas poussentarias ou estaaos que elles dictos ofiçiaaes e mesteres os paguem de suas cassas e o dicto thesoureiro nom avera mais outro mantimento soamente aquelle que ja a cidade tem de custume de lhe dar. E o procurador da dicta cidade que for pollos tenpos teerra carrego de proveer os estaaos aos tenpos que for neçessario e apouentara quando el rey nosso senhor veer aa dicta cidade”⁸⁵.

Ao deliberar que não houvesse “ofiçiais nos staos nen apouentadoria” e ao mandar “tomar conta da renda de Vila Nova e da despesa dos Staos”⁸⁶, o monarca acedia ao protesto da vereação ao concordar com a nomeação do escrivão dos Contos, Pedro Afonso [séc.XV] para superintender nos inquêritos aos oficiais que administravam as referidas rendas. Logo na cláusula seguinte, D. Afonso V acedeu e prometeu fazer respeitar requisito, pois “sempre foi costume que as obras dos estaos se fizessem de acordo entre a Câmara e o ouvidor, o que se não fez”⁸⁷.

Após a entrega da alçada exclusiva da aposentadoria de Lisboa à corregedoria da cidade, por diploma de 23 de Julho de 1449⁸⁸, D. Afonso V em 13 de Outubro

⁸⁵ O documento, bastante longo mas muitíssimo esclarecedor dos procedimentos estabelecidos, menciona ainda os valores dos vencimentos dos oficiais envolvidos na campanha dos Estaus de Lisboa: o vedor dos “dictos estaaos” dispunha de “nove mill e seiscentos por anno”, o escrivão das aposentadorias 4 800 e o tesoureiro 7 200. Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Histórico (AML-AH), *Livro I de Cortes*, “Carta régia”, 1448, 2 de Dezembro, doc. 24, fls. 2v-3.

⁸⁶ (“Capítulos das Cortes de Lisboa”, 1448), in *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*, tomo II, doc. 17, p. 201.

⁸⁷ Tudo leva a crer que o processo construtivo anterior não só havia demorado a concluir como não havia respeitado integralmente os direitos da vereação. Entretanto, logo em 16 de Março de 1450, D. Afonso V despachava com o vedor-mor das obras das terças, Nuno Martins da Silveira, que “todollos dinheiros que das dictas rendas, per nos per ás dictas obras foren apartados, sejam despessos per os ofiçiaaes da dicta çidade”. (“Cartas régias”, 1448, 2 de Dezembro; 1450, 16 de Março), in *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*, tomo II, 1958, docs. 25,30, pp. 217-218, 288.

⁸⁸ (“Carta régia”, 1449, 23 de Julho), in *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*, tomo II, doc. 20, p. 204.

seguinte revogaria a disposição deliberada em 10 de Dezembro de 1439 – referente ao estabelecimento dos primeiros Estaus –, com o propósito de refundar o estabelecimento de aposentação das comitivas diplomáticas da Coroa.

Localizado em 1758 no cartório da Casa de Bragança⁸⁹, o diploma acima mencionado, lavrado no Paço de Almeirim, estabelecia então que:

“Nós ElRei fazemos saber a bos Vereadores, Procurador, e homens bons da nossa mui nobre, e mui leal cidade de Lisboa, que nas Cortes, que em essa Cidade fizemos, foi acordado segundo sabees, que nos bairros dos Senhores àcerca paaços que em essa Cidade tivessem, fossem feitos *Estãos*, em que os seus podessem por pousar por seus dinheiros, e por quanto o Conde de Ourem mei primo hi tem seus paaços como sabees, porem vos mandamos que logo mandees fazer os ditos Estaos no dito seu bairro o mais acerca dos seus paaços que bem poderdes em tal guisa, que os seus abastadamente em elles possam pouzar”⁹⁰.

Em nosso entender, a leitura atenta do diploma, emanado da chancelaria régia a 13 de Outubro de 1449, permite identificar dois monumentos distintos para dois momentos diferentes numa contiguidade urbana muito próxima. No início do documento, o monarca reconheceu as medidas deliberadas nas sessões das Cortes de Lisboa de 1439, em “que nos bairros dos Senhores àcerca paaços que em essa Cidade tivessem, fossem feitos *Estãos*, em que os seus podessem por pousar por seus dinheiros”, portanto, pelas quais se promoveu a construção do edifício das aposentadorias de D. Pedro, juntos, ou integrados, como atrás sugerimos, nos “antigos Arcos do Rocio de Lisboa he que erão os Estãos”⁹¹. Em seguida, fica expressa a determinação régia em efetivar o que nós julgamos ter sido o edifício afonsino, o Paço dos Estaus onde se instalou a Inquisição de Lisboa na segunda metade do século XVI: “porem vos mandamos que logo mandees fazer os ditos Estaos no dito seu bairro [do conde de Ourém] o mais acerca dos seus paaços que bem poderdes em tal guisa, que os seus abastadamente em elles possam pouzar”⁹².

A implantação do Paço dos Estaus de D. Afonso V, tal como o estabelecimento das aposentadorias promovido por D. Pedro, ficava na antiga paróquia das Santas Justa e Rufina, no setor correspondente ao Rossio, uma das áreas limítrofes da cidade a crescer exponencialmente desde os princípios de Quatrocentos. Apesar

⁸⁹ João Baptista de Castro atestou que o diploma – identificado como documento I do maço 94 –, lhe foi dado a conhecer pelo famoso arquiteto e engenheiro militar pombalino Manuel da Maia, certamente quando decorriam os estudos para implantação do novo Palácio da Inquisição.

⁹⁰ Infelizmente, não nos foi possível confrontar este texto com o documento original. CASTRO, João Bautista de – *Mappa de Portugal*, tomo III, 5ª parte, pp. 527-528.

⁹¹ AQUINO, Tomás José de – *Carta que se escrevia a certo amigo*, pp. 21-22.

⁹² CASTRO, João Bautista de – *Mappa de Portugal*, tomo III, 5ª parte, pp. 527-528.

de estar localizado no interior da área citadina ocidental delimitada pela muralha fernandina, o mencionado bairro era ainda, no período que medeia o terceiro quartel do século XIV e o segundo quartel do século XV, composto essencialmente por pequenos campos e hortos de cultivo intramuros⁹³, como o “reguengo das almuinhas”⁹⁴, identificado nas proximidades das “hortas de Valverde” ou da “Mancebia”⁹⁵.

Contribuindo assim para a transformação gradual do grande terreiro medieval de Lisboa numa ampla praça urbana moderna⁹⁶, os novos Estaus pareciam assim beneficiar não só da centralidade do Rossio, junto das Portas de Santo Antão, como também da proximidade do eixo estabelecido pelas aposentadorias de D. Pedro. Além do mais, os motivos da escolha do local parecem não ter ocorrido de forma fortuita, uma vez que os Estaus foram erigidos no bairro pertencente à casa senhorial do conde de Ourém, onde D. Afonso [1402-1460], o 4º conde de Ourém e 1º marquês de Valença, tinha o seu paço residencial⁹⁷. Dada a proximidade física é provável, ou pelo menos legítimo considerar, que o edifício dos Estaus possa ter vindo a ocupar os terrenos, ou algumas construções já existentes, pertencentes a um dos mais atuantes diplomatas ao serviço de D. Duarte e de D. Afonso V⁹⁸, ou, quem sabe, da Coroa, uma vez que neste quadrante citadino se encontrava uma das principais áreas de implantação da propriedade régia em Lisboa⁹⁹.

Quando no campo da historiografia faltam as fontes documentais e rareiam os vestígios materiais, resta-nos formular questões e apresentar hipóteses. Será que o

⁹³ Uma das posturas emanada das Cortes de Santarém, de 1430, menciona que o “dito Rocio” era “naquelle tempo baldio, como hoje [1714] são os campos do Cural, Santa Barbara e Santa Clara” de Lisboa. “Assento camarário”, 1714, 12 de Dezembro, in OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, tomo XI, pp. 87-88.

⁹⁴ Consta que D. Dinis terá tomado uma *almoinha* – um «quintal cercado» ou uma «quinta suburbana» segundo Moraes Silva – a um proprietário privado, que havia pertencido ao Cabido, para aumentar o Rossio. SILVA, Augusto Vieira da – *A Cerca Moura de Lisboa*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1939, pp. 24-28.

⁹⁵ SILVA, Augusto Vieira da – *A Cerca Fernandina de Lisboa*, vol. I, pp. 95-96, mapa V.

⁹⁶ TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal*, p. 713.

⁹⁷ Doado em 1422, o paço condal, considerado “um grande prédio”, tinha as fachadas nascente e poente erguidas ao longo de 18m de comprimento, enquanto a sul, ligeiramente inferior, tinha 14m, 8cm. Encontram-se duas descrições do edifício condal nos trabalhos de SILVA, Augusto Vieira da – *A Cerca Fernandina de Lisboa*, vol. I, pp. 100-101, e na obra de AQUINO, Tomás José de – *Carta que se escrevia a certo amigo, com a declaração da palavra Estão*, pp. 12-16.

⁹⁸ D. Afonso participou regularmente nas Cortes do Reino, como as de Leiria, em 1438, incorporou o exército destacado para a vila do Crato, em 1440 e integrou as principais missões diplomáticas enviadas ao estrangeiro, como a do Concílio de Basileia, em 1435, e a que se constituiu para levar a infanta portuguesa até Roma, entre 1451 e 1452. PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey D. Duarte”, ed. cit., cap. IV, pp. 505-506; cap. XL, pp. 567-568; cap. LXX, p. 670; cap. CXXXII, p. 761; SOUSA, João Silva de – *D. Duarte, Infante e Rei, e as casas senhoriais*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1991, pp. 12-13; GOMES, Saul António – *D. Afonso V*, p. 168.

⁹⁹ GONÇALVES, Iria – “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia”. in *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, pp. 14-18, 20-21, mapa de Lisboa.

terreno urbano do suposto primitivo edifício foi cedido pelo próprio titular da Casa de Ourém ou pelo próprio Rei? Qual a possibilidade dos paços, com “suas casarias e pertenças”, legados pelo condestável D. Nuno Álvares Pereira [1360-1431] ao seu neto¹⁰⁰, se localizarem neste setor da cidade e terem sido cedidos pelo rei D. Afonso em 1422? Independentemente da pertença da propriedade onde foram erguidos os Estaus afonsinos, a campanha de obras terá sido iniciada, muito provavelmente, nos finais de 1449, encontrando-se concluída, ou já bastante avançada, em meados de Julho de 1451¹⁰¹, data na qual foram aposentados os diplomatas germânicos enviados a Portugal encarregues de celebrar o contrato matrimonial entre a infanta D. Leonor [1434-1467] e o imperador alemão Frederico III¹⁰² [1415-1493].

Dispomos ainda de uma segunda referência histórica que reforça a nossa posição acerca do estabelecimento dos novos Estaus por D. Afonso V. Trata-se do emprazamento de um chão feito pela vereação de Lisboa ao guadamecileiro João Sacuncim [séc.XV], com data de 1464, concernente à oficina de coiros e peles que possuía “contra as ortas atee a esquina da outra torre que esta açerqua da orta q̃

¹⁰⁰ SILVA, Augusto Vieira da – *Os Paços dos Duques de Bragança em Lisboa*. Lisboa: Editorial Império, 1942, p. 8.

¹⁰¹ Três anos depois, na missiva régia resultante das deliberações tomadas nas Cortes de Viseu, celebradas em 21 de Janeiro de 1454, o monarca acedia a que a verba de 100 mil réis anuais fosse aplicada para as despesas dos Estaus e aposentadorias, sem que ficasse algum registo da continuação da obra material. (“Carta régia com as disposições tomadas nas Cortes”, 1454, 21 de Janeiro), in *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*, tomo I, doc. 27, p. 223.

¹⁰² Após a recepção organizada na nobre sala dos Paços da Alcáçova de Lisboa, “que pera yso estava em grande perfeçam aparelhada”, no último dia do mês de Julho de 1451, os procuradores diplomáticos, o confessor Jacob Motz e o capelão Nicolas Lankmann “foram apouentados nos estaos do Ressão, onde lhe foram aparelhadas as casas necessarias como a tais pessoas compria. E assy lhe foram ordenados mantimentos e Provysooês, e outras cousas de graça em muyta abastança”. E aqui ficariam hospedados até 25 de Outubro de 1451, data da partida da comitiva encarregue de acompanhar a infanta e futura imperatriz até Roma, não sem antes assistirem às grandes festividades realizadas em sua honra, quiçá iniciadas nos Estaus de Lisboa. Tudo indica que foi nos Estaus que os diplomatas analisaram as cláusulas do contrato matrimonial, organizando-se a cerimónia do casamento por procuração na residência do infante D. Henrique, nos Paços a par de São Cristóvão, em 9 de Agosto daquele ano, e onde a infanta ficaria a residir até seguir viagem. Inácio Vilhena Barbosa asseverou ainda que a comitiva alemã ficou hospedada na primeira noite no Paço do Lumiar e só depois da recepção no Paço da Alcáçova, para saudar o monarca, seguiu para os Estaus. No Paço dos Estaus foi ainda recebido pelo próprio D. João II, aparentemente instalado no edifício das aposentadorias de Lisboa, o embaixador enviado pelo doge veneziano em 1486, “hum doutor dos que no Rejno entrou mandou fazer recebimento pelos luguares por onde uinha, e presentes e muito bem aposentar e foj muj honradamente recebido em Lixboa onde El Rej estaua aposentado nos Estaaos”. PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey D. Affonso V”, ed. cit., cap. CXXXI, pp. 759-760, cap. CXXXII, p. 761; COELHO, Maria Helena da Cruz – “A política matrimonial da dinastia de Avis: Leonor e Frederico III da Alemanha”. in *Revista Portuguesa de História* 36/1 (2002-2003), p. 47; NASCIMENTO, Aires A. – *Princesas de Portugal. Contratos matrimoniais dos séculos XV e XVI*, pp. 85-87; BARBOSA, Ignacio de Vilhena – “O Paço dos Estaus e da Inquisição”, tomo II, pp. 204, 208-209; Idem – “Embaixada do Imperador Frederico III a El-Rei D. Affonso V de Portugal. Consorcio d’aquelle soberano com a Infanta D. Leonor”. in *Estudos Historicos e Archeologicos*. Tomo II. Porto: Tipografia de António José da Silva Teixeira, 1875, pp. 65-70, 78; (“Salvo conduto passado pela Rainha de Aragão aos embaixadores alemães”, 1451, 14 de Março), in *Monumenta Henricina*, vol. XI, pp. 36-37, 70-71; CHAVES, Álvaro Lopes de – *Livro de Apontamentos (1438-1489)*. Ed. Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, pp. 87-88.

he defronte das estaas novos”¹⁰³. De acordo com a informação disponibilizada, sabemos assim que o documento aponta a localização do edifício junto da torre da muralha fernandina, em grande proximidade com os hortos do Rossio, e atesta, em nosso entender, a sua recente edificação quinze anos antes, um curto período de tempo que levava o tabelião a classificar o empreendimento do monarca de *estaas novos*¹⁰⁴.

De modo a consolidar o ambicioso programa político encetado logo após a ascensão ao trono e assim votar ao esquecimento, embora sem sucesso, o contributo legado por D. Pedro – o audaz infante-duque que ousara levantar as armas contra a pessoa do Rei¹⁰⁵– D. Afonso V apostou na construção de um edifício mais condigno e apropriado às funções a que se destinava. Tratando-se de um estabelecimento destinado a acolher as comitivas diplomáticas enviadas a Portugal, e portanto, um espaço privilegiado da política externa do Reino subordinado à Coroa¹⁰⁶, é natural que o monarca encomendasse um edifício amplo e devidamente apetrechado materialmente e acompanhasse atentamente a evolução das obras.

Em diversos momentos do seu reinado, D. Afonso V deu provas de um manifesto interesse pela gestão cuidada das infraestruturas urbanas de Lisboa, demonstrando até um apurado sentido estético. Em 1462, o monarca determinou que as construções da Rua Nova fossem preferencialmente “feitas sobre arcos de cantaria Com paredes sobre elles de pedra e cal atee o telhado sem teerem fromtaes de tauoado como ora tem”; em 1473 enviava instruções acerca dos aforamentos dos terrenos localizados no alpendre do Rossio para a construção de casarios; e, em 1474, perante a “mui grande fealdade, e mui má e perigosa serventia da rua coberta que vem de cata-que-farás para a porta da oura”, ordenou a demolição de sacadas, arcos e anexos edificadas debaixo das arcarias para que “a dita rua se corrija d’esta guisa”¹⁰⁷. Mas é o diploma de 1467, relativo à entrega dos campos e lugares baldios à vereação que realça, de facto, o empenho nas intervenções cuidadas da cidade: “porque a nos praz de toda a fremosura e ornamento da nossa mui nobre

¹⁰³ SILVA, Augusto Vieira da – *A Cerca Fernandina de Lisboa*, vol. I, p. 96; MACEDO, Luís Pastor – *Lisboa de lés-a-lés*, vol. III, p. 146.

¹⁰⁴ Considerando que a empresa construtiva do edifício promovido por D. Pedro teve início em 1439, ou seja, vinte e cinco anos antes, parece-nos pouco plausível que o mesmo pudesse ser apelidado de novo.

¹⁰⁵ Idêntica medida iria ser tomada no ano seguinte, quando D. Afonso V decidiu, em 22 de Setembro de 1450, refundar o *studium conimbrigensis*, estabelecido pelo duque de Coimbra na principal cidade do Mondego, “reiterando o projecto, como fosse seu de raiz, e conferindo-lhe renovada existência legal”. GOMES, Saul António – *D. Afonso V*, p. 203; PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey D. Affonso V”, ed. cit., cap. XLIX, p. 643; cap. XLII, p. 648; cap. CXXV, p. 754.

¹⁰⁶ SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, p. 36.

¹⁰⁷ GONÇALVES, Iria – “Posturas Municipais e vida urbana Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa”. in *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, pp. 92-93; SILVA, Augusto Vieira da – *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol. II, p. 116; AML-AH, Livro dos Pregos, [Docs.408, 444], “Alvarás régios”, 1473, 5 de Setembro, 1474, 12 de Setembro.

e sempre leal cidade de lixboa”¹⁰⁸. Como salientou Iria Gonçalves [1933], chegado “o século XV, e sobretudo durante a sua segunda metade, consolidou-se o interesse em projetar da urbe uma imagem de poder”¹⁰⁹. E esse poder agora pertencia a D. Afonso V.

Perante a insuficiência de fontes documentais descritivas e a inexistência de desenhos arquitetónicos coevos, recorreremos à análise de cinco ilustrações panorâmicas de Lisboa, executadas ao longo de todo o século XVI, com o propósito de recuarmos, o mais possível, até à configuração material do antigo monumento quatrocentista. Há, porém, que salientar a fragilidade deste exercício, uma vez que não podemos esquecer a campanha de obras promovidas no final do reinado de D. Manuel I [1469|1495-1521] e os dois terramotos ocorridos no primeiro terço do século XVI – acontecimentos que teriam modificado, impreterivelmente, as estruturas arquitetónicas do edifício primitivo¹¹⁰ –, nem ignorar a dúvida interpretação de desenhos algo esquemáticos, onde por vezes o rigor histórico e a perspetiva panorâmica de alguns dos elementos representados surgem deturpados e com alguns lapsos técnicos, ainda que a localização espacial esteja representada, normalmente, de forma correta¹¹¹.

A primeira ilustração é uma iluminura executada pelo pintor de origem flamenga, António de Holanda [c.1490-c.1571], no primeiro quartel de Quinhentos, por volta de 1520, para ornamentar a *Crónica delrey Dom Affonso Henrriques, primeiro rey destes regnos de Portugal*. A segunda, uma outra iluminura igualmente atribuída a Holanda, foi executada, entre 1530 e 1534, para a *Árvore Genealógica da Casa Real de Portugal*¹¹². A terceira fonte é um desenho panorâmico dedicado à cidade de Lisboa executado por volta de 1540-1550, de autoria anónima, e que se encontra hoje depositado na Biblioteca da Universidade de Leyden, na Holanda¹¹³.

¹⁰⁸ “Alvará régio”, 1467, 7 de Março, in OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, tomo I, p. 329.

¹⁰⁹ GONÇALVES, Iria – “Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa”, in *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, p. 121.

¹¹⁰ No *III Colóquio Nova Lisboa Medieval* apresentámos na nossa comunicação os dados referentes às obras de construção do século XVI. Porém, dada a complexidade do tema e a necessidade de estudar mais pormenorizadamente as campanhas manuelinas, decidimos excluí-las do presente artigo.

¹¹¹ Como nos recorda José Augusto França, “nestas vistas panorâmicas, tiradas sempre de um barco idealmente ancorado no meio do Tejo [ou de uma das muitas colinas de Lisboa], os desenhadores não somente deformavam as perspetiva, para compensar as ondulações do terreno que escondiam os edifícios, como também se limitavam a copiar as construções principais e mais características; depois, no sossego do estúdio, enchiam o resto com casas, fachadas, telhados, janelas anónimas, desenhadas atendendo a valores de pitoresco”. FRANÇA, José Augusto – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, p. 21.

¹¹² A primeira pertence ao Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, em Cascais, e a segunda à *British Library*, em Londres, Reino Unido.

¹¹³ Depositada na Universiteitsbibliotheek (Centrale bibliotheek en Geesteswetenschappen), Leiden. Uma reprodução desta vista foi publicada na obra *Lisboa Quinhentista: a imagem e a vida na cidade*. Lisboa: Edições da Câmara Municipal de Lisboa, 1983.

Da segunda metade de Quinhentos são as últimas gravuras que integram as duas edições quinhentistas da obra de Georg Braun [1541-1622], a *Civitates Orbis Terrarum*. A primeira, intitulada “Lisbona”, é da autoria de Frans Hogenberg [1535-1590] e foi publicada no primeiro volume de 1572, e a segunda, com o título “Olissippo quæ nunc Lisboa, civitas amplissima Lusitaniæ”, foi debuxada pelo belga Georg Hoefnagel [1542-1600] para ilustração do quinto volume saído dos prelos em 1598¹¹⁴.

Após a análise visual das cinco fontes mencionadas é possível localizar, de imediato, o edifício, entre o aglomerado urbano. Porém, é com base na segunda iluminura de Holanda, inserida numa das figurações mais fidedignas de Lisboa, que podemos recolher dados históricos mais realistas referentes ao Paço dos Estaus (Fig. 2). Porém, tratando-se do edifício dos Estaus, não podemos ignorar que, à data da execução da iluminura de Holanda, entre 1530 e 1534, a cidade de Lisboa havia sido abalada por dois violentos sismos, um em 1512 e outro em 1531, que determinaria, muito provavelmente, à realização da campanha de obras manuelinas operadas na década de 1510, seguida de uma outra na década de 1530, quem sabe se entre 1531 e 1534.



Fig. 2 – O Paço dos Estaus no topo do Rossio, ladeado, à direita, pelo Paço do conde de Ourém, Convento de São Domingos e Hospital de Todos-os-Santos. António de Holanda, Iluminura, 1530-34. © The British Library Board [*Árvore Genealógica da Casa Real de Portugal* – Add MS 12531, f.7r], Londres, Reino Unido.

¹¹⁴ Existem na Biblioteca Nacional de Portugal os exemplares destas ilustrações.

Embora não tenhamos dados referentes ao estado de ruína deste edifício ou do plano de recuperação acionado, será possível que Holanda tenha procurado representar uma Lisboa já reconstruída do cataclismo de 1531? Mas, tendo em conta que D. João III o escolheu para residência real, é provável que tivesse resistido facilmente aos abalos sísmicos ou, então, que tenha tido um rápido plano de recuperação material.

Implantados no quadrante noroeste da grande praça pública da Lisboa de antanho, os “Paços antigos DelRey no Rocio de Lisboa”¹¹⁵ apresentavam uma implantação dominante face ao edificado envolvente e uma composição arquitetónica que os tornava, ao que tudo indica, numa das construções mais luxuosas da cidade¹¹⁶.

A minuciosa e atenta análise interpretativa permite reconhecer no desenho a presença de uma tipologia de residência palaciana delineada sobre uma planta aparentemente quadrangular, de grande robustez arquitetónica e organizada em torno de um pátio central, composta de três/quatro andares, segundo sugere a distribuição das janelas representadas. De volumetria assimétrica, a fachada que supomos ter sido a principal, pelo menos nos séculos XV e XVI, estava orientada a sul, aberta para o Rossio, a frontaria nascente estava virada da *Rua dos Estaus* e para o Paço do conde de Ourém, a norte estava orientada para o vértice do ângulo reentrante da cerca fernandina, e onde se ergueram as estrebarias régias, as habitações particulares e o hospital de Maria de Aboim¹¹⁷. A coroar o conjunto dos telhados, igualmente irregulares, nota-se a presença das alteadas chaminés de cano cilíndrico, aparentemente em número de oito e executadas em tijolo segundo a policromia utilizada.

Parece-nos a nós que, perante os elementos captados por António de Holanda, são inequívocas as semelhanças formais com o Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães. Porventura haverá uma matriz arquitetónica identitária comum entre o Paço dos Estaus de Lisboa e o monumento vimaranense, mandado edificar pelo 8º conde de Barcelos, D. Afonso [1377-1461], o filho ilegítimo de D. João I [1357|1385-1433], por volta de 1420-1422? Será que o modelo classificado de invulgar e único no panorama da arquitetura palaciana portuguesa medieval teria tido, afinal de contas, uma matriz coeva e aplicada em vários outros edifícios em Portugal? Seria

¹¹⁵ BLUTEAU, Raphael – “Estaos”, p. 311.

¹¹⁶ Mas o desenho de Holanda confere ao edifício palaciano uma monumentalidade desproporcional, tendo em conta a mole arquitetónica do vizinho Real Hospital de Todos-os-Santos (Fig. 2), o que demonstra a importância que o pintor lhe pretendia conferir.

¹¹⁷ SILVA, Augusto Vieira da – *A Cerca Fernandina de Lisboa*, vol. I, pp. 101-103.

essa matriz definidora que estaria na origem da concepção material do Paços dos Estaus afonsinos¹¹⁸?

Com base na documentação iconográfica conhecida e de tudo quanto se sabe da realidade da arquitetura palaciana portuguesa quatrocentista¹¹⁹ o edifício pação apresentava um aspeto dominante conferido pela impositiva presença dos quatro corpos atorreados erguidos nos ângulos (**Figs. 1-3**), assemelhando-se, entre os exemplos mais evidentes, ao esquema compositivo utilizado nos edifícios do século XV, nomeadamente no Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães, iniciado na década de 1420, como atrás referimos, e no Paço dos Pinheiros, em Barcelos, obra de 1448.

Tendo em conta as informações que os fundos iconográficos sugerem e as que as fontes documentais quinhentistas revelam, os Estaus de Lisboa não eram, em nosso entender, sobretudo após a campanha de obras levada a cabo nas primeiras décadas do século XVI, uma “pequena e inexpressiva residência de cortesia para visitantes eminentes”¹²⁰. Poderia, de facto, até ser uma “casa maciça, sem graça «moderna», integrada no conjunto de tantos outros “edifícios enormes e sem graça”¹²¹, mas apenas se a compararmos aos grandes complexos palacianos europeus coevos.

Na verdade, estas classificações redutoras dos edifícios de Lisboa, sem grandiosidade, escala e regularidade arquitetónicas, resultaram, na maioria dos casos, das impressões e opiniões pessoais deixadas pelos embaixadores e visitantes estrangeiros, aquando da passagem pela cidade capital nos séculos XV e XVI¹²². Porém, se recorrermos aos testemunhos deixados pelo humanista português Damião de Góis [1502-1574], em 1554, o edifício dos Estaus integrava o conjunto dos sete monumentos mais sumptuosos de Lisboa, construídos com magnificência e sumptuosidade¹²³, tal como Frei Nicolau de Oliveira [c. 1566-1634], em 1620, o

¹¹⁸ Importa ainda questionar quais os elementos primitivos representados na década de 1530 e os componentes originais respeitados durante a intervenção de Rogério de Azevedo no paço vimaranense, entre 1937 e 1959. SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, pp. 137-145; DIAS, Pedro – *A Arquitectura Gótica Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, pp. 137-138, 163.

¹¹⁹ PIMENTEL, António Filipe – *A Morada da Sabedoria*. Coimbra: Almedina, 2005; SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR, 2002; PACHECO, Milton Pedro Dias – “*noos paaços que fforom de dom gil bispo*. A residência episcopal de Coimbra nos inícios do século XV”. in *Actas Casa Nobre: Um Património para o Futuro*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2013, pp. 864-880.

¹²⁰ ROSSA, Walter – “Lisboa Quinhentista, o terreiro e o paço: prenúncios de uma afirmação da capitalidade”. in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar/Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2004, pp. 952, 953.

¹²¹ FRANÇA, José Augusto – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, pp. 21-24.

¹²² Ou então, por portugueses apaixonados por essa mesma realidade, como Francisco de Holanda, bolseiro régio em Roma, entre 1538 e 1547, onde contactou com os grandes artistas italianos do tempo.

¹²³ GOIS, Damião de – *Urbis Olisiponis Descriptio per Damianum Goem Equitem Lusitanum*. Lisboa: 1554.

inseriu no *Livro das Grandezas de Lisboa* como um dos grandes edifícios da cidade capital¹²⁴.

O programa reformador avançado durante o governo de D. Manuel I, levado a cabo por necessidade ou por simples vaidade, e a preferência e contínua frequência por parte de D. João III ao longo do seu reinado, colocam assim o Paço dos Estaus num dos eixos vitais de movimentação da Corte, e das embaixadas enviadas a Portugal, ao longo de todo o século XVI. Apesar da maior presença física do Rei e da Família Real, o complexo dos Estaus nunca perderia por completo a sua função de aposentadoria, muito pelo contrário, aparentemente até saiu reforçada, como comprovam os muitos atos estatais e as inúmeras solenidades oficiais aí celebrados ao longo de Quinhentos.

Depois das campanhas manuelinas levadas a cabo nas primeiras décadas do século XVI, o Paço dos Estaus sofreu novas adaptações espaciais e transformações materiais para receber o Tribunal da Inquisição e o Conselho Geral do Santo Ofício, a partir da década de 1580. Segundo as descrições o historiador cisterciense frei António Brandão, relatadas no primeiro terço do século XVII, o edifício foi “acrescentado, e ornado de casas muy grandiosas”¹²⁵, como, de facto, revelam os debuxos apresentados pelo “Architecto das Inquisições deste Reino”, Mateus do Couto [?-1664], o Tio, que em 5 de Outubro de 1634 entregava ao Conselho Geral o *Livro das Plantas, e Mõteas de todas as Fábricas das Inquisições deste Reino, e India*¹²⁶.

Os desenhos aguarelados de Couto, uma completa síntese da campanha construtiva promovida pelo inquisidor-mor D. Francisco de Castro [1574|1630-1653], responsável pelo governo máximo do Tribunal do Santo Ofício entre 1630 e 1653, permitem assim ter uma perspetiva mais concreta sobre a configuração arquitetónica da secção sul do vasto complexo inquisitorial de Lisboa, correspondente ao Paço dos Estaus, e a persistência de determinados elementos físicos e espaciais ao longo do tempo. Enquanto o alçado da “Fachada do Rossio” permite identificar os corpos *atorreados* laterais, com seus telhados de três/quatro águas e janelas quadradas (**Fig. 3**), representadas em desenhos anteriores; a “Planta 1ª da Inquisição” possibilita conhecer os interiores do edifício, organizado em torno de um amplo pátio – que António de Holanda desenha cem anos antes (**Fig. 2**) –, dotado de galerias nas quatro faces e respeitado quase na sua totalidade (**Fig. 4**).

¹²⁴ Carmo Teixeira Pinto menciona ainda os grandes elogios deixados em 1486 pelo fidalgo polaco Nicolau de Papelau. OLIVEIRA, Frei Nicolau de – *Livro das Grandezas de Lisboa*. Lisboa: Por Jorge Rodriguez, 1620, p. 88. PINTO, Maria do Carmo Teixeira – “Um Palácio no Rossio: ciclos de vida”, p. 163.

¹²⁵ BRANDÃO, António – *Monarquia Lusitana*, Tomo III, cap. XXVI, p. 230.

¹²⁶ ANTT, TSO, *Conselho Geral*, Livro 470 – Mateus do COUTO, *Livro das Plantas, e Mõteas de todas as Fábricas das Inquisições deste Reino, e India*, fls. 13-23.

No entanto, importa mencionar que as estruturas arquitetónicas primitivas foram alteradas para receber as múltiplas dependências judiciais e residenciais e para estabelecer ligação direta com o corpo dos cárceres, edificado a Norte, entre o edifício afonsino e o pano de muralhas da cerca fernandina. Até ao momento estes são os elementos mais consistentes que melhor permitem conhecer o medievo Paço dos Estaus de D. Afonso V, ou o que dele sobreviveu após as adaptações a Tribunal da Inquisição.



Fig. 3 – “Fachada do Rossio” do Tribunal da Inquisição correspondente ao primitivo Paço dos Estaus. Mateus do Couto, Desenho aguarelado, 1634. Arquivo Nacional da Torre do Tombo – *Tribunal do Santo Ofício – Conselho Geral*, Livro 470, fl. 23, Lisboa.

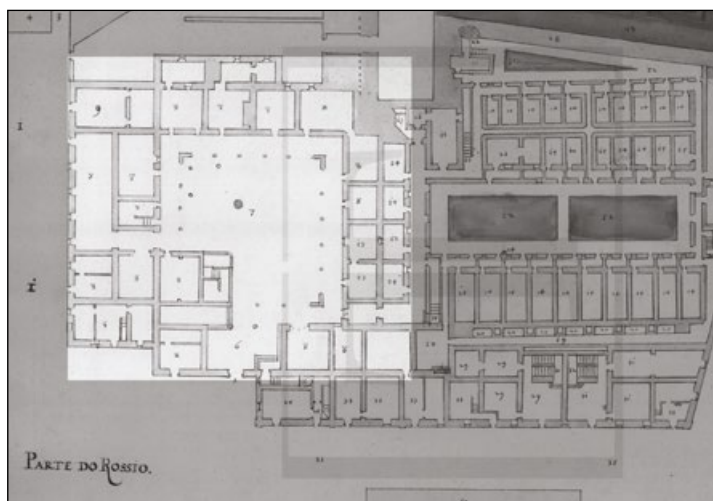


Fig. 4 – Pormenor da “Planta Iª da Inquisição, desta Cidade de L.^{xa}”: antigo edifício do Paço dos Estaus. Mateus do Couto, Desenho aguarelado, 1634. Arquivo Nacional da Torre do Tombo – *Tribunal do Santo Ofício – Conselho Geral*, Livro 470, fl. 15, Lisboa.

Infelizmente, se as diferentes fases construtivas do Paço dos Estaus são incertas em virtude da escassez das fontes documentais e da inexistência de dados materiais, o facto de mais de metade do edifício de origem quatrocentista ter sido demolido durante os trabalhos de reconstrução do novo Palácio da Inquisição para uniformização e regularização da Praça do Rossio, entre 1760 e 1780, de acordo com o plano da reconstrução pombalina iniciado em 1758 (Figs. 5-6), impede-nos, assim, de conhecer a sua configuração arquitetónica e a sua disposição organizacional interna primitivas.

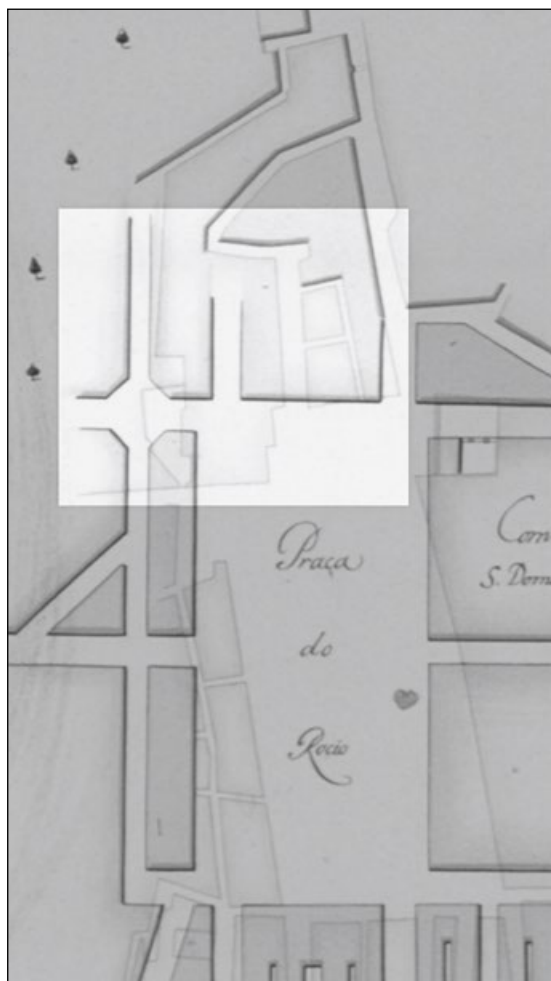


Fig. 5 – Pormenor da “Planta Topographica da Cidade de Lisboa arruinada” com a delimitação do Paço dos Estaus (em fundo) e a regularização do Rossio com os novos edifícios envolventes (sobreposto). Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel Litografia colorida, 1758 (cópia de 1947). Câmara Municipal de Lisboa – Museu da Cidade [MC.GRA.0035], Lisboa.



Fig. 6 – “Planta de reenquadramento do Palácio da Inquisição” durante a renovação de Lisboa. Anônimo, Desenho a tinta-da-china, 1758. Academia Nacional de Belas-Artes [Ref. 603], Lisboa.

Mas uma eventual campanha arqueológica *in situ* poderia permitir encontrar, muito provavelmente, alguns elementos materiais, uma vez que os aterros realizados durante a reconstrução da cidade no último terço do século XVIII poderão ter preservado parte das estruturas fundacionais do antigo edifício no quadrante nordeste do atual Rossio, tendo em conta que o projeto do arquiteto pombalino Carlos Mardel [1696-1763] recuou consideravelmente o novo Palácio da Inquisição para uniformização da segunda maior praça de Lisboa¹²⁷.

¹²⁷ Queremos aqui manifestar o nosso agradecimento ao Doutor Eng. João Mascarenhas Mateus por todas as elucidações prestadas em torno da reconstrução da cidade de Lisboa após o terramoto de 1755.

Na verdade, a imprensa de Lisboa, no decorrer da profunda campanha de obras para a construção do atual Teatro Nacional de D. Maria II, após o incêndio deflagrado em 1964 que viria a destruir o edifício inaugurado em Abril de 1846, dedicou especial atenção aos muitos elementos postos a descoberto no ano de 1966. Que elementos arquitetónicos teriam sido postos a descoberto? Pertenceriam à instituição inquisitorial ou ao primitivo estabelecimento das aposentadorias de Lisboa?

Considerando a tradição medieva de compartimentar o interior de uma residência palaciana, as áreas de habitabilidade e de circulação do edifício estariam estabelecidas em dois/três andares nos corpos centrais, portanto com a existência de um piso térreo e os superiores, ganhando um ou dois pisos suplementares nos respetivos torreões salientes que flanqueavam os ângulos do monumento. Além das coberturas abobadadas, suportadas por arcos ogivais, que existiriam em algumas das câmaras mais solenes, o recurso aos materiais lígneos utilizados em escadas, vigamentos, soalhos, tetos e gelosias deveria ser uma constante, proporcionando assim melhores condições de conforto¹²⁸. É ainda possível questionar se o sistema de acessibilidade implementado internamente obedecia às premissas de ordem prática, utilitária e funcional, através de conjuntos de escadas de pedra nas divisões principais (em menor número?) e de madeira nas áreas de serventia (em maior número?).

Esta tipologia de edifício, dotada de dois pisos, com fachada principal ladeada por dois corpos atorreados e organizados em torno de pequenos pátios interiores, iria continuar a florescer nos séculos XV e XVI¹²⁹. Na frontaria orientada para o terreiro do Rossio, de corpo central ligeiramente recuado e rebaixado face aos torreões, abria-se um acesso (seria este o principal?¹³⁰ E estaria dotado de um portal de arco apontado?), enquanto na traseira, ou nas laterais, estariam as restantes entradas complementares destinadas aos labores serviçais e oficiais.

Obedecendo aos princípios estruturadores de um edifício pertencente à Coroa para acomodação das comitivas diplomáticas e, quando necessário, da Família Real

¹²⁸ Mas a fragilidade destes materiais aliada à reutilização e renovação, material ou estética, dos edifícios, sempre em busca das melhores condições de habitabilidade possibilitadas pelas inovações de engenharia e de arquitetura, contribuíram também para o contínuo desaparecimento. Sobre a utilização dos materiais lígneos nas construções medievais vide o artigo de SILVA José Custódio Vieira da – “Arquitectura Efêmera. Construções de madeira no final da Idade Média”. in *Revista da Faculdade de Letras*. Porto, 2ª série, vol. 8 (1991), pp. 265-273; GONÇALVES, Iria – “Posturas Municipais e vida urbana Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa”, pp. 78-79.

¹²⁹ Vieira da Silva destaca o Paço dos Távoras, em Souro Pires, no concelho de Pinhel, como um dos exemplos mais interessantes. SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, p. 175; FERREIRA, Catarina Gama, e, SUAREZ, María Candela – “O Solar dos Távoras: Intervir na arquitectura, potenciar o Património”. in *Actas Casa Nobre: Um Património para o Futuro*. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2013, pp. 703-704.

¹³⁰ Não esqueçamos que os desenhos de Mateus do Couto, de 1634, colocam a entrada principal do Tribunal da Inquisição de Lisboa na fachada nascente, orientada para o antigo Paço do conde de Ourém.

– desde D. João II, nos finais do século XV¹³¹, até D. João III, ao longo da primeira metade do século XVI¹³² –, o Paço dos Estaus tinha assim, obrigatoriamente, que dispor de compartimentos privativos e dependências utilitárias em número suficiente para as hospedagens efetivas e/ou as receções oficiais festivas de todos os residentes.

Os preceitos de funcionalidade, comodidade e modernidade, intimamente ligados às inovações da engenharia e da arquitetura disponíveis à época, traduzir-se-iam num conjunto de infraestruturas materiais disseminadas pelo complexo edificado, desde as várias lareiras distribuídas pelos aposentos, como comprovam as chaminés representadas nas gravuras e desenhos quinhentistas, até ao sistema de escoamento de águas sujas ligado, muito provavelmente, às cozinhas¹³³ – “hun pedaço de cano que ven dos Staaos pera a Caldeiraria”¹³⁴ –, mencionado em vários documentos quatrocentistas.

Com o propósito de melhor tentar compreender a organização e a disposição interna do edifício há muito desaparecido – num plano conjetural claro –, recorreremos ainda a um precioso documento histórico redigido por D. Duarte na década de 1430, portanto, em data muito próxima da construção do Paço dos Estaus de D. Afonso V. Destinado à formação dos nobres e senhores que frequentavam a Corte, o tratado ético e moral, intitulado de *O Leal Conselheiro*, no seu capítulo LXXXI – “Das casas do nosso coração, e como lhe devem ser apropriadas certas fñis” –, apresenta aquela que poderemos considerar a mais antiga matriz constituinte e definidora para a organização do espaço interior dos palácios reais portugueses de Quatrocentos¹³⁵.

¹³¹ CHAVES, Álvaro Lopes de – *Livro de Apontamentos (1438-1489)*. Ed. Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983, pp. 87-88.

¹³² SENOS, Nuno – “A Coroa e a Igreja na Lisboa de Quinhentos” – *Lusitania Sacra*, 15 (2003), p. 111.

¹³³ O diploma régio despachado em 15 de Outubro de 1489 menciona que os muitos canos existentes em Lisboa deveriam servir para o escoamento das pias das cozinhas e não de outras imundícies. (“Carta régia”, 1489, 15 de Outubro), in *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*, Tomo III, 1959, doc. 9, p. 281.

¹³⁴ Segundo os dados documentais coevos, o edifício dos Estaus veio a dispor de um sistema de escoamento de águas sujas e pluviais logo nos finais da década de 1450/inícios da seguinte, conforme sugere o diploma régio, datado de 6 de Março de 1460. Aparentemente, o “cano grande que vem dos Estãos” corria a céu aberto, pelo que a provisão régia de 1460 autorizava à vereação a permitir os privados de o “cobriren d[ê] abobada e fazerem casas por cima”, sem pagamento de foro algum. Porém, quando, em 6 de Maio de 1484, a vereação propôs “fazer humma calçada no Resso de d[ê]ssa cidade que ha d(ê) ir teer aos Estãos”, obra que em muito dignificaria o terreiro, D. João II recusou a realização de tal empreendimento. (“Carta de emprazamento”, 1472, 13 de Janeiro; “Provisão régia”, s.d., “Petição de André de Barros”, 1500, 12 de Maio, “Carta régia”, 1484, 6 de Maio), in *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*, Tomo II, 1958, docs. 51, 17, pp. 224, 241; Tomo III, 1959, doc.14, p. 190; Tomo IV, 1959, doc. 50, p.66; MARTINS, Miguel Gomes – *Documentos de D. Afonso V, Infante D. Pedro e do Príncipe D. João*, p. 14.

¹³⁵ Na esteira de António Filipe Pimentel, em *A Morada da Sabedoria*, e de José Custódio Vieira da Silva, em os *Paços Medievais Portugueses*, recorreremos, de igual modo, ao tratado de D. Duarte para compreender a configuração do Paço Episcopal de Coimbra na primeira metade do século XV, primeiro com a nossa dissertação de mestrado – *Por detrás de um Museu. O Paço Episcopal de Coimbra: história e memória*. Dissertação de Mestrado em História da Arte, especialidade em História da Arte, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: [s.n.], 2009 – e depois nosso estudo “*noos paaços que fforom de dom gil bispo*. A residência episcopal de Coimbra nos inícios do século XV”.

A obra de D. Duarte fornece assim esclarecimentos bastantes elucidativos acerca das cinco principais dependências, contínuas e interligadas entre si, dispostas de acordo com “ordem [que] nos mostra o geeral custume”¹³⁶. Segundo o pensamento conceptual do monarca, os espaços físicos das residências deveriam ser estruturados a partir do *circuito* exterior/público para o *eixo* interior/privado: “na sala sera mais geeral e menos aficado, e nas outras casas ira crescendo ataa o estudo [deve entender-se o oratório], que sera mais special e rijo que seer pode”¹³⁷. Fica assim evidente a organização hierárquica espacial entre os compartimentos de maior dimensão e aparato, destinadas às cerimónias públicas oficiais, as intermédias para atos da sociabilidade quotidiana, e as câmaras menores, onde se realçava um ambiente de maior intimidade¹³⁸, não faltando, é claro, as inúmeras dependências utilitárias e as oficinais.

Assim, a primeira dependência identificada é a *sala*, “em que entram todolos do seu senhorio que homiziados nom som, e assi os estrangeiros que a ela querem viir [...] poendo na sala totalas cousas que nom tem outra, afora filhar prazer”¹³⁹. Dadas as suas funções cerimoniais protocolares, o Paço dos Estaus tinha como eixo espacial central a sala grande de aparato – “o palco da apresentação pública do poder”¹⁴⁰ –, a câmara de apresentação e representação por excelência porque destinada aos principais atos públicos, onde teriam lugar luxuriantes recepções e faustosos banquetes destinados aos corpos diplomáticos e suas comitivas. Muito provavelmente, a etiqueta implementada neste paço seguiria de perto o protocolo estabelecido por D. Pedro – a quem Rui de Pina considera o responsável pela implementação da nova etiqueta cerimonial régia –, de modo a que os monarcas e infantes portugueses “comessem em pubryco, e fossem em suas mesas acompanhados”, pois que “suas mesas devyam ser escollas de sua Corte”¹⁴¹.

Ora, perante a importância estratégica deste monumento, apoiado pela Coroa na internacionalização da política diplomática portuguesa coeva, que melhor local

¹³⁶ Aliás, o monarca, no final do capítulo LXXXIV, apresenta ainda o horário do seu próprio quotidiano, de modo a “viver sempre virtuosamente”, o que nos permite conhecer a divisão, a distribuição e a gestão das horas na Corte portuguesa, pelo menos, na década de 1430: “eu largamente lhe faço tal repartiçom: pera cama, antre dia e noite, filhe oito horas; pera mesa, duas, ofícios de missas em geeral e rezar, duas; vestir da manhã e desvestir da noite, duas; spaço para leer e folgar, duas. E assi ficam oito [...] se podem ordenar e fazer grandes e boos feitos” de ações cristãs. Podemos apontar, de igual modo, o capítulo C, “Do regimento do estamago”, a partir do qual se podem conhecer os hábitos alimentares do monarca. D. DUARTE – *Leal Conselheiro*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, cap. LXXXI, pp. 294-295, cap. LXXXIV, p. 306, cap. LXXXVI, p. 308, cap. C, pp. 367-370, cap. CI, pp. 371-372.

¹³⁷ D. DUARTE – *Leal Conselheiro*, cap. LXXXI, p. 294.

¹³⁸ SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, p. 27.

¹³⁹ D. DUARTE – *Leal Conselheiro*, cap. LXXXI, pp. 294-295.

¹⁴⁰ PIMENTEL, António Filipe – *A Morada da Sabedoria*, p. 259.

¹⁴¹ PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey D. Affonso V”, ed. cit., cap. XLIX, pp. 641-643, cap. XLII, p. 648, cap. CXXV, p. 754.

da capital serviria de proscénio à exibição das grandes conquistas militares e dos relevantes feitos expansionistas sob a égide de D. Afonso V? A relevância cerimonial do Paço dos Estaus é, garantidamente, comprovada pelos múltiplos acontecimentos políticos ocorridos durante o governo do *Rei-Africano*, motivo esse que leva António Filipe Pimentel [1959] a considerar que a encomenda régia do prodigioso conjunto de Tapeçarias de Pastrana com o triunfo militar sobre as praças marroquinas de Arzila e Tãnger, em 1471, hoje na Colegiada de Pastrana – ilustrando o triunfo militar alcançado nas praças marroquinas de Arzila e Tãnger, em 1471, e hoje na Colegiada de Pastrana, em Guadalajara, Espanha –, se destinava a enobrecer o salão principal deste palácio¹⁴².

Em seguida, é mencionada a *ante-camara*, ou a *camara de paramento*, “em que costumam estar seus moradores e alguus outros notavees do reino”, reservada “as [cousas] do proveito”. A *camara de dormir*, em “que os maiores e mais chegados de casa devem haver entrada”, estava reservada às “[cousas] da saude corporal”, desde o descanso à higiene do corpo, certamente, ficando a quarta dependência, a *trescamara*, para “onde se costumam vestir, que pera mais speciaes pessoas pera elo perteecentes se devem apropriar”, para “os feitos da honra, tirando delas toda cousa que aa virtude seja contraira, como homeziados de nossa casa”¹⁴³. Com este conjunto de compartimentos reservados às muitas necessidades vivenciais dos residentes, para o descanso, comensalidade e higiene, sempre num registo de maior privacidade, estariam pois reunidas as condições necessárias ao acomodamento dos embaixadores e oficiais régios.

A quinta e última área interna apresentada é o *oratorio*, “em que os senhores soos algũas vezes cada dia é bem de se apartarem pera rezar, leer per boos livros, e pensar em virtuosos cuidados”, um espaço propício ao recolhimento e ao “estudo specialmente seja guardado pera o serviço de Nosso Senhor e seguimento das virtudes” morais e ensinamentos espirituais¹⁴⁴. Aliás, embora se verificasse a existência de um ou mais oratório privativos, é provável a existência de uma capela – dedicada ao patrono das capelas palatinas, como lhe chama Vieira da Silva, o arcanjo São Miguel¹⁴⁵? –, ainda que de pequenas dimensões e certamente integrada no complexo edificado¹⁴⁶.

¹⁴² PIMENTEL, António Filipe – “D. Afonso V e a Invenção da Glória. As Tapeçarias de Pastrana no Museu Nacional de Arte Antiga”, in *A Invenção da Glória. D. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga/Fundación Carlos de Amberes, 2010, p. 11.

¹⁴³ D. DUARTE – *Leal Conselheiro*, cap. LXXXI, pp. 294-295.

¹⁴⁴ *Ibidem*, cap. LXXXI, pp. 294-295.

¹⁴⁵ SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, p. 128.

¹⁴⁶ Em 19 de Junho de 1452, D. Afonso V recebia a bula papal a autorizar a celebração de Ofícios Divinos nas capelas dos paços reais e o uso de altar portátil. Caso se verificasse a existência de uma capela no Paço dos Estaus, estaria esta dependência abrangida pelo diploma papal? “Caderno com treslados de bulas e breves pontificias: bula de Nicolau V a autorizar D. Afonso V a ouvir os Ofícios Divinos em seus paços; breve de Nicolau V a autorizar D. Afonso V a possuir altar portátil”, 1452, 19 de Junho, in REGO, António da Silva – *As gavetas da Torre do Tombo*, vol. III, doc. 2904 (XIV, 6-30), docs. 6-15, p. 744.

Para o bom funcionamento de todas as câmaras atrás mencionadas, indispensáveis à habitabilidade, não poderiam faltar as áreas reservadas às atividades domésticas, com suas mantearias, ucharias e cozinhas, onde se preparavam e confeccionavam os grandiosos banquetes, ou as áreas destinadas aos labores oficinais, com suas estrebarias e celeiros, aonde se recolhiam as carruagens e os animais de tração e carga após as longas viagens¹⁴⁷. Segundo o que as gravuras revelam, estas áreas deveriam estar organizadas no setor norte, orientadas para o espaço aberto entre o paço e o pano da muralha fernandina e que deveria constituir a cerca do edifício pação, como bem ilustra a gravura de Hoefnagel de 1598.

Como podemos verificar, se os testemunhos documentais referentes ao Paço dos Estaus de Lisboa são escassos, lacónicos e, na maioria das vezes, demasiados vagos, os registos concernentes à materialidade do monumento são-no ainda mais. Uma nova penumbra de incerteza diz respeito aos oficiais e artífices envolvidos na materialização efetiva do(s) paço(s) dos Estaus de Lisboa. Apesar da documentação nada revelar, é possível, no entanto, elencar um conjunto de mestres e oficiais ativos nos reinados de D. Duarte e D. Afonso V, exercendo a sua maestria nas principais residências régias lisboetas, como os Paços da Alcáçova, ou nos principais estaleiros camarários.

Nesse sentido, muito embora D. Afonso V tenha autorizado a ingerência da vereação na empreitada construtiva dos Estaus, por despacho de 2 de Dezembro de 1448¹⁴⁸, é muito provável que, dada a função do edifício, o monarca fizesse questão da contratação dos melhores artistas em atividade. Dificilmente tão relevante empresa não seria confiada aos oficiais da Coroa que “trabalhavam permanentemente, nas obras dos seus paços espalhados pelo País”, e, sobretudo, na cidade-capital de Lisboa, até porque uma “obra régia ou senhorial de vulto liderada por um mestre de qualidade e prestigiado, no século XIII ou nas primeiras décadas do século XV, marcava indubitavelmente todas as outras que se faziam à sua volta”¹⁴⁹.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, poderia o pedreiro João de Alverca [?-c.1466], nomeado em 17 de Junho de 1439, “mestre da pedraria dos nossos paaços desta cydade de Lixboa [...] pera nos em hora auer de seruir quando lhe da nosa parte for requerido”, e ativo até 1466, ter dirigido alguma intervenção no Paço dos

¹⁴⁷ Vieira da Silva localizou neste sector urbano, a sul da torre da muralha fernandina, as cavalariças da Casa Real, construção que acabaria por influenciar a designação da porta de entrada rasgada nesta secção da muralha: “Porta q̄ dicitur da strebaria del Rej”, onde mais tarde iriam ser edificadas as áreas carcerárias da Inquisição de Lisboa. SILVA, Augusto Vieira da – *A Cerca Fernandina de Lisboa*, vol. I, p. 96.

¹⁴⁸ Em 16 de Março de 1450, o monarca determinava que “todollos dinheiros que das dictas rendas, per nos per ás dictas obras foren apartados, sejam desposos per os ofiçiaaes da dicta çidade”. (“Cartas régias”, 1448, 2 de Dezembro; 1450, 16 de Março), in *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*, tomo I, doc. 25, pp. 217-218; tomo II, doc. 30, p. 288.

¹⁴⁹ DIAS, Pedro – *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, pp. 34-36.

Estaus de D. Afonso V ou mesmo nas aposentadorias de D. Pedro? A mestria do oficial e a responsabilidade do cargo auferido são comprovadas por extenso rol de privilégios confirmados a 30 de Outubro de 1444 por D. Pedro – portanto a trabalhar no preciso período cronológico da regência –, como a isenção de peitas, fintas ou talhas, e do tão pesaroso encargo de aposentadoria¹⁵⁰.

De igual modo, poderiam ter integrado a mesma campanha afonsina os pedreiros João Afonso Magriço [séc. XV] e Luiz de Alverca [séc. XV], oficiais a quem D. Afonso V concedeu cartas de privilégio, em 15 de Junho de 1449, por assumirem o ofício de “auer de laurar nas nossas obras, asi dos nosos paços de Cintra como em outros”; o do “meestre da nosa carpenteria” Gil Peres [séc. XV] e o do carpinteiro Álvaro Gonçalves [séc. XV] que, em 17 de Abril de 1450, gozavam da isenção de aposentadoria¹⁵¹.

No âmbito dos oficiais incumbidos da gestão financeira no período homónimo, nas décadas de 1440 e 1450, embora não dispúnhamos igualmente de dados concretos sobre a sua participação nesta empresa afonsina, sabemos que exerciam atividade o almoxarife Fernão Dias [séc. XV], o “contador de todallas nossas obras” Álvaro Vieira [séc. XV], o vedor-mor das obras das terças Nuno Martins da Silveira [séc. XV], o vedor das obras da cidade João Gonçalves [séc. XV], o tesoureiro-mor e escrivão régio João Gonçalves [séc. XV], ou o tesoureiro da vereação Fernão Martins [séc. XV]¹⁵².

Mas enquanto os documentos lavrados no âmbito das campanhas construtivas não forem postos a descoberto, caso existam é claro, manter-se-á no anonimato o nome dos vários artistas chamados para a edificação do Paço dos Estaus de Lisboa.

¹⁵⁰ Por decisão de D. Duarte, João de Alverca havia sido nomeado “mestre da pedraria das nossas obras” em 1 de Janeiro de 1434, auferindo de 14:000 libras anuais, foros e regalias, como a licença para uso e porte de arma, e, desde 22 de Janeiro de 1439, a regalia de “andar em besta muar de sella e freo”, privilégios esses que acabariam por ser transferidos para o oficial que o haveria de substituir em 1466, o mestre Afonso Gonçalves. VITERBO, Francisco de Souza – *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, pp. 442-443, 499-500.

¹⁵¹ Alguns dos nomes apontados tiveram uma participação ativa na campanha de obras realizada nos Paços da Alcáçova de Lisboa, entre 1448 e 1452, a mesma empresa construtiva que Sousa Viterbo relacionou com a fundação da biblioteca real afonsina. VITERBO, Francisco de Souza – *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, vol. I, pp. 24, 451, 499-500; vol. II, pp. 123-124, 303-307.

¹⁵² VITERBO, Francisco de Souza – *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, vol. I, pp. 24, 451, 499-500; vol. II, pp. 123-124, 303-307; (“Cartas de aforamento”, 1452, 31 de Julho), in *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*, tomo II, doc. 27, p. 207.

Considerações finais

Chegando ao final do nosso percurso, acreditamos assim ter apresentado um sério contributo para a história de um dos monumentos desaparecidos mais emblemáticos, e também um dos menos conhecidos (embora muitas vezes mencionado), da Lisboa medieval de Quatrocentos, o Paço dos Estaus, ao distinguir dois estabelecimentos e dois promotores distintos.

À semelhança do estabelecimento promovido por D. Pedro, em 1439, o paço dos Estaus erguido por D. Afonso V, em 1449, estava destinado à recepção e aposentação das comitivas régias e embaixadas diplomáticas, tendo por essa mesma razão reunido alguns dos mais importantes atos e cerimoniais da política diplomática régia portuguesa.

A fundação de ambas as aposentadorias para acolhimento das comitivas diplomáticas ao serviço da Coroa portuguesa em datas muito próximas, entre os anos de 1439 e 1449, e erguidas com igual proximidade espacial ao grande Rossio de Lisboa, terão assim contribuído para que os historiadores as considerassem como um só estabelecimento. Os motivos que teriam levado D. Afonso V a promover uma nova construção estão relacionados, em nosso entender, com a necessidade de apagar a memória do infante rebelde e de procurar organizar aposentadorias mais condignas e sumptuosas de acordo com a imagem do poderoso jovem monarca que no Norte de África viria a almejar grandes feitos militares que ecoariam por toda a Cristandade.

Infelizmente, as sucessivas ocupações humanas e os contínuos desastres naturais foram destruindo, em cada época, os elementos materiais do primitivo edifício. Somente recorrendo a um escasso número de fontes documentais e registos gráficos é possível apresentar, com as suas muitas lacunas, o que teria sido o verdadeiro Paço dos Estaus de Lisboa, o monumento que teimou em resistir até aos finais da centúria de Setecentos.

Caracterização codicológica dos manuscritos hebraicos datados de Lisboa (1469-1496)¹

Tiago Moita²

Introdução

Na segunda metade do século XV, a cidade de Lisboa foi palco de uma intensa produção de manuscritos hebraicos iluminados. As encomendas procediam especialmente da elite judaico-portuguesa, sobretudo mercadores, físicos e homens de corte. O decreto de expulsão dos judeus do reino português, no final daquela centúria, ditou também a sorte destes livros, que foram confiscados e destruídos por ordem de D. Manuel I, ou vendidos ao desbarato em Marrocos ou na Índia. Pese estes obstáculos, um número estimável de códices hebraicos terá saído do reino português e hoje pode ser apreciado em instituições públicas ou privadas no estrangeiro³. Os primeiros estudos destes manuscritos datam da década de 1970, com as publicações pioneiras de Gabriëlle Sed-Rajna e de Thérèse Metzger, assinalando-se então a existência de catorze manuscritos hebraicos com colofão produzidos na cidade de Lisboa entre 1469 e 1496.

¹ Este estudo enquadra-se no projeto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia intitulado “Iluminura Hebraica Portuguesa durante o século XV” (PTDC/EAT-HAT/119488/2010). Uma primeira versão do trabalho aqui publicado pode ser apreciada em MOITA, Tiago – “Tipologia e caracterização codicológica dos manuscritos hebraicos portugueses do século XV”. in AFONSO, Luís Urbano; MIRANDA, Adelaide (ed.) – *O livro e a iluminura judaica em Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: BNP, 2015, pp. 41-52. A versão final deste estudo pode ser apreciada na nossa dissertação de doutoramento: MOITA, Tiago – *O livro hebraico português na Idade Média. Do Sefer he-Aruk de Seia (1284-85) aos manuscritos iluminados tar-do-medievais da “Escola de Lisboa” e aos primeiros incunábulos*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017. Tese de Doutoramento.

² Bolseiro FCT (SFRH/BD/93734/2013); Doutorando em História da Arte, Ciências do Património e Teoria do Restauro. Membro da ARTIS-IHA/FLUL

³ Sobre a confiscação dos manuscritos hebraicos de Lisboa por mandato do rei D. Manuel, e o destino dos códices sobreviventes, veja-se MOITA, Tiago – “O livro hebraico português medieval: uma história de sobrevivência”. in AFONSO, Luís Urbano; MIRANDA, Adelaide (ed.) – *O livro e a iluminura judaica em Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: BNP, 2015, pp. 67-77.

Nestes estudos, as autoras apresentaram conclusões distintas, e mesmo opostas, valorizando ou minorando a relevância cultural e artística deste património⁴. O seu antagonismo é evidente na análise codicológica que empreendem dos volumes portugueses, advogando Sed-Rajna um trabalho muito homogéneo dos copistas na sua produção e Metzger o seu inverso. Neste contexto de forte ambiguidade, é nossa intenção rever os dados codicológicos dos manuscritos datados de Lisboa (especialmente quanto se refere aos suportes de escrita, cadernos, regramento e justificação dos fólhos, escritura e encadernação), procurando-se caracterizar a sua produção material. Para isso, beneficiámos do contacto direto e demorado com todos os manuscritos hebraicos de Lisboa, ainda em diáspora por longínquos territórios entre os EUA, a Europa e Israel, oportunidade apenas possível com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia e a disponibilidade das instituições que cuidadosamente os conservam. Em termos metodológicos, os volumes serão estudados em perspetiva quantitativa, e comparativa, cruzando-se os dados recolhidos entre os vários manuscritos. Esta informação será examinada à luz da produção sefardita coeva peninsular, avaliando-se a integração dos códices portugueses nesta área geocultural⁵.

⁴ SED-RAJNA, Gabriëlle – *Manuscrits Hébreux de Lisbonne. Un atelier de copistes et d'enlumineurs au XVe siècle*. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1970; METZGER, Thérèse – *Les Manuscrits Hébreux copiés et décorés à Lisbonne dans les dernières décennies du XVe siècle*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1977. Para o estado da arte em torno da produção hebraica manuscrita iluminada de Lisboa, veja-se MOITA, Tiago – “A Iluminura Hebraica Portuguesa do Século XV: estado da questão”. in *Cadernos de História de Arte* 1 (2013), pp. 57-73; disponível em <http://cad.letras.ulisboa.pt/index.php/Cadharte/article/view/17> [consultado a 06/06/2015]. Nos últimos anos, têm sido publicados novos estudos referentes à iluminura hebraica portuguesa, em especial AFONSO, Luís Urbano – “A Escola de Lisboa no contexto dos manuscritos sefarditas iluminados tardo-medievais”. in AFONSO, Luís Urbano; PINTO, Paulo Mendes (orgs.) – *O livro e as interações culturais judaico-cristãs em Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas, 2014, pp. 263-307; MOITA, Tiago – “Italian connections: as cercaduras acânticas dos manuscritos hebraicos portugueses e sua eventual relação com a iluminura napolitana”. in *Cadernos de História de Arte* 2 (2014), pp. 182-188 [disponível em <http://cad.letras.ulisboa.pt/index.php/Cadharte/article/view/41>; consultado a 06/06/2015]; MOITA, Tiago – “The Portuguese and Italian illumination and the acanthic borders from the Hebrew manuscripts of Lisbon”. in AFONSO, Luís Urbano; PINTO, Paulo Mendes (orgs.) – *O livro e as interações culturais judaico-cristãs em Portugal no final da Idade Média*, pp. 309-329; AFONSO, Luís Urbano; MOITA, Tiago – “Tradition and modernity in Portuguese Hebrew book art of the late 15th century”. in MIRANDA, Maria Adelaide; MIGUÉLEZ CAVERO, Alicia (ed.) – *Portuguese Studies on Medieval illuminated manuscripts*. Barcelona-Madrid: Brepols, 2014, pp. 169-189; AFONSO, Luís Urbano; MOITA, Tiago – “A iluminura judaica portuguesa tardomedieval”. in AFONSO, Luís Urbano; MIRANDA, Adelaide (ed.) – *O livro e a iluminura judaica em Portugal no final da Idade Média*, pp. 53-66.

⁵ A caracterização codicológica dos manuscritos sefarditas (e de outras áreas geoculturais do mundo) foi levada a cabo no âmbito do *Hebrew Palaeography Project* (HPP), iniciado em 1965, da responsabilidade da Israel Academy of Sciences and Humanities, de Jerusalém, com a cooperação do Institut de recherche et d’histoire des textes, de Paris. Deste projeto resultou a criação de uma base de dados digital, a *Sfardata*, que recolhe os principais dados codicológicos de todos os manuscritos hebraicos datados do mundo. Sobre a *Sfardata*, veja-se BEIT-ARIÉ, Malachi – “The Codicological Data-Base of the Hebrew Palaeography Project: A Tool for Localizing and Dating Hebrew Medieval Manuscripts”. in ROWLAND SMITH, Diana; SALINGER, Peter Shemuel (eds.) – *Hebrew Studies: Papers Presented at a Colloquium on Resources for Hebraica in Europe*. Londres: The British Library, 1991, pp. 165-197. Esta base de dados pode ser consultada no seguinte endereço: <http://sfardata.nli.org.il/sfardatanew/home.aspx> [consultado em 28/05/2015].

1. Os manuscritos hebraicos datados de Lisboa: identificação de um *corpus*

Por manuscritos hebraicos datados entendemos os códices em língua hebraica com colofão; por colofão entendemos a nota conclusiva composta pelo escriba contendo geralmente o título do trabalho copiado, o nome do escriba e do comitente, o local e a data da cópia, bênçãos e eulógias⁶. No seu estudo de 1970, Gabriëlle Sed-Rajna identificou cerca de treze manuscritos hebraicos explicitamente copiados em Lisboa entre 1469 e 1496; a este conjunto acrescentou a notícia de uma outra Bíblia iluminada, então conservada na Russian State Library, em Moscovo, que não pôde consultar e estudar⁷. Entretanto, pesquisas nas principais bibliotecas estrangeiras com coleções hebraicas, apoiados pela base de dados *Sfardata*, permitiram-nos acrescentar mais sete aos catorze volumes com colofão antes identificados, perfazendo-se em vinte e um os manuscritos hebraicos datados de Lisboa. A sua lista completa é a seguinte:

1. *Bíblia*, Lisboa, 1469 (Parma, Biblioteca Palatina, MS Parm. 2674).
2. *Profetas Posteriores*, Lisboa, 1469 (Parma, Biblioteca Palatina, MS Parm. 2698).
3. *Mishneh Torah*, de Maimónides, [Lisboa], 1471/2 (Londres, British Library, MS Harley 5698-99).
4. *Bíblia*, Lisboa, 1473 (Parma, Biblioteca Palatina, MS Parm. 677).
5. *Sermões sobre o Génesis*, Lisboa, 1473 (Moscovo, Russian State Library, MS Guenzburg 926).
6. *Bíblia*, Lisboa, 1475 (Cincinnati, Klau Library, MS 2).
7. *Miscelânea literária e poética* (fragmentos), Lisboa, 1475 (Nova Iorque, Jewish Theological Seminary Library, MS 3167).
8. *Saltério*, [Lisboa], 1476 (Parma, Biblioteca Palatina, MS Parm. 1712).
9. *Bíblia*, Lisboa, 1482 (Londres, British Library, MS Or. 2626-2628).
10. *Siddur*, Lisboa, 1484 (Paris, Bibliothèque nationale de France, MS Hébreu 592).
11. *Comentário ao Pentateuco* por Moisés ben Nahamanides, Lisboa, 1484 (Paris, Bibliothèque nationale de France, MS Hébreu 222).
12. *Sefer Mihlol e Et Sofer* de David Qimhi, Lisboa, 1487 (Londres, British Library, MS Or. 1045).
13. *Comentário à Ética a Nicómaco de Aristóteles* por José ben ShemTov, Lisboa, 1487 (Oxford, Bodleian Library, MS Marshall Or. 12).

⁶ Sobre os colofões dos manuscritos hebraicos portugueses medievais e sua relevância como fontes de informação histórica e social, veja-se o nosso estudo MOITA, Tiago – “Os colofões dos manuscritos hebraicos medievais como fontes de informação histórica relevante. Os manuscritos hebraicos de Seia, Guarda e Sevilha”. in *Praça Velha. Revista Cultural da Cidade da Guarda*, 36 (2016), pp. 147-159.

⁷ SED-RAJNA, Gabriëlle – *Manuscripts Hébreux de Lisbonne*, p. 39.

14. *Sefer Halikot Olam* de Josué HaLevi, [Lisboa], 1489 (Londres, British Library, MS Or. 6363).
15. *Cânnon de Medicina*, de Avicena, Lisboa, 1489 (Florença, Biblioteca Medicea Laurenziana, MS Plut. 88.27).
16. *Bíblia*, Lisboa, 1490 (Oxford, Balliol College, MS 382).
17. *Saltério*, Lisboa, 1495 (Vaticano, Biblioteca Apostolica, MS Vat. ebr. 473).
18. *Bíblia*, [Lisboa], 1496 (Moscou, Russian State Library, MS Guenzburg 662).
19. *Pentateuco*, Lisboa, 1496 (Roma, Sinagoga Central).
20. *Bíblia*, [Lisboa], 1496 (Philadelphia, Free Library, MS Lewis Or.140).
21. *Miscelânea de receitas médicas*, [Lisboa], século XV (Vaticano, Biblioteca Apostólica, MS Vat. ebr. 372).

Assim, à lista apresentada por Gabriëlle Sed-Rajna são acrescentados neste estudo os manuscritos n.ºs 5, 7, 8, 14, 15, 20 e 21, nos quais se refere, explícita ou implicitamente, a cidade de Lisboa como geografia original de produção⁸.

No **Quadro I**, em anexo, são indicados os manuscritos desta lista onde o nome da capital portuguesa é explicitamente mencionado no colofão (15/21). São ainda transcritos os termos hebraicos com que se refere a cidade, e sua respetiva transliteração. Verificamos que a capital lisboeta é frequentemente designada em hebraico medieval como אִשְׁבוּנָה (*Isbona*), mais raramente לִישְׁבוּאָה (*Lisboah*) ou לִישְׁבוּנָה (*Lisbonah*). Importa referir que no colofão do manuscrito n.º 1, obra de Samuel de Medina, é especificado o nome do bairro de Alfama (אֶלְפָמָה) como preciso local da sua produção. O escriba copiou ainda outros dois volumes bíblicos, em 1469 e 1490, possivelmente nesta mesma judiaria, apesar de não se referir mais a este local⁹.

Em contraste, no colofão de seis códices (n.ºs 3, 8, 14, 18, 20 e 21) é omissa o lugar da sua produção, mas os nomes dos seus protagonistas (escribas ou comitentes) encontram-se perfeitamente documentados na capital portuguesa, para o período em estudo. É o caso de José ibn Yahya (José Negro), comitente dos volumes com a *Mishneh Torah* de Maimónides (n.º 3), membro de uma das mais importantes famílias judaicas portuguesas e senhor de avultada fortuna, que em 1475 recebeu carta de vizinhança do concelho de Lisboa¹⁰. O copista do *Saltério de Parma* (n.º 8), Samuel ibn Musa, encontrar-se-ia também em Lisboa no ano de 1476, pois a ele

⁸ Doravante, optamos por referir cada manuscrito pelo número correspondente na lista citada.

⁹ Em concreto, os volumes n.º 2 e 16.

¹⁰ ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 9, fol. 12. Sobre esta figura veja-se, ainda, TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no Século XV*. vol. 1. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1982, p. 373; MARQUES DE ALMEIDA, A. A. (dir.) – *Dicionário Histórico dos Sefarditas Portugueses. Mercadores e Gente de Trato*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2009, p. 479.

pertencem dois outros volumes explicitamente realizados nesta cidade, em 1475 e 1482 (n.ºs 6 e 9); o copista virá a assinar outra cópia portuguesa, em 1496 (n.º 18), ricamente iluminada, o que atesta a sua permanência e labor na cidade ao longo das últimas três décadas do século XV¹¹. Nasim Vivas, destinatário do *Sefer Halikot Olam* (n.º 14), residiria também na cidade lisboeta, onde assina a cópia de um manuscrito, em 1489 (n.º 15). O copista da *Miscelânea de Receitas Médicas* (n.º 21), José Catalão, é provavelmente o indivíduo que nos surge documentado em Lisboa, nos anos de 1453, 1454, 1465 e 1466, com casa na Judiaria Nova¹².

Devemos referir, no entanto, que nem todos os manuscritos da lista citada se encontram acessíveis, desconhecendo-se o paradeiro atual da *Bíblia* de Moscovo (n.º 18) – uma situação que não impediu o seu estudo, graças à consulta do seu microfilme, disponível no *Institute of Microfilmed Hebrew Manuscripts* da Biblioteca Nacional de Israel (Jerusalém)¹³.

2. Os manuscritos hebraicos datados de Lisboa: caracterização codicológica

O estudo codicológico dos manuscritos hebraicos tardomedievais de Lisboa centrar-se-á em cinco pontos significativos: (a) suportes de escrita, (b) cadernos, (c) regramento e justificação dos fólhos, (d) escritura, e (e) encadernação. A análise destes elementos segue uma metodologia quantitativa, conforme referimos na introdução, cotejando-se os resultados obtidos com os dados dos manuscritos

¹¹ Samuel ibn Musa é um dos mais prolíficos copistas de Lisboa, assinando cerca de quatro manuscritos. De acordo com G. Sed-Rajna, este copista teria saído de Lisboa, depois de 1482, e fundado uma tipografia com um irmão, Emanuel, em Zamora. Para T. Metzger esta saída de Lisboa deverá ser compreendida como um regresso à terra natal. Discordando desta leitura, Maria Ferro Tavares sublinha que Samuel ibn Musa foi batizado em Lisboa, em 1497, mudando então o seu nome para Antão Vasques. Em nosso entender, e partilhando a convicção de Maria Ferro Tavares, este copista nunca terá saído de Lisboa, continuando a sua atividade de copista nesta cidade até à década de 1490. Neste sentido, o tipógrafo de Zamora, Samuel ben Musa, será indivíduo distinto do copista português, não se excluindo a hipótese de pertencerem à mesma família. Os dois personagens não devem ser confundidos com outro copista de nome similar, Samuel ibn Yom Tov ibn Musa, “exilado de Espanha”, com cópias realizadas em Itália, em 1502 e 1507. Sobre esta problemática, veja-se SED-RAJNA, Gabriëlle – *Manuscrits Hébreux de Lisbonne*, p. 39; METZGER, Thérèse – *Les Manuscrits Hébreux copiés et décorés à Lisbonne*, p.65; TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no século XV*, vol. 1, pp. 372-373; AVRIN, Leila – “The Box Binding in the Klau Library Hebrew Union College”. in *Studies in Bibliography and Booklore* 17 (1989), p. 34, nota 3.

¹² ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 317, fol. 21r; ANTT, *Núcleo Antigo*, n.º 319, fol. 23r. Não podemos deixar de expressar vivo agradecimento ao nosso colega João Castela Oliveira pela paciente ajuda na leitura direta destas fontes.

¹³ O desaparecimento do manuscrito e o desconhecimento do seu paradeiro atual encontram-se narrados na referida base de dados Sfordata, na ficha de inventário relativa a este volume (chave n.º 0Y436). Esta situação foi-nos confirmada pessoalmente, em novembro de 2014, por Alina Lisitsyna, do Departamento de Pesquisa de Manuscritos da Russian State Library, salientando que este e outros códices foram retirados da biblioteca moscovita na década de 1990, por razões desconhecidas, ignorando-se o paradeiro de vários manuscritos desta coleção, entre os quais o desta Bíblia portuguesa. O microfilme da *Bíblia* de Moscovo, patente no *Institute of Microfilmed Hebrew Manuscripts* da Biblioteca Nacional de Israel (Jerusalém), tem a cota F 43936.

hebraicos coevos, produzidos nos demais reinos peninsulares. No **Quadro II**, em anexo, incluem-se os principais dados codicológicos dos manuscritos em estudo, para sua mais rápida assimilação.

a. Suportes de escrita

Conforme é patente no **Quadro II**, o pergaminho é o suporte de escrita mais frequente na produção hebraica portuguesa. De facto, dos vinte e um códices examinados, catorze (14) são escritos sobre pergaminho, e os restantes em papel (4) ou em suporte misto, papel e pergaminho (3).

A opção pelo pergaminho deve-se, sobretudo, por ser este o material considerado mais nobre e apto para receber textos importantes, como a Bíblia sagrada, conforme se ressalta nas disposições haláquicas¹⁴. Secundariamente, a atenção prestada ao material pergamináceo encontra um fundamento também de ordem técnica, pois esta superfície de escrita absorve a pintura com maior facilidade que o papel¹⁵. A membrana utilizada nos códices hebraicos de Lisboa é de grande qualidade, com poucas imperfeições, distinguindo-se sem dificuldade ambos os lados do pergaminho, como é comum na tradição codicológica sefardita¹⁶.

O uso do papel surge documentado em manuscritos com comentários bíblicos, tratados filosóficos ou textos científicos, mas nunca em Bíblias. O papel pode ser usado como material exclusivo de escrita (volumes n.ºs 5, 7, 11 e 21) ou em combinação com o pergaminho num mesmo caderno (n.ºs 13, 14 e 15)¹⁷, uma técnica muito comum em toda a área sefardita. Nestes cadernos, os bifólios em pergaminho assumem uma função especialmente protetora em relação aos fólios internos, mais frágeis, em papel, proporcionando uma maior solidez e durabilidade ao conjunto. Por outro lado, além de testemunharem a passagem gradual de um suporte a outro em contexto português, os cadernos mistos afiguram-se como uma solução de compromisso por parte do copista, que assim conjuga um material mais barato, mas menos durável, como o papel, com outro mais dispendioso, mas de maior estabilidade, como o pergaminho, economizando gastos¹⁸. A análise das marcas de água do papel aponta uma proveniência maioritariamente italiana deste suporte.

¹⁴ Por *halakah* entende-se a interpretação da Escritura em sentido jurídico, normativo, estabelecendo códigos e normas de orientação para os crentes em todos os aspetos da sua vida.

¹⁵ SIRAT, Colette – *Hebrew Manuscripts of the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 102.

¹⁶ BEIT-ARIÉ, Malachi – *Hebrew Codicology. Tentative Typology of Technical Practices Employed in Hebrew Dated Medieval Manuscripts*. Jerusalém: The Israel Academy of Sciences and Humanities, 1981, p. 26.

¹⁷ Em todos estes volumes os cadernos são construídos maioritariamente em papel, adicionando-se-lhes um bifólio exterior em pergaminho, no que se refere aos manuscritos n.ºs 13 e 14, ou um bifólio exterior e outro central, em pergaminho, no caso do manuscrito n.º 15.

¹⁸ METZGER, Thérèse – *Les Manuscrits Hébreux copiés et décorés à Lisbonne*, p. 39.

b. Os cadernos

O estudo da organização fascicular dos manuscritos assume uma elevada importância, pois, no caso dos códices judaicos medievais, a sua construção encontra-se frequentemente associada a áreas geoculturais específicas. Neste sentido, conforme se observa no **Quadro II**, o quaterno afigura-se como a prática mais usual nos códices hebraicos lisboetas de pergaminho. Pelo contrário, nos manuscritos em papel ou em papel e pergaminho, prevalece uma composição de sénios. Esta prática codicológica, que faz corresponder uma estrutura quaternária a cadernos compostos exclusivamente por pergaminho e uma estrutura senária a cadernos constituídos apenas por papel, ou por papel e pergaminho, encontra-se amplamente documentada no mundo sefardita, sendo-lhe mesmo característica¹⁹.

Em todos os manuscritos datados de Lisboa, a colocação do pergaminho segue um ordenamento que respeita a conhecida Lei de Gregory, segundo a qual a sequência dos fólhos de um códice deve pôr em contacto duas faces do lado da carne, seguidas de duas faces do lado do pelo, e assim sucessivamente. Esta organização verifica-se regularmente, tanto na sequência dos fólhos como na dos cadernos, quer dos manuscritos de pergaminho, quer dos códices em suporte misto. É no lado pelo do pergaminho que abrem os cadernos, uma prática comum à tradição sefardita (ver **Quadro II**)²⁰.

Os copistas hebraicos de Lisboa empregaram vários sistemas para assegurar a ordem correta dos cadernos nos códices, detetando-se a preferência pelo uso de reclamos, e só raramente de assinaturas. Com efeito, os reclamos – que consistem na primeira palavra com que se inicia o texto do caderno seguinte colocada no final do caderno anterior – registam-se em todos os manuscritos lisboenses, com exceção da *Bíblia do Balliol College* (n.º 16), na qual a ausência de qualquer sistema de ordenação deve-se, provavelmente, ao seu total desaparecimento no processo de encadernação, pois as suas margens foram aparadas.

Na sua esmagadora maioria, os reclamos são escritos horizontalmente, em letra semicursiva, sefardita, excetuando o manuscrito n.º 1, com reclamos em escrita quadrada e semicursiva sefardita, e o manuscrito n.º 2, com reclamos exclusivamente em escrita quadrada. Em todas as situações os reclamos encontram-se no verso da margem inferior esquerda, por baixo da linha vertical de justificação, no último fólho de cada caderno; nos manuscritos em papel, ou em papel e pergaminho, os reclamos comparecem em todos os fólhos dos manuscritos. Esta prática caracteriza

¹⁹ BEIT-ARIÉ, Malachi – *Hebrew Codicology*, pp. 48-49; SIRAT, Colette – *Hebrew Manuscripts of the Middle Ages*, p. 120.

²⁰ BEIT-ARIÉ, Malachi – *Hebrew Codicology*, pp. 41-42.

a tradição sefardita, que assim distingue os cadernos em pergaminho dos cadernos em papel, ou em papel e pergaminho²¹.

Em cinco manuscritos, n.ºs 2, 7, 8, 10 e 15, os reclamos apresentam uma decoração simples, que consiste em pequenos pontos ou traços sobrepostos à palavra, formando triângulos, um tipo de ornamentação comum aos manuscritos hebraicos medievais, de tradição sefardita bem como asquenazita.

O uso do sistema de assinaturas – que consiste na numeração dos cadernos com as letras do alfabeto hebraico, que aqui assumem valor numérico – é muito raro entre os manuscritos de Lisboa, encontrando-se documentado no códice n.º 1, em coexistência com os reclamos, e no volume n.º 6, em exclusivo. As assinaturas, em caracteres quadrados sefarditas, estão dispostas no topo da margem superior, canto interno, no lado reto do primeiro fólio dos cadernos, mas nunca no final dos mesmos. A preferência por reclamos em detrimento do uso de assinaturas é prática comum entre os copistas sefarditas, que raramente empregam assinaturas, ou as aplicam a par dos reclamos²².

c. *Regramento e justificação dos fólhos*

Entre todos os manuscritos hebraicos de Lisboa verifica-se uma prática relativamente homogénea no que se refere ao regramento das linhas que guiam a escritura. O traçado da esquadria, destinada ao espelho da escrita, é feito com uma ponta seca, o que significa que as linhas não possuem, em todo o manuscrito, qualquer vestígio de substância colorida. Na maioria dos casos, o regramento ocorre fólio a fólio, no lado verso. De acordo com os sistemas preconizados por Michèle Dukan, a tipologia C, com as linhas retrizes curtas, é aquela que mais se infere nos códices hebraicos lisboetas²³. No caso dos manuscritos bíblicos, além do regramento das linhas de escrita, são ainda regradadas as margens verticais e horizontais dos fólhos, com vista à escritura da massorá *magna* (duas linhas na margem superior e três linhas na margem inferior) e da massorá *parva* (inscrita verticalmente nas margens externas e nos intercolúnios).

Os orifícios de picotado que orientam o regramento só raramente se encontram visíveis. Esta situação ocorre nos manuscritos n.ºs 1, 2, 4 e 6, apenas nas margens de goteira. O uso do picotado nestas margens poderá ter sido a técnica mais utilizada pelos copistas portugueses dado que os demais manuscritos não apresentam quaisquer orifícios nas margens de dorso. É admissível que as perfurações tenham desaparecido na margem externa com o aparo dos fólhos.

²¹ BEIT-ARIÉ, Malachi – *Hebrew Codicology*, pp. 54-58.

²² BEIT-ARIÉ, Malachi. – *Hebrew Codicology*, pp. 61-65.

²³ DUKAN, Michèle – *La réglure des manuscrits hébreux au Moyen Age*. Paris: Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1988, p. 30, última fila, ao centro.

Como se observa no **Quadro II**, a distribuição dos textos por duas colunas é particularmente comum nos manuscritos bíblicos e legais, enquanto a sua apresentação em pleno fólio ressalta nos demais manuscritos. Este fenómeno explica-se, sobretudo, pela maior ou menor extensão do texto copiado, e não pela natureza deste texto.

d. A escritura

Como refere Malachi Beit-Arié, a escrita sefardita, que se desenvolveu provavelmente no século IX, em Cairuão (Tunísia), a partir da escrita hebraica oriental, é característica da região do Magreb e da Península Ibérica, apresentando influências da escrita árabe²⁴. Nos séculos X e XI, são já evidentes as diferenças morfológicas entre as escritas do al-Andaluz e do Magreb, vindo esta a ser suplantada pela primeira²⁵. Desde finais do século XIV, em manuscritos de origem italiana, mas, sobretudo, depois da expulsão dos judeus ibéricos, em 1492 e 1497, o uso da escrita sefardita difundiu-se amplamente por outras regiões do Mediterrâneo e do Médio Oriente, nos novos locais onde os judeus exilados se vieram a estabelecer, tornando-se a escrita comum dos seus incunábulo e impressos²⁶.

Encontramos três tipos de escrita hebraica em Sefarad: a escrita quadrada, a escrita semicursiva e a escrita cursiva. Esta última, porém, não está representada no texto principal dos manuscritos portugueses, ainda que possa aparecer em reclusos ou pequenas anotações litúrgicas nos *siddurim* (livros de oração).

A escrita quadrada é a escritura destinada pela tradição à cópia dos textos sagrados, podendo também comparecer em textos de natureza litúrgica ou legal²⁷. Encontrando-se a Bíblia entre as cópias mais destacadas no conjunto hebraico de Lisboa, a escrita quadrada sefardita constitui a tipologia mais frequente, comparecendo também na *Mishneh Torah* de Maimónides (n.º 3) e no *Siddur de Paris* (n.º 10).

A escrita semicursiva, que se encontra documentada na Península Ibérica desde a segunda metade do século X, onde se originou e desenvolveu, destina-se, por seu lado, à cópia de outros textos que não as Bíblias e aos livros de orações²⁸. A sua utilização nos manuscritos de Lisboa é bastante generosa, encontrando-se presente em nove cópias (n.ºs 7, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 21), contendo comentários

²⁴ BEIT-ARIÉ, Malachi. – “La caligrafía hebrea en España: desarrollo, ramificaciones y vicisitudes”. in BEINART, Haim (ed.) – *Morešet Sefarad: El legado de Sefarad*. vol. I. Jerusalém: The Hebrew University Magnes Press, 1992, pp. 286-287.

²⁵ BEIT-ARIÉ, Malachi – *Hebrew Manuscripts of East and West: Towards a Comparative Codicology*. Londres: The British Library, 1993, p. 41; BEIT-ARIÉ, Malachi – “La caligrafía hebrea en España”, pp. 286-287.

²⁶ BEIT-ARIÉ, Malachi – “La caligrafía hebrea en España”, pp. 291-293.

²⁷ BEIT-ARIÉ, Malachi – *Unveiled Faces of Medieval Hebrew Books*. Jerusalém: The Hebrew University Magnes Press, 2003, pp. 78-79.

²⁸ BEIT-ARIÉ, Malachi – “La caligrafía hebrea en España”, pp. 291-293.

bíblicos, tratados filosóficos, gramaticais ou científicos. Embora menos comum, esta tipologia de escrita foi usada excecionalmente num *Saltério* (n.º 18). A preferência por este tipo de escritura deve-se, com probabilidade, a razões de ordem estética e funcional, pois o semicursivo, com o seu arredondamento típico do século XV, era considerado uma escrita elegante e bela, com uma utilização mais eficiente e rápida, não impedindo o fluxo da cópia²⁹. Não obstante, nos manuscritos portugueses escritos em semicursivo é comum encontrarmos outros tipos de escritura, nomeadamente a escrita quadrada, usada nas primeiras palavras dos capítulos das várias obras, a modo de letras capitulares. Esta hierarquização de várias escrituras no mesmo texto tem como objectivo estruturar o livro e facilitar a leitura, proporcionando ao mesmo tempo um aspeto harmonioso da página.

e. Encadernação

Dos cerca de vinte e um manuscritos hebraicos de Lisboa com colofão, apenas três conservam as encadernações originais (n.ºs 6, 10 e 19); os restantes apresentam encadernações modernas, dos séculos XVII ou XVIII, ou mais recentes, dos séculos XIX ou XX, adquiridas com a entrada nas novas instituições onde se encontram³⁰.

Os três manuscritos indicados caracterizam-se por apresentar uma encadernação em couro sobre tábuas, com gravação a seco, numa linguagem decorativa mudéjar. Este tipo de gramática ornamental encontra-se amplamente difundida nas encadernações de inúmeros manuscritos (cristãos e judaicos) copiados nos reinos ibéricos espanhóis, entre os séculos XIII e XVI, especialmente em centros como Toledo e Barcelona³¹. Em Portugal, pelo contrário, esta linguagem ornamental parece estar menos presente nas encadernações de manuscritos latinos, ainda que se documente naquelas dos forais manuelinos, de começos do século XVI³². A avaliar pelos exemplares judaicos portugueses remanescentes, é possível que a gramática ornamental mudéjar tenha sido a linguagem comum nas encadernações medievais desta minoria em todo o reino. Os encadernadores

²⁹ BEIT-ARIÉ, Malachi – *Unveiled Faces of Medieval Hebrew Books*, pp. 79-81.

³⁰ Desconhecemos a encadernação da *Bíblia de Moscovo* (n.º 17) pois o microfilme apenas nos apresenta os fólios copiados.

³¹ Sobre as encadernações mudéjares nos reinos ibéricos espanhóis, vejam-se, entre outros títulos: ÁLVARO ZAMORA, María I. – “Encuadernaciones mudéjares”. in *Artigrama* 23 (2008), pp. 445-481; CARPALLO BAUTISTA, Antonio – “Estudio de las encuadernaciones del siglo XV de la Biblioteca Complutense”. in *Gutenberg Jahrbuch* 84 (2009), pp. 315-345; CARPALLO BAUTISTA, Antonio; BURGOS BORDONAU, Esther – “Las encuadernaciones mudéjares de lacerías con motivos centrales en la Catedral de Toledo”. in *Anales de Documentación* 15, 1 (2012), pp. 1-30.

³² Sobre esta questão, veja-se o excelente estudo de SEIXAS, Maria Margarida – *A encadernação manuelina. A consagração de uma arte: estudo das suas características e evolução, em bibliotecas públicas portuguesas*. Tese de Doutoramento apresentada à Facultad de Traducción y Documentación da Universidade de Salamanca. Salamanca: [s.n.], 2011,

judeus seriam, decerto, especializados neste labor do couro, à semelhança do que sucedia nos demais reinos ibéricos³³.

Os códices hebraicos de Lisboa merecem um lugar destacado na história da encadernação portuguesa por uma outra razão: a sua original forma de caixa, sem paralelos nas encadernações da maioria cristã. A mais antiga encadernação em caixa reveste a *Bíblia de Cincinnati*, de 1475 (n.º 6). Esta tipologia encontra-se ainda em um incunábulo hebraico português, o Pentateuco com comentários de Rashi e Targum de Onkelos, impresso na oficina lisboeta de Eliezer Toledano, em 1491, presentemente conservado no Rosenbach Museum and Library em Filadélfia (Pensilvânia). O estudo desta específica tipologia de encadernação foi realizado por Leila Avrin, em 1989³⁴. A autora ressalta a existência de fortes semelhanças decorativas nas encadernações em caixa destes manuscritos (como o uso de formas em S e em T no preenchimento dos espaços geométricos, por exemplo), sugerindo a sua produção por um único encadernador (ou oficina, em torno de um mestre), possivelmente associado aos copistas e iluminadores hebraicos de Lisboa, de finais do século XV. Leila Avrin afirma que este encadernador deverá ter realizado também a cobertura do *Siddur de Paris* (n.º 10), da *Bíblia de Roma* (n.º 18) e da *Bíblia de Aberdeen* (Universidade de Aberdeen: MS 23), pese não apresentarem a referida forma em caixa³⁵. Finalmente, não encontrando referências a encadernações mudéjares nos manuscritos latinos portugueses, Avrin sugere que o encadernador hebraico poderá ter aprendido o seu ofício em Castela, concretamente em Toledo, trazendo para Lisboa aquelas encadernações, ca. 1475, ou um pouco antes³⁶. Em rigor, a autora assume a tese de Thérèse Metzger, para quem a única hipótese verosímil que justifique a inesperada atividade da escola de copistas hebraicos de Lisboa “est celle d’une influence extérieure, et évidemment d’une influence espagnole, de l’apport de copistes venus d’Espagne dans ces décennies avant-coureuses de l’Exil”³⁷.

Em nossa perspetiva, a proposta defendida por Leila Avrin sobre a origem toledana do encadernador hebraico lisboeta não apresenta qualquer sustentabilidade. Esta posição é sustentada por dois motivos principais: por um lado, as encadernações hebraicas mudéjares não são exclusivas dos manuscritos

³³ São conhecidos os nomes de alguns encadernadores dos reinos ibéricos espanhóis, destacando-se a origem judaica de muitos deles, conversos ou não. Sobre este assunto, veja-se MADURELL Y MARIMÓN, J. M. – “Encuadernadores y librerías barceloneses judíos y conversos (1322-1458)”. in *Sefarad* 21 (1961), pp. 345-372. Em relação aos encadernadores judeus portugueses conhecemos alguns dos seus nomes, como Samuel Caspim (1442), David Negro e Abraão Amado (1475), todos residentes em Lisboa. TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no século XV*, vol. I, p. 375, e vol. II, p. 623.

³⁴ AVRIN, Leila – “The Sephardi Box Binding”. in *Scripta Hierosolymitana*, 29 (1989), pp. 27-43; AVRIN, Leila – “The Box Binding in the Klau Library”, pp. 26-35.

³⁵ AVRIN, Leila – “The Box Binding in the Klau Library”, p. 33.

³⁶ AVRIN, Leila – “The Box Binding in the Klau Library”, p. 33.

³⁷ METZGER, Thérèse – *Les Manuscrites Hébreux copiés et décorés à Lisbonne*, p. 5.

hebraicos de Lisboa, observando-se também em códices judaicos portugueses produzidos em outros pontos do país, nomeadamente em um manuscrito realizado em Faro, sem que se possa estabelecer qualquer relação com a produção ou o encadernador lisboeta³⁸ por outro, a gramática decorativa mudéjar pode ser apreciada também nas encadernações de manuscritos não-judaicos portugueses, como bem identificou Maria Margarida Seixas, sendo uma linguagem generalizada neste tipo de protecções³⁹. Por esta razão, não nos parece sustentável a origem toledana do encadernador hebraico de Lisboa e das suas encadernações, ainda que possamos admitir que esta linguagem decorativa tenha chegado até nós desde estes locais da península. Em relação à *Bíblia de Aberdeen*, copiada em Nápoles por Isaac Balansi, em 1493-1494, a sua encadernação revela semelhanças significativas com as demais encadernações da livraria dos monarcas aragoneses em Nápoles deste período, pelo que não podemos subscrever a hipótese de se tratar de uma encadernação realizada em Lisboa.

Conclusão

Da análise empreendida aos manuscritos hebraicos datados de Lisboa, nos seus aspetos materiais e técnicos, ficou evidente a sua homogeneidade e coerência interna. Por outro lado, os manuscritos judaicos de Lisboa refletem, na sua totalidade, o modo sefardita de construir o livro, em nada se distinguindo dos códices hebraicos peninsulares coevos. Em termos codicológicos, encontram-se, pois, plenamente integrados na área geocultural sefardita. A especificidade e idiosincrasia dos livros hebraicos portugueses sefarditas devem ser procuradas, sobretudo, nos seus aspetos decorativos, com marcada abertura à linguagem tardo-gótica internacional, incluindo, na sua fase final, soluções renascentistas.

³⁸ Em concreto, no volume que contém os *Responsa* de Asher ben Yehiel (Cambridge, University Library: MS Add. 503), escrito por Efraim Caro, em Faro, no ano de 1481.

³⁹ SEIXAS, Maria Margarida – *A encadernação manuelina. A consagração de uma arte: estudo das suas características e evolução, em bibliotecas públicas portuguesas*. Salamanca: [s.n.], 2011.

ANEXOS

Quadro I

Indicação do nome da cidade de Lisboa nos colofões dos manuscritos hebraicos portugueses

Manuscrito	Ano	Cólofon	Transliteração
N.º 1	1469	אשבונה	<i>Isbonah</i>
N.º 2	1469	איִשְׁבוּנָא	<i>Isbona</i>
N.º 3	1471/2		
N.º 4	1473	ליִשְׁבוּנָא	<i>Lisbona</i>
N.º 5	1473	אשבוֹנָא	<i>Isbonah</i>
N.º 6	1475	ליִשְׁבוּנָא	<i>Lisbonah</i>
N.º 7	1475	אשבוֹנָא	<i>Isbona</i>
N.º 8	1476		
N.º 9	1482	ליִשְׁבוּאָה	<i>Lisboah</i>
N.º 10	1484	אשבוֹנָה	<i>Isbonah</i>
N.º 11	1484	ליִשְׁבוּאָה	<i>Lisboah</i>
N.º 12	1487	אשבוֹנָה	<i>Isnonah</i>
N.º 13	1487	ליִשְׁבוּאָה	<i>Lisboah</i>
N.º 14	1489		
N.º 15	1489	אשבוֹנָה	<i>Isbonah</i>
N.º 16	1490	אשבוֹנָא	<i>Isbona</i>
N.º 17	1495	אשבוֹנָה	<i>Isbonah</i>
N.º 18	1496		
N.º 19	1496	אשבוֹנָה	<i>Isbonah</i>
N.º 20	1496		
N.º 21	1450-1496		

Quadro II
Dados codicológicos dos manuscritos hebraicos datados de Lisboa

Manuscrito	Suporte	Dimensões	L. Gregory	Cadernos	Colunas	Escrita
N.º 1	Pergaminho	241x187 mm	pelo	Quaternos	2	Quadrada
N.º 2	Pergaminho	236x187 mm	pelo	Quaternos	2	Quadrada
N.º 3	Pergaminho	335x247 mm	pelo	Quaternos	2	Quadrada
N.º 4	Pergaminho	242x200 mm	pelo	Quaternos	2	Quadrada
N.º 5	Papel	300x220 mm		Sénio	1	Semi-Cursivo
N.º 6	Pergaminho	187x143 mm	pelo	Quaternos	2	Quadrada
N.º 7	Papel	190x143 mm		Sénio	1	Semi-Cursivo
N.º 8	Pergaminho	100x126 mm	pelo	Quaternos	1	Quadrada
N.º 9	Pergaminho	301x240 mm	pelo	Quaternos	2	Quadrada
N.º 10	Pergaminho	140x100 mm	pelo	Quaternos	1	Quadrada
N.º 11	Papel	287x124 mm		Sénio	1	Semi-Cursivo
N.º 12	Pergaminho	311x237 mm	pelo	Quaternos	2	Semi-Cursivo
N.º 13	Papel e Pergaminho	300x208 mm	pelo	Sénio	1	Semi-Cursivo
N.º 14	Papel e Pergaminho	220x160 mm	pelo	Sénio	1	Semi-Cursivo
N.º 15	Papel e Pergaminho	205x145 mm	pelo	Sénio	1	Semi-Cursivo
N.º 16	Pergaminho	317x240 mm	pelo	Quaternos	2	Quadrada
N.º 17	Pergaminho	84x102 mm	pelo	Quaternos	1	Semi-Cursivo
N.º 18	Pergaminho			Quaternos	1	Quadrada
N.º 19	Pergaminho	325x233 mm	pelo	Quaternos	2	Quadrada
N.º 20	Pergaminho	181x130 mm	pelo	Quaternos	2	Quadrada
N.º 21	Papel	220x147 mm		Sénio	1	Semi-Cursivo

Correiros, adargueiros, guadamecileiros, chapineiros – o estilo mudéjar e o estilo renascentista na Lisboa tardo-medieval e quinhentista

Franklin Pereira¹

Couro: matéria-prima e manufactura

Enquanto matéria-prima de origem animal, o couro sofre muito mais com o tempo e a incúria do que outros materiais com maior resistência; as suas finalidades utilitárias e ornamentais/de luxo não ajudaram à preservação de artefactos, nomeadamente até ao século XV. A escassa e dispersa documentação dos ofícios tem de ser estudada a par de obras que plasmam as estéticas do Medievo – como os baús incisos com florais góticos – ou que as ecoam, como os raros guadamecis – panejamentos, frontais de altar e almofadas –, e, em particular, os estofos em couro bovino, goivado e cinzelado, que despoletaram, mais tarde, a fama dos móveis de assento portugueses. A supremacia do cavalo, no transporte e na guerra, obrigou à abundância de arreios e selas, e estas revelam os dois modos básicos de montar, inseridos em estratégias no campo de batalha; a par da selaria estava a manufactura da adarga, outra herança do Islão peninsular. O tradicionalismo nas técnicas de execução, as modas e a continuidade de alguns ofícios, a par de pinturas de c. 1500 e de dados da etno-arqueologia, acrescentam dados para construir o dia-a-dia da Lisboa medieval e renascentista.

¹ Franklin Pereira tem vindo a investigar as artes e história do couro desde os anos de 1980, incidindo em particular nas cadeiras lavradas e guadamecis; foi bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian no ano de 1996 e recebeu uma Licença Sabática em 1999. Dirigiu diversos ateliers e palestras, tendo publicado livros e artigos sobre o assunto. frankleather@yahoo.com / www.frankleather.com

Judeus, mouros e cristãos nos ofícios do couro, em documentos de 1400 e 1500

D. João III (1521-1557) rectificou, em 1532, “hua carta del Rey dom Joham o segundo” (1481-1495), relativa ao regimento dos “borzeguyeyros çapateiros çoqueiros e chapineyros cortidores çuradores e odreyros”, de 1489; note-se que todos estes artífices trabalham o couro, seja curtindo-o, seja transformando-o no mais essencial e utilitário calçado, ou em contentor para líquidos. Para melhor entendimento, resolvi distribuir os dados deste regimento por assuntos, começando pelos artífices. Fica-se a saber que todos fazem parte do “stprittall de sam Vicente desta muy nobre e sempre leall çydade de lixboa [...]”, onde se reúnem: “[...] fizemos noso cabydo segundo temos de custume” – é frequente o uso do termo “de custume” nos documentos oficiais, mostrando o peso da tradição e a antiguidade; neste caso, o ofício e o seu cabido antecediam o ano de 1489. O documento mostra a participação de artífices mouros, judeus e cristãos no curtume e calçado da época:

“Jtem outrossy acordaram que daquy em diante nhuum cortidor asy mouro como Judeu nem cristam nem outra nhua pessoa nam compre nhua courama asy de guado gramde como de meudo de quallquer sorte que seJa saluo salgada em pilha e doutra guisa nam segumdo custume que sempre foy E quoando a comprar dara parte della a quallquer cortidor da cydade que lha pidir quer a quallquer outro offiçiall do offiçio que na çidade morar [...] E asy faram em çumagre e casca e todas as outras cousas que pera o officyo comprarem”.

Havia, portanto, o costume em comprar peles salgadas em pilha, e não ao retalho; havia também uma partilha das compras – couros salgados, mas também sumagre e casca de árvores –, indiciando um armazém do colectivo oficial.

Outro parágrafo parece ser específico para os sapateiros:

“Jtem outrosy acordaram que nhu mestre christão nem outra pessoa de ssua cassa nom lavrre carneyro preto nem colorado nem o vemda em sua tenda em obra feyta posto que lho outrem dee a vemder ssoamente o poderam laurar em obra bramca quem quyser E tambem podera laurar em çeruyllhas coloradas de carneyro e yso mesmo em obras de moços ate dez annos e mais nam e todo o mais carneyro preto poderam laurar Judeus e mouros em seus çapatos e o nomearam aos compradores por carneyro sob a dita penna”.

Pretende-se evitar que os sapateiros cristãos ou “outra pessoa de ssua cassa” utilizem o couro de carneyro preto ou colorido (tingido) ou o possam vender nas suas

“tendas”; estes mestres cristãos só podiam usar couro de “obra branca” (entende-se na cor natural do couro); o couro colorido só se podia usar em partes não visíveis do calçado (como nas “ceruyllhas”, as partes internas) de crianças até 10 anos. O couro negro de carneiro só podia ser trabalhado (“laurar”) pelos sapateiros mouros e judeus; havia, pois, obrigações quanto à cor do calçado.

Quanto à organização interna, é afirmado o seguinte para o aprendiz:

“Item outrosy acordam que nhum mestre nom tome nhum aprendiz por dinheiro soamente por tempo o qual tempo seraa este que se segue .ss. se ffor moço de dez annos ate doze e dehy pera ffundo dará quatro annos e de lhe vistido segumdo com elle comçertar e doutra guisa nom E se for de mayor ydade de tres annos com o dito vestido segumdo o dito comçerto”.

O aprendiz não recebia salário algum, ficando, se tivesse entre os 10 e 12 anos de idade, a cargo do mestre da “tenda” por quatro anos; se tivesse mais de 12 anos, ficaria a seu cargo apenas três anos; “a cargo” parece significar vestir e estadia.

Adiante, relativamente à divisão de tarefas, diz o documento:

“Item pymeiramente que nhum mestre nem outra nhua pessoa de sua casa nom dee a laurar a nhuu obreiro nem apremdiz as custuras salluo ao Jornal acostumado que sempre foy nem lho daraa a laurar por meses nem mais tempo soamente por dia e o pagaraa ao cabo da somana porque fazendo se doutra guisa as obras nam vão em sua perfeçam nem como deuem em que o pouo Recebe dampno e mais daa lugar aos obreyros e apremdizes nom virem a ser os mestres que deuem por caso das ditas obras e custuras se fazerem assy”.

As costuras dos artefactos – calçado, mas também dos odres? – eram passadas a um jornaleiro, pago ao final da semana; tal evitava faltas na “perfeçam”. Direi eu que as costuras perfeitas se atingem com a repetição, e que o fabrico de um artefacto exige um saber diverso; ou seja, várias tarefas retiravam tempo à qualidade resultante de uma regular prática concentrada.

O parágrafo seguinte indicia a existência de um exame antes que um artífice pudesse abrir a sua própria unidade de produção:

“Item outrossy acordaram que pera o pouo melhor ser seruido e desemguanado na compra que fezer das ditas obras de seus officios que se teuese a Regra e maneira que se tem em todallas outras çidades e villas de fora destes Regnnos que per bem da dita ordenamça sam bem Regidos e suas obras feytas na

perfeçam que deuem pera proveyto e bem da Reepublica a qual ordenança he que nhu obreyro nem aprendijz nom tome temda de qualquer calçado que quiser ffazer sem o primeiro fazer saber aos veedores e Juiz ordenados pelo dito ofiço pera primeiro verem suas obras que querem ffazer e das que bem souberem fazer lhe deixarem vsar liuremente e das outras que nom souberem lhe ser defeso que nom vsem e por assy ser este capitulo tan proveitoso ao bem e proveyto de todos como dito hee”.

Havia, pois, juizes ou examinadores que atestavam a qualidade do executante e quais as peças que ele poderia fazer.

Um outro parágrafo especifica que cada mestre só pode executar as peças que sabe:

“[...] nom laure nem consemta laurar em sua temda nem ffora della outra obra saluo aquella que ele mestre bem souber laurar per suas mãaos pêra que conheça os eros que nas ditas obras se fezerem [...] E também pera que sayba dar Rezam de sy ao mestre dalgus eros que se nas ditas obras pasam quoamdo quer que lhe ffor pergumtamdo por aqueles veedores e Juizes ordenados pello dito officio que ora pera ello emlegemos”.

Havia, portanto, uma eleição de mestres juizes, e uma vistoria regular para inspeccionar a qualidade da manufactura. Continuando a citar: “[...] E sendo achados taaes mestres que elles ffazem ou dam a ffazer alguas obras a quaesquer pessoas as quaes elles mestres nom aprenderam nem sabem ffazer soamente semdo lhe achados em sua temda a vemder ou provamdo se per hua testemunha que elle a vemdeo” incorria em pena – um mestre só podia vender na sua loja os seus próprios produtos.

A participação do oficio em festas implicava reuniões obrigatórias: “[...] todo aquelle que for chamado pelo amdador quer per outra pessoa de mamdado dos veedores e nom quiser vyr nom mostramdo per sy tall Rezam per que deua ser esscuso” era multado. Nestas ocasiões festivas – em particular a Festa de *Corpus Christi* –, o oficio levava “castelos”, refere o regimento; os “castelos” eram estandartes com insígnias profissionais ou o santo padroeiro.

O documento refere ainda os contactos com os mouros curtidores da cidade de Évora:

“E porque se podera acomteçer que alguas vezes vyram mouros deuora quer outras alguas pessoas e comprar estas couramas e prometeram a ssisa em cheo

a seus donos de que este nosso acordo nom tera nhum vigor porque quando os nosos vedores o souberem e lhas fforem embargar dirom que o nam sabiam e que as tomemos pelo preço de guisa que numca poderemos sayr de maaos fforos pidimos a vos senhores que estes mouros e tais pessoas que assy comprarem taes couramas sem licença dos vedores nosos emcoreram na penna neste acordo comtheuda soamente quamdo estes compradores quyserem algua courama leuar desta çydade pera ffora que falem com os ditos vedores e lles lhe daram parte della Irmãamente como a qualquer vizinho da terra”.

Os mouros curtidores de Évora vinham a Lisboa para comprar peles, o que significa haver contacto entre officios; eles tinham de obter autorização das autoridades do officio em Lisboa (os “vedores”), sob pena de multa, para esta compra ser autorizada. Por que se deslocavam tantos quilómetros se também eram curtidores? Haveria outra qualidade ou tipo de peles em Lisboa?

O documento será depois ratificado pelo rei D. Manuel I (1495-1521) em 1497:

“[...] queremdo nos fazer graça e merçe aos borzeguieyros e capateyros e chapineiros da nosa muy noble e sempre leall çidade de lixboa temos por bem e lhe confirmamos estes acordos e pusturas que el Rey dom Joham meu señor cuja alma deus aja”.

Em 1532, há outra confirmação, dada por D. João III; o seu interesse está na frase “[...] e tiramdo as palauras que falão nos Judeus e mouros polos Ja hy não auer”².

Apesar das purgas e conversões forçadas, permaneciam as modas mudéjares, como tapetes e guadamecis nas paredes, estrados atapetados e coxins; com maior significado estão os ornamentos lavrados nos couros das “cadeiras d’espaldas” mais antigas de Portugal, datadas de finais do século XVI.

Curtidores judeus e cristãos – “christãaos como Judeus cortidores” e “asy christãoo como Judeu que curta pelle”³ – também estão referenciados noutro documento, de 1484, igualmente relativo à qualidade das peles de carneiro e do cordovão, que se deviam vender enxutas e não molhadas.

Já anteriormente, em 1465, uma “Ordenaçom da coyrama marroquill”, revelava a antiguidade do curtume: “ora novamente se custuma em a dita cidade fazer cortjmento de coyros marroqujs”, curtume este executado pelos “çapateiros e cortjdores da dicta cidade”; vemos que também os sapateiros participavam no

² *Livro das Posturas Antigas*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974, pp. 324-330.

³ *Ibidem*, p. 160.

controlo do curtume, uma sobreposição de tarefas que, numa postura de 1544 e no “Livro dos Regimentos” de 1572, é reafirmada. Pretendia a postura de 1465 restabelecer a qualidade do curtume de “coyrama de cordouam ou bezeros segundo sempre foy de custume”, evitando falsificações, ao se colocar no mesmo banho “carnejros e cordeiros e cabritos e cabritas”, vendendo estes couros como “cordouãaes”⁴.

O cordovão é simplesmente uma matéria-prima: couro de cabra saído dos tanques de curtume, elaborado com uma receita peculiar; a sua designação é devedora à qualidade do curtume feito em Córdova, como demonstra o parágrafo de Ambrosio de Morales, cronista de Filipe II de Espanha:

“es tanta la ventaja del adereçarse bien los cueros de cabra en Cordoua, que ya por toda Espanã qualesquier cueros de cabra en qualquier parte que se ayan adereçado, se llaman Cordouanes, por la excelencia desta arte, que en aquella ciudad ay”⁵.

As referências ao cordovão datam do início da nacionalidade, e provavelmente a primeira delas é a que se encontra em Coimbra, de 1145; no “Item de zapatariis”; entre “corios bouinos”, “zapatos bonos uacaris”, “zapatos zebrunos et bezerrunos untados”, “zapatos ceruunos”, “zapatos caprunos [...] et carneirunos”, estão os “zapatos uermelios et de cordouam”⁶.

Como afirmou o cronista espanhol, o original foi tão famoso que todo o curtido ibérico de peles de cabra se passou a chamar cordovão. Nada tem a ver com o trabalho artístico, e são muito poucas as peças elaboradas em cordovão que apresentem ornamento. Sendo peles finas mas resistentes, o seu uso fazia-se, como revelam os ofícios do couro no “Livro dos Regimentos” de 1572, em selas, calçado, cintos e adargas.

O regimento dos sapateiros lisboetas, de 1572, estabelecia que os chapins (calçado de sola elevada em cortiça) “serão de feitio portugueses”; já o sapateiro a ser examinado para mestre em “obras de vaca” tinha que executar dois pares de sapatos, um deles era “solados de correa” e o outro “chãos solados aa mourisca”⁷.

Tendo em consideração o Foral de Lisboa de 1179, referindo a presença de mouros no calçado – “E aquele que possuir mouro que seja ferreiro ou sapateiro e

⁴ *Ibidem*, p. 126.

⁵ MORALES, Ambrosio de – *Las antiguedades de las ciudades de Espãna*. 1575. S/ed., p. 110.

⁶ CARVALHO, J. M. Teixeira de – *Taxas dos ofícios da cidade de Coimbra no ano de MDLXXIII*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922, p. 9.

⁷ CORREIA, Virgílio – *Livro dos Regimentos da mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa (1572)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1926, p. 77.

que trabalhar em sua casa, não pague tributo por ele”⁸ –, é de crer que a permanência de mudéjares seja responsável pela continuidade de métodos de trabalho até ao século XVI, pelo menos. Permaneciam, assim, técnicas antigas no fabrico de calçado – talvez anteriores à *Reconquista*, sabendo-se como os métodos arcaicos continuavam nos ofícios, por força da sua eficiência e tradição –, a par dos agora chamados portugueses.

O trabalho das mulheres

Vale a pena uma referência à presença do trabalho feminino nos ofícios do couro, já que muito pouco existe sobre o assunto.

O inventário de João Brandão refere o trabalho das mulheres no curtume: “60 mulheres que não fazem outra coisa senão coser peles para encher de sumagre”⁹.

O autor incluiu essas mulheres num capítulo específico sobre as profissões femininas. Chegando o sumagre por cavalo ou barco, já ensacado, faz sentido entender que se usava em Lisboa o método de curtir peles em saco, com o líquido do sumagre despejado para o seu interior.

Na Índia, aquando de uma das visitas aos curtumes da cidade de Kolhapur, no estado de Maharashtra, pude ver duas mulheres a coser, com longas folhas, peles de bovino¹⁰. Os couros, em grandes sacos, recebiam o líquido curtiente pelo gargalo, antes de serem pendurados em linha¹¹.

Um trabalho semelhante passava-se, em inícios do século XX, nos curtumes em Guimarães: descrevendo o método usado na fábrica da Corredoura, A. L. de Carvalho refere que “as mulheres cosem os couros pela barriga, apenas deixando uma garra aberta para o enchimento do adubo do sumagre”; à frente, esclarece que “um funil de madeira, denominado *cabaço*”, era utilizado para deitar dentro uma porção de sumagre já moído, seguido do líquido do tanque. Na descrição, afirma-se que tais sacos são batidos com “rôdos de madeira”, de duas em duas horas, durante oito dias; depois são esvaziados e voltados a encher com nova dose; o autor afirma que o dono da fábrica tem “um sarilho de madeira para guindar os couros e pô-los ao alto em uma grade sobre o lagar, a escorrer”¹².

⁸ CAETANO, Marcelo – *Administração municipal de Lisboa durante a Primeira Dinastia: 1179-1383*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 101.

⁹ BRANDÃO, João – *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 209.

¹⁰ PEREIRA, Franklin – “Bag tanning and artistic sandal making at Kolhapur (India)”. in *Newsletter*. Stroke-up-Trent: Archeological Leather Group. 35 (Março 2012 A), p. 11.

¹¹ PEREIRA, Franklin – *Ofícios do couro na Lisboa medieval*. Lisboa: Editora Prefácio, 2009, p. 34.

¹² CARVALHO, A. L. de – *Os mesteres de Guimarães*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1942, pp. 104-105.

Num artigo recente sobre a Corredoura, lê-se que o trabalho das mulheres no curtume incluía as costuras, e as peles, cosidas, eram penduradas¹³.

Semelhante método encontra-se descrito para a Córdoba tardo-medieval, e fico na dúvida se será herdeiro do que existia na época islâmica:

“[...] muchos cueros eram *cosidos* [...] o sea, cosidos con largas puntadas, que seguían la línea de las ijadas y garras y así pasaban a ser introducidos en el noque, rodeados de la materia curtiente apropiada, para recibir la segunda fase de su tratamiento [...] Pasado el tiempo necesario para que la piel hubiera absorbido con suficiente garantía las materias curtientes, el cuero era sacado de los noques y, en su caso, descosido, para ser después bien *lavado* [...]”¹⁴.

Temos, assim, uma ponte entre Lisboa e Córdoba tardo-medievais, Guimarães, e a Índia, onde as fábricas actuais de curtumes nos proporcionam visionar como seria em Portugal esse método antigo.

O Regimento lisboeta de 1572 exigia solas com “fio de linho canaue de cordoeiro, ou fiado em casa per suas mulheres”¹⁵; as mulheres participavam, pois, na manufactura do calçado.

A arte do guadameci em Lisboa

A técnica ornamental de decorar o couro chamada de guadameci implica cobrir o couro de carneiro com folha de prata, pintar o motivo delineado com cores de óleo, usar um verniz dourado – que dá à prata as tonalidades do ouro –, e texturação com pequenas punções metálicas (ponto, ponto raiado, círculo perlado e raiado, triângulo ponteados, quadrado de linhas paralelas).

O termo guadameci deriva do árabe “wad’ al-másir”¹⁶, ou do árabe hispano “gueld al-másir”¹⁷, o que enfatiza a sua criação no al-Andalus; contudo, apenas um chapim – de factura muçulmana granadina, ou já mudéjar –, exposto no Museu

¹³ PINTO, Elisabete – “As pilhadeiras da Corredoura”. in *Veduta/Revista de estudos em Património Cultural*. Guimarães, 6 (2012), p. 11.

¹⁴ CÓRDOBA DE LA LLAVE, Ricardo – *La industria medieval de Córdoba*. Córdoba: Ed. la Caja, 1990, p. 169.

¹⁵ CORREIA, Virgílio – *Livro dos Regimentos da mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa (1572)*, p. 79.

¹⁶ PEZZI, Elena – “El cuero en el atavío árabe medieval: su huella en la España cristiana”. in *Cuadernos de la Biblioteca Española de Tetuán*. Tetuán: Biblioteca Española de Tetuán (Junho-Dezembro 1980)/Separata (I):136; 1990: 74.

¹⁷ SOLER, Anna – “Cordobanes y Guadamecies”. in *‘L’Art en la Pell: cordovans i guadamassils de la col.lecció Colomer Munmany*. Barcelona: Fundació la Caixa/Generalitat de Catalunya, 1992, p. 146.

do Alhambra¹⁸, mostra a qualidade do trabalho no século XV: motivo animal e estilização floral (partilhados com outras artes), puncionamento (ponto, triângulo ponteados), folha de prata e verniz dourado. Estes elementos – partilha de estéticas, ferramentas, suporte – ir-se-ão manter na arte.

O inventário “Grandeza e Abastança de Lisboa”, de 1552, refere os guadamecis do seguinte modo:

“entram também dois mil panos de guadamecis, em cada um ano, que valem por muitos preços, ou seja, deles a dois mil e quinhentos, e deles a três mil, e quatro mil. E porque entram algumas guardaportas, ponho todos, uns por outros, a dois mil e quinhentos réis, cada pano, que valem doze mil cruzados”.

Além dos “panos”/cobertas de parede – cujo preço se situava nos 2.500, 3.000 e 4.000 réis –, entravam também guardaportas, isto é, molduras largas das portas. Linhas adiante estão referidos os coxins: “também entram mil pares de coxins, que valem por muitos preços; e ponho-os a oito tostões o par, que são dois mil cruzados”¹⁹. Tenho dúvidas que o verbo “entrar” se refira apenas a obras chegadas de fora de Lisboa (espanholas incluídas), pois o autor, João Brandão, contabiliza a existência de 30 guadamecileiros a trabalhar na cidade; onde está, então, a listagem das obras locais? Assim, “entrar” significará entrar no inventário.

O regimento do ofício, de 1572, mostra a permanência das modas mudéjares no exame para mestre. O oficial teria de elaborar um “pano” com trinta e duas “peças”/rectângulos, e depois montá-lo “em tal maneira que se possa armar e ver a perfeição” da obra final; teria de executar também dois coxins, indispensáveis no típico “sentar-se à mourisca”. O regimento explicita que as peles eram cobertas de folha de prata, o dourado era dado pela “douradura”/verniz dourado, havia texturação – pois que o documento de 1572 fala em “granir”, de grão –, recorria-se aos motivos “ao brocado”, e os guadamecis eram pintados com “carmesim, verde, pardo, azul e branco”²⁰.

Uma grande encomenda, elaborada em Córdova em 1525 e vinda para Lisboa – por mim já estudada nesta revista²¹ –, mostra de novo o uso do guadameci nos

¹⁸ MATILDA ANDERSON, Ruth – “El chapín y otros zapatos de la Alhambra”. in *Cuadernos de la Alhambra*. Granada, 5 (1969), p. 20, e imagens XI a XVIII; PEREIRA, Franklin – “Identidade e memória nas artes do couro de linhagem ibero-muçulmana”. in *Actas do I Seminário Internacional de Memória e Cultura Visual/ Póvoa do Varzim, 2007*. Póvoa do Varzim: AGIR/Associação para o Desenvolvimento Sócio-Cultural. 2008, p. 209.

¹⁹ BRANDÃO, João – *Grandeza e abastança de Lisboa...*, p. 51.

²⁰ CORREIA, Vergílio – *Livro dos Regimentos*, p. 94.

²¹ PEREIRA, Franklin – “O comércio de “couro dourado”/guadameci entre Córdova e Lisboa: um contrato de venda de 1525”. in *Medievalista* [Online], 13 (2013), pp. 1-30. Disponível em <http://medievalista.revues.org/551>; consultado a 14 de Maio de 2014.

interiores da época; além dos panejamentos e coxins – “nueve paños de guadamecí grandes de a treinta y dos piezas cada uno de oro y plata y colorado [...] y veinte y seis cojines colorados y de brocado con acenefas de oro y plata” –, os artistas cordoveses aplicavam o guadameci em frontais de altar: “seis frontales de imaginería con sus acenefas y piezas de brocado”. Além dos ornamentos florais genericamente denominados “ao brocado”, o couro prateado servia como suporte da pintura, provavelmente de cariz católico ou devocional – já que se trata de frontais de altar –, chamada de “imaginería”.

O relato dos cavaleiros italianos Tron e Loppomani, chegados a Lisboa para cumprimentar Filipe II de Espanha pela conquista de Portugal, revela a beleza da produção citadina, e a alternância sazonal entre os guadamecis e as tapeçarias:

“ornam-nos (os palácios), porém, de tal modo que na verdade ficam magníficos. Costumam forrar os aposentos de rasos (panos de lã), de damascos, e de finíssimos rases (panos de rás, tapeçarias) no inverno, e no verão de couros dourados mui ricos, que se fabricam naquela cidade”²².

A falta de guadamecis clássicos é enorme em Portugal; serve, contudo, a pintura de c. 1500 para visionar os guadamecis de parede, pois a representação pictórica dos “panos d’armar” mostra-os muitas vezes divididos em rectângulos. Ora, os brocados em seda ou as tapeçarias não necessitavam de se cingir a tais formas reduzidas, podendo uma peça única ocupar muita superfície. É assim que entendo estes exemplos nas pinturas antigas, e passo a comentar três casos que servem para se entender motivos, cores e texturação.

Atrás da figura na pintura “D. João I”, do século XV, está um guadameci, formado por vários painéis. Os típicos brocados terão inspirado o guadamecileiro, tendo aqui usado como módulo um círculo com flor de sete pétalas em arco contra-curvado, folhagem aparentada ao acanto, e flor de lírio. Olhando de perto, entende-se quais as punções utilizadas – ponto e quadrado com linhas paralelas –, e que eram correntes nas obras tardo-medievais.

Semelhante divisão em rectângulos com motivo floral muito simples encontra-se como fundo na pintura “O Bom Pastor”, de Frei Carlos, datável do século XVI. Na pintura “Cristo atado à coluna”, também do século XVI, atrás do Cristo, e ladeado pelos “panos d’armar” em têxtil, estará um painel de guadameci. Se os tecidos laterais vermelhos estão ondulados, por que razão o painel central –

²² VITERBO, Sousa – “Tapeçarias”. in *Artes e Artistas em Portugal: contribuições para a história das artes e indústrias portuguesas*. Lisboa: Livraria Ferin, 1920, p. 72.

de fundo verde e motivos florais dourados – foi pintado plano? Provavelmente será um guadameci, constituído por vários “panos”.

Móveis de assento

A alteração de modas e cânones no conforto dos interiores, com o influxo do Renascimento, levou ao desvanecer do “sentar-se à mourisca”, em estrados atapetados e almofadas, e ao ornamento das paredes, nomeadamente dos “panos d’armar”, sejam tapeçarias, sejam guadamecis. Inicialmente restrita para os nobres e eclesiásticos, a cadeira foi-se tornando mais usual nos dois países ibéricos saídos da *Reconquista*. O uso do couro como estofa teve preponderância na produção portuguesa, contrariamente à espanhola, de acordo com o que existe publicado e se encontra em museus. A qualidade artística do couro lavrado levou à sua exportação para Espanha, onde se encontram algumas cadeiras, datadas de finais do século XVI a XVIII²³.

Passado a papel em 1572, o regimento dos correiros lisboetas refere a “cadeira de espaldas” como obra a exame, entre diverso tipo de arreios (mas não selas) e contentores (caixa e almofreixe). Adiante, no capítulo 13, refere o documento outras peças pertencentes ao ofício; entre outros apetrechos para o equino, e contentores para armas brancas, estão “as cadeiras de qualquer sorte”. Esta referência, atendendo à organização oficial da época, deve ser entendida como trabalho em colocar os estofos e tratar da sua gravação. Também “de qualquer sorte” não significa modelos à livre elaboração dos carpinteiros; é exactamente o regimento dos carpinteiros que esclarece: “hua cadeira muito bem feita cõ sua largura conforme se costumaua fazer” (obra de exame) e “cadeiras quebradiças cõ sua ferragem e sem ella, e assim todas as outras cadeiras que se costumão fazer”. Esse “costume”, ou o modelo oficial, estava padronizado: “terão [os juizes] as medidas de grandura [...] assi das cadeiras de espaldas e rasas como erão antiguamente, as quaes medidas lhe serão dadas da camara de grãdura antigua marcadas da marca da cidade”²⁴.

Havia, assim, medidas estabelecidas, vistoriadas e marcadas com “a marca da cidade” (possivelmente uma punção de metal com a “nao” dos corvos, como está no brasão de Lisboa); essas medidas eram antigas, o que permite considerar os modelos quinhentistas – cadeiras em linhas rectas e espaldar largo, e os seus couros lavrados, mais arcaicos – como devedores aos móveis de assento da época medieval.

²³ PEREIRA, Franklin – *O couro lavrado no mobiliário artístico de Portugal*. Porto: Lello e Irmão, 2000, pp. 175-203; idem – *As cadeiras em couro lavrado e os guadamecis do Museu de Pontevedra*. Pontevedra: Museu de Pontevedra, 2000, pp. 222-242; idem – “Cueros artísticos en el Museo Arqueológico Nacional”. in *Boletín del Museo Arqueológico Nacional*. Madrid: Ministério de Cultura. 20 (2002), p. 239.

²⁴ CORREIA, Virgílio – *Livro dos Regimentos*, pp. 115, 117 e 118.

A referência a cadeiras “quebradiças” mostra também que, em Lisboa, estava em uso tal tipo de assento de dobrar, provavelmente semelhante ao modelo quebradiço referido no regimento do ofício no Porto da mesma época.

Seria a versão “quebradiça” o modelo de cadeira equivalente à espanhola “silla de caderas”? Os exemplares espanhóis mais antigos repetem a estrutura em X ondulado; um exemplar elaborado no Sultanato de Granada, no século XV, tem o couro bovino lavrado com o brasão da dinastia nazarí e motivos da época (partilhados com o têxtil, estuque e cerâmica), e embutidos arabizantes na madeira²⁵. Tal tipo de cadeira continuou em uso, sem embutidos e com talha renascentista; o couro passou a ser lavrado (com goiva em V cortante) com folhagem ampla, muito afastado do mudéjar e do requinte da gravura portuguesa. Esse modelo de cadeira também foi usado em Portugal, como mostra uma escultura representando S. Pedro²⁶; uma iluminura do *Livro de Horas de D. Manuel*²⁷ repete o mesmo modelo, sendo de presumir que o escuro do espaldar significa ser em couro, fixo à estrutura por cravos.

Os “silleros” granadinos podiam, além do estofado, tratar da estrutura em madeira (e incrustações eventuais), mas, em Portugal, tal estrutura era obra exclusiva dos carpinteiros.

O “sillón frailer” espanhol da mesma época é estruturalmente aparentado à “cadeira de espaldas” portuguesa; o estofado em couro destas cadeiras é de ornamentação muito simples, e nada tem a ver com as congéneres portuguesas da mesma época.

Serão tais estofos lavrados os iniciais da saga da cadeira portuguesa. Nalgumas cadeiras de inícios do séc. XVII, sem braços, mais leves e menos largas, permaneceu pontualmente alguma da estética arcaica.

O estilo mudéjar na arte do couro lavrado português tem um roteiro que cobre quase todo o país, o que indicia uma expansão e vinco de pertença a uma cultura. Esse percurso artístico passa pelo Museu Nacional de Arte Antiga²⁸, antiquários lisboetas “Galeria da Arcada” e “Andrade”²⁹ (Lisboa), Palácio Nacional de Sintra,

²⁵ PEREIRA, Franklin – *As cadeiras em couro lavrado...*, p. 245.

²⁶ ARTES decorativas portuguesas no Museu Nacional de Arte Antiga, séculos XV a XVIII. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 1979, p. 33.

²⁷ MARKL, Adalberto – *Livro de Horas de D. Manuel*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983, estampa 5.

²⁸ MOBILIÁRIO português – roteiro. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 2000, p. 50; PEREIRA, Franklin – “Las influencias del Califato de al-Andalus en los cueros labrados de Portugal del siglo XVI”. in *Mil años de trabajo del cuero. Actas del II Simposium de Historia de las Técnicas*. Córdoba: Sociedad Española de Historia de las Ciencias y de las Técnicas – Universidad de Córdoba. 2003, pp. 504, 505 e 513.

²⁹ PEREIRA, Franklin – *O couro lavrado no Museu Municipal de Viana do Castelo: da arte “mourisca” à época barroca*. Viana do Castelo: Museu Municipal, 2000, p. 69, imagem 4 e).

Paço Ducal de Vila Viçosa³⁰, Museu dos Patudos³¹, Igreja de S. Pedro (Óbidos), Igreja de Santa Eufémia de Chancelaria (Torres Novas)³², Casa-Museu Guerra Junqueiro³³, Fundação Guerra Junqueiro³⁴, Museu Nacional de Soares dos Reis³⁵, Casa do Infante, Mosteiro de Tibães, Museu dos Biscainhos³⁶ e Museu Municipal de Viana do Castelo³⁷; as trocas comerciais levaram a exportações de cadeiras, e várias portuguesas – incluso uma peça mudéjar –, encontram-se no Museu de Pontevedra³⁸. A maioria destas cadeiras foi o núcleo principal (e inspirador) da tese de mestrado defendida em 2005, com o título *O couro e o Islão na Península Ibérica*³⁹.

As quatro cadeiras em Lisboa

Um problema do mobiliário é, como o termo indica, a sua mobilidade: vendia-se, transitava de mãos e de geografia, passava de moda e muitas vezes eliminava-se. Apesar dos regimentos quinhentistas lisboetas exigirem a marca da cidade – a nau – e da oficina produtora, nunca encontrei em qualquer cadeira tal desenho punccionado, nem os estudos publicados apresentam essas valiosas indicações;

³⁰ PEREIRA, Franklin – *O couro lavrado no mobiliário artístico de Portugal*, p. 14.

³¹ PEREIRA, Franklin – “Couros artísticos nos interiores abastados do séc. XVII de Arraiolos e Montemor-o-Novo”. in *Almançor*. Montemor-o-Novo, 1-2ª série (2002), pp. 156; idem – “História e histórias – uma leitura do couro lavrado no Museu dos Patudos (Alpiarça)”. in *Nova Augusta*. Torres Novas, 23 (2011), pp. 160-162.

³² PEREIRA, Franklin – “Couros artísticos nos interiores abastados do séc. XVII de Arraiolos e Montemor-o-Novo”, p. 159; idem – “Las influencias del Califato...”, p. 513, fig. 12; idem – “Identidade e marcas de cultura – a propósito de uma cadeira em couro lavrado na igreja de Santa Eufémia da Chancelaria (Torres Novas)”. in *Nova Augusta*. Torres Novas, 21 (2009), pp. 143-153.

³³ PEREIRA, Franklin – *O couro lavrado no mobiliário artístico de Portugal*, pp. 88 a 90; idem – *As cadeiras em couro lavrado...*, p. 45; idem – *O couro lavrado no Museu Municipal de Viana do Castelo*, pp. 223 e 231; idem – “Couros artísticos nos interiores abastados...”, p. 155; idem – “Arcaísmo y continuidad: la arqueología medieval como herramienta para entender las artes del cuero labrado portugués del siglo XVI-XVII”. in *Férvedes. Actas del I Congreso Internacional de Arqueología de Villalba, Junio 2008*. Villalba: Museo de Prehistoria e Arqueología de Vilalba. 5 (2008), pp. 467 e 468.

³⁴ Idem – “Arcaísmo y continuidad”, p. 466.

³⁵ Idem – “Las influencias del Califato...”, pp. 505 e 514; idem – “Identidade e memória nas artes do couro...”, p. 212; idem – “Arcaísmo y continuidad...”, p. 470.

³⁶ Idem – *Na senda do passado: o couro lavrado no mobiliário português do período barroco (séculos XVII e XVIII)*. [Lisboa]: Instituto Português de Museus / Museu dos Biscainhos, 1997, pp. 19 e 20.

³⁷ Idem – *O couro lavrado no Museu Municipal de Viana do Castelo*, pp. 43 a 55; idem – “Leather decoration tools of the Iberian tradition since the 13th century”. in *Tools and Trades*. Bath: The Tool and Trades History Society. 12 (2000), pp. 9, 12 e 13; idem – “Las influencias del Califato...”, pp. 504 e 512; idem – “O couro e o Islão na Península Ibérica: identidade cultural, pedagogia e património. Reflexões em torno de uma tese de mestrado”. in *Ensinarte/Revista das artes em contexto educativo*. Braga, 10 (2007), p. 25; idem – “Identidade e memória nas artes do couro...”, p. 210; idem – “Arcaísmo y continuidad...”, p. 469.

³⁸ Idem – *As cadeiras em couro lavrado e os guadamecis do Museu de Pontevedra*, pp. 230 e 231; idem – “Arcaísmo y continuidad...”, p. 468.

³⁹ Idem – “Leather and Islam in Iberian Peninsula-Thesis abstract”. in *Leather Artisan*. Nova Zelândia: New Zealand Leathercrafters Association, 117 (Dezembro 2005), pp. 10-11; idem – “O couro e o Islão na Península Ibérica...”, pp. 22-33.

mesmo assim, como capital do reino, é de considerar Lisboa como o principal centro produtor, e com correeiros – onde se incluíam os gravadores do couro – estabelecidos há muitos séculos. As quatro cadeiras aqui em estudo – uma no MNAA, outra no Palácio Nacional de Sintra, e duas nos antiquários “Galeria da Arcada” e “Andrade” –, datáveis de finais do século XVI/inícios do século XVII, emparceiram com as outras na qualidade e diversidade do mudéjar português.

Estruturalmente fixos em cadeira de espaldar rectangular largo, os estofos da cadeira do MNAA (Figs. 1 e 2) foram lavrados com goiva em “v” cortante; apresentam diversos aspectos da arte mudéjar: triângulos escalonados, obtidos por curvas cinzeladas, que estão colocados à esquerda e à direita da larga moldura; moldura em esquema de espiral, colocada em alternância, com rameados, com um “anel” em cada canto; aspecto de folhas em “caracol”, que se encontra no rameado do espaldar; duas pequenas palmetas no desenho interno do espaldar; flor de oito pétalas no centro do assento, donde saem quatro palmetas na direcção das diagonais.



Fig. 1 – Espaldar.



Fig. 2 – Assento.

Outras duas cadeiras repetem esta cercadura; uma está na Igreja de Santa Eufémia de Chancelaria (Torres Novas) e outra na Casa-Museu Guerra Junqueiro. Não é garantido que tais lavrados tenham sido obra da mesma oficina; provavelmente, os elementos estéticos, em particular as molduras, eram partilhados entre oficinas.

Os triângulos escalonados como moldura exterior, à esquerda e direita, constituídas pela justaposição de curvas cinzeladas, lembram as ameias da Mesquita de Córdoba, de Madinat' al-Zahra, de Khirbat al-Mafjar e em janelas e balaustradas do palácio de al-Hayr al-Garbi (século VIII, também omíada); tal recurso da arquitectura muçulmana parece provir de esquemas médio-orientais dos séculos I-II a. C., herdados/reformulados pelo extenso império omíada do século VIII, e que mais adiante volto a referir, ao falar da selaria lusitana.

Já as palmetas rameadas encontram-se em mármore de Madinat' al-Zahra, e nos mosaicos da abóbada do nicho de oração da Mesquita de Córdoba (ampliação de al-Hakam II). Antecedendo os seus usos no al-Andalus, encontram-se no Palácio de Khirbat al-Mafjar (início do século VIII, também omíada), na Palestina.

Quanto à estrutura de curvas onduladas, como espirais colocadas alternadamente, onde assentam rameados estilizados, é um esquema também arcaico; desaparece com o Renascimento, sendo trocado pela folha estilizada de acanto.

Relativamente ao aspecto de folhas em “caracol”, é outra recriação mudéjar da estilização vegetalista já vista nos desenhos que acompanham “suras” (versículos) do Corão; alguns exemplos datam dos séculos XI e XII, de produção taifa, almorávida e almóada do al-Andalus.

No antiquário “Galeria da Arcada”, em Lisboa, entre as várias cadeiras expostas, encontrei uma “d’espaldas” (**Fig. 3**) bastante intacta. A estrutura em madeira da cadeira é, tal como outras, uma excelente réplica; os cravos serão, no entanto, os originais, cujo desenho “aos gomos” foi abandonado nos inícios do século XVII, passando a usar-se cravos de cabeça em meia esfera.

O espaldar (**Fig. 4**) apresenta os cânones correntes do prolongamento da estética mudéjar no século XVI/inícios do século XVII: nove triângulos escalonados, à esquerda e direita da moldura, estando esta elaborada por estilização vegetalista assente em SS, produzindo, nos quatro cantos, uma folha com semelhanças com a palmeta. O brasão central, sob o elmo, encerra um vaso de flores. No rameado que rodeia o brasão, encontram-se folhas em “caracol”, sendo outro aspecto mudéjar da estilização vegetalista. Neste espaldar, além da tradicional goiva em “v” cortante, o artífice gravador usou um cinzel não-cortante em curva (empregue para formar os triângulos laterais), uma punção de bola pequena (apresenta-se entre cada curva dos triângulos), um outro cinzel de curva pequena (encontra-se nos rameados), e uma punção de grande bola (marcada no brasão central).



Fig. 3



Fig. 4

Quanto ao assento (Fig. 5), no medalhão central, ovalado, dispõem-se exteriormente quatro grandes palmetas estilizadas (fácil mas erradamente lidas como flor-de-lis). A larga moldura rectangular repete uma estrutura semelhante ao espaldar: estilização vegetalista inscrita em SS, com o que parece uma palmeta nos quatro cantos; à esquerda e à direita encontram-se nove triângulos escalonados, obtidos pela justaposição de curvas cinzeladas. Um cinzel curvo foi também usado

para gravar o ornamento interno do medalhão, das palmetas e das pequenas flores entre estas; um outro cinzel curvo, pequeno, foi utilizado para decorar interiormente os “anéis” donde brotam as quatro palmetas e o centro de medalhão floral; uma punção de ponto foi aplicada no centro destes “anéis”. Note-se que o assento foi cosido a um outro couro, tornando-o funcional e salvando-o da eliminação.



Fig. 5

Na Fundação Guerra Junqueiro (Porto) encontram-se, retirados da estrutura, um espaldar e um assento (ambos bastante secos e usados) semelhantes aos desta cadeira, e fazendo par; o espaldar distingue-se apenas no brasão central, e está lavrado com as armas de Pereira de Castro; não é de eliminar a hipótese em haver rameados desenhados de antemão, que servissem para rodear qualquer elemento identificativo do proprietário/encomendador, neste caso o seu brasão.

Quanto ao assento da cadeira em Lisboa, existem pequenas diferenças na gravura na peça no Porto: as pontas das palmetas, à esquerda e direita, não tocam na moldura; as flores entre as palmetas não são as mesmas. É fácil admitir que estes lavrados e os da cadeira no Porto são obra de uma mesma oficina, sem colocar de lado a hipótese em serem obra de oficinas diferentes, partilhando a mesma estética.

No antiquário Andrade encontrei, anos atrás, uma outra cadeira, repetindo a estrutura de peça da Fig. 3, mas em pau-santo e com os pés torneados. O lavrado foi realizado por cinzelagem e puncionamento, e não por goiva em V. No espaldar, entre enrolamentos renascentistas, está o brasão dos Bettencourt; aliás, fui informado que o conjunto de doze cadeiras veio do palácio pertencente a essa família, em Angra do Heroísmo, sendo um outro exemplo de encomenda personalizada. O lavrado a cinzel e punções mostra ainda o uso de esquemas antigos: moldura de

ondas, encordado de dois cabos na moldura superior e inferior do espaldar, e, à esquerda e à direita, uma fileira de triângulos escalonados cinzelados. O recurso a esta moldura (inferior e superior), ladeada por um triângulo escalonado muito incompleto, indicia que o gravador tinha para estofar esta coleção de cadeiras, mas o seu desenho tinha sido elaborado para uma estrutura de menor altura; daí que tenha colmatado esta falta com esse encordado, e acrescentando mais três curvas na borda lateral (esquerda e direita)⁴⁰.

A moldura de ondas é um motivo que se encontra em peças antigas – ourivesaria da Idade do Bronze, mosaico romano, arte taifa do século XI – e se manteve na manufactura popular, como vi em safões em Aroche (Andaluzia)⁴¹.

Estas três cadeiras emparceiram com outras, e permitem acrescentos à cultura do Gharb al-Andalus. Já a cadeira do Palácio Nacional de Sintra, semelhante àquela da **Fig. 3** (mas bastante deteriorada pelos séculos), é um caso que me levanta apenas dúvidas quanto ao lavrado “infantil” dos felinos. O espaldar rectangular mostra dois grandes felinos com cauda mesclando-se com a folhagem. Já o assento (**Fig. 6**) tem grandes rameados e enrolamentos que se desenvolvem a partir de uma palmeta; quatro caules centrais terminam no motivo milenar da flor quadripétala sobre quadrado, módulo este usado em imensas manufacturas – pré-islâmicas, islâmicas, góticas, renascentistas, barrocas, e dos últimos decénios –, e ao qual já dediquei alguns estudos⁴². Todos os desenhos foram lavrados com goiva em “V” cortante; um cinzel curvo foi usado para as curvas repetitivas de encordados dentro dos enrolamentos.

Qual a razão em ser o couro dominante como estofa em Portugal? As estéticas destas cadeiras permitem considerar uma produção de couros decorados – baús, guadamecis, aljavas – e outras produções da elite – sedas, marfins, estuques – no Gharb al-Andalus, cujo manancial artístico permaneceu durante as dinastias norte-africanas dos almorávidas e almóadas, nos reinos das Taifas, e sobreviveu às imposições dos novos senhores cristãos. É de considerar que, mais do que nas terras que se iriam tornar espanholas, no Gharb o couro era mais usual no requinte decorativo.

⁴⁰ PEREIRA, Franklin – *O couro lavrado do Museu Municipal de Viana do Castelo*, p. 69.

⁴¹ PEREIRA, Franklin – “A arte dos pastores do sul peninsular: arquétipos em final de estrada”. in *Actas das III Jornadas Internacionais de Vestígios do Passado/Almeida 2007*. Póvoa do Varzim: AGIR/ Associação para o Desenvolvimento Sociocultural, 2007, p. 220; idem – “A sul do rio Mondego. Arcaísmo, simbologia e transmigração de ornamentos nas artes populares do sul ibérico”. in *A Cidade de Évora*. 2ª série, nº 7 (2009), p. 542; idem – “*Eqqus cursare* – uma viagem a partir do Festival Anual do Cavalo na Golegã”. in *Nova Augusta*. Torres Novas, 22 (2010), p. 177, fig. 18-A.

⁴² PEREIRA, Franklin – *O couro lavrado do Museu Municipal de Viana do Castelo*, pp. 50-53; idem – “A grande viagem da flor quadripétala: um estudo a partir da fíbula da escultura “Nossa Senhora do Ó” do Museu Municipal Carlos Reis/Torres Novas”. in *Nova Augusta*. Torres Novas, 24 (2012), pp. 183-196; idem – “Estéticas em trânsito: a partilha do ornamento da cerâmica do Gharb al-Andalus com outros artefactos”. in *Arqueologia Medieval* 12 (Outubro 2012), pp. 193-194.



Fig. 6

Contrariamente aos raros exemplos de base arabizante nas “sillas de caderas” em Espanha – e das encadernações mudéjares –, os estofos portugueses continuam os padrões mais antigos. Esta série de cadeiras em couro lavrado vem dar ênfase ao estudo da arte islâmica peninsular, em particular àquela mais antiga, de linhagem médio-oriental, pois que “The important role played by imperial Umayyad artistic styles and traditions in the formation of Islamic art in the Iberian península (that occupied by Spain and Portugal) cannot be sufficiently stressed”⁴³. Temos, assim, em causa a ornamentação mudéjar do couro português, e não a fama e o mito criados em torno de Córdoba.

Desmembrado o Califato, é de recordar que “[...] un bon nombre de ses artists durent émigrer [no início da época das taifas] dans les grandes villes de province ou l’art venu de Cordoue s’était depuis longtemps implanté et ici accédaient à la dignité de capitales politiques”⁴⁴. O autor refere a produção artística de Granada, Saragoça, Sevilha, Málaga, Toledo e Almería, mas nenhuma metrópole no território que foi tomado pelos portugueses. É possível considerar que as estéticas dos referidos estofos eram corrente nas cortes de Coimbra, Santarém, Lisboa, Évora, Beja, Faro ou Silves, na esteira da magnificência de Córdoba. Seja porque os artífices eram mudéjares, seja porque era costume ou tradição utilizar tais motivos – herdados de várias “linhagens” artísticas –, o couro decorado permaneceu quase obra de um “micro-clima”, uma matéria-prima de gramática arcaizante cronologicamente “atrasada”, quando já se aproximava a Renascença.

Muitos destes esquemas foram remetidos às manufacturas populares marginais (em chifre, couro, cabaça, madeira, cerâmica), sobretudo no Alentejo.

⁴³ ETTINGHAUSEN, Richard; GRABAR, Oleg; JENKINS, Marilyn – *Islamic Art and Architecture: 650-1250*. Yale: Yale University Press. 2001, p. 91.

⁴⁴ TERRASSE, Henri – “Notes sur l’art des reyes de Taifas”. in *Al-Andalus/revista de las Escuelas de Estudios Árabes de Madrid y Granada*. Madrid. XXX-I (1965), p. 177.

Baús góticos

Elaborados na época gótica, encontram-se em Portugal – Tesouro da Sé de Braga, Casa do Infante, Museu Nacional Machado de Castro, Museu Nacional de Arte Antiga, coleção particular em Lisboa – alguns baús cobertos de couro fino, tingido de castanho-escuro. O grão do couro mostra ser cordovão.

A forma tronco-piramidal é constante, assim como as ferragens, a pega e o ornamento do couro. A decoração, ferramental e modelo parecem ter sido muito correntes na época; o mesmo repete-se noutros baús, com imagens publicadas em livros espanhóis⁴⁵. Mesmo não sendo obras de uma mesma oficina, indiciam um tamanho e estética obrigatórios, ou seja, havia cânones oficiais e prescrições dos ofícios, assentes na tradição verbal; dir-se-ia haver um motivo-padrão, a ser repetido, e adaptado ao tamanho pouco variável da arqueta; contrariamente aos lavrados posteriores das cadeiras tardo-medievais, o ornamento praticamente não varia, e não é devedor a qualquer legado islâmico.

A arqueta gótica do MNAA está incisa com círculos concêntricos raiados com folhas, e outros ramos no exterior; o fundo foi texturado com o “fosco” de grão, como se vê no detalhe (Fig. 7); esta punção de granulado – um ou mais pontos côncavos – manteve-se depois nos lavrados renascentistas e barrocos. A imagem publicada pelo MNAA⁴⁶ não revela a minúcia do lavrado com faca de incisão.



Fig. 7

⁴⁵ *Arte en la piel – Colección A. Colomer Munmany*. Madrid: Fundación Central Hispano / Museu de l'Art de la Pell, 1998, pp. 43, 46, 47, 48, 53, 55.

⁴⁶ *Os móveis e o seu tempo – mobiliário português do Museu Nacional de Arte Antiga, séculos XV a XIX*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 1985, p. 37.

É de salientar a arqueta de colecção particular em Lisboa (**Fig. 8**); repetindo a pega e as ferragens da outra peça, a sua forma é prismática, e tem dois compartimentos, cada um com a sua tampa e respectiva fechadura. O lavrado do couro fino insere-se também no Gótico, mas é mais diversificado nas ramagens em círculo e nos florais internos, como se vê num detalhe (**Fig. 9**).



Fig. 8



Fig. 9

Relativamente às ferramentas para lavar o couro fino, o artífice usou uma faca de incisão – a lâmina pouco cortante abre um sulco no couro – e uma punção de pequena bola para o granulado do fundo do lavrado; este trabalho foi recriado na **Fig. 10**, usando uma faca de incisão (com ou sem suporte para o indicador), e punções de bola (única e de quatro bolas).



Fig. 10 – Trabalho do Autor

Selaria: uma herança andalusí

Os seleiros de Lisboa, no regimento de 1572, tratavam que a “sella geneta” fosse “toda inteira de cordovão”⁴⁷; em exame, o futuro mestre fusteiro – aquele que fabricava o fuste, ou o vaso interno da sela – teria de fazer um vaso para “sella gineta”, e um outro para a “sella estradiota”, revelando que permaneciam em uso os dois sistemas de monta: o denominado “à gineta”, derivado da cavalaria do al-Andalus, usando sela de arções baixos e estribos subidos (permitindo controlo da montada com as pernas), e ataques e fugas rápidos; o outro método, denominado monta “à brida”, e decorrente da cavalaria do norte peninsular, usava selas de arções subidos – o cavaleiro montava encaixado –, estribos descidos (as pernas ficavam esticadas), e ataques de frente. Ambos os métodos tinham prós e contras.

Uma referência ao uso da monta “à gineta” encontra-se no relato da comitiva do Cardeal Alexandrino, vindo de Roma e chegado a Portugal; o documento de 1571 refere a entrada em Elvas:

“[...] 300 cavaleiros, montados em formosos ginetes e cavalgando à gineta, que vem a ser com a perna curva e com os pés metidos em grandes estribos que cobrem quasi todo o pé; e montam assim tão bem e estão a isso tão costumados, que fazem, pondo-se em pés nos estribos, toda a casta de forças”⁴⁸.

⁴⁷ CORREIA, Vergílio – *Livro dos Regimentos...*, p. 92.

⁴⁸ FERRÃO, Bernardo – *Mobiliário Português*. Porto: Lello & Irmão, 1990, vol. IV, p. 194.

A permanência deste método – há muito afastado das batalhas – no toureio a cavalo em Portugal parece decorrer de uma autorização do papa Pio V (no Vaticano no séc. XVI); este “autorizó las corridas de toros con el objeto de que no se perudiese el arte de la jineta”⁴⁹.

Outro interesse da selaria lusitana é o uso – que os artífices actuais me dizem ser tradicional – de cravos tronco-cónicos, aplicados nas faces exteriores dos arções, formando triângulos. Ao se encontrar referências, nas crónicas palacianas de 971-975, à marca do Califado presente nas selas de cavalos dessa época, é de considerar que tal marca teria de ser visível, e semelhante aos padrões mais correntes da estética dominante. Para ser visível com o cavaleiro montado, teria de estar aplicada nas faces exteriores dos arções da sela. Ora, tendo em conta a monta “à gineta” trazida pelos berberes para a Península, expandida pelo exército islâmico e fazendo parte da estratégia da guerra medieval, e que tal tipo de monta também foi usada pelos cavaleiros cristãos, há que tomar nota dos cravos tronco-cónicos das selas portuguesas. Será tal tipo de decoração devedora àquela do Califado, e cujo recurso e apreço do puro-sangue lusitano fez permanecer no lado português até aos dias de hoje?

Tal tipo de ornamento triangular manteve-se em uso noutra produção islâmica peninsular (têxteis, estuques) e prolongou-se na arte mudéjar. Em páginas anteriores referi o couro lavrado mudéjar nas cadeiras mais antigas, possuindo triângulos escalonados nas molduras.

Este motivo, com os patamares em ângulo recto, encontra-se já na antiga Pérsia e Assíria: “[...] at Khorsabad in the palace of Sargon (721-705 B.C.), at Persepolis in the palace of Darius (521 B.C.), at Susa in the palace of Artaxerxes (405-359 B. C.), and, just before Islam, we find them carved on the rock face above the iwan of Taqi-Bustan (A.D. 590-628)”⁵⁰. Seria, portanto, um dos muitos ornamentos absorvidos pelo Islão em expansão territorial.

Inseparável da monta “à gineta” era o escudo em couro denominado adarga. Os adargueiros estavam integrados no regimento quinhentista dos correiros lisboetas. Só a eles competia a elaboração desse escudo, que era a única peça no exame. Nessa fase importante de qualquer artífice, em que lhe era reconhecida a perícia e qualidade num diploma – a “carta de examinação” –, passando de oficial a mestre, o exame para adargueiro estabelecia:

⁴⁹ MAILLO SALGADO, Felipe – “Jinete, jineta y sus derivados”. in *Studia Philologia Salmanticensia* 6 (1982), p. 116.

⁵⁰ CRESWELL, K. A. C. – *Early Muslim Architecture: Umayyads A.D. 622-750*. Oxford: Oxford University Press, 1969, tomo II, p. 389.

“E o que de adargueiro se quiser examinar ha de saber muj bem curtir hu couro vacaril e outro de anta e fazer de cada hu delles hua adarga muj bem acabada”.

Dir-se-ia que o curtume da pele bovina e de anta estava também por conta do artífice adargueiro. O parágrafo não é suficientemente explícito, e fica-se com a ideia que cada couro dava uma adarga. E o que seria o acabamento da obra? Além das peças para a mão e o antebrço, era obra do adargueiro elaborar as borlas (as “enxarrafas”) e os eventuais bordados da adarga? Haveria modelos diversos, com e sem a típica ornamentação bordada e, portanto, com diferentes preços?

Adiante, e ainda no regimento dos correeiros lisboetas de 1572, o ponto 27 especifica:

“Os adargueiros serão avisados q antes cubrão as adargas de cordouão as mostrarem aos juizes para verem se são taes quaes devem para lhe poer a marca da cidade, e cobrindoas e poendolhe o dito cordouão antes de serem vistas serão presos e do tronco pagarão mil rs e perderão as adargas para as obras da cidade”.

Ou seja, além do “couro vacaril e outro de anta”, a adarga era coberta (numa ou nas duas faces?) de cordovão. A “marca da cidade” era possivelmente gravada com uma punção em metal, com a “nao” do brasão lisboeta, como sugerem outros regimentos do mesmo livro/colectânea de 1572; a bem da qualidade da peça, a vistoria permanecia a cargo de juizes eleitos entre os mestres do ofício, na reunião anual de cada início de ano.

Interessante é o ponto 28; esclarece que a marca está numa “arquinha de tres fechaduras”, em que uma chave está com “o juiz dos adargr.^{os}”, outra com o escrivão e outra “o thesoureiro do officio dos corrieiros o qual thesoureiro teraa a dita arquinha em seu poder”. Tal facto obrigava à reunião dos três elementos quando o juiz tinha que marcar adargas. Mais se informa que as adargas feitas pelo juiz “marcaraa o juiz o anno passado”⁵¹, sob pena de multa. Daí se deduz que o cargo de juiz, tal como outros, não afastava o artífice de ter que dirigir a sua “tenda”.

No guarda-roupa de D. Manuel, legado ao seu filho e rei D. João III, em 1520-21, ficaram registadas “sincoenta e tres adargas” e “corenta guarnições de retrós para adargas”⁵².

⁵¹ CORREIA, Vergílio – *Livro dos Regimentos...*, pp. 90 e 91.

⁵² SOUSA, D. António Caetano de – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo I, livro III. Coimbra: Livraria Editora Atlântida, 1947, pp. 433-434.

Exposta no Convento de Cristo, em Tomar, a pintura “Ressurreição de Cristo” (oficina de Jorge Afonso, circa 1513) apresenta uma adarga de tonalidade clara servindo de mesa, e assente no chão. Ao lado, quatro soldados estão em descanso, e um deles segura, com o punho, enfiado nas tiras de couro, uma outra adarga, avermelhada.

A representação de Santiago Mata-mouros montando “à brida” num cavalo, afugentando os “infiéis” que montam “à jineta”, e seguram adargas, aparece por vezes na iconografia, à qual já dediquei alguns estudos⁵³.

Os ofícios do couro na Lisboa multi-cultural

Como conclusão, temos em mãos elementos dispersos – documentos, artefactos ornamentados, pinturas, prolongamentos estéticos e técnicos – que permitem visionar os séculos de trabalho e manufacturas de uma cidade multi-étnica, em que o couro é aqui uma peça-chave, por força da sua versátil utilidade e capacidade em receber ornamentos reveladores de heranças e identidade cultural, atravessando classes sociais e movendo artífices das três religiões do Livro; os clientes das diversas oficinas/“tendas” tanto compravam o mais básico e imprescindível, como o sapato e o odre, como o mais requintado e luxuoso guadameci.

⁵³ PEREIRA, Franklin – “Still in the saddle”. in *Newsletter*. Stroke-up-Trent: Archeological Leather Group. 30 (Setembro 2009), pp. 4-7; idem – “Selas e adargas: a monta à jineta e os fabricantes dos artefactos, através da documentação e iconografia”. in *A Guerra e a Sociedade na Idade Média. Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*. Vol. I. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, pp. 447-470; idem – “*Equus cursare* – Uma viagem a partir do Festival Anual do Cavalo na Glegã”, pp. 157-182; idem – “Uma leitura do painel “Santiago aos Mouros” do Museu de Arte Sacra de Mértola – a equitação medieval e os artefactos da guerra a cavalo”. in *Arqueologia Medieval* 12 (Outubro 2012), pp. 279-292.

O património dos hospitais medievais na Lisboa manuelina¹

Margarida Leme²

Em 15 de Maio de 1492, D. João II assistia ao lançamento da primeira pedra do Hospital de Todos-os-Santos. Diz-nos Garcia de Resende que “nos primeiros alicerces el Rey por sua mão por honra de tão santo, tão grande, e piedoso edificio, lançou muytas moedas douro, e esse dia andou todo ahy vendo como se começava, e comeo em casa do conde Monsanto, que é pegada com a orta do dito Espirital”³. Era o corporizar de um projecto que trazia desde que era apenas príncipe e era sobretudo o culminar de um processo que há muito vinha a ser preparado. Efectivamente, a reforma da assistência, que se inicia com D. João e prossegue com D. Manuel, foi pensada pelo menos desde o reinado de D. Duarte⁴.

¹ O presente artigo foi inicialmente apresentado em 2006, no âmbito do Seminário de História Económica e Social do Mestrado em História, área de História e Arqueologia Medievais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O que se pretendeu com ele foi somente explorar uma fonte que fornece importante contributo para a história da cidade e, simultaneamente, corrigir alguns erros e imprecisões que a bibliografia tradicional tem vindo a repetir acerca dos hospitais incorporados no Hospital Real de Todos-os-Santos.

² Instituto de Estudos Medievais (FCSH/NOVA)

³ RESENDE, Garcia de – Crónica de D. João II e Miscelânea. Pref. de Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991.

⁴ Não é objectivo deste trabalho fazer a história da reforma da assistência em Portugal ou mesmo do Hospital Real de Todos-os-Santos, pelo que remetemos para a bibliografia existente, entre outra, ROSA, Maria de Lurdes Pereira – “Contributos para o estudo da reforma dos ‘corpos pios’ no reinado de D. Manuel: a história institucional do Juízo das Capelas de Lisboa”. in *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães – D. Manuel e a sua Época*. Vol. II. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2001, pp. 519-544; TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – “Assistência – I. Época Medieval”. in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Tomo A-C. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, pp. 136-140; idem – *Pobreza e morte em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Presença, 1989; idem – “Nótulas para o estudo da assistência aos pobres em Lisboa: o Hospital de D. Maria de Aboim e o do Conde D. Pedro”. in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 371-400; COSTA, António Domingues de Sousa – “Hospitais e albergarias na documentação pontifícia da segunda metade do século XV”. in *ibidem*, vol. I, pp. 259-260.

Em 1479, D. João consegue do Papa Sisto IV, pela Bula *Ex debito sollicitudinis officio pastoralis*, autorização para integrar num único hospital central todos os pequenos hospitais existentes em Lisboa, com os seus rendimentos e propriedades⁵. Mais tarde, com o advento de Inocêncio VIII, em 1486, pela Bula *Ininunctum nobis desuper*, essa autorização é estendida a outras cidades do país⁶. No que a Lisboa se refere, o hospital central, que teve a invocação de Todos-os-Santos, possivelmente por nele se incorporarem hospitais de todas as invocações, foi construído na horta do Convento de S. Domingos, que o frades começaram por ceder graciosamente, mas pela qual foram posteriormente, em 1502, compensados, ao receberem 17 foros no valor de 25.161 reais e 14 galinhas, impostos anualmente em diversas propriedades que o rei com eles “escambou”⁷.

D. João II não chegou a ver concluída a sua obra, ao morrer em Outubro de 1495. Coube a D. Manuel assistir à inauguração do hospital, em data que não se conhece. A partir de Junho de 1497 algumas escrituras já eram feitas “dentro no hospital grande de Todos os Santos”⁸ e, em 1501, segundo Silva Carvalho, o hospital começou a receber os primeiros doentes⁹. Porém, em 1504 ainda não estaria completamente concluído, pois que o *Regimento* dado por D. Manuel nessa data ainda diz, referindo-se ao edifício, que “com a ajuda de Noso Senhor he quaise de todo acabado semdo asy gramde a obra e o edeficio em sy tall como a todos he visto que he”¹⁰.

Os proventos com que o hospital se administrou nos primeiros anos seriam maioritariamente provenientes das propriedades dos hospitais incorporados desde 1493. Em 1497, novos rendimentos foram adicionados sob a forma dos bens confiscados aos Judeus e Mouros que, por não se terem convertido, foram forçados a abandonar o país, deixando para trás os seus bens imóveis, no caso de Lisboa

⁵ Publicada por COSTA, António Domingues de Sousa – “Hospitais e albergarias...”, anexo 8, pp. 301-303.

⁶ Publicada por idem, *ibidem*, anexo 10, pp. 305-306.

⁷ O primeiro documento transcrito no livro intitulado *Livro das escripturas do Escripall gramde de todollos santos Edeficado nesta cidade de lixboa o quall foy começado pello muyto alto E muyto eixeelemente poderoso principe Ell Rey dom Joham ho segumdo* (ANTT – *Arq. do Hospital de S. José*, lv. 1134) é precisamente uma “troca e doação que o senhor rei D. Manuel fez com o mosteiro de São Domingos de 25\$161 reais de foros cada ano e 14 galinhas impostos em várias propriedades nesta cidade por uma horta, celeiro e manga que lhe deu o mosteiro de São Domingos para se fazer o hospital”, datada de 22 de Agosto de 1502. O título do livro, que não consta no original do livro de escrituras do século XVI (ANTT – *Arq. do Hospital de S. José*, lv. 1134), vem assim na transcrição do século XVIII também existente no mesmo arquivo (ANTT – *Arq. do Hospital de S. José*, lv. 1120).

⁸ Cf. ANTT – *Arq. do Hospital de S. José*, lv. 1134, fl. 169. Antes dessa data, e nalguns casos depois, as escrituras eram feitas dentro dos próprios hospitais “senhorios”, conforme terminologia dos registos. Algumas, também, “em audiência dos hospitais e capelas”, em lugar geralmente não identificado, ou, em poucos casos, “no adro da Sé”.

⁹ CARVALHO, Augusto da Silva – *Crónica do Hospital de Todos-os-Santos*. Lisboa: [s.n.], 1949 (ed. fac-similada de 1992).

¹⁰ *Registos dos reinados de D. João II e de D. Manuel I*. Introd. transcrição, glossário, notas e índice remissivo por Abílio José Salgado e Anastásia Mestrinho Salgado. Lisboa: Ministério da Saúde, 1996, p. 450.

situados sobretudo no arrabalde da Mouraria e na Judiaria Grande “que foi”¹¹. Em 1499, as capelas “de que se nom acham instetuyções” passaram também a ser administradas pelo Hospital¹².

Entre os documentos de arquivo do antigo Hospital de Todos-os-Santos¹³, figuram dois livros originais do século XVI com escrituras referentes às propriedades do hospital, emprazadas entre 1493 e 1521. Intitula-se o primeiro *Livro das escripturas do Esprictall gramde de todollos samtos Edeficado nesta cidade de lixboa o quall foy começado pello muyto alto E muyto eixeelemte poderoso principe Ell Rey dom Joham ho segumdo de portuguall e dos alguarvees daquem e dalem maar em africa e senhor da guynee aos [...] dias do mês de [...] do anno do nacimiento de nosso senhor Jesu Cristo de mill [...]*¹⁴. Tem 199 fls. em pergaminho, contendo 237 escrituras datadas de 1493 a 1509. O segundo contém 208 escrituras com datas compreendidas entre 1494 e 1521, tendo 238 fls. de pergaminho, numeradas de 2 a 239¹⁵. O autor de ambos foi Martim de Castro¹⁶, que assumiu oficialmente o cargo de “escrivão dos hospitais, albergarias, confrarias e capelas de Lisboa”, por carta de 15 de Novembro de 1498¹⁷. É ele quem rubrica todas as folhas e valida cada uma das escrituras com o seu sinal, se bem que algumas sejam anteriores à sua nomeação, fazendo então referência ao escrivão “que aquele tempo era”¹⁸.

¹¹ Alvará de 20 de Dezembro de 1497, inserido na confirmação de D. Sebastião de 9 de Maio de 1576, ANTT – *Chancelaria de D. Sebastião, Confirmações Gerais*, lv. 5, fl. 254v. Também num Alvará datado de 6 de Abril de 1499, o rei informa que “nos ordenamos ora por o sentirmos asy por servyço de Deus e nosso que todo o dinheiro beens e fazemda que se ouvese de quaaesquer judeus que se foram destes nosos regnos sem nossa licença por omde cayram em caso de perderem sua fazenda pera nos se ouvesse e arrecadase pera despender nas obras do espirital de Todollos Samtos desta cidade... Pelo quall vos mandamos que daquy em diamte quaaesquer fazendas que se ouverem e arrecadarem pera nos dos ditos judeus as mandaees todas levar e entregar ao recebedor do dito espirital e carregar sobre elle em recepta” (conf. *Registos...*, p. 376 e 383). Não fala nos Mouros mas sabemos que o mesmo foi decretado com relação a estes, pois que as suas fazendas também constam a partir de 1498 dos livros de escrituras do Hospital de Todos-os-Santos.

¹² Carta régia de 21 de Abril de 1499, ANTT – *Chancelaria de D. Manuel*, lv. 13, fl. 36v. Sobre os privilégios, doações e mercês concedidas ao Hospital de Todos-os-Santos cf. DAUPIÁS, Nuno – *Cartas de privilégio, padrões, doações e mercês régias ao Hospital Real de Todos-os-Santos (1492-1775). Subsídios para a sua História*. Lisboa: Imprensa Portuguesa, 1959.

¹³ Transferido do Hospital de São José para a Torre do Tombo entre 1993 e 2001.

¹⁴ ANTT – *Arq. do Hospital de S. José*, lv. 1134, doravante lv. 1134.

¹⁵ ANTT – *Arq. do Hospital de S. José*, lv. 1133, doravante lv. 1133.

¹⁶ Sobre Martim de Castro e o Juízo dos Hospitais e Capelas, cf. ROSA, Maria de Lurdes – “Contributos para o estudo da reforma dos ‘corpos pios’ no reinado de D. Manuel: a história institucional do Juízo das Capelas de Lisboa”. in *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães: D. Manuel e a sua época*. Vol. II. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2001, pp. 519-544.

¹⁷ ANTT – *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fl. 12.

¹⁸ A reforma destes livros (século XVIII) também existe no ANTT com a seguinte cota: *Arq. do Hospital de São José*, lvs. 1117 a 1123.

O total das escrituras é de 445¹⁹, predominando os emprazamentos em três vidas, mas compreendendo também aforamentos enfatiotas, vendas e doações. A grande maioria das escrituras refere-se a propriedades em Lisboa, 348 (78%), havendo também escrituras de bens no termo e na província, 90 (20%). Cinco escrituras correspondem a doações, uma escritura a uma venda e outra a uma penhora (2%)²⁰. Este acervo documental é precioso para o estudo da cidade manuelina, da sua estrutura e toponímia. As escrituras são ricas em pormenores sobre o tipo de propriedade, sua localização, confrontações, características das construções, número e medidas das divisões, condições em que o contrato é feito, entre quem é assinado, nome dos foreiros, sua situação social e profissional, etc.

Foram 31 os hospitais de Lisboa integrados no então chamado Hospital Grande de Todos-os-Santos, segundo a fonte que estamos a analisar. Outros números são referidos por diversos autores²¹. Porém, a documentação por nós consultada não

¹⁹ Do conjunto das escrituras referentes a Lisboa, avultam três grandes grupos correspondentes aos núcleos de propriedades integradas no Hospital de Todos-os-Santos que antes referimos – a Judiaria Grande (44 escrituras), o arrabalde da Mouraria (43 escrituras) e os bens dos hospitais medievais (215 escrituras). As restantes (46) não foi possível classificar.

²⁰ Esta escritura é muito curiosa, pois o penhorado, Gaspar de Proença, contraíra uma dívida para com o Hospital quando “por mandado do dito senhor e bispo fora pelo reino lançar os livros das Ordenações que sua alteza mandara imprimir” (cf. lv. 1133, fl. 226v-227).

²¹ Anastásia Mestrinho SALGADO em “Hospitais de Lisboa até ao séc. XV”. in *Oceanos*. Lisboa. Nº 4 (1990), pp. 103-109, refere 63 hospitais existentes em Lisboa e termo à data da fundação do Hospital de Todos-os-Santos e dá 42 como anexados. A autora, que não refere a fonte que consultou senão como “o documento por nós consultado”, faz porém algumas confusões, repetindo por nomes diferentes o mesmo hospital ou dando o mesmo nome a dois hospitais diferentes, o que se percebe, pois a própria documentação é muitas vezes ambígua e só a referência à localização ou confrontações nos permite identificar com segurança o hospital. Já Eduardo Freire de OLIVEIRA, no vol. XII dos *Elementos para a História do Município de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1911, pp. 476-479, indica, citando “o trabalho do sr. Alfredo Luiz Lopes”, uma lista de 43 hospitais de Lisboa e termo como incorporados em Todos-os-Santos. Parece, pela comparação entre as duas relações, que o documento consultado por Anastásia Salgado terá sido o mesmo utilizado por Freire de Oliveira. Um documento de 1503 (ANTT – *Corpo Cronológico*, Parte 2, Mç. 7, Nº 166) a propósito dos hospitais incorporados que tinham obrigações pias para satisfazer, dá-nos uma lista de 18 hospitais, incluindo um de “Santa Maria”, que não identificámos. São eles: o Hospital dos Meninos, na rua direita da Porta de S. Vicente; o Hospital de D. Maria de Aboim, a par de S. Domingos; o Hospital do Conde D. Pedro, às Cruzes da Sé; o Hospital dos Ourives; o Hospital de São Vicente do Corvo dos Carpinteiros da Ribeira; o Hospital dos Alfaiates, da invocação de Santa Maria, do Monturo da Orca, e de Santa Maria Madalena (sic); o Hospital dos Armeiros e Barbeiros, da invocação do Mártir São Jorge; o Hospital de Santa Maria de Rocamador; o Hospital dos Correeiros e Carpinteiros; o Hospital de Santa Maria dos Francos, junto com Alfama; o Hospital dos Almuinheiros a Enxobregas (sic); o Hospital de Santa Maria (?); o Hospital de São Vicente dos Romeiros; o Hospital de São Pedro Mártir; o Hospital dos Carniceiros; o Hospital dos Tecelões; o Hospital do Corpo Santo e o Hospital de Santo André. José Maria NOGUEIRA, em artigo publicado no *Jornal do Comércio*, em 1865, e compilado em *Esparsos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1934, pp. 75-125, intitulado “Algumas notícias acerca dos hospitais existentes em Lisboa e suas proximidades antes da fundação do Hospital de Todos-os-Santos – 15 de Maio de 1492”, identifica 61 hospitais em Lisboa e termo, incluindo Salvaterra de Magos, Aldeia Galega do Ribatejo e Alenquer. Se bem que não especifique quais os que foram incorporados em Todos-os-Santos, feita a comparação com a nossa lista, coincidem 26 (que seriam 27, se não confundisse, tal como Freire de Oliveira e Anastásia Salgado, o Hospital de Santa Maria da Mercê dos Sapateiros de Correia e Odreiros com o de Santa Maria dos Pedreiros e Correeiros). Refere um Hospital de S. João de Braga ou de Santa Maria da Pomba, na rua que vai do Salvador para o Chafariz dos Cavalos, que não deve ser o Hospital de João de Braga, que ficava situado na Praça da Palha, freguesia de

identifica senão os constantes do **Quadro I**²². Foram sobretudo incorporados os hospitais dos ofícios ou mesteres, juntamente com o seu património. Provavelmente porque, para além de outros ainda sob administração privada²³, muitos dos numerosos pequenos hospitais e albergarias fundados desde o século XII teriam efectivamente deixado de existir há muito, por falta de condições. Desses 31 hospitais, 25 foram também eles próprios emprazados, ou melhor, as casas onde funcionaram, transformando-se em casas de habitação²⁴.

Quadro I
Hospitais integrados no Hospital de Todos-os-Santos

Hospital	Ofício/Confraria	Rua	Freg ^a	Data ²⁵
Hospital de St ^a Maria dos Alfaiates	Alfaiates	A São Mamede	São Mamede	-
Hospital dos Alfaiates	Alfaiates	Ao Monturo da Orca	São João da Praça	1502
Hospital de S. Jorge dos Barbeiros e Caldeireiros	Barbeiros, Caldeireiros e Armeiros	Rua da Betesga	Santa Justa	1501
Hospital dos Carniceiros	Carniceiros	Rua do Anjo	São Nicolau	1501
Hospital de S. Vicente do Corvo dos Carpinteiros da Ribeira	Carpinteiros	Rua de Castelo Picão	Salvador	1502
Hospital dos Clérigos Pobres	Clérigos	Rua da Porta Nova	Santa Justa	1502
Hospital de S. Pedro Mártir	Corretores	Rua de São Pedro Mártir	Santa Justa	1502
Hospital de St ^o André	Escolares	Rua que vai de Santo André para São Tomé	São Tomé	1502

[continua na página seguinte]

Santa Justa. À Albergaria de Maria Arminho chama Hospital de Maria, mas a localização coincide. Augusto Silva CARVALHO em *Crónica do Hospital de Todos-os-Santos*. Lisboa: [s.n.], 1949, pp. 123-124, diz que foram 21 (mas elenca 20) os hospitais anexados, numa relação confusa, pois mistura hospitais (ex: “pescadores linheiros, tecelões e tanoeiros à Porta da Cruz) e indica como estando no documento de 1503 (acima citado) hospitais que não constam. Duma lista de 50 hospitais existentes em Lisboa referidos na obra de Fernando da Silva CORREIA, *Origens e formação das Misericórdias Portuguesas*. Lisboa: Henrique Torres Editor, 1944, pp. 390-390, coincidem 26 (seriam 27 mas confunde também o Hospital dos Pedreiros com o dos Sapateiros). Mário CARMONA, em *O Hospital de Todos-os-Santos de Lisboa*. Lisboa: [s.n.], 1949, pp. 153-154, repete o que escreveram Nogueira e Silva Carvalho nas obras citadas.

²² Foram também considerados, neste quadro, os seis hospitais que, não tendo sido eles próprios alvo de emprazamento, contribuíram com propriedades para o património do Hospital de Todos-os-Santos.

²³ Ao percorrer os tombos feitos por ordem do provedor-mor dos hospitais (ANTT – *Arq. do Hospital de S. José*, lv. 1188-1192), encontram-se alguns referentes a hospitais sob administração privada. Conf. ROSA, Maria de Lurdes Pereira – *ob. cit.*, pp. 536-539 e quadro 2.

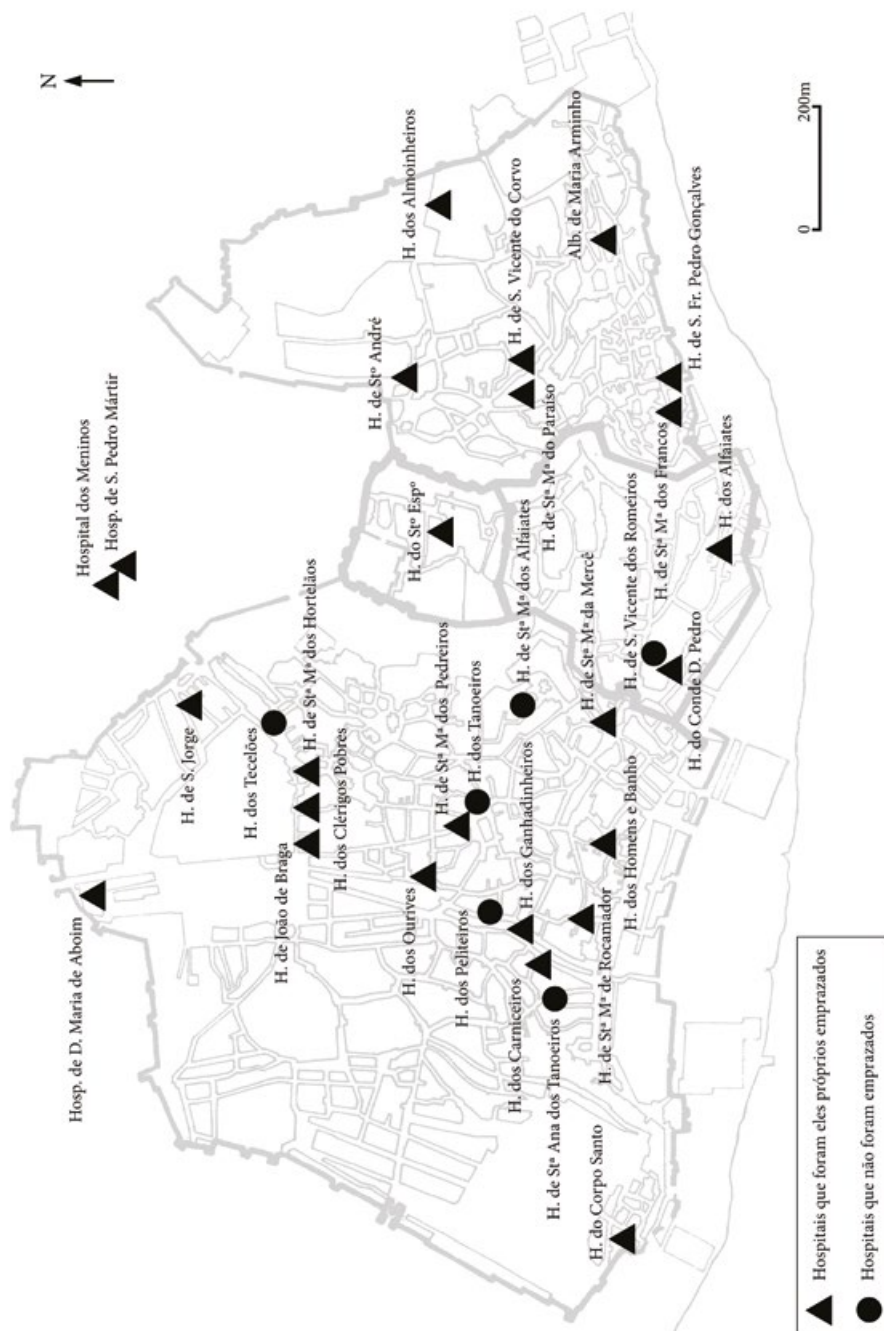
²⁴ Só os edifícios dos hospitais de Santa Maria dos Alfaiates, dos Peliteiros, dos Tecelões, de São Vicente dos Romeiros e os dois hospitais dos Tanoeiros não foram emprazados.

²⁵Data do seu próprio emprazamento.

Hospital	Ofício/Confraria	Rua	Freg ^a	Data ²⁵
Hospital dos Ganha Dinheiros	Ganha-dinheiros	Rua do Anjo	São Nicolau	1500
Hospital de St ^a Maria dos Francos dos Hortelãos	Hortelãos / Almuinheiros	Rua do Chafariz dos Cavalos	São Pedro	1501
Hospital de St ^a Maria dos Hortelãos	Hortelãos / Almuinheiros	Rua direita da Porta de S. Vicente	Santa Justa	1501
Hospital dos Almuinheiros	Hortelãos / Almuinheiros	Ao Postigo de São Vicente de Fora	São Vicente de Fora	1503
Hospital dos Ourives	Ourives	Rua do Arco do Rossio	São Nicolau	1508
Hospital de S ^a Maria dos Pedreiros e Correeiros	Pedreiros e correeiros e carpinteiros	Rua da Caldeiraria	São Nicolau	1501
Hospital dos Peliteiros	Peliteiros	Rua Nova d' El Rei	São Julião	-
Hospital do Corpo Santo	Pescadores	À Porta de Cata-que-Farás	Mártires	1497
Hospital do St ^o Fr. Pero Gonçalves dos Pescadores	Pescadores	Rua do Chafariz dos Cavalos	São Miguel	1501
Hospital de St ^a Maria da Mercê dos Sapateiros de Correia e Ódreiros	Sapateiros de correia, odreiros e borzeigueiros	Rua das Pedras Negras	Madalena	1501
Hospital de St ^a Ana dos Tanoeiros	Tanoeiros	Às Fangas da Farinha	São Julião	-
Hospital dos Tanoeiros	Tanoeiros	Ao Poço do Chão	São Nicolau	-
Hospital dos Tecelões	Tecelões	À Betesga	Santa Justa	-
Albergaria de Maria Arminho		Rua direita que vai de Santo Estêvão para a Porta da Cruz	Santo Estêvão	1500
Hospital de D. Maria de Aboim		Rua da Porta de Santo Antão	Santa Justa	1501
Hospital de João de Braga		Rua da Praça da Palha / rua das Arcas / rua do Pato	Santa Justa	1496
Hospital de S. Vicente dos Romeiros		À Sé	Sé	-
Hospital de St ^a Maria de Rocamadour		Rua Nova d' El Rei	São Julião	1501
Hospital de St ^a Maria do Paraíso		Ao Salvador	Salvador	1498
Hospital do Conde D. Pedro		À Sé	Sé	1500
Hospital do Espírito Santo da Alcáçova		Na Alcáçova	Santa Cruz do Castelo	1515
Hospital dos Homens e Banho		Na Judiaria Grande	Madalena?	1498
Hospital dos Meninos		Rua direita da Porta de S. Vicente	Santa Justa	1502

Pelo **Quadro II**, podemos ter uma visão de conjunto dos hospitais proprietários, tipo de propriedades incorporadas e freguesias em que se encontravam. A sua localização na cidade é o objecto do **Mapa I**.

Mapa I
Localização dos hospitais



Quadro II

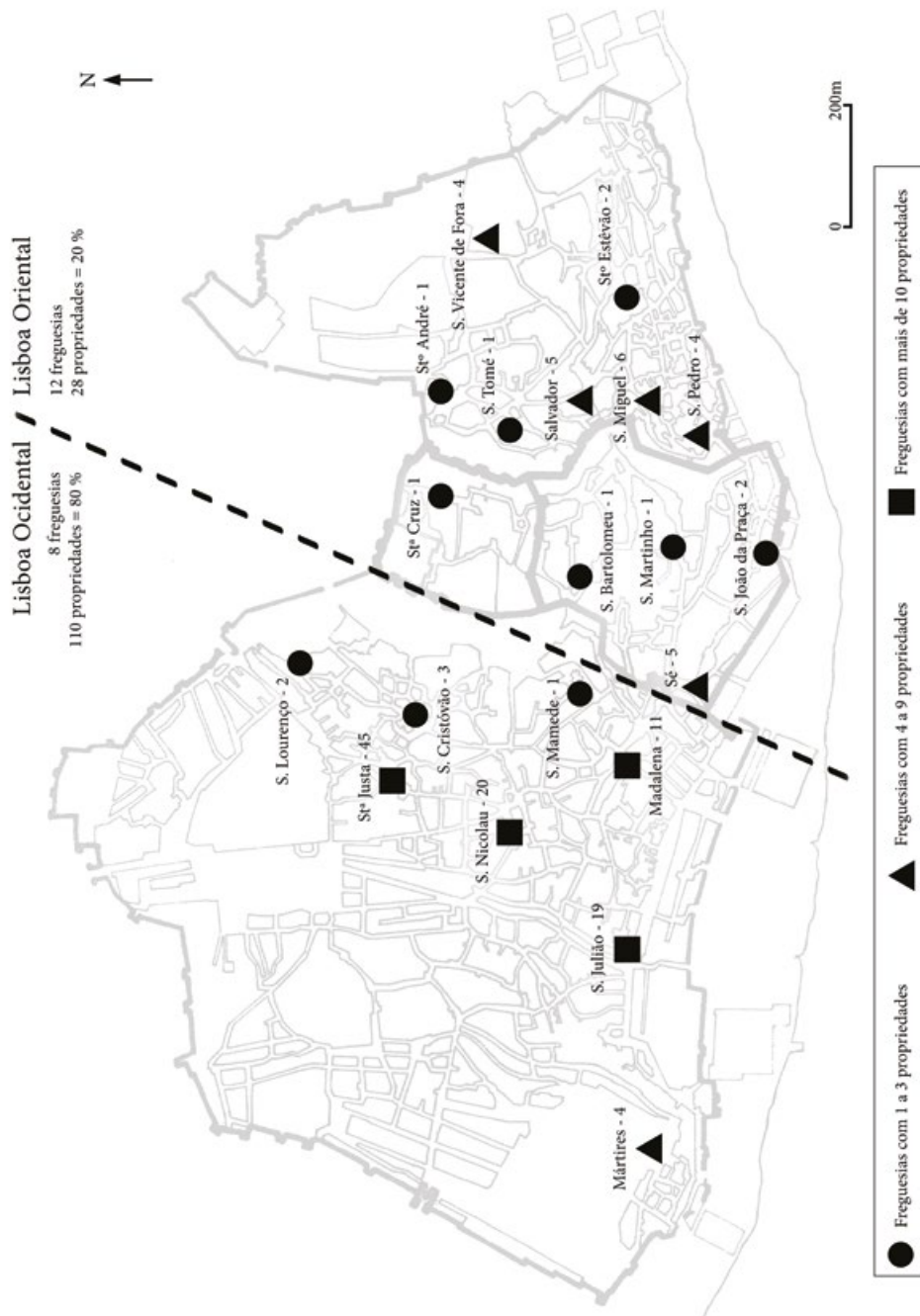
HOSPITAL / FREGUESIA	S.ª Justa	S. Nicolau	S. Julião	Madalena	S. Miguel	Salvador	S.ª	Mártires	S. Pedro	S. Vicente de Fora	S. Cristóvão	S.ª Estêvão	S. João da Praça	S. Lourenço	S.ª Cruz do Castelo	S.ª André	S.ª Bartolom.	S.ª Mamede	S.ª Martinho	S.ª Tomé	TOTAL
Hospital dos Meninos	IH + 6CS + 6CT + 3CC	1CT			1CC		1CS														19
Hospital de S.ª Maria de Rocamadour	1CS		IH + 10CS + 1CT	1CS + 1CT															1CT		16
Hospital de D. Maria de Aboim	IH + 8CS + 1SB + 1CT	2CS	2CS																		15
Hospital de S. Vicente dos Romeiros	2CS	2CS					3CS	1CT	1CS					1CS			1CS				11
Hospital de S.ª Maria da Mercê dos Sapateiros de Correia e Odeiros	1SB	1CT	1CS	1H	3CS					1CS			1CT								10
Hospital de S.ª Maria dos Pedreiros e Correiros	1CS	IH + 2CS + 1MR																			7
Hospital de S. Vicente do Corvo dos Carpinteiros da Ribeira					1CH	IH + 3CS			1CS												6
Hospital de S.ª André				1CS						2CS		1CS				1CH				1H	6
Hospital dos Ourives		1H		2SB + 1CS																	4
Hospital de Santa Maria dos Pedreiros		1CS	1CS	1SB				1CS													4
Hospital dos Tanoeiros	1CS	1CS	2CS																		4
Hospital de João de Braga	IH + 2CS							1CS													4
Hospital dos Alfaiates				1CS									IH + 1CS								3

[continua na página seguinte]

HOSPITAL / FREGUESIA	S.ª Justa	S. Nicolau	S. Julião	Madalena	S. Miguel	Salvador	S.ª	Mártires	S. Pedro	S. Vicente de Fora	S. Cristóvão	S.ª Estêvão	S. João da Praça	S. Lourenço	S.ª Cruz do Castelo	S.ª André	S.ª Bartolom.	S.ª Mamede	S.ª Martinho	S.ª Tomé	TOTAL
Hospital de S. Pedro Mártir	IH + ICT	1SB																			3
Hospital dos Almoícheiros	1CS	1CS								IH											3
Hospital de S. Jorge dos Barbeiros e Caldeiros	IH + 1CS																				2
Hospital dos Carniceiros		IH + 1CS																			2
Hospital dos Ganha Dinheiros		IH + 1CS																			2
Hospital de S.ª Maria dos Francos dos Hortelãos									IH + ICT												2
Hospital de S.ª Maria dos Hortelãos	IH + 1CS																				2
Hospital de S.ª Ana dos Tanoeiros		1CS	1CS																		2
Hospital dos Homens e Banho				IH + ICT																	2
Hospital de S.ª Maria dos Alfaiates																		1CS			1
Hospital dos Clérigos Pobres	IH																				1
Hospital do Corpo Santo								IH?													1
Hospital do S.ª Fr. Pero Gonçalves dos Pescadores					IH																1
Hospital dos Tecelãos	1CS																				1
Albergaria de Maria Arminho												IH									1
Hospital de S.ª Maria do Paraíso					IH																1
Hospital do Conde D. Pedro							IH														1
Hospital do Espírito Santo da Alcaçova															IH						1
TOTAL	45	20	19	11	6	5	5	4	4	4	3	2	2	2	1	1	1	1	1	1	138

H = hospital; CS = casa sobradada; CT = casa térrea; SB = sobrado; CC = casa; CH = chão; MR = muro

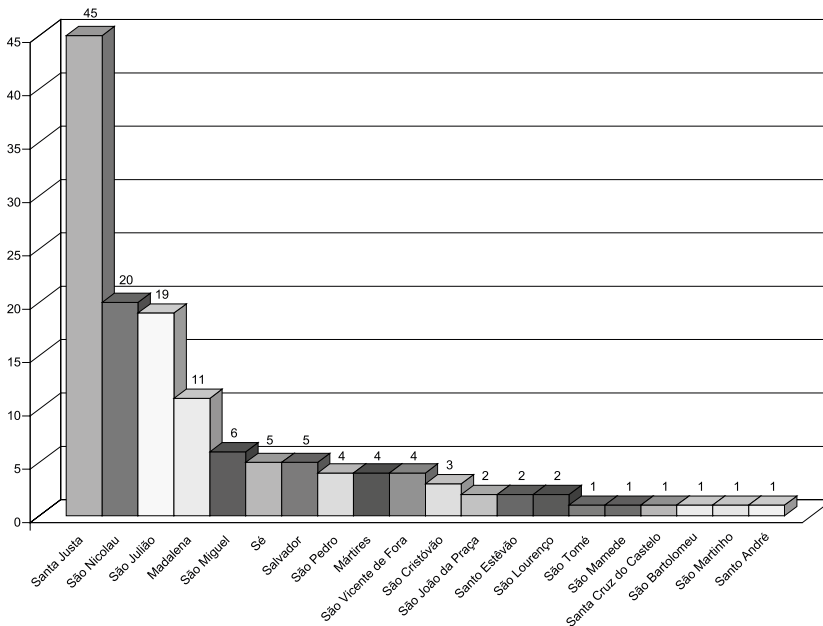
Mapa II
 Propriedades distribuídas pelas freguesias de Lisboa



A grande maioria das propriedades situava-se nas freguesias a ocidente da cerca moura, como se poderá confirmar observando o **Mapa II**.

Das 348 escrituras compulsadas, 215 (62%) referem-se a propriedades em Lisboa pertencentes aos hospitais incorporados. O total de propriedades arroladas foi de 138²⁶, incluindo-se neste número os próprios hospitais. Estas propriedades situam-se em 20 das 23 freguesias então existentes em Lisboa²⁷. A freguesia com maior número de propriedades era a freguesia de Santa Justa, com 45 das 138 propriedades identificadas, ou seja 32% do total. Nela estavam situados 8 dos 31 hospitais identificados, 7 dos quais também passaram a servir de habitação. Seguiam-se as freguesias de São Nicolau, São Julião e Madalena, com, respectivamente, 20 (14%), 19 (13%) e 11 (8%) propriedades. Eram freguesias situadas na zona mais nobre e rica da cidade²⁸, que compreendia a Ribeira, a Judiaria Velha e a Correaria, conforme **Gráfico I**.

Gráfico I
Total de propriedades distribuídas por freguesias



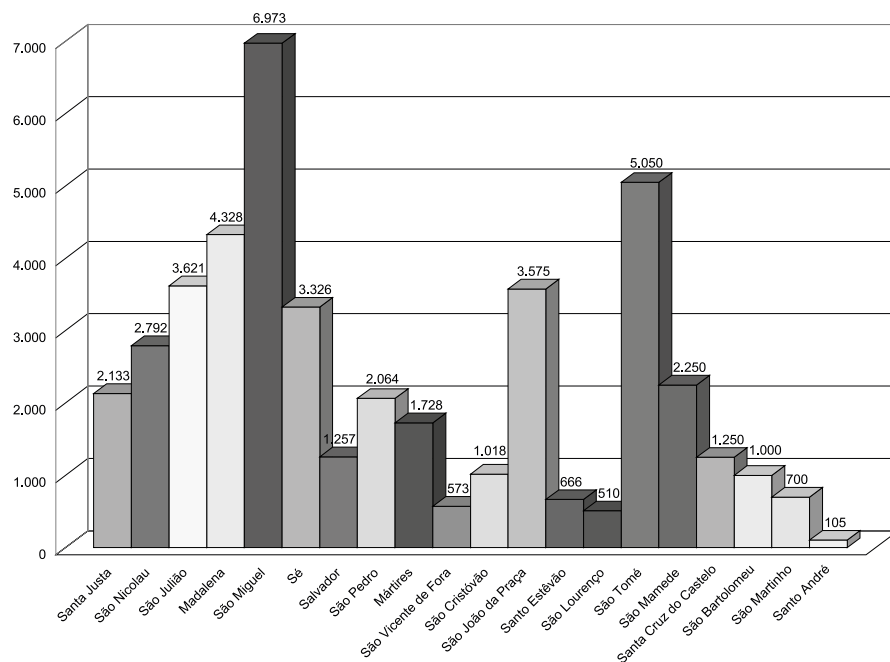
²⁶ Algumas mais propriedades, de que existem as escrituras nos lv. 1133-1134, poderão ter pertencido aos hospitais extintos. Porém, na ausência de referência concreta a esse facto e na impossibilidade de estabelecer a relação com esses hospitais, optámos por não as incluir. O total de 138 é um total que não levanta dúvidas e se refere apenas às propriedades e não ao número de escrituras, pois, como se poderá verificar pela consulta do **Anexo I**, algumas propriedades foram alvo de mais do que uma escritura durante os anos que vão de 1494 a 1521.

²⁷ Só ficaram de fora as freguesias de S. Jorge, Santa Marinha e S. Tiago, todas dentro da chamada cerca moura.

²⁸ A descrição desta zona da cidade pode ver-se em GONÇALVES, Iria – “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia”. in *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, pp. 11-60.

Mas se 80% das propriedades se situava no perímetro das freguesias a ocidente da cerca moura, contando com a freguesia da Sé no seu interior, no que se refere aos foros cobrados, era na freguesia oriental e ribeirinha de São Miguel que o seu valor médio era mais alto. Para isso contribuía, sem dúvida, as duas alcaçarias e as atafonas que haviam pertencido ao Hospital de Santa Maria da Mercê dos Sapateiros de Correia e Odreiros²⁹ (**Gráfico II**).

Gráfico II
Valor Médio dos foros distribuído por freguesias



Quanto ao tipo de propriedade que constituía o rendimento do Hospital de Todos-os-Santos (no que se refere apenas aos bens dos hospitais incorporados), predominavam as casas sobradadas de um ou mais sobrados³⁰, com 60% do total, como se poderá ver no **Quadro 3**, onde se observa também que era na freguesia de São Julião que este tipo de construção predominava – de um total de 19 propriedades, 18 eram casas sobradadas. Também na freguesia contígua de São Nicolau o facto se verificava, mas em menor escala, o mesmo acontecendo em praticamente todas as freguesias da cidade.

²⁹ Outras atafonas, do Hospital dos Ourives, situavam-se na freguesia da Madalena.

³⁰ Chegavam a ter quatro sobrados, se bem que predominassem as casas de um e dois sobrados.

Quadro III
Tipo de propriedade e distribuição por freguesias

Freguesias	HP	CS	CT	SB	CC	CH	MR	Total	%
Santa Justa	7	25	8	2	3			45	32
São Nicolau	3	12	2	2			1	20	14
São Julião		18	1					19	13
Madalena	3	4	2	2				11	8
São Miguel	1	3			1	1		6	4
Salvador	2	3						5	3
Sé	1	4						5	3
Mártires	1	2	1					4	3
São Pedro	1	2	1					4	3
São Vicente de Fora	1	3						4	3
São Cristóvão		3						3	2
Santo Estêvão	1	1						2	2
São João da Praça	1	1						2	2
São Lourenço	1	1						2	2
Santa Cruz do Cast.	1							1	1
Santo André						1		1	1
São Bartolomeu		1						1	1
São Mamede		1						1	1
São Martinho			1					1	1
São Tomé	1							1	1
TOTAL	25	84	16	6	4	2	1	138	100
%	18	60	12	4	3	2	1	100	

HP – hospital; CS – casa sobrada; CT – casa térrea; SB – sobrado; CC – casa não especificada; CH – chão; MR – muro

No tocante ao rendimento destes bens imobiliários dos hospitais medievais, o total de foros cobrados anualmente pelo Hospital Real era de 366.556 reais que, acrescidos de 5.549 reais de direituras³¹, totalizava 372.105 reais.

A média por propriedade era de 2.696 reais³². Para esta média, assaz elevada³³, contribuía largamente os próprios hospitais. Só o Hospital de Santa Maria de Rocamador, na freguesia de São Julião, rendia em dinheiro ao Hospital Real 32.000

³¹ O custo dos foros vem sempre referido em reais brancos na fonte consultada. O valor das direituras – galinhas, frangões, capões e ovos – foi considerado a partir do estabelecido por CONDE, Manuel Sílvio Alves – “Recursos económicos de algumas instituições de assistência de Santarém nos finais da Idade Média”. in *Horizontes de Portugal medieval: estudos históricos*. Cascais: Patrimonia, s.d., pp. 248 e ss.

³² Os valores situavam-se entre os 32.000 reais (Hospital de Santa Maria de Rocamador, freguesia de São Julião) e os 50 reais (casa térrea e quintal na freguesia de Santa Justa).

³³ Comparando, por exemplo, com o rendimento da propriedade régia apurado por GONÇALVES, Iria – “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia”, pp. 11-60.

reais, seguindo-se o Hospital de D. Maria de Aboim, freguesia de Santa Justa, 16.000 reais, e o Hospital de Santa Maria dos Pedreiros e Correiros, freguesia de São Nicolau, com 13.100 reais. Vinham depois as alcaçarias da freguesia de São Miguel de Alfama, com 13.000 reais. As outras alcaçarias, contíguas às anteriores, rendiam 10.400 reais. Também na freguesia de São Miguel, na rua do Chafariz dos Cavalos, ficava o Hospital de São Frei Pedro Gonçalves dos Pescadores, emprazado por 11.000 reais anuais. Na freguesia da Madalena, o Hospital de Santa Maria da Mercê dos Sapateiros de Correia e Odreiros valia 12.000 reais de foro. Muito acima da média continuavam os hospitais dos Meninos (Santa Justa), 9.000 reais, do Conde D. Pedro (Sé), 8.500 reais, dos Carniceiros (São Nicolau), 8.000 reais, de Santa Maria dos Francos dos Hortelãos (São Pedro), 6.500 reais, dos Ourives (São Nicolau), 5.500 reais, dos Alfaiates (São João da Praça), 5.050 reais, de Santo André dos Escolares (São Tomé), São Jorge dos Barbeiros e Caldeireiros (Santa Justa) e Santa Maria dos Hortelãos (Santa Justa), os três com 5.000 reais, de São Pedro Mártir (Santa Justa) e dos Clérigos Pobres (Santa Justa), 4.000 reais.

Abaixo da média ficavam apenas o Hospital de São Vicente do Corvo dos Carpinteiros da Ribeira, na freguesia do Salvador, que rendia 2.600 reais, o Hospital do Corpo Santo (Mártires), 2.500 reais, o Hospital de João de Braga (Santa Justa), 2.340 reais, o Hospital dos Homens e Banho (Madalena), 2.000 reais, o Hospital dos Ganha-dinheiros (São Nicolau), 1.300 reais, o Hospital do Espírito Santo da Alcáçova (Santa Cruz), 1.200 reais. Os hospitais mais pobres eram os de Santa Maria do Paraíso, na freguesia do Salvador, emprazado por 850 reais, a Albergaria de Maria Arminho, na freguesia de Santo Estêvão, 530 reais e, por fim, o Hospital dos Almuinheiro, ao postigo de São Vicente de Fora, que só rendia 300 reais e estava em pardieiro.

Pelo **Quadro IV** podemos ter uma panorâmica do rendimento de cada uma das instituições alvo deste estudo. Nele se considerou também o que corresponde ao próprio edifício do hospital no total dos rendimentos.

Quadro IV
Rendimento dos hospitais

Hospital	Fregª	Nº de propr. incl. o hosp (Lx)	Total de Escrituras	Total de foros(rs)	Dir.(rs)	TOTAL	Hosp. afor. (rs)	Dir.(rs)	TOTAL (Hosp. afor.)
Hospital de Stª Maria de Rocamador	São Julião	16	20	61 560	640	62 200	32 000	40	32 040
Hospital de D. Maria de Aboim	Santa Justa	15	29	49 800	600	50 400	16 000	80	16 080
Hospital de Stª Maria da Mercê dos Sapateiros de Correia e Odreiros	Madalena	10	20	45 010	520	45 530	9 100	40	9 140
Hospital dos Meninos	Santa Justa	19	29	25 750	690	26 440	9 600	40	9 640
Hospital dos Ourives	São Nicolau	4	7	22 300	246	22 546	5 500	126	5 626
Hospital de Sª Maria dos Pedreiros e Correiros	São Nicolau	7	10	18 255	240	18 495	13 100	40	13 140
Hospital de S. Vicente dos Romeiros	Sé	11	17	17 450	520	17 970	CML? 7.000	0	0
Hospital dos Carniceiros	São Nicolau	2	4	11 030	83	11 113	8 000	40	8 040
Hospital do Stº Fr. Pero Gonçalves dos Pescadores	São Miguel	1	3	11 000	40	11 040	11 000	40	11 040
Hospital de Stº André	São Tomé	6	10	9 852	220	10 072	5 000	40	5 040
Hospital dos Peliteiros	São Julião	4	7	9 610	200	9 810	0	0	0
Hospital do Conde D. Pedro	Sé	1	2	8 500	0	8 500	8 500	0	8 500
Hospital dos Alfaiates	São João da Praça	3	3	7 993	100	8 093	5 050	40	5 090
Hospital de João de Braga	Santa Justa	4	6	7 350	160	7 510	2 340	40	2 380
Hospital dos Tanoeiros	São Nicolau	4	6	7 300	200	7 500	0	0	0
Hospital de Stª Ana dos Tanoeiros	São Julião	2	3	6 700	80	6 780	0	0	0
Hospital de Stª Maria dos Francos dos Hortelãos	São Pedro	2	2	6 650	60	6 710	6 500	40	6 540
Hospital de S. Vicente do Corvo dos Carpinteiros da Ribeira	Salvador	6	10	6 480	220	6 700	2 600	40	2 640

[continua na página seguinte]

Hospital	Fregª	Nº de propr. incl. o hosp (Lx)	Total de Escrituras	Total de foros(rs)	Dir.(rs)	TOTAL	Hosp. afor. (rs)	Dir.(rs)	TOTAL (Hosp. afor.)
Hospital de S. Jorge dos Barbeiros e Caldeireiros	Santa Justa	2	4	6 100	80	6 180	5 000	40	5 040
Hospital de S. Pedro Mártir	Santa Justa	3	3	5 920	120	6 040	4 600	40	4 640
Hospital de Stª Maria dos Hortelãos	Santa Justa	2	2	5 520	80	5 600	5 000	40	5 040
Hospital dos Clérigos Pobres	Santa Justa	1	2	4 000	40	4 040	4 000	40	4 040
Hospital do Corpo Santo (?)	Mártires	1	1	2 500	40	2 540	2 500	40	2 540
Hospital dos Homens e Banho	Madalena?	2	1	2 226	40	2 266	2 000	40	2 040
Hospital de Stª Maria dos Alfaiates	São Mamede	1	3	2 200	40	2 240	0	0	0
Hospital dos Ganha Dinheiros	São Nicolau	2	3	1 600	80	1 680	1 300	40	1 340
Hospital do Espírito Santo da Alcáçova	Santa Cruz do Castelo	1	1	1 200	40	1 240	1 200	40	1 240
Hospital dos Almoineiros	São Vicente de Fora	3	3	950	80	1 030	300	40	340
Hospital de Stª Maria do Paraíso	Salvador	1	2	850	10	860	850	10	860
Albergaria de Maria Arminho	Santo Estêvão	1	1	530	40	570	530	40	570
Hospital dos Tecelãos	Santa Justa	1	1	370	40	410	0	0	0
TOTAL		138	215	366 556	5 549	372 105	161 570	1 056	162 626

Longe de ter esgotado as possibilidades que a análise desta documentação traz para o conhecimento da Lisboa manuelina, apresentamos em anexo a relação de todas essas propriedades integradas nos hospitais proprietários.

ANEXO

Hospitais medievais incorporados no Hospital de Todos-os-Santos e respectivo património

<p>1. Hospital de Santa Maria dos Alfaiates Fregª de S. Mamede</p> <p>1. Casas, no adro de S. Mamede (São Mamede) <i>três casas – uma térrea e duas sobradadas num só andar</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partem de poente com o adro de São Mamede <p>1499 – emprazadas em 3 vidas, por 2.200 reais e 2 galinhas a Jorge Martins (solteiro, recebedor da sisa do trigo)</p> <p>1500 – vendidas por 5.000 reais emprazadas em 3 vidas por 2.200 reais e 2 galinhas a Inês de Mares (viúva de Pedro Brandão)</p> <p>1516 – vendidas por 25.000 reais a Brás Afonso (notário) emprazadas em 3 vidas por 2.200 reais e 2 galinhas a Bastião Álvares (f. de Brás Afonso)</p>	<p>ANTT Hospital de São José</p> <p>lv. 1134 fl. 16v-17</p> <p>lv. 1134 fl. 37v-38</p> <p>lv. 1133 fl. 162v-163v</p>
<p>2. Hospital dos Alfaiates Ao Monturo da Orca Fregª de S. João da Praça</p> <p>1. Hospital <i>uma casa térrea, um sobrado e um alpendre e entrada com uma parreira</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Parte de Norte e Levante com ruas públicas <p>1502 – emprazado em 3 vidas por 5.050 reais e 2 galinhas a Gonçalo Fernandes e sua mulher Inês da Maia</p> <p>2. Casas ao Monturo da Orca (São João da Praça) <i>uma loja e em cima dois sobrados um sobre o outro e outra loja também.com dois sobrados sobrepostos</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partem de Norte com casas que foram o Hospital dos Alfaiates e de Sul e Levante com ruas públicas <p>1500 – sentença, 1505 – emprazamento, 1511 – escritura emprazadas em 3 vidas por 2.000 reais e 2 galinhas a Diogo Rodrigues (cavaleiro da casa real)</p> <p>3. Casas na rua de Martim Alho (Madalena) <i>uma loja e um sobrado repartido em duas casas</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partem de Norte com rua de Martim Alho <p>1505 – emprazadas em 3 vidas (inovação) por 943 reais e 2 ceitis e 1 galinha a Isabel Gonçalves (viúva)</p>	<p>ANTT Hospital de São José</p> <p>lv. 1134 fl. 92-92v</p> <p>lv. 1133 fl. 30-31</p> <p>lv. 1134 fl. 161-162</p>

<p>3. Hospital de São Jorge, dos Barbeiros e Caldeireiros Rua da Betesga Freg^a de Santa Justa</p> <p>1. Hospital <i>duas lojas com dois sobrados num só andar, e uma casa térrea com seu ar</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Parte de Poente com rua pública <p>1501 – emprazado em 3 vidas por 5.000 reais e 3 galinhas foro dividido por 3 foreiros: Afonso Vaz (sapateiro) e sua mulher Leonor Afonso, 1.300 reais e 1 galinha Branca Lopes (viúva, ama do Dr. Pedro Pacheco), 600 reais e 1 galinha Francisco da Fonseca (jubiteiro do rei) e sua mulher Isabel Fernandes, 3.100 reais e 1 galinha</p> <p>2. Casas na rua da Betesga (Santa Justa) <i>três casas – uma térrea e duas sobradadas em dois sobrados</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partem de Norte com rua da Betesga, de Levante com beco e de Poente com Hospital que foi dos Barbeiros e Caldeireiros <p>1501 – sentença e emprazamento (1502) em 3^a vida, por 1.100 reais e 2 galinhas a Inês Rodrigues (viúva de Lopo Infante)</p>	<p>ANTT Hospital de São José</p> <p>lv. 1134 fl. 98-100</p> <p>lv. 1134 fl. 94-95</p>
<p>4. Hospital dos Carniceiros Rua do Anjo Freg^a de São Nicolau</p> <p>1. Hospital <i>uma casa térrea, que tem a um canto um sobradinho pequeno e baixo que não chega ao telhado, repartido com tabuado ao redor na altura de uma tábu</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Parte de Norte com a rua do Lagar do Sebo e de Levante com a rua do Anjo <p>1502 – emprazado em 3 vidas, por 8.000 reais e 2 galinhas a João de Almada (escudeiro) e sua mulher Beatriz Gonçalves</p> <p>2. Casas na rua do Lagar do Sebo (São Nicolau) <i>sete casas – uma casa térrea e seis sobradadas em dois sobrados</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partem de Norte com a rua do Lagar do Sebo e do Levante com Hospital que foi dos Carniceiros <p>1495 – emprazadas em 3 vidas por 3.020 reais e 2 galinhas, a Rui Dias (caldeireiro) que, em 1498, as trespassou em André Vaz (escudeiro da casa real) que passa a pagar 3.030 reais, 2 galinhas e 12 ovos</p> <p>1500 – trespassadas por André Vaz (“que ora vai por mandado d’ el rei à descoberta da Terra Nova”) e sua mulher Catarina Fernandes e emprazadas em 3 vidas por 3.030 reais, 2 galinhas e 12 ovos a Martim Vaz (luveiro do duque de Coimbra)</p> <p>1509 – vendidas por 27.000 reais, por Martim Vaz (arauto d’ el rei) e emprazadas em 3 vidas, por 3.030 reais, 2 galinhas e 12 ovos a João Rodrigues (recebedor da sisa da fruta) e sua mulher Leonor Segri</p>	<p>ANTT Hospital de São José</p> <p>lv. 1134 fl. 55-55v</p> <p>lv. 1134 fl. 42v-43</p> <p>lv. 1134 fl. 45</p> <p>lv. 1133 fl. 33v-34v</p>

5. Hospital de São Vicente do Corvo, dos Carpinteiros da Ribeira

Rua de Castelo Picão (bairro dos Escolares)
Fregª do Salvador

ANTT
Hospital de São José

1. Hospital

duas casas térreas e uma entrada (1502)

três casas térreas e uma entrada (1512)

- Parte de Poente com a azinhaga da Adiça (rua em 1512) e de Levante com a rua de Castelo Picão

1502 – emprazado em 3 vidas, por **2.600 reais e 2 galinhas**
a João Pires (atafoneiro) e sua mulher Catarina Afonso

lv. 1134,
fl. 90-90v

1512 – emprazado em 3 vidas, por **1.000 reais e 2 galinhas**
ao bacharel Simão Vaz (solteiro, procurador)

lv. 1133
fl. 71-72

2. Casas na rua de Castelo Picão (Salvador)

três casas – duas térreas e uma sobradada

- Partem de Levante com a rua de Castelo Picão e de Poente com casas que foram o Hospital de São Vicente do Corvo

1498 – sentença e emprazamento em 3 vidas (1502), por **600 reais e 1 galinha**
a Pedro Dias (pescador)

lv. 1134
fl. 88-89

1513 – trespassadas por Tomé Dias (2ª vida)
e emprazadas em 2 vidas, por **600 reais e 1 galinha**
a Antão Afonso (pescador) e sua mulher Margarida Fernandes

lv. 1133
fl. 85v-86v

1518 – trespassadas por Antão Afonso (2ª vida)
e emprazadas em 2 vidas, por **600 reais e 1 galinha**
a Diogo Fernandes (calafate)

lv. 1133
fl. 190-191

3. Casas na rua do Salvador (Salvador)

uma loja e três casas em dois sobrados (uma no 1º e duas no 2º)

- Partem de Sul e Levante com ruas públicas

1498 – sentença e emprazamento em 3 vidas (1502), por 1.250 reais e 2 galinhas
a João Preto (pescador)

lv. 1134
fl. 67v-68v

4. Casas na rua do Salvador (Salvador)

duas casas térreas e uma sobradada

- Partem de Norte e Levante com a rua do Salvador

1502 – emprazadas em 3 vidas, por **800 reais e 2 galinhas**
a Fernão Gonçalves (mestre de gramática) e sua mulher Margarida Nunes

lv. 1134
fl. 73-73v

5. Casas na travessa que está junto com a adiça (São Pedro)

cinco casas – três térreas e uma sobradada, uma entrada descoberta e um quintal com uma amendoeira e uma figueira

- Partem de Norte com rua pública, de Sul com Hospital que foi de São Vicente do Corvo e de Poente com a travessa que está junto com a adiça

1499 – trespassadas por João Afonso (confrade do Hospital) e sua mulher Isabel Eanes (que não tinham escritura pois as tinham arrematado em 1496 e ele fora, por mandado d'el rei, "ao descobrimento da canela") e emprazadas em 3 vidas, por **1.130 reais e 2 galinhas**
a João Lourenço (cozinheiro do sr. D. Afonso) e sua mulher Mor Pires

lv. 1134
fl. 48v-49

<p>1506 – vendidas por 23.000 reais a Pedro Álvares (sapateiro) que, por sua vez, as vendeu pelo mesmo preço; emprazadas em 3 vidas (com inovação) por 1.493 reais, 2 ceitis e 2 galinhas, a Luís Coutinho (f. do Dr. Afonso Eanes, fidalgo da casa real) e sua mulher D. Maria</p> <p>6. Chão no bairro dos Escolares, abaixo da Porta do Sol (São Miguel)</p> <p>1500 – emprazamento em 3 vidas, por 100 reais e 2 galinhas a Vicente Martins (solteiro, pescador)</p>	<p>lv. 1123 fl. 262-267v</p> <p>lv. 1134 fl. 38v-39v</p>
<p>6. Hospital dos Clérigos Pobres Rua da Porta Nova, à Betesga Santa Justa</p> <p>1. Hospital <i>quatro casas – uma térrea e três sobradadas no mesmo andar</i> • Parte de Norte com a rua da Porta Nova</p> <p>1501 – emprazamento em 3 vidas, por 4.000 reais e 2 galinhas a Gregório Fernandes (escrivão dos Contos do rei) e sua mulher Franzina Luís</p> <p>1513 – trespassadas por 20 cruzados e $\frac{1}{4}$ de vinho e emprazadas em 3 vidas, por 4.000 reais e 2 galinhas a Pedro da Grã e sua mulher Isabel de Sousa</p>	<p>ANTT Hospital de São José</p> <p>lv. 1120 fl. 340v-344v</p> <p>lv. 1133 fl. 82v-83v</p>
<p>7. Hospital de São Pedro Mártir, dos Corretores Rua de São Pedro Mártir Freg^a de Santa Justa</p> <p>1. Hospital <i>uma casa térrea com um sobradinho pequeno</i> • Parte de Sul e Levante com a rua de São Pedro Mártir</p> <p>1502 – emprazamento em 3 vidas, por 4.600 reais e 2 galinhas a Gomes Eanes (escudeiro) e sua mulher Isabel Luis</p> <p>2. Casas na rua de São Pedro Mártir (Santa Justa) <i>cinco lojas, com uma que serve de estudo, forrada de pinho, e um patim com uma parreira e dois pessegueiros, uma sobreloja repartida em três casas, um sobrado repartido em quatro casas, uma delas forrada de bordos e as outras duas de telha vã</i> • Partem de Norte com casas que foram o Hospital dos Meninos, de Sul com casas que foram o Hospital de São Pedro Mártir e de Levante com rua de São Pedro Mártir</p> <p>1500 – sentença (contra João Fernandes Légua, escudeiro da casa real e escrivão da Casa do Cível) e emprazamento em 3 vidas (1509) por 800 reais e 2 galinhas a Joana da Cunha (nomeada por João Fernandes Légua) e seu marido Pedro Drago</p> <p>3. Sobrados, sem lojas, na rua das Mudanças (São Nicolau) • Partem de Levante com a rua das Mudanças</p> <p>1499 – emprazados em 3 vidas, por 520 reais e 2 galinhas a Vasco Gonçalves (ourives) e sua mulher Isabel Mendes</p>	<p>ANTT Hospital de São José</p> <p>lv. 1134 fl. 96-97</p> <p>lv. 1133 fl. 14-15</p> <p>lv. 1134 fl. 19-19v</p>

8. Hospital de Santo André, dos Escolares

Rua que vai de Santo André para São Tome
Freg^a de São Tomé

ANTT
Hospital de São José

1. Hospital

três casas térreas, com um só portal

- Parte de Norte, Sul e Poente com ruas públicas

1502 – emprazado em 3 vidas, por 5.000 reais e 2 galinhas
a Antão Gonçalves (sarrador?) e sua mulher Maior Gonçalves

lv. 1134
fl. 60-61

2. Chão no bairro dos Escolares, junto às Escolas Gerais (Santo André)

- Parte de Norte e Poente com ruas públicas

1500 – emprazado em 3 vidas, por 80 reais e 1 galinha
a João Afonso (pescador) e sua mulher Tareja Gonçalves

lv. 1134
fl. 31v-32

3. Casas no bairro dos Escolares (São Vicente de Fora)

três casas – duas térreas e uma sobradada, e um quintal

- Partem de Sul com rua pública que vai para o Outeiro e de Poente com rua pública que vai para São Vicente de Fora

1500 – emprazadas em 3 vidas, por **650 reais e 2 galinhas**
a Gonçalo Rodrigues Lobo (cavaleiro da casa real, morador em Alenquer) e sua mulher D. Leonor da Silva

lv. 1134
fl. 36v-37v

1514 – trespassadas por 40.000 reais
e emprazadas em 3 vidas, por **650 reais e 2 galinhas**
a Pedro de Aveiro (cavaleiro da casa real) e sua mulher Beatriz Pires

lv. 1133
fl. 97-98v

1515 – trespassadas por 40.000 reais
e emprazadas em 3 vidas, por **650 reais e 2 galinhas**
ao bacharel João Aires (capelão do duque de Bragança)

lv. 1133
fl. 130-131

4. Casas na rua da Macaravia, no bairro dos Escolares (São Vicente de Fora)

três casas – uma térrea e duas sobradadas num só andar

- Partem de Norte e Levante com rua que vai para São Vicente de Fora e de Poente com a rua da Macaravia

1500 – emprazadas em 3 vidas, por **1.000 reais e 2 galinhas**
a Rui Lobo (solteiro, cavaleiro da casa real)

lv. 1134
fl. 38-38v

1516 – trespassadas graciosamente (por Rui Lobo, fidalgo da casa real, morador em Alenquer)
e emprazadas em 3 vidas, por **1.000 reais e 2 galinhas**
a Estêvão Fernandes (vinhateiro)

lv. 1133
fl. 166-167

1521 – trespassadas por 16.000 reais
e emprazadas em 3 vidas, por 1.000 reais e 2 galinhas
a Francisco Dias (porteiro *dante* os almotacés da cidade) e sua mulher Mecia Dias

lv. 1133
fl. 234-235

5. Casas à Porta da Cruz (Santo Estêvão)

quatro casas – uma loja e dois sobrados, o 1º com uma casa e o 2º com câmara e cozinha

- Partem por diante com rua pública que vai para a Porta da Cruz

1498 – emprazadas em 3 vidas, por 702 reais e 2 galinhas
a Pedro Vaz (pedreiro) e sua mulher Catarina Rodrigues

lv. 1134
fl. 164v-165

<p>6. Casas em Vila Nova (Madalena) <i>uma casa térrea, com uma grande chaminé que passa todos os sobrados e mais quatro casas em quatro sobrados, servindo o último, meio coberto, de eirado</i> • Partem de Levante com a rua da Tinturaria</p> <p>1501 – emprazadas em 3 vidas, por 2.420 reais e 2 galinhas a Luís Costa (viúvo, tintureiro, cristão novo)</p>	<p>lv. 1134 fl. 50-51</p>
<p>9. Hospital dos Ganha-dinheiros Rua do Anjo Freg^a de São Nicolau</p> <p>1. Hospital <i>uma só casa térrea</i> • Parte de Poente com rua do Anjo</p> <p>1501 – emprazamento em 3 vidas, por 1.300 reais e 2 galinhas a João Álvares (barbeiro) e sua mulher Catarina Álvares</p> <p>2. Casas na rua do Anjo (São Nicolau) <i>uma loja e um sobrado</i> • Partem de Norte com rua do Anjo</p> <p>1500 – sentença e emprazamento em 3^a vida (1503), por 300 reais e 2 galinhas a Pedro de Lisboa</p> <p>1501 – emprazamento em 3 vidas (inovação), por 420 reais e 2 galinhas a Pedro de Lisboa (cavaleiro da casa real, cidadão de Lisboa)</p>	<p>ANTT Hospital de São José</p> <p>lv. 1134 fl. 31-31v</p> <p>lv. 1134 195-196v</p> <p>fl. 1133 fl. 25v-26</p>
<p>10. Hospital de Santa Maria dos Francos, dos Hortelões Rua do Chafariz dos Cavalos Freg^a de São Pedro</p> <p>1. Hospital <i>uma só casa com sua entrada</i> • Parte de Norte com a rua do Chafariz dos Cavalos e de Levante com a rua que desce para a saboaria de Alfama</p> <p>1501 – emprazado em 3 vidas, por 6.500 reais e 2 galinhas a Gonçalo Eanes (sapateiro) e sua mulher Catarina Álvares</p> <p>2. Casas junto à Fonte de Alfama (São Pedro) <i>uma casa térrea</i> • Partem de Norte com o Hospital que foi dos Hortelões e de Sul com a fonte de Alfama</p> <p>1502 – sentença e emprazamento em 3 vidas (1504), por 150 reais e 1 galinha a Estêvão Preto (pescador)</p>	<p>ANTT – Hospital de São José</p> <p>lv. 1134 fl. 90v-91</p> <p>lv. 1134 fl. 139-140</p>
<p>11. Hospital de Santa Maria, dos Hortelões Rua direita da Porta de São Vicente Freg^a de Santa Justa</p> <p>1. Hospital <i>duas casas – uma térrea e um sobradada por cima, até meio da loja</i> • Parte de Norte e Levante com rua pública que vai da Porta de São Vicente para as Fontainhas, e de Poente com rua pública da Porta de São Vicente</p> <p>1501 – emprazado em 3 vidas, por 5.000 reais e 2 galinhas a André Gonçalves (solteiro, cerieiro)</p>	<p>ANTT Hospital de São José</p> <p>lv. 1134 fl. 54-55</p>

<p>2. Casas acima de São Cristóvão, à Porta de São Vicente (Santa Justa) <i>três casas – uma térrea e duas sobradadas num só sobrado</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partem de Norte e Levante com rua pública <p>1499 – emprazadas em 3 vidas, por 520 reais e 2 galinhas a Afonso Álvares (que pede para N^a Sr^a da Luz) e sua mulher Catarina Álvares</p>	<p>lv. 1134 fl. 18v-19</p>
<p>12. Hospital dos Almuinheiros Ao Postigo de São Vicente de Fora Freg^a de São Vicente de Fora</p> <p>1. Hospital <i>um pardieiro</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Parte de Sul com o caminho que vem do postigo para dentro da herdade de São Vicente de Fora <p>1503 – emprazado em 3 vidas, por 300 reais e 2 galinhas a João Carvalho (solteiro, escudeiro do bispo de Ceuta)</p> <p>2. Casas num beco (Santa Justa) <i>cinco casas – uma loja com dois sobrados, um sobre o outro, cada um com duas casas</i></p> <p>1497 – sentença e emprazamento em 2 vidas (1502), por 350 reais e 4 frangãos a Maria Gonçalves (viúva)</p> <p>3. Casas na rua da Amendoeira (São Nicolau) <i>uma loja com um sobrado em cima e outro sobrado com duas casas, uma das quais vai sobre terra firme, com uma azinhaga que vai ter à rua da mendoeira, e neste andar está mais um chão com duas romeiras e um marmeleiro, e um 3^o sobrado com uma câmara e um 4^o sobrado com outra câmara</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partem de Norte com a rua da Amendoeira e de Sul com a barroca do mosteiro do Carmo, “águas vertentes” <p>1505 – emprazadas em 3 vidas, por 300 reais a Mestre Gonçalo (cirurgião do rei D. João II)</p>	<p>ANTT Hospital de São José</p> <p>lv. 1134 fl. 104v-105</p> <p>lv. 1134 fl. 151-152</p> <p>lv. 1134 fl. 154-155</p>
<p>13. Hospital dos Ourives Rua do Arco do Rossio Freg^a de São Nicolau</p> <p>1. Hospital <i>uma entrada, em parte descoberta, uma loja, com um sobrado por cima, com sacada sobre a entrada uma loja grande tendo a um canto um sobradinho, e sobre ela uma casa sobradada um patim com um poço e uma parreira, uma loja que se serve pelo patim e sobre ela uma sobreloja</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Parte de Poente com a rua do Arco do Rossio <p>1508 – emprazado em 3 vidas, por 5.500 reais, 6 galinhas e 24 ovos a Afonso Esteves (cerieiro) e sua mulher Luísa Afonso</p>	<p>ANTT Hospital de São José</p> <p>lv. 1133 fl. 4v-5v</p>

<p>2. Casas no beco de N^a Sr^a da Conceição (Madalena) <i>quatro casas sobradadas num só sobrado, sem loja, e um eirado</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partem de Sul com a rua nova que se abriu entre N^a Sr^a da Conceição para a Ourivesaria <p>1502 – emprazadas em 3 vidas, por 6.600 reais e 2 galinhas a Gonçalo Mateus (sapateiro do rei) que dividiu o foro entre Rui Dias (solteiro, escudeiro do rei) e Álvaro da Penha (sapateiro) e sua mulher Maria Dias, pagando cada um 3.300 reais e 1 galinha; Rui Dias trespassou-as em Maria Álvares (viúva) com o mesmo foro</p> <p>1511 – trespassadas (a metade de Álvaro de Penha) e emprazadas em 3 vidas, por 2.500 reais e 2 galinhas a Antão Dias (ourives) e sua mulher Leonor Mendes</p> <p>1516 – trespassadas (a metade de Maria Álvares) e emprazadas em 3 vidas, por 2.700 reais e 2 galinhas a Margarida Eanes e seu marido João Vaz (escudeiro da casa real)</p> <p>3. Casas e atafonas na rua nova que se abriu entre N^a Sr^a da Conceição e a Ourivesaria (Madalena) <i>dois engenhos de atafona (moentes e correntes) e dois sobrados sobrepostos e um eirado e ainda uma loja e três sobrados sobrepostos com uma camarinha por cima</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partem de Sul com na rua nova que se abriu entre N^a Sr^a da Conceição e a Ourivesaria e de Levante com rua direita da Ourivesaria <p>1503 – emprazadas em 3 vidas, por 4.600 reais e 2 galinhas a Heitor Gonçalves (ourives) que as repartiu pelos 3 filhos, respectivamente por: 2.000 reais e 2 galinhas, 1.600 reais e 1.000 reais</p> <p>4. Casas na rua da Ourivesaria (Madalena) <i>três sobrados sobrepostos, com três casas cada</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partem de Levante com rua da Ourivesaria <p>1502 – emprazadas em 3 vidas, por 5.600 reais e 2 galinhas a João de Évora (ourives da rainha) e sua mulher Ana Luís</p>	<p>lv. 1134 fl. 80v-81 fl. 125-126</p> <p>lv. 1133 fl. 40v-41</p> <p>lv. 1118 fl. 114-117v</p> <p>lv. 1134 fl. 118v-119v</p> <p>lv. 1134 fl. 89-89v</p>
<p>14. Hospital de Santa Maria, dos Pedreiros e Correiros Rua da Caldeiraria Freg^a de São Nicolau</p> <p>1. Hospital <i>quatro casas térreas, uma com um alpendre, e dois quintais com poço e parreira</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Parte de Poente com a rua da Caldeiraria (rua direita que vai do Rossio para a rua Nova d' El Rei) <p>1501 – emprazado em 3 vidas, por 13.100 reais e 2 galinhas a João do Sardoal (caldeireiro) e sua mulher Branca Rodrigues que dividiram o foro (1502) com Afonso Gonçalves (ferreiro) e sua mulher Inês Rodrigues, ficando cada foreiro a pagar 6.550 reais e 1 galinha</p> <p>1508 – emprazado em 3 vidas (a parte de João do Sardoal), por 600 reais e 2 galinhas (sic) a João Álvares (ferreiro) e sua mulher Maria Gomes</p> <p>2. Casas na rua do Arco do Rossio (São Nicolau) <i>cinco casas – duas térreas e três sobradadas num só andar</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partem de Levante com rua do Arco do Rossio <p>1497 – sentença e emprazamento em 3 vidas (1503), por 1.400 reais e 2 galinhas a Branca Pires (viúva de Gonçalo Cravo)</p>	<p>ANTT Hospital de São José</p> <p>lv. 1134 fl. 56v-57v</p> <p>lv. 1134 fl. 189v-190</p> <p>lv. 1134 fl. 84-85</p>

<p>3. Casas no beco do Arco do Rossio (São Nicolau) <i>uma loja e um sobrado repartido em duas casas</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partem de Sul com o beco do Arco do Rossio e de Poente com o Hospital que foi dos Pedreiros e Correeiros <p>1502 – sentença e emprazamento em 3 vidas (1503), por 1.400 reais e 2 galinhas a João Martins (barbeiro)</p> <p>4. Muro na entrada da rua da Caldeiraria (São Nicolau) <i>pedaço do muro que vai ao longo das casas que foram Hospital dos Pedreiros e Correeiros</i></p> <p>1508 – aforado enfatiota, por 120 reais e 1 galinha a João Rodrigues (seleiro) que tem 2 casas encostadas ao muro</p> <p>5. Casas (São Cristóvão) <i>uma loja com meio sobrado por cima e um quintal</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partem por diante com rua pública (?) <p>1498 – emprazadas em 3 vidas, por 335 reais e 2 frangões a Rui Vaz (alcaide-mor de Ceuta) e sua mulher Beatriz Fernandes, que as trespassaram (1499) em Luís Gonçalves (marinheiro) e sua mulher Leonor Álvares</p> <p>6. Casas na “rua da calçada” de São Cristóvão (São Cristóvão) <i>uma loja e um sobrado repartido em duas casas</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partem de Sul e Poente com “rua da calçada” de São Cristóvão <p>1502 – emprazadas em 3 vidas, por 1.600 reais e 2 galinhas a João Gonçalves (trabalhador) e sua mulher Maria Gomes que dividiram o foro por João Vaz (correeiro) e sua mulher Isabel Eanes e por Pedro Dias (ataqueiro) e sua mulher Antónia Dias, ficando cada um a pagar 800 reais e 1 galinha</p> <p>1511 – emprazadas em 3 vidas, por 1.250 reais e 2 galinhas a Bastião Rodrigues (almoxarife do duque de Bragança) e sua mulher Isabel de Andrade</p> <p>7. Casas na rua de São Pedro Mártir (Santa Justa) <i>duas casas – uma térrea e uma sobradada</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partem de Poente com rua de São Pedro Mártir <p>1501 – emprazadas em 3 vidas, por 300 reais e 2 galinhas a Diogo Afonso (capelão d’ el rei, morador na Corte)</p>	<p>lv. 1134 fl. 121v-122v</p> <p>lv. 1134 fl. 190v-191</p> <p>lv. 1134 fl. 175-176</p> <p>lv. 1134 fl. 127-128</p> <p>lv. 1133 fl. 79v-80</p> <p>lv. 1134 fl. 47-47v</p>
<p>15. Hospital dos Peliteiros Rua Nova d’ El Rei Freg^a de São Julião</p> <p>1. Casas na rua Nova d’ El Rei (São Julião) <i>quatro casas – uma loja e em cima dois sobrados sobrepostos, o 1º com casa dianteira e cozinha e o 2º com câmara</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partem de uma parte com rua das Esteiras e da outra com rua Nova d’ El Rei <p>1497 – emprazadas em 3 vidas, por 2.610 reais e 2 galinhas a Catarina Dias (viúva de Luís Esteves)</p> <p>1517 – emprazadas em 3 vidas (inovação), por 3.500 reais e 2 galinhas a Joana Lopes e sua mulher Afonso Lopes (batefolhas)</p>	<p>ANTT Hospital de São José</p> <p>lv. 1134 fl. 169v-170</p> <p>lv. 1133 fl. 169-169v</p>

<p>2. Casas na rua das Esteiras que passam à rua Nova d' El Rei (São Nicolau) <i>uma loja e meia sobreloja e uma sobrado repartido em casa dianteira e câmara</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partem de Levante com rua das Esteiras e de Poente com rua Nova d' El Rei <p>1497 – emprazadas em 3ª vida, por 3.000 reais e 2 galinhas a Pedro Eanes (esteireiro)</p> <p>1519 – trespassadas* por 66.000 reais e emprazadas em 3 vidas, por 4.020 reais e 2 galinhas a António Carranca (dourador d' El Rei)</p> <p>* pelo meio houve outro trespasso feito em 1513 que é referido mas não consta</p> <p>3. Casas ao Poço da Foteia (Madalena) <i>dois sobrados, sem loja, com duas casas cada</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partem de Norte com rua de Mestre Vasco, cerca do Poço da Foteia <p>1497 – sentença e emprazamento em 2ª vida (1502), por 2.000 reais e 2 frangões a João Gonçalves (tabelião)</p> <p>4. Casas na rua da Cordoaria Velha (Mártires) <i>uma loja e uma “casa lapa” que vai por baixo do chão e um sobrado repartido em quatro casas e por cima outra casa sobradada</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partem de poente com rua da Cordoaria Velha <p>1497 – sentença e emprazamento em 2ª vida (1504), por 2.000 reais e 4 galinhas a Margarida Gomes (viúva de Fernão Varela e cc João da Ponte)</p> <p>1504 – aforamento enfatiota, por 2.000 reais e 4 galinhas a D. Henrique (sobrinho d' el rei)</p>	<p>lv. 1134 fl. 95-96</p> <p>lv. 1133 fl. 217-218</p> <p>lv. 1134 fl. 68v-69v</p> <p>lv. 1134, fl. 128-[129] (lv. 1122, fl. 165-172)</p> <p>lv. 1134 fl. 138-139</p>
<p>16. Hospital do Corpo Santo, dos Pescadores À Porta de Cata-que-Farás (ou à Porta da Oura?) Fregª dos Mártires</p> <p>1. Hospital (?)* <i>duas lojas, uma delas à face da rua, uma furna subterrânea e em cima uma sobreloja tendo por cima um sobrado repartido em duas casas com sacada que vai à face da rua, e um sobrado sobre a loja de dentro</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Parte de Norte e de Sul com ruas públicas e de Levante com travessa <p>1497 – sentença e emprazamento (1505), por 2.500 reais e 2 galinhas a Maria Dias, que nomeia a Catarina Álvares (1511 – 2ª vida) e seu marido Gaspar Tinoco (cavaleiro da casa real)</p> <p>* Não é claro se se trata do próprio hospital se de casas do hospital</p>	<p>ANTT Hospital de São José</p> <p>lv. 1133 fl. 39v-40</p>

<p>17. Hospital do Santo Frei Pedro Gonçalves, dos Pescadores Rua do Chafariz dos Cavalos Freg^a de São Miguel</p> <p>1. Hospital <i>três casas – duas térreas e uma sobradada, e uma entrada</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Parte de Sul com o Chafariz dos Cavalos e de Poente com rua do Chafariz dos Cavalos <p>1501 – emprazado em 3 vidas, por 11.000 reais 2 galinhas, a D. Diogo da Silva, conde de Portalegre e à condessa sua mulher</p> <p>1512 – trespasado* em 2ª vida com o mesmo foro em André Rodrigues de Beja (cavaleiro da casa real)</p> <p>1516 – emprazamento em 3 vidas (inovação), por 11.300 reais e 2 galinhas a André Rodrigues de Beja (cavaleiro da casa real)</p> <p>* pelo meio houve outro trespasse feito em 1509 que é referido mas não consta</p>	<p>ANTT Hospital de São José</p> <p>lv. 1134 fl. 55v-56</p> <p>lv. 1133 fl. 63-63v</p> <p>lv. 1118 fl. 149-152v</p>
<p>18. Hospital de Santa Maria da Mercê, dos Sapateiros de Correia e Odeiros Rua das Pedras Negras Freg^a da Madalena</p> <p>1. Hospital e casas que com ele partem <i>uma loja dividida em duas casas e uma meia sobreloja com uma sobrado por cima, dividido em duas casas, uma casa térrea e em cima uma meia sobreloja com um sobrado em cima, uma casa térrea com um sobrado por cima, uma casa térrea com um sobrado por cima</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Parte de Poente com rua das Pedras Negras e de Norte com rua pública <p>1501 – emprazado em 3 vidas, por 12.400 reais e 4 galinhas a Martim Vaz (seleiro) e sua mulher Filipa Lopes, com condição de poderem dividir o foro (1502): Pero Martins (sapateiro) e sua mulher Violante Afonso – 4.520 reais e 1 galinha; Gonçalo de Coimbra (correeiro) – 3.800 reais e 1 galinha; Gonçalo Vaz (escudeiro do conde de Penela) – 1.040 reais; Martim Vaz (seleiro) e sua mulher Filipa Lopes – 3.020 reais e 2 galinhas</p> <p>1513 – trespasada a parte de Pedro Martins, em 2ª vida, por 4.520 reais e 1 galinha, a Gonçalo Fernandes d' Arcos (mercador)</p> <p>2. Casas no beco de Martim Gonçalves corretor (São Julião?) <i>três casas – uma térrea e duas sobradadas em dois sobrados sobrepostos</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partem por diante com o beco <p>1497 – emprazadas em 3 vidas, por 300 reais e 2 galinhas a Francisco Rodrigues (biscainho, carpinteiro)</p>	<p>ANTT Hospital de São José</p> <p>lv. 1134 fl. 105v-109v</p> <p>lv. 1133 fl. 83v-84v</p> <p>lv. 1134 fl. 167v-168</p>

<p>3. Casas na rua da Cutelaria (São Nicolau) <i>uma casa térrea (que já foi sobradada)</i> • Partem de Poente com rua da Cutelaria e de Norte e Poente com travessa</p>	
<p>1494 – emprazadas em 3 vidas (carta de 1501), por 800 reais e 2 galinhas, a Francisco Eanes (cavaleiro da casa da rainha, seu colaço e estribeiro-mor)</p>	lv. 1134 fl. 33-33v
<p>1502 – trespassadas por 50 cruzados (por Catarina Fernandes, servidora de Francisco Eanes, 2ª vida) e emprazadas em 2ª vida, por 800 reais e 2 galinhas ao Dr. Garcia Fróis (cidadão)</p>	lv. 1133 fl. 49-50
<p>4. Casas na rua das Arcas (Santa Justa) <i>dois sobrados, sem loja</i> • Partem de Levante com rua “pública direita” que vai da rua das Arcas para o Rossio</p>	
<p>1494 – emprazadas em 3 vidas, por 1.320 reais e 2 galinhas a Ana Correia (viúva de Luís Eanes Colaço, escudeiro do rei)</p>	lv. 1134 fl. 4v-5
<p>5. Casas na rua da Achada (São Cristóvão) <i>três casas – uma térrea e uma sobradada num só andar, uma sobreloja e uma entrada descoberta</i> • Partem de Sul e Poente com rua da Achada</p>	
<p>1499 – sentença e emprazamento em 3 vidas (1502), por 1.000 reais e 2 gal. a Marcos Afonso (cantor do rei)</p>	lv. 1134 fl. 92v-93v
<p>6. Casa na rua das Farinhas (São Lourenço) <i>uma casa térrea</i> • Parte de Levante com rua das Farinhas</p>	
<p>1502 – emprazada em 3 vidas, por 150 reais e 2 frangos a Diogo Dias (curtidor) e sua mulher Isabel Mendes</p>	lv. 1134 fl. 93v-94
<p>7. Casas com atafona de casca, na rua direita que vai para o Chafariz dos Cavalos (São Miguel) <i>uma loja onde está uma atafona de casca e 17 aloques e em cima quatro casas sobradadas num só andar e em cima do sobrado, à face da rua direita que vai à parte Norte, tem mais duas casas sobradadas uma sobre a outra</i> • Partem de Norte com rua direita que vai para o Chafariz dos Cavalos, de Sul com beco das Alcaçarias, de Levante e Poente com alcaçarias do mesmo Hospital</p>	
<p>1505 – sentença e emprazamento em 3 vidas (1509), por 5.500 reais, 2 galinhas e 2 frangos a João Afonso (curtidor) e sua mulher Margarida Eanes</p>	lv. 1133 fl. 10v-11v
<p>1516 – emprazamento em 3 vidas (inovação), por 7.353 reais, 2 ceitis e 2 galinhas a Jorge Afonso (f. de João Afonso e de Margarida Eanes, curtidor)</p>	lv. 1133 fl. 155-155v

8. Casas e alcaçarias em Alfama (São Miguel)

cinco casas – uma térrea, das alcaçarias, e três casas sobradadas como coruchéu, e uma casinha debaixo do coruchéu sobradada (as casas sobradadas estão da banda do norte e servem pela rua que vai para o chafariz); tem 16 pelames, 2 tinas, 1 testo, 1 caldeira, 2 fontes de água

- Partem de Norte com rua pública que vai para o Chafariz dos Cavalos, de Levante com atafona de casca e de Poente com alcaçarias do Hospital de São Lázaro

1499 – emprazadas em 3 vidas, por **13.000 reais e 4 galinhas**
a Pedro Dias (escudeiro, alcaide) e sua mulher Mor Gonçalves

lv. 1134
fl. 11v-12

1511 – trespassadas e emprazadas em 2ª vida, por **13.000 reais e 4 galinhas**
a Pedro Dias (curtidor)

lv. 1133
fl. 60v-61v

9. Casas e alcaçarias em Alfama (São Miguel)

8 aloques, 14 pelames, 2 fontes, 2 tinas, 1 chaminé com sua caldeira e 1 poço e sobre elas as casas seguintes:

à parte Sul, as casas de serviço das ditas alcaçarias: um sobrado repartido em três casas e sobre ele outro sobrado e mais outras casas de morada

à parte Norte, à face da rua, sobre parte das alcaçarias: um sobrado repartido em quatro casas e sobre ele outro sobrado repartido em três casas

- Partem de Norte com rua do Chafariz dos Cavalos, de Sul com muro da cidade e beco de serventia, de Levante com alcaçarias forras e de Poente com atafona de casca e outras alcaçarias do mesmo hospital

1507 – tresmutadas e emprazadas em 3 vidas, por **10.400 reais, 2 galinhas, 2 capões e 1 frangão**
a Pedro Afonso (curtidor)

lv. 1134
fl. 131-132

– sentença e emprazamento por 3 vidas, por **13.000 reais**
a Pedro Afonso (curtidor)

lv. 1133
fl. 182v-183

10. Casas e pardieiros no bairro dos Escolares (São Vicente de Fora)

casa térrea e em cima um sobrado com dois pardieiros

- Partem de uma parte com rua pública que vai para o Outeiro e da outra com rua que vai para São Vicente de Fora

1493 – emprazamento em 3 vidas, por 140 reais e 2 galinha
a Catarina Álvares (viúva, ama do Dr. Pedro de Sousa, tesoureiro e cónego da Sé), que em 1499 vende as casas a Jorge Vaz

lv. 1134
fl. 172v-173

1500 – emprazamento em 3 vidas (inovação), por **176 reais, 2 ceitis e 2 galinhas**
a Jorge Vaz (ourives) e sua mulher Margarida Gil

lv. 1134
fl. 105-105v

1511 – trespassadas por 30.000 reais
e emprazadas em 2ª vida, por **186 reais, 4 ceitis e 2 galinhas**
a Estêvão Gil (capelão do rei)

lv. 1133
fl. 41v-42v

<p>19. Hospital de Santana, dos Tanoeiros Às Fangas da Farinha Freg^a de São Julião</p> <p>1. Casas na rua Nova d' El Rei (São Julião) <i>cinco casas – uma térrea, uma sobreloja e dois sobrados, o 2º com duas casas</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partem de Sul com rua que vai para o Anjo e de Levante com outra rua pública <p>1499 – emprazadas em 3 vidas, por 4.500 reais e 2 galinhas a Pedro Eanes (tanoeiro) e sua mulher Aldonça Martins</p> <p>1513 – trespassadas e emprazadas em 3 vidas, por 4.500 reais e 2 galinhas a Gonçalo Fernandes (botoeiro na rua Nova d' El Rei) e sua mulher Margarida Pires</p> <p>2. Casas ao Poço do Chão (São Nicolau) <i>três lojas e em cima quatro casas sobradadas, uma dianteira, duas câmaras e uma cozinha</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partem de um lado com o “outro hospital que os tanoeiros têm ao Poço do Chão” e entestam com rua do Poço do Chão <p>1497 – emprazadas em 3 vidas, por 2.200 reais e 2 galinhas a Álvaro Eanes (tanoeiro) e sua mulher Beatriz Rodrigues</p>	<p>ANTT Hospital de São José</p> <p>lv. 1134 fl. 24-24v</p> <p>lv. 1133 fl. 84v-85v</p> <p>lv. 1134 fl. 170-170v</p>
<p>20. Hospital dos Tanoeiros Ao Poço do Chão Freg^a de São Nicolau</p> <p>1. Casas na rua de João Duvida (São Julião) <i>uma loja, uma sobreloja e um sobrado repartido em casa dianteira, câmara e cozinha</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partem de Levante com a rua de João Duvida <p>1494 – sentença e emprazamento em 3ª vida (1502), por 1.500 reais e 2 galinhas a Margarida Eanes e seu marido João Fernandes (marinheiro)</p> <p>1520 – trespassadas por 40.000 reais e emprazadas em 3 vidas, por 2.020 reais e 2 galinhas a Pedro Homem (mestre da balança da Moeda)</p> <p>2. Casas na rua Nova d' El Rei (S. Julião) <i>uma loja com dois sobrados por cima, o 1º com uma casa e o 2º com duas; com um portal para um beco que vai dar à rua dos Fornos</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partem de Levante com rua Nova d' El Rei e de Poente com beco que vai dar à rua dos Fornos <p>1502 – sentença e emprazamento em 3ª vida (1505), por 2.750 reais e 2 galinhas a Bartolomeu Pires</p>	<p>ANTT Hospital de São José</p> <p>lv. 1134 fl. 67-67v</p> <p>lv. 1133 fl. 237v-238</p> <p>lv. 1134 fl. 157-158</p>

<p>3. Casas na rua que vai dos Estaus para o Poço do Chão (São Nicolau) <i>quatro casas sobradadas e duas térreas – uma loja com duas casas em cima num só andar e outra loja com dois sobrados um sobre o outro</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partem de Norte com rua corrente que vem da Calçada de Paio de Navais para os Estaus e de Levante com rua pública que vai dos Estaus para o Poço do Chão <p>1501 – emprazadas em 3 vidas, por 2.500 reais e 4 galinhas a João Fogaça (solteiro, fidalgo da casa do condestável)</p> <p>1521 – emprazadas em 3 vidas, por 4.500 reais e 4 galinhas* a Leonor Fernandes (viúva, ama do sr. D. António, sobrinho do rei e escrivão da puridade)</p> <p>* pelo meio houve dois trespasses, em 1502 e 1511 que são referidos mas não constam</p> <p>4. Casas na rua por trás de Santa Justa (Santa Justa) <i>uma loja e dois sobrados um sobre o outro</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partem de Norte com na rua por trás de Santa Justa <p>1495 – emprazadas em 3 vidas, por 550 reais e 2 galinhas a Branca Dias</p>	<p>lv. 1134 fl. 46v-47</p> <p>lv. 1133 fl. 235v-236v</p> <p>lv. 1134 fl. 103-103v</p>
<p>21. Hospital dos Tecelões À Betesga Fregª de Santa Justa</p> <p>1. Casas no beco da Betesga (Santa Justa) <i>uma loja e uma sobreloja e dois sobrados sobrepostos</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partem de Levante com beco da Betesga <p>1516 – emprazadas em 3 vidas (inovação), por 360 reais, 2 ceitis e 2 galinhas a João de Chaves (meirinho)*</p> <p>* Não constam as escrituras anteriores</p>	<p>ANTT Hospital de São José</p> <p>lv. 1133 fl. 156-157</p>
<p>22. Albergaria de Maria Arminho Rua direita que vai de Santo Estêvão para a Porta da Cruz Santo Estêvão</p> <p>1. Albergaria <i>três casas térreas repartidas com repartimento de canas e barro, muito velhas</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Parte de Sul com a rua pública de Santo Estêvão <p>1500 – emprazada em 3 vidas, por 530 reais e 2 galinhas a João Álvares, dos Olivais (viúvo)</p>	<p>ANTT Hospital de São José</p> <p>lv. 1134 fl. 34v-35</p>

23. Hospital de D. Maria de Aboim

Rua da Porta de Santo Antão
Freg^a de Santa Justa

ANTT
Hospital de São José

1. Hospital

grande casa sobradada, com uma torre, entrada, boticas e quintais

- 1501 – emprazado em 3 vidas, por **16.000 reais e 4 galinhas**
a Gonçalo Mateus (sapateiro do rei) e sua mulher Inês Fernandes que dividiu o foro em 8 partes (1502) por outros tantos foreiros:
Pedro Dias (luveiro do rei) e sua mulher Antónia Rodrigues – 3.000 reais; Vasco Fernandes (pedreiro) e sua mulher Inês Afonso – 3.000 reais; Afonso Vaz (borzegueiro) e sua mulher Leonor Afonso – 1.150 reais; João de Estremoz (carpinteiro) e sua mulher Maria Gil – 1.150 reais; João Egas (provedor que foi do Hospital de D. Maria de Aboim) e sua mulher Violante Fernandes – 3.560 reais e 2 galinhas; Gonçalo Mateus (sapateiro do rei) e sua mulher Inês Fernandes – 740 reais; Jácome Lopes (sapateiro) – 1.740 reais; Álvaro Eanes (tanoeiro) – 1.740 reais e 2 galinhas
- lv. 1134
fl. 61-66
- 1515 – trespassado por 50.000 (parte de João de Estremoz) e emprazada em 3 vidas, por **1.150 reais**
a André Baeza (castelhano, morador em Lisboa)
- lv. 1133
fl. 119-120
- 1515 – trespassado por 20.000 (a parte de Vasco Fernandes) e emprazada em 3 vidas, por **3.000 reais**
a João Afonso Preto e sua mulher Elvira Pires
- lv. 1133
fl. 128v-129v
- 2. Casas** na rua da Porta de Santo Antão (Santa Justa)
três casas – uma loja e duas casas sobradadas num andar
- Partem de Norte, Sul e Poente com casas que foram Hospital de D. Maria de Aboim e de Levante com rua pública
- 1501 – emprazadas em 3 vidas, por **4.300 reais e 2 galinhas**
a Jácome Lopes, (borzegueiro) e sua mulher Isabel Lopes
- lv. 1133
fl. 2-2v
- 1503 – emprazadas em 3 vidas, por **3.900 reais e 2 galinhas**
a Bastião Vaz (picheleiro) e sua mulher Mecia Vaz
- lv. 1134
fl. 147v-148
- 3. Casas** na rua da Porta de Santo Antão (Santa Justa)
dois sobrados em um andar
- Partem de Levante com rua da Porta de Santo Antão e de Poente com casas que foram Hospital de D. Maria de Aboim
- 1500 – emprazadas em 3 vidas, por **1.110 reais e 2 galinhas**
a Leonor Vaz e seu marido Luís Álvares
- lv. 1134
fl. 45-46
- 1512 – trespassadas e emprazadas em 2 vidas, por **1.100 reais e 2 galinhas**
a Leonor Esteves (viúva)
- lv. 1133
fl. 48v-49
- 4. Casas** na rua da Porta de Santo Antão (Santa Justa)
uma loja com um meio balcão
- Partem de Levante com casas do capitão D. Antão [de Almada] e de Poente com rua da Porta de Santo Antão
- 1511 – emprazadas em 3 vidas, por **1.220 reais e 2 galinhas**
a António Vaz e sua mulher Maria Gonçalves
- lv. 1133
fl. 31-32
- 1514 – trespassadas por 8.000 reais e emprazadas em 3 vidas por **1.220 reais e 2 galinhas**
a Luís Fernandes (latoeiro) e sua mulher Isabel Dias
- lv. 1133
fl. 118-119

<p>5. Casas na rua da Porta de Santo Antão (Santa Justa) <i>uma loja e dois sobrados um sobre o outro</i> • Partem de Levante com casas do capitão D. Antão [de Almada] e de Norte com azinhaga de serventia</p>	
<p>1497 – sentença e emprazamento (1504), por 1.000 reais e 2 galinhas a Garcia de Sequeira (escudeiro do conde de Monsanto) e sua mulher Mecia de Matos</p>	<p>lv. 1134 fl. 35v-36v</p>
<p>6. Casas na rua da Porta de Santo Antão (Santa Justa) <i>uma loja e uma meia sobreloja</i> • Partem de Poente com rua da Porta de Santo Antão</p>	
<p>1502 – emprazadas em 3 vidas, por 2.220 reais e 2 galinhas a João Rodrigues (alfaiate) e sua mulher Maria da Fonseca</p>	<p>lv. 1134 fl. 58v-59</p>
<p>7. Casas na rua da Porta de Santo Antão (Santa Justa) <i>uma estrebaria e uma loja e sobre a loja um sobrado uma casa térrea e sobre ela um sobrado um patim e uma entrada com um portal de pedraria e sobre a entrada um sobrado e entestando com ele outro sobrado repartido em duas casas</i> • Partem de Levante com rua da Porta de Santo Antão e de Poente com casas que foram Hospital de D. Maria de Aboim</p>	
<p>1512 – emprazadas em 3 vidas, por 7.000 reais e 2 galinhas a Álvaro Luís (cristão novo) e sua mulher Margarida Fernandes</p>	<p>lv. 1133 fl. 111-112v</p>
<p>8. Casas à Porta de Santo Antão (Santa Justa) <i>seis casas – duas lojas e uma meia sobreloja e no sobrado de cima uma casa dianteira e uma câmara repartidas com tabuado e uma cozinha repartida com um frontal de cortiça e sobre a sacada uma casinha pequena</i> • Entestam por diante com rua pública e por trás com quintal do que foi Hospital de D. Maria de Aboim</p>	
<p>1498 – emprazadas em 3 vidas, por 1.750 reais e 2 galinhas a Luís Gomes e sua mulher Inês Fernandes</p>	<p>lv. 1134 fl. 77-77v</p>
<p>1520 – emprazadas em 3 vidas (inovação), por 2.353 reais, 2 ceitis e 2 galinhas a Isabel Fernandes e seu marido Francisco Quaresma (escudeiro, solicitador da rendição dos cativos)</p>	<p>lv. 1133 fl. 227v-228</p>
<p>9. Casas à Porta de Santo Antão (Santa Justa) <i>duas casas térreas, uma sobreloja e um sobrado repartido em casa dianteira e câmara</i> • Partem de Norte, Sul e Poente com o que foi Hospital de D. Maria de Aboim e de Levante com rua da Porta de Santo Antão</p>	
<p>1497 – sentença e emprazamento em 2 vidas (1502), por 2.500 reais e 2 galinhas a Leonor Vaz (viúva)</p>	<p>lv. 1134 fl. 145v-146v</p>
<p>1519 – trespassadas por 25.000 reais e emprazadas em 3ª vida, por 2.500 reais e 2 galinhas a Francisco Fernandes (marceiro)</p>	<p>lv. 1119 fl. 130v-134</p>
<p>10. Casas à Porta de Santo Antão (Santa Justa) <i>uma loja e sobre ela um sobrado e ainda um chão descoberto</i> • Partem de todos os lados com outras casas do Hospital</p>	
<p>• 1513 – emprazadas em 3 vidas, por 1.300 reais a Bastião Vaz (picheleiro) e sua mulher Mecia Lopes</p>	<p>lv. 1133 fl. 89-89v</p>

- 11. Casas à Porta de Santo Antão (Santa Justa)**
três casas – uma loja sem repartição e um sobrado com casa dianteira e câmara, repartidas com tabuado
 • Partem com o que foi Hospital de D. Maria de Aboim e com rua da Porta de Santo Antão [de Levante]
- 1497 – emprazadas em 3 vidas, por **900 reais e 2 galinhas**
 a João Preto (barbeiro) e sua mulher Inês Fernandes
- lv. 1134
 fl. 167-167v
- 12. Casas na rua das Esteiras, que passam à rua Nova d' El Rei (São Nicolau)**
uma loja com dois sobrados, repartidos cada um em casa dianteira, câmara e cozinha
 • Partem de Levante com rua das Esteiras e de Poente com rua Nova d' El Rei
- 1497 – sentença e emprazamento em 3 vidas (1503), por **2.800 reais e 2 galinhas**
 a Clara d' Alter (f. de João d' Alter, escudeiro da casa real e cc Fernão Gomes, almoxarife do HTOS)
- lv. 1134
 fl. 102-103
- 13. Casas na rua do Poço do Chão (São Nicolau)**
são um banho térreo sobre o qual está um sobrado em que estão repartidas casa dianteira e cozinha e sobre a cozinha está uma camareta e outro sobrado acima deste com duas casas sobradadas e mais um patim diante das casas com um poço e uma parreira
 • Partem de Levante com Hospital dos Tanoeiros
- 1497 – sentença e emprazamento em 3 vidas (1502), por **1.500 reais e 2 galinhas** a Afonso Gomes (escudeiro, pintor do rei) e sua mulher Isabel Gomes
- lv. 1134
 fl. 76-77
- 1506 – emprazadas em 3 vidas (inovação), por **1.594 reais e ½ e 2 galinhas** a Pedro de Lisboa (cavaleiro, cidadão e juiz do crime) e sua mulher Guiomar da Gama
- lv. 1134
 fl. 184v-185
- 14. Casas na rua Nova do Cano (São Julião)**
oito casas – uma loja e uma meia sobreloja e para cima três outros sobrados com duas casas em cada um
 • Partem [de Levante] com rua das Esteiras (rua Nova do Cano) e [de Poente] com rua Nova d' El Rei
- 1498 – emprazadas em 3 vidas, por **2.200 reais e galinhas**
 a Gil Eanes (cavaleiro) e sua mulher Isabel de Paiva
- lv. 1134
 fl. 177v-178
- 15. Casas junto com a igreja de São Julião (São Julião)**
duas lojas e sobre elas um sobrado dividido em duas casas, com sacada, e sobre ele outro sobrado repartido em três casas, com sacada
 • Partem de Norte e Levante com ruas públicas
- 1503 – sentença e emprazamento em 3 vidas (1504), por **4.000 reais e 2 galinhas**
 a João Rodrigues [Pais] (do Conselho do rei e contador-mor) e sua mulher Catarina Leme
- lv. 1133
 fl. 91-92

24. Hospital de João de Braga

Rua da Praça da Palha
Freg^a de Santa Justa

ANTT
Hospital de São José

1. Hospital

uma loja com uma meia sobreloja e em cima um sobrado com uma casa dianteira e uma câmara e uma cozinha, repartidas com tabuado

- Entre a rua das Arcas e a rua do Pato

1496 – sentença e empraçamento em 3 vidas (1497), por **2.340 reais e 2 galinhas**

a Tomé Fernandes (carpinteiro) e sua mulher Isabel Fernandes

lv. 1123
fl. 152v-160

2. Casas na Pedreira, no beco de João de Lisboa (Mártires)

duas casas – uma térrea com uma cantareira e outra sobradada com uma chaminé e duas janelas

1496 – empraçadas em 3 vidas, por **1.110 reais e 2 galinhas**
a Isabel Gonçalves (viúva de João Pires, caeiro)

lv. 1134
fl. 163-163v

3. Casas na rua das Arcas (Santa Justa)

cinco casas – duas térreas e quatro sobradadas em dois sobrados

- Partem de Poente com rua pública das Arcas

1498 – sentença e empraçamento em 3 vidas (1499), por **1.200 reais e 2 galinhas**

a João de Guimarães (carpinteiro de tenda) e sua mulher Aldonça Vaz

lv. 1134
fl. 7v-8v

1509 – trespassadas e empraçadas em 3^a vida, por **1.200 reais e 2 galinhas**
a Fernão de Andrade (genro de Aldonça Vaz)

lv. 1133
fl. 34v-35

1509 – empraçadas em 3 vidas (inovação), por **1.620 reais e 2 galinhas**
a Fernão de Andrade (genro de Aldonça Vaz)

lv. 1133
fl. 35v-36

4. Casas na rua do Pato (Santa Justa)

nove casas – duas lojas e uma sobreloja, cinco casas sobradadas e um eirado descoberto

- Partem de Norte com rua do Pato

1499 – empraçadas em 3 vidas, por **2.700 reais e 2 galinhas**
a Jorge Mendes (criado de Pedro Rodrigues, escrivão que foi das fazendas do príncipe que Deus haja)

lv. 1134
fl. 9-10

25. Hospital de São Vicente, dos Romeiros

À Sé
Freg^a da Sé

1. Casas à Porta de Ferro (Sé)

nove casas – uma loja e cinco sobrados sobrepostos com duas casas em quatro deles e uma só casa no último

- Partem de Norte com rua da Porta de Ferro e de Sul com rua que vai da Porta de Ferro para o Lagar do Mel

1497 – sentença e empraçamento (1502), por **4.000 reais e 2 galinhas**
a Dinis Afonso (sapateiro)

lv. 1134
fl. 97-98

1504 – empraçadas em 1 só vida, por 4.000 reais e 2 galinhas
a Margarida Dinis (f. de Dinis Afonso)

lv. 1122
fl. 172v-177

1512 – vendidas e empraçadas em 1 vida, por 4.000 reais e 2 galinhas
a Afonso Vaz (borzeagueiro)

lv. 1133
fl. 46-47

1516 – empraçadas em 3 vidas (inovação), por 5.313 reais, 2 ceitis e 2 galinhas
a Afonso Vaz (borzeagueiro)

lv. 1133
fl. 150-150v

2. Casas junto à Sé (Sé)

dez casas – duas térreas e oito sobradadas em quatro sobrados

- Partem de Norte com Hospital que foi de São Vicente dos Romeiros, de Sul com rua pública que vai da Sé para a Câmara e de Levante com rua pública que vai para a cadeia

1497 – sentença e empraçamento em 2^a vida (1498), por **1.700 reais e 4 galinhas**
a Isabel de Pavia (viúva de João Tição)

lv. 1134
fl. 3v-4v

1518 – empraçadas em 3 vidas (inovação), por **2.155 reais e 4 galinhas**
ao bacharel Pedro do Couto

lv. 133
fl. 196v-197

1520 – empraçadas em 3 vidas (inovação), por **2.306 reais, 4 ceitis e 4 galinhas**
a Rui Garcia (cavaleiro da casa real, tesoureiro da Casa da Índia)

lv. 1133
fl. 233-234

3. Casas na rua que vai da porta da Sé para a Câmara (Sé)

uma loja e sobreloja e dois sobrados sobrepostos

- Partem de Norte e Poente com casas que foram Hospital de São Vicente dos Romeiros e de Sul com rua que vai da porta da Sé para a Câmara

1499 – sentença e empraçamento em 2 vidas (1509), por **1.200 reais e 4 galinhas**
a Isabel Fernandes e seu marido Antão Vaz (cavaleiro da casa real)

lv. 1133
fl. 13-14

4. Casas na rua da Caldeiraria (São Nicolau)

cinco casas – duas térreas e três sobrados sobrepostos

- Partem de Norte com Hospital que foi dos Pedreiros e de Poente com a rua da Caldeiraria

1494 – sentença e empraçamento em 2 vidas (1502), por **5.500 reais e 2 galinhas**
a Margarida Eanes e seu marido João Martins (barbeiro)

lv. 1134
fl. 144v-145v

1514 – empraçamento em 3 vidas (inovação), por **5.500 reais e 2 galinhas**
a Gonçalo Pires (mercador) e sua mulher Margarida Eanes

lv. 1133
fl. 115-116v

ANTT

Hospital de São José

5. Casas (São Nicolau)

- Entestam por diante com rua pública

1497 – sentença e empraçamento em 3 vidas, por **800 reais e 2 galinhas**
a Gonçalo Pires (carpinteiro)

lv. 1123
fl. 255-261

6. Casas na rua da Cordoaria Velha (Mártires)
duas casas térreas

- Partem de Levante com rua pública da Cordoaria Velha

1498 – empraçadas em 3 vidas, por **1.050 reais e 2 galinhas**
a Diogo Eanes (tanoeiro) e sua mulher Ana Esteves

lv. 1134
fl. 7-7v

7. Casas ao Chão de Alcamim, onde chamam o Barreiro (Santa Justa)
uma loja, uma sobreloja e um sobrado

- Entestam com rua pública que vai de Stª Justa para o chão de Alcamim

1497 – empraçadas em 3 vidas, por **500 reais e 2 galinhas**
a Martin Álvares (marinheiro) e sua mulher Maria Álvares

lv. 1134
fl. 166-166v

8. Casas (Santa Justa)

cinco casas – uma loja e dois sobrados, sendo o de cima repartido em três casinhas

- Partem por diante com rua pública que vai da Cutelaria para a Porta de S. Vicente

1497 – sentença e empraçamento em 2 vidas (1498), por **600 reais e 2 galinhas**
a Maria Eanes (viúva de João Franco, sapateiro)

lv. 1134
fl. 179-179v

9. Casas na rua que vai por baixo dos arcos das casas de Antão de Faria para a Sé (São Bartolomeu)

uma loja dividida em duas casas e sobre ela dois sobrados com duas casas cada um

- Partem de Norte com casas de Antão de Faria e de Poente com rua pública

1504 – escambo: Antão de Faria e sua mulher Leonor Gonçalves deram em troca destas casas, de que pagavam de foro enfatiota **1.000 reais e 2 galinhas**, umas casas sobradadas na rua da Porta da Cruz, ao Palheiro del rei, fregª de Stº Estêvão, com o mesmo foro

lv. 1134
fl. 148-149

10. Casas na rua das Fontainhas (São Lourenço)

uma loja, dividida, e em cima um sobrado com casa dianteira e câmara

- Partem de Poente com rua das Fontainhas

1497 – sentença e empraçamento em 3 vidas (1502), por **800 reais e 2 galinhas**
a Lourenço Mendes (escudeiro, cidadão) e sua mulher Beatriz Fialho

lv. 1134
fl. 73v-74v

11. Casas à Porta de Alfama (São Pedro)

uma loja e por cima um sobrado

1497 – sentença e empraçamento em 3 vidas (inovação – 1514), por 300 reais e 2 galinhas
a Ana Afonso e seu marido Gonçalo Fernandes

lv. 1133
fl. 109v-111

26. Hospital de Santa Maria de Rocamador

Rua Nova d' El Rei
Freg^a de São Julião

ANTT
Hospital de São José

1. Hospital

quatro casas – uma loja e três sobrados sobrepostos (só parte do hospital)

- Parte de Poente com rua Nova d' El Rei

1501 – emprazado em 3 vidas* (depois 4 vidas), por **32.000 reais e 2 galinhas**
a Duarte de Leão (mercador) e sua mulher Filipa de Covas, com
faculdade de dividir

1502 – emprazado em 4 vidas (parte do hospital), por **8.000 reais e 1 galinha**
a Henrique Fernandes (mercador, cristão novo) e sua mulher Beatriz
Fernandes

lv. 1134
fl. 140-141

* Esta escritura não consta

2. Casas na rua da Amoreira (São Julião)

três casas – uma loja e em cima dois sobrados sobrepostos

- Partem de Poente com rua da Amoreira

1494 – emprazadas em 3 vidas, por **1900 reais e 2 galinhas**
a Afonso Fernandes (carpinteiro) e sua mulher Isabel Fernandes

lv. 1134
fl. 131v-132

3. Casas na rua da Amoreira (São Julião)

uma loja e meia sobreloja e em cima um sobrado dividido em duas casas

- Partem de Poente com rua da Amoreira

1495 – sentença e emprazamento em 3 vidas (inovação – 1503), por **600 reais e 2 galinhas**
a Bernardim Gonçalves (escudeiro do rei) e sua mulher Juliana Dias

lv. 1134
fl. 117v-118v

4. Casas na rua da Amoreira (São Julião)

três casas – uma loja, uma sobreloja e um sobrado

- Partem de Poente com rua da Amoreira

1496 – emprazadas em 3 vidas, por **760 reais e 2 galinhas**
a Vasco Eanes (barreteiro) e sua mulher Catarina Meirinha

lv. 1134
fl. 20v-21

5. Casa na rua da Amoreira (São Julião)

uma casa térrea

- Entesta com rua pública

1497 – emprazadas em 3 vidas, por **340 reais e 2 galinhas**
a Pedro de Valdeveso e sua mulher Isabel Gomes

lv. 1134
fl. 166v-167

6. Casas na rua da Amoreira (São Julião)

três casas – uma loja, uma sobreloja e um sobrado

- Partem de Norte com rua da Amoreira

1499 – emprazadas em 3 vidas, por **600 reais e 2 galinhas**
a Luís de Rosales (galinheiro do rei) e sua mulher Isabel Lopes

lv. 1134
fl. 15v-16v

7. Casas na rua da Amoreira (São Julião)*

três casas – uma casa térrea e duas sobradadas em um sobrado, repartidas com tabuado

- Partem de Poente com rua da Amoreira

1499 – emprazadas em 3 vidas, por **1.500 reais e 2 galinhas** lv. 1134
a João Lopes (marinheiro) e sua mulher Guiomar Dias fl. 21-21v

* Foram dadas ao convento de S. Domingos, por escritura de 22.8.1502, por troca com a horta onde foi construído o Hospital de Todos-os-Santos (ANTT – AHSJ, lv. 1134, fl. 1-2v)

8. Casas na rua da Amoreira (São Julião)

uma loja e três sobrados e por cima uma cozinha

- Partem de Poente com rua da Amoreira

1502 – emprazadas em 3 vidas, por **4.600 reais e 2 galinhas** lv. 1134
a Gonçalo Luís (picheleiro) e sua mulher Inês Vaz fl. 74v-75

9. Casas na rua do Santo Espírito (São Julião?)

seis casas – uma térrea e cinco sobradadas em três sobrados: sobreloja com uma casa e dois sobrados com duas casas cada

- Partem de Norte com rua pública do Santo Espírito

1495 – emprazadas em 3 vidas, por **1.700 reais e 2 galinhas** lv. 1134
a Constança Vicente Colaça (viúva) fl. 26-26v

10. Casas na rua que atravessa da rua Nova d' El Rei para a rua do Anjo (São Julião)

duas lojas, uma delas repartida em duas casas, sobre a qual está um sobrado também repartido em duas casas

- Partem de Sul com rua que atravessa da rua Nova d' El Rei para a rua do Anjo

1499 – sentença e emprazamento em 3 vidas, por **3.100 reais e 2 galinhas** lv. 1134
a Domingos de Castro (escudeiro) fl. 101-102

11. Casas na rua do Lava Cabeças (São Julião)

quatro casas – uma térrea e três sobradadas em dois sobrados (duas casas no 2º sobrado)

- Partem de Norte e Poente com rua pública que vai de Mata Porcos para o Poço da Foteia

1499 – emprazadas em 3 vidas, por **2.220 reais e 2 galinhas** lv. 1134
a Pedro Eanes (fundidor) e sua mulher Margarida Eanes fl. 14-15

1509 – trespassadas e emprazadas em 2 vidas, por **2.220 reais e 2 galinhas** lv. 1134
a Álvaro de Proença (escudeiro da casa real, corretor) fl. 194-195

1514 – trespassadas por 18.000 reais
e emprazadas em 2 vidas, por **2.220 reais e 2 galinhas** lv. 1133
a Lopo Garcia (luveiro) fl. 102v-103v

<p>12. Casas (São Julião) <i>três casas – uma térrea e duas sobradadas num andar só</i> • Partem de Poente com rua pública</p>	
<p>1495 – emprazadas em 3 vidas, por 670 reais e 2 galinhas a Sancha Martins, casada com Fernão Velho (cerieiro)</p>	lv. 1134 fl. 26v-27v
<p>1504 – emprazadas em 3 vidas, por 670 reais e 2 galinhas a D. Henrique (f. do marquês), que as comprou por 5.000 reais</p>	lv. 1134 fl. 137v-138
<p>13. Casas de banho das Judias na rua da Jubitaria (Madalena) <i>quatro casas térreas</i> • Partem de Norte com rua da Jubitaria</p>	
<p>1499 – emprazadas em 3 vidas, por 1.020 reais e 2 galinhas a Afonso Martins (ourives do duque) e sua mulher Catarina Dias</p>	lv. 1134 fl. 22-22v
<p>14. Casas na rua da Jubitaria (Madalena) <i>onze casas sobradadas em cinco sobrados sobrepostos, sem loja</i> • Partem de Norte com rua da Jubitaria</p>	
<p>1500 – emprazadas em 3 vidas, por 9.300 reais e 2 galinhas a Diogo Lopes (jubiteiro) e sua mulher Isabel Lopes</p>	lv. 1134 fl. 81-82
<p>15. Casas na rua da Amendoeira (Santa Justa) <i>uma loja com um sobrado por cima, uma entrada descoberta e uma cozinha térrea</i> • Partem de Poente com rua da Amoreira</p>	
<p>1495 – sentença e emprazamento em 2 vidas (1503), por 600 reais e 2 galinhas a Catarina Rodrigues (viúva)</p>	lv. 1122 fl. 106-113v
<p>1515 – emprazamento em 3 vidas (inovação), por 820 reais e 2 galinhas a Antão Dias (calafate)</p>	lv. 1133 fl. 120v-121
<p>16. Casa na rua de São Martinho (São Martinho) <i>uma loja térrea</i> • Parte de Sul com rua de São Martinho</p>	
<p>1500 – emprazada em 3 vidas, por 650 reais e 2 galinhas a Lopo Esteves (escudeiro da casa real) e sua mulher Beatriz Varela, que as trespassaram graciosamente (1501) em Margarida Mendes (viúva, que foi alfaia de D. João II)</p>	lv. 1134 fl. 40v-41

<p>27. Hospital de Santa Maria do Paraíso Junto ao mosteiro do Salvador Freg^a do Salvador</p> <p>1. Hospital <i>casas com quintal</i> <i>uma loja repartida em duas casas</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Parte de Levante com rua pública <p>1515 – partição e trespasse de parte do hospital (por Catarina Eanes, viúva, 1^a vida, por contrato de 1498, que pagava 850 reais e 2 frangos), em 3 vidas, por 300 reais e 1 frango em Francisca Carvalha (mulher do bacharel Francisco Leal, ouvidor do Mestrado de Santiago)</p> <p>1520 – trespasadas por 40.000 reais (a parte de Catarina Eanes) e emprazadas em 3 vidas (inovação), por 738 reais, 2 ceitis e 1 frangão a Diogo de Borgonha (escudeiro da casa real, escrivão <i>dante</i> os ouvidores da Casa do Cível)</p>	<p>ANTT Hospital de São José</p> <p>lv. 1133 fl. 131-132v</p> <p>lv. 1133 fl. 232-233</p>
<p>28. Hospital do Conde D. Pedro À Sé Freg^a da Sé</p> <p>1. Hospital <i>quinze casas – cinco térreas e dez sobradadas todas em um andar, somente uma torre que tem dois sobrados um sobre o outro e uma entrada da casa descoberta e no andar térreo um patim com uma cisterna e no andar do sobrado um quintal com uma parreira e mais uma varanda</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Parte de Sul e Poente com ruas públicas <p>1500 – aforado enfatiota, por 8.500 reais a D. Diogo da Silva, conde de Portalegre e à condessa sua mulher</p> <p>1516 – escambado por um casal no termo de Sintra chamado Ranholas</p>	<p>ANTT Hospital de São José</p> <p>lv. 1134 fl. 32-33</p> <p>lv. 1133 fl. 160-160v</p>
<p>29. Hospital do Espírito Santo da Alcáçova Na Alcáçova Freg^a de Santa Cruz do Castelo</p> <p>1. Hospital <i>uma loja e sobre ela um sobrado</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Parte de Levante com rua pública <p>1515 – emprazado em 3 vidas, por 1.200 reais e 2 galinhas a Diogo Álvares (cavaleiro da Ordem de Santiago) e sua mulher Leonor Álvares</p>	<p>ANTT Hospital de São José</p> <p>lv. 1133 fl. 148-148v</p>
<p>30. Hospital dos Homens e Banho Na Judiaria Grande que foi Freg^a da Madalena (?)</p> <p>1. Hospital (?)* <i>quatro casas – uma loja e em cima dois sobrados o 1^o com duas casas</i></p> <p>1498 – emprazado em 3 vidas, por 2.000 reais e 2 galinhas a Gaspar Luís (mercador) e sua mulher Leonor Luís</p> <p>* Não é claro se se trata do próprio hospital se de casas do hospital</p>	<p>ANTT Hospital de São José</p> <p>lv. 1134 fl. 6-7</p>

<p>2. Casas de armazém que foram da comuna dos Judeus, na Judiaria Grande <i>uma casa térrea mística com o banho</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partem de Poente com casas e banho do hospital <p>1498 – emprazado em 3 vidas, por 226 reais e 6 reais pretos a Gaspar Luís (mercador) e sua mulher Leonor Luís</p>	<p>lv. 1134 fl. 6-7</p>
<p>31. Hospital dos Meninos Rua direita da Porta de São Vicente Freg^a de Santa Justa</p> <p>1. Hospital <i>uma entrada com dois sobrados por cima, duas lojas e cinco casas sobradadas, uma casa térrea, um pardieiro, uma estrebaria e um patim com poço (por baixo do hospital passa um cano) e uma igreja</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Parte de Poente com rua de São Pedro Mártir e de Levante com rua direita da Porta de São Vicente <p>1502 – emprazado (só o hospital) em 3 vidas, por 9.600 reais e 2 galinhas a João Álvares (cavaleiro da casa real, que foi juiz das sisas de Lisboa) e sua mulher Guiomar de Gaa, que dividiram o hospital e o foro com a sogra/mãe Beatriz Mendes (viúva de Vasco Martins de Gaa) pagando, Respectivamente, 5.100 reais e 1 galinha e 4.500 reais e 1 galinha</p> <p>1511 – emprazada a igreja, sem foro, a João Álvares e Guiomar de Gaa</p> <p>2. Casa na rua de São Pedro Mártir (Santa Justa) <i>casa térrea</i> (dentro do Hospital dos Meninos)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Parte de Norte e Poente com o hospital e de Sul com beco <p>1499 – emprazada em 3 vidas, por 120 reais e 1 frango a Francisco de Gouveia (solteiro, moço de câmara do rei)</p> <p>3. Casas na rua de São Pedro Mártir (Santa Justa) <i>três casas térreas</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partem de Levante com rua de São Pedro Mártir e de Norte e Poente com Hospital que foi dos Meninos <p>1499 – emprazadas em 3 vidas, por 1.000 reais e 2 galinhas ao bacharel Rui Preto e sua mulher Catarina Lopes e em 1504 doadas a Isabel Fernandes</p> <p>1504 – emprazadas em 3 vidas, por 1.000 reais e 2 galinhas a Isabel Fernandes (viúva)</p> <p>4. Casas na rua de São Pedro Mártir (Santa Justa) <i>três casas – uma loja e um sobrado repartido em duas casas</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Partem de Norte com rua de São Pedro Mártir <p>1498 – sentença e emprazamento em 2 vidas (1502), por 550 reais e 2 galinhas a Afonso Luís (carpinteiro)</p>	<p>ANTT Hospital de São José</p> <p>lv. 1134 fl. 109v-112</p> <p>lv. 1133 fl. 42v-43</p> <p>lv. 1134 fl. 17-17v</p> <p>lv. 1134 fl. 126-127</p> <p>lv. 1134 126-127</p> <p>lv. 1134 fl. 77-78</p>

<p>5. Casa na rua do Monturo do Bonete (Santa Justa) <i>casa térrea arruinada</i> • Parte de Norte com beco do Monturo do Bonete</p>	
<p>1502 – emprazadas em 3 vidas, por 150 reais e 1 frango a Catarina Dias (viúva que tem o trato das camas e aposentadoria de Lisboa)</p>	lv. 1134 fl. 82-82v
<p>6. Casas na rua da Carniçaria (Santa Justa) <i>duas casas térreas e um quintal</i> • Partem com rua da Carniçaria</p>	
<p>1497 – emprazadas em 3 vidas, por 50 reais brancos e 1 galinha a Mafamede Láparo (capelão dos Mouros) e sua mulher Zoaira Estaque</p>	lv. 1134 fl. 172-172v
<p>1515 – vendidas por 10.000 reais e emprazadas em 3 vidas (inovação), por 200 reais e 1 galinha a Margarida Rodrigues (viúva de Sancho Fernandes, surrador, e viúva de Jorge Vaz)</p>	lv. 1133 fl. 127v-128
<p>7. Casas na rua direita da Porta de São Vicente (Santa Justa) <i>três casas – uma casa térrea, uma sobreloja e um sobrado</i> • Partem de Levante com rua pública que vai para a Porta de São Vicente</p>	
<p>1497 – sentença e emprazamento em 2 vidas (1498), por 600 reais e 2 galinhas a Margarida Afonso, casada com Lopo Rodrigues (oleiro)</p>	lv. 1134 fl. 5-6
<p>1508 – vendidas por 10.000 reais e emprazadas em 3 vidas (inovação), por 820 reais e 2 galinhas a Focem de Colares (mouro forro, esparteiro)</p>	lv. 1133 fl. 3v-4
<p>8. Casas na rua direita da Porta de São Vicente (Santa Justa) <i>duas casas térreas e sobradadas uma sobre a outra uma loja na face da rua e outra casa térrea com um sobrado que serve de palheiro</i> • Partem de Levante com o que foi Hospital de São Pedro Mártir e de Poente com rua que vai direita à Porta de São Vicente</p>	
<p>1499 – sentença e emprazamento em 3ª vida (1500), por 700 reais e 2 galinhas a D. Catarina (viúva de D. Garcia de Castro, fidalgo da casa real e do Conselho do rei)</p>	lv. 1134 fl. 44-44v
<p>9. Casas na rua da Porta de S. Vicente (Santa Justa) <i>duas casas – uma térrea e uma sobradada em cima</i> • Partem de Poente com rua da Porta de São Vicente</p>	
<p>1497 – sentença e emprazamento em 3 vidas (1502), por 1.300 reais e 2 galinhas a Luís Cunha (escudeiro) e sua mulher Beatriz Fernandes</p>	lv. 1134 fl. 134-135v
<p>10. Casas na rua direita da Porta de São Vicente (Santa Justa) <i>uma loja repartida e uma sobreloja e, em cima, um sobrado repartido em duas casas</i> • Partem de Poente com rua direita da Porta de São Vicente</p>	
<p>1498 – sentença e emprazamento em 3ª vida (1502), por 1.600 reais e 2 galinhas a Guiomar Maça (viúva)</p>	lv. 1134 fl. 79v-80
<p>1512 – emprazadas em 3 vidas (inovação), por 2.108 reais, 2 ceitis e 2 galinhas a Luís Pais (clérigo de missa)</p>	lv. 1133 fl. 65-66v

11. Casas à Porta de São Vicente (Santa Justa)	
1512 – emprazadas em três vidas, por 2.000 reais e 2 galinhas a Senhorinha Álvares, casada com Henrique Álvares (escudeiro da casa do duque de Coimbra)	lv. 1133 fl. 64-65
12. Casas na rua que vai da Cutelaria para a Porta de São Vicente (Santa Justa)	
• Partem por diante com rua pública que vai da Cutelaria para a Porta de S. Vicente	
1497 – sentença e emprazamento em 3 vidas (1498), por 900 reais e 2 galinhas a Maria Eanes cc Jamais (carpinteiro de marcenaria)	lv. 1134 fl. 179v-180v
1518 – trespassadas por 80.000 reais e emprazadas em 2 vidas, por 900 reais e 2 galinhas a João Fernandes (cerieiro)	lv. 1133 fl. 205v-206v
13. Casas na rua pública que vai da Cutelaria para a Porta de S. Vicente (Santa Justa)	
<i>nove casas: uma térrea e oito sobradadas em três sobrados com três casas no 1º e no 2º sobrados e três casas no 3º</i>	
• Partem por diante com rua pública que vai da Cutelaria para a Porta de S. Vicente	
1497 – sentença e emprazamento em 2 vidas (1498), por 1.150 reais e 2 galinhas a Maria Eanes (viúva de Aires de Paiva, cutileiro)	lv. 1134 fl. 181v-182
14. Casas no beco de São Jorge (Santa Justa)	
<i>duas casas térreas, uma delas caída e sem telhado, e um quintal</i>	
• Partem de Norte e de Sul com beco de São Jorge	
1502 – sentença e emprazamento em 3 vidas, por 600 reais e 2 galinha a Gomes Freire (escudeiro)	lv. 1134 fl. 82v-84
15. Casa na rua da Mouraria (Santa Justa)	
<i>casa térrea e quintal</i>	
• Parte de (?) com rua pública	
1497 – emprazadas em 3 vidas, por 1.110 reais e 2 galinhas a Bartolomeu Rodrigues (tanoeiro) e sua mulher Maria Eanes	lv. 1134 fl. 163v-164
1510 – emprazadas em 2 vidas, por 1.110 reais e 2 galinhas a Cristóvão Eanes (tronqueiro)	lv. 1133 fl. 16v
1516 – vendidas por 13.000 reais e emprazadas em 3 vidas, por 1.110 reais e 2 galinhas a Diogo Cardoso (camareiro do provedor-mor do hospital)	lv. 1133 fl. 144v-145v
16. Casas na Mouraria junto da igreja dos Meninos (Santa Justa)	
<i>cinco casas – uma térrea, uma sobreloja e três casas num sobrado</i>	
• Partem de Sul com igreja do hospital, de levante com jardim do hospital e de Poente com rua pública que vai para a Porta de São Vicente	
1499 – sentença e emprazamento em 3 vidas, por 1.300 reais e 2 galinhas a Álvaro Martins (pedreiro) e sua mulher Catarina Gomes	lv. 1134 fl. 15-15v

17. Casas na rua do Crucifixo (São Nicolau)*pardieiro*

- Partem de Poente com rua do Crucifixo

1502 – sentença e empraçamento em 3 vidas, por **700 reais e duas galinhas**
a Beatriz Dias (viúva)

lv. 1134
fl. 78-79

18. Casas na rua que vai da Porta de Ferro para a Sé (Sé)*quatro casas: uma loja e três sobrados sobrepostos*

- Partem por diante com rua pública que vai da Porta de Ferro para a Sé

1498 – sentença e empraçamento em 3 vidas, por **930 reais e 2 galinhas**
a Afonso Eanes (correiro do rei e sua mulher Violante Gonçalves)

lv. 1134
fl. 180v-181

19. Casas à Fonte dos Cavalos (São Miguel)

1497 – sentença e empraçamento em 3 vidas, por **1.400 reais e 2 galinhas**
a João Gonçalves e sua mulher Catarina Carvalha

lv. 1134
fl. 13-14

Judeus e judiarias de Lisboa nos alvares dos Descobrimentos. Perspectivas dos espaços e das gentes

José Alberto Rodrigues da Silva Tavim¹

1. O que resiste de material

O Terramoto de 1755 destruiria maciçamente o que ainda se adivinhava das antigas judiarias de Lisboa. Depois do Terramoto, restaram panos da cerca moura, de que uma parte, junto à actual Rua da Judiaria, servia de “amparo” à Judiaria de Alfama. Restou também a lápide comemorativa que refere a fundação da sinagoga grande de Lisboa. Concretamente diz:

“[...] Edifício formoso e belo construiu o opulento rabi Yahudah, filho de Guedaliah, que tem o seu assento nas assembleias dos justos e da congregação. Ao nome do Senhor levantou e construiu esta obra magnífica. E acabou a obra do nosso Deus, no primeiro dia do nosso mês de Atanim, no ano de cinco mil e sessenta e sete do nosso cômputo”².

Portanto, a sinagoga foi edificada na data de 1307 do Calendário Cristão, no que será designado como mês de *Tishri* (Setembro-Outubro), ou seja, no reinado consolidador de D. Dinis (1279-1325), como indica a lápide, sob a égide de Judah, seu rabi-mor e pessoa poderosa³, a quem o soberano agraciaria com uns pardieiros em Torres Vedras e um curral em Lisboa⁴. Pelo contrário, nada resta sequer do portal da antiga Igreja da Conceição que, por decisão de D. Manuel I (1495-1521), ocuparia o edifício da sinagoga grande, pois o da actual Igreja da Conceição é o da antiga igreja da Misericórdia, mandada edificar por D. Leonor, viúva de D. João II (1481-1495), e que ocupava precisamente o espaço onde hoje se encontra⁵.

¹ Centro de História – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; CIDEHUS – Universidade de Évora.

² A Lápide encontra-se no Museu Hebraico Abraão Zacuto, de Tomar. Vide TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *As Judiarias de Portugal*. s.l.: Correios de Portugal, 2010, p. 66.

³ Cf. SCHWARZ, Samuel – *Inscrições Hebraicas em Portugal*. separata de *Arqueologia e História*. Lisboa: Tip. do Comércio, 1923, pp. 39-44.

⁴ Vide FERRO [TAVARES], Maria José Pimenta – *Os judeus em Portugal no século XIV*. Lisboa: Guimarães & Companhia Editores, 1979, pp. 31, 46-47 e 52.

⁵ Vide SILVA, Augusto Vieira da – *As Murallas da Ribeira de Lisboa*. Vol. I. Lisboa: Publicações

2. As judiarias de Lisboa

Samuel Schwarz considerou que a existência de uma judiaria em Lisboa, aquando da conquista em 1147, está revelada na “Elegia do rabi Abraham ibn Ezra” (1092-1167)⁶. Contudo, tudo aponta para que o autor se esteja a referir a Lucena. Situava-se no arrabalde, fora dos muros que protegiam a população muçulmana: a chamada Cerca Moura. Devia fixar-se no local da Judiaria Grande ou Velha, e a primeira menção a esta, já sob domínio cristão, é de 1175, conforme um registo do mosteiro de Chelas, que refere a existência de uma *aljazaria* (em árabe, *aljazar* – terreno seco, cercado de água do mar) dos judeus⁷. O esteiro que corria pelo Rossio até ao Tejo, e que foi encanado ao longo dos séculos XIII e XIV, ter-se-ia transformado numa espécie de “fronteira alagada” primitiva da judiaria, a ocidente⁸.

No entanto, nem todos os judeus viviam nestes quarteirões. Por exemplo, em 1303, o rei D. Dinis aforava a título perpétuo à família Navarro as casas da Pedreira que haviam sido os Estudos Gerais. Juntando-se aí várias famílias judaicas, esboçou-se a formação de uma judiaria que não teve êxito, visto que o espaço da Pedreira foi doado por D. Dinis ao almirante Pessanha, em 1317. Estava situada no que é hoje o largo do Carmo e a calçada do Sacramento⁹.

Nas Cortes de Lisboa, os procuradores do concelho de Lisboa pedem ao regente D. Pedro a transferência das judiarias para outro lugar, visto que estavam no melhor espaço daquele – o “que não era serviço de Deus”. O espaço apontado era o de Valverde – hoje Bairro Alto – para a Trindade e, embora o pedido do concelho fosse recusado, tem uma justificação: a existência de casas aforadas a judeus nesta área, mesmo quando no decorrer dos séculos XIV e XV aqueles foram obrigados a viver no espaço das judiarias. É o caso dos Negro¹⁰; mas também de Guedelha [Guedaliah] Palaçano que, no espaço que será Vila Nova do Andrade e depois Bairro Alto, possuía duas grandes propriedades, vendidas pela viúva no derradeiro

Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 184-185; MOITA, Irisalva (ed.) – *Lisboa Quinhentista. A Imagem e a Vida da Cidade*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1983, p. 55.

⁶ Vide SCHWARZ, Samuel – *A Tomada de Lisboa conforme documento coevo de um código hebraico da Biblioteca Nacional*. Lisboa: separata da *Revista Municipal*, 1953, que publica a referida Elegia, inscrita no Iluminado nº 3 da Biblioteca Nacional (*Tikun Leil Tet Be'Av* – vide MUCZNIK, Lúcia Liba – *Judaica nas Coleções da Biblioteca Nacional de Portugal, séculos XIII a XVII*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2014, p. 47).

⁷ Vide SILVA, Carlos Guardado da – “A segregação espacial de uma minoria na Lisboa medieval: as judiarias (séculos XII a 1383)”. in idem (ed.) – *Judiarias, Judeus e Judaísmo*. Lisboa: Edições Colibri, 2013, pp. 127-128. Cita Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Mosteiro de Chelas*, m. 8, nº 142, 1175.

⁸ Vide SILVA, Carlos Guardado da Silva – *Lisboa Medieval A organização e a estruturação do espaço urbano*. Lisboa: Edições Colibri, 2010, pp. 173-174.

⁹ Vide TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *As Judiarias de Portugal*, p. 57.

¹⁰ Vide TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*. Vol. I. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1982, pp. 52-53; e idem – *As judiarias de Portugal*, p. 57.

ano de 1498: a de Santa Catarina, a norte, e a da Boavista, a sul, separadas pela estrada de Santos ou da Horta-Nova (Loreto-Combro-Poço dos Negros)¹¹.

Portanto, a mais antiga judiaria é aquela que evolui a partir da *aljazaria* antiga e que será conhecida pela **Judiaria Grande ou Velha** a partir do reinado de D. Afonso III (1248-1279). Vai-se estender pelas freguesias das igrejas da Madalena, S. Julião e S. Nicolau, cuja igreja a delimita a norte. Está ainda limitada a oriente pelas ruas da Correaria e da Ourivesaria; a sul pelo poço da Fotea e pela rua de Lava Cabeças; e a oeste pela rua que vai de S. Julião a S. Nicolau. Portanto, numa projecção para a actualidade, a Judiaria Grande ocuparia um espaço entre a Rua dos Fanqueiros, a este, a Rua do Ouro, a oeste, o Rossio, a norte, e a Rua do Comércio, a sul. Em 1370, o espaço da judiaria seria alargado, visto que D. Fernando (1367-1383) mandava derrubar as casa dos judeus na Judiaria Nova ou das Taracenas, por necessidade de alargamento destas últimas, cedendo-lhes por isso a adegas real, que ocupava metade de uma rua entre S. Nicolau e o bairro judaico.

A Judiaria Grande possuía sete portas e a sua artéria principal era a rua do Picoto ou dos Mercadores, que corria de S. Julião até à sinagoga grande. O largo da sinagoga era outro dos centros nevrálgicos da judiaria, e assim se entende que aí fique, também, o famoso Estudo de Guedelha [Guedaliah] Palaçano. Pelo menos outras artérias do bairro revelam uma divisão profissional: é o caso da Correaria, da Ourivesaria, da rua dos ferreiros ou Ferraria, da judiaria dos tintureiros-sirgueiros, onde a comuna possui a casa da tinturaria e da rua da Gibitaria.

A **Judiaria Nova, Pequena, da Moeda ou das Taracenas** ficava na zona actualmente ocupada pela Igreja de S. Julião e pelo edifício do Banco de Portugal que lhe está contíguo, pertencendo à freguesia de S. Julião. Ficaria integrada pela muralha fernandina em 1372. Na verdade, correspondia a uma longa rua – conhecida pelo nome de *vorca* – a sul da rua de Morraz ou da Sapataria, para onde dava a porta conhecida por “da Moeda”, visto que dava para Casa da Moeda, e começava no canto direito da Rua Nova. Estava delimitada pelo muro das taracenas, pertencendo-lhe duas torres destas. Existiam ainda mais duas portas, a oriente e ocidente, sendo esta última conhecida como a que dá para o convento de S. Francisco. Sabemos que possuía uma sinagoga e um *mikveh*. Segundo Vieira da Silva, após 1498, este espaço foi absorvido pelas construções do Paço Real e da Casa da Moeda¹².

¹¹ Vide CARITA, Hélder – *Bairro Alto. Tipologias e Modelos Arquitectónicos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1994, pp. 19-21; e idem – *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 199, pp. 101-104.

¹² Vide SILVA, Augusto Vieira da – *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol. 2, 1987, pp. 11-14; FERRO [TAVARES], Maria José Pimenta – *Os judeus em Portugal no século XIV*, p. 23; idem – *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. 1, p. 52; idem – *As judiarias de Portugal*, pp. 68-69.

A **Judiaria de Alfama** acompanha o interior da muralha velha, junto à Torre de S. Pedro, e teve os seus primórdios no tempo de D. Pedro I (1357-1367), estando situada entre o adro da Igreja de S. Pedro e a Torre do mesmo nome. Era constituída apenas por duas ruas: a da Sinagoga e a do Ruivo. A sinagoga de Alfama foi criada por Samuel Rico entre 1373 e 1374, e a princípio funcionou de forma ilegal, pois não tinha autorização do rei (D. Fernando) e do bispo de Lisboa¹³. Samuel Schwarz relaciona a constituição da judiaria com a destruição causada pela invasão de Henrique II de Trástámara (1369-1379), em 1373: destruindo esta parte da Judiaria Velha, alguns judeus ter-se-iam deslocado para o local onde já habitavam outros, de forma isolada¹⁴.

3. Os equipamentos urbanos

A sinagoga grande ficava em frente à Igreja da Madalena, de que estava separada pela Rua da Correaria e um muro de um beco. Do lado da Rua da Ferraria, havia casas encostadas ao edifício¹⁵. Se cruzarmos a traça antiga com a Lisboa Iluminista, verificaremos que a sinagoga grande se encontrava na Rua da Princesa – mais tarde Rua dos Fanqueiros – na esquina da Rua dos Mercadores, ou seja, a meia distância entre as actuais Rua de S. Nicolau e da Conceição¹⁶. Jerónimo Münzer, o médico de Nuremberga que visitou Espanha e Portugal em 1494 para escapar à peste que grassava na sua cidade, não deixou de visitar a sinagoga grande, comentando que “semelhante a essa nunca vi outra”. Segundo o viajante, havia na sinagoga um pátio coberto com uma enorme videira. Dizia ainda que no recinto existia uma cátedra para pregar – ou seja, trata-se da *tevah* ou *bimah* – e nele observavam-se 10 grandes lampadários com 50 ou 60 lâmpadas cada, o que revela a importância económica da comunidade, ou pelo menos a riqueza de alguns dos seus membros, visto que aqueles são normalmente ofertas dos magnates¹⁷. Sabemos ainda que possuía três naves, e quatro corpos de colunas, dois encostados à parede, e dois que separavam a nave central das laterais¹⁸. Sendo propriedade da comuna, tinha como rendimento, além de ofertas ocasionais, o aforamento de 19 imóveis¹⁹.

¹³ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. 1, pp. 51-52; idem – *As judiarias de Portugal*, p. 70.

¹⁴ SCHWARZ, Samuel – *A sinagoga de Alfama*. Lisboa: sep. da *Revista Municipal*, 1953, p. 14.

¹⁵ Cf. TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *As judiarias de Portugal*, p. 66.

¹⁶ Cf. SCHWARZ, Samuel – *Inscrições Hebraicas em Portugal*, pp. 32-33.

¹⁷ Cf. MÜNZER, Jerónimo – “*Itinerário*” do Dr. Jerónimo Münzer (*Excertos*), pub. por Basílio de Vasconcelos. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931, p. 17.

¹⁸ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. 1, pp. 361-362.

¹⁹ Idem – *ibidem*, pp. 360-361.

A **Judiaria Grande** ou **Velha** de Lisboa possuía ainda outros equipamentos urbanos essenciais para a constituição da comunidade social e religiosa. Além de mais duas sinagogas que se limitavam a um único compartimento, e da sinagoga das mulheres, estavam ali o hospital dos homens e seu balneário, o hospital comunal, o hospital dos pobres, o balneário público na Rua do Chancudo²⁰, a cadeia, a carniçaria para preparar a carne *casher*, as confrarias, o estudo e as estalagens. Os banhos ou *mikveh*, necessários para as prescrições de purificação ritual, ficavam próximos da Rua da Gibitaria²¹ e eram constituídos por quatro casas térreas²². No Paço da Fotea, próximo do beco da cadeia – formada por cinco compartimentos, três térreos e dois sobrados²³ – a comunidade possuía o seu *Beit ha-midrash* ou casa de estudo, relativamente grande, num piso superior, para ajudar à concentração. Em frente à sinagoga encontravam-se o “Estudo de Palaçano”, com dois pisos e doze salas, além de dois pátios interiores. Nas traseiras do “Estudo” ficava a Livraria da comuna, bastante enriquecida com os livros trazidos pelos judeus expulsos de Espanha em 1492. Muito interessante, a comunidade possui também uma escola no Poio, no segundo piso de um prédio que pertencia à capela de D. Pedro de Meneses, da Igreja da Graça, o que significa que as instituições religiosas cristãs continuavam a manter casas para aforar dentro da judiaria²⁴.

Um espaço específico da judiaria era a mancebia judaica, na Rua do Picoto, que dava acesso à Rua Nova d’El-Rei: ombreava com a mancebia cristã e permitia uma maior acessibilidade dos eventuais clientes judeus ou cristãos. No limite da judiaria, a norte, à porta do Chancudo, ficavam a carniçaria e as estalagens, assim como uma adega²⁵.

As outras judiarias de Lisboa – a **das Taracenas** e a **de Alfama** – possuíam basicamente os mesmos equipamentos, em escala reduzida. Já vimos que a **Judiaria das Taracenas** foi integrada na muralha edificada por D. Fernando após 1372, e a sua sinagoga situava-se, assim como os banhos, perto da porta da moeda. Segundo Samuel Schwarz, auxiliado pelo famoso olisipógrafo Vieira da Silva, e baseados num documento de aquisição da sinagoga de **Alfama** em 1502, este edifício ficaria no actual largo de S. Rafael, no beco das Barrelas, e seria constituído por quatro sobrados²⁶.

Como salienta Maria José Ferro Tavares, as três judiarias coexistiam e formavam a mesma comuna dos judeus de Lisboa, pelo que todas as decisões relativas a esta eram discutidas na sinagoga grande da Judiaria maior, ou seja, a

²⁰ ANTT, *Hospital de S. José*, livro 565, fol. 102.

²¹ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. 1, p. 366.

²² Idem – *As Judiarias*, p. 62.

²³ Idem – *ibidem*, p. 61.

²⁴ Idem – *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. 1, p. 369.

²⁵ Idem – *ibidem*, p. 48.

²⁶ SCHWARZ, Samuel – *A Sinagoga de Alfama*, pp. 14-15.

Grande ou Velha. Assim se entende que determinados dispositivos urbanos que não tinham cabimento nos espaços exíguos das judiarias menores fossem comuns. É o caso do matadouro comunal que, em 1490, seria transferido para junto do curral do concelho, a S. Lázaro. E também do cemitério, que se localizava no arrabalde da cidade, em espaço paralelo à Rua das Olarias – mais propriamente na colina de S. Gens, a norte do almocávar dos mouros²⁷ – sendo o local conhecido como “barroca do almocávar dos judeus”²⁸. Com a expulsão, o chão passaria a rossio e as suas pedras foram utilizadas para a construção do Hospital Real de Todos os Santos, que acabou também por ser destruído pelo Terramoto de 1755²⁹.

Portanto, a disposição das judiarias e de outros dispositivos da comunidade, como o cemitério, implicava a circulação contínua dos judeus por espaços alheios àquelas, mesmo para fins que não relacionados com o desempenho económico.

4. O tecido urbano

A malha urbana das judiarias não possui grandes praças ou largos, mesmo junto das sinagogas: tal como o território das freguesias, o traçado é o habitacional, remetendo-se os locais de encontro social mais amplo para o rossio – normalmente, local de feira franca – e a praça. Tal como na freguesia cristã, as artérias de comunicação estruturavam-se em função de um centro de poder, de vias de acesso ao “exterior”, das actividades económicas basilares que aí eram exercidas, etc. A própria designação diferenciada de várias zonas da mesma Rua – lembremos o caso exemplar da artéria principal da Judiaria Grande, a Rua dos Mercadores, que pode ser a Rua do Picoto e que acaba como Poio antes do largo da sinagoga – revela que a percepção destas vias se fazia em função do que era visível e se entendia ali existir³⁰, e não em termos do seu entendimento como centro de comunicação – o que vai ser uma realidade com a cristalização da “Rua Nova”, sobretudo a partir do reinado de D. Dinis, mas que é exterior a estes bairros antigos³¹. A par da rua

²⁷ ANTT, *Colegiada de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, maço 1, doc. 4, referido por OLIVEIRA, Luís Filipe e VIANA, Mário – “A Mouraria de Lisboa no século XV”. in *Arqueologia Medieval* 2 (1993), p. 207, nota 113. O almocávar dos mouros situava-se entre a travessa que dava acesso a Nossa Senhora da Graça e a calçada do Monte, correspondendo mais ou menos à colina que se situa entre os actuais Caracol da Graça e travessa de Nossa Senhora do Monte – vide OLIVEIRA, Luís Filipe e VIANA, Mário, *art. cit.*, p. 199; e BARROS, Maria Filomena Lopes de – *Tempos e Espaços de Mouros. A minoria muçulmana no reino português (século XII a XIV)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian-FCT, 2007, p. 232.

²⁸ Assim designado in ANTT, *Hospital de S. José*, livro 1120, fol. 3vº.

²⁹ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *As judiarias de Portugal*, p. 71.

³⁰ Vide ANDRADE, Amélia Aguiar – “Conhecer e Nomear – A Toponímia das Cidades Portuguesas”. in *Actas do Colóquio – A Cidade, Jornadas Inter e Pluridisciplinar*. Vol. I. Lisboa: Universidade Aberta, 1993, p. 123.

³¹ Cf. CARITA, Hélder – *Lisboa Manuelina*, pp. 27-35.

principal, dos Mercadores ou do Picoto, a Judiaria Grande estendia-se por outras ruas estreitas, vielas, azinhagas e becos, sem que nenhuma destas designações tivesse a mesma conotação da actualidade. Azinhaga e beco urbanos têm mais o sentido de via particular, que dá acesso apenas a determinada residência ou conjunto de residências, sendo como que uma extensão do domínio privado. Mas a palavra beco também pode ser usada no sentido de pequena artéria comunicante ou ainda de pátio – que aliás parece ser uma entidade espacial deveras importante na Judiaria. Até a palavra rua não remete, frequentemente, para a conotação da modernidade urbanística, que bebe no modelo clássico greco-romano, mas sim no sentido de um percurso a realizar, e por isso a palavra é utilizada quer para percursos urbanos, quer para rurais³².

Essa imposição do privado sobre o espaço público é visível na descrição das várias edificações. No caso da sinagoga grande de Lisboa, sabemos que possuía casas encostadas ao seu edifício. E no caso da sinagoga de Alfama, que um dos compartimentos da residência de Salomão Toledano entrava ali. Sabemos ainda que esta última se situava num primeiro piso, a que se tinha acesso a partir de umas escadas que davam para um balcão³³. Todas as sinagogas deviam obter autorização régia e do bispo da diocese para a sua edificação e, tal como as habitações ao seu redor, inspiravam-se nos elementos urbanísticos cristãos, neste caso as igrejas, com as devidas adaptações, chegando a de Lisboa a possuir um claustro³⁴. Lembremos que a vizinha igreja de S. Julião era também um edifício de grandes dimensões, com três naves e uma abóbada interior elevada³⁵.

A sinagoga grande de Lisboa era uma das entidades proprietárias do solo da Judiaria Grande. Já vimos que uma parte dos seus rendimentos provinha do arrendamento de propriedades urbanas que ali possuía³⁶. Mas entre os proprietários também se encontravam a comuna judaica e alguns judeus cortesãos, como os Negro, os Palaçano e outros. Também encontramos aqui proprietários particulares como o conde D. Pedro de Meneses, o rei e nomeadamente a Igreja – a Sé, a Igreja da Madalena, o mosteiro do Carmo, etc. Aliás, lembremo-nos que o

³² Idem – *ibidem*, pp. 24-27.

³³ Vide TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *As judiarias*, pp. 34, 66 e 70; idem – *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. 1, p. 63.

³⁴ Vide TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. 1, pp. 360-363; CANTERA BURGOS, Francisco – *Sinagogas españolas, con especial estudio de la de Cordoba y la toledana de “El Transito”*. Madrid: CSIC, 1955; ASSIS, Yom-Tov – “Synagogues in medieval Spain”. in *Jewish Art* 18 (1992), pp. 7-29; RIERA Y SANS, Jaume – *Els poders públics i les sinagogues, segles XIII-XV*. Girona: Patronat Call de Girona, 2006; GRUBER, Samuel D. – *Medieval Synagogues in the Mediterranean Region*. Petersberg: Michael Imhof Verlag, 2010; WEISSBACH, Lee Shai – “Buildings Fraught with Meaning: An Introduction to a Special Issue on Synagogue Architecture in Context”. in *Jewish History* 25 (2011), pp. 1-11.

³⁵ Vide MARQUES, A. H. de Oliveira – “A Cidade na Baixa Idade Média”. in MOITA, Irisalva (coord.) – *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, p. 99.

³⁶ Vide supra, nota 19.

território da Judiaria Grande se encontrava dividido entre três paróquias cristãs³⁷. Logicamente, esta proliferação de senhorios tinha repercussões no espaço urbano, levando a que as vias públicas tivessem que se “contorcer” ou “estreitar” neste verdadeiro labirinto de fronteiras – o que acontecia, aliás, também nos espaços cristãos³⁸. Outro factor que levava ao “estreitamento” das ruas era a “invasão” da ruralidade, mesmo no seio urbano. Oliveira Marques, que tão bem acentuou o peso dessa “permanência” na cidade de Lisboa, em geral, não deixou de salientar que mesmo nas judiarias de casario apertado se contavam quintais com poços, quintas e chousos³⁹. Maria José Ferro Tavares postula uma tipologia do casario da Judiaria lisboeta como semelhante ao do espaço cristão: nela se encontravam casas térreas com um único compartimento ou mais uma câmara; casas com um piso superior que servia de câmara, ou com sótão; lojas ou tendas com sobrelojas, por vezes com mais de quatro pisos; prédios apenas de sobrados; e casas – torres. Nas habitações dos judeus abastados eram construídos sanitários e cozinhas autónomos, mas também corredores, escadas, pátios e patins, por vezes com poços, utilizando-se como revestimento o mármore e o ladrilho. Algumas casas tinham caves e sótãos, mas também eirados e açoteias no topo do edifício, que podiam ser cobertos, e onde a família festejava a Páscoa das Cabanas ou *Sukkot*. A comunicação entre os pisos fazia-se por meio de escadarias, de pedra ou madeira, por vezes descontínuas, dentro do edifício ou no seu exterior, como acontecia na sinagoga de Alfama. Em alguns casos, era através das próprias lojas que se acedia ao andar ou andares superiores. Por vezes, uma família alargada abria espaços de comunicação entre as habitações, através de pátios, quintais e corredores. Abriam-se mesmo portas e arcadas nas traseiras, para comunicação de uma família alargada, que se distribuía por vários prédios pertencentes ao mesmo ou a um senhorio diferente. Também os balcões podiam servir de comunicação entre as habitações, e ser elo de ligação entre os primeiros pisos de casas contíguas, como acontecia na judiaria das Taracenas. Os edifícios colectivos apresentavam o mesmo cariz de muitas destas casas: por exemplo, a confraria dos judeus que resgatou os correligionários de Arzila aquando da conquista desta praça marroquina em 1471, ficava perto da porta de S. Julião e ocupava uma casa, com escada de acesso a sobrados, um quintal e um eirado. O famoso Estudo de Palaçano, junto da Sinagoga Grande, espriava-se por cinco casas térreas, cinco sobrelojas e dois patins, possuindo um destes um poço⁴⁰.

³⁷ Vide TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *As judiarias de Portugal*, p. 39.

³⁸ Vide ANDRADE, Amélia Aguiar – “A Paisagem Urbana Medieval Portuguesa: uma aproximação”. in CARITA, Hélder e ARAÚJO, Renata (coord.) – *Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, pp. 26-27.

³⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira – “A Cidade na Baixa Idade média”, p. 91.

⁴⁰ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *As judiarias*, pp. 40-43 e 65.

Portanto, o que podemos constatar é que havia, de facto, um edifício de grande visibilidade na Judiaria Velha – a sinagoga grande – e aquilo com que o transeunte se depararia era com uma casario homogéneo, só pontuado aqui e ali com as torres das casas dos mais ricos. De facto, três elementos pareciam caracterizar a Judiaria: uma maior junção em espaço apertado de casas térreas e de pisos vários, assim como a construção de muitas açoteias, para os fins já referidos.

A documentação de aforamentos do Hospital de Todos-os-Santos, na área da antiga Judiaria Velha, revela o predomínio de determinados elementos urbanos, como o pátio, os logradouros, as serventias – inclusive entre diferentes lojas⁴¹. De facto, todos estes elementos remetem para o gosto e usufruto da intimidade, dos espaços da convivência familiar, encerrada – e assim se compreende, como foi salientado, que o espaço privado pareça invadir o “público”⁴².

5. O “conforto” do encerrar

Para a maioria cristã, o encerramento dos judeus nos espaços das judiarias, ou seja, a delimitação física do seu espaço habitacional como se eles fossem um inimigo interno, ou um elemento de desconfiança, preside aos mesmos motivos da construção das muralhas protectoras das cidades.

Só em 1215 o concílio de Latrão ordena a diferenciação dos judeus pelo traje ou sinal exterior, para evitar o contacto sexual, o que justificará posteriormente a adopção de bairros próprios⁴³. Mas isto não implicava a construção de uma muralha separadora. Sabemos, isso sim, que as judiarias de Lisboa ficaram incluídas na muralha fernandina, após 1372. Era a antiga muralha dionisiana que limitava a Judiaria Pequena, a sul, que aliás ocupava também duas torres das taracenas⁴⁴. Era entre a antiga cerca moura e a nova cerca fernandina que se estendia, por exemplo, parte da pequena judiaria de Alfama. Mas o que acontecia por exemplo com a Judiaria Grande ou Velha, cercada por espaço ocupado por cristãos? Já vimos que esta última possuía sete portas, as quais se encerravam com as Ave-marias e se abriam no alvorecer – mas não devemos pensar numa muralha separadora como as cercas urbanas. Na realidade, algumas ordenações régias parecem demonstrar

⁴¹ Vide ANTT, *Hospital de S. José*, livros 1117, fols. 232-233; e 1120, fol. 336.

⁴² ANDRADE, Amélia Aguiar – “A Paisagem Urbana Medieval Portuguesa”, p. 27.

⁴³ Vide o canone 68 in <http://legacy.fordham.edu/halsall/basis/lateran4.asp>. E ainda, entre outros, BARON, Salo Wittmayer – *A social and religious history of the jews*. Vol. 2. Nova Iorque: Columbia University Press, 1957, pp. 5-12; e KRIEGER, Maurice – *Les juifs à la fin du Moyen Âge dans l'Europe méditerranéenne*. Paris: Hachette, 1979, pp. 20-21.

⁴⁴ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. 1, p. 52.

que eram os muros das habitações⁴⁵, ou estas mesmas, que serviriam de elementos de separação. Nesta sequência, as portas das casas da judiaria que abrissem para as ruas do concelho cristão deviam ser tapadas ou gradeadas, o mesmo acontecendo com as janelas na mesma situação. Neste último caso, a janela seria substituída por uma fresta ferrada, por onde entrasse a luz e o ar. Também as janelas do primeiro piso da Judiaria Nova de Lisboa deviam ser ferradas, desde que dessem para as taracenas reais⁴⁶. As próprias portas das judiarias não deviam assemelhar-se às pesadas portas de batentes da cidade: deviam ser fáceis de montar e desmontar, pois em 1458 as da judiaria de Évora seriam transportadas para manter o curro das corridas de touros da cidade. Portanto, devia ser mais um marco simbólico que propriamente um elemento efectivo de impedimento e protecção. E nem sempre se encerravam – nem havia necessidade –, pois a legislação parecia implacável para quem prevaricasse na entrada ou saída do espaço da judiaria. É assim que, só em 1366, D. Pedro I ordenaria que se fechassem apenas algumas das sete portas da Judiaria Velha, ou seja, as do poço da Foteia, do Chancudo e a de Palhavã⁴⁷.

Na realidade, a delimitação das judiarias, através da linha das habitações “cegas” para os arruamentos cristãos, e das suas portas relativamente débeis, serviria mais como sinalética para imposição de normas de segregação. Na mesma legislação relativa às normas de comportamento entre cristãos e judeus, D. Pedro I proibia que os judeus saíssem das judiarias depois do pôr-do-sol e que nenhuma mulher cristã se dirigisse às judiarias sem ser acompanhada por dois homens, também cristãos, se fosse casada; e apenas por um homem, se fosse viúva ou solteira. O judeu que fosse encontrado fora da judiarias, depois dos guardas cerrarem as portas, seria açoitado publicamente; e a mulher cristã que prevaricasse, ou o judeu que também desobedecesse, permitindo que esta entrasse em sua casa sem os ditos guardas, seriam castigados com a pena capital⁴⁸. As relações sexuais entre indivíduos de crenças diferentes foram também consideradas ilícitas e pecaminosas⁴⁹. Por isso, avançamos que perante tão dura legislação, as fronteiras espaciais serviriam mais como “sinal” de aviso contra a prevaricação.

A construção de outros dispositivos urbanísticos em redor e muito próximo da judiaria também não devia ser ocasional, pois serviriam como elementos de diferenciação e de controlo de presumidas intenções de transgressão dos judeus, consideradas lesivas para a Cristandade circundante. Amélia Aguiar Andrade considera de forma contundente:

⁴⁵ Cf. SILVA, Augusto Vieira da – *As Muralhas da Ribeira*, vol. 1, p. 214.

⁴⁶ Vide TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *As judiarias*, p. 21.

⁴⁷ Idem – *ibidem*, p. 59.

⁴⁸ Idem – *Os judeus em Portugal no século XIV*, p. 67.

⁴⁹ Idem – *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. 1, p. 399.

“La présence au sein de la chrétienté de cet espace non chrétien, ou plutôt l’anti-chrétienté même, dans un contexte clos comme l’étais celui de la ville médiévale, explique l’existence des pratiques destinées à exorciser cette présence et qui conditionnaient, dans son ensemble, l’organisation du espace urbain, ainsi que sa jouissance”.

Um dos elementos mais «activos» deste exorcismo era a presença de locais de culto cristão ao redor das judiarias, e que contribuíam para fixar os seus limites. É este dispositivo ideológico que explica também a necessidade de obter a autorização régia e do bispo para a construção de uma sinagoga, assim como as medidas restritivas relativas à sua dimensão e decoração, para tornar evidente a supremacia do culto cristão⁵⁰. Como já vimos, nada mais significativo que o facto da sinagoga de Alfama se encontrar pertíssimo da Igreja de S. Pedro; e da sinagoga da Judiaria Grande quase se “encostar” à igreja da Madalena, assim como o facto desta judiaria se encontrar também delimitada pelas igrejas de S. Nicolau e de S. Julião, a cujas paróquias virtualmente pertencia.

Mas outras informações apontam também para dispositivos urbanos cuja situação espacial deve ser propositada. Uma sentença emitida no claustro da Sé, em 20 de Abril de 1379 – um pergaminho pertence à Colegiada de S. Julião de Lisboa – permite verificar que a Igreja de S. Nicolau emprazava àquela data um forno “que a dita igreja tem”, à porta da judiaria⁵¹. Esta última é a porta do Picoto, na rua dos Mercadores, no sentido de S. Julião⁵². E a disposição do forno não é ocasional. Tal como a porta, sendo um elemento crucial da vivência da população cristã e judaica, representava para esta um possível elemento de fronteira: aí era fabricado o pão lêvedo, considerado *treifah*, alimento conspurcado e conspurcador, numa data de teor religioso tão proeminente no calendário judaico como *Pessah*. Dentro da judiaria, mas próximo da porta de S. Julião, ficavam por sua vez as carniçarias ou açougues dos judeus⁵³. Se bem que não existem normas dentro do Cristianismo que empeçam os crentes de consumir a carne sangrada segundo a norma judaica – de forma a tornar-se *casher*⁵⁴ – até que ponto a situação do

⁵⁰ ANDRADE, Amélia Aguiar – “La disparition physique des juiveries dans les villes portugaises à la fin du Moyen Âge”. in *Revue des études juives*, tomo 168, fascs. 1-2 (2009), p. 88.

⁵¹ Coleção de Pergaminhos da Colegiada de S. Julião de Lisboa, Pergaminho E 1417. Este documento foi lido na Exposição sobre a “Antiga Igreja de S. Julião”, que decorreu na Igreja de S. Julião, futuro Museu do Dinheiro, Banco de Portugal, entre 28 de Fevereiro e 31 de Maio de 2013. Pertence à *Arquiconfraria do Santíssimo Sacramento das freguesias de S. Julião e de Nossa Senhora do Rosário de Fátima de Lisboa*, e foi-nos transmitido aqui que o acervo incorporaria o Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa.

⁵² Vide TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. 1, p. 47.

⁵³ Idem – *As judiarias*, p. 59.

⁵⁴ Acerca da obtenção da carne *casher* entre os judeus da Península Ibérica vide DOBRINSKY, Rabbi Herbert C. – *A Treasure of Sefardic Laws and Customs. The ritual Practices of Syrian, Moroccan, Judeo-Spanish and Spanish and Portuguese Jews of North-America*. Nova Iorque: Yeshiva University Press, 1968, pp. 126-129.

talho junto de uma porta da judiaria não funcionava também como um elemento de limite, com a tenção de mostrar que a partir dali se consumia a carne ao “modo próprio dos judeus”?

Mas esta delimitação espacial não implicaria igualmente um “conforto” para ambos os grupos sócio-religiosos, na medida em que impedia a desagregação identitária?

6. O trânsito social e religioso

O trânsito da pessoa para o outro universo, ou seja, a apostasia, era sempre considerado uma vitória para a sociedade maioritária envolvente, e uma derrota para o grupo marginalizado dos judeus. O trânsito de um judeu para o universo cristão significaria, quanto muito, a passagem para além dos limites da judiaria, a secessão com a família, e a inclusão plena num universo sócio-religioso diferente e mais amplo. Frequentemente, quem apostatava nesta direcção era alvo de benesses e, se fosse letrado, pretendia demonstrar através das Letras a excelência da sua decisão. Assim aconteceu com mestre António, que escreveu a *Ajuda da Fé* para “alumiá os olhos de muitos cegos”. Na verdade, tratava-se de um homem de Tavira, que fora cirurgião-mor do rei D. João II, e que se convertera em 1463⁵⁵.

A conversão no sentido contrário era um temor latente por parte das autoridades religiosas cristãs, mas na prática anulada pela punição dramática que suscitaria, quer para o proselitista, quer para o apóstata. O alibi serviu, sobretudo a partir do agudizar das relações entre maioria cristã e minoria judaica, para acusar e impedir o contacto com cristãos, sobretudo cristãos, em situação escusa⁵⁶.

Mais concreto e temido era o “trânsito” sexual que, segundo os cânones vigentes, acarretaria igualmente a possibilidade do trânsito identitário-religioso. Há de facto vários judeus acusados de manter relações sexuais com cristãs, como Salomão Lavança, José Cinza e até Meir Abraão, alfaiate do infante D. Fernando, irmão do rei D. Afonso V, que seria degradado para Ceuta por ter dormido com Constança, manceba de Luís do Porto⁵⁷. Mas logicamente, a situação inversa também ocorre.

⁵⁵ Biblioteca Nacional de Portugal, *Reservados*, ms. 6967: mestre António – [H]o catolyco liu[r]o chamado ajuda [da] fee / copilado por ho prud[en]te doctor em fisica o doctor m[estr]e antonyo çirorgião moor delRey dom y[oã]o ho segu[n]do de portugal; e ho fez ho dito doutor q[ua]ndo se [con]v[er]teo a fee d[e] Christo o anno de J iiii//c lxxxvj; e ainda TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. 1, pp. 438-439; idem – *Judaísmo e Inquisição. Estudos*. Lisboa: Presença, 1987, p. 70.

⁵⁶ Vide FERRO [TAVARES], Maria José Pimenta – *Os judeus em Portugal no século XIV*, pp. 66-67.

⁵⁷ Idem – *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. 1, p. 405.

Estamos no âmbito daquilo que David Nirenberg caracterizou como “Communities of Violence” – uma violência quotidiana, na Península Ibéria, não só perpetrada entre a maioria cristã e a minoria judaica, mas entre esta e a minoria islâmica⁵⁸: por exemplo, Samuel Neemias participaria às autoridades que o servo mouro de Isabel Fernandes havia atentado contra a virgindade da sua filha⁵⁹.

Esta violência está patente a outros níveis, para além do sexual, também analisados por Nirenberg. Ao nível do foro privado são conhecidos casos extremos de violência doméstica, com esposas a serem mortas por agressão e envenenadas. Agressões físicas e verbais surgem inclusivamente dentro da sinagoga, devido a rivalidade entre grupos interessados na escalada do poder, usando os próprios livros aí existentes como “armas” de arremesso⁶⁰. Mas surgem outros indícios de criminalidade violenta, como o homicídio de outrem (além das esposas), e nomeadamente o roubo, inclusivamente dos domicílios. Em 1491, Benjamim Elias chegou mesmo a agredir e insultar na sinagoga o rabi Salomão Abet⁶¹.

Contudo, ainda no âmbito da transversalidade social, interessa-nos de sobremaneira o caso comprovado da delinquência conjunta de judeus e cristãos. Por exemplo, em 1490, o lisboeta José Sofer, juntamente com outros judeus e cristãos, assassinaria o também lisboeta Judas Tiboba⁶². Mas parece ser um episódio esporádico, que só terá um desenvolvimento extraordinário aquando da fixação de parte da massa dos imigrantes judeus espanhóis, após a expulsão de 1492. Formaram-se bandos de judeus, e de judeus e cristãos, que insultavam os dirigentes comunais, visto que se encontravam à margem da sua jurisdição. Escreve Maria José P. Ferro Tavares:

“Desordens e agressões criminosas, jogos ilegais, corrupção, violação dos lugares e objectos sagrados e desacatamento das autoridades tornaram-se o quotidiano na vida da comuna. Em algumas destas desuniões poder-se-á também ver a rivalidade existente entre famílias, provavelmente motivada pela luta pelo poder comunal ou o protesto contra as arbitrariedades provocadas pelos seus dirigentes”⁶³.

Na base desta conjuntura estava, pois, a instalação em Portugal de muitas pessoas desenraizadas, de famílias separadas ou desagregadas, e entre os mais

⁵⁸ NIRENBERG, David – *Communities of Violence. Persecution of Minorities in the Middle Ages*. Princeton: Princeton University Press, 1996, pp. 143-166 e 182-184.

⁵⁹ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. 1, p. 406.

⁶⁰ Idem – *ibidem*, vol. 1, pp. 248-250 e 405-406.

⁶¹ Idem – *ibidem*, vol. 2, pp. 829-869.

⁶² Idem – *ibidem*, p. 862.

⁶³ Idem – *ibidem*, vol. 1, p. 424.

pobres, sem forma de custear as suas despesas. Só Lisboa receberia cerca de 10.000 pessoas⁶⁴. É, pois, lógico que alguns destes fossem engrossar os núcleos de malfeitores, inclusive cristãos. E está bem comprovado que este influxo da população judaica de Castela – que os próprios líderes das comunidades judaicas portuguesas tentaram evitar, pois reconheciam os problemas resultantes do excesso populacional, com a consequente perturbação social⁶⁵ – provocou o colapso das relações sociais entre a maioria cristã e a minoria judaica, levando a um aumento das revoltas antijudaicas, nomeadamente em Lisboa. Teria sido um dos factores da expulsão geral de todos os judeus estantes no reino, em Dezembro de 1496⁶⁶, a par das pressões da política matrimonial dos soberanos espanhóis.

Mas até lá, até ao acirrar dos ódios contra a minoria, a convivência era quotidiana: como a vereação, o polo religioso e mesmo as escolas se encontravam na Judiaria Velha, tal obrigava a um trânsito constante dos judeus entre as várias judiarias, ou seja, em território cristão, para já não falar no acesso esporádico ao cemitério das Olarias⁶⁷.

7. Um teatro de aculturação?

Kenneth Stow, num famoso estudo sobre o gueto de Roma, caracterizou-o como um “Teatro de Aculturação”. Segundo Stow, o sucesso da sobrevivência dos judeus de Roma encontra-se no facto destes se sentirem e comportarem como romanos, mas tão judeus como romanos. Este “sentirem-se romanos” remete para um passado em Roma, a que julgam indubitavelmente pertencer, o que legitima a sua presença, inclusive face a outros judeus. A sua antiga vivência romana permitiu-lhes a secular convivência de vizinhança com os cristãos, frequentando as casas uns dos outros. Mas, segundo Kenneth Stow, a teatralização da vivência destes judeus deriva de vários factores, como: tentarem mostrar para o exterior que, não obstante os litígios entre os vários grupos que lutavam pelo poder, e também através daqueles, eram eles que controlavam o gueto, não as forças exteriores a este; e tirarem partido

⁶⁴ Idem – *ibidem*, p. 255.

⁶⁵ Vide o depoimento de Guedaliah ibn Yahya (1515-1587), da famosa família Negro, refugiada em Itália, no seu *Shashelet ha-Kabbalah (A Cadeia da Tradição, 1549-1587*, sendo este último o ano da sua primeira edição, em Veneza), pub. por DAVID, Abraham, in “The Spanish Expulsion and the Portuguese persecution through the eyes of the historian R. Gedaliah ibn Yahya”, in *Sefarad* 56 (1996), p. 53.

⁶⁶ Vide TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*, vol 1, pp. 427-430; idem – “Revoltas contra os judeus no Portugal Medieval”, in *Revista de História das Ideias* 6 (1984), pp. 171-172.

⁶⁷ Cf. o remarque de TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Judiarias*, p. 71.

da sua complexa e também intercultural, cultura, para criarem instrumentos de sobrevivência identitária⁶⁸.

Estas considerações podem aplicar-se às judiarias medievais de Lisboa. Porque não sobreviveram então como o gueto de Roma, até à transformação desta urbe como capital estatal em 1870? Para além de estarmos a contar com contextos geográficos, sociais e cronológicos completamente diferentes, e já bem equacionados, as interpretações de Kenneth Stow mostram-se contudo aliciantes e podemos tentar verificar, no seu âmbito, o que pode ser aplicado ao nosso fenómeno em análise.

Vamos começar com o fenómeno da teatralização do poder, que se giza ao nível interno e externo. Para tal podemos começar com o exemplo de um documento relativo à Judiaria Nova ou das Taracenas, e que data de 11 de Outubro de 1485. Trata-se de um rolo pergamínico pertencente à chancelaria da comuna dos judeus de Lisboa, funcionando como um instrumento de compra e venda, em que esta, reunida em vereação, na sinagoga grande, autoriza os alfaiates José Calado e José ben Yaex (Yaish) a venderem o foro de umas casas na Judiaria Nova a Judá Gabai e a José Catalão. Sabemos que o procedimento legal começou em 2 de Outubro, quando aqueles se dirigiram à casa da vereação da Comuna dos Judeus, na Judiaria Velha, estando aí em exercício de funções, como de costume, os rabis Moisés Faiam e Jacob Galite; os vereadores – todos oficiais da referida comuna – Abraão Rico-Homem, Moisés Navarro e Moisés Albateine –; assim como os homens-bons, todos moradores na judiaria, José Negro, Moisés Almale, David Vivas, José Penafiel, Mestre Moisés Azicri, Faram Crescente, Juda Saçom, Isaac Gabay, Sayas Cofem, Abraão Faiam o moço, Abraão Benacar o moço, Judá Rico-Homem, Vidal Narbona, Faram Rico-Homem, Abraão Neemias, Isaac Alatom, Salomão Negro o velho, Judá Narbona, David Negro e Isaac Pena. Foi então que compareceram perante eles os referidos alfaiates. O documento especifica que se trata de umas de muitas casas que a comuna aforara, por sua vez, ao rei, e constituídas por loja e dois sobrados sobrepostos, que confinam com as casas de Salomão Cofeiro, debaixo da torre da judiaria, com o muro das taracenas, com a porta da Judiaria Nova e com a rua dessa mesma judiaria. Andando em demandas decidiram então vender em conjunto o foro das referidas casas, e quem apresentou uma proposta mais elevada de compra, de 17.500 reais, foram o mercador Judá Gabay e o alfaiate José Catalão, filho de Sansão Catalão, moradores na Judiaria Velha. Para concretizarem o acto, tiveram que se dirigir à vereação, ou seja, obter autorização desta para executarem a venda, tanto que, verifica-se pelo documento, a Comuna tinha primazia na aquisição pelo mesmo preço. Porém, os representantes e governantes da comuna disseram que

⁶⁸ STOW, Kenneth – *Theater of Acculturation. The Roman Ghetto in the Sixteenth Century*. Washington: University of Washington Press, 2001.

não estavam interessados na compra e permitiram a venda do foro aos referidos particulares, que por sua vez deveriam pagar àquela 437 reais e meio como direito de transacção. Esta quantia foi de imediato paga por Judá Gabay e José Catalão, como acto possibilitador da transacção, sendo arrecadada, por ordem dos dirigentes da comuna, pelo esmoler Isaac Chacho, para despender quando lhe fosse ordenado.

Na verdade, o documento funciona como um atestado comprovando o que se passou na vereação, servindo como testemunhas David Negro, escrivão da câmara, e mestre Moisés Aziqú. Foi Abraão Manuel, tabelião real entre os judeus, que produziu o documento para os vendedores, apostando o seu sinal. Os vendedores dirigiram-se nove dias depois, à noite, à Judiaria Velha, às casas do tabelião Abraão Manuel, para obterem o documento final das suas mãos. Só em 2 de Março do ano seguinte, porém, José Catalão tomaria posse das referidas habitações, e o tabelião dirigiu-se à Judiaria Nova atestando a venda, estando presentes o vendedor José Calado, e as testemunhas Samaia, porteiro, e Judá Levi, escrivão de livros. Só o sinal do tabelião se encontra em hebraico, com o nome Abrahão (אַבְרָהָם)⁶⁹.

Estamos, portanto, não perante um acto extraordinário, ou excepcional, mas diante de uma actividade do quotidiano, podemos avançar mesmo, corrente. Mas este é um dos aspectos que importa neste documento extraordinário: revela que todas as actividades da esfera pública estavam sob a alçada das autoridades da comuna e, mais importante, tinham que não estar em contradição com a *Halachá* (הַלְכָה) ou jurisprudência rabínica, e daí a presença dos rabis mesmo num acto de compra que poderia parecer trivial, visto que aquela engloba todos os aspectos da existência⁷⁰. O que pode parecer um “Teatro de Aculturação” – para utilizar as palavras de Kenneth Stow – é a constituição da vereação, e a própria vereação, com as suas designações. Maria José Ferro Tavares, analisando o funcionamento das comunas judaicas e da sua administração, já comprovou abundantemente que a hierarquia comunal parecia um émulo da hierarquia estatal portuguesa, o que explica a existência de um rabi-mor do Reino, que de facto acompanhava a corte, intermediário entre o rei e os seus judeus, até à extinção do cargo em 1463, no reinado de D. Afonso V⁷¹. A própria sinagoga grande, funcionando como tribunal (Beit din, בֵּית דִּין) e câmara de vereação (Beit kneset, בֵּית כְּנֶסֶת), ou seja, local de proclamação

⁶⁹ Arquivo Histórico de Almada, *Colecção de Pergaminhos*, CPER, perg 004, nº 837. Transcrito por OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de, in “A colecção de pergaminhos do Arquivo Histórico Municipal de Almada”. in *Anais de Almada*, nos 7-8, 2004-2005, pp. 66-69.

⁷⁰ Sobre a abrangência da *Halachá* (palavra que deriva do verbo *halach* – caminhar) vide, em termos de síntese, *Dictionnaire Encyclopédique du Judaïsme*. Ed. Geoffrey WIGODER. Paris: Éditions du Cerf/Robert Lafont, 1996, pp. 412-422. Sobre a pertinência dos rabis para que todos os actividades – mesmo a de teor económico – se reportem à *Halachá*, vide GOLDISH, Matt – “Hakham Jacob Sasportas and the Former Conversos”. in *Studia Rosenthaliana*, vol. 44, 2012, pp. 149-172.

⁷¹ Vide TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. 1, pp. 107-115.

de todos os actos públicos, apresentava alguma semelhança com o funcionamento do Conselho cristão e sua câmara municipal⁷². Os rabis menores exercem a justiça segundo o Talmude pois, como já foi referido, a *Halachá* cobre todos os aspectos do quotidiano. São assistidos pelos vereadores e pelos procuradores (ausentes do nosso documento) que, juntamente com os homens-bons, ou seja, os grandes da comuna, formam a câmara de vereação, funcionando na sinagoga. Os tabeliães tinham que abrir sinal na chancelaria régia. Por lei de 1405, estão autorizados a fazer escrituras públicas em hebraico, mas D. João I (1385-1433) proibir-lhes-á o uso da língua e alfabeto hebraicos – excepto nos sinais, como vimos no documento em causa⁷³. Através do pergaminho do Arquivo Histórico de Almada, denota-se igualmente a existência de um esmoler, que em princípio utilizará as receitas da comuna em actividades de cariz caritativo ou educativo⁷⁴.

A designação de “homens-bons” tende a identificar um grupo de famílias poderosas e ricas de Lisboa, comparando-as com as suas similares cristãs dos concelhos, de preeminência social, que também exerciam ali o seu poder através da vereação: ou seja, é uma “caracterização social” exterior ao universo judaico, mas que o sector mais poderoso da judiaria mimetiza, numa “Teatralização de Aculturação” que lhe é conveniente⁷⁵. Portanto, o documento do Arquivo Municipal de Almada revela que um conjunto de famílias ricas e que conseguiram singrar junto da corte detinha, de facto, os poderes comunais, pois algumas espriavam os seus membros pelos órgãos de poder das mais importantes comunas do país. Estas famílias, pelo menos as mais numerosas, tentavam igualmente que os seus membros preenchessem todos os nichos do poder comunal, revezando-se: rabis, vereadores, escrivães, presidentes de confrarias. Todos pertenciam ao grupo extraordinário dos *boni homini*, ou seja, no sentido de “bom” ou “melhor”, que com o passar do tempo incluía estratégias de hereditariedade de funções.

A sociedade judaica dispunha, desde tempos bíblicos, de reconhecidos dispositivos linhagísticos, mesmo em diáspora, ligados à antiga ideia da primazia dos ramos tribais, do sangue real e dos cargos sacerdotais: a noção de *yihus* [boa (linhagem)] que tão bem equivale culturalmente à de *boni homini*. Se, como afirma David Nirenberg, estas considerações linhagísticas em exílio, embora prestigiantes,

⁷² Idem – *ibidem*, pp. 359-360. Para a comparação com o concelho cristão vide, em termos gerais, COELHO, António Borges – *Comunas ou Concelhos*. Lisboa: Caminho, 1986; MATTOSO, José – *Identificação de um País*. Vol. I. Lisboa: Estampa, 1985, nomeadamente pp. 383-384 e 432-436; e MATTOSO, José e SOUSA, Armindo de – *História de Portugal*. Dir. de José Mattoso. Vol. 2 – *A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, pp. 205-241.

⁷³ Vide TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. 1, pp. 118-123.

⁷⁴ Sobre algumas destas instituições, vide idem – *ibidem*, pp. 352-354.

⁷⁵ Para uma rápida caracterização do grupo dos homens-bons, vide COELHO, António Borges, *op. cit.*, e idem – *A revolução de 1383*. Lisboa: Caminho, 1981; e ainda MATTOSO, José – *Identificação de um País*, vol. 1, sobretudo pp. 110-112.

não acarretavam “per si” uma força legal⁷⁶, não foi esta adaptação lexical ao modelo cristão uma “arma” legal da oligarquia judaica para, na realidade, exercer essa mesma força e se aproximar e justificar a sua superioridade junto dos poderes cristãos?

Neste âmbito, a assinatura hebraica do tabelião Abraão Manuel não é um pormenor a desprezar. Quando todo o pergaminho está escrito no alfabeto latino, em Português, Abarão Manuel decide colocar no seu “público sinal” não o apelido mas o nome próprio que o legitima culturalmente para o exercício específico, identitário-religioso, daquele cargo: (אברהם). Maria José P. Ferro Tavares denotou a importância do nome próprio na transmissão geracional: normalmente, ao primogénito é dado o mesmo nome do avô paterno. A autora também verificou que, pelo menos entre os Negro, o mais velho da linhagem tende a tomar a chefia da família⁷⁷. Como estas disposições onomásticas não parecem ocasionais, mas sim arquitetadas para perpetuar a reverência que se oferece ao nome próprio, de raiz bíblica – ou seja, do pressuposto primogénito “original”, com raízes em Israel – a transmissão para o futuro, em Hebraico, do nome próprio do tabelião, apresenta um significado especial. É um pequeno significante que dignifica o documento, ao revelar simbolicamente a marca identitária e cultural da comunidade. Neste âmbito, este dispositivo cultural vem de encontro à sábia percepção de Stow que os judeus – neste caso os judeus da comuna de Lisboa – tirarem partido da sua complexa e também intercultural, cultura, para criarem instrumentos de sobrevivência identitária.

8. Espaços e gentes

O espaço tem, para o judeu, como para o cristão, na Idade Média, um valor especial: permite-lhe ser uma coisa ou a outra, é uma parte intrínseca da sua vivência. Como lucidamente considera Leora Batnizky, Judaísmo e vida judaica tem sido largamente, senão inteiramente, de natureza pública. De tal forma que o Judaísmo, implicando uma adesão prática e pública à Lei – indissociavelmente social e religiosa –, tem dificuldades em caber nas concepções modernas do Protestantismo acerca da religião como um fenómeno que respeita ao universo das atitudes individuais de crença e fé⁷⁸. Nesta sequência, não se pode dizer, conforme a interpretação da Igreja, que os judeus “professavam” uma religião: os judeus possuíam uma cultura

⁷⁶ Vide NIRENBERG, David – “Mass conversion and genealogical mentalities: Jews and Christians in Fifteenth-Century Spain”. in *Past and Present* 174 (2002), pp. 7-8.

⁷⁷ Vide TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. 1, pp. 231-232.

⁷⁸ BATNITZKY, Leora – *How Judaism became a Religion. An Introduction to Modern Jewish Thought*. Princeton: Princeton University Press, 2011.

de compreensão, cujo fundamento era a sua articulação no âmbito de uma forma de “vida inclusiva”, baseada na assunção da existência de um *ethnos* cujos membros eram os protagonistas daquela, assumida, portanto, em comunidade.

O principal pressuposto dos ensinamentos rabínicos era a santificação de toda a existência, de tal forma que a separação entre religioso e secular era, na prática, alheia ao universo dos judeus antes da Modernidade, sendo este difícil de abarcar, por isso, na epistemologia dualística cristã. De tal forma que a palavra Judaísmo – do grego *Ioudaïsme*, cunhada pelos gregos para designar as “leis e costumes” dos judeus⁷⁹ – não foi utilizada pelos judeus até à Modernidade, nomeadamente para assumir a categoria de uma religião assumida no âmbito da teologia cristã, mas sim expressões de colectivo como “Israel”, ou “Nação Santa”, ou uma referência indissociavelmente étnico-religiosa de “judeus” (yehudim: יהודים). Em suma, com a destruição do Templo e a reformulação rabínica em diáspora, e face a esta, o principal vector da santidade no Mundo passa dos rituais exercidos pelos sacerdotes para o comportamento de todo o Povo, e os movimentos individuais de fé, de salvação, têm assim um peso menor face ao protagonismo salvífico que se espera do colectivo do Povo Eleito (*Hatchalat ha-Ge'ulah* – התחלת הגאולה – o princípio da salvação, redenção ou libertação final, assume-se como colectivo).

Em todo este contexto, de acordo com o sistema cultural rabínico, o local de cumprimento de uma vida individual judaica é um “corpo” politicamente autónomo chamado *kehillah* (קהילה), uma comunidade judaica configurada normativamente e publicamente reconhecida: em Portugal, a comuna judaica. A situação de exílio – Galut (גלות) – teve logicamente implicações ao nível da condição física e existencial dos judeus, pois a estrutura organizacional teocrática no antigo Israel teve que se transformar numa autoridade governamental, dependente das estruturas de poder vigentes, pertencentes ao grupo religioso maioritário. Mas, mesmo neste novo contexto, a vida individual de qualquer judeu estava dependente de uma colectividade judaica, com o seu pessoal e instituições. Sem essa vivência plural, ou seja, sem essa relação íntima com a *kehillah*, a pessoa só podia ser Israel de forma “técnica” e passiva. Contudo, a contrapartida da situação em Galut é que esta predizia uma assimilação cultural⁸⁰ que recorria da semi-autonomia, ou seja, da sua aceitação em território exterior a Israel.

⁷⁹ Vide COHEN, Shaye – *The Beginnings of Jewishness*. Berkeley: The University of California Press, 1999, pp. 7-8.

⁸⁰ Estamos em dívida, para esta preciosa informação e reflexão, para com o excelente artigo de GRAIZBORD, David – “Who and What was a Jew? Some Considerations for the Historical Study of New Christians”, Dossier: Os judeus e o comércio colonial (séculos XVI-XIX): novas abordagens, dir. de José Alberto Tavim. in *Anais de História de Além-Mar* 14 (2013), pp. 15-44.

Na prática, na Idade Média, em Portugal e no caso concreto que nos interessa – Lisboa – essa “autonomia” foi reconhecida, como vimos, através da existência de uma comuna com os seus órgão de gestão e os seus equipamentos, que permitiam a pretendida e necessária vivência colectiva que especificava a identidade. Assim, ainda neste âmbito, não é por demais sublinhar que eram os próprios judeus que alinhavam com as autoridades cristãs na necessidade de criação da *kehillah* – comuna – e dos espaços físicos – as judiarias – onde se podia protagonizar a vida como judeu, através de uma gramática cultural que era simultânea e indissociavelmente económica, social, política e religiosa.

A necessidade do controlo da normatividade do quotidiano – para que a *Galut* acabasse e chegasse a *Ge'ulah* – fez com que os dirigentes comunais se “aproximassem” dos códigos discursivos, institucionais e sociais da maioria para serem compreendidos e integrados na sua especificidade. Como vimos, esta aproximação foi facilitada por dispositivos linhagísticos que pertenciam ao antigo património sócio-religioso judaico, aproveitado habilmente por algumas famílias judaicas mais ricas e poderosas do reino.

Maria José Ferro Tavares revelou de forma ampla que estes homens-bons judeus se comportavam, na realidade, como alguns grupos de homens-bons cristãos. As principais famílias tinham as suas casas na zona nobre da Judiaria Grande – Rua dos Mercadores, Poio e Rua do Poço da Fotea: era nesta área que viviam os ricos judeus cortesãos, ou seja, os Negro, os Abravanel, os Palaçano, os Latam e os Toledano, entre outros⁸¹. São estes que possuem os melhores lugares, comprados, na sinagoga: verdadeiro palco da estratificação social. Sentam-se à frente, em assentos de seda ou em cadeiras de dois recovados, propriedade sua, que legam, como outros bens, aos descendentes, sendo outros aforados à comuna. O próprio rei D. João II tem o direito de privilegiar os judeus seus favoritos com assentos na sinagoga⁸².

Trata-se das mesmas pessoas que habitavam em casas melhores, com pátios, patins, poços, casas de banho privadas, vidros nas janelas, torres, e ostentando o escudo da família na divisão principal – muito próximo das habitações dos homens-bons cristãos⁸³. No exterior, são iguais a eles, visto que o rei os isentava, como privilégio, do uso de identificação e separação dos cristãos: do sinal no vestuário, do barrete, da veste identificativa. O poder régio isentava-os ainda dos pagamentos fiscais e do dever de aposentadoria. Na corte, e na rua, cristã ou da judiaria, faziam-se transportar em besta muar – trajando o mesmo vestuário sumptuoso

⁸¹ Vide TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *As judiarias*, p. 65.

⁸² Idem – *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. 1, p. 361.

⁸³ Idem – *As judiarias*, pp. 44-47.

dos senhores cristãos (as sedas, os veludos, as pedras preciosos) –, tinham os seus escravos e serviam na guerra, com pendão e caldeira, cavalo, armas e peões, na posição de físicos reais ou outra. Alguns usavam brasão e o rei concedeu-lhes o título de “Dom”. Com este comportamento, podiam usufruir das estalagens cristãs, o que facilitava as suas deslocações por motivos sociais ou negociais. Em todo o mais, mimetizavam-se com os grandes da sociedade portuguesa e usufruíam dos seus privilégios, quer em termos de dinamismo económico, quer em termos de prerrogativa social e possibilidade de aquisição cultural⁸⁴.

Eram estes “grandes” que controlavam também a actividade de assistência financeira à comunidade, ficando registados os seus actos de beneméritos, tal como acontecia entre os cristãos, como indícios de prestígio social⁸⁵. Ainda na esfera da vida comunal, o mecenato de algumas destas famílias decorre certamente, também, de uma estratégia para alicerçar o seu poder internamente, quando há provas que se formavam bandos e grupos de interesse que se digladiavam pelo poder⁸⁶. Por exemplo, ficou a memória de Guedelha Palaçano, judeu cortesão que foi o promotor duma famosa casa de Estudos: o Estudo de Palaçano, com sede em habitação que foi cedida pelo próprio para esse fim, situada defronte da sinagoga. Tratava-se na realidade de uma *yeshiva* (ישיבה), ou seja, escola para o ensino da Língua e da Tradição Cultural Judaica – nomeadamente da *Tora* e do *Talmude* – pois um depoimento evidencia que “liam os estudantes e diziam oração nelas como nas sinagogas”. O mesmo depoimento apresenta, por oposição, uma referência incisiva, ou seja, que essas casas foram edificadas para “lerem nelas os judeus e não outras ciências como de facto liam os estudantes”⁸⁷. Claro que, aqui, estamos no amplo campo das áreas científicas em que os judeus foram exímios como produtores e transmissores: a astronomia – onde pontificam Abraão Zacuto (1452-1510)⁸⁸ e o mestre converso José Vizinho⁸⁹ –; a ciência médica; e o património científico

⁸⁴ Idem – *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. 1, pp. 192, 220-224; e FAINGOLD, Reuven – “Los judíos en las cortes reales portuguesas”. in *Sefarad*, vol. 55, nº 1 (1995), p. 81.

⁸⁵ Vide, por exemplo, AAVV – *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1^{as} Jornadas Luso-espanholas de História Medieval*. 2 vols. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1973; e, como estudo exemplar, embora para um período posterior, o estudo de SÁ, Isabel dos Guimarães – *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800*. Lisboa: CNPCDP, 1997.

⁸⁶ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. 1, pp. 237-238.

⁸⁷ Idem – *Judarias*, p. 65.

⁸⁸ Vide, em termos de síntese, CANTERA BURGOS, Francisco – *Abraham Zacuto*. Madrid: C. Bermejo, 1935; CARVALHO, Joaquim de – *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XVI*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1948; ALBUQUERQUE, Luís de – “Zacuto, Abraão”. in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, pp. 1091-1092; CRESPO, Vítor – “Abraão Zacuto e a Ciência Náutica dos Descobrimentos Portugueses”. in *Oceanos*, nº 29, 1997, pp. 119-128; RODRIGUES, Manuel Augusto – “Zacuto, Abraham bar Samuel”. in MUCZNIK, Lúcia; TAVIM, José Alberto, et al. (ed.) – *Dicionário do Judaísmo Português*. Lisboa: Presença, 2009, p. 549.

⁸⁹ Vide em termos de síntese, ROTH, Cecil – “A note on the astronomers of the Vecinho family”. in

clássico ou árabe, necessário para a concretização das suas expectativas culturais – como os cálculos messiânicos – mas que bebendo em fontes não judaicas e colocado ao serviço dos poderes da maioria, como na epopeia dos Descobrimentos Portugueses, os desviava do seu objectivo fundamental como Povo Eleito⁹⁰.

A necessidade da conservação identitária só era possível, na ausência de uma soberania efectiva, quando a autonomia era “negociada” em termos de aculturação: na emulação da hierarquia cultural da maioria, e na transmissão e adaptação do conhecimento produzido internamente ao serviço da verdadeira soberania no reino. Não será por acaso que os judeus são, em Portugal, os judeus do Rei – os seus judeus⁹¹.

Como é vista esta dualidade por parte dos próprios judeus? Se após o édito de expulsão de 1496 vemos o rabi José Ya’bets elogiar a piedade e benemerência dos judeus de Lisboa, o facto é que o contemporâneo escritor satírico Salomão Alami (ou seja, ibn Lahmish) apresenta em 1415, no seu tratado de Ética *Iggeret ha-Musar (Epístola sobre a Moralidade)*, também publicado com o título *Iggeret ha-Tokhaha ve-ha-Emunah (Epístola da Reprovação e Fé)*, uma realidade completamente diferente. Ao tentar demonstrar que a causa das perseguições aos judeus da Catalunha, Castela e Aragão, em 1391 – de que foi testemunha – é uma punição divina pela sua decadência moral e religiosa, não deixa de consolidar o seu argumento apontando o caso da sociedade em que exilou: a da comuna de Lisboa. Escreve ele que os judeus ricos despendem as suas fortunas numa vida de luxo, mostrando-se pelo contrário avarentos em relação aos seus correligionários necessitados. Os judeus ricos estão sempre na busca de isenções fiscais, que desta forma recaem sobre aqueles. Mas o “retrato” espalha-se à generalidade da comuna, quando nos revela o que se passa num serviço da sinagoga: o povo tagarela, os velhos rressonam, as senhoras exibem as suas jóias, e os espíritos livres trocam os livros profanos que trouxeram de suas casas, chegando o *hazzan* ou chantre a

The Jewish Quarterly Review, vol. 27, nº 3 (1937), pp. 233-236; ALBUQUERQUE, Luís de – “Vizinho, José”. in SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Vol. 6. Porto: Livraria Figueirinhas, 1981, p. 340; TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – “Vizinho, José (ou mestre José)”. in PEREIRA, José Carlos (coord.) – *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*. vol. 2. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, p. 347; TAVIM, José Alberto R. Silva – “Vizinho, mestre José”. in MUCZNIK, Lúcia; TAVIM, José Alberto, et al. (ed.) – *Dicionário do Judaísmo Português*. Lisboa: Presença, 2009, p. 546.

⁹⁰ Bibliografia vasta sobre o tema. Em termos exemplificativos, para o caso português, vide SOUSA VITERBO – *Trabalhos Náuticos dos Portugueses. Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988; CORTESÃO, Armando – *História da Cartografia Portuguesa*, vol. 2. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1970; CORTESÃO, Jaime – *História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. 1 e 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 1978; ALBUQUERQUE, Luís de Albuquerque – *Estudos de História*, vol. 5. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1977; idem – *Ciência e experiência nos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983; idem – *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: Publicações Europa-América, s. d.

⁹¹ TAVARES, Vide Maria José Pimenta Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. 1, p. 76.

intercalar os hinos sagrados com canções de amor, sensuais e mordazes, à maneira dos cristãos e dos muçulmanos, com o objectivo de atrair os espíritos infantis e os jovens arruaceiros⁹². Poderá haver certo exagero na caricatura de Alami, mas ela revela algo de verdade. Está por de mais demonstrado que um dos privilégios concedidos pelo rei às famílias abastadas era a isenção de impostos, recaindo a carga que eles deviam pagar pelos mesterais, que chegaram a insurgir-se contra estas prerrogativas e a obter de D. Afonso V a sua revogação⁹³.

No que respeita à “exposição cultural” criticada por Alami, Carsten Wilke caracteriza-a como de alta interpenetração entre os saberes religiosos e profanos. Aponta como exemplar nesse sentido a pessoa de David ben Yom Tov ibn Bilia⁹⁴, que consagrou tratados à dogmática teológica, à moral, à lógica, à astrologia e às virtudes mágicas da pele da serpente, sendo este último traduzido para Latim pelos interessados cristãos. Mas a integração na cultura profana era mais profunda, como se pode ver pelos casos dos trovadores Vidal, judeu de Elvas⁹⁵, e de Judá Negro, também astrólogo⁹⁶. Mas todo o burburinho da sinagoga extravasava para o exterior, tanto que a Câmara de Lisboa vai impedir a participação dos judeus nas festas que os cristãos faziam na cidade e nos montes, dançando, tangendo e jogando⁹⁷.

Nada mais sintomático do ambiente judaico em Lisboa que a opinião do seu nativo imigrado na Apúlia (Bitonto), o médico, gramático e poeta Moisés ben Shem Tov ibn Habib (1450-1520), que em 1486, no seu *Darkhe No'am* (*Vias de Delícia*), elogiando a sua comunidade, dirá que ela é glorificada e elogiada – uma pedra angular na Diáspora. Acrescenta ainda que aquela se distingue no conhecimento e no desejo e observância dos preceitos, possuindo igualmente linhagem, prosperidade e glória⁹⁸.

⁹² Vide WILKE, Carsten – *Histoire des Juifs Portugais*. Paris: Chandeigne, 2007, pp. 55-56 e 61. A obra de Salomão Alami – *Igueret há-Musar* – foi traduzida do Hebraico e publicado em Alemão por Adolf Jellinek. Leipzig: J. Fischel, 1854. As referências aqui enunciadas surgem nas pp. 27 e 10-11. Acerca de Alami, vide BAER, Yitzhak – *A History of the Jews in Christian Spain*. Vol. 2. Filadélfia: The Jewish Publication Society of America, 1966, pp. 239-243; e SHOCHAT, Azriel – “Alami, Solomon”, in ROTH, Cecil, et al. (ed.) – *Encyclopaedia Judaica*. Vol. 2. Jerusalém: Keter Publishing, 1971, p. 510

⁹³ Vide TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. 1, pp. 216-218.

⁹⁴ Sobre ibn Bilia, vide KAYSERLING, Meyer – *História dos Judeus em Portugal*. Trad. do Alemão de Gabriela Borchardt Corrêa da Silva e Anita Novinsky. São Paulo: Pioneira Editora, 1971, pp. 59-60.

⁹⁵ Vide PICCHIO, Lucia Stegagno – *A Lição do Texto: Filologia e Literatura, I – Idade Média*. Lisboa: Edições 70, 1979, pp. 67-93.

⁹⁶ Vide WILKE, Carsten Wilke – *ob. cit.*, p. 61.

⁹⁷ Vide TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. 1, p. 413.

⁹⁸ A obra *Darkhe No'am* foi publicada em Istambul, entre 1510 e 1514. Vide a reprodução desta parte do seu texto, em Hebraico, e sua tradução a Inglês, por SCHIPPERS, Arie, in “Moses ibn Habib: Poet and Migrant”, in *Studia Rosenthaliana*, vol. 35, nº 2 (2001), pp. 174-175, que também tece uma biografia do autor e refere a sua obra.

Como compatibilizar este retrato idílico com a crítica de Alami e de outros cronistas, que interpretam o drama da expulsão como uma punição divina, devido ao desvio de comportamento do Povo, do âmago cultural que era sua essência e a razão da sua existência⁹⁹, ou seja, por causa da sua atração pelo mundo dos *goim* (גויים – estrangeiros)?

Não é possível compatibilizar simplesmente, porque o objectivo do texto de Alami tem um teor teleológico: revelar que a aculturação dos judeus na Península Ibérica adultera a especificidade divina da sua cultura como Povo Eleito; e que essa mesma adulteração, penetrando no espaço vivencial e até na sinagoga, levará certamente a uma punição, como aquelas verificadas em tempos bíblicos e registadas para o futuro no texto da “sua História”: a Bíblia. Pelo contrário, o testemunho de ibn Habib é ele próprio mais um dos muitos elementos do “Teatro de Aculturação”: tenta mostrar a excelência da Comuna de Lisboa, protagonizando uma perfeita articulação entre a cultura dos outros e a preservação e incremento da sua própria cultura.

Em 1496, tal como acontecera em Espanha em 1492, acontecimentos sociais, políticos e de estratégia matrimonial da Monarquia, por demais conhecidos, acabaram abrupta e brutalmente com a identidade judaica, e com um dos elementos indissociáveis desta: as judiarias. Acabou assim também o “Teatro da Aculturação”, com todas as suas consequências mais dramáticas: de repente, todos os actores em cena tiveram que enfrentar um dilema (quando tal foi possível) – partir para outras paragens onde era possível serem judeus, ou seja, obterem autorização para gozarem da sua autonomia, sob a soberania de outrem; ou ficarem, e quedar-se no reino significava não um jogo de aculturação mas um processo de inculturação, sobretudo a partir da política de baptismo forçado, em 1497¹⁰⁰. Entre aqueles da primeira geração que conseguiram partir e formar *kehillim* no exterior, e os que ficaram e se integraram, as diferenças e suspeitas vão ser marcantes, mesmo quando alguns destes, mais tarde, nos séculos XVI e XVII, conseguiram fugir e formar congregações de ex-conversos¹⁰¹.

⁹⁹ Vide, por exemplo, o texto de SABA, Abraham ben Jacob – *Zeror ha-Mor (O Saco de Mirra)*, pub. em Jerusalém em 1568 – extracto pub. por David RAPHAEL, in *The Expulsion: 1492 Chronicles. An anthology of Medieval Chronicles Relating To The Expulsion of the Jews From Spain and Portugal*. North Hollywood: Carmi Press, 1992, pp. 126-127; e de SELOMOH [DE TERRUTIEL], Abraham bar Selomoh – *Sefer ha-Qabbalah (O Livro da Tradição)*, de 1510, extracto pub. por Yolanda Moreno Koch, in *Dos Crónicas Hispanoebreas del siglo XV*. Introd. de Ron BARKAI. Barcelona: Riopiedras Ediciones, 1992, p. 70.

¹⁰⁰ Vide TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Judaísmo e Inquisição. Estudos*. Lisboa: Presença, 1987, cap. 1.

¹⁰¹ O caso da Turquia é paradigmático. Vide, entre outros, HEYD, Uriel – “The Jewish Communities of Istanbul in the Seventeenth Century”. in *Oriens*, vol. 6, nº 2 (1953), pp. 299-314; YERASIMUS, Stéphane – “La communauté juive d’Istanbul à la fin du XVI^e siècle”. in *Turcica* 27 (1995), pp. 101-130; ROZEN, Minna – *A History of the Jewish Community in Istanbul. The formative years, 1453-1566*. Leiden: Brill, 2002, p. 78; BEN-NAEH, Yaron – *Jews in the Realm of the Sultans. Ottoman Jewish Society in the Seventeenth Century*.

O processo de integração dos conversos foi, como também é conhecido, bastante conturbado, e alterou estruturalmente a evolução política e social em Portugal. A complexidade do processo advém também do facto dos “espectadores” do “Teatro de Aculturação” afinal não terem um conhecimento profundo da cultura da minoria: o processo de aculturação protagonizado pela comuna não revelou toda a matriz cultural interna – só compreensível na plenitude para quem nela participava desde o nascimento – e, pelo contrário, levou a maioria, inclusive a elite letrada de que farão parte os inquisidores, a presumir que, afinal, tal como os patamares da hierarquia social, também os da religião eram semelhantes, e que os conversos podiam preservar no Judaísmo sem as suas instituições comunais e a sua segregação espacial. Na verdade, o que se assiste é a uma resiliência cultural, inultrapassável em determinados contextos, sobretudo quando se assiste a um baptismo forçado e a uma fraca endoutrinação¹⁰², interpretada canonicamente pela Igreja como a resistência daquilo que era entendido como a preservação, perversa e herética, da *Religião Judaica*¹⁰³. Sobretudo após a instauração da Inquisição em Portugal (1536) e seus ritmos de repressão, essa resiliência cultural transformar-se-á no fenómeno cultural do Marranismo – uma selectiva adaptação de rituais e memórias de uma vivência anterior face ao novo universo cultural – que ele próprio, só teve possibilidades de “sobrevivência” quando os descendentes dos conversos, devido ao seu isolamento geográfico, conseguiram formar uma comunidade, e sobretudo uma comunidade espacial: e aqui, o caso de Belmonte é paradigmático¹⁰⁴.

Tübingen: Mohr Siebeck, 2008, pp. 81-86; e nomeadamente ZSOM, Dora – “Return of the *Conversos* to Judaism in the Ottoman Empire and North Africa”. in *Hispania Judaica Bulletin* 7 (2010), pp. 335-347.

¹⁰² Vide MARCOCCI, Giuseppe e PAIVA, José Pedro Paiva – *História da Inquisição Portuguesa, 1536-1821*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013, cap. 2; e MARCOCCI, Giuseppe – “... per capelli adductos ad pillam»: il dibattito cinquecentesco sulla validità del battesimo forzato degli ebrei in Portogallo (1496-1497)”. in PROSPERI, Adriano (ed.) – *Salvezza delle anime, disciplina dei corpi: Un seminario sulla storia del battesimo*. Pisa: Edizioni della Normale, 2007, pp. 189-225.

¹⁰³ Vide o artigo de David Graizbord aqui citado; e também SALOMON, Herman Prins – “The *Monitório do Inquisidor Geral* of 1536: Background and sources of some ‘judaic’ customs listed therein”. in *Arquivos do Centro Cultural Português* 18 (1982), pp. 41-61; e idem – “Les procès de L’Inquisition Portugaise comme documents littéraires ou du bon usage du Fonds Inquisitorial de la Torre do Tombo”. in *Estudos Portugueses: Homenagem a António José Saraiva*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990, pp. 151-164.

¹⁰⁴ Vide GARCIA, Maria Antonieta – *Os Judeus de Belmonte. Os Caminhos da Memória*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2000.

Mesmo se dispersos e lacunares, os textos reunidos neste livro cobrem uma grande diversidade de temas e até de cronologias, desde os séculos tardo-romanos aos finais da Idade Média. De perdidos e enigmáticos enterramentos infantis aos hospitais tardo-medievais, dos testemunhos dos geógrafos islâmicos aos relatos da conquista cristã da cidade, dos vestígios materiais aos estaleiros de obras reconstituídos através dos livros de contas, dos espaços do poder aos bairros das minorias, da liturgia vicentina aos capítulos de cortes, do termo que alimenta a cidade aos longínquos portos onde chegam os seus produtos e as suas gentes, é todo um mosaico que, mesmo incompleto, vai ajudando a compor uma história da Lisboa Medieval.

João Luís Inglês Fontes, Luís Filipe Oliveira, Apresentação

Apoio:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

